



História, Espaços e Sensibilidades

Antônio Luis Macêdo e Silva Filho (Org.)



COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

História, Espaço e Sensibilidade

Antônio Luis Macêdo e Silva Filho (Org.)

Sobral/CE
2020



História, Espaço e Sensibilidade

© 2020 copyright by Antônio Luis Macêdo e Silva Filho (Org.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Coordenação

Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

Conselho Editorial

Antônio Maurício Dias da Costa (UFBA)
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)
Flávio Weinstein Teixeira (UFPE)
Francisco Régis Lopes Ramos (UFC)
João Paulo Rodrigues (UFMT)
James Green (Brown University)
Kênia Sousa Rios (UFC)
Paula Godinho (Universidade Nova de Lisboa)



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão

Revisão textual de responsabilidade dos autores

Diagramação

Lucas Corrêa Borges
João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

H673 História, espaços e sensibilidades / Antônio Luis Macêdo e
Silva Filho. (Org.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

502p. (Coleção História e Historiografia)

ISBN: 978-65-87429-56-4 - papel
ISBN: 978-65-87429-57-1 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/87429571-2020

1. História. 2. Espaços- História. 3. Historiografia. 4.
História- Espaços. I. Silva Filho, Antônio Luis
Macêdo e. II. Título.

CDD 907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Coleção História e Historiografia

Esta coleção de livros que apresentamos para vocês é mais um produto de parceria iniciada em 2006, entre programas de pós-graduação em História das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2020, com uma rede de colaboração e intercâmbio ampliada, formada por UFC, UFPE, UFPA, UFMT, UFPI, UFRN, UFBA, UFRPE, UFAM e Unifap, realizamos, entre 04 e 06 de novembro, o VI Seminário Internacional História e Historiografia. O evento, que deveria ter ocorrido presencialmente, em Fortaleza, no Campus do Benfica, na Universidade Federal do Ceará, acabou acontecendo de forma remota, por conta da pandemia de Covid 19. A manutenção do Seminário diz não somente de nosso esforço e ousadia em realizar um trabalho conjunto, descobrindo e aprofundando temas, debatendo e cruzando abordagens plurais, mas endossa nossa capacidade de resistência.

Os últimos anos trouxeram profundas dificuldades para a sobrevivência e realização das atividades das universidades públicas brasileiras, com abruptos cortes de recursos, redução da autonomia universitária e negação da ciência. Mas, especialmente, para os que produzem conhecimento na área de Humanas, os desafios são ainda maiores. Passam por campanhas que envolvem o desprestígio, acusações e perseguição. Para os historiadores brasileiros há um explícita tentativa de descredenciamento do saber produzido e acumulado em diferentes âmbitos de sua produção, especialmente em temas do

tempo presente, indiferença por métodos de pesquisa e construção de narrativas, além da banalização da verdade histórica, reduzida a versões interessadas sobre o passado.

Os ataques aos historiadores estão diretamente articulados a um cenário de intensa disputa política em que passados que não passaram são apropriados como instrumentos de mobilização política e conquista de fiéis. A produção histórica é relativizada por narrativas que mesclam notícias falsas e manipulação de dados e fatos, capazes de alimentar afetos e ressentimentos, no retrocesso de direitos e ameaças ao ambiente democrático.

Diante desse cenário, nossa rede de pesquisa sentiu a imperiosa necessidade de reflexão sobre a conjuntura social e política e, também, sobre as possibilidades da História em suas dimensões crítica e ética. Pesquisadores de várias universidades do Brasil e do mundo reuniram-se para discutir, sob a luz do tema *Os Usos Políticos do Passado* em conferências, mesas e simpósios temáticos, os desafios e possibilidades de nosso ofício num mundo em turbulência.

A Coleção História e Historiografia traz um panorama atualizado sobre alguns dos principais temas e áreas de preocupação dos historiadores brasileiros na atualidade. Os textos foram organizados em 10 livros temáticos — 1) Ditadura, fontes históricas e usos do passado; 2) História, Literatura e Historiografia; 3) História, memória e Historiografia; 4) História Agrária, migrações e escravidão; 5) História, espaços e sensibilidades; 6) Experiências atlânticas e História Ambiental; 7) Intelectuais, usos do passado e ensino de História; 8) Patrimônio, memória e historiografia; 9) Culturas políticas e usos do passado e 10) História da saúde e das religiões.

Esperamos que a coleção possa dar visibilidade a trabalhos produzidos em diálogos, trocas entre pesquisadores dos mais diferentes lugares e das mais distintas abordagens historiográficas, fortalecendo o trabalho conjunto entre grupos de

pesquisa das instituições envolvidas. Desejamos, ainda, que os textos aqui reunidos possam ajudar a renovar saberes históricos, estimulando historiadores em suas tarefas de construção de novos objetos de pesquisa ou em suas atividades de ensino nas universidades ou redes básicas de ensino, além de possibilitar, a partir da reflexão crítica, novos futuros possíveis.

Ana Rita Fonteles Duarte

Profa. do Departamento de História e Coordenadora do PPGH - UFC

Tem doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFC. É membro do corpo docente do Prohístoria (UFC). Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GPEHG/UFC/CNPq).

Ana Sara Cortez Irffi

Profa. do Departamento de História e Vice-coordenadora PPGH - UFC

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora do Departamento de História da UFC. É vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (UFC). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em História Econômica e Social - LAPHES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando, principalmente, nos temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, História do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Apresentação

À medida que, nas últimas décadas, a historiografia no Brasil foi gradualmente obtendo reconhecimento como um território de pesquisa da história, parece ter ganhado alento a perspectiva de se investigar sistematicamente os limites e condições de possibilidade de produção do saber no âmbito da própria disciplina. Um dos efeitos gerados por essa análise do campo da história tem sido a abertura de maior disponibilidade a considerar os jogos de forças que, a cada época, condicionam os estudos envolvidos com a apreensão do passado como objeto de conhecimento. Nessa esteira, os historiadores de ofício se veem encorajados a interpretações mais complexas, uma vez que o esforço de temporalização que habitualmente lançam sobre seus materiais passa a abranger, também, seus procedimentos de investigação. De forma peculiar, esse trabalho de auto reflexão contribui para articulações insuspeitadas entre presente, passado e futuro. Afinal, dotar de historicidade a disciplina histórica implica não apenas constatar sua institucionalização, algo recente na seara acadêmica, mas igualmente vislumbrar sua trajetória descontínua num quadro de acordos e rivalidades entre diferentes projetos escriturários. Em lugar da fixidez associada a uma linhagem canônica de autores e obras, a ser periodicamente atualizada, aflora outra compreensão, empenhada em deslindar os modos variados pelos quais, num determinado momento, se disputa a condição autorizada de narrar eventos do passado e, ao fazê-lo, oferecer aos coetâneos referenciais para a ação no presente e a correlata orientação para o futuro (GUIMARÃES, 2010).

Pelo gesto, sutil e desafiador, de voltar à formação de sua própria área a lente escrutinadora que empregam no trato com as fontes, contribuem os historiadores para o movimento, sempre necessário, de desnaturalização do conhecimento, explicitando sua irredutível diferença em face da experiência vivida (PROST, 2000). Porém, ainda mais que isso: a reflexão de cunho historiográfico participa do propósito mais largo de abrir novos horizontes para a disciplina. Ao perscrutar criticamente os textos erigidos em monumentos por uma concepção evolutiva do conhecimento, opera-se uma dessacralização da escrita da história: em vez de panteão ornado com a auréola da tradição, emerge uma arena sem ponto de chegada e na qual projetos de sociedade se colocam em disputa permanente. Portanto, a indagação de matriz historiográfica, com sua visada abrangente sobre os processos de constituição da memória disciplinar, pode subsidiar questionamentos impensados, favorecendo a renovação da pesquisa histórica (GUIMARÃES, 2005).

O historiador Sérgio Buarque de Holanda advertia, na década de 1970, para a centralidade dessa tarefa de reflexão continuada em torno da própria produção acadêmica: “A revisão da história não tem que ser absolutamente um momento privilegiado. Ela tem que ser feita a todo instante. A história não é prisão do passado. Ela é mudança, é movimento, é transformação” (HOLANDA, 2009, p. 93). Parte dessa dinâmica pode ser observada na coletânea que o leitor tem em mãos (ou na tela). Os textos orbitam em torno de um dado conjunto de preocupações: os modos de produzir e distribuir sentidos impulsionados pelo imbricamento das narrativas com o ato da escrita; a diversidade dos rastros humanos em relação com o poder exercido sobre os corpos; a cidade como lugar de intervenções materiais, práticas ordinárias e investimentos simbólicos; a historicidade das formas urbanas, apreendida nos condicionamentos que incidem sobre as movimentações e ações dos habitantes; os processos de ocupação dos espaços urbanos na quadra republicana, tendo por foco

o acesso à moradia e a atribuição de significados à vida na cidade; a tessitura de sociabilidades e memórias de em volta com a multiplicidade de arranjos habitacionais.

Malgrado o caráter heterogêneo das abordagens, traços comuns perpassam as pesquisas aqui reunidas. Um deles reside na atenção às diferentes temporalidades que povoam o ambiente urbano e favorecerem o aflorar de experiências heteróclitas no contato com a materialidade construída. Outro consiste no reconhecimento das lembranças pessoais e das narrativas orais como formas de construção de sentido para a passagem do tempo. Um terceiro remete ao entendimento da escrita como gesto de intervenção no real, como projeção de mudança ou intuito de conservação. Mas por ora interessa apenas sublinhar que temas e dimensões com os quais a historiografia contemporânea vem trabalhando assiduamente — as camadas de tempo, o papel da memória na construção de identidades, o espaço como expressão das relações sociais, o cotidiano e suas criações culturais não autorizadas, os efeitos de sentido produzidos pela escrita — atravessam os estudos deste livro, sugerindo que, como outras iniciativas de relevo, ele poderá vir a tornar-se um documento para futuras investigações historiográficas.

Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho

Prof do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História - UFC

Tem doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É professor no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e História Contemporânea, atuando nos seguintes temas: cultura material, história do cotidiano, história urbana..

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan.-jun. 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Sérgio Buarque de Holanda**. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009 (Coleção Encontros).

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? **Anos 90**, Porto Alegre, n. 14, p. 7-22, dez., 2000.

Sumário

História e sensibilidade: políticas, escritas e afetos

A vida e trajetória política de Dinarte Mariz / 17

“A intrusa de agora renega tudo - de dantes - seja corpo, alma ou cenário”: Rachel de Queiroz, tempo e memória / 31

Sobral-CE, sensibilidades, sons do progresso e a cidade do barulho nas páginas do Jornal Correio da Semana (1930-1970) / 47

Contendas intelectuais e produção do saber na Amazônia paraense (1922-1933) / 61

Histórias de trancoso: entre memórias e imagens / 77

Pode a aula de História, como a arte, criar formas de vida? Reflexões sobre a experiência estética e horizontes de expectativa / 91

Solidariedade Atlântica? O apelo aos afetos como parte de uma política diplomática voltada para a África (1961-1964) / 105

Ruídos dos Silêncios: arqueologia do narrar biográfico dos padres-historiadores sobralenses / 123

História, cidades e práticas no/do espaço

A cidade de Fortaleza em O casamento da Peraldiana por Carlos Câmara / 141

A representação jornalística da modernidade na Nova São Rafael (1980 e 1985) / 155

A trajetória de Lauro Maia e o mito fundador do balanceio / 171

Cidade, fotografia e amputação / 187

“Os acadêmicos de Direito e o combate à *lepra* em Fortaleza”:
diálogos com a cidade / 201

A produção dos espaços suburbanos: O bairro das Rocas na
imprensa natalense (1900-1940) / 215

Da tração animal ao sistema elétrico: os bondes na cidade / 233

As origens do urbano: da missão jesuítica da Ibiapaba a Vila Viçosa
Real (1691-1759) / 249

“O bairro do Pari - rio e ferrovia na Urbanização de São Paulo entre
fins do século XIX” / 265

Técnica e percepção no sistema de iluminação a gás (Fortaleza,
século XIX) / 277

Centro Galaico del Pará: Associativismo e imigração na cidade de
Belém no início do século XX / 293

Manoel Dantas e os caminhos do progresso: Natal, 1900-1913 / 305

O sexo da cidade: espaços e corpos da prostituição em Fortaleza na
primeira metade do século XX / 323

A formação de uma comunidade africana no Recife oitocentista,
1830-1840 / 337

Pelo direito à cidade: viver e sentir a história e a memória dos espaços urbanos no Brasil República

“O povo reclama”: as representações da cidade de Campo Maior
nas páginas do jornal *A Luta* (década de 1970) / 357

Apoteose getulista no Piauí: homenagens ao presidente Getúlio
Vargas e as formas de controle exercidas no Estado Novo / 367

Diocesanização dos espaços urbanos: o caso do bispado do Piauí / 383

A participação dos piauienses no processo de construção da Cons-
tituição Federal a partir da análise de cartas (1986-1987) / 399

Geografias da repressão policial a religiosos na Freguesia de
Sant'Anna no Rio de Janeiro / 429

“A história ao ar livre”. Monumentos estatuários e o Ensino de His-
tória em Praça Pública / 443

Teresina: risonha entre dois rios que te abraçam em desenvolvimento
na década de 1970 / 459

Cidade-Jardim em Teresina? A ousadia de empreender na capital
piauiense na década de 1950 / 477

Índice remissivo / 497

História e sensibilidade: políticas, escritas e afetos

A vida e trajetória política de Dinarte Mariz

Larisse Santos Bernardo¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo compreender os caminhos traçados e percorridos da figura pública de Dinarte de Medeiros Mariz, a partir de suas origens do interior do sertão do Seridó, e os desafios encontrados para que ele se tornasse uma figura de renome nacional, sendo capaz de influenciar politicamente todo o Estado do Rio Grande do Norte. Na busca de traçarmos sua trajetória política, notadamente, sua vida pessoal estará em evidência e será descrita no decorrer da narrativa bem como se faz necessário compreendermos o imaginário político vivido em sua época, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para que ele se tornasse um dos políticos mais relevante na história do Rio Grande do Norte.

Nessa perspectiva, vale salientar as disputas de poderes existentes nesse momento, que irão fazer com que Dinarte Mariz entre na vida política e ao mesmo tempo se torna um nome de “peso” na política brasileira. Faz-se necessário compreender a conjuntura política do Seridó a partir do início do século XX, período em que essa região conquista visibilidade econômica e política em defluência do desenvolvimento

¹ Possui graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN. Aluna do Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História dos Sertões — MHIST pelo Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: larissesantosbernardo@yahoo.com.br.

da cotonicultura. É nesse cenário que emerge a figura de Dinarte Mariz, um remanescente da cultura algodoeira e da pecuária, que por sua vez comandava política e economicamente a região do Seridó. Então, é a partir da dessa região, precisamente, da cidade de Caicó, que fica fixada em pleno semiárido nordestino, no sertão do Seridó, que é caracterizada pela escassez e a instabilidade das chuvas, e este espaço por sua vez propiciou a criação de um grupo oligárquico — familiar, que apareceu com o desenvolvimento da cotonicultura, representado pelo seu líder maior, o coronel, José Bernardo de Medeiros.

Observando a vida e sua trajetória política, o artigo intitulado *Período Republicano* da fundação José Augusto descreve que *Dinarte de Medeiros Mariz*, nasceu em Serra Negra (RN) no dia 23 de agosto de 1903, filho de Manuel Mariz Filho e de Maria Cândida de Medeiros Mariz o quinto entre quatorze filhos do casal. Seu avô, José Bernardo de Medeiros, foi constituinte em 1891 e ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1890 a 1907. Com vinte e um anos de idade, Dinarte Mariz contrai matrimônio com Diva Wanderley, filha de Vigolino Pereira Monteiro, comerciante no setor pecuário e político de Campina Grande — PB.

Dinarte cursou o primário em sua cidade natal, encerrando nesse nível sua educação formal. Antes de enveredar na carreira política Mariz foi agricultor, comerciante, minerador e empresário.² Seu primeiro ato político se deu no ano de 1927, com apenas 24 anos de idade, quando solicitou a intendência, ou seja, a prefeitura da cidade de Serra Negra do Norte. Esta reivindicação, por sua vez, não obteve resultados, uma vez que, a família na época pensou que não era a vez dele, fato que o deixou bastante angustiado, fato este que foi confirmado por Olavo de Medeiros Filho:

Conversando certa vez no alpendre da fazenda Solidão, perguntei a Dinarte Mariz quais os motivos que o teriam levado a participar da Revolução de 1930, sendo ele parente e conterrâneo do Governador Juvenal Lamartine de Faria, deposto pela referida Revolução, dando uma risada, afirmou-me Dinarte Mariz que tudo teria origem em

2 Ver em: LAMARTINE, 2003, p. 187.

um pedido que ele fizera a Juvenal Lamartine propondo-se a ser prefeito de sua querida cidade Serra Negra do Norte. O pedido provocou gargalhadas em Juvenal, que descartou a pretensão do parente, pessoa que, segundo ele, não preenchia as condições exigidas para ocupar a chefia da edilidade (LIMA, 2003, p. 166).

Então em 1929, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), era comerciante de algodão em Caicó (RN), e ingressou na Aliança Liberal³ — agrupamento político opositor formado basicamente pelos partidos republicanos mineiro e gaúcho, pelo Partido Democrático (PD) paulista e pelo situacionismo paraibano apoiando a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Contudo, o candidato eleito foi Júlio Prestes, apoiado pelo presidente Washington Luís. A derrota de Vargas, aliada ao assassinato de João Pessoa no mês de julho em Recife, provocou a eclosão do movimento revolucionário de outubro de 1930, ao qual o então Dinarte Mariz sob o comando do capitão do exército Abelardo Torres da Silva Castro participou da revolução no Rio Grande do Norte.

VIDA E TRAJETÓRIA POLÍTICA

Dinarte Mariz assim como ficou conhecido, ingressou na vida pública como prefeito de Caicó, na revolução de 1930⁴, que teve seu apoio integral no Estado. Através de seu forte desempenho como figura política exerceu o mandato de senador por cinco vezes, tendo sido a última por escolha indireta do presidente da República. Nessa linha de influência por mais de uma vez, foi 1º secretário do Senado, um dos cargos mais importantes daquela Casa legislativa.

Podemos observar que Dinarte, foi o precursor de uma disputa ferrenha que existe no Rio grande do Norte, disputa essa conhecida

3 A Aliança Liberal foi formada em 1929 por setores dissidentes da oligarquia paulista e mineira insatisfeita com o sistema excludente (SPINELLI, sd., p. 15).

4 O movimento revolucionário de 1930 tratava-se de questionar a forma de dominação da República Velha, assentada na política dos governadores comandada por São Paulo e Minas Gerais (*Idem, ibidem*).

através dos partidos, Vermelho x Verde. A origem desta rixa de cores de partido veio na década de 60, quando o Governo do Estado foi disputado por Aluísio Alves e Dinarte Mariz, período que surgiu a Ditadura Militar e, conseqüentemente, os partidos MDB e Arena.

Sendo assim, a obra “Solidão, Solidões: uma biografia de Dinarte Mariz” de Diógenes da Cunha Lima, descreve que sua vinculação com a política era algo que estava instituído pela velha tradição, a qual seu grupo familiar pertencia, sendo Dinarte:

Um descendente de Tomaz de Araújo Pereira primeiro presidente da província do Rio Grande do Norte. Seu avô, José Bernardo de Medeiros, foi duas vezes presidente da província do Rio Grande do Norte, foi constituinte em 1891 e senador de 1900 a 1907. O Padre Francisco Brito Guerra, seu tio-bisavô, foi senador do império José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, seus primos, foram governadores, deputados e senadores. Monsenhor Walfredo Gurgel, José Cortez Pereira de Araújo e o General Antônio Fernandes Dantas, pertencentes a mesma árvore genealógica, foram governadores. Seu sogro, Vigolino Pereira Monteiro, foi prefeito de Campina Grande na Paraíba, e seu cunhado, Vigneaud Borborema Wanderley foi senador pela Paraíba, e ainda foram prefeitos seus irmãos Descarte e Deroci (LIMA, 2003, p. 57).

Figura 1 - Dinarte de Medeiros Mariz



Fonte: <https://andradetalis.wordpress.com/tag/dinarte-mariz>.

Ao concebermos sua descendência política, compreendemos que a mesma integra parte de uma parentela que conseguiu se manter no poder. Segundo Linda Lewin:

A parentela está associada a uma organização social e estava subjacente à base da rede de parentes e amigos de um político. O núcleo dos seguidores políticos que a ele se vinculam de maneira personalística, constituindo os membros de sua parentela. Os membros deste grupo de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fornecer-lhe os votos, defendiam seus interesses partidários em seu município natal e os serviam lealmente em que ingressavam por nomeação (LEWIN, 1993, p. 113).

Nesse ponto de vista, de acordo com o livro intitulado, “Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)”, durante a vigência do regime militar, foi o político mais influente do Rio Grande do Norte e um dos homens mais bem informados do País. Foi quem comunicou ao ministro Jarbas Passarinho, em primeira mão, a gravidade da doença do presidente Costa e Silva, de quem era amigo pessoal, e que viria a falecer pouco tempo depois. No governo dele, o senador era o donatário do Rio Grande do Norte. Nada se fazia aqui sem sua concordância. De acordo com essa obra, Dinarte Mariz era intuitivo, dotado de uma privilegiada capacidade para decidir, comandar e liderar. Seus gestos eram tão largos quanto à capacidade de amar e perdoar.

São diversos momentos que observamos o poder político que Dinarte possui, o mesmo em uma de suas várias entrevistas que deu, diz a seguinte frase: “Do Rio Grande do Norte,” eu sei até a data do nascimento das crianças”. Com essa frase ele quis dizer que sabia de tudo, do seu estado de origem, pois o mesmo era uma liderança que compreendia seu território. Vale salientar que de acordo com a obra anteriormente citada, no Congresso Nacional ele era abordado por todos os jornalistas, embora uma maioria discordava de suas posições políticas, gostavam dele, diziam que era uma fonte inesgotável de notícias.

Com base na obra já citada, outro momento marcante na trajetória de Dinarte Mariz, se dá quando ele foi escolhido para prefeito de Caicó em 1930, cargo do qual se afastou após dois anos em face de seu apoio ao Movimento Constitucionalista de 1932, o que lhe valeu três prisões no Rio de Janeiro. Como homem bem articulado e inquieto que era, de volta ao seu estado natal fundou o jornal “A Razão” e foi um dos fundadores do Partido Popular ao tempo em que prosperavam seus negócios com o algodão. Vale salientar que Dinarte foi empresário, agropecuarista e comerciante. Observamos também na obra que durante a Intentona Comunista iniciada em Natal à 23 de novembro de 1935, Mariz foi um dos que comandaram a repressão ao levante, recusando-se, contudo, a retornar ao meio político devido à sua oposição ao Estado Novo.

Analisando a obra “Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)”, vemos que em meados dos anos 1945 Dinarte Mariz ingressou na União Democrática Nacional (UDN) e nesse mesmo ano foi derrotado na disputa por uma cadeira de senador, fato que se repetiria em 1950, notadamente não era motivo para que ele desistisse do que tinha proposto para sua carreira política, persistente, teve êxito em 1954 e em 1955 foi eleito governador do Rio Grande do Norte.

Um dos grandes marcos em seu governo foi a criação da Universidade do Rio Grande do Norte. Na acomodação das forças políticas que se seguiram, Mariz sofreu uma derrota em 1960 quando o seu candidato a governador foi derrotado por Aluizio Alves.

Dinarte Mariz uma força tão venerada que influenciou a política local por mais de meio século, morre aos 81 anos de idade, no dia 9 de julho de 1984. Deixando para trás um legado político jamais visto na história do Rio Grande do Norte.

Com tudo, a abordagem metodológica utilizada será a História Oral e Análise do discurso, que contribuirá para que pos-

samos compreender relatos e abordagens de pessoas que diretamente ou indiretamente tiveram contato com Dinarte, bem como amigos, familiares, vizinhos, levando em consideração o quanto essa metodologia se faz essencial observamos que:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato — e, pois, a compreensão — entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2002, p. 44).

Nessa entendimento, de acordo com Thompson, compreende-se que a história oral é a interpretação da história e das mudanças ocorridas nas sociedades e culturas por meio de relatos orais em que aparecem as lembranças e experiências, que são registradas pelo sentido auditivo de quem a registra, é sabido elencar que nessa metodologia a escuta sensível se faz necessária bem como o olhar, pois compreende também a história oral pelo seu caráter interdisciplinar, que demonstra como a interação humana permeia e transcende todas as barreiras. A história oral nos mostra um viés de sensibilidades que nos permite enxergar a história desse líder político como um marco na cultura seridoense bem como todo o Estado do Rio Grande do Norte e o Brasil.

Nessa perspectiva de História Oral como metodologia a autora Marieta de Moraes Ferreira em sua obra intitulada “História Oral:

velhas questões, novos desafios”, traz em suas análises e discussões assuntos básicos concernentes com o uso da história oral dos quais estão o seu estatuto, possibilidades, seus desafios e suas limitações, quanto ao desenvolvimento de trabalhos científicos através de seus empregos no campo de pesquisa, com tudo ela afirma que:

Os que defendem a história oral como técnica privilegiam com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca, como tipos de aparelhagem de som, formas de transcrições de fitas de organizações de acervo etc. [...] Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais, e muitos deles são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral escritas), que utilizam as entrevistas de forma eventual [...] (FERREIRA, 2011, p. 169).

A fala da autora corrobora sobre a importância e a autonomia de se trabalhar com História Oral, método esse contribuinte para o desenvolvimento dessa narrativa.

Se tratando da análise de discurso representada pelo filósofo Michel Foucault no qual descreve que o historiador deve buscar entender o discurso e suas relações de poder, analisar, refletir e criticar. Essa metodologia como podemos observar nas palavras escritas pelo autor José D’ Assunção Barros com um olhar através das ideias de Michel Foucault permite ao historiador mais uma vez trabalhar com um olhar sensível, pois nessa perspectiva estamos analisando memória e discursos que nas entrelinhas existe todo um contexto social, privado, uma história de vida. Foucault um filósofo que se fez historiador nos traz uma lição no que tange ao discurso quando descreve que não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou suas práticas. Essas palavras descrevem bem como ao trabalhar com a História do Discurso temos que entender todas as conjunturas que envolvem a pesquisa e as pessoas envolvidas, para que possamos

trilhar o melhor caminho a ser seguido, corroborando para que a narrativa tenha êxito em seu objetivo. Nessa perspectiva observa-se que a análise de discurso é uma metodologia que permite aprofundar no objeto de pesquisa, pois segundo Foucault:

Gostaria e mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1988, p. 56).

Nesse contexto, pensar as sociedades e seus diferentes discursos produzidos é segundo Foucault “[...] ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1998, p. 8-9). Isso parte da premissa da qual temos conhecimento da nossa sociedade e de que há posicionamentos de exclusão e de impedimentos quanto aos posicionamentos de um determinado discurso, visto que nem todos tem o direito de dizer tudo, como também falar de tudo em qualquer âmbito.

Então diante dessa conjuntura, a sociedade ela se priva de pôr em prática certos tipos de discursos uma vez que elas se comportam de maneira em que estão pautados os discursos que são favoráveis a determinado tipo de assunto. Então, segue assim um ritual de

direito privilegiado ou de exclusão quanto ao sujeito que quer falar, e esta exclusão da qual se encontra dentro dos discursos é compreendida por Foucault como um tipo de interdição. Dentro desse caminho de exclusão e o seu ligamento com a interdição que está presente nos discursos embasados e voltados para a sexualidade e sobre política. Segundo Foucault:

[...] como se o discurso, longe de ser elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 1998, p. 9-10).

Dessa forma, “A ordem do discurso” obra produzida por Michel Foucault discorre sobre os discursos presentes nas diferentes sociedades a partir de suas várias vertentes como a exclusão, a interdição, a separação e os seus procedimentos de como eles devem ser vistos e analisados. Diante disso, Foucault mostra que:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 1998, p. 49).

Portanto, os discursos segue o caminho da verdade a qual se encontra dentro de qualquer manifestação das sociedades que os utilizam para demonstrar seus posicionamentos e ensejos de uma determinada situação. Assim, pode-se dizer que todo discurso tem seu próprio significado.

Deste modo, Foucault já denota a importância de compreendermos essa metodologia, que notadamente é densa, mas que propicia

uma leitura mais próxima do objeto que está sendo descrito, por se tratar de depoimentos, de memórias da sociedade da cultura de vivências e experiências.

Há também o uso dos jornais como fonte, e estes por sua vez permeiam as análises e procedimentos para o desenvolvimento de trabalhos científicos. Dessa maneira, a historiadora Tania Regina de Luca, vem abordar os usos dos periódicos como fonte de pesquisa para os trabalhos históricos. Trás em suas entre linhas e análises as várias vertentes possíveis e presentes dentro dos jornais e revistas. Segundo Luca, no início da década de 1970 os números eram relativamente pequenos quanto à utilização de jornais e revistas como fontes para com a história do Brasil. Para isso, deveria haver uma mobilização para a construção de narrativas com base na imprensa, pois estes documentos são de suma importância para a construção de um bom trabalho, que seria a história por meio da imprensa.

Surgem assim os apontamentos para a História nova e além do que está ao alcance. É a partir desses novos caminhos que o historiador deve ser livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, e sim buscar valer-se de caminhos com fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade e que estas estejam distanciadas do seu próprio tempo, ou seja, procurar ir além dos documentos que existem ao seu redor. Então, os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, dão sugestões e amparo através da interdisciplinaridade com contribuições metodológicas que auxiliam o historiador a refletir sobre as fronteiras de sua própria pesquisa.

Dessa maneira, os estudos com base nos periódicos podem levar-nos para caminhos que possam andar juntos como a imprensa e o mundo das letras, que por sua vez, proporcionar a sobreposição entre a história e a literatura. Esta relação dos grupos literários com a imprensa leva a outros aspectos com especial importância para as revis-

tas, pois elas foram utilizadas pelo movimento de vanguarda e as elegeram como o veículo privilegiado para divulgar os seus manifestos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando com os trabalhos já desenvolvidos sobre “Dinarte”, esse trabalho busca levar o leitor a um momento de reflexão sobre um homem que tem suas origens no interior do Seridó e que por determinação e muito trabalho, se tornou um dos maiores nomes da história política, inclusive no período das oligarquias. No decorrer da construção dessa narrativa, temos a certeza que muito mais está para ser descrito sobre Dinarte, vale salientar que essa obra é uma escrita inicial que mostra a proposta de como será importante descrever a história desse líder político, é sabido relatar que por se tratar de uma figura tão grandiosa, esse trabalho irá apenas ser mais um contribuinte na formação de ideias que ressaltam a importância que esse político possui para o Rio Grande do Norte.

Por fim, notadamente percebesse que Dinarte até os tempos atuais é referência de político e isso se dar pelo fato de que ele além de ser bem articulado politicamente, foi exemplo de respeito, solidariedade fatos esses comprovados pelos seus registros em seus discursos e suas escritas, vale salientar que é uma figura tão marcante que em cada cidade do interior iremos encontrar uma rua com seu nome, ou uma estátua, ou um busto em praça pública, a história de Dinarte é cultura é memória é identidade.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**, Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

JOURNALS. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>, Acesso em: 10 set. 2019.

LAMARTINE, P. **Personagens Serra-negrenses.** Natal, Sebo Vermelho, 2003.

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba:** um estudo de caso a Oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Solidão, Solidões:** Uma biografia de Dinarte Mariz. 2. ed. Brasília, 2003.

SECRETARIA EXTRAORDINARIA DE CULTURA. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura, Acesso em: 19 jul. 2019.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n. 5, p. 9-28, jun. 2002.

“A intrusa de agora renega tudo - de dantes - seja corpo, alma ou cenário”

Rachel de Queiroz, tempo e memória

Lia Mirelly Távora Moita¹

Durante 77 anos publicando crônicas nos periódicos, Rachel de Queiroz abordou diversas temáticas e foram perceptíveis a sua opinião, os seus interesses e as suas memórias da autora sempre permeados pela eterna transição entre o sertão e a cidade, mesmo quando essa presença era apenas subjetiva. Dentro do recorte temporal dessa pesquisa, foram analisadas as representações da escritora, entre seus 54 e 74 anos de idade, período em que ela envelhecia, em meio ao exílio profissional no Sudeste e a inúmeras metamorfoses vivenciadas no Brasil. Nesse período, foram também comuns publicações que meditavam a respeito da ação dos anos na sua vida, o seu envelhecimento e morte. Portanto, é pertinente analisar as considerações da cronista acerca dessas temáticas, uma vez que o tempo só aparentemente parece abstrato, quando, na verdade, ele é uma vivência concreta, marcado pela historicidade, pois os homens e as mulheres constroem suas temporalidades e acontecimentos que merecem ênfase na sua própria história.

¹ Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará — UECE e Professora Efetiva do Estado do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5383665010703386>. E-mail: liamoita@hotmail.com.

Para esta análise, será necessário adentrar no campo da História das Sensibilidades, uma vez que ele nos permite compreender uma experiência histórica pessoal, resgatando sentimentos, emoções e valores em meio às representações humanas, neste caso, da escritora da Rachel de Queiroz. Tentar compreender as concepções sensíveis desta mulher, acerca do tempo, da morte e da memória é uma ação que escapa um pouco ao universo científico mais elaborado, ao mesmo tempo em que passa pelo pensamento, que as organizou, interpretou e representou de alguma forma. Afinal, “a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos uma vez em contato com a realidade” (PESAVENTO, 2007, p. 10).

Como exemplo do fato citado e alinhado a essa temática, a escritora publicou *Eternidade*, em que refletiu sobre o apego do homem ao transitório, como forma de negar a morte e valorizar o momento presente. “Apega-se no efêmero e lhe empresta a eternidade. Organiza-se em sociedade para garantir não apenas o seu viver, para garantir o futuro, que é sua forma de imortalidade” (O Cruzeiro, 1966, p. 114). Assim sendo, percebe-se que Rachel de Queiroz vivia um momento que oscilava entre receio e aceitação do destino comum a todos os homens, envelhecimento e morte, levando-a a ponderar o que deixaria de herança para os netos, que eram, na verdade, filhos de sua irmã mais nova. Tomando por base o livro de Elias (2001), *A Solidão dos Moribundos*, pode-se compreender essa perspectiva da cronista de manutenção da eternidade por meio da sua produção ainda em vida. Segundo o sociólogo, os vivos, querendo deixar rastros de sua existência para serem lembrados pelas gerações futuras, se dedicavam em criar e realizar obras duradouras, fato que, no entanto, nem sempre era consciente, mesmo que expusesse o medo da finitude e esquecimento. Afinal, esse desejo de se perpetuar de alguma forma até mesmo nas lembranças, de acordo com Elias, estava no fato

de que “os mortos, porém, não existem. Ou só existem na memória dos vivos, presentes e futuros” (ELIAS, 2001, p. 40-41).

Esse tempo subjetivo, qualificado como implacável, impetuoso, que cobrava marcas na eternidade, apesar de não poder ser quantificado, fazia parte de um universo sensível da escritora que envelhecia. Estas considerações sobre o tempo, definidas pela escritora, estavam relacionadas a formas de classificar o mundo e reagir diante de determinadas situações e personagens sociais. Por conseguinte, pensar nas sensibilidades “é voltar-se para estudo do indivíduo e da subjetividade, para o estudo da trajetória de vida, é lidar com a vida privada e com todas características e formas de exteriorizar ou esconder sentimentos” (PESAVENTO, 2007, p. 20).

Entretanto, as marcas do tempo, mais comentadas e justificadas, nos textos rachelianos, eram as interiores, capazes de reinventá-la com o decorrer dos anos. Essa temática tão recorrente, naquele momento da Ditadura Militar, talvez fosse uma justificativa para as transformações ideológicas políticas, na sua trajetória de até então. Como explicar que a moça, que esteve ligada a grupos de esquerda, ajudando a formar o núcleo do Partido Comunista do Brasil em Fortaleza e frequentando rodas trotskistas, se converteu em uma senhora apoiadora do governo formado por generais no Brasil, naquele período? Segundo ela: “O que me fez mudar, realmente, foi uma profunda decepção, com os métodos, a filosofia, a prática daquela gente com quem eu tinha me aliado na contestação” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1977, p. 2). Esse depoimento foi dado em um momento em que se tornou visível a resistência crítica em relação aos seus escritos, pelos opositores do regime militar, e em que a escritora pleiteava sua entrada na ABL, instituição considerada pelos jovens, daquele momento, de estrutura arcaica, as mesmas que ela supostamente contestou um dia.

A partir das leituras da escrita de si, pode-se tentar compreender a escritora como “um indivíduo simultaneamente uno e múltiplo, e

que, por sua fragmentação, experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico” (GOMES, 2004, p. 13). Assim sendo, Rachel de Queiroz se esforçou, utilizando os seus textos, à medida que envelhecia, para evidenciar suas transfigurações e comprovar que não havia como se exigir uma linearidade de suas ações e pensamentos, durante toda a sua vida. Essa justificativa para suas transformações foi a tônica de *Neves de Antanho*, 1966, crônica que discorre sobre o passado por meio de fotos, ressaltando que ele era uma substância solúvel, capaz de se diluir na vida e se apagar no decorrer dos anos. O tempo, em sua forma inexorável, é capaz de gastar as pessoas como lixas, pois mudava o corpo, alterava os quereres, preferências e entusiasmo. Com todas essas colocações, pode se interpretar que a jovem revolucionária foi substituída pela senhora reacionária? A cronista respondeu a esse questionamento no último parágrafo:

E a alma? Boa ou ruim, onde está a alma de outrora? A paixão, a violência, a esperança, o desafio. A inocente arrogância. Os amores, desamores, mudou tudo. Nem a paisagem, ficou para servir de referência. A intrusa de agora renega tudo — de dantes- seja corpo, alma ou cenário (O CRUZEIRO, 1966, p. 122).

A mesma temática foi apresentada em *Águas Passadas*, 1972, em que ela comparou o ciclo de vida de uma pessoa às bonecas russas, caracterizadas por reunir uma série de bonecas de tamanhos variados que são colocadas umas dentro das outras. Assim também, de acordo com a escritora, são as pessoas, que guardavam dentro de si todas as etapas de sua vida. Os indivíduos passados não desapareciam, o que havia eram perfis superpostos, sem se misturarem. Apesar de irem incorporando outros perfis, ao longo dos anos, não guardavam características passadas, ao contrário, eram antípodas e adversárias do que foram. “E quase não acredita ter sido você também aquele rapaz desvairado, ou sonso, ou bobo e terrivelmente inexperiente que de

súbito emergiu dentro de você [...] das suas velhas lembranças” (O CRUZEIRO, 1972, p. 130).

Rachel de Queiroz foi ainda mais incisiva nas suas justificativas de transformações de suas convicções em *Carta aos Alunos e Mestres da Faculdade de Letras de Friburgo*, 1974. No texto, a escritora agradece o convite de comemoração de 40 anos da publicação de *O Quinze*, no entanto, justifica sua ausência no evento pelo fato de não ser mais a jovem responsável pelos escritos passados. Naquela década de 1930, um tempo de promessas segundo ela, a moça carregava convicções e seguranças, acreditava no imperativo do progresso, no infalível aperfeiçoamento das instituições humanas e na vitória do bem contra o mal. Quando escreveu a famosa obra, ainda de acordo com a cronista, a jovem começou a lidar em jornais e era bastante a frente de sua época na cidade provinciana em que vivia, era idealista, possuía inúmeras ilusões generosas e ingênuos desabafos, que eram suas marcas de principiante na vida e no ofício. No entanto, o tempo passou e Rachel de Queiroz acreditava que “a velha devorou a moça! A velha, se presente em Nova Friburgo, não saberia prestar contas da moça que vocês convocam” (O CRUZEIRO, 1974, p. 150).

Essa postura desencantada com o passado de militância com os jovens de esquerda foi corroborada no seu livro de memórias, *Tantos Anos*, em que a cronista afirmou que “talvez por isso mesmo nós víssemos na revolução certo colorido romântico, o apelo, a fascinação do proibido. Na verdade, éramos os revolucionários mais ingênuos do mundo” (QUEIROZ; QUEIROZ, 2004, p. 74). Portanto, ela preferiu criar uma visão infantil e idílica dos antigos posicionamentos para se esquivar do compromisso com as esquerdas no passado. A escritora afirmou ainda, que havia na mocidade mais intelectualizada uma necessidade de pertencer a algum movimento político e ser engajado em uma ideologia. Quando Rachel de Queiroz teve uma passagem rápida pelo Partido Comunista, tinha começado a trabalhar e a escrever para o periódico *O Ceará*, em que teve contato com uma roda de amigos

que eram ideólogos comunistas e “marxizados. No entanto, sua filiação foi efêmera e acabou quando os líderes do PCB exigiram alterações no seu romance *João Miguel*, que, segundo eles, não favoreciam a imagem da classe operária. Negando as modificações, a autora foi expulsa.

Mais tarde, passou a integrar rodas trotskistas, frequentou reuniões clandestinas, traduziu obras de Leon Trotsky e ajudou a difundir o marxismo no Brasil. Voltou ao Ceará, onde se candidatou à deputada pelo Partido Socialista, por orientação dos seus companheiros. Após essa experiência, Rachel de Queiroz passou por uma fase turbulenta na vida, em que perdeu a única filha, se separou de Zé Auto, seu primeiro marido, se mudou de forma definitiva para o Rio de Janeiro, conheceu seu segundo marido, Oyama de Macedo, e começou a escrever de forma exclusiva para a revista *O Cruzeiro*, durante 30 anos.

Nesse período, ela ampliou sua rede de contatos sociais, no seu ambiente de trabalho e nas rodas de intelectuais que frequentava, fato que contribuiu para a transformação de suas convicções, tornando-as mais conservadoras. Isso é presumível se for levado em consideração as próprias palavras de Rachel de Queiroz, ao confessar, em seu livro de memórias, que seus amigos mais próximos² já faziam parte da ABL, quando ela entrou. O historiador Diogo Cunha (2014) forneceu pistas para compreender o perfil desses imortais, que como representantes da cultura oficial, atuaram difundindo um discurso conservador de aceitação da ordem estabelecida e integração social da nação. Então, de acordo com ele, eles possuíam idade madura, estreitaram laços de amizade integrando algumas associações, academias e institutos. Além disso, ocupavam os responsabilidades de escritor, jornalista e político, assumindo cargos de confiança no governo e até ministérios.

2 A escritora Rachel de Queiroz citou no seu livro de memórias (1998), alguns nomes desses intelectuais mais próximos a ela, que já faziam parte da ABL e que inclusive se engajaram no processo de sua entrada na instituição. Adonias Filho, Afonso Arinos, Aurélio Buarque e Otávio de Farias. Esses amigos seguiam perfeitamente a identificação feita por Diogo Cunha (2014) dos imortais, sendo eles integrantes do CFC e muitos se dividiam entre o jornalismo e o ofício de escritora.

O historiador Silva (2013), utilizando as considerações do sociólogo Florestan Fernandes, possibilitou a compreensão da relação entre o regime autoritário, decretado com o golpe civil-militar, e os intelectuais, que eram representantes das classes altas e médias. De acordo com ele, essa classe erudita manifestava sempre as ideologias e valores da sua própria natureza que era conservadora. Dessa forma, suas ideias e seu respaldo poderiam ser aproveitados para o controle político do processo de modernização ou manutenção do *status quo*. Essa intelectualidade também era formada por militares, vinculados à ESG, e compartilhava uma cultura política na qual haveria uma “elite” civil e militar que comandaria os rumos da nação e que de forma acertada iria excluir as decisões das massas, afinal, elas eram incapazes de atuar politicamente de forma coerente.

Todavia, em meio a tantas lembranças sobre o passado da autora e questionamentos ligados à sua participação na ditadura civil-militar, surge uma indagação: quando exatamente a escritora passou a demonstrar nacionalmente o alinhamento aos grupos mais conservadores, a ponto de apoiar a tomada de poder pelos militares, fato que gerou inúmeras cobranças acerca de seu passado de militância? A historiadora Natália Guerellus (2015), em sua tese concluiu que foi a partir de 1962, quando João Goulart convocou um plebiscito para se estabelecer na presidência do país. A escritora e seu marido começaram a se reunir com amigos próximos para discutir a situação do Brasil. Nesse círculo estavam intelectuais, alguns de passado integralista e fascista, e membros da direita militar. Ao entrar em contato com esse generallato, Rachel de Queiroz passou a dialogar com concepções ideológicas marcadas por um anticomunismo quase que obsessivo. Além disso, a autora se aproximou também do IPES, que reunia empresários liberais de visão conservadora acerca da democracia e em defesa do liberalismo. Relacionou-se também com IBAD, vertente suprapartidária de tendência conservadora, saudada pela autora publicamente.

Examinando todas as configurações sociais, das quais ela participou, e suas publicações semanais, distribuídas por todo Brasil, carregadas de sua opinião conservadora e, muitas vezes, polêmica, compreende-se a formação da imagem pública de Rachel de Queiroz, apresentada por Hollanda (1997), como uma escritora com a produção que sofreu omissão ou rejeição da crítica, a partir da década de 1960. Durante os 21 anos, nos quais os militares estiveram no poder, a cronista só assumiu proximidade com o general Castelo Branco. No entanto, a análise dos seus textos, ao longo desse período, permitiu perceber um alinhamento entre suas ideias e as ações dos ditadores. Em todo esse período, o golpe de 1964 nunca foi qualificado como tal por ela, sempre foi mencionado como “revolução” e os “bons tempos”, ademais, foram numerosas as publicações que desqualificavam os políticos ligados ao passado varguista e aos movimentos feitos pela oposição. Assim sendo, todos esses fatos geraram inúmeros questionamentos em torno da trajetória da autora e das transformações em suas convicções. A sua participação, em 1991, no programa Roda Viva, exibido pela TV Cultura, gerou uma discussão acalorada entre ela e o arguidor, Caio Fernando Abreu³, pois ele insistiu na gênese dessas mudanças e na real atuação dela na ditadura civil-militar. O escritor, então, ponderou:

Rachel, não a conhecia pessoalmente e tenho duas imagens suas tão contraditórias. Quando eu era criança, o meu pai comprava sempre *O Cruzeiro* e eu lia aquela última página que você escrevia. E me lembro até hoje de uma crônica que, na verdade, era um conto, chamada “Miss”. E o meu pai dizia assim: “Não leia essa mulher, ela é comunista”. E depois, anos mais tarde, na faculdade, já em 67, 68, eu andava com um livro seu embaixo do braço, acho que era *O quinze*. E um colega meu disse assim: “Não leia essa mulher, ela é uma reacionária” (RODA VIVA in: São Paulo. TV Cultura. 01/07/1991).

3 Caio Fernando Abreu foi um escritor, dramaturgo e jornalista gaúcho, que trabalhou em várias revistas de entretenimento e colaborou com inúmeros jornais de grande circulação. No começo dos anos 1970, foi perseguido pelo Departamento de Ordem Política e Social e em 1973 se exilou na Europa, percorrendo vários países. A repressão sofrida nos anos de chumbo da ditadura, que o levou a ser preso, gerou essa indignação, refletida nas perguntas feitas a escritora Rachel de Queiroz.

A partir dessas colocações, o escritor pediu que Rachel de Queiroz juntasse as duas imagens, gerando um nexos na sua trajetória. No entanto, a escritora se limitou a dizer que não podia ser taxada nem como comunista, nem como reacionária, se classificando, portanto, como um “doce anarquista”. Mesmo assim, ela confessou participação na “revolução de 1964”, justificando o fato com o seu “antijanguismo” e enfatizou que seu apoio durou somente até a ascensão de Costa e Silva, quando se esvaiu a possibilidade de eleição de um governo civil. A cronista, também, negou veementemente a noção de qualquer repressão ou tortura promovida pelo governo durante todos esses anos. Apesar das perguntas e insinuações insistentes de Caio Fernando Abreu, acerca da sua ligação com os militares, ela se limitou a se esquivar de qualquer participação mais efetiva durante o período ditatorial.

Em 1998, por ocasião do lançamento do seu livro de memórias, *Tantos Anos*, a escritora concedeu uma entrevista à *Folha de São Paulo* e novamente foi questionada sobre a sua participação na ditadura civil-militar no Brasil. Sua resposta, apesar de repetir quase na íntegra as suas representações acerca do período, já não qualificava mais o levante como movimento revolucionário. Portanto, ela confessou: “Aceitamos o golpe militar para derrubar Jango. Quando degenerou em ditadura, nos afastamos. Não tivemos cargos. Conhecia eles todos por chamar de você, mas nunca me aproveitei” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998, p. 2). Apesar de já considerar a existência de um golpe, Rachel de Queiroz continuou limitando a sua atuação na administração dos generais, desconsiderando sua participação em um órgão do Executivo, o CFC, e nos seus textos que legitimavam a ordem e algumas vezes solicitavam “favores” pessoais aos presidentes. Além disso, voltou a fundamentar o governo, que ela designou de “governo de ocasião”, a procurar, de acordo com ela, a conciliação e, assim que possível, entregar o poder aos civis.

No próprio livro de memórias, a escritora sustentou o termo “Revolução de 1964”, para qualificar o levante militar que tomou o

poder político do Brasil naquele ano. Dessa forma, Rachel de Queiroz, apesar de se esforçar para criar uma memória que suavizava sua participação no governo militar, manteve de certa forma uma defesa ao regime ditatorial, que sufocava seu passado ligado aos grupos de esquerda no Brasil, anteriormente apoiados por ela. Para julgar essas declarações públicas de Rachel de Queiroz, pode-se fazer uso do texto *A Ilusão Biográfica* de Bourdieu (2002), no qual o autor afirma que os relatos de vida, na sua forma e conteúdo, é a oficialização privada de sua vida, pública ou privada, implicando coações e censuras específicas. Ou seja, os relatos de vida tendem a se aproximar do modelo oficial de apresentação oficial de si, bem como da filosofia e da identidade sustentam o ser humano. Naquele momento, a imagem oficial da escritora era de membro de um órgão oficial do Executivo, formado por generais, e por alguém que, muitas vezes, legitimou suas ações.

Mesmo com a vigência da censura e da repressão, especialmente em relação aos meios de comunicação, é improvável que Rachel de Queiroz não tenha tido consciência dos atos de coibição e tortura promovidos pela ditadura civil-militar. Então, porque a escritora silenciou ou ignorou tantos desses acontecimentos, mesmo com a saída dos militares do poder? Pode-se encontrar um fundamento para esse comportamento por meio das considerações de Rousso (2002), que afirmou que a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que motiva uma representação seletiva do passado. É um processo complexo que articula lembranças e esquecimentos, conscientes e inconscientes, uma parcela aceita e assumida do passado, outra negada ou omitida. O decorrido nunca é particular de um indivíduo, mas dele inserido em um contexto familiar, social e nacional, especialmente relacionado à sua rede de sociabilidade. Essa memorização garante a continuidade do tempo e assegura a resistência à alteridade, constituindo um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Cordeiro (2009) afirmou que, a partir dos anos de 1980, no processo de abertura política do Brasil, surgiram múltiplas memórias, no afã de construir um consenso em torno da democracia que se queria erigir naquele momento. Então, os opositores do regime se tornaram vítimas, por outro lado, os militares ou o Estado militarizado foram destinados ao silêncio, esquecimento e banimento do espaço público. Portanto, é necessário compreender os motivos pelos quais os civis, especialmente os intelectuais, se esquivaram da sua parcela de apoio na construção do regime, tentando abafar relações complexas entre o poder ditatorial e a sociedade. Para isso, a historiadora Janaína Martins Cordeiro indicou a análise dos silêncios que permearam a memória dos grupos que apoiaram, colaboraram, simpatizaram ou foram indiferentes ao regime. Para compreender o silêncio de parte da sociedade brasileira, de acordo com ela, há de se levar em consideração a sua adesão e consentimento às políticas e valores propostos pela ditadura, como uma forma de lembrar, que define a construção de outra memória.

Utilizando as análises de Laborie (2003), sobre os silêncios dos franceses a respeito do Vichy, discorrendo as formas de apropriação do passado pelo presente, Cordeiro (2009) apresenta duas formas de representação do silêncio. A primeira, “silêncio da memória”, se define por consciência turva, gerada pela incapacidade ou vergonha de assumir ações passadas, tendendo silenciar alguns eventos e se apropriar de outros. A segunda, “memória do silêncio” se refere ao uso que o presente faz da memória, em que o dizer nada também seria um meio de demonstrar algo. Amparada por esses dois modelos, podem perceber os dois parâmetros de construção de silêncios da escritora Rachel de Queiroz. Afinal, houve um constrangimento da cronista em reconhecer que, por meio dos seus textos e da sua atuação no CFC, compactuou com ações e transformações promovidas pelo Executivo federal, limitando-se a arcar somente com as confabulações que deram origem ao “movimento de 1964”. Do outro lado,

ela emudeceu as atrocidades cometidas pela ditadura civil-militar as quais envolviam a censura, repressão e tortura, mesmo sendo a autora defensora ferrenha da liberdade de expressão durante o Estado Novo.

Tentando encobrir a proficuidade de suas crônicas, durante os 21 anos da ditadura civil-militar, Rachel de Queiroz afirmou no programa *Roda Viva* e em outras oportunidades, que não era uma escritora engajada, portanto, não havia objetivos panfletários na sua escrita. “Acho que a gente tem que dar o testemunho fiel do seu tempo e da sua gente e as conclusões que sejam tiradas” (*RODA VIVA, in: São Paulo. Tv Cultura. 01/07/1991*).

Todavia, a publicação de textos pela cronista, que elogiavam as ações governamentais ou, algumas vezes, criticavam realizações pontuais dos ditadores, solicitando providências em um tom que indicava, muitas vezes, certa intimidade com o Executivo federal. Sendo assim, pode-se assegurar que Rachel de Queiroz conseguia utilizar uma estratégia de esquecimento como recurso fruto de um silenciamento. A natureza seletiva da narrativa elaborava uma memória constituída a partir de acordos entre o lembrar e o esquecer. A autora era capaz de explorar de outra forma o que deveria ser contado, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando os atos dos protagonistas da ação, assim como os contornos dela. De acordo com Ricoeur (2007):

Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desaparecimento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. Mas esse desaparecimento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer- não- saber (RICOEUR, 2007, p. 455).

Portanto, esse abuso do esquecimento está relacionado a um conceito de Ricoeur (2007), perfeitamente aplicável aos relatos de Rachel

de Queiroz, e indissociável a ele, chamado de “memória manipulada”, adequado não só à rememoração do passado ligado à ditadura civil-militar, mas também da sua juventude de militância nos grupos de esquerda. Afinal, sob o pretexto frágil, de desencanto, pessimismo e decepção, ela, na fase mais madura e já flertando com o conservadorismo, passou a banalizar sua ligação com o Partido Comunista e com grupos trotskistas. Já no período de distensão do regime militar, ela passou a relativizar a sua atuação como apoiadora do sistema. Dessa forma, ela passou a recordar e enunciar determinados acontecimentos e contextos em detrimento de muitos outros que eram silenciados ou caíram no esquecimento⁴.

Rachel de Queiroz preferiu reconfigurar o passado ou, de certa forma, dissimular uma concessão de uma imagem de uma figura pública permeada de inconsistências ou contradições. Para tentar se justificar, ela afirmou em tom generalizante: “Pergunte ao Shakespeare, ele que define mulher como inconsistência, teu nome é mulher” (RODA VIVA, *in*: São Paulo. Tv Cultura. 01/07/1991). A questão central na constituição dessa memória manipulada é a afirmação de uma identidade, tanto em termos individuais, quanto em termos coletivos. De acordo com o filósofo francês, dentro desse quadro se manifestam as ideologias, que também têm papel de integrar e proteger identidades, construídas em torno do recurso a uma memória fundadora comum que, de forma quase imperceptível, serve como distorcedora e legitimadora de uma determinada ordem. Por consequência, o que acontece é uma instrumentalização da memória, que é processada para ser fiadora de discurso e práticas de legitimação.

Na verdade, a escritora, na esteira de Ricoeur e Bourdieu, criou uma memória de intelectual coerente a partir do que se pode conceituar como “envolvimento moderado”, ou de uma “intelectual moderada”. Rachel de Queiroz, a partir da complexidade geral da sua narrativa, criou uma representação dela mesma como um subterfúgio

4 De acordo com Ricoeur (2007), esse esquecimento era denominado esquecimento de fuga, o qual seria uma expressão de um esquecimento por estratégia de evitação motivada pela vontade ou necessidade de não informar, de um não-querer-saber.

de coerência. Sintetizando para melhor fundamentar, pode-se observar que a autora, quando mais jovem, frequentou de forma efêmera grupos militantes de esquerda e acompanhou grupos conservadores no período democrático entre as ditaduras, sem se alinhar claramente a nenhum partido político. Além disso, de acordo com ela, apoiou abertamente somente o golpe militar e o governo Castelo Branco, contudo, afastou-se de Costa e Silva e somente se aproximou de Médici por questões sociais. Não frequentou as rodas sociais nas quais se encontravam os generais Geisel e Figueiredo, no entanto, elogiava suas ações em seus textos, aparentando, algumas vezes, certa familiaridade. Por conseguinte, essa memória de uma literata coerente e moderada sempre esteve presente na sua construção oficial, podendo ser uma tentativa sofisticada de não encarar um balanço honesto do seu passado de apoio à ditadura militar.

Dessa maneira, ao longo do texto, podem-se perceber várias questões relativas ao tempo, presentes na escrita de Rachel de Queiroz, ora visto subjetivamente como inexorável e impetuoso, ora detentor da possibilidade de eternizar suas palavras presentes em suas obras. Então, exatamente considerando essa perpetuação de suas opiniões, a escritora esforçou-se para dominar o tempo por meio do controle da memória relativa à sua trajetória. Afinal, o ato de reminiscência recorre não só às experiências vivenciadas, mas trata-se de uma reconstrução que depende do momento, do lugar, das emoções e dos laços sociais estabelecidos no instante em que a experiência foi vivenciada e reproduzida. Portanto, por meio de entrevistas, a partir do momento de distensão da ditadura civil-militar, a cronista se esforçou para desvincular sua imagem de qualquer movimento político e associar-se, cada vez mais, à representação de uma intelectual moderada que envelhecia, de forma bastante pessimista e de espírito inadequado diante da modernização que avançava no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. *In*: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 5. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.

CUNHA, Diogo. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979). **História Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 544-557, 2014.

DA SILVA, Michel Goulart. Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 144, p. 36-43, 2013.

ELIAS, Norbert. **Solidão dos Moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GUERELLUS, Natália de Santanna. **Como um Castelo de Cartas**: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910 -1964). 2015. 388f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2015.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O éthos Rachel. *In*: Instituto Moreira Salles (Org.) **Cadernos de Literatura Brasileira** nº 4, São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1997.

PESAVENTO, S. J. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. PESAVENTO, S. J.; LANGUE, F. (Org.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

QUEIROZ, Rachel de; Queiroz, Maria Luiza de. **Tantos Anos**: uma biografia. Rio de Janeiro: Arx. 4. ed. 2004.

QUEIROZ, Rachel de. A velha senhora na Academia: depoimento. [17 de abril de 1977]. São Paulo: **Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Isa Cambará. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/04/17/348>. Acesso em: 20 jun. 2016.

QUEIROZ, Rachel de. Entrevista à Folha Ilustrada. depoimento. [setembro de 1998]. São Paulo: **Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Gerson Camarotti. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u38515.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2016.

QUEIROZ, Rachel de; Queiroz, Maria Luiza de. **Águas passadas**. O

Cruzeiro. 25/09/1972. p. 130.

QUEIROZ, Rachel de. Carta aos alunos e mestres da Faculdade de Letras de Friburgo. **O Cruzeiro**. 25/09/1974. p. 150.

QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luiza de. Eternidade. **O Cruzeiro**. 13/05/66. p. 114.

QUEIROZ, Rachel de. Neves de Antanho. **O Cruzeiro**. 25/09/1966. p. 122.

QUEIROZ, Rachel de. **Rachel de Queiroz no Programa Roda Viva de 01/07/1991**. Tv Cultura. Disponível em: <https://vimeo.com/139796529>. Acesso em: 20 jun. 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 5. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Sobral-CE, sensibilidades, sons do progresso e a cidade do barulho nas páginas do Jornal Correio da Semana (1930-1970)

Francisco Dênis Melo¹

Em algum lugar, numa dobra da terra, a cidade desperta, com uma bateção, um martelar, um chiar num crescendo. Agora um trovão, um estrondo, uma explosão ocupa todo o espaço, absorve todos os apelos, os suspiros, os soluços [...]

(Italo Calvino, *Um Rei à Escuta*)

INTRODUÇÃO

Determinadas sonoridades ou, para citarmos um temos mais abrangente, paisagens sonoras, podem ser tratadas como *indícios* do passado de nossas cidades, considerando, nesse sentido, o ouvir não como uma condição fisiológica passiva em detrimento do ver, “associado ao universo da ação, do fazer, da atividade, do atuar, do agir e do poder” (MENEZES, 2012, p. 30). Os sons passam rapidamente. Soam e ressoam e encontram a sua finitude no próprio tempo em que se desenrolam enquanto “produto de uma sequência rapidíssima (e geralmente imperceptível) de *impulsões* e *repousos*, de impulsos

¹ Doutor em História e Professor do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

(que se representam pela ascensão da onda) e de *quedas cíclicas* desses impulsos, seguidas de sua reiteração” (WISNIK, 1989, 15).

Assim é que uma questão de base nos moveu a promover uma análise entre História e sua relação com diversas sonoridades urbanas: a disciplina histórica está apta metodologicamente a tratar dos inúmeros campos sonoros que compõem nossas paisagens sonoras urbanas? A resposta, a princípio, parece ser negativa. A História tem constituído uma História Cultural Auditiva? Não. Mas a proposta em curso é essa, constituir uma História Cultural da Audição. Por outro lado, ainda que em menor escala, temos uma produção importante que abrange a relação entre História, cotidiano e sonoridades².

UM HISTORIADOR À ESCUTA DA PAISAGEM SONORA CITADINA

O Rei, personagem do escritor italiano Ítalo Calvino, lido em parte acima, deambulando pela cidade é surpreendido: “Aos seus ouvidos ressoam ruídos novos, insólitos?” (CALVINO, 1995, p. 163). Em Sobral continuava a reverberar o som tradicional de seus sinos nas altas torres de suas igrejas católicas³, mas outras sonoridades, como buzinas, sirenes, apitos, *ruídos*, barulhos, começavam a compor sua *paisagem sonora*⁴. Pairava sobre a cidade determinados sons que agora causavam incômodos e surpresa. Assim é que em Sobral as mudanças no espectro sonoro da cidade no século XX, foram percebidas por jornais

2 Algumas obras que tratam do assunto: APROBATO FILHO, 2008; BALSEBRE, 2005; CARLOS, 2001; SILVA FILHO, 2006.

3 A força do Catolicismo foi marca importante na organização e fundação da cidade de Sobral. Seus dois primeiros núcleos urbanos nasceram nas franjas das igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário. Outros templos católicos: Santuário de São Francisco, Igreja do Menino Deus, Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, Igreja de Nossa Senhora das Dores.

4 Paisagem sonora (soundscape) termo criado pelo compositor e pensador canadense R. Murray Schafer para tentar dar conta das mudanças no ambiente acústico numa amplitude de certa forma mundial, com pesquisadores em várias cidades do mundo. Paisagem acústico, a grosso modo, é qualquer campo acústico, nas palavras de Schafer. Consiste assim em eventos ouvidos e não em objetos vistos.

locais, especialmente pelo *Correio da Semana*, jornal católico, fundado em 1918, de modo que “a escrita, e principalmente a palavra impressa, estabelece novas articulações com a vida cotidiana da cidade” (CRUZ, 2013, 47). O *Correio da Semana*, assim, é importante campo para o entendimento das novas sensibilidades urbanas mediadas por um grupo de letrados, observadores e muitas vezes críticos privilegiados do cotidiano. Memorialistas locais também perceberam as mudanças, como exemplo citamos a novidade do automóvel na cidade, narrado pelo jornalista e memorialista César Barreto:

Nos dias de hoje, em determinadas cidades do interior, o cotidiano ainda pode ser abalado por motivo de curiosidade, de alvoroço, de disse me disse [...]. Agora, imaginemos a chegada de um automóvel de passeio importado, da marca FORD, chegando a Sobral no final dos anos quarenta, vindo do Rio de Janeiro, tendo sido adquirido por um dos mais conhecidos e bem-sucedidos comerciantes locais, o senhor Francisco das Chagas Barreto Lima. Foi uma grande novidade! Na época só existia em Sobral uma frota de não mais que dez veículos, sendo seus proprietários os senhores de mais posses na cidade (LIMA, 2010, 19).

Assim, temos em Sobral, a partir da fonte jornalística, várias informações sobre a difusão de novos sons maquínicos que acabam por gerar uma dupla reação na população a partir de determinadas mudanças sonoras na cidade. Por um lado, se deseja o novo; por outro, ouvem-se várias reclamações a respeito dos sons considerados indesejáveis, resultados da nova maquinaria que começa a compor o cotidiano da cidade. Nessa direção, uma notícia publicada no *Correio da Semana*, cujo título é *Na mesma tecla*, destaca o que seria uma nova necessidade da cidade:

Em nosso último numero falamos da necessidade de uma empresa telephonica em nossa terra. O alvitre teve muita repercussão em nosso meio. Diversas pessoas applaudiram a ideia e pediram nos que vez por outra, nesta folha fosse tratado tão importante assunto. Não é difícil a realização de tão util empreendimento; falta quem tome a frente, au-

xiliado pelos que podem e devem dotar nossa urbs de tão louvável melhoramento. É melhor se testar em casa de um negocio do que de longe, muitas vezes não se encontrando a pessôa que se quer tratar. Confiemos nos homens de bôa vontade (CORREIO DA SEMANA, 1932) [sic].

Uma empresa telefônica na cidade é vista como necessidade de progresso. Isso fica claro quando lemos o título da nota: *Na mesma tecla*. Podemos, talvez, entender a utilização desse equipamento em duas frentes: uma voltada para a vida privada, com o telefone dentro das casas, e outra voltada para a vida social, aberta, na medida em que o telefone aproximava as pessoas, diminuindo as distâncias e sintonizando vozes distantes.

OS SONS DO PROGRESSO E A CIDADE DO BARULHO

Nesse sentido, “a experiência cotidiana com as sonoridades técnicas alcançava agora as estratégias mercadológicas” (SILVA FILHO, 2006, p. 66), transformando-se em objeto de desejo. Outra notícia publicada no mesmo jornal, intitulada *A Construção da maior e mais bela avenida de SOBRAL*, nos interessa pela continuação da notícia que tem como subtítulo *OUTRAS NOTAS* e que apresenta uma cidade em transformação com seus novos sons e outros sentidos:

Já não se ouve o som da picareta pondo por terra o Mercado Público, de estilo colonial, que tanto afeiava uma das principais ruas de Sobral. Desapareceu também o grupo de jumentos fiscalizados muitas vezes pelo pobre Tibúrcio, de saudosa memória. Tudo agora é um montão de ruínas transportado por caminhões. A praça está mais ampla e melhormente arejada. Coisas que tempo levou... Vamos ter agora, por iniciativa do Sr. Prefeito Municipal, uma avenida que se diz a melhor da cidade, calçada a paralelepípedo e com jardins caprichosamente tratados e de flores variadas. Cerca de 150 homens ali trabalham, concorrendo não só para o progresso da cidade como encontrando pão diário nestes momentos de angustia e aperturas. [...] As mesmas vozes que se levantaram contra

o desaparecimento do velho mercado já começaram os seus aplausos à marcante construção do Sr. Prefeito que vai ser uma das mais importantes da cidade [...] (SILVA FILHO, 2006, p. 66) [sic].

Na passagem acima, o articulista usa como metáfora do que seria o atraso da cidade “um montão de ruínas transportado por caminhões”. Ruínas do antigo mercado público de estilo colonial que ficava no centro da cidade e que, segundo o autor, causava uma má impressão, assim como o grupo de jumentos solto pela rua. O som do progresso, por outro lado, vinha de um instrumento de trabalho hoje rudimentar: a picareta. Sinal de desenvolvimento e progresso da cidade é a avenida calçada a paralelepípedo, sendo aberta por cerca de 150 homens. Mas desconfiamos que o que se queria deixar para trás, no entanto, não era apenas o velho mercado colonial, segundo mercado a ser construído na cidade, mas, principalmente, a sua desorganização espacial e sonora, seu concerto de vozes, alaridos, ruídos, sons de bichos, animais amarrados junto às árvores e os pregões tão comuns às cidades brasileiras. O pregão era “Criação sonora de profissionais livres — vendedores e compradores dos mais variados objetos, doceiros [...], ou pequenos artesãos, como amoladores, consertadores de guarda chuvas e painéis etc.[...] (TINHORÃO, 2013, p. 59)”. Nesse sentido, temos uma coluna com o título *por hoje é só...do Correio da Semana* que trata das *Cousas que deviam ser abolidas*, em que se imagina uma cidade moderna sem a permanência de determinadas sonoridades. O autor da coluna faz sucessivas críticas à presença de determinadas sonoridades indesejáveis, conforme lemos abaixo:

Numa cidade adeantada como a nossa uns tantos costumes deviam ser abolidos. Por hoje registramos os seguintes:

1. O uso de foguetões quando os míseros mortais de carne ainda dormem pela madrugada.
2. O modo descortês de muitos assistirem sessões cívicas ou mesmo durante as sessões cinematográficas, com ditos picantes, assobios e risadas espalhafatosas.

3. A mania de certa gente escrever a lápis ou a carvão nas paredes e até cousas que muitas vezes não podem ser lidas.
4. O desfolhamento dos ficus ou a destruição dos bancos das alamedas da cidade; há até que corte os galhos do ficus num desejo incontido de destruição.
5. A água trazida em canecos anti-higienicos e às costas de jumentos. Quando se resolverá o primeiro problema da cidade, a água encanada?
6. Quando haverá nesta cidade uma empresa funerária para o transporte dos caixões mortuários.
Por hoje é só... (CORREIO DA SEMANA, 1941a, s/p).

Entre os costumes que deveriam ser abolidos numa cidade considerada “adeantada”, como lemos acima, está o uso de foguetes pela madrugada, atrapalhando, assim, o sono dos moradores. Temos aqui uma situação em que o barulho dos fogos é entendido como um som indesejado. Sabemos com Schafer que “O aumento dos sons no mundo moderno originou uma mudança no significado da palavra *ruído*”, de modo que “Ruído tem variedade de nuances de significados, entre as quais as mais importantes são:”

- 1 - *Som indesejado*. *The Oxford English Dictionary* contém referências a *ruído* como som indesejado datadas de 1225.
- 2 - *Som não-musical* [...].
- 3 - *Qualquer som forte*. No uso geral de hoje, ruído se refere com frequência a sons particularmente fortes. [...]
- 4 - *Distúrbio em qualquer sistema de sinalização* (SCHAFER, 2000, p. 256-257) (Grifos do autor).

Os fogos de artifício durante as noites geravam sons indesejáveis para parte da população da cidade. Qualquer som forte no âmbito da cidade oscilava de forma intensa e precisava ser combatido em nome da civilidade e da decência. A percepção negativa de Schafer com relação ao ruído, entretanto, foi relativizada por outros autores, como, por exemplo, Luigi Russolo, pintor e compositor italiano, adepto do Futurismo, que escreveu no *Manifesto Futurista Italiano*, em 1913, sobre a “Arte do Ruído”: “Nos deleitamos muito combinando em nossos pensamentos os ruídos de bondes, de automóveis, de

carruagens e multidões vociferando [...]”. Para José Miguel Wisnik, por outro lado, o ruído “é aquele som que desorganiza o outro, sinal que bloqueia o canal ou desmancha a mensagem” (WISNIK, 1989, p. 32-33). Mas, com relação ainda ao foguetório em Sobral, cinco meses antes da notícia vinculada pelo *Correio da Semana*, em novembro de 1941, outro articulista protestou no mesmo jornal, numa notícia cujo título é *Costume de aldeia*, denotando o sentido atribuído aos mesmos sons indesejáveis:

Na madrugada de dias altamente festivos em nossa querida Sobral, quando a cidade dorme, sobem ao ar os conhecidos foguetões ao som da banda de música prefereital. E o acto prolonga-se numa duração, às vezes, de duas horas. Ninguém mais pode aproveitar os últimos momentos de sono. O estampido é tão forte que nos dá a idéia de um tiroteio cerrado nos campos de batalha. E a música percorre todas as ruas e os foguetões ferem o ar de todos os lados. Costumes assim já deviam ter abolidos; já não estamos, na velha Caiçara. Só mesmo aqui não se atendem as queixas do povo pela imprensa. Em breves dias ouviremos aqui novos estampidos de canhões alemães (CORREIO DA SEMANA, 1941b) [sic].

Pela nota acima, ficamos sabendo as razões dos conhecidos foguetões nas noites da cidade de Sobral: fazer som de fundo para a banda de música municipal em dias festivos. Assim, “O que é música para um homem pode ser ruído para outro”, de modo que, em Sobral especificamente, “perturbar a população”, nesse caso, “significa perturbar uma porção significativa do público” (SCHAFER, 2000, p. 258), mas não toda a população. De toda forma, os sons considerados indesejáveis começam a ocupar parte importante do espaço público, constituindo perspectiva que enxerga em certos ruídos urbanos, vistos com ressalva, uma ligação com certo passado que se quer esquecer.

Sabemos que “O som urbano também é reflexo da expansão das cidades, seu aumento territorial somado aos modos de vida e ao uso de tecnologias de locomoção” (ROÇA, 2013, p. 3), mas não é

só isso, porque as cidades, e Sobral é exemplar nesse caso, articulam os sons com diversas temporalidades, o que significa dizer que sons que chamamos de “positivos” aqui se ligam a uma visão de futuro, de progresso, de civilização, enquanto os sons considerados “negativos” são relacionados a certo passado dito atrasado e fora de lugar, como já refletimos. No entanto, outro som, esse menos ruidoso, começa a incomodar algumas pessoas que usam as páginas do *Correio da Semana* para reclamar:

O assobio

Que coisa aborrecida, abandonhada, chocha, bestalica, ofídica, antipática, antihigienica, grosseira, alterante, desconcertante, irritante, infernante.

Na criança é prenuncio de certo mau caráter e tendência para o caipirismo, leviandade, preguiça, distração, pedantismo, orgulho, [...], mal criação, displicência, desprezo das coisas e dos homens quando seja sintoma certo [...] ou falta de chicote [...] (ROÇA, 2013, p. 3) [sic].

Mas a onde se assobia? Por que ser tão causticante com um costume aparentemente banal? O assobio é tratado como um som descortês, antipático, grosseiro e ofídico, ou seja, *venenoso*. Para o conhecido *Manual de Boas Maneiras e Etiqueta*, de Maria Cândida Gonzaga Chedid, “Assobiar — é fazer pouco caso do próximo que está conversando ou calado. Assobie quando estiver só, ou em festinhas, que estejam cantando e assobiando” (CHEDID, 2016) Ato descortês, como já frisamos, assobiar aqui é desconsiderar a presença do outro, e mais do que isso, é ser inoportuno. Temos outra manifestação do autor da coluna *Por hoje é só...* no *Correio da Semana* que nos esclarece um pouco sobre determinado local impróprio para assobios:

Por hoje é só...

A polícia local está muito empenhada em acabar com o uso do cigarro, no Teatro São João; está muito bem e tal providência está a merecer nossos mais francos aplausos. Que esta medida porém não seja de poucos dias, como já tem acontecido.

Existe contudo cousa peor a corrigir por parte de certa gente que se não sabe portar em meios educados.

Por que não acaba a polícia com os ditos, os assobios, frases e piadas inconvenientes?

Mas o soldado fica assentado assistindo à exibição do filme e o resto, a não ser o cigarro alheio, pouco lhe interessa.

O oitão do mesmo Teatro serve de mictório cujo uso é público até perante senhoras.

Nossa polícia parece não enxergar.

Por hoje é só... (CORREIO DA SEMANA, 1942a, s/p)
[sic] (Grifos nossos).

No interior do Theatro São João (1875), ou melhor, no interior do Cine Theatro São João, na década de 1920, porque é a esse espaço que o articulista se refere, deveria se impor certa ordem policial. Ordem que deveria conter o uso do cigarro em seu interior, mas essa ordem deveria atingir outros costumes considerados indesejáveis, entre eles, os assobios. O assobio, nesse sentido, era considerado caso de polícia. Por isso, outra reportagem do Correio da Semana conclama pelo silêncio na cidade: “Não há em nossa cidade silêncio noturno. Gente aquecida pelo álcool, em hora avançadas da noite, grita, gargalha estrepitosamente e canta chulas indecentes” (CORREIO DA SEMANA, 1943, s/p). Outra notícia, cujo título é Reclama-se, um mês depois, faz a mesma reclamação: “[...] O costume de se perturbar o silêncio noturno com gritos descompassados e chulas a bons pulmões [...]” (CORREIO DA SEMANA, 1943b, s/p).

Parte de um universo sensorial novo é explicitado novamente no Correio da Semana, já na década de 1970, mais precisamente em 1971, quando o articulista Francisco O. Moraes escreve um pequeno texto com o título Sobral — Cidade do barulho, sobre o qual refletiremos na sequência:

Sobral, a terra de Domingos Olímpio, de Dr. José Saboia, de Dom José Tupinambá da Frota e de tantas outras personalidades ilustres, que projetaram seu nome no cenário nacional e até no exterior, vem se desenvolvendo assustadoramente, acompanhando o ritmo de progresso dos

grandes centros urbanos. E em consequência da evolução, o barulho já está se tornando insuportável em pleno centro (CORREIO DA SEMANA, 1971, s/p).

Para o articulista, o desenvolvimento e o progresso têm a sua própria sonoridade, genericamente chamada por ele de barulho e o lugar desse barulho é o centro da cidade. O que o senhor Francisco O. Moraes não consegue entender com relação ao centro da cidade, e isso é compreensível é que as ruas, especialmente as ruas centrais, mas não unicamente, são lugares de imprevisibilidades e que percorrê-las “significa atravessar tempos diversos no mesmo espaço, ou seja, espaços diversos, ao mesmo tempo” (CANEVACCI, 1977, p. 216), o que implica dizer que cada espaço compartilha os seus sons e que tempos diversos guardam diferentes sonoridades. E continua a reportagem:

Não é o barulho provocado pelos seus veículos que causa estranheza a seus habitantes, nem dos carros grandes e carretas que cortam a Princesa do Norte diariamente através da BR — 222, mas um barulho diferente. Não provocados pelos motores e a explosão. Barulho não causado por aviões de passageiros que lhe sobrevoe, pois não temos aeroporto. Não por esquadrilha de jatos, pois isso aqui é muito difícil (CORREIO DA SEMANA, 1971, s/p).

O articulista faz um clima de suspense em seu texto ao citar alguns sons comuns à cidade naquele período, sons de automóveis de passeio e carretas que cortam a BR 222, estrada federal que cruza as imediações da cidade. Sons conhecidos e, segundo entendemos, digeridos pelos moradores sem problema. Outros sons, como aqueles causados por aviões e jatos, são apenas especulativos e demonstram a ironia do autor e sua estratégia para superdimensionar aqueles sons considerados barulhentos e fora da ordem, questão explicitada na sequência de seu texto:

Mas um barulho irritante, e constante, provocado por amplificadoras. Um barulho musicado, que teve origem na rivalidade de algumas lojas de tecidos de nossa cidade. O desejo ou a necessidade de propagar suas mercadorias,

fizeram do centro da velha Caiçara uma autêntica baderna, numa mistura de músicas e vozes, que até nos dá a impressão de um parque de diversões à semelhança de um que esteve recentemente instalado na Praça Duque de Caxias (CORREIO DA SEMANA, 1971, s/p).

O que temos agora não é música simplesmente ou a programação da Rádio Iracema, comum à época, mas “Um barulho musicado”, fazendo do centro da cidade “uma autêntica baderna”, segundo o articulista. A queixa maior diz respeito a impossibilidade de se “resolver um negócio nas adjacências dessas lojas sem que não seja gritando para seu interlocutor, sob pena de não ser ouvido” (CORREIO DA SEMANA, 1971, s/p). Sabemos, a partir das reflexões de Jean François Augoyard e Henry Torgue, que “os espaços urbanos e arquitetônicos podem proporcionar efeito de ubiqüidade sonora, pois possuem condições que favorecem a propagação e deslocalização sonora” (AUGOYARD; TORQUE, 2009, p. 131-137)[sic], de modo que, na cidade, os “sons não cessam, não existe possibilidade de privar o ouvido da audição assim como fechamos os olhos para impedir a visão (ROÇA; TRAMONTANO, 2009, p. 6)”. Assim, refletimos que o que define barulho, “ruído, assim como o silêncio [...], são atribuições dadas, construções sociais, morais, variáveis conforme a época e a situação” (OBICI, 2006, p. 34).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, uma reflexão do sociólogo português Carlos Fortuna é fundamental: “A decifração de uma paisagem sonora, qualquer que seja o grau da sua resolução acústica, traduz sempre um acto de atribuição de sentido. O significado de um som é, portanto, sempre relativo” (FORTUNA, 1998, p. 29). Por isso mesmo, metodologicamente podemos pensar que “Numa percepção imediata do que é a leitura da cidade, diferentes tipos de sentidos e de orientações são utilizadas, tais como: o olfato, a audição, o tacto, a tacto, a cinestesia, etc.” (LEITE, 2011, p. 16).

Mas uma questão é importante e urgente: “Há que se pensar no direito de escuta — sobre o queremos ou não escutar” (ROCHA, 2017, p. 15). É importante frisar, por outro lado, que não podemos tão somente “reduzir a riqueza do som do mundo à ideia de ruído problemático e incômodo, mas considerando que o fenômeno sonoro toma forma no espaço e em relação ao outro” (ROCHA, 2017, p. 22). A proposta apresentada, portanto, foi analisar os espaços testemunhados numa perspectiva multissensorial, na medida em que

As cidades são espaços onde se regista a presença de vários campos sonoros particulares, que se sobrepoem entre si e articulam, desde sons em vias de desaparecimento, até sons novos de raiz tecnológica e industrial, que se globalizam [...], como por exemplo, o ruído de tráfego. Neste caso, as paisagens sonoras urbanas tendem a apresentar-se ao receptor na sua multi-sonoridade, impossibilitando a identificação e distinção entre os sons que a compõem, revestindo-se de uma baixa fidelidade acústica (de acordo com classificação de Schafer), também designada por bruma sonora. Hoje em dia, nas cidades, estamos expostos a um sem fim de fontes sonoras, com características sonoras antagónicas (forte/fraco, longo/curto e agudo/grave). Como consequência, muitas pessoas optam por não viver em sítios ruidosos, no entanto, a própria modernidade já comporta, em si, o ruído (ANTUNES, 2016, p. 3).

Esse tipo de paisagem sonora seria resultado de todas as mudanças advindas com a Revolução Industrial, assim é que foram introduzidos “uma multidão de novos sons, com consequências drásticas para muitos dos sons naturais e humanos que eles tendiam a obscurecer” (SCHAFER, 2002, p. 107). Para Schafer, “Finalmente, o ruído da máquina começou a intoxicar o homem em toda parte com suas incessantes vibrações” (SCHAFER, 2002, p. 111).

Desse modo outra questão é metodologicamente importante: “como compreender os planos sonoros das sociedades e submetê-los pedagogicamente aos estudos históricos? [...] Como apontar, ao menos, os fragmentos de sons que um dia fizeram parte do cotidiano urbano?” (OLIVEIRA, 2014, p. 114-15). Não há dúvidas de que so-

mos feitos de sons, nesse sentido, somos feitos também de silêncio, o que significa dizer que precisamos afinar os ouvidos para os sons e para os silêncios de nossas cidades.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Sonia; ROSÃO, Vitor; REBELO, Margarida. **Paisagens sonoras de zonas históricas**: Estudo piloto em duas zonas típicas da cidade de Lisboa. Euro Regio 2016, Jun., 13-15, Porto, Portugal.

APROBATO FILHO, Nelson. Kaleidosfone. **As novas camadas sonoras da cidade de São Paulo. Fins do século XIX- início do século XX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008.

AUGOYARD, J. F.; TORGUE, H. **Sonic Experience**: a guideto everyday sounds. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2009

BALSEBRE, Armand. A linguagem radiofônica. *In*: MEDITSCH, Eduardo. **Teoria do rádio**: textos e contextos. Insular, V. 1 Florianópolis, 2005

CALVINO, Italo. Um Rei à Escuta. *In*: CALVINO, Italo. **Sob o Sol-Jaguar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1997

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Habitar é deixar rastros. *In*: **Espaço-tempo na metrópole**. A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CORREIO DA SEMANA, Sobral-CE, 16 maio 1941.

CORREIO DA SEMANA, Sobral, 29 maio 1941

CORREIO DA SEMANA, Sobral-CE, 1º.jan. 1943.

CORREIO DA SEMANA, Sobral-CE, 4 fev. 1943.

CORREIO DA SEMANA, Sobral-CE, 7 nov. 1971.

CHEDID, Maria Cândida Gonzaga. **Manual de Boas Maneiras e Etiqueta**. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/etiqueta/normasbasicas.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta. Periodismo e vida urbana — 1890-1915**. São Paulo: Arquivo público do Estado de São Paulo, 2013.

FORTUNA, Carlos. Imagens da cidade: sonoridades e ambientes sociais urbanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 51, junho 1998.

JORNAIS disponíveis no NEDHIS — Núcleo de Estudos e Documentação Histórica -UVA.

LEITE, Bárbara Fernandes. **O som da cidade: bases para uma leitura do espaço público**. Investigação com trabalho de projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arte e Design para o Espaço Público. Universidade do Porto, setembro de 2011.

LIMA, César Barreto. **Estórias e histórias de Sobral**. 3. ed. Fortaleza: Premium, 2010.

MENEZES, José Eugenio de O. **Cultura do ouvir: os vínculos sonoros na contemporaneidade**. In: CARDOSO, Marcelo. MENEZES, José Eugenio de O. Comunicação e cultura do ouvir. São Paulo: Editora Plêiade, 2012.

OBICI, Giuliano. **Condição da escuta: mídias e territórios sonoros**. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Vinicius Moraes de. **Entre o Mosteiro de São Bento e a cidade: o canto gregoriano e o acústico contemporâneo da cidade de São Paulo**. Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Rumores**. Paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desportos do Ceará, 2006.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROÇA, Luciana S.; TRAMONTANO, Marcelo. **Polifonias, dissonâncias e ritmos: ouvir para construir cidades**. In: **Vírus**, São Carlos, n. 9, v. 1, [online], 2013. Disponível em: <http://143.107.236.240/virus/virus09/?sec=6&item=1&lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2016.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP, 2000.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. **Rumores: a paisagem sonora de Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. São Paulo: Editora 34, 2013.

Contendas intelectuais e produção do saber na Amazônia paraense (1922-1933)

Robson Wander Costa Lopes¹

INTRODUÇÃO

O delineamento teórico-metodológico apresentado nesta introdução é uma projeção cuja execução se pretende ao longo da pesquisa de doutoramento (2020-2024). Todavia, a mínima delimitação se faz adequada porque demarca a teoria de base. Sendo assim, este trabalho não é a conclusão de uma tese, mas a tentativa de construção de um objeto.

O objetivo é analisar a ressignificação conceitual de “Adesão do Pará à Independência do Brasil” (*Adesão*) a partir dos ressentimentos e disputas intelectuais, entre o engenheiro civil João de Palma Muniz e o jurista José Augusto Meira Dantas, ocorridas na década de 1920, contendas amplamente registradas em artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (R-IHGP) e reeditadas e publicadas em jornais de ampla circulação regional, no contexto do primeiro centenário das efemérides da Independência e da Adesão.

¹ Doutorando em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA).

A História Intelectual (BARROS, 2004, p. 202) é o domínio historiográfico que estrutura a metodologia deste artigo. Ademais, Sirinelli (1986) ao considerar dois aspectos na constituição do conceito de “intelectual”, um mais amplo, que diz respeito aos criadores e mediadores culturais, e um mais específico, que se baseia na noção do engajamento político, favorece-nos remontar as trajetórias dos sujeitos da pesquisa, a partir de alguns marcos da produção de João de Palma Muniz e José de Augusto Meira Dantas, o que nos é dado a conhecer, especialmente, através de seus textos publicados em jornais e revistas, ao longo de suas trajetórias.

OS INTELECTUAIS DAS CONTENDAS

João de Palma Muniz (1873-1927) nasceu na cidade de Vigia de Nazaré, nordeste paraense. Um autor destacado por seu refinamento nas letras, e seu vasto conhecimento nas áreas da engenharia civil, geografia e história (MORAES, 2009, p. 22-26), tanto é assim que fez jus ao título de “historiador-maior”, para usar os termos de Clovis Moraes Rêgo (1981, p. 333). Com o aprimoramento de sua formação intelectual no Rio de Janeiro, despontou como sócio fundador do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico do Pará (IHGEP) em 1900 (R-IHGEP, 1900, p. 169), e aí exerceu a função de 1º secretário, onde publicou sua extensa obra. Jorge Hurley, sócio presidente do IHGP, inicia seu texto de “Homenagem do IHGP à memória dos inesquecíveis e doutos consócios”, referindo-se ao Palma Muniz com os seguintes termos:

Uma grande perda sofreu a Amazonia (sic) com o desaparecimento do dr. João de Palma Muniz, coração franco, aberto à caridade; alma simples e culta, escrava do bem e amante das investigações históricas do norte brasileiro (HURLEY, 1931, p. 203).

Jorge Hurley segue o texto com a homenagem apresentando de seu confrade como um árduo defensor do IHGP cuja produção

intelectual fora amplamente publicada pela Revista do Silogeu. De fato, uma grande parte de sua obra está registrada nas publicações da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (R-IHGP) entre os anos de 1917 a 1934.

José Augusto Meira Dantas (1873-1964), doravante Augusto Meira, nasceu no município de Cará-Mirim (RN). De família nobre, tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais, na Faculdade de Direito de Recife, em 1899. Mudou-se para o estado do Pará 1903, sendo nomeado promotor público da comarca de Santarém, destacou-se na conclusão da questão que criou o território federal do Acre em 1904. Mudou-se para Belém em 1905 como promotor público (AS FESTAS, 1919, p. 3), ampliando sua sociabilidade intelectual nas atividades advocatícias, políticas, jornalísticas e literária, como atesta o periódico Estado do Pará, ao premiá-lo por um soneto à bandeira nacional com características pré-modernistas (O NOSSO, 1919, p. 1; VÁRIAS, 1919, p. 5). Assumiu as cátedras de direito penal e civil na Faculdade de Direito do Pará (TÓPICOS, 1912, p. 2). Em 1960 foi morar no Rio de Janeiro dedicando-se ao jornalismo, tornando-se articulista no Jornal do Comércio e no Jornal do Brasil, sem deixar a imprensa paraense, escrevendo semanalmente para os principais jornais de Belém. Membro fundador da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, e Diretor da Faculdade de Direito do Pará. Faleceu em Belém no dia 24 de março de 1964 (CPDOC, 2017).

Portanto, Palma Muniz e Augusto Meira, contemporâneos nas primeiras décadas da república velha, faziam parte da sociabilidade nos espaços públicos entre os intelectuais de Belém na década de 1920.

ENTRE EFEMÊREDES E RESENTIMENTOS

Um pouco mais de três décadas da proclamação da república, no Brasil, a década de 1920 fervilhava em meio às correntes ideológicas

que “disputavam a definição do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo” (CARVALHO, 2017, p. 9). Um contexto que se estruturou no período final da monarquia até o final da república velha, com o “fenômeno castilhistá”, isto é, “o núcleo antidemocrático das ideias políticas de Comte, ajustado a uma experiência concreta” (PAIM, 2007, p. 102), nesse caso, ajustado à República. Maria Mello, quando de sua pesquisa, verifica que nesse período, advinda desde meados da monarquia, a propagação de uma “mentalidade historicista” que produz e reproduz a ideia de “tempo que tem significado e é significante”, como se houvesse, sem nenhuma dúvida, uma diacronia sempre ascendente e progressiva, e nessa “cultura científica e democrática o regime republicano era uma necessária culminância política” (MELLO, 2009, p. 18 e 20).

No Pará, particularmente em Belém, o contexto sócio-político do ideário na época, não foi diferente do que se construía nacionalmente. Politicamente o conservadorismo e o autoritarismo eram comuns, embora não tenham sido poupados pelos cartunistas de periódicos a denunciarem os “politiqueiros” (CASTRO, 2017). Mas, também no Pará, como parte da República nascente, as primeiras décadas do século XX, alargam-se por uma série de festas cívicas que se prolongou por anos a fio, em destaque os 300 anos da fundação de Belém (1916), e o primeiro centenário da Independência do Brasil e a Adestão do Pará à Independência, entre os anos 1922 e 1923, como nos atesta o historiador a seguir:

Por meio dessas festas cívicas, em nada inocentes, os intelectuais paraenses foram construindo novas identidades de grupo, relações de sociabilidade, e [...] se misturando entre si. Literatos de origens sociais, intelectuais e políticas muito diversas foram se aproximando em vista de um novo projeto de nação, em que a Amazônia tomava, finalmente, o lugar de proa (FIGUEIREDO, 2012, p. 18).

Os intelectuais, dentre outros espaços de sociabilidade, também ocupavam o IHGP e sua revista (R-IHGP) muitas vezes tomada como instrumento de produções desses intelectuais. Seguindo um padrão, a questão do sentimento cívico da “nova nação” tornou-se uma tarefa comum dos IHGs brasileiros com a maioria criada no início do século XX. Assim, essas instituições de perfil científico-cultural buscavam representar o passado imperial como algo sombrio e o presente republicano como algo iluminado, novo. E isso abrangia diversos campos: a política, as artes, a literatura, a arquitetura, a religião (FREITAS, 2007) e, também, o conhecimento. Portanto, “[...] caberia ao IHGP a tarefa de conceber a história [que] está em processo de constituição enquanto ciência [...]” buscando consolidar uma ciência com “especificidade local” (CARDOSO; ROCHA, 2014, p. 2300).

É nesse contexto cultural, político e científico, que a produção intelectual regional, de modo geral, revela-se como reprodutor de uma fonte exterior à Amazônia. Grupos de literatos levantam suas vozes através dos periódicos de cunho político bradando por liberdade literária para o Norte do país e publicavam denúncias radicais, como aquela de Abgvar Bastos que “criticava a hipocrisia e o excessivo moralismo social, em almas que plagiavam valores alienígenas” (FIGUEIREDO, 2012, p. 21-22). Não é de se estranhar que também o saber e o conhecimento científico fossem meras reproduções dos centros acadêmicos, sobretudo do Sul do país, fazendo da Amazônia mera receptora e periferia do saber. Nesse sentido,

Independência e adesão, bem entendido, fazem parte de um mesmo jogo político no interior das genealogias intelectuais. Era necessário aderir ao grito de renovação, mas, ao mesmo tempo, tornava-se fundamental manter a independência da hegemonia sulista. Na década de 1920, as ideias de bairrismo, regionalismo e nacionalismo ganharam uma politização conceitual nunca vista por estas bandas (*Idem, Ibidem*, p. 26, itálicos do autor).

Assim, o IHGP, dentre outras instituições, como as faculdades livres, passou a destacar-se com a importante tarefa de congregar intelectuais, uma vez que ainda não existia a figura institucional e agregadora da Universidade na região. Tanto é que podemos acompanhar, através da publicação da R-IHGP, a produtiva construção de uma intelectualidade amazônica. A ideia de “adesão”, portanto, toma características epistêmicas singulares nos debates entre os intelectuais, especialmente entre Augusto Meira e Palma Muniz.

Como é possível antever, o sentido conceitual que num primeiro nível do discurso, o mais aparente, passou a denominar-se como “Adesão do Pará”, e sua formação discursiva, faz-nos conduzir a pesquisa para uma análise além das trajetórias e dos espaços de sociabilidades. E, considerando o peso epistêmico que o aspecto político possa ter representado na produção do sentido conceitual de “adesão do Pará”, na década de 1920, importa verificar a ressignificação desse sentido histórico no campo do saber, dito de outra maneira, no campo do discurso enquanto saber. Nesse sentido, compreendemos que o discurso intelectual é o dizer sobre o “sentido da história” (PITA, 2015, p. 33).

Entretanto, é preciso contextualizar os discursos que se pretendemos analisar, pois, na história intelectual, além das trajetórias e dos locais de sociabilidade, não se pode olvidar a obra e o contexto no qual ela se desenvolve como produção intelectual, como indicam Silva (2002) e Chalhoub e Pereira (1998). Desse modo, o sentido conceitual de “adesão do Pará”, cujos textos de Palma Muniz e Augusto Meira, produzem uma verdadeira contenda intelectual, ao longo dos anos de 1922 e 1923, republicados em 1933. Na introdução de seu artigo, Augusto Meira faz alusão aos seus escritos anteriores com a mesma temática insistindo “[...] sobre a responsabilidade integral de Greenfeld n'aquella horrorosa hecatombe (sic), [referindo-se aos] acontecimentos luctuosos do ‘Palhaço’, onde foram loucamente sacrificadas tantas victimas de um tratamento cruel (MEIRA, 1933, p. 227-246).

Os artigos aos quais o jurista refere-se são os de autoria de seu opositor, Palma Muniz, que foram publicados no jornal Folha do Norte (MUNIZ, 1923 a, b, c), cujas contestações respondera em publicações através do jornal A Província do Pará, no mesmo ano. Para Augusto Meira, escrever acerca da responsabilidade de Grenfell, seria “um serviço à verdade histórica” (MEIRA, *Op. cit.*, p. 228) do país, de modo geral e ao Pará, de modo particular.

Num debate entre intelectuais os argumentos acabam por requererem por novas respostas, por criarem perspectivas de possibilidades, uma dialética que não tarda por manifestar as conversações intertextuais e noções remissivas de sentidos conceituais, delineando uma ideia, um saber, um conhecimento e um posicionamento político. Lima (2017, p. 1687) ao comentar Sirinelli, corrobora que “os intelectuais são intérpretes da realidade, de seu meio, de seu tempo; eles criam diagnósticos e prognósticos de seu contexto; são atores da esfera política e produzem conhecimento”. O debate, nesse sentido, é algo que garante ao intelectual produzir saber e manifestar poder. Dessa maneira, o IHGP e seu periódico RIHGP passam a ser o palco de contendas provocadas a partir dos textos de Palma Muniz, refutados pelos textos de Augusto Meira e de outros confrades, acerca do sentido político, mas também, conceitual, do que se entendia por “Adesão do Pará à Independência do Brasil”, um século depois do acontecimento.

Vale destacar que Augusto Meira colocava como meta, seu comprometimento com a “verdade histórica”, portanto, a verdade tornar-se-ia um modo de compreensão singular que justificasse sua tese a partir de uma leitura própria sobre o fato em análise. Primeiramente, ele cita diversos autores que escreveram sobre o mesmo fato, como referencial e fonte para sua tese. Em segundo lugar, faz as comparações - analogias - análise comparativa entre os fatos: dos alemães com relação à hecatombe do “Luzitania”, na segunda guerra mundial, e infere que o brigue Palhaço foi mais horrendo porque se tratava não de inimigos armados, mas de compatriotas desarmados numa luta desigual e conclui a comparação dizendo que na verdade esse fato se configurou numa “gravidade incom-

parável, muito maior e muito mais sinistro” (MEIRA, 1933, p. 240), e sentença: “A verdade da história ficará pairando intacta e constante na consciência coletiva desafiada” (*Ibidem*, p. 246).

A contenda, de fato, estabelece-se quando o Cônsul da Inglaterra ao aplaudir a festa da adesão do Pará, fez destacar na Praça da República, antigo largo da pólvora, o nome de Grenfell, ao lado do de Cockrane. Augusto Meira tomou isso como uma afronta à memória dos paraenses mortos:

[...] nos seja permitido impugnar a pretensão de se dar nome de Greenfeld (sic) um realce, que elle não merece e que antes, importaria em uma affronta a todos os brasileiros e, acima de tudo, ao povo paraense. [...] O nome Greenfeld (sic), jamais! “Greenfeld (sic) um nome para sempre maldicto para sempre nos annaes de nossa história” (MEIRA, 1933, p. 233).

Portanto, a necessidade de “remontar” o passado partiu de um fato no presente desses intelectuais (1922-1923), uma dada situação que funcionou como estopim para recuperar a figura histórica de Grenfell como uma imagem do peso da opressão sobre o povo. Nesse sentido, afirma Figueiredo:

Mais que uma luta retórica e exercício de erudição no campo da história, o que se viu foi de fato um uso político da história e seus significados no presente. Numa alusão a Pierre Ansart, penso que estava em jogo, entre os intelectuais paraenses, uma longa história de ressentimentos[...] (FIGUEIREDO, 2009, p. 187).

Por que essa “longa história de ressentimento”? Qual as motivações “cognitivas” da hermenêutica acerca do sentido conceitual de “Adesão do Pará” desses intelectuais que disputaram ideias e erudições, a evocar um século de história? Qual a necessidade de retomar esta memória infame da história do povo paraense? Quais as condições históricas que possibilitaram essas afirmações como história

verídica e incontestável, para além de um sentido político e patriótico, mas como saber autônomo e original? Tais questionamentos corroboram com a nossa problemática e são inquietudes que necessitam de minuciosa pesquisa com acuidade historiográfica, pois o intento, não é partir do conceito “puro e simples”, porém, é chegar ao sentido conceitual, partindo do estudo sobre os entendimentos que, após um século de historicidade, foi elaborado acerca dessa noção. Será necessário perceber se, e como a “Adesão do Pará”, foi de fato ressignificada no contexto do seu primeiro centenário. E para usar das palavras de Margareth Rago (1995, p. 74), o nosso compromisso teórico-metodológico será o de revelar as “imbricadas teias de [...] constituição e naturalização” do sentido conceitual de “Adesão do Pará” na arena intelectual e na produção do saber regional, especialmente no âmbito do IHGP.

RESSIGNIFICAÇÃO DE “ADESÃO” E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para João de Palma Muniz a ideia de “Adesão do Pará” significava a quebra dos “grilhões do cativeiro colonial [e] estabilidade do [...] independência política” (MUNIZ, 1923, p. 12), além do que, representaria uma forma de construir uma identidade regional no contexto nacional. Mas, tal compreensão foi controvertida por alguns intelectuais de sua época, a partir de dois de seus escritos: “These III: Adesão do Grão Pará à Independência” (MUNIZ, 1923, p. 2-17) e “Grenfell na História do Pará” (1927), que segundo Carlos Rocque (1970, p. 248), esse último, trata-se de um “trabalho polêmico”, por defender o militar inglês. Assim, Palma Muniz fomenta um nativismo com base na ideia de que a “adesão” foi uma libertação de brasileiros-paraenses ao cativeiro português. Dupla vitória: do Brasil e do Pará:

[...] não se pode pôr em dúvida que as idéas do systema constitucional vieram desadormentar o povo do Grão-Pará, nas suas classes mais cultas, permittindo desenvolverem-se os pymeiros syntomas do nativismo, que logo tendeu para a conquista dos postos da administração pública, pretendendo a exclusão do elemento reinol. A semente então lançada germinou e produziu o fructo das idéas de independência, em período relativamente muito curto, logo que a imprensa surgiu em complemento das primeiras concessões libertarias (MUNIZ, 1923, p. 16).

Dessa maneira, a ideia transvestira-se de civismo pátrio, de uma pretensa “nacionalidade popular”. A elaboração da ideia de “adesão do Pará à Independência” ganhava, no contexto da efeméride do primeiro centenário uma mutação hermenêutica do que havia sido em 1823, como por exemplo, a figura de “súditos”, para a figura de “povo”, em 1923 (FIGUEIREDO, 2009, p. 181).

Ocorre, contudo, que Palma Muniz ao definir o projeto de 30 teses (ESTADO, 1921) para fundamentar esse intento, não houve respostas afirmativas, sendo que apenas 6 das 30 teses propostas foram apresentadas, e em grande parte por sócios do próprio IHGP. Ademais, seus próprios confrades do IHGP, como Augusto Meira e Jorge Hurley, não compactuavam no entendimento de Adesão com o mesmo sentido conceitual que Palma Muniz. Na década de 1920, por exemplo, com base em

[...] vários estudos na comissão de etnologia do IHGP, [Jorge Hurley] tomou para si a interpretação de que a tragédia do brigue Palhaço, muito além de um evento apenas relacionado à Independência, foi, mais do que tudo, o embrião do levante cabano de 1835 e 1836, expresso no ódio que nativos do Pará guardaram em relação às autoridades portuguesas (FIGUEIREDO, 2009, p. 189).

Por outro lado, segundo o mesmo autor acima, na versão dos modernos dos anos 1920 “o ideário da nação não passaria mais pela constituição de um país branco e europeizado, e ao invés de um Estado suficientemente forte e centralizado, a ênfase recaía ago-

ra sobre a noção federativa e republicana”. Claramente a ideia para compor o sentido conceitual de “adesão” seria uma ressignificação da identidade nacional num diálogo com a identidade regional.

Jorge Hurley, ao fazer oposição ao modo pelo qual Palma Muniz embelezou a figura heroica e “figura proeminente” de Grenfell, afirma que esse comandante “maculou, toda a sua grande obra no Pará, com a hecatombe do brigue Palhaço [...] não há defesa que o salve... só o perdão dos séculos...” (HURLEY, 1938, p. 418).

O cerne da contraversão ao proposto ideário de Adesão por Palma Muniz, portanto, foi a maneira com que ele apresentou o episódio do Brigue Palhaço, numa passiva e quase harmoniosa diligência por parte do inglês Grenfell, ao qual é apresentado como herói no contexto da gênese da nacionalidade brasileira. Ademais, dentre as vozes contrária são discurso de Palma Muniz, destaca-se ainda, Theodoro Braga, que denominou o episódio do Brigue Palhaço de “lúgubre acontecimento, lúgubre e inútil, friamente concebido e executado pelo preposto inglês [...]” (BRAGA, 1931, p. 107).

Mas, dentre todos, o discurso mais enfático e direto, que argumenta as controvérsias das teses de Palma Muniz, destaca-se o do jurista Augusto Meira, cujo conteúdo fora publicado em diversos artigos a partir de 1922, um conjunto de artigos no jornal Província do Pará, compilado posteriormente num texto unitário publicado sob o título “Grenfell e a Hecatombe do Palhaço”, na Revista do IHGP (MEIRA, 1933, p. 227-246). A acusação ferrenha de Augusto Meira sobre a pretensa figura heroica de Grenfell lançava outro significado na elaboração da ideia de “Adesão do Pará”. Para Augusto Meira a nacionalidade e a regionalidade não poderiam serem formadas por harmoniosas fusões de ideais patrióticos, mas por conflitos marcados pelo martírio de compatriotas, os verdadeiros heróis.

Se por um lado há tensão na visão de Augusto Meira sobre a adesão do Pará à independência, com relação ao proposto por Palma

Muniz, por outro lado não se perde a necessidade de demarcar a projeção regional do Pará ao contexto nacional. Assim, ao se referir à efeméride, Augusto Meira afirmava que:

Uma das solenidades a levar a efeito é essa: Plantar uma pedra votiva, aos imanes desses martyres, cujo único crime foi amar desordenadamente, talvez, mas extremamente, a terra do Brasil, vendo o Pará, como parte integrante e gloriosa da nossa Pátria (MEIRA, 1933, p, 237).

Como é possível perceber, não há um discurso unívoco, mas conflitivos e ressentidos, acerca de uma mesma ideia sobre a “Adesão”, cem anos depois do acontecimento. São opiniões diversas, atribuições de valores vários, sentidos conceituais deslocados que aparecem nos textos dos intelectuais paraenses no período da república em formação, início do século XX, que mantêm sociabilidade numa mesma instituição cultural: o IHGP. E é justamente nesse cenário que o aparecimento do intelectual se protagoniza na história.

Portanto, o saber produzido na Amazônia, na primeira metade do século XX, necessita ser estudado enquanto originalidade epistemológica e não seja confundida como mera e passiva receptividade cultural de produções algures distantes das sociabilidades dos intelectuais locais, sob a influência dos grandes centros acadêmicos contemporâneos. Ao contrário, é importante, considerar essa produção enquanto um campo cultural autônomo que constituiu elementos para a composição de uma história do saber na Amazônia. As contendas intelectuais, verdadeiros ressentimentos entre João de Palma Muniz e José Augusto Meira Dantas, sobre a “adesão do Pará” na década de 1920, apontam ter produzido um ideário autônomo e de originalidade amazônica, propiciada, especialmente pela arena de debate no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), o Silogeu que, dentre outras associações culturais, serviu de púlpito para a produção e difusão do saber na segunda década do novecentos.

REFERÊNCIAS

“**AS FESTAS da república**”, Estado do Pará. domingo, 16 nov. 1919, p. 3. Hemeroteca do IHGB, disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/101313-folha-do-norte.html>, acesso em: 03 ago. 2018.

“**O NOSSO concurso litterario**: um soneto sobre a bandeira”, Estado do Pará, quarta-feira, 19 de novembro de 1919, p. 1; Arquivo da Fundação do Pará Tancredo Neves.

“**TÓPICOS e notícias**”, Estado do Pará, quinta-feira, 17 jan. 1912, p. 2. Arquivo da Fundação do Pará Tancredo Neves.

“**VÁRIAS notícias**, Estado do Pará, domingo, 29 nov. 1919, p. 5. Arquivo da Fundação do Pará Tancredo Neves.

BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História**: Especialidades e Abordagens, Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAGA, Theodoro. **História do Pará**: resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Construtores da nação: os intelectuais do IHGP e os manuais didáticos no Pará republicano (1900-1920). In: **Jornada do HISTEDBR e X seminário nacional pós modernidade e educação**: um debate atual. Caxias: Universidade Estadual do Maranhão, 2014, p. 2300, Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/12/artigo_eixo12_305_1410834019.pdf. Acesso em: 15 set. 2018

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CASTRO, Raimundo Nonato de. Cenário político e caricaturas de oposição em Belém do Pará - 1920-2927. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 04, n. 02, p. 49-66, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://ihgp.net.br/revista/index.php/revista>. Acesso em: 12 set. 2018.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M, **A História Contada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CPDOC, 2017. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil** - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-augusto-meira-dantas>, Acesso em: 18 ago. 2018.

FIGUEIREDO, Aldrin M. de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, janeiro-junho de 2009, p. 176-195.

FIGUEIREDO, Aldrin M. de. **Os vândalos do apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20**. Belém: IAP, 2012.

FREITAS, Iza Vanessa Pedroso de. **O patronato das Letras: cultura e política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

HURLEY, Jorge. Palma Muniz e o Instituto Histórico. **Revista do IHGP**, v. VI, n. 6, Belém, 1931. Arquivo da Fundação do Pará Tancredo Neves, Belém. Seção de Obras Raras.

HURLEY, Jorge. Palma Muniz e o Instituto Histórico. Noções de História do Brasil e do Pará: de acordo com o programma de ensino primário do estado do Pará. **Revista do IHGP**, Vol. XI, 1938. IHGP. Belém. Hemeroteca. Seção Obras raras.

LIMA, Neilaine Ramos Rocha de. Conceitos, intelectuais e ideias: o entrelaçamento de diferentes dimensões da pesquisa histórica, no caso do debate entre Eugênio Gudim e Celso Furtado (1950-1964). *In: VIII Congresso Internacional de História*. XXII Semana de História, 9 a 11 de outubro de 2017, p. 1782-1691. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3867.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MEIRA, Augusto. “Greenfeld e a Hecatombe do “Palhaço””. **Revista do IHGP**, v. VIII, 1933, p. 227-246.

MELLO Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. *In: Tempo [online]*. 2009, v. 13, n. 26, p. 15-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a02v1326.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2009.

MUNIZ, João de Palma. Adesão do Grão-Pará à independência. Edição comemorativa do centenário da independência política do Brasil. Belém: Oficinas do Instituto Lauro Sodré. *In: Revista do IHGP*, Volume IV: annos 5 e 6, 1921-1922, fascículo IV, fevereiro-março de 1923,

p. 02-17.

MUNIZ, João de Palma. **Efemérides Centenárias do Pará**: 4 de maio de 1823. Belém, Folha do Norte, 4 de maio de 1923a. Arquivo da Fundação do Pará Tancredo Neves. Seção Hemeroteca Acervo ORM.

MUNIZ, João de Palma. **Efemérides Centenárias do Pará**: 5 de maio de 1823. Belém, Folha do Norte, 5 de maio de 1923b. Arquivo da Fundação do Pará Tancredo Neves. Seção Hemeroteca Acervo ORM.

MUNIZ, João de Palma. **Efemérides Centenárias do Pará**: 6 de maio de 1823. Belém, Folha do Norte, 6 de maio de 1923c. Arquivo da Fundação do Pará Tancredo Neves. Seção Hemeroteca Acervo ORM.

MUNIZ, João de Palma. **Grenfell na história do Pará**, 1823-1824. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1927 (Separata Anaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará).

O ESTADO DO PARÁ. **Chamada publicada na edição nº 3830 do Jornal Estado do Pará**, domingo, 20 de novembro de 1921, p. 4. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital <http://memoria.bn.br>. Acessado em: 18 ago. 2018.

PAIM, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. 6. ed. v. 1. Londrina: Edições Humanidades, 2007.

PITA, Antônio Pedro. Consciência e história: ensaio de genealogia do discurso intelectual. In: MARGATO, Izabel; GOMES, R. C. (Org.). **O intelectual e o espaço público**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 27-38.

RAGO, Margareth. “O efeito-Foucault na historiografia brasileira”. Tempo Social: **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, out. 1995.

RÊGO, Clovis Silva de Moraes. Pronunciamento de lançamento da obra “Adesão do Pará à independência e outros ensaios” de João de Palma Muniz. In: **Anais** da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém: SECULT, 1981, Tomo XII, p. 333-341.

R-IHGEP. Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Pará. Ano I, v. 1 - Nº 2. Belém: Imprensa Oficial, 1900. ROCQUE, Carlos. Antologia da Cultura amazônica: história e ensaios históricos -memórias. Vol. IV. Belém: Amazônia Edições Culturais LTDA (AMADA); São Paulo: Gráfica da revista dos tribunais S.A., 1970, p. 248-252.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragments da História Intelectual**: entre

questionamentos e perspectivas. São Paulo: Papyrus, 2002, p. 22-23.

SIRINELLI, Jean-François. **Enjeux. Le hasard ou la nécessité?** Une histoire en Chantier: l'histoire des intellectuels. *In: Vingtième Siècle. Revue d'histoire Année 1986*, p. 97-108. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1986_num_9_1_1452. Acesso em: 15 set. 2018.

Histórias de trancoso

Entre memórias e imagens

Emanuel da Silva Oliveira¹

Ana Lucia do Nascimento Oliveira²

INTRODUÇÃO

Pensar a historiografia atual do ponto de vista de um paradigma que perceba racionalismo(s) no plural e não no singular, condiz a relevância de um olhar sobre a sensibilidade do fazer do historiador. Para isso, a literatura popular e a tradição oral dos contos orais em seu conceito êmico “História de Trancoso” nos serve como objeto bastante propício a interpretações fenomenológicas, carregando em sua composição memórias através de imagens. Com isso, compreendendo a importância da análise teórico/metodológica que envolve esses dois conceitos, o ensaio pretende descrever alguns apontamentos e explicações sobre Memória e Imagem, dentro da dimensão da História do Imaginário interligado ao objeto de pesquisa “Histórias Trancoso”.

-
- 1 Mestrando em História, pelo PGH em História Social da Cultura Regional, UFRPE, Campus Recife. Bolsista CAPES. Graduado em História pela Universidade de Pernambuco - UPE - Campus Garanhuns. E-mail: emanuelhistoria2012@gmail.com.
 - 2 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e Pós-Doutor em História pela Faculdade de Letras do Porto - PT / FLUP (2016). Atualmente é professora Associada IV aposentada da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Docente da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: ananascimentoufrpe@gmail.com.

As Histórias de Trancoso constituem uma tradição oral no Nordeste brasileiro, essa tradição pode ser vista de duas formas: como uma narrativa ficcional coberta de diversos elementos do mundo fantástico e da realidade cotidiana dos que a vivenciam, seguindo uma tradição portuguesa de “*exemplos*”, ou seja, os ensinamentos éticos e morais para correção social principalmente das crianças que eram postas a pensar ou reproduzir o aceitável para o grupo. A segunda possibilidade para perceber essas narrativas e compreendê-las como um “sinônimo” de qualquer narrativa ficcional ou de veracidade bastante duvidosa, despreocupada com o “*exemplo*” e mais interessada na diversão, no passatempo comum, do qual quase todos nós sabemos contar alguma história, por seu caráter mais livre que a anterior.

A História de Trancoso transmite imagens de uma realidade camponesa nordestina arcaica ao desenvolvimento moderno do capitalismo, cobertas de religiosidade, cosmologia, subversão de classes, mas sobretudo diversão, recheadas do que Michel de Certeau (2008, p. 76). chamou de “utopia na língua falada” e nordestina, uma demasiada esperança de mudanças por via de intervenções de providências divino-sobrenaturais.

Já sua terminologia “Trancoso” surge para a oficialidade da escrita no século XVI em Portugal através do escritor Gonçalo Fernandes Trancoso (1520? —1585?). O Autor teria supostamente bebido dos ensinamentos e histórias populares portuguesas para escrever seu livro: “Contos e histórias de proveito e exemplo” (1595) com o objetivo — indireto ou direto — de ensinar “virtudes” aos moradores de Lisboa, que por serem pecadores em uma vida arraigada de problemas morais, estavam sendo castigados pelo deus católico. Constituindo nas narrativas que no Nordeste brasileiro convencionou-se chamar de Histórias de Trancoso, que compõe uma linguagem singular nessa região detentora do código social das populações que socializam tais narrativas.

A questão do uso da História de Trancoso como fonte e fenômeno histórico, contendo imagens cobertas de historicidades ou por outro

lado se tratando do campo da memória da tradição, nos leva a velha questão que Wittgenstein profere ao dizer que o limite de sua linguagem é o limite do seu mundo. O limite será traçado unicamente no interior da língua; tudo o que fica além dela será simplesmente absurdo (1968, p. 53). Contudo, fica claro que a linguagem não dá conta do todo. A partir disso podemos perceber a complexidade polissêmica do conceito “Trancoso” com tal limitação para dar conta das diferentes imagens criadas em sua abertura de signo e significado.

Em alguns momentos da história tendeu-se a camuflar esse problema criando-se uma fronteira entre o real e o imaginário, problema tal que fez grande parte dos intelectuais pensarem que o modelo racionalista cartesiano daria conta da complexidade da realidade, desconsiderando boa parte do real que é a dimensão do próprio imaginário; com suas imagens mentais, metáforas e subjetividades. Até mesmo a arte tendia a restrição de uma forma mecânica e instrumental perfeitamente calculável, paradigma que se desestabiliza com os resultados de duas guerras mundiais que se alicerçavam em um racionalismo da negação do ser humano e do sentimento, em troca de um homem moderno totalmente racional (CARDOSO, 1997, p. 24). Modo de ver que será atacado por uma sequência de autores principalmente franceses³ seguindo o pensamento de Bergson (1859-1941) e Bachelard (1884-1962).

Seguindo essa perspectiva Rancière (2009, p. 53). Nos provoca a pensar outro problema, que é o de que nada perpassa pela linguagem sem sair modificada por ela. A linguagem não é um espelho da coisa, pelo contrário, ela é forjadora de outras imagens sobre a coisa que é epistemologicamente inatingível, com os nossos signos, símbolos e significados criados e assim, atribuídos por nós, exteriores aos objetos concretos. Estamos condenados à invenção de imagens das coisas, uma vez que “a realidade empírica é limitada pela totali-

3 Canguilhem, Georges Bataille, Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Emmanuel Lévinas, Paul Ricoeur, entre outros.

dade dos objetos. O limite reaparece na totalidade das proposições elementares” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 110).

UMA DIMENSÃO TEÓRICA

Na escrita da história um de nossos problemas ainda na linguagem, todavia, o mais específico é o conceitual. Ele funciona como conector entre os diferentes tempos históricos e o presente. Pois, é a partir do tempo do historiador que se produz a leitura do tempo passado com suas ferramentas teóricas e metodológicas, que permitem afirmações de verossimilhança de como pode ter sido o passado, nunca o que foi como assim defende Jacques Rancière (2009, p. 52), “realidades ficcionais”. Estando em um estágio que Rüsen (2007, p. 17). “tratará como relação confusa entre cientificidade e arte historiográfica”. O historiador inventa seu passado a partir das novas demandas do tempo presente contudo, embasado por métodos e teorias, isto é: modos de ver e modos de fazer, que possibilitam transformar o passado e a memória em história.

Os conceitos nos servem como lentes que criam imagens do passado, ampliando nossa visão da história, quando não utilizada de uma maneira cuidadosa acaba por simplificar o passado a jogos conceituais que escondem as pessoas na narrativa em troca de números, gráficos e tabelas (BURKE, 1997). A fenomenologia se propõe justamente a rever a possibilidade de reinserir a *persona*, a subjetividade, a contrarregra diferente às noções de uma história de estrutura de longa duração quase imóvel, sem acontecimentos, indivíduos, eterismo, ou desvios a ordem estrutural mecânica. Todavia, não se pretende negar aqui a falta de controle dos indivíduos, como nos dirá Ciro Flamarion Cardoso (1997, p. 20), “não sendo a história algo que os homens façam ‘segundo uma vontade coletiva e um plano coletivo’ —, as colisões entre as inúmeras vontades e ações individuais criam

no campo da história um estado de coisas muito semelhante ao imperante na natureza inconsciente”.

Logo o pensamento de Gaston Bachelard, pretende desarticular a centralidade do paradigma cartesiano através de uma concessão, que buscou conciliar a subjetividade com o ponto de vista objetivo (CARVALHO, 2013, p. 142). Que nos leva por um lado à epistemologia do universo diurno, isto é a reflexão a partir da concretude das coisas luminosas do racionalismo científico. Por outro lado, a dimensão noturna — a do devaneio poético. “Ambos dando no mesmo trevo onde se compõe o real e a função irreal; o saber e a criação” (JAPIASSÚ, 1976, p. 9-10).

Podemos perceber o lado diurno e noturno dentro do objeto “Trancoso” dividindo o mesmo entre análise do fenômeno da tradição oral e análise do conteúdo discursivo dos contos. Se a tradição tender ao lado mais concreto, objetivo e passível de sistematização racional; por outro lado, os contos narrados dentro da tradição envolvem a abstração, fantasia, e de certa forma a subjetividade. Como tradição podemos afirmar os locais, horários e as ocasiões que ocorreram, porém não é possível tratarmos os contos com a mesma objetividade afirmando o real impacto das imagens proferidas pelos contadores para com os ouvintes — que aqui não tratamos como receptores passivos, pelo contrário — muito menos acreditarmos que a abstração intencional dos contadores é a mesma criada por esses participantes ouvintes ou pior que seja semelhante à tentativa do pesquisador ao utilizar essas imagens e memórias. Portanto, ao trabalharmos com esse objeto partimos de um modo de ver de possibilidades de veracidade de real, sem nenhuma pretensão de atingir a “profética verdade” de alguns intelectuais que ainda a defende.

Sendo assim, a fenomenologia percebe as imagens do objeto de maneira histórica como fenômeno. E, assim em sua intensidade do agora historicizado pelas mudanças históricas, sendo que “a imagem em sua simplicidade não precisa de um saber” (JAPIASSÚ, 1976,

p. 87). ela é o próprio saber. Um a dupla descrição fenomenológica “estuda não somente o objeto aproximado, mas também o gesto do sujeito que dele se aproxima [...] análises dos fenômenos em uma progressão radical até descobrir a estrutura de um comportamento ou organização fundamental de uma realidade” (CARVALHO, 2013, p. 142-3). Que aqui é seguido indo além das informações explícitas apenas no objeto, observando e compreendendo como se deu sua construção simbólica a partir da realidade social histórica dos inseridos na Tradição. Desta forma, a discussão neste artigo nos interessa o “lado noturno da alma”, isto é, a partir da História do Imaginário, perceber a imagem e a memória e sua intrínseca relação.

IMAGINÁRIO E IMAGEM

Utiliza-se aqui a História do Imaginário como o estudo dos conjuntos de imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas visuais concretas, como também abstratas e ainda mais subjetivas como as imagens verbais e mentais (BARROS, 2004, p. 91). A imagem é esta matéria onírica, rica e densa, alimento inesgotável para a imaginação material (JAPIASSÚ, 1976, p. 90). A perspectiva aqui intuída é de um “imaginário social” (BAZCKO, 1985) adentrando o sociocultural a partir do universo simbólico que nos é exposto por via de memórias e imagens.

O imaginário como forma criadora de imagens é tão importante quanto o real na construção das percepções da realidade. Logo, sendo de caráter imprescindível que o adquire dessa dimensão para a História, no qual toda sociedade independente de ser mais ou menos tecnológica e científica produziu e produz, uma vez que é particularidade do ser humano a subjetividade. Os limites da distinção do real e do imaginário vão além do concreto, positivo, cartesiano e do fantasioso, subjetivo, irreal ou irracional. O imaginário está presente do mais sofisticado ao mais simplório e desprezioso pensamento, como nos

fez perceber Harari (2015). não havendo até hoje nenhuma sociedade que existiu fora do imaginário (PESAVENTO, 2012, p. 27).

As imagens das Histórias de Trancoso como objetos de relevância histórica são reforçadas com o pressuposto de que “nada pode ser conhecido a não ser que seja evocado a história do seu caráter imaginário [...] todas as coisas devem ser compreendidas em *anima!*” (JAPIASSÚ, 1976, p. 11). Além do que as narrativas são exímias, fontes históricas no qual através de metáforas revelam imagens mentais que se estabelecem em uma ordem já que “a vida é harmonia” como afirma Bachelard (1988, p. 9); e essas se harmonizam em pensamentos de senso médio dos grupos enraizados no imaginário de determinado tempo e espaço no qual a produção se insere e é (re)produzida.

Se tratando de metáforas a frase “A preguiça é a mãe do diabo”, afirmativa de ensinamento contida em uma História de Trancoso contado por Adonias Paz de Oliveira (2017) pequeno agricultor semianalfabeto da zona rural do município de Caetés-PE, imbrica nessa imagem metafórica moralista a evocação do sagrado e do profano para combater um pecado capital cristão que é a preguiça; a mãe, vista como sagrada devido à Virgem Maria, que tem papel simbólico reverso, pois é mãe da criatura mais temível da religião cristã, o “Diabo”, responsável por induzir o humano ao pecado a fim de desviá-lo do paraíso impedindo o retorno da alma ao lado bom, ao lado do Deus. Logo o poder simbólico dessa metáfora legitima uma moral forjada no medo, assustando e disciplinando crianças e divertindo adultos que temem o poder desse discurso, contudo, tendem a relativizar sua importância.

Não obstante, a categoria de imagem não se toma aqui como uma simples representação, espelho do objeto, “como o objeto, nem tão pouco como um substantivo do objeto, pois ela tem uma realidade específica” (JAPIASSÚ, 1976, p. 87). A imagem da Mãe do diabo não é objetiva e universal, ela parte da imagem coletiva, mas a modifica

tornando também pessoal e subjetiva. Uma vez que essa realidade própria conflita com outras imagens, modificam-se, harmonizam-se, e altera o seu entorno, pois também são em proporções forjadoras de ação. Como afirmou Marcelo de Carvalho (2013, p. 163). as imagens criadas pelos contadores de História de Trancoso, são consciências da inquietação do ser, o que Bachelard (1988) na obra “A dialética da duração” chamou de conflitos rítmicos de vibrações.

As imagens em Sartre partem da percepção que temos das coisas, podemos descrever o objeto em ação, mas não conseguimos atingir sua complexidade de real, criando uma nova imagem da coisa, embora que partindo do contato com o real referente (1996, p. 15). É do ser humano esse caráter imaginativo criador de realidades e com intenções claramente fantasiosas ou não. Dentro da memória este aspecto tende a provocar o caráter alucinatório do lembrar que constitui para esta a “cilada do imaginário” o que podemos categorizar como “memória assombrada” para os racionalistas (RICOEUR, 2012, p. 69). Sobre isso, Bachelard (1988) teorizou que toda evocação de memória é verdadeira para quem a faz, independente se seu conteúdo distorcer ou não a suposta “verdade” dos fatos.

QUESTÃO DE MEMÓRIA

Outro ponto de reflexão neste texto é a categoria memória, no qual Paul Ricoeur (2012, p. 25). Afirmou que esta é uma “província da imaginação [...] espécie de curto-circuito entre memória e imaginação: se essas duas afecções estão ligadas por contiguidade, evocar uma — portanto, imaginar — é evocar a outra, portanto lembrar-se dela”. Apesar de imaginar não ser lembrar-se (RICOEUR, 2012, p. 68). A memória é um ato imagético de rememoração que projeta a invenção de novas imagens do passado a cada lembrar, neste ponto a tradição oral das Histórias de Trancoso é aberta as mudanças e subjetividades do contador.

A memória para produção do pensar este texto só fora possível graças a História Oral, que provoca a transformação da “lembrança em imagem” aos moldes de Paul Ricoeur (2012, p. 26). e de forjamento de fonte histórica (ALBERTI, 2008, p. 198). O ato de rememorar é uma espécie de retorno ao fenômeno da lembrança acontecendo em dois estágios: “Imaginação direcionada ao fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico; a outra da memória voltada para a realidade anterior a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da ‘coisa lembrada’, do ‘lebrado’ como tal” (RICOEUR, 2012, p. 26).

Nas Histórias de Trancoso foi perceptível o processo no qual o entrevistador provoca a rememoração do fenômeno ocorrido, através de “perguntas chave”, a exemplo: Se o colaborador já ouviu falar das histórias que o povo gosta de contar e chamam de Histórias de Trancoso?; quem contava?; quem ouvia?; em quais ocasiões; entre outras, sempre no final pedindo para contar as “histórias” que ainda guarda em lembrança, geralmente como ato provocador conto alguma de meu conhecimento e deixo o contador entrevistado dar sua resposta ao “desafio”, apesar de ter sido constante a negação dos narradores se intitularem como mestres das Histórias de Trancoso, sempre atribuindo esse saber a terceiros, os mesmos não deixaram de dar suas contribuições em forma de contos.

Apesar disso o esquecimento é feroz dentro dessa tradição no momento de rememoração que como descreve Ricoeur (2012, p. 64). a ação consiste em imaginação com o lado fantasioso irreal; a lembrança da coisa passada real; e a (re)presentificação uma apresentação indireta, que consuma em novas imagens do fenômeno que quase sempre vem coberta de metáforas, dizeres reflexivos éticos e ensinamento morais. Logo, o poder de persuasão imbrica em que a metáfora como a própria arte consegue mexer com o lado obscuro da alma intocável pela linguagem proferida. Se a linguagem é limitada como acima apontado o poder da metáfora é de ultrapassar essa de-

ficiência através do ato de imaginar que é criador de novas imagens subjetivas e pessoais apesar de se apresentar também como coletivo.

As Histórias de Trancoso por se tratar de uma tradição grupal de proximidades familiares e espaciais — pois envolve o parentesco e a vizinhança — sua produção não se dá apenas no âmbito individual de elaboração mental, ocorrendo também de forma coletiva com contribuições pessoais para a formação geral da narrativa, que sempre é deixada aberta para incrementos sensitivos pessoais que acabam por formar um senso comum que para Robert Darnton (1986, p. 39). é uma ordem social de base comum da imaginação coletiva, que não se dá de forma violenta, pois se tornou legítima e assim harmoniosa dentro do imaginário. Que se incrementa no que Halbwachs (1950, p. 12). Chamou de memória coletiva, eixos comuns congruentes dos testemunhos individuais na formação de uma sociedade.

Entretanto, antes do efeito de folclorização⁴ — que é também uma fabricação da cultura ao atribuir uma nova memória e uma nova história (ALBUQUERQUE JR, 2013, p. 30). — Ou até mesmo no ato de escrita — que acaba por modificar a forma de transmissão e público da produção de oralidade, — a narrativa já se configurava como fenômeno vivo. E, assim sendo nunca uma mesma história é contada da mesma forma por duas pessoas diferentes. E a literatura oral aberta vai além, possibilitando a afirmação de que nem mesmo a mesma história com o mesmo narrador é contada da mesma forma. As Histórias de Trancoso são fenômenos modificáveis a cada lembrar, sendo o contador influenciado por novas construções mentais e espaciais pela imagem dos ouvintes das narrativas entre outros pequenos detalhes, além do ato de re-

4 Sentido dos usos pejorativo do termo que remete a impossibilidade de o objeto representar outra coisa senão o que já foi, o arcaico, o nostálgico ou o estranhamento que leva a tratar com o termo impróprio “primitivo”.

lembrar ser também um ato de recriar mentalmente uma situação histórica pessoal como vimos com Paul Ricoeur (2012).

Apesar de concordarmos com Bergson (1999) ao pronunciar a memória como simplificadora do real, justamente pela linguagem não dá conta do fenômeno, prezamos, por acrescentar esta frase dizendo que por outro lado o “eu da memória”, não se torna menos complexo dentro do campo do imaginário. “Por conseguinte, a relação com o passado não se esgota numa evocação em que cada subjetividade se convoca a si mesma como um outro que já foi embora” (CATROGA, 2015, p. 13).

“A consciência jamais está fechada sobre si mesma, nem vazia nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação continua dos quadros sociais, e das experiências coletivas” (HALBWACHS, 2006, p. 6). Como quando se perguntou ao Pizzaiolo Sr. Antônio Trajano da Silva (2018) sobre sua relação com seu pai contador dessas “histórias” seu relembra trouxe algumas reminiscências de sua infância e várias narrativas que ouvia-o contar durante as noites mais silenciosas em um sítio sem energia elétrica afastado da vila, ponto urbano de referência. É comum o jogo de lembranças e esquecimentos nessa tradição oral para quem pertence zona rural do nordeste brasileiro (geograficamente ou identitariamente) são as literaturas orais com suas imagens de metáforas figuradas pelos famosos anônimos contadores de Histórias de Trancoso, que cobrem de fantástico suas vidas literárias destes a princípio iletrados ou apenas, apaixonados pela riqueza do contar e do ouvir.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. FONTES ORAIS: Histórias dentro da História. PINSKY, Carla Bassanezi./ (organizadora). **Fontes históricas**. 2. ed., I a

reimpressão São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Feira dos Mitos: A fabricação do folclore da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

BARROS, José de assunção. **O campo da História: Especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009

BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BACZKO, Bronislaw. **“A imaginação social”** *In*: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929 — 1989**. A revolução francesa da historiografia. 3. ed. São Paulo: UNESP, 1991, Capítulo: A era de Braudel, p. 45-78 e capítulo: A Terceira Geração, p. 79 — 107.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. *In*: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1997, p. 15-37.

CARVALHO, Marcelo de. A fenomenologia da imaginação. *In*: **Conhecimento e Devaneio**: Gaston Bachelard e Androgenia da Alma. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 141 — 172.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. 14. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa** / Robert Darnton; tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens — uma breve história da humanidade** / Yuval Noah Harari; tradução Janaína Marcoantonio. — 1. ed. — Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

JAPIASSÚ, Hilton. **Para ler Bachelard**. Rio de Janeiro, F.ALVES, 1976.

OLIVEIRA, Adonias Paz De. 56 anos. **Entrevista** gravada na comunidade de Sítio Tapera, de Caetés-PE, no dia 01/07/2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. — Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 132p.

RANCIERE, J. **A partilha do sensível**: Estica e política. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: Exo experimental, 2009.

RICOUER, P. **Memória, História e Esquecimento**. Tradução: Alain François [*et al.*]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

RUSEN, Jorn. **História Viva**: Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília editora universidade de Brasília, 2007.

SARTRE, J. P. **O Imaginário**: Psicologia fenomenológica do imaginário. Tradução Duda Machado. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SILVA, Antônio Trajano Da. 56 anos. **Entrevista** gravada na cidade de Caetés-PE, no dia 30 out. 2018.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Logico-Philosophicus**. Tradução José Arthur Giannotti. Editora da Universidade de São Paulo. 1968.

Pode a aula de História, como a arte, criar formas de vida? Reflexões sobre a experiência estética e horizontes de expectativa¹

*Rafael Monteiro de Oliveira Cintra*²

O regime estético da arte é atravessado pelo projeto de uma arte que realiza suas potencialidades essenciais ultrapassando a si mesma, criando, como diz Malevitch, não quadros, mas sim formas de vida.
(RANCIÈRE, 2005, p. 17)

Este artigo reflete nosso objetivo em torno da criação de um vocabulário que nos ajude a compreender a aula de História, no ensino básico, em dois níveis: o cognitivo e o sensível. Propomos uma análise capaz de driblar o binarismo *razão x emoção*, que marca a relação ocidental com o conhecimento desde a modernidade (DUARTE JUNIOR, 2000; GUMBRECHT, 2016). Nossa aposta é que o ensino de História desperta subjetividades e sensibilidades tanto quanto racionalidades, e que as fronteiras entre essas instâncias não estão tão delimitadas quanto parece. A noção de “experiência estética”, forjada na relação da humanidade com

1 Este artigo está em diálogo com o texto publicado nos anais do VIII Seminário de Egressos do PPGHS-Uerj.

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5138320688001081>. E-mail: errimonte@gmail.com.

o mundo (e com a arte) nos auxilia nessa mirada (que nos leva à *política* e aos projetos), e é a partir dessa categoria que gostaríamos de focalizar a discussão deste texto.

Antes disso, cabe salientar que nosso foco recai na figura do professor e nos saberes docentes, que se originam na vida social e não somente na formação profissional (TARDIF, 2004). Como o professor explica o que quer explicar? Quais materiais evoca para tecer sua aula? Quais relações existem entre as escolhas da “pessoa” e a do “professor”, utilizando essas posições que, segundo António Nóvoa (1995), são difíceis de distinguir? A brevidade deste texto não nos permite explorar possíveis respostas a estas perguntas, mas elas embalam a discussão que se segue.

A AULA DE HISTÓRIA COMO PRODUÇÃO DE UM REGIME HISTORIOGRÁFICO

Fernando Penna (2013) identifica que a teoria da História não está preocupada em tecer reflexões sobre o ensino de História, já que ela focaliza a epistemologia, a construção do conhecimento, e não a sua transmissão. O pesquisador reforça que as reflexões de tal teoria “parecem negar que exista outro registro de conhecimento histórico além daquele produzido na academia” (PENNA, 2013, p. 82), e é através da contribuição da teoria da transposição didática de Yves Chevallard que sustenta a existência de uma operação historiográfica escolar.

Fernando Nicolazzi (2019), em um movimento próximo ao de Penna, afirma que existem pelo menos três regimes historiográficos: o acadêmico, o escolar e aquele dirigido ao grande público. Apropriando-se dos regimes de historicidade de François Hartog, que, grosso modo, evoca os modos possíveis de experiência do tempo (em sua dimensão tripartite de passado, presente e futuro), Nicolazzi defende que em cada regime de historicidade existem distintos regimes

historiográficos. Sendo assim, é possível que o público tenha um interesse pelo passado sem necessariamente ter um interesse pela História enquanto disciplina. Ainda, propõe que cada lugar provoca uma relação/reação específica desse conhecimento com o público ao qual se dirige, e que a noção de “operação historiográfica”, na perspectiva de Michel de Certeau (2014), não oferece subsídios para compreendermos a sua recepção pelo público. Como afirma Nicolazzi, “não se trata, obviamente, da mesma coisa assistir a um vídeo na internet ou ler um livro na poltrona, ainda que o conteúdo possa ser equivalente” (NICOLAZZI, 2019, p. 12). Em nossos próprios termos, se quisermos pensar assim, propomos: *os diferentes regimes historiográficos convocam experiências distintas*. Desse modo, se o público estiver recebendo, em um mesmo momento, diferentes regimes historiográficos, ele estará suscetível a diferentes experiências³.

O que os autores supracitados têm em comum é a proposição de que o ambiente escolar é lugar de produção do conhecimento histórico, cujos objetivos diferem da história produzida na academia. Portanto, a partir dessas reflexões, partimos das seguintes perspectivas: 1) a aula de História se apresenta como lugar de produção de conhecimento histórico; 2) professores/as no ensino básico constroem suas versões locais desse conhecimento, tendo os/as estudantes como destinatários; 3) os objetivos da produção historiográfica escolar diferem daqueles referentes à produção historiográfica acadêmica. Desse modo, para cumprir os objetivos que almejam cumprir, como os professores de História produzem suas versões do conhecimento histórico? Nossa aposta é que para essa produção são convocados elementos que despertam tanto aspectos cognitivos quanto sensíveis, que revelam, ainda, um compromisso ético e uma perspectiva política para o ensino da nossa disciplina na educação básica. As dis-

3 Trilhamos esse caminho na dissertação defendida em 2019, quando afirmamos que os filmes (um regime historiográfico destinado ao grande público) na aula de História cumpre o objetivo de despertar a “presença”: aquilo que foge à compreensão racional.

cussões postas no tempo presente, os desacertos históricos e nosso compromisso com o futuro são também uma chave de análise.

A SENSIBILIDADE NAS EXPERIÊNCIAS E NOS TEMAS

A discussão da seção anterior nos fornece elementos para compreender a aula de História como locus de produção do conhecimento⁴. Quais objetivos tem ela, então, na relação que o professor estabelece com o seu auditório? Certamente não há uma única resposta para esta pergunta, mas os pesquisadores Fernando Seffner e Nilton Pereira nos fornecem um referencial. Para eles,

O caráter ético do ensino de história está justamente no processo de construção de si mesmo como sujeito de um olhar, como subjetividade marcada por se permitir realizar uma determinada interpretação do passado e, ao mesmo tempo, do seu lugar no presente. Estudar os passados sensíveis não significa apresentar ao aluno um conteúdo disciplinado e frio (WHITE, 1995), mas colocá-lo diante de algo que desperta indignação frente à injustiça e a violação dos direitos humanos. A escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro — um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos (SEFFNER; PEREIRA, 2018, p. 17).

A perspectiva dos autores está na esteira daquilo que compreendem como “temas sensíveis”: aqueles que, no ensino de história, revelam a residualidade do passado no presente e que devem ser ensinados como uma experiência capaz de provocar indignação, desespero, medo ou alguma outra reação, mas nunca a apatia. A residualidade diz respeito a aspectos do passado cujos efeitos resistem ao tempo — desafiando a própria perspectiva ocidental da tempora-

4 Para a tese em curso, abordaremos como essa produção, focalizada na operação historiográfica que acontece na sala de aula e não nos programas e políticas educacionais podem se vincular à literatura sobre autoria. Existem algumas perspectivas teóricas a partir das quais a noção de autoria pode ser encarada. No nosso caso, nos valeremos sobretudo de Bakhtin e Sírio Possenti, mas não nos distanciamos da discussão mais ampla a respeito do tema.

lidade tripartite — como é o caso, no Brasil, dos resíduos deixados pela escravização de africanos. Compreendemos que essa discussão precisa estar vinculada a uma reflexão sobre a própria temporalidade em história, como o “não-contemporâneo no contemporâneo”, como sugere François Dosse (2012), que encara a conexão do presente com as estruturas de longa duração.

Sendo assim, concordamos que o ensino de história deve assumir um compromisso ético, como na construção de temas sensíveis proposta por Seffner e Pereira. A combinação dessa perspectiva com a noção de experiência estética nos parece ser um profícuo caminho de análise, sobretudo porque a concepção de experiência estética compreende a potente combinação entre o sensível e a criação. Afinal, se a nossa disciplina realmente carrega um compromisso ético, é preciso que o “choque” não se encerre em uma aula, mas contribua para um projeto que embaralhe a própria partilha do sensível, como veremos.

Segundo François Soulages (2004), a experiência estética é, por excelência, um método. Mas, contrariando os padrões ocidentais de racionalidade, ela evoca, ao mesmo tempo, uma perspectiva sensível (corpo) e uma perspectiva teórica (espírito). Trata-se, portanto, de uma experimentação sensível e criadora com/a partir da obra de arte. Existem algumas perspectivas teóricas com as quais poderíamos encarar essa categoria, como a de John Dewey (2010), que define a experiência estética como abertura sensível e disruptiva com o cotidiano. Concordamos com essa premissa, mas a perspectiva da experiência estética que abarca múltiplas direções nos parece mais profícuo como categoria e referencial analítico para pensarmos o ensino de História. Sendo assim, como método, a experiência estética deve fundar-se, primeiramente, como uma experiência sensível. Isto é: uma experiência do corpo. Existe, em qualquer obra de arte, uma parte intraduzível e que resiste à análise:

A aproximação de uma obra de arte se parece — sob este ponto de vista — àquela da filosofia, na medida em que esta última é amor, mas não possessão, da sabedoria; do contrário ela seria dogmática e, por isso mesmo, antifilosófica; portanto, uma aproximação que pretendesse possuir a obra de arte e dar conta totalmente dela seria dogmática e, conseqüentemente, deveria ser rejeitada (SOULAGES, 2004, p. 19)⁵.

O que Soulages propõe é um pressuposto antropológico que toma o homem como um ser sensível. No entanto, há uma complexidade na nossa relação com o mundo que interpela o binarismo “sensibilidade x razão”. Como afirma, o homem é o ser do “e” ou do “ao mesmo tempo”, por exemplo: “face a uma obra de arte, o homem experimenta *essa tensão oscilante entre sensação recebida e significação solicitada*, entre ruído e linguagem” (SOULAGES, 2004, p. 20). Soulages propõe, portanto, uma compreensão da experiência estética como um caminho metodológico que passa tanto pela sensibilidade quanto pelos processos de criação, articulando momentos de apreciação sensível (do corpo) e das operações mentais.

Para o filósofo francês Jacques Rancière (2009, 2011), podemos refletir sobre a estética a partir de três formas articuláveis: 1) como experiência sensível, que se relaciona à proposta de Soulages; 2) como o próprio ordenamento das pessoas no mundo: o mundo visível como o “sensível”, que é partilhado; 3) como regime de interpretação da arte. O filósofo defende que as discussões sociológicas da segunda metade do século XX, em torno da autonomização da obra de arte, evidenciam o estatuto dessa categoria como possibilidade de pensar a própria relação da humanidade com a vida social a partir da

5 Esta parte “intraduzível” é aquilo que alguns teóricos, como Hans Ulrich Gumbrecht (2016), categorizam como “presença”. Gumbrecht afirma que existe um maior interesse pela produção teórica a respeito do mundo e menos pelo efeito da “presença” das coisas em nós. O autor afirma que vivemos em um mundo marcado pela racionalidade que descarta aquilo “que o sentido não consegue transmitir”. A presença como possibilidade de perceber o mundo é descartada — poderíamos falar disso a respeito da própria escrita da história, como fez Verena Alberti (2011), mas não é o tema que por hora propomos.

sua relação com a “arte”. Para isso, elabora uma instigante análise de três regimes de interpretação da arte ao longo da história ocidental.

O primeiro regime é o ético de Platão, no qual não existe arte, mas as *technai*. Não há nessa sociedade a possibilidade de os homens experimentarem o mundo fora das técnicas que lhes foram atribuídas. Existe, portanto, uma normatização das sensibilidades. O segundo regime é o de Aristóteles, no qual prevalece o modelo de verossimilitude do cosmos. Os homens experimentam a arte dentro da noção de *mimesis*: a combinação entre a *poiesis*, que produz as obras, e a *aisthesis*, que é o seu meio de recepção. Quer dizer: a arte está dentro de um espectro e cada obra determina, previamente, o que o espectador deve sentir diante dela.

É o terceiro regime, o regime estético de Kant e Schiller, que, segundo Rancière (2012), desmorona o edifício mimético que desde a antiguidade clássica construiu a relação do homem com a arte e, conseqüentemente, com o próprio mundo. Agora, existe a prerrogativa de que comum aos homens está a sua sensibilidade: todo homem é capaz de jogar com a realidade e, por consequência, senti-la. É nesse sentido que o regime estético propõe a autonomia da obra de arte, que agora depende tanto do artista quanto do receptor. O que mais nos chama a atenção nessa formulação de Rancière, cujos desdobramentos meticulosos não são possíveis de realizarmos aqui⁶, é que o filósofo vai relacionar tal autonomização à experiência estética como processo que nos permite questionar nossas existências dentro das “partes” que nos foram atribuídas.

Na segunda metade do século XX, alguns sociólogos e filósofos, como Pierre Bourdieu, criticaram a perspectiva de Kant e Schiller, alegando que a concepção de autonomia da arte escamoteia uma sociedade dividida em classes, pois os juízos estão definidos à medida

6 Para uma leitura mais aprofundada a respeito desse tema na relação com os professores de História, ver Cintra, 2020.

que as classes também estão. Rancière (2012), entretanto, questiona essa perspectiva ao formular que tal sentença atribui um lugar estante dentro da sociedade a cada sujeito, como na sociedade de Platão. A categoria de “experiência estética”, assim, ganha uma conotação política à medida que nos ajuda a compreender como cada um de nós pode reagir as coisas do mundo, fissurando a ordem sensível e os papéis que nos foram atribuídos.

A categoria de “partilha do sensível” em Rancière trata, portanto, das partes atribuídas a cada sujeito dentro do ordenamento da sociedade. “Partilhar” não é “compartilhar”: os mesmos lugares não estão disponíveis a todos, mas cada um deles é atribuído a cada um. Por conseguinte, a cada um de nós são atribuídas formas de ver, agir e sentir. Entretanto, o filósofo acredita que podemos “fissurar” esse ordenamento (que denomina de “polícia”) à medida que nos relacionamos com o mundo e nos desviamos das sensibilidades que nos foram atribuídas. A “política” é esse processo de subjetivação: quando cada indivíduo percebe que não precisa viver segundo as formas limitadas pela partilha do sensível.

Estamos todos sujeitos às experiências estéticas na nossa relação com o mundo e os seus objetos (“artísticos” ou não). Como afirma o filósofo francês: “[D]e fato, a capacidade estética enforma um mundo de experiência possível que transcende a distribuição policial dos corpos e das formas de ver, sentir e pensar tidas como ‘apropriadas’ a condição de cada um” (RANCIÈRE, 2011, p. 11). Sendo assim, a possibilidade da experiência estética é o que causa a “fissura” nessa partilha do sensível, para utilizarmos uma imagem do próprio autor.

Gostaríamos de pensar na experiência estética, na sua relação com a partilha do sensível e a política, como trouxemos aqui, conectada ao compromisso ético sobre o qual falamos no início desta seção. Parece-nos que a aula de História é um momento de evidenciar um passado cujos traumas ainda se podem fazer sentir.

Professores de História podem estar interessados em evidenciar uma partilha do sensível que escancara os desacertos do passado: o silenciamento da fala de mulheres advindo de uma sociedade patriarcal ou o racismo engendrado na nossa sociedade, cujas raízes podem ser identificadas na escravidão, para citarmos alguns exemplos. Segundo Rancière (2005, p. 17), “o regime estético da arte é atravessado pelo projeto de uma arte que realiza suas potencialidades essenciais ultrapassando a si mesma, criando, como diz Malevitch, não quadros, mas sim formas de vida”.

Frisamos, portanto, que a noção de experiência estética leva em consideração a sensibilidade, o engajamento afetivo do receptor com aquilo que se depara, ao mesmo tempo em que fornece uma perspectiva para analisarmos uma ação. Parece-nos que, em Rancière (2018), essa “ação” ganha o nome de política e, na relação com a partilha do sensível, se torna uma conexão profícua para pensarmos o ensino de história como possibilidade de fornecer a professores e estudantes um projeto de realidade menos fragmentada. Soulages nos oferece a perspectiva da experiência estética como um método, enquanto Rancière (2005, 2012, 2018) vai propor desdobramentos mais refinados para o estudo de nosso objeto.

CONSTITUINDO PROJETOS

Como definimos acima, em Rancière, a política é um processo subjetivo. Ela está ligada à percepção de que é possível existir de outra maneira, para além daquelas que foram social e historicamente determinadas. Ao mesmo tempo em que essa dimensão parece responder aos compromissos éticos da nossa disciplina, como apontado por Seffner e Pereira, parece também indicar um caminho para pensarmos em uma finalidade da Educação que, segundo Gert Biesta

(2012)⁷, geralmente é desprezada: a subjetivação. Estamos falando de construção de subjetividades e, portanto, não essencializamos os sujeitos envolvidos na aula de História. Embora estejamos nos referindo a ações individuais, retomamos tal ação à sociedade quando a política se torna aquilo que fissa a partilha do sensível. Quer dizer, o que queremos demonstrar é que existem muitas formas possíveis de ser e estar no mundo, ou seja, na vida em comum. Demarcando esse ponto de vista, gostaríamos de esboçar a relação que inferimos entre as categorias de política em Rancière e as noções antropológicas de horizonte de expectativas e projetos.

Desde que a história ganhou a dimensão de “marcha da humanidade”, parece ser possível pensar em sua disponibilidade, como afirma o pensador alemão Reinhart Koselleck (2006). Desde que o futuro deixou de ser determinado pelas leis cristãs, a humanidade no presente se percebe com a agência de construir um futuro desejado — ideia que se vincula à própria noção de progresso na modernidade. O que o historiador dos conceitos nos apresenta é a alternativa de olharmos para o passado através das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” para enxergarmos a *possibilidade* de uma história: “todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem” (KOSELLECK, 2006, p. 306). Diante disso, perguntamos: face a um espaço de experiência que evidencia os desacertos históricos e suas consequências no presente, como elaborar um horizonte de expectativas? Como pensar no que virá?

Nosso espaço de experiência parece nos levar à perpetuação dos desacertos ou, como preferimos, à manutenção da partilha do sensível que é dada. Mas não é isso que argumenta Koselleck (2006),

7 O pesquisador reforça que há pelo menos três finalidades básicas da educação: a qualificação, a socialização e a subjetivação. A finalidade mensurável, a primeira, ganha mais atenção das políticas e consequentemente da relação que a sociedade estabelece com os processos educativos. O autor questiona essa premissa, destacando a importância de pensarmos em formação de subjetividades humanas. Para conhecer mais, v.: BIESTA, 2012.

pois, para ele, as experiências são capazes de liberar prognósticos que não dependem dela, necessariamente: “fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Em outras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 312). Dessa forma, o futuro não está mais atrelado ao passado, mas a um espaço de experiência com o qual é possível fazer prognósticos para, quem sabe, “distanciar-se” dele. Sendo assim, os horizontes de expectativas podem se valer desses passados dolorosos ou dos traumas históricos para imaginar uma nova experiência no futuro. Citamos o próprio Koselleck (2006, p. 313):

Expectativas baseadas em experiência não surpreendem quando acontecem. Só pode surpreender aquilo que não é esperado. Então, estamos diante de uma nova experiência. Romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova. O ganho de experiência ultrapassa então a limitação do futuro possível, tal como pressuposta pela existência anterior.

A relação que estabelecemos entre o horizonte de expectativa e a política é justamente esse espaço de “ser” o que não era. Parece-nos, portanto, que as “novas experiências” referem-se, justamente, à possibilidade de fissurar o espaço de experiência que se vivia até então; ou, como em Rancière, a égide policial que enquadra as sensibilidades. Portanto, a política, como ação individual, ganha sentido na vida em comum quando é capaz de (re)definir tal horizonte de expectativas.

Em pesquisa anterior, realizamos entrevistas com professores de história do ensino básico de uma cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nosso objetivo era entender por que professores de História utilizam filmes em sala de aula. Ali, descobrimos que a utilização desse recurso não era apenas um mecanismo pedagógico com o qual o professor ministrava sua aula. Alguns professores empreendiam esforços hercúleos, segundo seus próprios relatos, para

retirar os estudantes da escola e ofertar a eles experiências que não tinham em seus cotidianos. Os professores partiam do diagnóstico de que os estudantes se inferiorizavam com o discurso sobre a falta de oportunidades culturais da cidade e, por conta disso, os levavam a espaços nos quais poderiam ter acesso a outras experiências. Inferimos também que essa ação está vinculada à própria trajetória de vida dos professores, que viram nos filmes, nas idas aos cinemas e nas viagens a outras cidades, uma maneira de “ser” para além daquelas que pareciam ser as únicas possíveis (CINTRA, 2019; 2020). Sendo assim, parece-nos que os professores estavam atuando na proposição de uma experiência disruptiva, que não se baseava no habitual dos estudantes (em seus espaços de experiência), mas em algo novo, capaz de modificar o rumo dos seus horizontes de expectativas ou da partilha do sensível. É por isso que acreditamos existir uma profícua conexão entre as categorias de política e horizonte de expectativas, já que a primeira parece agir sobre o presente, enquanto a segunda indica um caminho, um projeto. Poderíamos, assim, formular: *a política incide sobre um novo horizonte de expectativas*.

Próxima a essas discussões está a noção antropológica de *projeto*. Segundo Gilberto Velho (1999), podemos identificar projetos sociais e coletivos dentro de determinado contexto histórico, como o próprio presente. E é justamente a circunscrição cultural do indivíduo, na relação que estabelece com os outros, que aponta as possibilidades para o futuro. Essa noção parece contribuir para o nosso objetivo pois ela considera uma dimensão afetiva além do plano cognitivo:

As minhas emoções estão ligadas, são matéria-prima e, de certa forma, constituem o meu projeto. Há sentimentos e emoções valorizados, tolerados ou condenados dentro de um grupo, de uma sociedade.[...] Um código ético-moral definirá o errado, inadequado, incestuoso, impróprio, sujo, poluído, perigoso, que possa haver nos corações e mentes dos homens e nas suas condutas e interações (VELHO, 1999, p. 27-28).

Quer dizer, a noção antropológica considera as trocas mútuas entre a comunidade dentro da qual o indivíduo está inserido. Certamente a escola é um espaço de cultura e os significados partilhados nesse ambiente afetam e direcionam os projetos que serão construídos por professores e estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos aqui nosso investimento na construção de um vocabulário acerca das sensibilidades no ensino de História. Trata-se de um estudo preliminar e conceitualmente exploratório, que nos ajuda a pensar nas aulas de história como campo e objeto de estudo. Nossa aposta é que se aproximarmos a narrativa dos professores à própria noção de arte a partir do regime estético, como apresentamos aqui, podemos pensar no ensino de história como possibilidade de formar novas formas de vida. Como afirma Durval Muniz (2008), “a história é um saber pautado para a produção de subjetividades”. Se isso for verdade, nós, professores e pesquisadores, temos uma longa e profícuo distância a percorrer.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Entre as Madalenas de Proust e o riso sob o guarda-chuva de Bataille. In: NEVES, L. M. B. P. *et al.* (Org.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

CINTRA, R. Professores de história sob a perspectiva de estética e política em Jacques Rancière: reflexões sobre possíveis abordagens teóricas e metodológicas. *Clio: Revista de pesquisa histórica*, v. 38, jan.-jun., p. 09-26, 2020.

DEWEY, John. **A arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O sentido dos sentidos**: a educação

(do) sensível. Tese (Tese de doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 234p. 2000.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05 — 22, jan./jun. 2012.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **El malestar en la estética**. Bueno Aires: Clave Intelectual, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O que significa estética**. 2011. Disponível em: <http://www.proymago.pt/Ranciere-Txt-2>. Acesso em 05/09/2019.

SEFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, p. 14-33, 2018.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. *In*: NÓVOA, A. (Org.). **Vida de Professores**. Portugal: Porto Editora LTDA. p. 11-30, 1995.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

PENNA, Fernando. **Ensino de História**: operação historiográfica escolar. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2013. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013 (Tese de Doutorado em Educação).

SOULAGES, François. Estética e método. **ARS** (São Paulo), São Paulo, v. 2, n. 4, p. 19-41, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Solidariedade Atlântica? — o apelo aos afetos como parte de uma política diplomática voltada para a África (1961-1964)

Viviane de Souza Lima¹

A partir da reconfiguração da geopolítica mundial pós-Segunda Guerra (1939-1945), com o enfraquecimento das potências europeias e a polarização entre os EUA e a URSS², houve uma intensificação dos movimentos independentistas no continente africano. O surgimento de bandeiras independentistas e anticolonialistas tomaram o lugar da antiga convivência com o colonizador. A radicalização e o embate tornaram-se elementos centrais no projeto de luta pela emancipação.

No novo contexto da Guerra Fria, os países afro-asiáticos recém-independentes procuraram se fortalecer e buscar autonomia para encontrar saídas para problemas comuns. A Conferência de Bandung³ (18 a 24 de abril de 1955, Indonésia) é um marco simbólico

1 Doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

2 Os EUA e a URSS não tinham interesses coloniais diretos. Os EUA, que saíram da guerra como líderes do mundo capitalista, sem tradição nem vínculos coloniais, concebiam uma hegemonia internacional que prescindia da dominação direta das áreas de influência. A União Soviética defendia o direito dos povos africanos à independência, mas também via o anticolonialismo como opção estratégica para debilitar as economias capitalistas europeias (CABAÇO, 2007, p. 215).

3 Participaram da Conferência de Bandung 29 países: 15 da Ásia (Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul, e Tailândia); oito do Oriente Médio (Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Turquia). Do continente africano, participaram apenas cinco Estados soberanos (Egito, Etiópia, Libéria, Líbia e Sudão) e duas

da nova feição da África após o Segundo Pós-Guerra. Pela primeira vez, essas novas nações se uniam para atuar como bloco político e econômico e confirmaram o propósito do não-alinhamento às potências da Guerra Fria, EUA e URSS.

Apropriando-se de mecanismos do direito internacional e das práticas diplomáticas, os novos países visavam defender na Organização das Nações Unidas (ONU) o direito à liberdade e à autodeterminação dos povos africanos ainda sob domínio colonial. Na década de 1960, só restavam as colônias dominadas por Portugal. Apesar da pressão internacional, o governo português mantinha seu domínio nos chamados “territórios ultramarinos”. Tal posição gerou um radicalismo dos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas dando início, em 1961, à guerra de libertação nacional. O conflito teve início em Angola e teve outros embates nas demais colônias portuguesas.⁴

No Brasil, até a década de 1950, os governos que se sucediam se voltaram prioritariamente para os EUA em busca de ter um status de aliado privilegiado (VIZENTINI, 2003, p. 11). Mas sem ter uma resposta favorável a seus anseios, principalmente ao seu objetivo maior de se

delegações (representantes da Frente de Libertação Nacional da Argélia — FLN e do Partido Popular da Convenção - CPP) no poder na Gold Coast britânica (Gana).

- 4 Em Moçambique, o Massacre de Mueda, em 16 de junho de 1960, entrou para os registros históricos como sendo o estopim da luta armada. Centenas de camponeses moçambicanos foram mortos por militares portugueses após protesto contra o baixo preço pago pelos colonos portugueses por produtos agrícolas. Um ano depois, em Angola, ocorreram os dois primeiros conflitos, no dia 4 e 11 de fevereiro, do início da guerra de libertação nacional. Após uma onda de prisões de nacionalistas em Angola, opositores invadiram cadeias para libertar presos políticos. No dia 4 de fevereiro, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União dos Povos Angolanos (UPA) - que mais tarde se transformaria na Frente Nacional de Libertação de Angola - reivindicaram, posteriormente, a autoria dos atos. No dia 15 de março de 1961, ocorreram outros ataques a assentamentos portugueses e a postos administrativos na fronteira com o Zaire (hoje República Democrática do Congo), ao norte do país. Os colonos portugueses reagiram com investidas contra assentamentos angolanos e perseguindo supostos nacionalistas. Pouco tempo depois, os conflitos se espalham para as outras colônias. Em 1963, o PAIGC, sob a liderança de Amílcar Cabral, começou a sua rebelião armada em Guiné. Em Moçambique, a Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO) começou o conflito armado em setembro de 1964. Até o governo de Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961), o Brasil manteve o apoio ao sistema colonial de Portugal, com algumas poucas tentativas de distanciamento. O lobby da comunidade portuguesa, os laços afetivos com a ex-metrópole e as pressões econômicas feitas por Portugal demoviam o País a assumir uma postura mais incisiva contrária ao colonialismo.

expandir industrialmente, o Brasil buscou nossos parceiros. Embora tenha tido um mandato curto (janeiro a agosto de 1961), Jânio Quadros foi o primeiro presidente a lançar as bases de uma política de relações internacionais mais distanciada dos americanos. O seu sucessor, João Goulart (1961-1964), deu continuidade a esse direcionamento.

A Política Externa Independente (PEI) estabelecia as diretrizes das relações exteriores brasileiras e conferia papel fundamental ao continente africano. O fervilhar de nações africanas recém-independentes aguçava o desejo do governo brasileiro de encontrar novos mercados para a sua indústria em crescimento e de aumentar sua influência política. Com relação ao colonialismo português, o governo brasileiro também fazia esforço para descolar a sua imagem da de Portugal, embora enfrentasse resistências da diplomacia portuguesa e de parte da sociedade brasileira.

O objetivo deste artigo é evidenciar como, no período de 1961 a 1964, que abrange os governos de Jânio Quadros e de seu sucessor João Goulart (1961-1964), as relações históricas e culturais entre o Brasil e parte da África foram usadas para sustentar retoricamente a política africana. Pretendo demonstrar como a “retórica da afetividade”, como nomeia Cláudio Ribeiro (2009, p. 32), foi usada pelo governo brasileiro para defender uma “vocação natural” para a África do Brasil⁵ (SARAIVA, 2012, p. 39).

De acordo com Cláudio Ribeiro (2009, p. 32), a retórica da afetividade se constituiu em um discurso político que, ao englobar um conjunto de argumentos de fundamentação histórico e étnico-culturais, visava promover determinada política externa com países de formação histórica similar. “Tradicionalmente presente nas relações Brasil-Portugal durante o governo Juscelino Kubitschek, ela passa, com o governo Jânio Quadros, [...] compor políticos e

5 Importante mencionar que a “retórica da afetividade” e o discurso de exaltação das relações especiais com o Brasil, pelas ligações históricas e culturais, também foram argumentos comumente usados por aqueles que defendiam que o Brasil se mantivesse ao lado de Portugal e do seu colonialismo.

intelectuais, quando na defesa e promoção da política externa brasileira para a África” (RIBEIRO, 2009, p. 32).

Nas tentativas de cortejar os parceiros africanos, o presidente brasileiro destacava, de forma inédita, a “africanidade” brasileira em discursos amparados nos laços históricos, culturais e afetivos entre Brasil e África. Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa de 1961, Jânio Quadros exaltou o compromisso do Brasil com o desenvolvimento da África e defendeu uma unidade em busca de objetivos comuns.

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais queremos ajudar a criar, no Hemisfério Sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual (QUADROS *apud* MUNIZ, 2010, p. 24).

O discurso de Jânio Quadros da dívida histórica⁶ com o continente africano se associava a um outro mais contemporâneo de fortalecer político e economicamente o bloco de países do Hemisfério Sul, privilegiando as relações entre Brasil e países africanos. A contribuição do povo africano para a formação do Brasil, mediante o trânsito involuntário durante o período do tráfico transatlântico de escravos ao longo dos séculos XVI e XIX, foi um dos argumentos comumente usados para *atualizar* a ligação sentimental entre os dois lados do Atlântico.

6 Na década de 1960, o argumento da dívida histórica o Brasil com relação à África teve peso relevante nos discursos diplomáticos e políticos para justificar uma maior aproximação entre os dois lados do Atlântico. Tal uso seria repetido exaustivamente anos depois, durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República (2003-2011) quando a relação do Brasil com a África terá maior amplitude

Em artigo publicado poucos dias antes de sua renúncia à Presidência na Revista *Foreign Affairs*⁷, intitulado Nova Política Externa do Brasil, Jânio Quadros acreditava — e desejava fazer crer — que ao Brasil estaria reservado o papel de destaque no mundo afro-asiático, dadas suas características étnicas e culturais.

Creio que é precisamente na África que o Brasil pode prestar o melhor serviço aos conceitos de vida e métodos políticos ocidentais. Nosso país deveria tornar-se o elo, a ponte entre a África e o Ocidente, desde que estamos tão intimamente ligados a ambos os povos. Enquanto pudermos dar, às nações do Continente Negro, um exemplo de completa ausência de preconceito racial, juntamente com provas cabais de progresso sem solapar os princípios da liberdade, estaremos contribuindo decisivamente para a integração efetiva de todo o continente num sistema ao qual estamos presos por nossa filosofia e tradição histórica (QUADROS, 1978 *apud* FRANCO, 2008, p. 151).

No texto referido e nos demais discursos feitos à época pelo presidente e pela diplomacia brasileira, o Brasil se apresentava às nações africanas como exemplo a ser seguido: de uma ex-colônia portuguesa que conquistou a liberdade e trilhava os rumos do desenvolvimento aliado. Outra ideia no artigo de Jânio Quadros, intensamente propagada na década de 1960, era que o Brasil o era diferente das outras nações — e melhor — em razão da mistura racial brasileira e dos níveis de penetração das influências africanas em sua cultura.

A ideia de democracia racial era creditada ao pensamento teórico do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987). Freyre é autor de uma interpretação histórica do Brasil que conferiu à mestiçagem um aspecto inédito de positividade e a cunhou como elemento fundamental na formação do povo brasileiro. No pensamento freyriano, estava incutida a ideia de que no Brasil brancos e negros mantêm relações pacíficas e harmoniosas, ideia amplamente refutada teórica-

7 No Brasil, o texto da revista da *Foreign Affairs* foi traduzido e publicado pela Revista Brasileira de Política Internacional (QUADROS, 1978 *in*: FRANCO, 2007, p. 151).

mente. Em sua teoria, Freyre cunhou o conceito de “democracia étnica”, em 1944, que ia de encontro às teorias do “racismo científico”⁸.

Acompanhando o discurso que exaltava a relação especial entre brasileiros e africanos, o governo brasileiro implementou uma série de ações de sua política africana. Em 1961, o presidente criou a Divisão de África na estrutura interna do Itamaraty. Também foi incluído no Relatório do Itamaraty um capítulo específico para tratar de assuntos africanos para a descrição das posições brasileiras relativas ao continente, também visando o sumário de atividades desenvolvidas anualmente.

Em memorando ao Ministério das Relações Exteriores, no dia 23/02/1961, Jânio Quadros orientou a constituição de um grupo de trabalho para realizar o planejamento da representação diplomática brasileira nos novos Estados africanos. No mesmo documento, Jânio Quadros determinou como deveria ser a política brasileira no continente africano. “Deve ser reexaminada em todos os seus aspectos, sobretudo no político, no econômico e no cultural” (BRASIL, 1961 *apud* CADERNOS CHDD, 2006a, p. 324).

Embora tivessem laços históricos e culturais, Brasil e os países africanos praticamente desconheciam (ainda desconhecem) as realidades contemporâneas de cada lado do Atlântico. O governo Jânio Quadros não ignorou esse problema e o quanto isso poderia ser um obstáculo para a sua iniciante política externa direcionada à África e à Ásia. A criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEEA), em abril de 1961, teve como meta suprir o governo de informações sobre o continente africano e, principalmente, formular ações culturais que *reavivassem* os laços afetivos entre Brasil e África.

8 De acordo com Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Gilberto Freyre nunca usou o termo “democracia racial” explicitamente, mas apenas seu sinônimo “democracia étnica”. Guimarães afirma que o uso do termo “democracia racial” aparece com as pesquisas empreendidas por Roger Bastide no nordeste brasileiro, influenciado pela leitura de Gilberto Freyre. Segundo Guimarães, Bastide usa pela primeira vez o termo democracia racial ao refletir sobre a ordem social que era própria à ideia de democracia brasileira, ideologia que se baseia na ausência de distinções rígidas entre brancos e negros, divulgada como uma forma original de cultura miscigenada, livre e festiva (GUIMARÃES, 2002, p. 149).

No texto do decreto de criação do IBEEA (Decreto Nº 50.465, de 14 de abril de 1961), foram definidos os seus principais objetivos: estimular, desenvolver e difundir estudos culturais, sociais, políticos econômicos relativos ao mundo afro-asiático; facilitar e incrementar as relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia; promover o estudo comparado do processo de desenvolvimento do Brasil e dos países africanos e asiáticos; e promover o intercâmbio universitário entre o Brasil e os países africanos e asiáticos (BRASIL, 1961, s/p).

A partir do Instituto, o governo procurou engajar as universidades brasileiras no projeto. O conselho curador do IBEEA era composto por representantes do governo (Presidência da República; do Ministério das Relações Exteriores; do Ministério da Educação e Cultura) e de universidades (Universidade do Brasil⁹, Universidade de São Paulo, Universidade de Minas Gerais, do Centro de Estudos Afro-Orientais- CEAO¹⁰ da Universidade Federal da Bahia e do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais).¹¹

Entre 1961 e 1962, foram ainda abertas embaixadas em Gana, Nigéria, Quênia e Senegal. Com o intuito de fazer circular informações de um lado do outro do Atlântico, Jânio Quadros transformou as novas embaixadas brasileiras instaladas em países africanos em órgãos de propaganda do Brasil. Em memorando do dia 26/06/61 ao minis-

9 A Universidade do Brasil foi criada por lei Poder Legislativo em 5 de julho de 1937. Dava continuidade à antiga Universidade do Rio de Janeiro, criada na década de 1920 como uma reunião das escolas superiores existentes na cidade.

10 O CEAO foi o primeiro instituto voltado para os estudos do continente africano e afro-brasileiro criado no Brasil. O Centro surgiu ainda em 1959 a partir de proposta inicial do professor e intelectual português Agostinho da Silva, que havia se exilado no Brasil no início da década de 1940.

11 O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais foi criado em 1949 por sugestão de Gilberto Freyre, que na época exercia o mandato de deputado, e começou a funcionar em 1951 em Recife. Vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, Instituto Joaquim Nabuco foi, segundo historiador João Alberto da Costa Pinto, a instituição-chave da trajetória intelectual de Gilberto Freyre. O órgão tinha como missão realizar estudos sociológicos sobre as condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do Nordeste, de forma a sugerir formas de melhorias de vida. Mas na prática, Freyre transformou o Instituto em um dos principais instrumentos para a sua influência política, principalmente, após o golpe civil-militar de 1964 (PINTO, 2009).

tro Afonso Arinos, o presidente determinou a constituição de uma comissão para elaborar material de divulgação impresso ou gravado para utilização na África.

No documento, o presidente Jânio Quadros orientou que fossem confeccionados folhetos com dados sobre o território brasileiro, população, recursos naturais, produção agropecuária e indústria, comércio. Também pediu que constassem no material informações no campo da política, da economia, da cultura, e sobre as conquistas e aplicações técnico-científicas (BRASIL, 1961 *apud* CADERNOS CHDD, 2006b, p. 429).

Neste material, por ordem do presidente, deveria ser dado amplo destaque à “posição histórica desta nação na defesa da autodeterminação dos povos e na luta contra o colonialismo e o racismo e ainda o respeito integral à liberdade de culto” (BRASIL, 1961 *apud* CADERNOS CHDD, 2006b, p. 429). A posição brasileira frente ao colonialismo português foi exatamente a pedra no sapato do governo brasileiro na implementação de sua política africana.

O presidente Jânio Quadros sabia que o discurso das relações especiais entre o Brasil e a África não surtiria qualquer efeito se não fosse acompanhada de ações concretas, principalmente, na revisão do apoio histórico dado a Portugal e a seu regime colonial nas Organização das Nações Unidas, principal fórum de debate sobre o tema à época. Segundo Wayne A. Selcher, Jânio Quadros adotou conscientemente em seu governo uma postura anticolonial como um instrumento ideológico para aumentar a prestígio brasileiro entre as nações africanas a fim de propiciar o desenvolvimento de ações de cooperação (SELCHER, 1974, p. 157).

No discurso de Jânio Quadros veiculado pela “Voz do Brasil”, no dia 31 de janeiro de 1961, o presidente reforça o compromisso do Brasil em apoiar a luta contra o colonialismo.

Atravessamos horas das mais conturbadas que a humanidade já conheceu. O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de solver os dramas e as contradições que engendrou. Ao Brasil cabe estender as mãos a esse mundo jovem, compreendendo-lhe os excessos ou desvios ocasionais, que decorrem da secular contenção de aspirações enobrecedoras. Compreender significa auxiliar no que for possível e no que for preciso (QUADROS, 1978 *apud* FRANCO, 2007, p. 31).

A promessa do Brasil em apoiar os movimentos de independência africana foi posta à prova nas votações da ONU. Com a intensificação do conflito em Angola, Jânio Quadros e Afonso Arinos decidiram comunicar ao governo português que o Brasil não ficaria mais ao lado de Portugal nas votações nas Nações Unidas das resoluções sobre a situação de Angola apresentadas pelo bloco afro-asiático.

Sob a justificativa de cumprir o Tratado de Amizade e Consulta¹², o chanceler brasileiro foi a Lisboa, onde se reuniu com o primeiro-ministro António Oliveira Salazar e com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcelo Mathias. Como esperado, Salazar se mostrou firme em sua posição de manter seus territórios além-mar.

No retorno da viagem, Arinos redigiu uma nota oficial, aprovada pelo presidente Jânio Quadros, em que divulgava que o governo brasileiro, depois de cumprir o Tratado de Amizade e Consulta, se sentia livre do compromisso com Portugal para adotar uma nova postura nas votações na ONU com relação às colônias portuguesas em África. O documento foi divulgado pelo Itamaraty no dia 15 de abril de 1961.

12 Pelo Tratado de Amizade e Consulta, assinado no dia 16 de novembro de 1953, Portugal e Brasil se obrigavam a se consultar sempre sobre os problemas internacionais de interesse comum; a conceder aos nacionais da outra parte tratamento especial, equiparando-os aos respectivos nacionais; prometiam facilidades comerciais e financeiras um ao outro; estabelecia livre entrada e saída, fixação de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil; e a estudar os meios de desenvolver o processo, a harmonia e o prestígio da Comunidade Luso-Brasileira no mundo.

Agora, depois de realizada a viagem do ministro do Exterior a Lisboa, e de apresentadas por ele, extensiva e francamente, ao governo de Portugal, em obediência aos termos do Tratado de Consulta, as razões que condicionam e determinam a posição brasileira, encontra-se o presidente da república [...] em condições de declarar que [...] se reserva o direito de acompanhar o desenvolvimento da situação africana com a liberdade de ação que corresponde a sua firme política de anticolonialismo, antidiscriminação e francamente favorável à autodeterminação de todos os povos capazes de aspirar a independência [...] (ARINOS FILHO, 2001, p. 211).

Essa mudança de atitude por parte do Brasil seria muito prejudicial para Portugal, pois acentuaria o seu dramático isolamento na ONU. Poucos dias depois da divulgação da nota, no dia 17 de abril, a diplomacia portuguesa lançou a primeira estratégia para tentar dissuadir o governo brasileiro. O embaixador do Brasil em Portugal, Negrão de Lima, figura simpatizante a Portugal, foi porta-voz de um “desesperado apelo” do ministro dos Negócios Exteriores, Marcelo Mathias. Este pedia ao Brasil que se abstinêsse na votação da Resolução 1603 (XV), que estava na pauta de debates das Nações Unidas. A moção exigia o fim da repressão portuguesa contra os angolanos, solicitando que Portugal desse início aos esforços imediatos para a transferência de poderes em Angola (ARINOS FILHO, 2001, p. 212).

A pressão da diplomacia portuguesa e de políticos e intelectuais brasileiros favoráveis à aliança entre Brasil e Portugal, principalmente na imprensa, surtiu efeito. No dia 19 de abril, dois dias depois de ter orientado a delegação brasileira na ONU a votar favoravelmente a propostas do bloco afro-asiático sobre Angola, Afonso Arinos recomendou a abstenção na votação da Resolução 1603.¹³ Para justificar sua mudança de posição, o Brasil alegou que a segunda parte da resolução, que criava um comitê especial responsável por conduzir as

13 A Resolução foi aprovada por 73 votos. Foram registrados dois votos contrários, Portugal e África do Sul e nove abstenções, entre as quais, do Brasil, da França e do Reino Unido.

investigações sobre a situação angolana, era “inoperante, excessivo e propiciava complicações inúteis¹⁴ (SELCHER, 1974, p. 158).

Ainda que a abstenção tenha demonstrado que o Brasil permanecia tentando evitar conflitos com Portugal, ela não deixava de ser um avanço, se comparada ao posicionamento incondicionalmente favorável aos portugueses do passado. Mas a renúncia de Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961, interrompeu momentaneamente os rumos de uma política externa que começava a adotar ações mais voltadas para a África.

João Goulart (1961-1964) deu continuidade à PEI iniciada por Jânio Quadros. O novo ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, deu à PEI um corpo teórico mais consistente.¹⁵ O Brasil continuou tentando adotar nas relações externas uma posição de independência com relação aos blocos político-militares e buscar novos parceiros econômicos.

Com relação ao continente africano, assim como na gestão de Jânio Quadros, o novo governo investia na propaganda do Brasil para ampliar os contatos com os países africanos recém-independentes. San Tiago Dantas defendia o investimento em ações culturais para ampliar o conhecimento recíproco entre Brasil e países africanos.

Pensamos que o setor africano deve gozar de uma alta prioridade, principalmente nos programas do Departamento Cultural. Na África, acima de tudo, o que Brasil tem é de realizar missões de estabelecimento e difusão das nossas ideias, da nossa cultura e da nossa atitude po-

14 “Inoperative, excessive, and conducive to useless complications” (Tradução minha).

15 San Tiago Dantas foi ministro das Relações Exteriores por menos de um ano (de setembro de 1961 a julho de 1962). Até o fim do governo de João Goulart, quatro outros nomes ocuparam o cargo, entre eles, novamente Afonso Arinos, mas durante um período breve. Os ministros das Relações Exteriores, durante o período em que a PEI foi a diretriz geral das relações externas brasileiras, foram: Afonso Arinos (janeiro-setembro/1961), San Tiago Dantas (setembro/1961-julho/1962), Afonso Arinos (julho-setembro/1962), Hermes Lima (setembro/1962 — junho/1963), Evandro Lins e Silva (junho-agosto/1963) e João Augusto de Araújo Castro (agosto/1963- abril/1964).

lítica, para nos entendermos melhor [...] (SAN TIAGO DANTAS, 1961 *apud* FRANCO, 2007, p. 183).

A partir da circulação de informações, o Itamaraty pretendia reduzir o desconhecimento e a rejeição de muitos dirigentes de países africanos com relação ao Brasil (principalmente por conta da aliança com Portugal).

Assim como seu antecessor, San Tiago Dantas se esforçou, inicialmente, em conciliar a postura anticolonialista do novo governo com a manutenção de relações amigáveis com Portugal. A diplomacia brasileira insistia no discurso de tentar mediar uma solução negociada entre Portugal e os movimentos oposicionistas africanos. Mas logo a intransigência de Portugal resultou em discursos mais claros contrários ao colonialismo.

Na primeira entrevista no cargo de ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, defendeu que o governo brasileiro não tinha intenção de permanecer ao lado de Portugal nas votações sobre o caso Angola na ONU.

O Brasil tem todo o empenho em adotar uma atitude que não represente um antagonismo profundo em relação a Portugal e que não choque a opinião pública portuguesa. Mas não poderemos nos afastar da linha de coerência que assumimos no tocante às questões coloniais e, nesse sentido, o Brasil apoiará, sob todos os seus aspectos, as teses favoráveis à preparação dos povos que vivem em territórios não autônomos para sua emancipação política e para que possam exercer, no momento próprio, o direito de autodeterminação (*Idem, Op. cit.*).

Antes de chegar a data de realização da XVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, durante a qual a questão de Angola seria novamente colocada em pauta, San Tiago Dantas ainda tentou, a exemplo de Afonso Arinos, encontrar uma solução negociada com Portugal. Dantas procurou o então embaixador português no Brasil, João de Deus Ramos, para expor que “a atitude do Brasil na questão

de Angola não poderia continuar a ser de abstenção [...] O Brasil era a favor do grande movimento pela independência dos povos da África” (DÁVILA, 2011, p. 133).

João de Deus Ramos, no entanto, insistiu no argumento de que as populações dos “territórios ultramarinos” viviam felizes em um convívio tipicamente português, multirracial como no Brasil. San Tiago Dantas respondeu à negativa de Portugal afirmando que o Brasil tinha de satisfazer às expectativas dos novos países e “abster-se no caso português decepcionaria esses países” (*Idem, Op. cit.*, p. 133).

A percepção da diplomacia brasileira, representada por San Tiago Dantas, de que o apoio a Portugal já havia custado muito ao Brasil e podia comprometer os planos do país de conquistar maior influência na geopolítica internacional fundamentava a nova postura do governo na ONU.

A intenção de reparar o desgaste à imagem internacional do Brasil ficou evidente do discurso do novo chefe da Delegação do Brasil, Afonso Arinos¹⁶, na abertura¹⁷ dos debates da XVI Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1961, em Nova York. Apesar de reafirmar os laços luso-brasileiros, Arinos enfatizou que o governo brasileiro não tinha intenção de continuar apoiando a política colonial de Salazar.

O Brasil, caso se apresente oportunidade, não hesitará em prestar toda a cooperação e toda assistência no encaminhamento da questão de Angola e aguarda com ansiedade o momento em que Portugal aceite a aplicabilidade do princípio de autodeterminação e se mostre disposto a acelerar as reformas que se tornam indispensáveis. O Brasil se julga no dever de fazer um apelo a Portugal para que aceite a marcha natural da história e, com sua larga experiência e reconhecida sabedoria política, encontre a inspiração para transformar Angola em núcleo criador de ideias e senti-

16 Afonso Arinos foi nomeado para o cargo em setembro de 1961.

17 Desde a IV Assembleia Geral, em 1949, o Brasil aceitou abrir as discussões da Assembleia Geral da ONU. O momento se transformou em um patrimônio da tradição diplomática brasileira. Trata-se de uma prática de fundamental importância, pois a voz do Brasil e sua visão dos problemas internacionais ressoam e chegam aos representantes dos países que compõem as Nações Unidas.

mentos e não cadinho de ódios e ressentimentos. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil (ARINOS, 1961 *apud* FRANCO, 2007, p. 269).

A pretensão brasileira de retirar o apoio a Portugal nas votações da ONU sobre o Caso Angola provocou novamente reações contrárias da diplomacia portuguesa. Mas desta vez, o Brasil manteve a posição e votou favoravelmente à resolução 1.742, de 30 de janeiro de 1962, que foi aprovada por 99 votos a favor e dois votos contra (África do Sul e Espanha). A medida reprovou a repressão portuguesa, em ação armada desencadeada contra o povo angolano, com a violação dos seus direitos e das liberdades fundamentais, reafirmando o direito à autodeterminação de Angola. A resolução criou ainda uma comissão para coletar informações sobre a situação dos territórios sob a administração portuguesa.

Como era de se esperar, a atitude do Brasil gerou muitas críticas do governo e da imprensa salazaristas e de apoiadores de Portugal no Brasil. Como aconteceu com Jânio Quadros, João Goulart também teve de enfrentar uma campanha difamatória principalmente na imprensa. O semanário português *Agora*, do dia 10 de fevereiro de 1962, em matéria intitulada “A atitude brasileira na ONU entristece-nos”, reproduziu trechos do artigo do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos principais opositores à época da política externa brasileira, publicado no jornal *Tribunal da Imprensa*.

No texto, intitulado “Filho ingrato”, Carlos Lacerda (UDN) acusou o governo brasileiro de ter se deixado usar por comunistas ao votar contra Portugal na ONU, decisão que, segundo ele, comprovaria que o Brasil estava se afastando do bloco de potências ocidentais empenhadas na defesa dos postulados democráticos.

[...] o caso de Angola vem documentar mais uma etapa não só da ingratidão como da falta de lucidez do Brasil, ao interpretar os fenômenos políticos internacionais. Angola é uma província ultramarina de Portugal, de há muito na mira dos agitadores comunistas [...]. A independência, pura e simples, é, até aqui, um “slogan” de terroristas treinados pelos comunistas [...]. O episódio mostra a que extremos de cegueira chegou ao Brasil na sua política externa. Resta saber, porém, até quando perdurará esta política, que não aproveita a democracia nem a liberdade, e só serve para beneficiar os totalitários. Resta saber até quando, a pretexto de independência e neutralismo, o Brasil continuará caudatário do bloco anti-ocidental na ONU (BRASIL, 1962, s/p).

Lacerda apoiava o discurso que o domínio luso na África impediria o “perigo comunista” da URSS que rondava as colônias.¹⁸ As críticas acompanharam todo o governo João Goulart. Apesar da pressão, em julho de 1963, como membro não permanente do Conselho de Segurança¹⁹ da ONU, o Brasil rejeitou, finalmente, a fórmula portuguesa de considerar suas colônias “províncias ultramarinas”, votando a favor da Resolução nº S/5.380. A moção ainda julgava a política de Portugal na África uma ameaça à paz e à segurança.

Embora o Golpe de 1964 no Brasil não tenha representado uma inflexão total nas relações do país com a África, do ponto de vista político houve um realinhamento com as teses predominantes da Guerra Fria e o esvaziamento do discurso ideológico em favor da emancipação de todas as colônias. O Itamaraty passou a dar mais ênfase aos aspectos econômicos e comerciais da ligação do Brasil com a África.

18 Muitos nacionalistas africanos foram para a URSS receber treinamento militar e russos foram para as colônias administradas por Portugal para ajudar nas estratégias de enfrentamento. Após a independência, os governos dos novos países instituíram regimes influenciados pelo socialismo, mas com uma leitura diferenciada.

19 O Conselho de Segurança da ONU é composto por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido — os “P-5”) e por dez membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos. O Brasil é, ao lado do Japão, o país que por mais vezes integrou o CSNU como membro não permanente. Na década de 1960, o Brasil foi membro nos biênios: 1963-64, 1967-68.

Mas no dia 11 de novembro de 1975, houve uma reviravolta na diplomacia brasileira com relação à África. O Brasil tornou-se a primeira nação do ocidente a reconhecer o novo governo de Angola. Da perspectiva da Guerra Fria, o reconhecimento pelo governo militar do Brasil de um governo de tendências marxistas como era o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) poderia parecer contraditório.

No entanto, Angola tinha um peso bastante significativo para o Brasil. Com uma visão estratégica, principalmente tendo como foco negócios futuros, o Brasil tentar se redimir de tantos anos de apoio ao colonialismo. Se perdida, talvez o país não conseguisse tão cedo outra chance para se aproximar do continente africano.

Diante do que foi exposto, podemos concluir que, no contexto do Pós-Segunda Guerra, as gestões de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e de João Goulart (1961-1964) viram na aproximação do continente africano um caminho para o fortalecimento do papel geopolítico e econômico do Brasil. Neste contexto, as relações históricas e culturais entre o Brasil e parte da África foram usadas para sustentar retoricamente a política africana. A política africana, no entanto, enfrentou forte oposição principalmente entre aqueles que defendiam que o Brasil permanecesse ao lado de Portugal e de seu colonialismo.

REFERÊNCIAS

ARINOS FILHO, Afonso. **Diplomacia independente**: um legado de Afonso Arinos. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Memorando do presidente Jânio Quadros ao chanceler Afonso Arinos**. Local: Ministério (se for o caso), 23 jan. 1961 *apud* CADERNOS DO CHDD. Centro de História e Documentação Diplomática, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília/DF, ano V, n. 8, p. 324, 2006a.

BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Memorando do presidente Jânio Quadros ao chanceler Afonso Arinos**. 26 jun. 1961 *apud* CADERNOS DO CHDD. Centro de História e Documentação Diplomática, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília/DF, ano V, n. 8, p. 429, 2006b.

BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ofício nº 121. **Posição brasileira na ONU no caso de Angola**. Embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Local: Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília. 13 jan. 1962.

BRASIL. **Decreto Nº 50.465, de 14 de abril de 1961**. Cria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm. Acesso em: 02 mar. 2017.

BRASIL. **Ofício nº 121. Posição brasileira na ONU no caso de Angola**. Embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. 13 fev. 1962. Arquivo Histórico do Itamaraty.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 — 1980**. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

QUADROS, Jânio. **A nova política externa brasileira**. Brasília, v. 1, 73-77, 1978 (Versão portuguesa do artigo escrito para a revista *Foreign Affairs*).

FRANCO, Álvaro da Costa (Org). **Documentos da Política Externa Independente**. v. 1. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, 266-271.

MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar Muniz (Org.). **Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PINTO, João Alberto da Costa. **Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951—1974)**. Revista UFG. Goiás, Ano XI, nº 6, Junho 2009.

RIBEIRO, C. O. **Imprensa e política africana no Brasil: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart**. África, (24-26), 2009, p. 9-74.

SARAIVA, J.F.S. **África parceira do Brasil atlântico — relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SELCHER, Weyne A. **The Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy (1956-1972)**. Florida: A University of Florida Book, 1974.

VIZENTINI, P.G.F. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Ruídos dos Silêncios

Arqueologia do narrar biográfico dos padres-historiadores sobralenses

Thiago Braga Teles da Rocha¹

“Difícil fotografar o silêncio” (BARROS, 2010, 379).

INTRODUÇÃO

Sobral é uma cidade média da região noroeste do Ceará que se transformou em um centro de poder religioso institucional, a partir de 1916, com a sagração de Dom José Tupinambá da Frota (1882-1959), até então vigário, como primeiro bispo da nova diocese. O processo de expansão de dioceses no Brasil é algo sensível no final do século XIX e começo do século XX, em um movimento de reposicionamento estratégico da Igreja Católica após o fim do regime do padroado, em 1890, logo após o início da experiência republicana.

Ao longo das décadas seguintes da sagração episcopal de Dom José, que teve um longo episcopado até 1959, a cidade foi palco de várias intervenções provocadas pela Igreja, a fim de consolidar a influência institucional católica. Foram fundados um jornal (Correio da Sema-

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor da Educação Básica da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC/CE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4948278739986172>. E-mail: thiagorochoa90@outlook.com.

na - 1918), um seminário (São José - 1925), um hospital (Santa Casa de Misericórdia de Sobral - 1925), um banco (Banco Popular - 1927), colégios para moças (Sant'Ana - 1934) e rapazes (Sobralense - 1934), um museu (Museu Diocesano - 1951), um abrigo de caridade (Abrigo Coração de Jesus - 1953), entre diversas obras empreendidas.

A figura de Dom José acabou por ser emoldurada como símbolo da cidade. Na contemporaneidade, há um rito de comemorações da imagem do bispo, conhecido como “Setembro de Dom José”, remetendo a data de seu nascimento e de seu falecimento, 10 e 25 de setembro, respectivamente. Biografemas, que “são, assim como os fonemas para uma frase, as menores unidades do discurso biográfico e que o sustentam” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 122), são constantemente repetidos, consolidando uma visão que é paulatinamente tratada como “natural” por alguns setores da cidade.

Todavia, a construção de narrativas sobre a história de vida do bispo não é recente, começou a ser realizada quando Dom José ainda era um jovem bispo. Há cem anos a biografia do bispo é exercitada por padres-historiadores, revelando além de dados e fatos vivenciados por Dom José, afetos, admiração e ressentimentos de seus biógrafos, que foram seus subordinados eclesiais em algum momento de seu longo episcopado. Silêncios abundantes podem ser identificados nas obras, ao colocarmos lado a lado os discursos.

Os padres Vicente Martins da Costa (1880 — 1948), João Mendes Lira (1925 — 2005) e Francisco Sadoc de Araújo (1931) publicaram alguns relatos biográficos sobre seu superior eclesial. Partimos da premissa que biografar um clérigo era uma forma de angariar ascensão eclesial (MICELI, 2009, p. 39). A esse primeiro movimento, devemos as biografias escritas por Vicente Martins da Costa (1920; 1926), com características santificadoras, flertando com o modelo hagiográfico. Passados mais de cinquenta anos, comemorando-se o centenário de nascimento de Dom José, os dois outros padres-historiadores que conviveram com o bispo em suas

últimas décadas de vida, João Mendes Lira (1982) e Francisco Sadoc de Araújo (1982), publicam biografias sobre o prelado.

Novas políticas da escrita podem ser identificadas nesses textos de 1982. Enquanto Sadoc de Araújo mimetiza Vicente Martins, sem citá-lo, realizando uma biografia laudatória, João Mendes Lira traz à cena ressentimentos, onde a concepção de “maior benfeitor de Sobral” é chocada com a de homem inclinado para as “elevações”, dando a cada clérigo criar a sua *ilusão biográfica* (BOURDIEU, 2006) sobre o bispo.

Assim como um pintor ou um fotógrafo, cada um a seu modo cria um quadro do bispo, preparado cuidadosamente em uma antessala, como a proposta por Siegfried Kracauer (2010, p. 222), pois “[...] o historiador se entrega as últimas coisas antes das últimas, instalando-se em uma área que tem o caráter de uma antessala (Embora, é esta ‘antessala’ a que respiramos, nos movemos e vivemos)”. A pose de Dom José escolhida pelos padres-historiadores revela muito sobre os próprios autores, revelando afetos e tensões com o seu antigo bispo.

A narrativa escrita por esses padres-historiadores se baseia no que *viram* e no que *ouviram*. É marcada por sensibilidades, por afetos, por emoções nem sempre positivas entre o biógrafo e o biografado. Para fazer uma história dessa historiografia, inspiro-me em François Hartog (2014, p. 297) que, por sua vez, teve com intercessor Michel Foucault, pois “[...] o visível não é um dado imutável. Deve ser possível fazer uma história do olho e do visível. [...] Escrever uma arqueologia do olhar historiador seria interessante”.

A proposta do texto que se segue é a de analisar as biografias escritas por padres-historiadores sobre Dom José Tupinambá da Frota (1882-1959), protagonista nas relações de poder em um momento em que a Igreja Católica buscava empreender, a partir do que é conhecido como *Processo de Romanização*, uma nova forma de intervenção no Estado, após o fim do Padroado, com a criação de diversos aparelhos como hospitais, escolas, jornais e seminários, evidenciando ruídos e operações de silenciamentos entre os textos.

AS HAGIOBIOGRAFIAS DE VICENTE MARTINS DA COSTA

Vicente Martins da Costa foi um clérigo que passou a maior parte de sua vida sacerdotal como vigário de Granja, cidade distante cerca de cem quilômetros de Sobral, interligadas desde 1882 por uma ferrovia, que tinha como extremidade Camocim, município vizinho a Granja. Na juventude, ele estudou em sua cidade natal, no Seminário de Fortaleza.

O clérigo demonstrou apreço pela pesquisa e pela escrita, publicando na *Revista do Instituto Histórico* ao longo da década de 1910, em duas partes, uma *Notícia Histórico-Chorographica da Comarca de Granja*. Em 1915, com a criação da Diocese de Sobral pelo Papa Bento XV, Granja passa a ser parte da possessão eclesiástica da nova diocese, deixando de compor o patrimônio episcopal de Fortaleza. Com a posse de Dom José, em 1916, Vicente Martins necessitaria de bem menos tempo para poder pedir a benção ao seu bispo, se deslocando à próxima cidade de Sobral, em vez da distante Fortaleza.

No mesmo ano ele publicou uma primeira biografia sobre Dom José, no sugestivo jornal *A Crença*, que circulava em granja sob direção do próprio Vicente Martins da Costa. Não temos acesso a esse texto em original, a não ser pela reprodução dela em outro artigo, de 1926. Em 1920, o padre-historiador publica um novo artigo na *Revista do Instituto do Ceará*, intitulado *Notas Biographicas do Clero Sobralense*, demonstrando interesse e apressado por seus pares que viveram ou nasceram na sede de sua diocese.

Nesse artigo, temos uma pequena biografia escrita sobre Dom José. Em seis parágrafos que ocupam pouco mais da metade de uma das cinquenta e três páginas do texto, Vicente Martins da Costa cita a ascendência do bispo, sua trajetória de estudante desde Sobral até Roma, bem como a formação e sacramento como padre (1905), a experiência como docente em São Paulo (1907), e a narrativa da experiência como vigário (1908-1916) e Bispo de Sobral a partir de 1916. O último pa-

rágrafo do texto revelava a intencionalidade do autor em publicar um texto maior, ao afirmar que “Em outro numero da Revista do Instituto será publicada sua biographia” (COSTA, 1920, p. 186).

O texto anunciado é publicado na *Revista do Instituto Histórico* em 1926. Ele pode ser dividida em três partes. Na primeira, que corresponde, segundo o autor, ao texto publicado em 1916 no jornal *A Crença*, há uma descrição hagiográfica de Dom José, onde aspectos factuais da vida do bispo são narrados com ornamentos místicos. Por exemplo, falando dos estudos do futuro prelado ainda em Sobral, Vicente Martins afirma que, “[Dom José fez seus estudos] com notavel brilhantismo, demonstrando bem cedo, aos doze annos, com admiração de seu mestre e de seus pequenos condiscipulos, que era uma aguia implume talhada para vôos altaneiros” (COSTA, 1926, p. 100). Outros trechos evidenciavam um sujeito próximo de Deus nas orações, sempre envolto para a predestinação.

Em uma segunda parte, há a narrativa da primeira década de Dom José à frente da Diocese de Sobral, compondo uma intriga que privilegia uma faceta do bispo como “benfeitor” e “construtor”, ao citar suas ações de intervenção no espaço urbano da cidade e na administração episcopal. Em uma sequência de tópicos², Vicente Martins estrutura um dos principais discursos associados a Dom José ao longo da escrita da história sobralense: a de que o prelado era um interventor na estrutura urbana na cidade, sendo, inclusive, muitas vezes mais relevante para as narrativas do que a posição de prefeito da cidade, que raramente é um cargo citado pela historiografia produzida pelos padres-historiadores³.

2 “Zelo Apostólico”, “Educação e Mocidade”, “Correio da Semana”, “Círculo Catholico”, “Seminário”, “Ordenação”, “Visita Pastoral”, “Retiro do Clero”, “Conferencias Eclesiásticas”, “Instituições” e “Obras Materiais” (COSTA, 1926, 116-123).

3 No tópico “Obras Materiais”, Martins afirma que “Além do predio do Circulo Catholico construido por Sua Excia., nota-se a bela e pitoresca casa de campo, a ‘Betania’, para residencia episcopal, começada em Dezembro de 1918 e concluída e inaugurada em 1919, em cujas obras foram despendidos 12:000\$000 (doze contos de réis); e a elegante e sumptuosa capella da <<Betania>>” (COSTA, 1926, p. 122).

O palco de divulgação, a *Revista do Instituto Histórico*, demonstra o desejo da historiografia produzida por Vicente Martins da Costa de ser reconhecido academicamente. É um movimento comum na historiografia. Como afirma o historiador Tiago Pires (2016, p. 215),

As biografias eclesiásticas de fins do século XIX e início do XX se apropriaram de alguns elementos da historiografia brasileira que circulavam nessa conjuntura, passando pelas concepções históricas e narrativas das biografias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e mesmo da historiografia do início do século XX.

O longo artigo, de trinta e oito páginas, tem ainda espaço reservado para a reprodução de dois discursos do dia da posse do bispo, ainda em 1916, atribuídos a José Clodoveu Arruda, então juiz da cidade, e pelo Desembargador Antônio Ibiapyna, natural da cidade de Ipu, também componente da nova diocese.

O componente de uma narrativa de santificação do bispo, própria do gênero hagiográfico (DOSSE, 2015, p. 137), se mistura com uma perspectiva um pouco mais objetiva da narrativa de vida do bispo, adicionando à reprodução de fontes, em uma outra modalidade de pacto narrativo. Hagiografia e biografia se misturam em mesmo texto, compondo um discurso misto, algo que intitulo como hagiobiografia.

O texto de Vicente Martins da Costa publicado em 1926 dava conta apenas dos primeiros quarenta e quatro anos de vida de Dom José. A urgência por escrever uma história de vida tão cedo revela o quão valoroso era escrever biografias sobre outros clérigos para os padres do final do século XIX e do começo do século XX. É um movimento observado na historiografia brasileira. Segundo Sergio Miceli (2009, p. 39),

Uma parcela das biografias é de autoria de padres com pretensões (e chances objetivas) de acesso ao episcopado, ou, como se diz no interior da Igreja, de “candidatos à mitra”, empenhados em relatar a trajetória de seus antecessores hierárquicos como passo de uma estratégia antecipada de canonização.

Vicente Martins da Costa pode ser entendido como um clérigo candidato à mitra. Teve intensa atividade clerical. Além de ser um vigário presente, que fundou templos religiosos e que foi homenageado inclusive com o nome de uma cidade, Martinópolis, ex-distrito de Granja, o clérigo fez viagens relevantes, como a Peregrinação à Roma, em 1925, com grande parte alta cúpula do clero brasileiro, além de ter participado do Congresso Eucarístico Internacional de Buenos Aires, em 1934.

A partir de 1936, Vicente Martins da Costa se tornou vigário da Paróquia de N.S. do Patrocínio, importante possessão administrativa eclesiástica na cidade de Sobral. Deixa sua marca na espacialidade sobralense com a construção de um marcante monumento, um Cristo Redentor, copiando, em escala menor, o construído pelo Cardeal Leme no Rio de Janeiro. Se integrou na vida das elites e lançou, em 1941, *Homens e vultos de Sobral*, um compêndio de biografias dos homens que compuseram a elite sobralense desde o século XVIII, até que adoeceu e faleceu em São Paulo, em 1948.

PADRE LIRA E PADRE SADOC: ESCRITAS ENTRE AFETOS E REPETIÇÕES

Em 1982, sob o longo episcopado de Dom Walfrido Teixeira Vieira (1965 — 1998), foi organizado em Sobral uma ritualística de comemoração para os cem anos de nascimento de Dom José Tupinambá da Frota. Entre missas solenes, discursos e festividades, dois textos ganham nossa especial atenção: *A vida e obra de Dom José Tupinambá da Frota, primeiro bispo de Sobral*, de João Mendes Lira, e *Traços Biográficos de Dom José Tupinambá da Frota*, de Francisco Sadoc de Araújo. Passados vinte e três anos da morte do prelado, um novo rito de sepultamento (CERTEAU, 2010, p. 107) é instaurado.

A morte de Dom José é exorcizada no discurso histórico. Os dois clérigos, principais historiadores da cidade na época, professores da Universidade Vale do Acaraú — UVA, criam relatos que se aproximam em alguns momentos e são antagônicos em outros. O espaço criado para o presente, dessa forma, é distinto para os dois clérigos.

A influência da hagiobiografia escrita por Vicente Martins da Costa é latente, sendo um interlocutor de Lira e quase que um molde para Sadoc de Araújo, mesmo não sendo citado por este último. Cada qual cria sua *ilusão biográfica*, onde, como afirma Pierre Bourdieu (2006, p. 194), “O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência* narrada (e, implicitamente, de qualquer existência)”.

Antes de criarem novos sentidos para a biografia de Dom José, os dois clérigos alcançaram prestígio intelectual na cidade na década anterior, com a publicação de uma grande quantidade de obras sobre a cidade de Sobral, auxiliando na consolidação de uma visão de cidade com “ricas raízes” que deveria se voltar para o progresso, como se houvesse uma predestinação para os sobralenses. Desta fase, destaca-se *De Caiçara a Sobral e Nossa História*, ambas de 1971, de Lira, e *Cronologia Sobralense*, de 1974, de Sadoc de Araújo.

O padre João Mendes Lira (1925 — 2005) teve uma trajetória de formação com alguns percalços. Estudou em Sobral, no *Seminário São José* sob tutela de Dom José, em Fortaleza, em Roma e terminou sua formação em João Pessoa. Foi sagrado sacerdote em 1951, na sua cidade natal, pelas mãos do primeiro bispo de Sobral. Depois de uma experiência de dois anos como pároco na cidade de Frecheirinha, passou a viver junto ao prelado e também a outro clérigo, Padre José Palhano de Saboya, na residência episcopal.

O Padre Palhano foi secretário do bispo, considerado um filho adotivo de Dom José, que teve uma vida política intensa, sendo prefeito da cidade entre 1959-63, e deputado federal, cassado nos

primeiros movimentos da Ditadura Civil-Militar (1964-85). O clérigo ficou conhecido por pilotar um avião, moto e caminhonete quando esses veículos eram raros na cidade, desassociando-se da imagem de clérigo ilibado (COSTA, 2006).

Envolto nessas polêmicas, Palhano foi delatado por Lira para Dom José sobre suas atividades não clericais. Como consequência disso, o padre-historiador João Mendes Lira foi expulso do Palácio Episcopal, nutrindo grande mágoa pelo seu prelado e pelo seu colega e rival de batina, padre Palhano. Após o episódio, Lira passou a lecionar as disciplinas de História e Geografia no seminário e em escolas de Sobral. Após a fundação da Universidade Vale do Acaraú, também teve uma trajetória de ensino na instituição, conciliando as aulas com a atividade clerical, em especial na Capela de N.S. da Saúde. Todavia, não teve mais grande destaque institucional como clérigo, não sendo mais vigário de nenhuma paróquia e nem administrador de qualquer uma das instituições que compuseram o espólio da Diocese de Sobral (LIRA, 2002).

Enquanto Lira teve uma relação marcada por afetos e dissabores com Dom José, Sadoc de Araújo teve uma trajetória um pouco mais distante. Estudou também no *Seminário São José*, em Fortaleza e foi sagrado padre em Roma, em 25 de fevereiro de 1956. Ao voltar para o Brasil, no ano seguinte, transformou-se em professor do Seminário Diocesano e do Colégio Sant'Ana. Ficou pouco mais de dois anos subordinado a Dom José, antes dele falecer, em 25 de setembro de 1959.

Sadoc de Araújo teve uma trajetória muito ligada a burocracia institucional, com destaque para a dimensão educacional. Trabalhou na Cúria Diocesana, onde entrou em contato com os arquivos da Igreja Católica, foi professor do Seminário São José, da Faculdade de Filosofia fundada em 1961, e fundador e primeiro reitor da Universidade Vale do Acaraú — UVA, ainda uma fundação municipalizada, em 1968. Foi membro também, por décadas, do Conselho de Educação do Ceará (ARAÚJO, 1985).

A trajetória desses dois padres-historiadores talvez ajude a explicar as escolhas na escrita de história de vida de Dom José, publicadas em 1982. O movimento não é mais como o realizado por Vicente Martins, de erigir uma memória sobre o bispo e alcançar uma mitra, mas, sim, a de defender esse legado (Sadoc de Araújo) ou questioná-lo (Lira).

Enquanto Sadoc de Araújo, por exemplo, defende a visão de um Dom José estudioso, reproduzindo em sua biografia o enunciado de Vicente Martins, sem citá-lo, de “águia altaneira” (ARAÚJO, 1982, p. 7), Lira contesta essa visão sobre o bispo ao criticar sua personalidade, se aproveitando de um contato mais próximo,

Morei muitos anos com D. José não só como seminarista, mas também como Padre. Isto me permitiu observar atentamente todo o seu espírito, ora extremamente nervoso, algumas vezes incontrolável, em determinadas ocasiões muito paterna, freqüentemente vaidoso, muito inclinado para as elevações (LIRA, 1982, p. 3).

Essa perspectiva santificadora e laudatória empreendida por Sadoc de Araújo é deixada de lado por Lira, que opta por expor um sujeito marcado por ruídos. O fato de ter morado com o bispo, de ter convivido com ele, parece ser um autorizador para o discurso de Lira. O padre-historiador concebia a atividade como um desafio de conceber uma perspectiva humana para um ser repetidas vezes santificado. Segundo Lira (1982, p. 3),

Traçar um retrato de D. José, falar de sua personalidade, de suas inúmeras realizações, de seu paróquio, de seu longo episcopado, de suas visitas pastorais, de formação de seus Padres, da sua maior conquista no campo sócio-cultural que foi o Museu Diocesano, do seu relacionamento com os políticos, da sua convivência com os vigários da maneira como tratava os seminaristas, da sua intromissão no campo temporal que lhe trouxe tantos dissabores e tantas angústias requer um estudo muito profundo e uma análise meticulosa de tudo quanto ele escreveu e pensou.

Ao nos apropriarmos da metáfora do historiador como um fotógrafo, que já citamos e pegamos de Kracauer (2010), avaliamos que a antessala de Lira parece ser bem distinta da que Sadoc de Araújo se utiliza. Os retratos representam poses diferentes. É mergulhando nas análises realizadas por Lira que entendemos a grande gama de ressentimentos do padre-historiador para com o seu ex-bispo. Fazendo grande analogia com “grandes homens da história”, o padre-historiador conclui que estes, assim como Dom José, “Morrem sem amigos, entrando para a história com um grande saldo negativo” (LIRA, 1982, p. 70).

As diferenças de escrita e análise entre Sadoc de Araújo e Lira revelam que eles, apesar de fazerem parte da Igreja Católica, revelavam seus enredos em diferentes antessalas, tomando lugar em diferentes dimensões da instituição, ocupares *lugares sociais de produção* distintos.

Michel de Certeau (2010, p. 66), em seu clássico artigo *A operação historiográfica*, entende a escrita da história dividida em três fases, *lugar social, prática e escrita*. Sobre a categoria de *lugar social*, segundo ele,

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-histórico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: um profissional liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc.

Cada clérigo, apesar de compor o organograma da Igreja Católica, ocupa lugares, no espaço e no tempo, diferentes. Os três vivenciaram experiências diferentes em suas funções eclesiais, ocupando diferentes funções no catolicismo, bem como outras atividades laborais, como a docência.

Ao analisar a perspectiva de um Dom José construtor, “benfeitor”, os textos produzem interpretações com intensos ruídos. Mesmo sem citá-

-lo, Sadoc de Araújo mimetiza boa parte do texto de Vicente da Costa Martins, imprimindo uma lógica parecida de abordagem, apresentando vários tópicos para analisar as diversas facetas positivas de Dom José⁴. O silêncio visava esconder um plágio ou um desafeto? Infelizmente, não temos testemunhos para essas questões, apenas o “silêncio gritante” do texto publicado em 1982, que não cita Vicente Martins da Costa e nem João Mendes Lira. Embora sem menção, há clara filiação.

A questão temporal é o grande diferencial entre os textos da década de 1920 e da de 1980. Passadas mais de cinco décadas entre o texto de Vicente Martins da Costa e o de Sadoc de Araújo, o último se diferencia em defender uma memória já institucionalizada, ao passo que o primeiro fundava aquela memória divinatória sobre Dom José. É um movimento sensivelmente diferente por conta da antessala em que os dois revelam seus textos, imersos em intencionalidades distintas.

Já o confronto entre Sadoc de Araújo e João Mendes Lira pelo enunciado de Dom José como “maior benfeitor de Sobral” revelam formas diferentes de compreender a ação do bispo. Em Sadoc de Araújo, desde a abertura de seu opúsculo, vemos o enunciado de “maior benfeitor” de forma laudatória. Segundo ele,

Sobral prepara-se [em 1982] para comemorar festivamente o primeiro centenário de nascimento de Dom José Tupinambá da Frota, o maior benfeitor da cidade. A grandeza moral de sua personalidade e a influência extraordinária de sua ação marcaram, de maneira decisiva, a história desta cidade e a feição espiritual de seu povo (ARAÚJO, 1982, p. 3).

O enunciado vai ganhando força ao longo da obra. Vibrando com a intriga construída no opúsculo, vai distribuindo cuidadosamente conceitos que elevam a figura de Dom José, reforçando a figura do bispo como o “maior benfeitor de Sobral”,

4 “Primeiros Cuidados Pastorais”, “A Formação do Clero”, “Saúde e Educação para o Povo”, “Promoção da Cultura”, “Amor aos Pobres” e “O Maior Benfeitor da Cidade” (ARAÚJO, 1982, p. 16-23).

Dom José foi o maior benfeitor da cidade de Sobral. Durante 51 anos, dos quais 8 como vigário e 43 como bispo, foi o chefe, o líder, o pai espiritual da comunidade sobralense. Seu dinamismo incomum dotou Sobral e a Diocese de melhoramentos extraordinários de ordem material, social, cultural, moral e religiosa. Sua figura portentosa encheu durante mais de meio século a história da cidade (ARAÚJO, 1982, p. 23).

O texto de Sadoc de Araújo é uma hagiobiografia atualizada sobre Dom José, mimetizando Vicente da Costa Martins. Nesse movimento, Lira é um pouco mais original. Concilia um reconhecimento sobre as obras realizadas por Dom José, humanizando suas ações, em vez de divinizá-las. Para Lira, “A idéia de grandeza sempre dominou o espírito de D. José. Sem esta megalomania ele não podia viver” (LIRA, 1982, p. 67), e que ele “[...] achava que seu prestígio não declinaria ao sustentar opiniões próprias que feriam seus padres, seus diocesanos e seus amigos” (LIRA, 1982, p. 69). Seria Lira um destes padres feridos? Dentro da dinâmica de poder, a construção de obras atendia um desejo pessoal,

Dentro dele, porém, era humilhante perder terreno. Para que sua personalidade não sofresse qualquer desgaste começa uma série de realizações materiais destinadas ao bem estar social, à educação, ao serviço religioso. Assim ia se saindo muito bem de todas as pedras atiradas contra ele com ou sem razão. Cada obra concluída era uma manifestação de poder do Padre Dr. ou do Bispo José Tupinambá da Frota (LIRA, 1982, p. 69).

A vida de Dom José narrada por Lira extrapola as propostas hagiobiográficas escritas por Vicente Martins da Costa (com quem dialoga na sua obra), e por Sadoc de Araújo. Um ser marcado por frustrações, por desejos, por tentativas de consolidação de poder se opõe ao santificado em outras narrativas. O lugar social de produção de cada clérigo, suas antessalas, suas intencionalidades, revelam os distintos afetos na escrita da história em Sobral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de biografias pela historiografia clerical sobralense se baseou no que *viu* e no que *ouviu*, em seus olhares, em suas sensibilidades. Os três biógrafos conviveram com Dom José e ocuparam funções específicas na estrutura clerical sobralense, interagindo de forma mais ou menos intensa com o bispo. Seus textos refletem estratégias distintas de bricolagem da imagem do prelado à cidade. Lembremos que “O afeto histórico está ligado à ausência que se definem as posições do discurso histórico” (RANCIÈRE, 2014, p. 97). Além dos interesses que mantinham, seus amores, admirações, decepções e ressentimentos evidenciam sua forma de narrar vida do bispo, criando suas próprias ilusões de sentido, com operações de silenciamento ou com grandes ruídos revelados.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Traços biográficos de Dom José Tupinambá da Frota**. Sobral: [s.n.], 1982.
- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Dicionário biográfico de sacerdotes sobralenses**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1985.
- BARROS, Manoel de. O fotógrafo. In: BARROS, Manoel de **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. [Tradução de Maria de Lourdes Menezes] 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- COSTA, Lustosa. Clero, **Nobreza e Povo de Sobral**. Editora de Revistas e Livros: Lisboa, 2006.
- COSTA, Vicente Martins da. Notas biográficas do Clero Sobralense. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, ano XXXIV, 1920.

COSTA, Vicente Martins da. Don José Tupynambá 1º bispo de Sobral (Biographia). In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, ano XL, 1926.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. [Tradução de Jacyntho Lins Brandão. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

KRACAUER, Siegfried. **Historia**: las últimas cosas antes de las últimas. [Tradução em espanhol de Guadalupe Miranda e Agustín D'Ambrosio] Buenos Aires: Ças Cuarenta, 2010.

LIRA, Padre João Mendes. **A vida e a obra de Dom José Tupinambá da Frota**: primeiro Bispo de Sobral (1882 — 1982). Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1982.

LIRA, João Mendes. **O meu encontro com a vida e a morte**. Sobral — CE: Sobral Gráfica LTDA, 2002

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890 — 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PIRES, Tiago. Para além da escrita hagiográfica: biografias católicas e cultura histórica no Brasil em fins do século XIX e início do XX. In.: **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography. Rio de Janeiro, Ouro Preto-MG, volume 9, número 22, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaios da poética do saber. [Tradução de Mariana Echalar] São Paulo: UNESP, 2014.

História, cidades e práticas no/do espaço

A cidade de Fortaleza em O casamento da Peraldiana por Carlos Câmara

Camila Imaculada Silveira Lima¹

INTRODUÇÃO

A cidade está em constante transformação nos seus espaços físicos que, por sua vez, alteram as práticas cotidianas ao longo do tempo. No século XX, no Rio de Janeiro, por exemplo, as ruas ficavam cada vez mais largas, os prédios ganhavam altura, os lugares de lazer construíram paredes que segregavam, as favelas e os cortiços emergiam e a relação dos sujeitos com a urbe mudava. Os vestígios e os registros dessas transmutações podem ser encontrados em imagens, nas crônicas, nos jornais, na tradição oral, na literatura e na dramaturgia. Evelyn Lima (2017), neste sentido, destaca como o texto dramático *A capital Federal* de Arthur de Azevedo² traz uma memória dos costumes e regras mo-

1 Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará e professora substituta do curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central/Feclesc.

2 Arthur de Azevedo nasceu em São Luís/MA e se destacou no cenário nacional pelos seus textos dramáticos. Entre estes está *A capital Federal* de 1897, que fora encenada no palco do Theatro José de Alencar (TJA) na cidade de Fortaleza pela Companhia Dramática Lucília Perez em 1910, meses depois da inauguração oficial do TJA. A peça consiste nas aventuras de personagens do campo pela cidade do Rio de Janeiro antes da reforma urbana de Pereira Passos (1903-1906). Segundo Lima, Arthur Azevedo “apresenta uma visão crítica do crescimento da cidade em plena Belle époque”, onde rechaça hábitos que contraria uma moral cívica e cristã. In: LIMA, Evelyn. Espaço e memória: a área central do Rio de Janeiro e adjacências nas entre-

rais em relação aos espaços urbanos da então capital federal no final do século XIX, isto é, a cidade poder vista por uma obra dramaturgica.

O texto escrito não é o mesmo do texto em cena como nos alerta Patrice Pavis (2010), isto é, ao subir ao palco, a obra dramaturgica ganha outros elementos e este momento não é nosso intento para esse breve artigo, mas sim a literatura dramática e como esta pode ser uma forma de reflexão acerca da cidade. Raymond Williams (1990) analisa como a literatura em prosa traz uma percepção referente a uma realidade sociocultural, isto é, um texto ficcional pode ser uma reflexão do real³. Deste modo, para este presente trabalho, propõe-se analisar como as práticas e os espaços da cidade de Fortaleza do início do século XX foram imaginados na dramaturgia de Carlos Câmara, mais especificamente no texto dramático *O casamento da Peraldiana* onde as praças, os lugares de lazer, as ruas e os “tipos” sociais se tornaram personagens da trama.

Em 1919, Carlos Câmara escreveu *O casamento da Peraldiana*, uma burleta de costumes⁴ em 3 atos que trouxe as aventuras de uma viúva da região dos Inhamuns na Fortaleza da década de 1910. A protagonista não reconhecia a cidade de outrora e esse estranhamento era o norte das confusões e das situações cômicas na tessitura da trama. Os meios de transportes, por exemplo, estavam mais acelerados com os bondes elétricos e os automóveis que, para D. Peraldiana, eram o “diabo”, ou seja, perigosos. Os lugares de diversão, hierarquizados, revelavam outros ritmos onde um “Zé Povinho”⁵ se encontra-

linhas da dramaturgia de Arthur de Azevedo e Nelson Rodrigues. XXIX Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos: História e Democracia. Brasília: UNB, 2017.

- 3 Roland Barthes (2004) argumenta como elementos, que não estão diretamente relacionados com o desenvolvimento da narrativa, são postados no texto literário dando um efeito de real. Na literatura dramática do dramaturgo cearense, esses elementos faziam parte da narração, inclusive como personagens. Por outras palavras, era uma dramaturgia realista que aproximava a criação artística como uma reprodução da realidade experienciada. Para compreender essa relação ficção e real vide Roland Barthes (2004).
- 4 A burleta é um gênero teatro ligeiro que contempla elementos do musical, das comédias de costumes, das operetas e tem um caráter de comicidade e sátira (COSTA, 2013).
- 5 Termo que apareceu nos jornais e na literatura do início do século XX no Ceará para designar as camadas sociais menos abastadas.

va e sensualizava no maxixe. Uma cena que era um choque para a viúva que se viu enrolada com a jogatina e foi parar na delegacia. Por outras palavras, a trama desenvolvia-se com a interação da protagonista com os espaços da cidade que, por sua vez, não eram apenas cenário, mas sujeitos da ação dramática.

EM CENA: CARLOS CÂMARA

José Liberal de Castro, renomado arquiteto cearense, definiu Carlos Câmara como o aristocrata que “abandona todo um passado fidalgo para se aventurar pelo Ceará moleque⁶” (COSTA, 1994, p. 38). Seu pai era João Eduardo Torres Câmara (1840-1906), redator em jornais, ve-reador de Fortaleza, Deputado Provincial e diretor da Junta Comercial. Filho do segundo casamento, sua mãe Maria de Souza Câmara desempenhou o papel que era destinada: mãe e esposa. Por outras palavras, o dramaturgo cearense pertencia à família nobre do Estado, o que facilitou seu trânsito pelos “figurões” da cidade de Fortaleza. Era Império quando nasceu na própria Fortaleza no dia 3 de maio de 1881. Viveu a Primeira República e participou das disputas oligarquias⁷. Presenciou o primeiro governo de Getúlio Vargas e morreu em 1939.

Carlos Câmara atuou cargos importantes e de influência. Estudou em colégios católicos, formou-se bacharel em Direito, exerceu cargo político, foi redator da A República, órgão oficial da oligarquia acciolina (1896 e 1912), dirigiu a Escola Aprendizes Artífices, publicou o Almanaque do Ceará, participou da Junta Comercial

6 A ideia de Ceará moleque apareceu nos romances A Afilhada de Manuel Oliveira Paiva e A normalista de Adolfo Caminha com o intuito de tipificar um “caráter cearense” e, deste modo, foi adquirindo o sentido de “povo alegre e irreverente” ao longo dos anos para singularizar, por assim dizer, uma forma de ser cearense.

7 Carlos Câmara não estava isento as questões políticas, mas não será o enfoque aqui. Vale ressaltar que sua atuação na política o ajudou nas relações para o desenvolvimento do seu teatro, assim como na Junta Comercial. O dramaturgo foi correligionário da oligarquia acciolina, grupo político que dominou o Ceará entre os anos de 1896 e 1912, e atuou como redator do jornal A República, onde defendeu um teatro nacional, isto é, uma literatura dramática que falasse dos costumes nacionais e não adaptações de peças estrangeiras, principalmente francesa (LIMA, 2012).

e teve ligações com agremiações literárias como, por exemplo, a Academia Cearense de Letras em sua segunda fase no ano de 1922. E, nos entremeios dessas atividades, participou de companhias dramáticas desde sua adolescência.

No Clube de Diversões Artísticas, Carlos Câmara conheceu um funcionamento de um grupo amador de teatro ainda adolescente e exerceu funções nos bastidores. Fundado pelo romancista e dramaturgo Antônio Papi Júnior⁸ e sua sede foi no Club Iracema, um espaço de sociabilidade destinados às diversões da “aristocracia” cearense. Outro grupo que fez parte foi o Grupo Admiradores de Talma (1914-1918), onde o teatrólogo Carlos Severo⁹ podia encenar suas peças burlescas com seus “termos chãos, degradantes, só aceitos mesmo por virem junto com seu espírito elevado” e o “cômico” Eurico Pinto¹⁰ “estava no seu esplendor” (CARNEIRO *apud* COSTA, 1985, p. 53-54). Assim, Carlos Câmara foi vivenciando a prática teatral e construindo relações no meio, que ajudaria na sua atuação no Grêmio Dramático Familiar (1918-1939) como dramaturgo e ensaiador.

Foi na noite de 25 de janeiro de 1919, em um teatrinho¹¹ improvisado, que o Grêmio Dramático Familiar (GDF) levou à cena a peça

8 Antônio Pápi Júnior, que nasceu no Rio de Janeiro, em meados do século XIX. Ele foi um militar insubordinado, que veio transferido a Fortaleza, cidade onde construiu sua vida de intelectual. Por motivos de saúde, saiu do exército e tornou-se lente do Liceu do Ceará. Participou de movimentos abolicionistas e dos conflitos republicanos, também foi membro da Academia Cearense de Letras em seu segundo momento, em 1922. Destacou-se pelos seus romances, dentre eles, *O sismas*, de 1898, sob a influência do naturalismo, e *Sem crime*, de 1920. Para o teatro, escreve *O Corisco*; *A Maçã*; *O Último Pecado*; *La Garçonne* e *No País da Troça*. In: OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. Antônio Papi Júnior. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2004. p. 10-31.

9 Carlos Severo (1864-1926) foi um dramaturgo do gênero ligeiro que teve certo destaque no cenário do teatro cearense, sendo referência para Carlos Câmara (CARNEIRO *apud* COSTA, 1985, p. 53-54).

10 Eurico Pinto, funcionário dos correios, veio a ser um dos principais cômicos do teatro cearense e ganhou destaque ao atuar pelo Grêmio Dramático Familiar.

11 Localizava-se no bairro Joaquim Távora, limítrofe ao centro da cidade de Fortaleza e seus moradores, em sua maioria, eram sujeitos com posses. A localidade era conhecida como “calçamento de Messejana” ou “estrada de Messejana”, já que levava ao então município homônimo que, em 1921, passaria a distrito de Fortaleza e hoje é um bairro. Segundo Marcelo Costa, o en-

de gênero ligeiro *A bailarina*¹². Era a estreia do cearense Carlos Câmara como dramaturgo. Segundo Marcelo Costa (1972), esse período de atuação do teatrólogo cearense (1919-1939) se fez “áureo” para o teatro cearense, tanto na sua produção como na sua audiência. Ora, Carlos Câmara e o GDF ganharam as páginas dos jornais como, por exemplo, *A Razão* e *Correio do Ceará*, órgãos noticiosos pautados nos costumes e conservadores, mas também em *A esquerda* e *A ordem*, que traziam as notícias e o trabalho com teor mais político. Eram divulgados os dias, horários, local e preços dos seus espetáculos semanais e meses seguidos. Tinha-se, de certa forma, uma temporada de apresentações, que duravam entre um a três meses. Distinguiu-se das outras companhias dramáticas do período, que possuíam raros espaços nos periódicos, não pelo prestígio social dos envolvidos, mas pelo reduzido número de montagens dos espetáculos e sua duração efêmera. Além disso, a grande “audiência” e “concorrência” do GDF era evidenciada nos comentários e descrições regularmente pelos “críticos de teatro”, vulgo bacharéis de direito e letrados, que faziam sua parte analisando as atuações do seu corpo cênico do e as peças de Carlos Câmara e, deste modo, davam sentidos a esse teatro.

Carlos Câmara escreveu dez peças: *A bailarina* (1919); *O Casamento de Peraldiana* (1919); *Zé Fidelis* (1920); *O Calu* (1920); *Alvorada* (1921); *Os piratas* (1923); *Pecados da Mocidade* (1926);

derecho do teatrinho atualmente é Visconde do Rio Branco, nº 2406, uma casa entre a moradia e um ponto de comércio.

12 Em *A bailarina* (1919), Flor, moça ingênua, instruída e do sertão dos Inhamuns, era apaixonada por Malaquias, que a correspondia, mas sua mãe, D. Peraldiana, não concordava. O que ficou pior com a chegada de Elisário, moço cidadão que tinha ido convalescer-se da gripe espanhola, conhecida popularmente por “bailarina”. Ele gostou de Flor, cantou vantagens da capital cearense e agradou D. Peraldiana, que o escolheu como marido de sua filha. Já Malaquias era um jovem camponês que se tornou praça (militar) e, desta forma, foi para a cidade. Era Malaquias, moço trabalhador, ou Elisário, um golpista, que representavam duas vontades (pensamentos) opostas. Os obstáculos estavam postos e Flor em uma encruzilhada, já que, como moça cristã, não poderia desobedecer a sua mãe. Mas, na superação dos desafios, ela encontrou aliados como Cel. Puxavante. E como desenrolar da trama, Elisário foi desmascarado. Era um enganador e um desertor. Acabou sendo preso por Malaquias que, por sua vez, foi aceito por D. Peraldiana. No fim, Flor superou os contratemplos e casou-se com quem amava (COSTA, 2013).

O paraíso (1929); *Os coriscos* (1931) e *Alma de artista* (1939)¹³. Seus contemporâneos as descreviam como revistas e, portanto, tornou-se o “revistógrafo cearense”. Esse gênero caracterizava-se pelas suas sátiras sociais e políticas, utilizando a pilhéria para ridicularizar e criticar a sociedade. Mas, seus textos dramáticos também foram chamados de comédias de costumes, do teatro musicado e burletas, que são gêneros ligeiros e pautado no humor, pelos seus críticos. Em uma entrevista para o jornal *O Nordeste* em 11 de maio de 1923, ao ser perguntado pelas modalidades de criação de sua preferência, Carlos Câmara buscou justificar sua escolha pelo gênero que definiu de burlesco. Comentou que as condições do teatro cearense inviabilizavam as montagens de outros gêneros, ou seja, não haveria compensação financeira e afirmou não ter aptidões literárias para uma alta comédia, gênero de sua predileção, que era considerada uma comédia literária. Então, eximiu-se das “veleidades literárias” e voltou-se para o público que apreciava o “teatro regional” e humor caricato que traziam os costumes e os tipos sociais cearenses, incluindo o “Zé Povinho, e os espaços urbanos da Fortaleza do início do século XX para o palco.

NO PALCO: O CASAMENTO DA PERALDIANA

Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho (2016) analisa como as inovações técnicas do início do século XX foram mudando os espaços físicos da cidade de Fortaleza e, por seguinte, agiram no cotidiano. Essas transmutações eram sensíveis às pessoas que, por sua vez, demonstravam seus anseios e esperanças e os medos e inseguras do novo, isto é, na passagem do tempo no espaço urbano. Foram automóveis, bondes elétricos, aeroplanos, cinematógrafo, entre outros, que chegaram à Fortaleza e mudaram a percepção desta. Para Carlos

13 A bailarina (1919); Casamento de Peraldiana (1919); Zé Fidelis (1920): aqui temos o “sertanejo” ingênuo versus o cidadão malicioso; O Calu (1920): entre o campo e a cidade; Alvorada (1921): a cidade vem ao campo perturbando sua ordem; Os piratas (1923): aqui vamos conhecer o porto; Pecados da Mocidade (1926): estamos na sala ensaiando uma peça; O paraíso (1929): no sítio, temos o choque entre campo e cidade; Os coriscos (1931): aqui temos a “hospitalidade cearense”; Alma de artista (1939): que está incompleta devido à sua morte.

Câmara, as novidades técnicas trouxeram inquietações que foram representadas em *O casamento da Peraldiana*.

Para alguns memorialistas, a burla *O casamento de Peraldiana* era um “roteiro turístico” de Fortaleza do início do século XX, ou melhor, “os personagens *d’O Casamento da Peraldiana*¹⁴ agem, às vezes, como verdadeiros guias de turismo, na descrição de Fortaleza” (COSTA, 2013, p. 126) e, deste modo, surgiu a ideia de Carlos Câmara como “um cronista de uma cidade” (COSTA, 2013, p. 166), mas de uma urbe real. Deu-se a “ficção” um caráter de “real”. Todavia, o teatrólogo não estava transpondo a realidade para a literatura dramática, mas sua interpretação e imaginação da capital cearense onde circulavam ideias do progresso e das inovações técnicas.

Em breves palavras, o trecho dessa peça consiste na jornada de uma viúva sertaneja, D. Peraldiana, pela capital cearense da ideia de progresso que, por sua vez, tinha seus “perigos”. Com Cel. Puxavante como companhia e Elisário como guia, a viúva conheceu as praças e horrorizada ficou com as estátuas de corpo nu e passou pelo passeio público com suas avenidas Caio Prado da “fina flor da alta sociedade fortalezense”, Carapinima “freqüentada pelo pessoal médio, sabe? O pessoal que embola, sem ver de que, e que luxa sem poder” e Mororó “assediada pelo pequenname vadio, pelas criadinhas de estimação, - de umas em cheio e outras em vão, pela rapaziada brejeira e pelo pessoal das areias, a arraia miúda” (CÂMARA, 1919, Ato I, Cena III).

Segundo Ato
1º Quadro (Passeio Publico)
Cena I
(Cantam)
Aqui estão as lindas Avenidas
Deste Passeio sempre as preferidas;
Ajardinadas, tão garridas e vistosas,
Só frequentadas pelas turbas donairosas.
CAIO PRADO
Da Caio Prado é o pessoal smart.

14 Ressalta-se que os personagens do *O casamento da Peraldiana* são os mesmos da sua primeira peça *A bailarina*, mas não foi sua continuação.

MORORÓ

E a Mororó é a mais popular.

CARAPINIMA

Carapinima, meus senhores, representa

A bela gente que a freqüenta.

[...]

E a Mororó que é do agrado

Do Zé Povinho que tanto a anima 377

Segundo Ato

1º Quadro (Passeio Público)

Cena III

ELISÁRIO — Caio Prado, Carapinima, Mororó. Aqui no Passeio em suas avenidas,

há uma seleção absoluta. A Caio Prado, por exemplo, só freqüentada pela elite.

PUXAVANTE — Qui elite é essa, seu Lizario?

ELISÁRIO — Elite é o grande mundo social, é a fina flor da alta sociedade

fortalezense. É lá que eu vou sempre. Mas continuemos: a avenida Carapinima é

freqüentada pelo pessoal médio, sabe? O pessoal que em-bola, sem ver de que, e que

luxa sem poder. E a Mororó é assediada pelo pequenamente vadio, pelas criadinhas de

estimação, - de umas em cheio e outras em vão, pela rapaziada brejeira e pelo

pessoal das areias, a arraia miúda.

PUXAVANTE — Apois essa é comigo, seu Lizario. É o meu povo. A arraia graúda

qui fiquei cá na Caio Prado.

PERALDIANA — Apois eu cá simpatizei mais, muito mais foi cum a Cairapinima.

Só o nome, é o nomão que enche a boca: Cairapinima.

PUXAVANTE — A mais animada é a Mororó, num é seu Lizario?

ELISÁRIO — Quase sempre. Olhe, e muita gente boa anda por lá. Às vezes um

figurão está na Caio Prado com a família e quando vê a mulher descuidada, zaz,

escapole, macio como um muçu, para a Mororó. E anda por lá, com o chapéu

desabado sobre os olhos bacorejando.

PUXAVANTE — Cuma seu Lizario?

ELISÁRIO — Bacorejando. A Caio Prado é um paraíso, é um céu aberto para o pessoal do bom tom; e a Mororó muitas vezes é um purgatório.

PUXAVANTE — Apois é nessa danada, é nessa danada, quèu queroi purgá os meus pecados (CÂMARA, 1919, Ato II, Cena I).

Hierarquizava os espaços de sociabilidade, mas havia os trânsitos da “fina flor” e do “pessoal médio” nos locais da “arraia miúda”, muitas vezes, para namoricos e fornicação fora do casamento. Além disso, vale ressaltar que as avenidas do Passeio Público se tornaram personagens da trama. Malaquias, marido de Flor, foi encontrado pela sua sogra, D. Peraldiana, flertando com outra. E continuando com as andanças pela cidade, a viúva, o coronel e o cidadão encontrados os tipos sociais como, por exemplo, os bilontras que eram conquistadores profissionais e iludiam as mocinhas com suas promessas de amor. À D. Peraldiana foi sugerido cuidado, o que deu efeito cômico já que era uma viúva desbocada, não as pequenas morenas que eram alvo desses galanteadores. Esbarraram também com os cambistas do jogo do bicho, mas os protagonistas não arriscaram uma fezinha. Ora, a jogatina era condenada e os ornais do período faziam extensos editoriais contra essa prática como, por exemplo, o Correio do Ceará de 1921. Entretanto, D. Peraldiana e Cel. Puxavante acabaram presos, já Elisário fingiu que nem conhecia. Na prisão, o casal decidiu se casar.

ELISÁRIO — Pois se vocês querem, podem casar até hoje mesmo. Um casamento elétrico. Eu arrumo tudo. Olhe, vamos casar em Porangaba. Tenho

bons amigos lá. Tomamos o bonde até Benfica...

PERALDIANA — Eu perferia é no terém de ferro, o meno já tou bonde até o

Benfica...

ELISÁRIO — Sabe, o melhor, D. Peraldiana, é tomamos um automóvel.

CASUZINHA — Eu quero i no atimove.

PUXAVANTE — Enum hai perigo não, seu Liziaro?

ELISÁRIO — Qual perigo?

PERALDIANA — Esse negócio de atimove...

ELISÁRIO — Não tenha receio. D. Peraldiana. Seja homem, homem.

(CÂMARA, 1919, Ato III, Cena III).

D. Peraldiana conheceu as inovações técnicas dessa cidade, que transformavam as práticas cotidianas, as formas como os espaços eram usados e até mesmo a noção de tempo. O “atimove” diminuía as distâncias, mas também causava um reboliço nas ruas da cidade. Havia os códigos de conduta para os usos do automóvel, mas isso não impedia os processos criminosos. Carroças e o novo transporte disputavam as ruas de Fortaleza e acidentes ficaram recorrentes. Não à toa, a viúva ficou com medo dessa novidade, que era perigosa. Contudo, essa atitude da personagem tinha efeito cômico. Afinal, o público do seu teatro era bem familiarizado com esse meio de locomoção, já que os relatos comentavam que “Via-se, nas noites de espetáculo, dezenas de automóveis nas portas do acanhado teatro” (CARNEIRO *apud* COSTA, 1985, p. 59). Os automóveis trouxeram acidentes e necessidades de adaptações das ruas. Muda-se, portanto, os espaços urbanos. E o tempo era outro, marcado pelo relógio e a pressa do progresso, que agia sobre as práticas cotidianas:

Segundo Ato

Cena IV

CANDOCA — Ou então, um passeiozinho a Bond. Sim?

PUXAVANTE — A cumade tem medo desses bonis eletro qui si pela.

PERALDIANA — A derradeira vez qu’eu vim o Ceará, andei a bonis, mais porém era puxado pro burro. No tempo do seu Solão.

ELISÁRIO — Ela prefere a tração animal.

CANDOCA — Pois, minha senhora, a tração animal é uma coisa abolida hoje me dia. A tração elétrica é que domina o mundo. Eu casou partidário da eletricidade em todas as suas manifestações.

PUXAVANTE — Tá paricendo mêmro um fie eléte.

ELISÁRIO — Os namorados são da opinião de D. Peraldiana.

PERALDIANA — Assim, seu Lizário?

ELISÁRIO — Sim, senhora. O bonde elétrico passa muito veloz não dá tempo nem a uma troca de olhares mais expressivo.

CANDOCA — Nesse ponto o senhor tem razão. Porque às vezes sucedia o bonde dá o prego mesmo em frente da casa da namorada.

Era bom! Tinha tempo até de conversar por sinais.

PERALDIANA — Dá o prego?

ELISÁRIO — Sim. Parava ou porque os burros cansavam, ou porqualquer outra causa. Hoje não se dá isto. A eletricidade não protegeos namorados, salvo...quando falta corrente ou queima o fusil (CÂMARA, 1919, Ato II, Cena IV).

Era uma cidade que acelerava à sua maneira, diferentemente do campo bucólico e verde de Carlos Câmara. O casamento era elétrico, assim como o bonde. Mudava as relações sociais como, por exemplo, os namoricos. Não havia mais tempo para trocas de olhares, a contemplação e as trocas de bilhete, que ocorriam com o bonde de tração animal. Era outra relação com o tempo. O badalo do sino da Igreja foi ficando cada vez mais distante e o horário do trabalho racional e comercial mais presente na vida do cidadão e cidadina. Por fim, ao perceber as diferenças da vida de “cólica”, ou melhor, sertaneja e da cidade, D. Peraldiana e Cel. Puxavante decidiram voltar para a tranquilidade dos sertões do Inhamuns após o casamento, que fora no ritmo da urbe. Além disso, a pressa das horas trazia o tempo do ócio. Além do passeio público, D. Peraldiana conheceu outros espaços de lazer que, por sua vez, eram formas de distinção social:

Ato terceiro
Cena IV
JOCKEY CLUB — (Canta)
Assim galante
O Jockey Club
Meus senhores
Represento
Sou um portento
E nas corridas vôo
Mais veloz que o vento
É o esporte o mais dileto
De nossa sociedade
É nesta cidade
O ponto predileto
Do pessoal da moda
E da mais alta roda
Assim faceiro
É tão brejeiro[...]
Meus senhores

Viva Jockey Club
Que são os amores
De nossa capital
O centro de atração
O ponto ideal
Desta população.

(CÂMARA, 1919, Ato III, Cena IV).

O Jockey Club era um espaço de sociabilidade, onde a elite poderia ostentar suas riquezas com as apostas nas corridas de cavalo, além de ser um esporte praticado pelos mais abastados da sociedade. Não obstante, Peraldiana não conheceu as regiões periféricas, o porto que fora apresentado em *Os piratas* (1923), os leprosários, as Igrejas, apesar da religiosidade mostrada pelo dramaturgo em sua produção, os cabarés, os botequins, isto é, existia uma cidade que não entrou em cena, mas que estava presente na reflexão acerca de Fortaleza realizada por Carlos Câmara pela linguagem da dramaturgia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Koselleck (2006) distingue experiências e expectativas, ou melhor, “espaços de experiências” (vivência do passado) e “horizontes de expectativa” (dever e desejo) para refletir acerca da noção de tempo histórico, voltado para as categorias de passado, presente e futuro. Em outras palavras, o tempo histórico é resultante da tensão das relações e do movimento na vida social e política concreta entre experiências e expectativas, entre passado e futuro. Para o autor, na sociedade do progresso esse espaço de experiências se distancia dos horizontes de expectativas, ou seja, com a sensação de aceleração, onde os espaços de experiências se tornam menos duradouros e os horizontes de expectativas são alargados.

A ideia de progresso trouxe outras formas de vivenciar a cidade de Fortaleza que, muitas vezes, entrava em conflito com “a moral e os bons costumes” de uma sociedade de experiência cristã católica,

provinciana, conservadora e patriarcal. Distanciava-se os espaços de experiências dos horizontes de expectativas. Neste cenário, Carlos Câmara buscou pela dramaturgia uma forma de refletir acerca das suas inquietações e anseios diante do novo que mudou os espaços urbanos e as práticas cotidianas da Fortaleza do início do século XX.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Carlos. O Casamento de Peraldiana. *In*: CÂMARA, Carlos. **Teatro** — obra completa. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

CÂMARA, Carlos. O teatro no Ceará, *Gazeta de Notícias*, 10/07/1935. *In*: COSTA, Marcelo. **Teatro na terra da luz**. Fortaleza, edições UFC, 1985.

CARNEIRO, Adolfo. Fortaleza de ontem e de hoje. *In*: COSTA, Marcelo. **Teatro na terra da luz**. Fortaleza: Edições UFC, 1985.

COSTA, Marcelo. **Era uma vez um grêmio**: o teatro musical de Carlos Câmara e a construção do teatro cearense. Tese (doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2013.

COSTA, Marcelo. Carlos **Câmara, o mestre cearense da burleta**. Fortaleza: Secult, 1994.

COSTA, Marcelo. **História do Teatro Cearense**. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1972.

COSTA, Marcelo (Org.). **Teatro na Terra da Luz**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1985.

LIMA, Camila I. S. **Nos palcos da cidade**: a representação da moralidade e dos costumes no teatro de fortaleza na primeira república (1889-1930). Dissertação (mestrado) — Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de pós-graduação em História e Culturas, Fortaleza, 2012.

LIMA, Evelyn. Espaço e memória: a área central do Rio de Janeiro e adjacências nas entrelinhas da dramaturgia de Arthur de Azevedo e Nelson Rodrigues. **XXIX Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos**: História e Democracia. Brasília: UNB, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2006.

PAVIS, Patrice. **A análise dos espetáculos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. Vertigem do olhar, sopro de guerra: rastros de uma experiência moderna (Fortaleza, anos 1930 a 1940). *In*: SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e; RIOS, Kênia. **Tempo, cultura e memória**. Fortaleza: Escola Livre de História; Expressão Gráfica e editora, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Editora Schwartcz, 1990.

A representação jornalística da modernidade na Nova São Rafael (1980 e 1985)

Maiara Brenda Rodrigues De Brito¹

INTRODUÇÃO

O projeto Baixo-Açu foi uma política pública modernizadora², direcionada para o interior do Estado do Rio Grande do Norte, que objetivava amenizar as consequências dos ciclos de estiagens do interior do Estado. Dividido em três etapas, essa ação implicou no barramento do leito do rio Piranhas-Açu³. A primeira fase do projeto, consistia na construção da barragem Engº Armando Ribeiro Gonçalves, que atualmente é o maior reservatório artificial do Estado. A segunda etapa caracterizaria a implementação de

-
- 1 Aluno(a) do Programa de Pós-graduação em História dos Sertões pelo Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientada pela professora Doutora Airan dos Santos Borges de Oliveira docente da UFRN. Link de acesso ao currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7133786165805891>. E-mail: maiara.brendaaa@hotmail.com
 - 2 A ideia da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, remonta a primeira metade do século XX, quando em 1937, o atual DNOCS autorizou o início de estudos para a identificação de um espaço apropriado para tal obra. Em 1971, o vale do Açu foi o espaço indicado para a instalação da barragem. No entanto, o projeto Baixo-Açu saiu do papel somente em 13 de julho de 1975, com o Decreto de número 76.046, durante o governo do presidente Ernest Geisel.
 - 3 O rio Piranhas/Açu, nasce na Serra do Bongá, município de Bonito de Santa Fé, estado da Paraíba, e desemboca no município de Macau, litoral do Rio Grande do Norte. Seus principais afluentes são: rio Espinhara, Picuí e Seridó. Informações encontradas em <https://blogdofernandocaldas.blogspot.com/2009/08/rio-piranhasassu.html>, acessado em 26 de Fevereiro de 2020.

um programa de irrigação, e a terceira seria a instalação de um espaço voltado para atividades pesqueiras nas águas represadas.

O intuito da ação era combater o subdesenvolvimento do sertão⁴, ou seja, além de amenizar a fome e os efeitos da seca, o projeto traria desenvolvimento e progresso tecnológico para esse espaço, que é marcado por discursos, projetos intervencionistas e conjunto de juízos e valores adaptáveis. Considerando que esse espaço é designado para ser superado, a construção da Barragem Armando Ribeiro, e conseqüentemente a edificação da Nova São Rafael, está embrenhado nessas ideias modernizadoras, pois além de combater a estiagem e agressividade do clima da região, o projeto visava proporcionar desenvolvimento social e econômico para esse espaço, contemplando assim os seus indivíduos.

A literatura regional sobre o tema, mostra que a recepção da notícia sobre a construção, gerou, nas pessoas, um estado de intranquilidade e insegurança, situação essa promovida pela imprecisão dos informes à população. Visando amenizar as inquietações populares, organizou-se uma expressiva mobilização, por parte da propaganda governamental, da imprensa e poetas, em busca de mostrarem os benefícios oferecidos pelo mesmo, com ênfase para o convencimento que todas as situações difíceis que esses passaram em prol da construção da barragem, seria compensada com inúmeras vantagens, entre elas as farturas alimentícias e econômicas.

A construção da barragem foi realizada entre os anos de 1979 e 1983, a sua inauguração contou com presença de consideráveis políticos do estado e com o presidente da República da época, João Batista de Figueiredo⁵. Como notabilizou o projeto, algumas cida-

4 O conceito de Sertão, será discutido a partir de reflexões e autores como Amado (1995); Moraes (2003) e Neves (2003), e versará sobre os aspectos simbólicos e ideológicos, desenvolvido ao longo do tempo, que pensa esse termo como categoria espacial, referenciando regiões e espaços marcados pela pobreza, seca e carentes de intervenções modernizadoras

5 O governo presidencial do general João Batista Figueiredo, foi o último durante o regime militar (1964 a 1985), período histórico da política brasileira. O mesmo atuou enquanto presidente no período de 1979 a 1985.

des foram atingidas e tiveram comunidades rurais inundadas, é o caso de Jucurutu, Assu e Ipanguaçu. Porém a cidade de São Rafael, além dos espaços rurais sofreu com uma inundação total do seu núcleo urbano, sendo assim necessário deslocá-la para outro espaço.

Apesar dos benefícios da obra para o interior do estado, o progresso prometido pelo projeto Baixo-Açu mostrou-se ambíguo para à população rafaélense, pois com a edificação de um novo núcleo urbano conhecida por “Nova São Rafael”, o deslocamento para novas instalações, bem como a reconfiguração do novo espaço cartográfico, foi marcado por dificuldades. Além dessas frustrações, a proposta modernizadora, revelou-se cheia de interesses e contradições, uma vez que “a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

A intervenção promovida pela construção da barragem, marcou profundamente a história da açudagem do Estado, uma vez que, ele passou a ser maior reservatório artificial do Rio Grande do Norte e promoveu suprimento de água para a população, ao Projeto Irrigado Baixo-Açu. Além disso, as propostas modernizadoras lançadas para a Nova São Rafael, levaram o projeto para as diversas manchetes jornalísticas, principalmente dos periódicos potiguares. A configuração discursiva sobre a nova cidade, tocava pontos sensíveis da modernização e dos ideais de civilização criados para a sociedade brasileira durante os primeiros anos do século XX. Além do discurso higienista que falava sobre a construção de redes de esgotos, o progresso também foi anunciado com a afirmação que todas as famílias seriam deslocadas para casas de alvenaria.

Baseando-se na Análise do Discurso, o referido trabalho analisa publicações de cunho acadêmico⁶ e regionais que investigam a temá-

6 Trabalhos como o de Francisco das Chagas Silva Souza (2010), intitulado de “Escafandrista do tempo: Narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael”, que discute como a população sãorafaélense rememora o evento da inundação da cidade. Também destacamos, “São

tica da cidade de São Rafael. O objetivo dessa pesquisa é pensar, através de fontes jornalísticas potiguares, junto à literatura produzida sobre o tema, a representação da modernidade do sertão. A utilização dessa metodologia de pesquisa junto ao recorte temporal de 1980 a 1985, entenderemos os textos contidos nos jornais *O Poti*⁷ e o *Diário de Natal*⁸ e perceber a circulação das ideias modernizadoras que referenciam o Projeto Baixo-Açu. Desta forma, entenderemos quais as eram informações que circulavam no Estado através da imprensa a respeito do projeto Baixo-Açu e refletiremos sobre a representação⁹ da modernidade que estava presente nos discursos dos periódicos.

OS PERIÓDICOS POTIGUARES E A CIRCULAÇÃO DAS NOTÍCIAS DO PROJETO BAIXO-AÇU

A comunicabilidade está marcada pela mercantilização de produtos, que são elaborados por instituições da mídia. Disponíveis para uma pluralidade de indivíduos, o uso dos meios de comunicação alterou o sentido de tempo e espaço, pois a circulação de informações permitiu a diminuição da distância entre os lugares, fazendo com que experiências fossem vivenciadas por diferentes ambientes ao mesmo

Rafael: águas passadas que movem moinhos”, foi uma produção realizada pelos pesquisadores; Rodrigues, Oliveira, Dantas e Lucena (2012), este fora desenvolvida em duas modalidades, a escrita e a cinematográfica.

- 7 O jornal O Poti foi criado em 29 de Julho de 1954. A princípio ele circulava durante todas as manhãs, contudo a partir de 1958, passou a ser um jornal semanal, que circulava aos domingos. Quando o Grupo Diários Associados comprou o Diário de Natal, o mesmo parou de ser publicado, tendo a sua última edição circulando até 3 de Maio de 2009. As publicações do jornal O Poti foi retomado em 2011, contudo em setembro de 2012 o grupo Associados no Recife encerrou o jornal. Informações sobre o jornal O Poti, encontrado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Natal, acessado em 05 de julho de 2019.
- 8 O Diário de Natal foi um jornal matutino, criado em 1939 na cidade de Natal. O Periódico teve suas atividades encerradas em outubro de 2012 pelo grupo Associados de Pernambuco e é considerando o jornal impresso mais antigo da capital potiguar. Informações sobre o jornal O Diário de Natal, encontrado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Natal, acessado em 05 de julho de 2019.
- 9 O conceito de representação, será pensado a partir de Chartier (1992) e versará sobre um conjunto de símbolos, signos e poder que circulam dentro da sociedade, por meio da aplicação e interesses de grupos dominadores

tempo. “Com o advento de disjunção entre espaço e tempo trazida pela telecomunicação, a experiência de simultaneidade separou-se de seu condicionamento espacial. Tornou-se possível experimentar eventos simultâneos” (THOMPSON, 1998, p. 37).

A difusão dos produtos da mídia, permite a ampliação do conhecimento sobre eventos e experiências que vão além do cotidiano e espaço habitado. Existe uma ampliação do horizonte espacial, por meio da partilha e circulação das informações. A organização desses dados é pensada para diferentes perfis de indivíduos que estão inseridos em diferentes contextos sócio histórico e político. Aspectos esses que interferem no processo interpretativo dos fatos.

As temáticas abordadas pelos meios de comunicação são variadas, assim como os seus discursos, posicionamentos políticos e sociais. Pensando nos jornais enquanto fonte histórica, averigua-se que estes permitem a análise e estudos de temas diversificados dentro da sociedade, como “gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiência e prática políticas cotidianas, formas de lazer” (LUCA, 2005, p. 120). A variedade e superposição de discursos dos meios de comunicação, levam à reavaliação de personagens, enredos e eventos históricos, nesse sentido, é necessário interpretá-las de acordo com o seu espaço e contexto de sua criação.

As ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento também podem ser apreendidos a partir de determinadas conjunturas[...] (LUCA, 2005, p. 130).

Os periódicos *O Poti* e *O Diário de Natal* são fontes de estudos para o entendimento da comunicação entre a imprensa e a população potiguar dentro do contexto da execução do projeto Baixo-Açu. As manchetes abordam projeto em sua totalidade, onde averigua-se apresen-

tação da obra para a população, o cumprimento (ou não) das etapas sugeridas, as vantagens e desvantagens que o mesmo acarretaria para a região e as cidades afetadas¹⁰. Entre tantas notícias, as dificuldades e frustrações vivenciadas pelos indivíduos também foram evidenciadas nas páginas desses periódicos. Em *O Poti*, na sua versão semanal aos domingos, na edição de nº 2.375, vemos que:

Ao contrário do clima de euforia a que se referiu o diretor do Comirga e Dnocs, no Estado, engenheiro Clóvis Gonçalves, o Diário de Natal, constatou, ontem, que a incerteza e o medo predominam na cidade. Tudo porque o Dnocs ainda não anunciou os valores a serem pagos pelo metro quadrado a seus imóveis residenciais e nem ainda desmatou sequer a extensa área escolhida para a construção da nova São Rafael¹¹[...].

Os jornais também eram utilizados para a divulgação de editais de concorrência que almejavam a contratação de empresas que se interessassem em realizar as devidas obras necessárias¹². Averigua-se uma preocupação constante por parte da mídia, não só em informar as etapas da obra, como também em esclarecer a importância do Projeto Baixo-Açu¹³ para a população potiguar. A circulação permanente dessas notícias ajudaria no esclarecimento

10 Em “O Diário de Natal”, na edição de nº 11.000, vemos que o diretor do DNOCS confirma a região denominada de Bela Vista, como sendo a localização das novas instalações da cidade de São Rafael.

11 São Rafael já começou a morrer. *O Poti*, Natal. P. 6, 26 de julho de 1981.

12 Na edição de nº 1.688, no dia 14 de Outubro de 1982 a Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, junto à Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte, apresentava no Diário de Natal o edital de concorrência nº 10/82, que objetivava contratar uma empresa para realizar serviços de drenagem pluvial, aberturas de ruas e pavimentação asfáltica da Nova São Rafael.

13 O Projeto Baixo-Açu, está inserido em um conjunto de obras grandiosas que estavam sendo realizadas durante os governos militares. O objetivo do governo brasileiro, era combater o atraso da região, através da alteração técnica da produção do Vale do Açu, que a princípio era voltada para a subsistência. Dividido em etapas, a primeira consistiu na construção da Barragem Armando Ribeiro, que implicou no barramento do rio Piranhas-Açu e afetou diretamente as cidades de Jucurutu, Assú, São Rafael e Ipanguaçu. A segunda fase do projeto, caracterizaria a implementação de um programa de irrigação, e a terceira seria a instalação de um espaço voltado para atividades pesqueiras nas águas represadas.

das obras e no convencimento da população a respeito das intervenções realizadas nas cidades atingidas, sobretudo em São Rafael.

A reprodução de informações é uma das características do aspecto comercial dos meios de comunicação. E sendo a temática em estudo, parte de um plano político nacional, por uma das maiores ações contra a seca no Nordeste, havia um destaque para a representação e os impactos positivos desse projeto. A edição nº 1.964 do periódico O Diário de Natal, notícia o atraso da inauguração da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e alguns dos seus benefícios;

O presidente João Figueiredo deverá inaugurar, quando de sua viagem ao Rio Grande do Norte, em novembro, apenas uma parte do Projeto Baixo-Açu, em virtude do atraso motivado pelo afundamento, da parede da barragem, cujas causas, já caracterizadas, não foram divulgadas até agora [...]

O Projeto Baixo-Açu, que deverá levar benefícios a seis municípios-Açu, Carnaubais, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues e Pendências - tem como principal obra a construção da barragem, com prazo inicial de término da construção para outubro deste ano, e a transferência da população rural e urbana do vale do Açu, com a construção de cidade de Nova São Rafael, uma vez que a antiga, nas margens do rio Açu, ficará submersa quando ele cobrir 40 mil hectares que a barragem deverá ocupar¹⁴ [...].

O uso dos periódicos auxilia na compreensão das representações, das paisagens urbanas e dos valores sociais e culturais de sujeitos de uma determinada época e espaço, nesse sentido, o projeto Baixo-Açu foi um objeto de produção de discursos e imagens¹⁵, que materializa a modernização do interior do sertão. A circulação das notícias sobre essa obra, representa a busca pela

14 Figueiredo não inaugura Barragem do Açu este ano. O Diário de Natal, Natal. P. 5, 18 de Agosto de 1982.

15 A imprensa local, junto com poetas da região buscavam apresentar os benefícios que seriam tragos pelo Projeto.

superação¹⁶ dos enredos e do imaginário social sobre esse espaço, pois segundo Morais, “o sertão é qualificado para ser superado”. Desta forma, o projeto refletia não só a superação da condição sertaneja, como também a modernização daquele espaço. Contudo, vemos com Chartier que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspire a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferido com a posição de quem os utiliza (CHARTIER. 1992, p. 17).

A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA MODERNIDADE E A NOVA SÃO RAFAEL

A configuração social é uma construção histórica, que parte de embates de narrativas, interesses e interpretações de grupos e instituições ao longo do tempo. Discursos propensos são lançados, apropriados e repassados por indivíduos. A construção dos modelos sociais, refletem a imposição de escolhas, condutas e pensamentos individuais que são aplicados por agrupamentos influenciadores, pois, segundo Chartier, as representações são “sempre colocadas no campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e anunciação” (CHARTIER, 1992, p. 17).

Pensando o contexto do nascimento da sociedade moderna, vemos que esta representava um estilo de organização social e conduta de vida que surgiu na Europa, durante o século XVII. Sua influência disseminou-se por boa parte do mundo e a sua proposta de modo de vida, buscava a superação da ordem tradicional da sociedade. As

16 As propagandas buscavam acalmar a população que encontrava-se revoltada, insatisfeita e resistentes as propostas lançadas pelo governo, para a edificação do projeto.

transformações socioculturais promovidas pela modernidade foram profundas e estabeleceram uma interconexão social.

Desenvolvida pela sociedade ocidental, a modernidade tornou-se símbolo de avanço e modelo fundamental que todas as culturas deveriam incorporar” (REZENDE, 1996. P. 20). Embora pregasse um projeto homogêneo, vemos com Rezende que houve o surgimento de vários modelos de modernidade e que os grupos sociais interpretam a concepção de liberdade e igualdade de forma peculiar, onde buscaram atender aos seus interesses, necessidades e contextos sociais nos quais estavam inseridos.

Abarcando os mais variados aspectos na sociedade, as relações pessoais, sociais, políticas, trabalhistas, artísticas e culturais também foram transformadas conforme os princípios do progresso, pois segundo Giddens, “a modernidade é universalizante não apenas em termos de seu impacto global, mas em termos do conhecimento reflexivo fundamental a seu caráter dinâmico” (GIDDEN, 1991, P. 154).

Por meio das interferências do aspecto urbano, as cidades também passaram a expressar influências dos pensamentos racionalizados, uma vez que esses espaços atendiam às necessidades políticas e econômicas surgidas, tal como demonstra “ao mundo todo o que os homens modernos podem realizar e como a existência moderna pode ser imaginada e vivida” (BERMAN, 2007, p. 272). De modo autoritário, a instalação do progresso ocorre junto ao contexto da resistência populacional, abalando os hábitos e as relações sócio afetivas existentes. Refletindo sobre a recusa desse novo modelo de vida proposto pela sociedade, Chartier lembrar que:

Tratar-se-ia, portanto, de construir uma problemática da variação histórica e sociocultural da percepção e da compreensão dos signos do Estado a partir do modelo proposto para a leitura dos textos[...]. Os signos do poder não têm as mesmas áreas sociais de circulação e não implicam as mesmas regras de interpretação. Reconstituir

essas diferenças (no acesso ao signo como nas possibilidades da sua «leitura», mais ou menos conforme a intenção que o produziu) e uma tarefa difícil, mas indispensável, para apreender, no campo da prática, a eficácia da simbólica do Estado (CHARTIER, 1992, p. 221).

Influenciada pelo advento da modernidade que se manifestava nos grandes centros comerciais, urbanos e tecnológicos da Europa, no início do século XX, a sociedade brasileira ficou marcada por um conjunto de transformações, que implicou na interferência da estrutura física de algumas cidades. Os projetos de modernidade elaborados para o Brasil, pautava-se “principalmente na reorganização do espaço - nomeadamente o urbano, e da sociedade brasileira, adquirindo novos hábitos” (ANDRADE, 2007, p. 44).

As propostas que anunciavam o progresso, inicialmente foram aplicadas nos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo nas capitais dos Estados. Posteriormente, essas experiências também foram vivenciadas pelas pequenas cidades interioranas, contudo, de forma particular e cautelosa. Além de modificarem a estrutura física do espaço, com a arborização da cidade, alargamento e pavimentação das ruas, essas intervenções também implicam na iluminação das ruas e limpeza dos ambientes.

A construção da Nova São Rafael, representava duas facetas deste projeto modernizador, o primeiro ponto faz referência à localização da cidade, que fica no interior da região Nordeste, ou seja, a modernização chegou ao sertão brasileiro. O segundo aspecto tange o atendimento dos parâmetros de modernização exigidas para as cidades durante o contexto da execução da obra em estudo. Embora a construção da nova cidade refletisse ideais inovadores, como o saneamento e residências de alvenaria para toda a população, houve diferentes formas de interpretações e apropriações das notícias.

A problemática do “mundo como representação”, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real.[...] No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (CHARTIER, 1992, p. 221).

A configuração discursiva sobre a nova cidade, tocava diversos pontos dos ideais de civilização criado para a sociedade brasileira. Além do discurso higienista que falava sobre a construção de redes de esgotos, o progresso também foi anunciado com a afirmação que todos as famílias seriam removidas para residências de alvenaria, uma vez que, alguns indivíduos moravam em casas de taipa¹⁷ na antiga estrutura de São Rafael. No jornal *O Poti*¹⁸ vemos que:

Além de receber todos os moradores daquela cidade, as casas que serão construídas pela Cohab abrigarão também habitantes da zona rural, chefes de família aposentados ou deficientes. Durante a construção da nova S. Rafael, o DNOCS autorizará também a edificação dos equipamentos comunitários que incluem a sede da prefeitura câmara Municipal, Escolas, Hospital-Maternidade, Matadouro Público, Posto de saúde, Igreja etc.

A narrativa jornalística sobre as novas instalações de São Rafael traduzia uma noção de saúde e bem-estar. No entanto, também descrevia a condição financeira daquelas famílias, que foram redimensionadas para um novo centro urbano. Construídas de acordo com três padrões diferenciados, essas residências foram feitas obedecendo critérios como o tamanho, a qualidade e a condição finan-

17 Técnica de construção, também conhecida por pau-a-pique, onde as paredes são armadas com bambu ou madeira e preenchidas com barro e fibra.

18 Lavoisier comemora o dia 1º de maio. Poti, Natal. p. 6, 02/03 de Maio de 1982.

ceiras de seus proprietários. Assim, vemos que *O Diário de Natal*¹⁹²⁰, detalha a configuração dessas moradias:

Em função desta população e do nível de renda familiar, foram construídas 880 casas, que beneficiarão diretamente um total de 4.400 pessoas. Cominadas ou não, as casas obedecem a três tipos de padrões R-1, 2 e 3. As do tipo 1 e 2 possuem dois quartos, sala, cozinha, banheiro e estão encravadas num terreno murado 300 metros quadrados. Já as do tipo 3 possuem três quartos, sala, cozinha, banheiro, são isoladas e encravadas num terreno de 400 metros quadrados.

Além destes três tipos foram projetadas 14 casas especiais, com quatro quartos, duas salas, cozinha, dois banheiros, varanda e melhor acabamento. Estas estão reservadas a população de melhor poder aquisitivo que possuíam as melhores casas na antiga cidade. Cerca de 150 casas são ocupadas por famílias da zona rural que não tinham força de trabalho, estando agrupadas perto uma das outras [...].

A construção do discurso, manifesta a necessidade de mostrar uma verdade e a propagação do mesmo é conduzida por forças, interesses e instituições. Os jornais, veículos de comunicação mais acessíveis na época, facilitariam o consentimento e a certificação da obra junto à população, bem como ajudariam na circulação e representação da modernidade proposta para aquele espaço.

O que é considerado como verdade, possui apoio institucional e pode sofrer interferência pelo conjunto de regras impostas por essa. A produção dessa veracidade manobra a opinião do meio social, em razão dos veículos de propagação e ao mesmo tempo, reflete o desejo e o poder que se encontra oculto. Assim, Foucault (2002) lembra que existem procedimentos de controle do discurso, que se preocupam com a determinação

19 Os jornais apontam que a nova cidade será saneada, com ruas largas e asfaltadas e todos os moradores residiriam em casas de alvenaria. São Rafael: novo marco na história do Estado. O Diário de Natal, Natal. 2, 23 de Março de 1983.

20 São Rafael: novo marco na história do Estado. O Diário de Natal, Natal. 2, 23 de Março de 1983.

de regras de funcionamento, tal como pela orientação dos indivíduos responsáveis pela propagação e criação desses pronunciamentos,

Existe um conjunto de exigências sobre a figura produtora e transmissora do discurso, onde este deve demonstrar qualificação, desenvoltura, persuasão e coerência. Sobre a criação de enredos, documentos e posicionamentos políticos, Chartier vem lembrar que materiais de natureza administrativa e política simboliza uma representação de ideias e interesses de grupos, pois:

os próprios textos políticos ou administrativos fornecem uma representação, por vezes explícita, na maioria dos casos implícita. Todos eles supõem um destinatário, uma leitura, uma eficácia. Seria necessário relê-los sob esta perspectiva, detectando o modo como ter em conta as capacidades supostas dos seus destinatários imaginados. Este material, tradicionalmente explorado pela sua própria letra, pelo seu conteúdo documental e informativo, tem que ser questionado de outra maneira, atendendo as formas de discurso codificadas e regulamentadas que aí são empregues, aos procedimentos retóricos de persuasão e de justificação que aí funcionam, aos dispositivos tipográficos — num sentido alargado que inclui a paginação e os papéis desempenhados pela imagem — que dão a ler e a ver o texto (CHARTIER, 1992, p. 223-224).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do rádio e da televisão, os jornais impressos eram um dos veículos de comunicação mais utilizados pela sociedade, durante o período estudado. Através dos mesmos, circulavam notícias diversas a respeito da execução do Projeto Baixo-Açu. Além dos interesses políticos que marcaram essa obra, os periódicos também publicaram as dificuldades e frustrações enfrentadas pelos indivíduos afetados, sobretudo os rafaenses.

Os jornais analisados também foram responsáveis pela difusão da representação da modernização do interior do Rio Grande do Norte. Ambos retratam as fases e os impactos positivos do projeto. Quanto à cidade de São Rafael, havia uma preocupação na descrição da edificação da mesma. Constata-se o acompanhamento de toda a trajetória da construção e remanejamento da população para as novas instalações. Mas é notório o destaque dado à proposta arquitetônica moderna dessa cidade, que além de saneada, a população seria alocada para residências de alvenaria. As ruas da nova estrutura do município seriam largas e asfaltadas, e toda a cidade seria saneada. Assim, a representação discursiva desses enredos configurava-se por apresentar uma estrutura apresentável, confortável e moderna no sertão potiguar.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, p. 145-151, 1995.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em História) — PPGH — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre prática e representações**. Lisboa: Difel, 1992.

FIGUEIREDO NÃO INAUGURA BARRAGEM DO AÇU. O Diário de Natal, Natal. P. 5, 18 de Agosto de 1982.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.]

LAVOISIER COMEMORA NO 1º DE MAIO. O Poti, Natal. p. 6, 02/03 de Maio de 1982.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111- 153.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um outro geográfico. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

NEVES, E. F. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **POLITÈIA (UESB)**, Vitória da Conquista, v. 3, p. 153-162, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imagináveis. **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 53. São Paulo 2007.

REZENDE, A. P. M. O Recife Nos Anos Vinte: Modernidade e Identidade. **CLIO**. Série Arqueologia (UFPE), Recife, v. 1, n. 16, p. 18-28, 1996.

SÃO RAFAEL JÁ COMEÇOU A MORRER. O Poti, Natal. P. 6, 26 de julho de 1981.

SÃO RAFAEL: NOVO NA HISTÓRIA DO ESTADO. O Diário de Natal, Natal. 2, 23 de Março de 1983.

SOUZA, Francisco das Chagas S. **Escafandristas do tempo**: narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN. 2010. 236f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SOUZA, Francisco das Chagas S. **Teias da saudade**: Orkut, narrativas visuais e regeneração da memória em São Rafael-RN. Natal: Editora do IFRN, 2011.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

A trajetória de Lauro Maia e o mito fundador do balaceio

Ana Luiza Rios Martins¹

INTRODUÇÃO

O sucesso do samba no início do século XX acionou as demandas pela sistematização de outros gêneros musicais, o que demandou do balaceio uma reconfiguração na sua estreia para as plateias cariocas. Lauro Maia, compositor, arranjador e instrumentista, consolidou a sua carreira ainda em Fortaleza, difundindo a sua música em eventos públicos, como o carnaval, e na rádio, atuando à frente da *Jazz PRE-9* e no programa *Lauro Maia e seu Ritmo*. O seu repertório era marcado pela dimensão lírico-poética de letras baseadas em uma suposta tradição de deboche e molecagem² do cearense, demonstração de habilidades técnicas ao piano e uso de diferentes tipos de sopros, herdado da sua antiga relação com os blocos de rua.

Com o lançamento do espetáculo *Balaceio* por Paurilo Barroso no Rio de Janeiro, o gênero passou a ser executado com novos arranjos adaptados pelos conjuntos regionais *Quatro Ases* e

1 Doutora em História pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisa financiada com bolsa do CNPq.

2 A ideia de um “Ceará moleque” desde os fins do século XIX vem sendo gestada simbolicamente em narrativas ficcionais, relatos memorialísticos, revistas e jornais.

Um Coringa, substituído depois pelo *Vocalistas Tropicais*, onde incorporavam intervalos vocais de terças e quintas no canto (com a participação de Emilinha Borba), arranjo para violão, cavaquinho, gaita e instrumentos percussivos como o bumbo e o pandeiro. O espetáculo também contava com um corpo de bailarinos de origem estrangeira (Carmem Brown, Basili, Jimmy Upshaw e Eillen O' Brien), que encenavam uma coreografia.

Segundo a musicóloga Lucila Basile (2016), Paurilo Barroso era um compositor autodidata que tocava piano de ouvido e transitava entre a música de salão e a música de concerto. A música do compositor Paurilo Barroso era direcionada aos gêneros operetas, peças para piano, ou canto e piano, chegando a uma produção de mais de 300 peças, conhecidas mundialmente, com destaque para a opereta *A valsa proibida*, encenada no *Theatro José de Alencar*, em Fortaleza, e no *Teatro Municipal do Rio de Janeiro*; o acalanto *Mãe Preta* como bis numa apresentação no Teatro Municipal, em 1944 e *Para Ninar*, gravada por Bidu Sayão.

Paurilo Barroso se destacou também como empreendedor na área de eventos musicais. Ainda em Fortaleza nos anos 1930 atuou como articulador cultural, dirigindo o *Theatro José de Alencar*, o *Conservatório de Música Alberto Nepomuceno* (1938) e fundando a *Sociedade de Cultura Artística* (1935). Já à frente do *Cassino Atlântico* realizou shows nos moldes da *Broadway* e fez grande sucesso contratando espetáculos com mulheres saídas de garrafas gigantes de bebidas; e estreias musicais, destacando-se o *Balanceio*.

Nesses espetáculos, exibidos em cassinos, a cultura de performance predominava, adaptada dos musicais norte-americanos, onde cenário, figurino e coreografia agregavam. Essa cultura de performance arrastou multidões também aos cinemas, influenciando as comédias musicais brasileiras, que por sua vez tornaram-se um importante veículo de difusão do balanceio e uma vitrine para os conjuntos *Quatro Ases e Um Coringa* e *Vocalistas Tropicais*.

Pouco tempo depois da estreia do balaceio, o baião ganhou acentuado prestígio na Rádio Nacional e na *RCA Victor*, alcançando também o emblema da nacionalidade ao romper, de acordo com Elder Maia (2016), as imagens engessadas e folclóricas do Nordeste, o que não aconteceu com outros gêneros musicais como o coco ou a embolada. A socióloga Sulamita Vieira (2012), aponta que a imprensa também colaborava para a valorização do baião no mercado fonográfico por conta das demandas estabelecidas pelo grande número de pessoas que migraram do Nordeste para a capital federal e tinham o gênero como um modo de se manter ligado à terra natal.

Estruturalmente o balaceio e o baião são similares porque surgiram a partir de uma mesma célula rítmica. Humberto Teixeira aponta que costumeiramente as orquestras que acompanhavam a dupla se atrapalhavam com a execução do balaceio então resolveram simplificar, tirando a segunda parte e deixando apenas a primeira. O ritmo, que antes era quaternário passa a ser binário e ganha progressivamente o implemento de novos instrumentos, como o triângulo, a zabumba e a sanfona, virando marca registrada do baião. O gênero conquistou mais autonomia a partir da dimensão lírico-poética das letras, que fomentou e projetou uma miríade de sensações e emoções ligadas ao sertão nordestino, somada a voz mais crua de Luiz Gonzaga.

Ao contrário da antiga imagem harmoniosa que a historiografia atribuía à formação da Música Popular Brasileira, observamos por meio de pesquisa empírica nas páginas de periódicos como o *Carioca*, *A Manhã*, *O Malho*, *A Scena Muda*, *Revista do Rádio*, *Revista do Disco*, *Revista da Semana*, *Radiolândia*, *O Cruzeiro* e *Careta*, que a imprensa escrita contribuiu para o surgimento de disputas entre o samba, o baião e o balaceio pelo emblema da nacionalidade, o que em certa medida também passou a ser assimilado pelos próprios compositores e intérpretes.

A preocupação, que parte da imprensa escrita demonstrou também com a entrada de gêneros estrangeiros por meio do rádio e da

indústria de discos, passou a ser manifestada nas revistas que dedicavam páginas exclusivas a esse tipo de conteúdo e aos compositores e intérpretes que faziam frente à essa suposta “invasão”. Renato Ortiz (2001) menciona a importância de estudos sobre a imprensa na tentativa de definir o lugar da radiofonia e do mercado fonográfico na relação entre cultura de massa e cultura nacional. Para o autor, a imprensa demonstrava por essas duas vias que a indústria cultural buscava criar um monopólio de sentidos sobre determinadas regiões do país, cuja finalidade era promover e preservar traços supostamente genuínos e tradicionais de cada região.

Entendemos que a Música Popular Brasileira acabou se tornando um campo em que os agentes difusores, constituídos por radialistas, jornalistas e empresários da indústria de discos do país, converteram-se nos principais responsáveis pela posição hierárquica que os agentes produtores e/ou compositores/intérpretes ocupavam, buscando manter ou alcançar nos gêneros musicais estruturas valorativas para a composição de um éthos nacional, garantindo determinadas posições de prestígio. Essas posições não eram rígidas e ambos os agentes (produtores-difusores) também negociavam e agiam de acordo com as demandas do público consumidor, que por sua vez se comportava através de um conjunto de processos socioculturais distintos.

O balaceio compunha uma mistura de linguagem e sonoridade própria que cruzava referências inter-regionais, contrariando a premissa de parte da imprensa que aponta o processo de urbanização do gênero unicamente através do contato com o suposto signo da modernidade (representado na música pelo mercado radiofônico e fonográfico carioca), que por sua vez, expressava-se na questão nacional. A maioria das reportagens entre os anos de 1943 e 1952 destacava a importância de Lauro Maia e seus principais intérpretes, *Vocalistas Tropicais* e *Quatro Ases e Um Coringa*, no contexto da nacionalização do balaceio, um gênero musical supostamente sistematizado no trânsito entre campo-cidade.

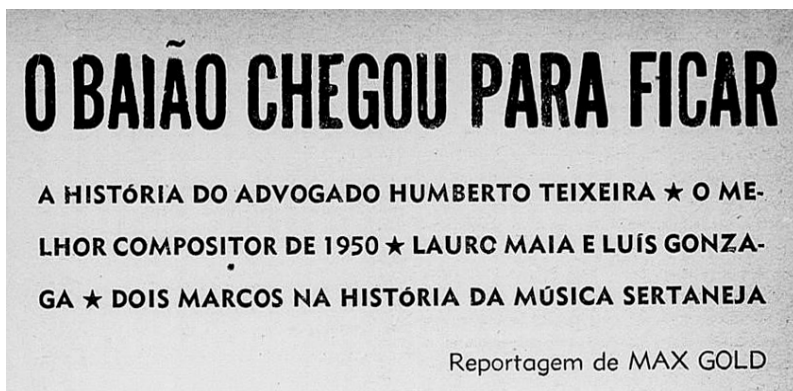
Suposto, porque o balaceio surge em um contexto de trânsito de disposições estético-artísticas da audição cotidiana da cidade de Fortaleza inserida em demandas de expressão e consumo de bens simbólicos específicos no cenário carioca. Impondo o domínio do saber e, portanto, da fala autorizada, a imprensa escrita selecionava o que deveria ser a “verdadeira arte da metrópole” e os conjuntos regionais protestavam contra o estereótipo de provincianos, argumento defendido por Humberto Teixeira com certa ironia: “O Norte tem as suas capitá; num precisa das capitá dos outros...” (TEIXEIRA, 1942, p. 39).

A precoce morte de Lauro Maia resultou em um desinteresse do mercado sobre o balaceio e, conseqüentemente, na ausência de esforço de compreensão da importância do gênero na construção desse campo de disputas pela memória estabelecido na MPB. Exceto por alguns entusiastas locais como o colecionador Miguel Ângelo de Azevedo e o cantor Calé Alencar, que juntos tiveram a iniciativa de lançarem um livro/disco em homenagem aos 80 anos do compositor, quase nada lembra os tempos áureos no rádio, no cinema e na indústria fonográfica do gênero balaceio.

Nessas disputas de memória Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga mencionavam o balaceio como uma espécie de gênero protoformador do baião, “tirando o tempinho roubado do balaceio que enrolava tudo e transformado no baião que era um negócio mais uniforme” (A Cena Muda. Edição 14. 05 de abril de 1951. Rio de Janeiro, p. 8), o que logo reverberou na imprensa carioca pós 1950.

Humberto Teixeira ao mencionar em entrevista que Lauro Maia nunca tinha feito um baião e a sua principal obra estava vinculada a Luiz Gonzaga, ignorou o poder que surgiu na rede de parcerias de artistas conterrâneos que contribuiu para que os dois gêneros disputassem com o monopólio do samba uma nova fatia do mercado, como pode ser observado em matéria a seguir (GOLD, 1951, p. 8).

Figura 2 - reportagem de Max Gold de 1951



Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br>.

Essa conclusão precipitada acabou naturalizada e de certa forma reproduzida por grande parte dos biógrafos de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. Dessa maneira, apesar do balanceio e do baião surgirem no mesmo contexto da nacionalização de gêneros musicais criados e sistematizados no trânsito entre cidades, o que eu e parte da historiografia sobre o baião concordamos, Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira rejeitavam essa tese. Na disputa de dois projetos estético-musicais distintos, Lauro Maia descrevia o balanceio como um gênero produzido sob o signo de uma cultura urbana, enquanto Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira recorriam à suposta ancestralidade secular, sua origem e suas vinculações junto ao sertão nordestino.

O MITO FUNDADOR DO BALANCEIO

O Copacabana Palace e o Cassino Atlântico, localizado no Posto 6, eram os dois maiores cassinos de Copacabana em um período que o jogo ainda não tinha sido extinto por decreto. O Hotel Copacabana Palace nasce da vontade de um visionário em explorar o potencial de uma área nova numa cidade em expansão e da oportunidade em se criar um hotel com qualidade suficiente para hospedar reis, rainhas e celebridades de qualquer lugar do mundo. Uma das exigências para sua construção foi

a existência de um cassino associado ao hotel criando sinergia entre as operações e espaço para a existência de shows, bailes e eventos artísticos.

Inaugurado em 1923, com tremendo sucesso, o cassino do Copacabana Palace enfrentou dificuldades já em 1924, quando o governo de Arthur Bernardes tentou cassar sua licença de operação, numa batalha jurídica que durou quase 10 anos e que foi ganha por Otávio Guinle, o dono do Hotel Copacabana Palace. Na década de 1930 surgiu o Cassino Atlântico. As apostas corriam soltas nas mesas de carteadado com muito poker, *black-jack*, suas roletas mágicas, o bacará dos salões luxuosos de Copacabana, frequentados pela alta sociedade do Rio de Janeiro e São Paulo e por celebridades de todo o mundo que passaram a visitar seus salões em busca de emoções regadas a muito e farto champagne e delícias culinárias criadas pelos maiores chefes de sua época.

Entre os anos de 1943 e 1946 os organizadores das duas casas de show anunciavam diversas estreias de artistas e conjuntos que se deslocaram da região que Elder F. Maia Alves chama de “O polígono do baião” (Ceará, Pernambuco e Paraíba). A atuação do cearense Paurilo Barroso no Cassino Atlântico teve um papel fundamental no sentido de criar uma rede de colaboração através da contratação de artistas nortistas, contribuindo para uma maior visibilidade e influenciando na abertura do mercado fonográfico para novos gêneros musicais como o baião e o balaceio. Além dos *Conjuntos Quatro Ases* e *Um Coringa e Vocalistas Tropicais* estiveram presentes em espetáculos no Copacabana Palace e Cassino Atlântico Gilberto Milfont, Humberto Teixeira, Hélio Sindô, José Menezes, Julinho do Acordeom, Waldemar Gomes, Waldemar Ressureição e Xerém.

Sobre a estreia do *Balaceio* a revista *A manhã*, de dezembro de 1943, com o título *Aí vem o balaceio*, anunciou que Paurilo Barroso aguardava a oportunidade de lançá-lo no Rio de Janeiro e lamentava que o carioca ainda não conhecesse “o ritmo mais original do Nordeste”. Paurilo reproduz a ideia de um mito fun-

dador do gênero musical que imprime o valor da tradição ligada ao litoral nordestino: “O balancê nasceu do balanço calmo das palmas dos coqueiros tingidos pela brisa marinha. Foi isso, dizem, que inspirou os compositores que os criaram”.

A história em questão tem origem em *Iracema*, obra literária de José de Alencar publicada em 1865. O autor alerta logo no início do primeiro capítulo que a narrativa teria sido difundida por meio da oralidade. “Uma história que me contaram nas lindas várzeas onde nasci, à calada da noite, quando a lua passeava no céu argenteando os campos, e a brisa rugitava nos palmares”. O enredo é composto pelo próprio mito da fundação do Ceará, o amor da filha do velho pajé Tabajara, habitantes das zonas litorâneas (guardião do segredo da jurema, dádiva do Deus Tupã) por Martim (conquistador português do além-mar, aliado dos Pitiguaras).

A jurema, a jandaia, a praia, o sol, o vento e a jangada são elementos dispostos na obra que dialogam com a construção de uma tradição da região distante daquelas evocadas na literatura de Rodolfo Teófilo e Raquel de Queiroz, sobre o sertão, a seca e conseqüentemente a tentativa de migração. “Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba; Verdes mares, que brilhais como líquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros; [...] Onde vai a afouta jangada, que deixa rápida a costa cearense, aberta ao fresco terral a grande vela?” (ALENCAR, 2004, p. 15).

Para Marilena Chauí (2000), a função do mito fundador repousava na ilusão de fazermos parte de uma nação una e indivisa, ligada por identidades e interesses comuns. O mito de um Brasil idílico foi se arraigando no inconsciente do país ao longo dos séculos para tornar possível um projeto nacional arcaico e mascarar as desigualdades sociais. No texto da filósofa, o mito está presente em suas três acepções: a etimológica, como narração pública de feitos lendários da co-

munidade. A antropológica, como solução imaginária para conflitos que não encontram solução no plano do real. E a psicanalítica, como impulso à repetição de algo imaginário que bloqueia a percepção da realidade e impede que se lide com ela.

Quando Lauro Maia chegou ao Rio de Janeiro, percebeu a importância de dialogar com o mercado fonográfico e radiofônico por meio de um mito fundador que, assim como o samba, conferisse coerência simbólica e representasse uma junção entre a tradição e o processo de hibridação que derivaria do passado transformado e incorporado ao presente. Esse mito fundador moderno sobre o Ceará repousava na representação de sua parte litorânea, o que possivelmente contribuiu para que Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga recorressem à suposta ancestralidade secular do baião, privilegiando as imagens da seca e do sertão em seu projeto estético-musical, dado as inúmeras comparações que existiam com o balanceio.

Panfletos sobre o lançamento do espetáculo *Balanceio* circularam em vários periódicos cariocas (*A Manhã*, *A Noite*, *A Scena Muda*, *Carioca*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *O Cruzeiro*, *Revista da Semana* e *Revista do Rádio*). A imagem dos coqueiros e das ondas do mar foi praticamente padronizada nesses anúncios, mas o conteúdo escrito sofria pequenas alterações. Os seus idealizadores tentavam vincular o balanceio aos símbolos da urbanidade, mas ocasionalmente a imprensa atribuía-lhe características de um gênero concebido no sertão (ANÚNCIO DE LANÇAMENTO DO ESPETÁCULO BALANCEIO, 1946, p. 3).

Figura 3 - anúncio de lançamento do espetáculo Balanceio

Balanço harmonioso das folhas das carnaubeiras ao vento da tarde. Bamboleio gostoso das jangadas sobre as ondas verdes. Ritmo suave lembrando a dança da vegetação rala nos agrestes chapadões que o sol chamosca pela seca ardente. Espírito, sangue e músculos da gente romântica do nordeste, dos vaqueiros e pescadores cujas vidas são uma epopéia de bravura e heroísmo. Assim é o "balanceio", bailado de salão que a alma dançarina do nordeste criou para enriquecer a coreografia nacional.

No "Atlântico", no dia 15, o "balanceio" será o motivo do "show" que Paurilo Barroso organizou e em que se exibirão Bailli, Carmen Brown, Eileen O'Brien e Jimmy Upshaw. Abrindo o espetáculo, Emília Borba, numa corlina e acompanhada de "girls", lançará o samba-canção "É de colher", de autoria também do diretor artístico da "bolte" do Posto Seis. No mesmo programa ainda se exibem o Trio Mixtêco; Francesa Deva, cantora de "foxes", o trio Aces, e um Coringa, e Helena & Howard

Atlântico

Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br>.

Entretanto, o balanceio surge em um contexto de trânsito de disposições estético-artísticas da audição cotidiana de Lauro Maia na cidade de Fortaleza, ganhando novos elementos através das performances dos conjuntos regionais *Quatro Ases e Um Coringa* e *Vocalistas Tropicais*, que obedeciam a demandas de expressão e consumo

de bens simbólicos específicos no cenário carioca. Mário de Andrade (2006) já admitia em seu *Ensaio sobre Música Brasileira*, a possibilidade da “música nacional” ser gestada através de gêneros litorâneos como o coco e a embolada, mas essas versões ainda sofriam o estigma da regionalidade ou do folclorismo pelo autor.

No início do século XX, João Pernambuco lançou mão da tradição sonoro-musical que lhe foi mais decisiva e definitiva, isto é, difundiu bem mais os ritmos dos cocos e emboladas litorâneos e menos os sons dos desafios e repentes do sertão. Ainda segundo o autor, João Pernambuco contribuiu junto aos *Oito Batutas* e ao *Caxangá* para a elaboração de novas sínteses, como o choro urbano, que sofreu múltiplas influências dos gêneros produzidos no litoral e do sertão.

Esses grupos transitavam entre as diferentes tradições do sertão e do litoral nordestino. Ressignificadas, essas tradições formavam uma síntese assimétrica através da vestimenta dos músicos com trajes sertanejos e com o uso de instrumentos percussivos como o pandeiro, o ganzá e o bumbo, comuns nas toadas, cocos e emboladas. O balancêio incorporou novos elementos até ganhar corpo e materialidade no mercado fonográfico através das gravações dos conjuntos *Vocalistas Tropicais* e *Quatro Ases e Um Coringa*.

O gênero alcançou o emblema da nacionalidade pela imprensa escrita no decurso do processo de trânsito que levou ao sucesso seus principais agentes produtores, que por sua vez nutriam as demandas dos estratos populares por entretenimento e diversão urbana através do carnaval. O próprio Paurilo Barroso foi um visionário quando lançou o espetáculo no carnaval. De acordo com Leon Eliachar, jornalista e crítico de música, o gênero foi apresentado como um movimento coreográfico encenado por bailarinos que esperavam a participação dançante do público após o fim da exibição. Sobre os preparativos da atração, Paurilo Barroso mencionou na matéria que:

Resolvi, então, lançar o balancê no carnaval. Já está sendo ensaiada a revista com o Atlântico comemorando este ano os festejos de Momo. E a novidade é a presença do balancê nessa revista, com grande destaque, e de odo que todos possam aprender os seus ritmos, e dançar no final de cada exibição. Tenho certeza que o balancê marcará época no Rio. Estou apostando como o carioca vai gostar e muito dessa dança boa que veio lá do Ceará, como diz a letra de um miudinho. Pode escrever aí que estou confiante e espero um grande sucesso para o balancê nessa sua primeira apresentação no Rio (ELIACHAR, Leon. O carnaval nas “boites”, **Fon-Fon** (Revista). Edição 5, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1946, p. 34).

As experimentações feitas pelos principais colaboradores converteram o balancê em um gênero com forte incorporação da dança em pares, o que era novidade para um mercado que tinha uma imagem engessada sobre a relação entre música nordestina e a suposta relação exclusiva com as danças coletivas. Essa incorporação da dança em pares pelo balancê influenciaria decisivamente os processos de aprendizado artísticos-musicais desenvolvidos no baião de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, que soube negociar com uma cultura de performance que agregasse ao seu projeto estético-musical.

A consolidação do samba acionou as demandas por ritmos ligeiros, presentes em gêneros dançantes europeus como as valsas, tangos, polcas e mazurcas, cuja combinações rítmico-melódicas com as sonoridades brasileiras geravam desde o início do século XX novos gêneros musicais. Um dos motivos de tamanha aceitação do público e da crítica consistia na possibilidade da execução do balancê com um contato dos corpos muito mais próximos do que o de costume. Um corpo de bailarinos encenava o movimento coreográfico com o intuito de que o público acompanhasse a performance.

As partituras de Lauro Maia editadas pelos Irmãos Vitale, disponíveis no Acervo de Miguel Ângelo de Azevedo, indicavam a execução de seu repertório ao piano, acompanhado em algumas delas de arran-

jos para orquestra. Quando os conjuntos regionais *Vocalistas Tropicais* e *Quatro Ases e Um Coringa* gravaram o balaceio, incorporaram o uso de instrumentos percussivos (como o pandeiro e o bumbo), violão, ocasionalmente com a adesão da gaita ou do cavaquinho. A mudança também ocorreu na linha vocal que passou a ser cantada em intervalos de terças e quintas ao invés de um canto em uníssono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto posto, entende-se que o balaceio não pode ser analisado de forma isolada. Ele faz parte de um grande projeto de nacionalização de gêneros musicais que tinha como origem os interstícios culturais e a preocupação de incorporar uma estrutura valorativa que imprimisse o elo entre o tradicional e o moderno. Norbert Elias (1995) lança luz sobre essa questão quando analisa a trajetória de Wolfgang Amadeus Mozart e de sua música na corte de Viena. Elias busca compreender como as transformações históricas afetam os processos mentais e psicológicos da sociedade e como as mudanças na estrutura da personalidade de um indivíduo, dependendo do seu lugar no *status quo*, influenciam a rede de relações sociais nas quais os mesmos se inserem.

As conexões feitas entre os conceitos de sociogênese e psicogênese de Norbert Elias com o de *habitus* de Pierre Bourdieu são evidentes. Enquanto Elias entende que psicogênese e sociogênese são processos que ocorrem de modo recíproco no interior do tempo de longa duração, o *habitus* refere-se a uma gama particular de disposições socialmente adquiridas e aceitas de comportamentos que são propriedade única de um indivíduo, porém, propriedade adquirida, aprendida e compartilhada com os demais membros da mesma formação.

Para Bourdieu (2006), o *habitus* tem como função orientar as ações dos sujeitos dentro das estruturas sociais, espaços sempre dinâmicos com uma lógica que obedece a leis próprias e cujo móvel é invariável-

mente o interesse nas relações estabelecidas entre os seus indivíduos em um campo. O campo se define, entre outras coisas, estabelecendo as disputas e os interesses específicos que estão em jogo. “Para que um campo funcione é preciso que haja lutas, ou seja, indivíduos que estejam motivados a jogar o jogo, dotados de *habitus* implicando o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo”.

Dessa maneira, o balanceio e o baião representavam dois projetos estético-musicais distintos que disputavam pelo monopólio de sentidos dessa região. Michael Pollak (1992) destaca que a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade. A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e nesse caso o enfrentamento adentra o campo da representação.

REFERÊNCIAS

ANÚNCIO DE LANÇAMENTO DO ESPETÁCULO BALANCEIO. **A Noite** (Jornal). 12 de janeiro de 1946. 12158 ed. Rio de Janeiro. p. 3

ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Ática, 2004.

ALVES, Elder P. Maia. **A sociologia de um gênero: o Baião**. Maceió: Iphan-Al, 2016.

ANDRADE, Mário. **Ensaio sobre a música brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

BASILE, Lucila Pereira da Silva. **Paurilo Barroso (CE, 1894-1968): Um Fitzcarraldo em terras alencarinas**. In: III Encontro Internacional de História, Memória, Oralidade e Cultura, 2016, UECE.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 189-190.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

ELIAS, Norbert. **Mozart: A sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GOLD, Max. O baião chegou para ficar, **A Scena Muda** (Revista), 14. ed. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1951, p. 8.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p, 166.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

TEIXEIRA, Humberto. Música popular do Norte..., **Carioca (Revista)**, 377. ed., Rio de Janeiro, 1942, p. 39

VIEIRA, Sulamita. **O sertão em movimento: a dinâmica da produção cultural**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

Cidade, fotografia e amputação

Daniel da Costa Gonçalves¹

Os jornais fortalezenses a partir do final da década de 1920 agregarão a sua maquinaria da representação (CERTEAU, 1994, p. 239), máquina narrativa que no noticiário policial se especializou na apropriação dos acontecimentos sociais conflituosos, os assim chamados “fatos policiais”, uma máquina ótica, uma máquina de visão (VIRÍLIO, 2002). O noticiário policial se tornará cada vez mais uma maquinação fotográfica. A página policial antes destinada e diagramada prioritariamente para uma narrativa feita de frases, títulos apelativos, desproporções gráficas, abundante léxico patêmico, enfim, para uma textualidade construída por representações narrativas verbais, irá ser também composta por narrativas verbo-visuais ou verbo-icônicas, narrativas estas que terão seus próprios procedimentos na produção de sentido, como enquadramentos, poses, jogos de luz e sombra, foco, planos etc.

Os jornais investirão cada vez mais, principalmente os de maiores recursos, como o Correio do Ceará, num noticiário policial de figurações óticas (COUCHOT, 1993, p. 41). É na fotografia que serão colocados os maiores recursos e é dela que se esperará a maior rentabilidade do jornal como um negócio cada vez mais imagético. Noticiar, portanto, se tornava um modo de ver e de doar uma visão. Mais que uma representação do real ou seu efeito, tratava-se de conhecer

¹ Programa de Pós-Graduação em História da UFC, doutorando, bolsista CAPES.

a partir do ver. Com a fotografia o jornalismo se consolidava como uma indústria da percepção (PARENTE, 1993, p. 9).

Por ser fortemente indicial, promessa de objetividade e testemunho documental, promessa de trazer o real numa membrana sensível à luz num processo fotoquímico e sua reprodução no papel do jornal, o real da notícia se tornava cada vez mais um conhecimento visual. Noticiar passa a ser também fotografar. Não bastava mais contar o mundo, remeter-se ao real, era preciso mostrá-lo, trazer algo dele, torná-lo imanente a própria representação. Porém, sua promessa de objetividade, de testemunho documental, a crença de trazer os indícios de um real numa placa sensível à luz, estava já desde o início habitada e mesmo contaminada pelas ficções do enquadramento, do foco, das poses, dos planos, do extracampo (SONTAG, 2004, p. 14-15).

A “pose da prostração” dos corpos, pose por excelência hospitalar ou do moribundo no leito familiar, pose da horizontalidade dos corpos trazendo seus gemidos e suas feridas, poses que fizeram o imaginário do corpo convalescente indiciando a força da doença ou a espera da morte, será apropriada, a partir do final da década de 1920, para existir como pose fotográfica do noticiário policial fortalezense.

Os corpos oferecidos e submetidos ao olhar e tratamento médico transformam-se em corpos vistos e produzidos por uma indústria jornalística da imagem. Aqui, ao se tomar os corpos feridos no leito hospitalar como objeto de um saber, já não se trata mais de fazer falar a doença e a saúde, o normal e o patológico. Esses corpos não serão mais remetidos prioritariamente ao saber médico, mas, visando as emoções de um público curioso e um comércio imagético com os sangramentos, pretende-se, agora, apropriar-se e fazer falar com essas imagens de inscrições violentas nas carnes a atualidade de uma cidade.

O mundo urbano nas fotografias do noticiário policial é aquele que se atualiza enquanto se produz a pose do despedaçamento dos corpos em seus maus encontros cotidianos. O fluxo dos dias

no noticiário policial torna-se os fluxos sanguinolentos da cidade. Fluxos de tinta e sangue vão se agregando nos regimes de temporalidade do noticiário policial. O presente da cidade encena-se como o regime de tempo das carnificinas urbanas. As horas da cidade vão ser sempre passagens violentas.

É verdade que existiam outras encenações fotográficas nos jornais que não se destinavam somente ao noticiário policial e que se tornaram rotineiras na segunda metade da década de 1920, especialmente nas colunas sociais, esportivas, nas reportagens e nas entrevistas. Mas não foi com eventos oficiais, instantâneos de senhorinhas, natalícios, casamentos, lazeres dominicais, que se fez a prosperidade dos diários com fotografias, e sim a exibição dos corpos acidentados, mortos e apodrecidos e eles não eram poucos a partir da década de 1930. A fotografia não ocupou as primeiras páginas dos maiores jornais fortalezenses com os corpos festivos ou distintos de uma elite local.

A consolidação e prosperidade da fotografia nos jornais de Fortaleza não vieram da captura dessas “passagens felizes”, memoráveis ou saudosas, mas das passagens sangrentas que a cidade não parava mais de produzir. São fotografias de uma fábrica que se especializava em mostrar as existências enquanto existências ensanguentadas e comercializadas nas representações imagéticas destinadas a um leitor-espectador curioso e em busca de novas sensações. Uma indústria que prosperava com a imagética das baixezas dos corpos ao exibir os grandes cortes, fealdades, animalidades, secreções, degradações e biodegradações. A fotografia policial consolida-se como o produto de uma fábrica rentável e lucrativa, porém não mais as fábricas que exploram corpos que suam, mas esta que agora comercializa e explora poses fotográficas de corpos que sangram.

A “pose da prostração” é transformada numa pose para a foto, não mais para fazer a imagem de uma doença, mas a imagem de uma cidade e suas violências cotidianas e repentinas, imagens dos corpos vio-

lentados pela cidade ou pelas paixões de seus indivíduos. Não se busca aí uma ferida qualquer, não é a ferida que vem das doenças de um corpo, é a ferida vinda dos corpos na cidade (acidentes) e dos corpos no circuito de paixões excessivas e violentas. A “pose da prostração” é uma imagem que agora sobrevive como pose fotográfica do noticiário policial. As imagens médicas se tornam-se também imagens jornalísticas.

Acidentes de trânsito, facadas, tiros, tentativas de suicídios, violências que se tornaram rotineiras e fizeram a história do sacrifício dos corpos na cidade de Fortaleza, principalmente a partir da década de 1920, serão objetos de uma narrativa verbal e fotográfica que tomará conta dos jornais. O jornalismo policial irá se apropriar dessas tragédias e violências cotidianas que empestam a cidade para pôr em funcionamento toda sua maquinaria (técnica, narrativa, imagética) e retirar das feridas e da dor dos outros suas maiores rentabilidades. Os jornais esperam sensibilizar o leitor para a compra do jornal com imagens que encenam ao mesmo tempo a dor e a notícia, o sofrimento e a atualidade.

A publicação de fotografias no noticiário policial em Fortaleza, sendo fotografias de um noticiário sensacional, traziam o corpo como tema de suas composições. Nesse sentido, podemos encontrar quatro regularidades temáticas de encenação fotográfica dos corpos no noticiário policial: 1) Fotografias de identificação judiciária, onde se publica os rostos dos desviantes; 2) Fotografias de corpos feridos feitas nas enfermarias e salas de cirurgias do Pronto Socorro, da Assistência Municipal e na Santa Casa de Misericórdia em poses onde se exibem as feridas e as dores; 3) Fotografias de corpos recentemente mortos e estendidos no chão da rua ou na mesa do necrotério; 4) Fotografias de cadáveres putrefatos. Aqui falaremos do item 2, tomando como análise duas fotografias que trazem indivíduos com o pé esmagado no leito do hospital, momentos antes da amputação efetuada pelo médico.

“Um trem abalroa um bonde”, diz o título da reportagem, mas o que aí (imagem 01) de interesse em mostrar é o detalhe sangrento. O subtítulo logo em seguida anuncia que “Um passageiro tem o pé completamente esmagado” reforçando a chamada de atenção do leitor-especta-

dor para aquilo que a encenação na imagem com os procedimentos de enquadramento e focalização já fizeram ao tomar o pé esmagado como centro da imagem. Há aí uma trama entre texto e imagem na produção do sentido onde o efeito emocional e de curiosidade é visado ao intensificar o drama evocando o olhar para o detalhe sangrento.

Figura 4 - Correio do Ceará: “um trem abalrôa um bonde”



Fonte: Correio do Ceará, 11 nov. 1936, p. 3.

O pé esmagado que aí se exhibe envolto em trapos, pé que ganha legitimidade fotográfica exatamente por já não ser completamente um pé, mas um amontoado de sangue e ossos expostos e esmigalhados, ocupando desfiguradamente a espacialidade do corpo, esse pé posto sobre panos já molhados de sangue numa cenografia hospitalar, esse ato fotográfico pouco tempo anterior a amputação, pois “foi necessário no mesmo dia a amputação do pé”, diz o texto, é uma história do trân-

sito da cidade, de sua velocidade, de sua violência, de seus transportes lotados. O que aí se mostra é o detalhe de um pé que irá faltar a um passageiro da cidade, um pé que se fez cidade ao ser esmagado por ela.

O grande número de pessoas ocupando os bancos do bonde fazia com que a futura vítima do acidente estivesse com o corpo quase todo do lado de fora do veículo, diz a notícia ao procurar uma razão que explique o posterior instante do golpe no movimento urbano. Descreve-se na notícia a imprudência do motorneiro, cita referências do local do acidente, descreve o estado material dos transportes envolvidos, mas o foco da notícia e da imagem é a vítima Acrísio Cezar e seu “pé esquerdo completamente esmagado”. Não podendo colher fotografias no local do acidente, somente depoimentos, o repórter fotográfico dirigir-se a Santa Casa de Misericórdia e é no leito hospitalar e não da rua, que sairá a produção da fotografia desse pé esquerdo esmagado na página do jornal.

O Correio do Ceará não se constringe ao trazer na publicação impressa da fotografia de um acidentado a lógica comercial que domina sua produção. No canto inferior esquerdo (imagem 01) nota-se a inscrição de propriedade da imagem com as iniciais A.C.M. (Álvaro da Cunha Mendes, proprietário do jornal Correio do Ceará). Habita entre as representações do futuro amputado a lógica comercial das imagens. Na representação das tragédias alheias o direito de propriedade faz questão de deixar sua marca. A.C.M. é a marca tipográfica inscrita de uma indústria e de um comércio imagético em torno dos feridos do dia.

Estar de plantão na Santa Casa de Misericórdia no século XX não é estar à espera de doentes. Para o repórter policial lá é o local onde existe virtualizada a história da cidade feita de acidentes violentos e fatais ou de feridos nas tentativas de homicídio e suicídio. Ele fica lá muitas vezes de plantão ou em outros casos aluga-se um carro para estar presente ao corpo enquanto recebe os primeiros socorros, os primeiros curativos O fetiche da velocidade dos repórteres e a concorrência entre os jornais para reportar os fatos sangrentos e aos cor-

pos dos feridos compete com a urgência dos socorristas. Não conseguindo muitas vezes chegar ao ferido primeiro que a ambulância da Assistência Municipal por falta de um carro disponível no jornal, ou seja, não conseguindo chegar a “cena de sangue” em plena rua, era na própria Assistência Municipal ou na Santa Casa de Misericórdia que eles sabiam que encontrariam o último momento de feridas sangrentas para narrar e estampar no noticiário policial.

Acrísio César dos Nascimento (Imagem 01), auxiliar do comércio, casado, 8 filhos menores, são dados civis que o jornal cita, mas pouco importa, nada há neles que justifiquem uma foto ou uma história. É seu pé o foco narrativo, é o que está no centro da história e que a mobiliza, ele é o motivo da fotografia. Pouco interessa ao jornal a vida do sujeito, mas seu corpo orgânico sacrificado no movimento urbano. Foi somente assim que esses indivíduos, geralmente operários ou pobres, apareceram como encenação fotográfica dos grandes jornais: expondo suas feridas e sua dor como espetáculo. Foi assim que os pés dos pobres apareceram no jornal, nem pés na publicidade de sapatos, nem pés distintos nos sapatos de passeios dominicais que os “instantâneos” das revistas de modas e eventos oficiais exibiam. Feridos ou sujeitos, sangrando ou amputados na mesa hospitalar ou mesmo descalços no chão úmido dos subúrbios é que os pés dos pobres, o “físico do pobre”, entra na encenação fotográfica do jornalismo. A violência urbana é condição de aparecimento do pobre como imagem fotográfica no jornal.

Compõe-se aqui (Imagem 01) uma série de elementos que intensificam a dramatização dessa imagem. Trata-se de uma fotografia que encena um instante de uma ferida enorme num membro inferior fundamental. É também uma cena sangrenta ainda em fluxo, em processo. Os tecidos manchados pelo sangue mostram que ele ainda jorra, é uma fotografia que quer está presente ao drama, à dor, à ferida aberta. Desejo de dramaticidade de um instante suficiente para o jornal despende tempo e dinheiro e apostar na rentabilidade dessa imagem.

Mas é também uma fotografia do imediatamente anterior a amputação e por isso não é somente a fotografia da dor que se sente e do sangue que jorra no momento do registro fotográfico, mas fotografia abre-se para um tempo posterior, pois o que vem nessa ambiência e o que se deve esperar e imagina é a amputação, a finalização de um golpe que a cidade começou. A amputação é imaginada como uma vida de aleijo e aí se encena os efeitos emocionais visados no espectador com a imagem do estado do pé esmagado que logo será o pé faltoso de um corpo.

Esta ferida como condição desta imagem e ameaça de futura amputação, não começou na mesa cirúrgica, começou na cidade. Sabe-se como as guerras, as fábricas, as construções e as formas de vida urbana fizeram aumentar os amputados. Das servidões maquinicas dos órgãos humanos, dos agenciamentos dos corpos humanos com as máquinas técnicas, não faltaram maus encontros entre a carne e o ferro, entre os cortes das coisas e os cortes dos corpos.

A fotografia da velocidade na cidade e seus maus encontros aqui terminará com o corte médico. O pé que faltará não é somente o pé separado por um corte médico, mas o pé que um dia ficou no meio do caminho do bonde. O pé esmagado e amputado é o pé produzido como falta pela mega-máquina urbana. A máquina jornalística imagética irá se apropriar desse pé como pedaço de corpo noticiável, corpo faltoso, mas corpo mobilizador das emoções do espectador e lucrativo.

O pé esmagado, e que faltará para sempre no corte final do médico, instaura na fotografia um pé imaginado, um corpo imaginado, o pé torna-se um membro que se desmembra de um corpo para ser imamente ao corpo da cidade: como ele perdeu e como se perde um pé na cidade? Sobrevive-se a uma perda do pé? Como é a vida de claudicante? Como ele esmagou o pé no Bond? Perguntas simples do cotidiano da cidade, mas que produz uma imaginação e uma avaliação dos leitores entre seus corpos e os movimentos da mega-máquina urbana. É um pé que pode faltar a qualquer um, pois é um pé que falta a partir dos maus encontros urbanos, de uma pressa mal calculada, de uma displicência nas travessias, de uma pisada em falso no chão estável e no

transporte que se move. Não faltam histórias em que as sensorialidades e as sensibilidades se cruzam nessa cidade de andanças perigosas.

As perdas membros humanos e mesmo relatos de morte nesses maus encontros são tomadas pelos redatores policiais como uma lição a ser aprendida. O pé esmagado e amputado é um pé pedagogo, ele deve ensinar com a punição corporal a domesticação dos sentidos nos movimentos entre humanos e não humanos. Ele ensina a viver na cidade, ele pretende fundar uma nova sensibilidade urbana com o sacrifício dos corpos. Ele quer educar como se a cidade produzisse castigos “involuntários”, mas exemplares. A falta desse pé deve dizer as novas sensorialidades que tomam conta da cidade e que deve sujeitar os novos corpos que por ela fizer travessias.

A representação fotográfica traz muitas vezes um pormenor, que não deixa de trazer seu efeito de real, mas que não está na retórica do fotógrafo, no destino da imagem (noticiário policial) e nem na cena representada para a câmera, embora este detalhe, este efeito de real esteja presente no campo visual e no enquadramento. Na verdade, ele está presente na fotografia, mas ausente na cena representada. Ele é um presente-ausente e pode incomodar. Não sejamos tão seduzidos pelo centro da imagem, lugar onde habita o objeto de interesse do fotógrafo: o sangramento enorme, o esmagamento do pé e a promessa da amputação. Não façamos do campo fotográfico, somente o centro do enquadramento, seus primeiros planos ou a cena que aí se quer representar.

O que incomoda nessa imagem, seu pormenor insignificante, mas que continua lá e de lá não sairá, é o chapéu sobre um móvel ao fundo, como se uma história continuasse depois do tratamento médico ou como se outra história já estivesse ali. Incomoda porque depois de toda esta dramaticidade, sangramento, dor, amputação, abre-se a partir desse detalhe insignificante algo como “depois de tudo isso não esqueça o chapéu” ou “a vida continua porque o chapéu está lá”. O que incomoda também, e perturba a encenação, mas nisto reside um drama, é o cuidado, o zelo que se tem com este chapéu no meio de personagens que sangram, que tratam, que posam, que tiram foto.

Um chapéu posto tranquilamente, arrumado, bem equilibrado e no alto. Chapéu a espera de uma partida ou de uma chegada? Poderíamos ainda perguntar: de quem é o chapéu? Do repórter? Do enfermeiro, do médico? Do ferido?

O fato é que o chapéu está lá à espera de outra história que não se encerra na cena. Sua pose bem posta no alto é, ao mesmo tempo, a cerimônia ou o cuidado ao entrar numa enfermaria ou a indiferença com o que nela ocorre. O chapéu é a indumentária desnecessária, até excessiva, ele sobra nessa cena, mas não é dispensável depois dela. O chapéu é a espera do depois da cena. Não podemos cair na tentação de analisar fotografias a partir dos interesses do fotógrafo ou do que ocorre no centro de um enquadramento. O campo visual pode se autonomizar ou escapar em relação a cena desejada pelo fotógrafo ou pelo instante de seu dedo. O chapéu traz, na fotografia, o incomodo de querer ser mais real que a ferida e a dor aí representada. Um real frio e cruel, como todo real, como toda fotografia.²

Passou-se um pouco mais de um mês e a temática fotográfica dos pés esmagados e das amputações volta à página policial. “Sob as rodas de um bonde”. “O passageiro teve o pé esmagado e a perna amputada” (Imagem 02). Como se nota, os acidentes que leva a falta de um membro, que produz esses corpos que andam “incompletos” na cidade, contando a história de seu movimento e de sua velocidade, tornou-se um dos regimes fotográficos favoritos.

Júlio Torres foi acidentado por um bonde em marcha, no centro da cidade, na Praça Capistrano de Abreu. A “vítima saltou ao leito da rua com o bonde ainda em movimento”. Segundo testemunhas, a “vítima se encontrava alcoolizado”. No salto uma das pernas ficou presa sob as rodas do bonde “que mesmo freando não impediu de esmagá-la”. A notícia descreve seu grito de dor no momento do acidente diante de “numerosos populares”. Júlio Torres é fotografado na mesa de operação do Pronto Socorro onde sua perna esmagada será amputada.

2 Detalhe insignificante ou o detalhe que toca e que fere subjetivamente, um punctum, foi tema e preocupação de Roland Barthes (1984)

Um dos enfermeiros segura a perna ferida, enquanto outros personagens da cena são desprezados no corte do enquadramento que vai até o limite da perna. O corpo do ferido, o membro ensanguentado condiciona o corte do enquadramento e a focalização.

Todos aí olham para a câmera, tratando a cena de uma pose jornalística tão importante a ponto de suspenderem por um instante o tratamento hospitalar da vítima. Os procedimentos médicos são brevemente suspensos para pôr em funcionamento os procedimentos imagéticos do noticiário policial.

A vítima, com sua expressão de dor, recolhe a perna direita, movimento que falta e faltará para sempre a outra perna, e é este movimento o detalhe que diz as condições de produção da pose para o fotógrafo pois na tentativa de escolher o ângulo traz desconforto sob o corpo do ferido no fato de ser fotografado. A produção da pose para esta fotografia traz mais um sacrifício para o ferido.

Figura 5 - Correio do Ceará: “sob as rodas de um bonde”

Humbal Domes
 Santos, Libe-
 rroso, Graato
 Sato, Manoel
 Barroo, Rita
 C. Cláudia de
 Joana Cabral,
 Sordina, Ma-
 diana, de Ta-
 de Oliveira,
 Filho, sarg.
 Paulo Costa,
 rajara Maga-
 urio B. K. R.,
 e 2. classe, o
 do Rio de
 Gomes Fr. La,
 Arruda, Anjo
 e Sousa, Silvio
 a Martins, de
 los Ribeiro A.
 ina de Jesus,
 Muler, Ma-
 s Silva, Ito,
 Francisco Be-
 nício Ferris
 ryowaldo da
 alçados Ma-
 João Ferreira
 Arthur Eodás
 la classe, de
 a Magalhães,
 ia Magalhães,
 tes, Dama Ma-
 de Queiroz
 ulio B. Santos,
 airo, Edberto
 da Moura Ma-
 Magalhães, Ja-
 Vaido Maga-
 la classe, de
 i. Mathias ou-
 ras, Gullard,
 Doris Mirae-
 silvas Lemoo-
 s, e 5 do 3.º
 como paqueto,
 dorio,
 los Brass, Ma-
 dhyse, Yeda
 rino Moreira,
 Vasconcelos,
 ato Araújo, ps-
 só N. Martins,
 Hiro da Cunha,
 ra, Jorge Cos-

Sob as rodas de um bonde

O passageiro teve o pé esmagado e a perna foi amputada

Até pouco vínhamos re-
 gistrando quasi que ex-
 clusivamente os desastres
 ocorridos com automove-
 veis, os mais frequentes,
 como é do conhecimento
 publico. Todavia, o noti-
 cário tende a se occupar
 de occorrendas lamenta-
 veis em que figuram ve-
 hiculos outros. Há alguns
 dias noticiámos o desas-
 tre fatídico promovido por
 uma locomotiva em mar-
 cha e de que resultou a
 morte, quasi instantanea,
 de um transeunte. Agora,
 porém, nos occuparemos
 de acontecimento igual-
 mente deploravel e em
 que surge um homem co-
 lido por um bonde em
 marcha, hontem, em ple-
 no coração da cidade.

O facto teve lugar na
 praça Capistrano de Abreu
 conhecida por praça di-
 mercado e á frente da
 pharmacia Juliana. Seriam
 cerca de 16 horas, quan-
 do demandava a praça do
 Ferreira, o bonde n. 103,
 que fazia a linha da praça
 Iracema sob a direc-
 ção do motoreiro Pedro
 Ribeiro-Macedo, de chis-
 pa n. 138. O vehiculo des-
 envolvia certa velocidade
 de quando ao chegar ao
 local referido succedeu
 saltar ao lado da rua, in-
 pinadamente, e passagero
 de nome Julio Cicero
 Torres antigo auxiliar da
 tinturaria Americana,
 desta capital. O ges-



Julio Torres, na m za da operação do H. P. S.

Fonte: Correio do Ceará, 16 de dezembro de 1936, p. 9.

O lugar na sala onde estão os personagens ao lado do ferido, nesse pequeno espaço a entre a mesa e a parede, local onde a vítima recebe os primeiros tratamentos na perna acidentada, é o local de onde se poderia tirar a melhor foto da perna com aproximação para o detalhe sangrento, porém nesse espaço não cabe a câmera e o fotógrafo, faltando portanto ângulo para focar na perna esmagada que deve ser o motivo e centralização da encenação. É lá, do outro lado, naquele pequeno espaço onde estão os enfermeiros próximos a perna acidentada, que faltará ao fotógrafo para enquadrar totalmente Julio Torres. Condicionado a se posicionar do lado oposto aos enfermeiros, ele chama atenção da vítima ou quer chamar para o ato fotográfico. A vítima mal olha para a câmera, diferente dos outros bem dispostos na pose ao mirar a lente. O acidentado faz uma torção da cabeça e do pescoço um tanto desconfortável para “atender” o ângulo de uma fotografia de jornal e assim poderem identificar seu rosto. Por uma questão de ângulo e pose do detalhe sangrento o fotógrafo impingiu ao ferido um outro sacrifício e a produção de um corpo ferido que deve existir nas condições de produção de uma fotografia de jornal.

Mas não foi somente exigido do corpo do ferido a torção do pescoço e do rosto na produção da pose. Era preciso mostrar também a perna sangrenta, mas devido à escolha de um ângulo possível, com distância suficiente para registrar todo o corpo, a perna sã deitada obliteraria a perna esmagada. O que aconteceu é que aqui também o fotógrafo pediu ao ferido ou aos enfermeiros o recolhimento da perna sã. A vítima com a perna dobrada, movimento de perna sã, perna que ainda resta, acaba por oferecer nessa pose uma perna que não existirá mais para produzir um corpo partido e desejado pelas representações fotográficas jornalísticas, um corpo para um regime de imagem sensacional. Porém uma ironia aí se insinua nos procedimentos de busca da produção dessa pose: a perna sã se torna “meia perna”, encurtando-se, dobrando-se, para exibir, nos planos possíveis e visíveis da câmera, a perna que será cortada.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COUCHOT, Edmond. “Da representação à simulação: evolução das técnicas e das artes da figuração (Edmond Couchot)”. *In*: PARENTE, André. **Imagem-máquina**: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- PARENTE, André. **Imagem-máquina**: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: d. 34, 1993.
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- VIRÍLIO, Paul. **A máquina de visão**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 2002.

“Os acadêmicos de Direito e o combate à *lepra* em Fortaleza” Diálogos com a cidade

Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro¹

A história da *lepra*², em qualquer lugar do mundo, sempre veio acompanhada de uma palavra: segregar. Quem sofria com essa segregação era o doente de *lepra*, denominado *leproso*. Seja na Idade Média, seja no Ceará durante o século XX, o *leproso* representava perigo por onde passava e a solução encontrada era isolar, fazendo com que a sociedade desejasse a construção de locais para o isolamento dos doentes de *lepra*, esses seriam os *leprosários*.

A existência da *lepra* no território cearense é registrada com maior destaque no início do século XX, embora seus primeiros registros sejam do final do século XIX, através dos escritos dos médicos José Lino da Justa e Barão de Studart, que foram os primeiros a contabilizar os casos de doença no estado. Apesar disso, as ações para combate à *lepra* não aconteceram de forma adequada e apenas em

1 Mestra em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: gabrielabandeira@live.com.

2 A *lepra* hoje é denominada de Hanseníase, que é uma doença infecciosa causada por uma bactéria chamada *Mycobacterium leprae*. A doença é curável, mas se não tratada pode se agravar. O tratamento é oferecido gratuitamente e existem várias campanhas para a erradicação na doença. A transmissão do *M. leprae* se dá através de contato íntimo e contínuo com o doente não tratado. Apesar de ser uma doença da pele, é transmitida através de gotículas que saem do nariz, ou através da saliva do paciente. Não há transmissão pelo contato com a pele do paciente. Disponível em: <http://www.sbd.org.br/doencas/hanseníase/> Acesso em: 10 de maio de 2020.

1918 começa a ser desenhado pela Diretoria de Higiene um “Plano de combate à *lepra* no Ceará” (FERREIRA, 2011).

Nesse período, assim como as principais capitais brasileiras, Fortaleza passava por um processo de reformulação urbana, cujo um dos objetivos era a tornar a cidade um lugar mais higiênico, salubre e moderno, gerando discursos a favor do afastamento de grupos sociais considerados indesejáveis, como pobres, doentes e meretrizes. Essas ações podem ser concebidas como estratégias de controle social (PONTE, 2001).

E é exatamente nesse contexto que a *lepra* ganha destaque e já estava envolta em um série de discursos médicos que se dividiam entre a contagiosidade e a hereditariedade. Essa incerteza tornava a doença cada vez mais misteriosa e temida e que, portanto, deveria ser afastada dos centros urbanos. No Ceará, discursos segregacionistas foram ganhando cada vez mais força, posto a maioria dos médicos cearenses serem mais a favor da teoria da contagiosidade da enfermidade (LIMA, 2007). Dessa forma, a *lepra* acaba sendo vista como uma entrave para a almejada modernização da capital cearense.

Esse discurso do contágio é bastante intensificado a partir de Carlos Ribeiro, médico cearense responsável pela elaboração do primeiro plano de combate à *lepra* e diretor de Higiene. Por não duvidar da contagiosidade da doença, Ribeiro prontamente coloca que a profilaxia adequada para ela seria: “isolamento, isolamento e mais isolamento”. Para justificar essa postura, Ribeiro utiliza duas estratégias. Na primeira, busca demonstrar o quanto a doença cresceu a cada decênio, chegando em 1917 a ter 68 casos (sendo 6 já falecidos e 9 saído do estado) de *lepra* apenas em Fortaleza, de acordo os dados levantados pela Diretoria de Higiene. O médico defende que o número, mesmo sendo ainda consideravelmente pequeno, está duplicando a cada decênio e que era preciso começar a cuidar desse problema antes que chegasse a proporções maiores.

Já a segunda estratégia desempenhada por Ribeiro é comentar sobre os *leprosos*, destacando, principalmente, a possível forma que os indivíduos contraíram a *lepra*, a fim de provar a contagiosidade e poder afirmar seguramente: “E, uma vez que é o homem leproso, até hoje, o único habitat conhecido do bacillo causador da *lepra*, é forçosamente o homem leproso o unico focco contra o qual podemos consciente e racionalmente agir” (RIBEIRO, 1918, p. 16).

O discurso de Ribeiro era pautado no que defendia grande parte dos médicos estrangeiros e brasileiros e, mais do que isso, estavam tomando corpo nas leis nacionais, que passaram a defender que o afastamento do enfermo era a melhor forma de combate à doença, principalmente a partir de 1923, pois foi aprovado um regulamento que autorizava o isolamento compulsório de doentes de *lepra* como a alternativa mais segura para um combate efetivo da enfermidade (CUNHA, 2005).

Com um discurso ao mesmo tempo científico e amedrontador, já que trazia tantos dados médicos, como buscava destacar situações para gerar o medo na população, Carlos Ribeiro tentou desenvolver uma primeira ação mais ampla de combate à *lepra* no estado, porém os resultados foram limitados e mal saíram do papel, tendo apenas conseguido realizar mais estatísticas, fazer a vigilância de doentes e desinfetado algumas casas, recolhendo os pertences de alguns *leprosos*. Assim, o Ceará prosseguiu sem um *leprosário* e os *leprosos* continuaram socorridos de modo emergencial e sem um local devidamente preparado para isso.

Diante de discursos semelhantes ao de Carlos Ribeiro, a *lepra* e o *leproso* começaram a ser vistos como indesejados dentro da cidade fortalezense, que cada vez mais passava a buscar formas de afastar a temida doença dos principais pontos da capital, na intenção de evitar o contato da população sã com a doença que era sinônimo de medo e de alcançar o ideal de modernização. Esse desejo de afastar os *leprosos* da

cidade é perceptível inclusive na imprensa local, que passa a cobrar das autoridades sanitárias a construção de um *leprosário* no Ceará.

O Jornal O Nordeste³, periódico de orientação católica, passa a dispensar espaço na folha para a questão da *lepra*, sobretudo a partir de 1922 e já apresenta um discurso amedontrador:

Não é admissível que Fortaleza continue a ser diariamente perلustrada por leprosos, que andam por toda a parte, pelas ruas, mercados, cafés, avenidas, pelos pontos mais centraes emfim, propagando o gremem de seu terrível mal. O desenvolvimento da lepra, o aumento do numero de atingidos está exigindo serias providencias sanitarias, para evitar a sua propagação: a primeira, e absolutamente inadiavel, é a organização de um lazareto, em ponto afastado, onde sejam recolhidos os morpheticos da cidade, cuja existencia não é crível que a hygiene publica desconheça (O NORDESTE, 06/07/1922, p. 1).

Nesse ano, Gavião Gonzaga⁴ figurava como diretor do Serviço Saneamento Rural (SSR), que era o órgão responsável pela organização do combate à *lepra* no estado, porém, o periódico considera sua ação pouco expressiva: “Que tem feito a hygiene publica, a estadual e a comissão federal que aqui trabalhar para combater a morphéa?” (O NORDESTE, 26/07/1922, p. 1). O jornal faz sua cobrança pedindo a construção de uma *leprosaria* que, para eles, é responsabilidade dos poderes públicos e critica a falta de ação nesse sentido. Gavião Gonzaga responde a crítica, afirmando que o governo estadual se encontrava interessado, tentando encontrar soluções para esse combate e lamentava a pouca verba que o serviço que ele chefiava tem direito (O NORDESTE, 14/10/1922, p. 2).

3 Periódico fundado em 1922 que possuía uma clara orientação cristã. Dedicou bastante espaço em suas páginas para o assunto da lepra, atuando através de cobranças de maiores ações das autoridades públicas e como divulgador de campanhas em prol da lepra, principalmente da construção de um local para isolar os leprosos. Cf: (PINHEIRO, 2013).

4 Primeiro diretor do Serviço de Saneamento Rural (1921-1926).

As cobranças permanecem, chegando até 1923, período que Francisco Amaral Machado⁵, mesmo antes de ter a chefia, já trabalhava no referido serviço e nesse ano acabou assumindo como interino. Uma crítica do jornal O Nordeste lhe foi imputada sobre a inação do serviço no que se refere à *lepra*: “Mantem o governo da União um posto medico de prophylaxia da *lepra* em nossa capital. Já temos por varias vezes nos referido a inutilidade desse serviço” (O NORDESTE, 18/01/1923, p. 1). O artigo, que não tem uma identificação que nos revele o escritor, afirma que os *leprosos* ficam soltos a rua, sem assistência nenhuma e transmitindo sua doença a todos, completando: “Não somos nós que o dizemos; são os medicos que o affirmam” (O NORDESTE, 18/01/1923, p. 1).

Diante dessa crítica Amaral Machado redige uma carta ao jornal O Nordeste, afirmando que o serviço realiza ações acordo com os vencimentos que recebe, o que só permite levar o mínimo aos 26 *leprosos* indigentes e medicar 16 desse mesmo grupo que, em troca do auxílio, se comprometem a: “[...] não perambularem esses doentes pelas ruas e viverem mais ou menos segregados” (O NORDESTE, 25/01/1923, p. 1).

Dessa forma, começa a ser formado nos discursos da imprensa a necessidade da construção de um *leprosário*. Essa atitude era justificada no discurso científico, que colocava a *lepra* como uma doença altamente contagiosa, e acabava criando uma ideia de que o acometido por essa doença era uma figura perigosa:

Vagam pelas ruas da cidade innumerous morpheticos que vão espalhando aquella molestia incuravel e contagiosa ao extremo, entre o povo. No mercado publico, a pegar nas fructas e demais mercadorias expostas á venda; nas praças, a sentar-se nos bancos das nossas avenidas; nos bondes, nos cafés, em toda a parte, há a figura lamentavel de um doente de lepra a encher de panico muito natural a população (O NORDESTE, 27/08/1924, p. 1).

5 Primeiro diretor do Serviço de Saneamento Rural (1926-1928).

Antônio Ferreira mostra qual era a visão da imprensa com relação ao *leproso*: “O leproso aparecia nas páginas dos jornais de Fortaleza, muito mais do que um doente, como o mais terrível de todos os párias sociais, surgindo com uma força de desordem e de perigo para todos os habitantes da cidade” (FERREIRA, 2011, p. 30-31).

A capital fortalezense parecia não ter mais espaço para esses doentes, que representavam a desordem, o caos, o pânico e o medo, portanto, deveriam ser retirados da cidade e isolados em locais específicos. Esse ideia foi se fortalecendo com o passar do tempo e a autorização do Regulamento Sanitário de 1923 (BRASIL, 1923), documento que tornou o isolamento dos *leprosos* obrigatório, acabou intensificando discursos segregadores, mas que agora passaram a ter outra intenção: além de provocar o medo para justificar a necessidade da construção de um *leprosaria*, agora também usava o medo para despertar a caridade cristã, pois, mesmo cobrando uma atuação dos poderes públicos, ela acaba não chegando, exigindo uma mudança de estratégia.

Por isso, em 1925, a seção “Pró-leprosario” começa a fazer parte do jornal O Nordeste em 1925 e tem por objetivo noticiar os doativos doados aos *leprosos* em uma sessão fixa. Seguramente, o apelo feito por essa sessão demonstra o quanto à caridade se tornou essencial para o combate à *lepra*:

Concorramos com o nosso auxilio, na medida e até acima das nossas posses, e ainda mais com o nosso trabalho e o nosso esforço, para que, o mais breve possível, seja construído o Leprosario, colonia que deverá abrigar todos os morpheticos isolados do resto da população. O beneficio não é para alguns, é para todos: a defesa é nossa. Não esperemos só pela acção do Governo: a calamidade é publica. Abençoada será a nossa caridade (O NORDESTE, 26/02/1925, p. 1).

O texto anterior deixa clara a postura do jornal ao afirmar que o povo não deve esperar pelas ações governamentais, já que o problema da *lepra* é de todos. E mais do que isso, defende que isolar os

leprosos é um benefício não só para os doentes, mas para toda a população. A caridade, que começa como um auxílio ao estado, passa a ser a alternativa prioritária, mesmo que paliativa, para combater essa doença, ou seja, a atitude cristã se transforma em uma estratégia para minimizar esse problema.

Nesse contexto, embora as doações estivessem acontecendo, ainda não eram suficientes e os *leprosos* continuavam circulando nos principais pontos da cidade, causando pânico e medo na população sã. Mas, no dia 14 de agosto de 1926, Fortaleza acordou com a seguinte notícia na primeira página do jornal O Nordeste: Vamos ter uma *leprosaria* em Fortaleza. O responsável por esse feito seria o Coronel Antônio Diogo de Siqueira, abastado industrial e capitalista cearense que se comprometeu em garantir a construção de uma instituição com a finalidade de retirar os *leprosos* do contato com a população sã.

No artigo que serviu como anúncio para a novidade, o jornal O Nordeste traz uma entrevista com Antônio Diogo, que discorre, de forma minuciosa, sobre os motivos e os objetivos que o levaram a querer edificar a instituição. Logo no início do diálogo, o industrial afirma que não buscava reconhecimento por tal ato: “Essa minha idéia não visa benemerencia nem é filha do orgulho que não possuo, como você sabe. É simplesmente o desejo de minorar a sorte de alguns patricios que vivem execrados no meio da sociedade que os repelle e teme” (O NORDESTE, 14/08/1926, p. 1). Apesar de Antônio Diogo enfatizar isso, como um jornal de orientação católica, o periódico não deixa de exaltar o ato como de grande espírito benevolente e benemérito.

Diogo demonstra que o desejo de ajudar os *leprosos* foi o motivador da sua disposição para construir um *leprosário*, mas, em outros momentos o cuidado aos sãos também figura como importante: “[...] lembrei-me de fazer alguma cousa para isolá-los do meio da população sadia da cidade” (O NORDESTE, 14/08/1926, p. 1). Dessa forma, é possível que um dos motivos para o envolvimento

do industrial na edificação da *leprosaria* era manter a população sã segura, possibilitando o afastamento dos doentes da cidade.

A ação de Antônio Diogo acabou por movimentar outras iniciativas em torno da *lepra*, pois o governo estadual, na figura do Presidente do Estado José Moreira da Rocha, prometeu ações em torno da doença, mas nada havia feito até o período em tela. Dessa forma, a responsabilidade continuou nas mãos particulares e caritativas, e a situação liderada por Diogo foi amplamente divulgada pelo jornal O Nordeste, que usou o seu exemplo para incentivar a caridade, o que surtiu efeito.

Um dos primeiros grupos a se destacar no combate à *lepra* após a ação de Antônio Diogo foram os acadêmicos de Direito, mas antes de adentrar em como ocorreu a atuação desse grupo, é preciso levantar algumas hipóteses que ajudem a explicar como esse interesse nos assuntos relativos à doença acabou surgindo entre um grupo de estudantes.

Para começar a responder essa questão, precisamos conhecer Luís Moraes Correia, que atuou no Ceará como professor de Direito Civil da Universidade Federal do Ceará (UFC), além de também ter ocupado os cargos de secretário da Fazenda e procurador geral do Ceará durante o governo de Moreira da Rocha, Com relação à *lepra*, se envolveu ativamente através da fundação e liderança do grupo que ficou conhecido como “Acadêmicos de Direito”, que realizou diversas campanhas em favor do combate à doença.

Mesmo antes da doação de Antônio Diogo, Moraes Correia já aparece nos assuntos sobre a *lepra*, principalmente em reuniões, juntamente com Monsenhor Tabosa, Amaral Machado e Moreira da Rocha, presidente do Estado. Essa participação pode ser explicada pelos cargos que exercia no governo estadual e é importante para entender como ao acadêmicos de Direito iniciaram suas ações no combate à doença, posto que como Moraes Correia já tinha um envolvimento prévio nos assuntos sobre a enfermidade, pode ter motivado a fundação do referido grupo, do qual era líder.

O jornal O Nordeste destinou bastante espaço para a atuação dos acadêmicos de Direito, afirmando que foram motivados pela ação de Antônio Diogo, que é denominada de “gesto benemérito” (O NORDESTE, 17/08/1926, p. 1). Os acadêmicos de Direito passaram a se envolver ativamente na campanha e inclusive se reuniram para discutir estratégias, não só entre eles, mas com nomes já conhecidos em torno do combate à *lepra*: “[...] o comitê nomeado entendeu-se pessoalmente, trocando sugestões, com o dr. Amaral Machado, director de Prophylaxia, com a exma. Sra d. Abigail Moreira da Rocha, e com o cel. Antonio Diogo de Siqueira [...]” (O NORDESTE, 18/08/1926, p. 8).

O periódico utiliza a ação dos acadêmicos como um exemplo a ser seguido, de modo que tece grandes elogios aos envolvidos e ainda exerce certa pressão para que a sociedade cearense não negue apoio aos pedidos dos estudantes em prol da *lepra*: “A população de Fortaleza, estamos certos, não se negará a qualquer apello dos rapazes estudantes, que realizarão na nossa capital uma serie de bandos precatórios e toda sorte de meios propaganda afim de angariar donativos” (O NORDESTE, 18/08/1926, p. 8).

O jornal passa a acompanhar todos os passos dos acadêmicos de Direito, inclusive levando a público suas primeiras propostas para contribuir com o combate à *lepra*, que consistiam em angariar dinheiro na Academia Cearense de Medicina, nas casas comerciais, escolas, igrejas e locais de diversão; realização de festivais e quermesses em prol da construção do *leprosário* e abertura de um espaço nos jornais locais para que as pessoas pudessem encaminhar suas doações de forma mais prática. Além disso, também se comprometeram a encenar peças no Theatro José de Alencar, revertendo todo o dinheiro das entradas em verbas para a construção do *leprosário* (O NORDESTE, 19/08/1926, p. 1).

A sessão “Pro-leprosário” foi aberta no jornal O Nordeste, na qual as doações para *lepra* eram enviadas e posteriormente divulgadas na folha católica, se tornando mais uma consequência das ações dos

acadêmicos de Direito. A atuação do grupo para, gerando a adesão de outros grupos e fazendo apelos cada vez mais diretos, como a fixação de placas de madeiras nos principais pontos das cidade com a frase: “Os academicos de direito imploram uma esmola para o lepro-sario” (O NORDESTE, 20/08/1926, p. 1).

Assim, as ações e os apelos dos acadêmicos de Direito não ficaram restritas apenas no jornal, pois acabam ganhando a cidade, o que pode ser uma estratégia para lembrar a população que aquele local, caso o *leprosário* fosse edificado, estaria livre dos corpos indesejados.

O que começou como algo pequeno, foi se tornando algo grandioso ainda no mês de agosto de 1926, de modo que vários setores da sociedade começaram a aderir também a campanha em prol de verbas para a edificação do *leprosário*, como igrejas, escolas, associações de trabalhadores e comércios em geral. Toda essa movimentação foi acompanhada de perto pelo jornal O Nordeste, que não deixava de lembrar que toda aquela adesão foi iniciada pelos acadêmicos de Direito (O NORDESTE, 21/08/1926, p. 1).

É perceptível que o jornal O Nordeste utilizou as ações dos acadêmicos de Direito como ferramentas de incentivo, gerando uma movimentação caritativa cada vez maior em torno da *lepra*, afinal os estudantes eram figuras que estavam ganhando respaldo dentro da sociedade, o que acarretaria maior credibilidade entre a população cearense.

Com o decorrer dos dias, a adesão à campanha aumentou consideravelmente, bem como apelos no jornal O Nordeste em conjunto com os acadêmicos de Direito. Os vários pedidos sempre possuíam algo em comum: a caridade e o medo. Ao tentar influenciar a caridade das mães cearenses, a escrita presente no periódico é a seguinte:

Deveis ter visto, mães cearenses, quando, com vossos filhinhos, passaes pelas ruas mais centraes desta cidade, uns trapos humanos que vos estendem as mãos, pedindo-vos uma esmola. [...]. Pois bem, mães cearenses, esses molambos vivos, esses trapos humanos, são homens roídos pela lepra, são seres desventurados sobre cuja pelle a

sorte maldita lançou a tunica lugubre de Lazaro (O NORDESTE, 18/08/1926, p. 1).

É possível inferir que descrever o *leproso* como um perigo, tornando-o altamente indesejado no seio da sociedade era uma estratégia que continuava a se fazer presente nas páginas do periódico. Mas com qual objetivo? Sem dúvida, com esse discurso, o medo era despertado e uma população com medo tende a ser mais caridosa. Continuando a leitura do apelo, essa hipótese se torna cada vez mais evidente: “Trabalhar, mães cearenses, para evitar o contágio do mal, que ameaça a sociedade inteira, num crescendo assombroso, deve ser a missão de todos nós, de vós todas, que tendes filhos, que tendes corações que vos amam e cérebros que pensam em vós” (O NORDESTE, 18/08/1926, p. 8).

Ainda em agosto de 1926, mês que foi anunciada a doação de Antônio Diogo, os apelos são quase que diários na folha católica, o que demonstra como o jornal tinha interesse em se envolver nessa empreitada. A liderança caritativa dos acadêmicos de direitos foi a ação que teve mais destaque, já que o periódico acompanhou e divulgou diariamente o que esse setor da sociedade estava decidindo e realizando, como arrecadações, festivais e quermesses, sempre vangloriando seus feitos e abrindo espaço para o recebimento de doações para a causa da *lepra* (O NORDESTE, 19/08/1926, p. 1).

Porém, com o decorrer do tempo, essas ações dos acadêmicos de Direito acabam diminuindo, até chegarem a desaparecer quase que totalmente, talvez gerada pela desavença que desenvolveram com Antônio Diogo devido à visita feita na construção do *leprosário*. O jornal O Nordeste noticiou que os acadêmicos estavam muito desapontados por não terem sido convidados para participar dessa visita, posto que apenas Moraes Correia foi chamado, ao que Antônio Diogo respondeu prontamente, afirmando que não tinha má vontade com os acadêmicos e que nutria profunda admiração dos atos que foram realizados por eles em prol dos *leprosos*, mas que não estendeu convite a todos

devido os problemas gerados no transporte, caso a comissão se tornasse muito numerosa (O NORDESTE, 11/01/1927, p. 4).

Mesmo assim, os acadêmicos de direito se afastam dessa empreitada, deixando a Igreja Católica cada vez mais à frente da organização do combate à *lepra*. Mas, o governo estadual funda a Comissão “Pró-leprosaário”, que seria formada por Monsenhor Tabosa, como presidente da comissão; Antônio Diogo com a função de executar as obras de construção; Luís Moraes Correia como tesoureiro e Amarral Machado, que não tem uma função predefinida (O NORDESTE, 13/01/1927, p. 4). Dessa forma, mesmo com o afastamento dos acadêmicos, Moraes Correia permanece nas questões relativas à *lepra*, o que aponta, mais uma vez, que sua ação nessa doença iniciou independente dos acadêmicos de Direito.

Dessa forma, a Igreja Católica passa a liderar o combate à doença e a instituição foi inaugurada em 1928, na qual as irmãs ficaram responsáveis pela administração da colônia, dividindo esse espaço com os médicos, que passam a atuar de forma mais incisiva na instituição, e com os políticos que começam a dedicar maior atenção para o combate à *lepra*.

É importante destacar que as ações dos acadêmicos de Direito não pode ser vista pela ótica do desinteresse, afinal toda ação caritativa, seja qual for, possui uma intenção (CAPONI, 2003). No caso, podemos levantar a hipótese que o referido grupo ganhava prestígio social ao se envolver no combate a uma enfermidade tão temida, o que poderia funcionar como um retorno positivo para um grupo de estudantes que buscava galgar um espaço de respeito dentro do cenário cearense. Além disso, o afastamento da campanha também pode indicar essa busca por prestígio social, pois quando se sentiram menosprezados, possivelmente acabaram decidindo pelo distanciamento dos assuntos da *lepra*.

Portanto, mesmo tendo atuado por um curto período, compreendemos a ação dos acadêmicos de Direito como relevante, posto que

foi utilizada como motivadora de iniciativas caritativas e particulares, cujo um dos objetivos era retirar os indesejados da cidade, no caso, os *leprosos*, que não eram mais bem recebidos no período, tanto que a primeira instituição de *leprosos*, que recebeu o nome de Antônio Diogo, foi edificada a 80 km de Fortaleza, em região de difícil acesso e longe de tudo, justamente para evitar qualquer tipo de contato da capital fortalezense com os *leprosos*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coleção de leis. **Decreto de nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923**. Rio de Janeiro, [s.n], 1923.

CAPONI, Sandra. **Da compaixão à solidariedade**: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

CUNHA, Vivian. **O Isolamento compulsório em questão**: Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). Dissertação (Mestrado em História) — Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. **“Lazarópolis”**: A lepra entre a piedade e o medo (Ceará, 1918-1935). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza, 2011.

LIMA, Zilda. **O grande polvo de mil tentáculos**: a lepra em Fortaleza (1920-1942). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

O NORDESTE, Jornal. Fortaleza [s/n], 1923-1927.

PINHEIRO, Francisca. **“Não esperemos só pela ação do governo, a calamidade é pública”**: a atuação do jornal O Nordeste no combate à *lepra* em Fortaleza (1922-1930). Monografia (Licenciatura em História) — Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: Reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

RIBEIRO, Carlos. **Relatório da Inspetoria de Higiene**, Fortaleza [s.n], 1918.

A produção dos espaços suburbanos

O bairro das Rocas na imprensa natalense (1900-1940)

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho¹

INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar o processo de produção dos espaços suburbanos da cidade de Natal nas quatro primeiras décadas do século XX, especificamente o processo de construção do bairro das Rocas. No período em exame, a cidade passou por algumas transformações na sua forma física, política e social: bairros foram criados e obras de infraestrutura foram realizadas como o reequipamento do porto, a construção da Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte, abertura e calçamento de ruas e avenidas, a inserção da energia elétrica e a instalação de serviços de transporte e de mobilidade urbana como o bonde elétrico e linhas de ônibus. Tais ações e empreendimentos refletiam os valores daquela época, marcada, principalmente, pelo advento do regime republicano, trazendo na sua esteira uma maneira diferente de pensar o tempo, os espaços e a sociedade.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). Atualmente é doutorando no PPGH-UFRN. E-mail: giovannibentes@gmail.com.

O processo que resultou na instauração do regime republicano no Brasil e sua adesão no estado do Rio Grande do Norte contribuiu para que políticos, intelectuais, empresários e artistas acreditassem estar vivendo um tempo novo, um tempo em que mudanças importantes precisavam ser concretizadas para que pudessem se distanciar cada vez mais daquele tempo passado, colonial, que, no entendimento daquele grupo de homens que assumiram o poder diante da nova ordem, representava a imobilidade, a paralisia e o atraso. A cidade, nesse sentido, se converteria em um espaço privilegiado para a materialização dos desejos daqueles homens (ARRAIS, 2008, p. 27-29). Isso quer dizer que Natal, enquanto cidade-capital e centro do poder administrativo do estado do Rio Grande do Norte, deveria se tornar um centro irradiador dos ideais republicanos.

A ideia que circulava entre os moradores/observadores da cidade daquela época, pelo menos entre aqueles que gozavam de elevados capitais tanto sociais quanto culturais, econômicos e simbólicos (BOURDIEU, 2007), era a de que se precisava modificar tudo, desde a forma física da cidade até o pensamento dos homens e das mulheres, seus hábitos, práticas, a fim de se distanciarem dos antigos padrões de organização social. O desejo pelo novo, pelas mudanças que os novos tempos demandavam, assim como uma nova ideia de cidade, foram gravadas em papel e tinta pelas mãos de intelectuais, homens de letras, que acompanharam as transformações materiais da cidade — modificações modestas, se comparadas às reformas realizadas na capital federal, à cidade do Rio de Janeiro — naquele início de século.

Homens como Henrique Castriciano, Manoel Dantas e Luís da Câmara Cascudo, articulados ao poder e ao aparelho burocrático do Estado, não apenas serviam ao poder como também eram donos de um poder (RAMA, 2015). Eles produziram discursos, ideologias e modelos culturais, projetaram suas aspirações e interesses entre os demais grupos da cidade, tudo sob a tutela do poder instituído. A cidade idealizada por esses intelectuais só

seria implementada de maneira parcial naquele início de século XX, com algumas poucas iniciativas que alterariam sua estrutura física, embora o futuro possibilitasse um campo livre para projeções de uma cidade ideal. Exemplo disso foi a conferência proferida por Manoel Dantas, em 1909, “Natal d’aqui a cinquenta annos”, na qual projetava a cidade 50 anos no futuro, apresentando uma cidade organizada, de limites ampliados, ordenada, promissora, com infraestrutura comercial e industrial, uma cidade modernizada pela “máquina do progresso” (DANTAS, 1909, p. 13).

Natal também havia participado da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo escolhida pelos norte-americanos, pela sua localização geográfica, como local estratégico para a construção de bases militares. A cidade testemunhou um intenso fluxo migratório de soldados norte-americanos, bem como de militares brasileiros, empresários do ramo da mineração, da construção civil e do comércio, além de trabalhadores atraídos pela oferta de novos empregos na cidade (FERRARO, 2019, p. 116-117), resultando num crescimento populacional atípico. De acordo com o Censo Demográfico de 1980, Natal teve entre a década de 1940 e 1950 a taxa de crescimento chegou a 88,2% (FERREIRA, 1991). A Segunda Guerra Mundial fez com que Natal deixasse para trás um cenário de imobilidade característico da cidade antiga. Além de toda uma estrutura material deixada pelos norte-americanos (que seria aproveitada posteriormente), o aumento populacional, influenciado pelo grande contingente de militares, resultou também no aumento do custo de vida, em uma crise de moradia e problemas de abastecimento.

As intervenções públicas no espaço urbano de Natal, que tinham como base os princípios do higienismo, característicos dos planos urbanísticos das três primeiras décadas do século XX, tornaram-se obsoletas. Os problemas anteriormente considerados pelos administradores como específicos de áreas periféricas como mobilidade urbana, saneamento e abastecimento, agora estavam por toda a cidade, o que

reforçava a necessidade de uma intervenção planejada como forma de superá-los (DANTAS, 2006, p. 258). Nesse sentido, a gestão de Silvio Piza Pedroza (1946 a 1950) desencadeou operações contra aquilo que, em seu discurso, afirmava ser os “inimigos do progresso”, tabuleiros e morros, considerados obstáculos a serem vencidos em prol da mobilidade, da habitabilidade, do conforto e do desenvolvimento da capital (ARRAIS, 2010, p. 645). Nessa conjuntura, a partir do processo de transformações urbanas e sociais que ocorreram na cidade de Natal, podemos nos perguntar qual o lugar ocupado pelo bairro das Rocas na divisão territorial e no imaginário urbano natalense?

Ao longo das três primeiras décadas do século XX, Rocas esteve à margem. À margem do rio, do mar, à margem do processo de urbanização da cidade de Natal, à margem da história. A partir da leitura e análise de documentos que nos ajudam a compreender as transformações materiais da cidade (planos urbanísticos, desenhos, projetos, mapas, leis etc.), assim como pela própria historiografia dedicada ao tema, podemos perceber que outros locais foram privilegiados no processo de urbanização. Em outras palavras, a atenção estava voltada para outras áreas dessa unidade Natal, que possuíam maior relevância política e/ou econômica. Nesse sentido, a produção dos espaços urbanos da cidade de Natal deu-se de forma desigual e hierárquica, o que é bastante característico do modelo de desenvolvimento econômico do período contemporâneo, no qual podem ser observadas duas situações extremas: o progresso tecnológico e o bem-estar para algumas áreas e setores da sociedade; e privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população (MARTINS, 2002, p. 13).

O bairro das Rocas está sendo privilegiado em nossas análises pelo fato de que percebemos uma certa alteração na forma como este espaço estava sendo tratado pela imprensa, principalmente no período imediato ao pós-guerra, durante a gestão municipal de Sylvio Piza Pedroza. O bairro não aparecia somente como local do crime, da desordem, da imoralidade, da insalubridade, aspectos que

eram frequentemente dignos de nota nas páginas dos jornais até os anos de 1930; o bairro passava a adquirir importância nos projetos e nas ações dos poderes públicos, sendo valorizado como um lugar marcado pela tradição e pela cultura popular — pelo menos esse era o discurso propagado, na época, pelo prefeito e seus apoiadores. Projetado pelos grupos dirigentes da cidade e pela imprensa situacionista como homem moderno e progressista, o jovem prefeito, dentro de seu programa de governo, empreendeu modificações ou, como a imprensa gostava de noticiar, “melhoramentos” na estrutura urbana de Natal. Os bairros empobrecidos fizeram parte dos discursos de Sylvio Pedroza e de sua agenda política como espaços que precisavam ser integrados, conectados, ao restante da cidade.

Quando nos debruçamos sobre as fontes e sobre a produção historiográfica dedicada ao estudo da cidade de Natal do nosso recorte temporal, percebe-se como as ações empreendidas pelo poder público, através de projetos, planos urbanísticos, desenho das ruas, legislação e a imprensa, privilegiaram os espaços centrais da cidade. As pesquisas versam, geralmente, sobre os mais diferentes aspectos da vida cotidiana dos grupos dominantes da cidade, desde a apropriação desigual, por vezes ilegal, do solo urbano a vida intelectual da cidade e a formação profissional dos jovens natalenses. Embora o foco dos textos sejam os grupos dominantes, percebe-se a inclinação de alguns autores sobre aqueles denominados de “populares” (SIQUEIRA, 2017).

Por meio da análise dos jornais como *A Ordem*, *O Diário do Natal* e o *A República*, podemos identificar os discursos, as ações e o imaginário produzido pelos grupos dominantes com relação ao bairro das Rocas, assim como perceber alguns aspectos, mesmo que fragmentários, do cotidiano, dos modos de vida e das formas como os moradores das Rocas usavam e se apropriavam dos espaços no período. A leitura e análise dos periódicos nos possibilitam acompanhar, de certa forma, o percurso dos homens, suas ações no tempo e no espaço. A imprensa, como afirma Maria Helena Cape-

lato, é um tipo de fonte que registra, comenta e também participa da história, nos permitindo recuperar lutas, ideias e os interesses de suas múltiplas personagens (CAPELATO, 1988, p. 13), desde os discursos altamente ideológicos em períodos de campanha política a reclamações de moradores sobre a criação de porcos soltos nas ruas (A ORDEM, 1941, p. 1). Assim, buscou-se compreender o papel imprensa na produção dos espaços urbanos e suburbanos da cidade, privilegiando o bairro das Rocas em nossas análises, não excluindo a análise de outros tipos documentais quando necessário.

ROCAS: POVOADO, COMUNIDADE, SUBÚRBIO, BAIRRO

O bairro das Rocas, oficialmente, foi reconhecido enquanto bairro somente em 1947, pelo decreto-lei nº 251, de 20 de julho, assinado pelo prefeito Sylvio Piza Pedroza, que dividia as áreas urbanas e suburbanas da cidade (NATAL, 1947). Vale ressaltar que, antes mesmo do decreto-lei nº. 251, outros espaços já eram reconhecidos na condição jurídica-administrativa de “bairros” — Ribeira, Cidade Alta, Petrópolis, Tirol e Alecrim — através das resoluções e de projetos oficiais de modificações na estrutura urbana da cidade — Plano Cidade Nova (1901-1904), Plano Geral de Obras de Saneamento (1924) e Plano Geral de Sistematização (1929-1930).

No início do século XX, a zona urbana de Natal compreendia, inicialmente, os bairros da Ribeira e Cidade Alta. Em 1903, por meio da resolução nº. 73, um novo bairro passou a integrar o conjunto da zona urbana, Cidade Nova. As resoluções não definiam com clareza os limites dos espaços suburbanos, ficando subentendido que toda a área que estava fora dos limites urbanos era o subúrbio (SIQUEIRA, 2019, p. 56). O espaço denominado Rocas fazia parte da zona urbana, mesmo que não estivesse escrito de maneira explícita na lei. A resolução nº. 92, de 1904, definia a área urbana como sendo “o espaço compreendido entre a costa do mar, a margem direita do rio

Potengy, de sua embocadura até o logar Refoles, incluindo o edifício da Fabrica de Sabão e uma linha que deste ponto se dirija á rua do Alecrim...” (A REPUBLICA, 1904 *apud* ARRAIS, 2012, p. 125).

O povoado das Rocas, situado entre o rio e o mar, integrava o conjunto que formava o bairro da Ribeira. Isso estava implícito tanto na letra da lei que definia os limites físicos da Ribeira quanto nas referências ao lugar em outras situações. Quando analisamos uma nota sobre os serviços públicos de saúde, publicada no *A Republica* em 1911, percebemos que o limite das Rocas era ainda impreciso e se confundia com o bairro da Ribeira. A nota fazia referência ao pedido do Inspetor de Higiene Calistrato Carrilho, que havia mandado um “vacinador ás Roccas, na Ribeira” para vacinar as pessoas que quisessem (A REPÚBLICA, 1911), pois havia a suspeita, como indicava outra notícia, de que nas “Roccas, bairro da Ribeira, achavam-se diversas pessoas atacadas de varíola” (A REPÚBLICA, 1911).

Em 1921, quando observamos a divisão espacial da cidade, identificamos que Rocas era entendido como um espaço suburbanizado, um povoado, uma comunidade e uma área popular (FERREIRA, 2008), o “subúrbio das Rocas”, onde moravam “de preferência” os operários. De acordo com o discurso proferido na época e repercutido nas páginas dos periódicos na época, Rocas estava entrando no ritmo do progresso pelo “aumento considerável do seu número de construções”, somado ao “crescimento da população” e da construção de estradas de rodagens e vias de acesso (A REPÚBLICA, 1925). Isso sugere que Rocas era um espaço isolado, de certa forma, das outras partes da cidade, das áreas centrais, não possuindo estradas e nem vias que conectassem o lugar aos outros bairros, a não ser os caminhos que os próprios moradores faziam ao se deslocarem.

José de Souza Martins destaca que há uma confusão envolvendo o conceito de subúrbio, sendo este confundido e até mesmo substituído pelo de periferia. Para o sociólogo, na periferia podemos encontrar

o extremo da degradação urbana, das moradias precárias, a negação daquilo que é propriamente urbano e de um “modo de habitar e viver urbanos”. O subúrbio possui um vínculo com o mundo rural, segundo o autor, de modo que podemos percebê-lo mesmo em situações bastante avançadas do processo de industrialização, quando os terrenos loteados no subúrbio são destinados à moradia dos operários. Nesses terrenos, a autor afirma que é possível identificar como aqueles lotes eram grandes: “as casas tinham espaço para um grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: frutas, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins, muitas flores e um certo perfume suburbano” (MARTINS, 2008, p. 50).

Sobre a periferia o autor afirmou, categoricamente, que este era completamente o oposto de subúrbio, que se caracterizava por ser “o produto da especulação imobiliária”, pelas ruas e calçadas estreitas, pelos terrenos minúsculos, um amontoado de casas, de modo que todo espaço é ocupado pelas construções, não possui vegetação, se encontra muita sujeira e fedor. O subúrbio, afirma Martins, é a negação da periferia, ele é o “espaço de ascensão social, diferente da periferia, que é o espaço do confinamento nos estreitos limites da falta de alternativa de vida” (MARTINS, 2008, p. 51). Pensando no espaço específico das Rocas, ele se configurava tanto como um espaço suburbano quanto periférico, pois, apesar dos terrenos das residências não serem tão grandes, a população que lá residia tinha um certo vínculo com o mundo rural, pelo menos algumas práticas, como o cultivo de pequenas hortas e criação de pequenos animais, nas ruas e/ou quintais; assim como era carente de ruas calçadas, de saneamento, de energia elétrica e de abastecimento de água. As casas eram construídas todas juntas, parede a parede, “empurrando umas às outras”, a maioria de taipa, ruas irregulares, de areias escuras e sujas (GÓES, 1996, p. 22-24).

Rocas, até a década de 1930, quando citado nas matérias jornalísticas e crônicas, era frequentemente associado à pobreza, à miséria, à degradação social, aos vícios (jogo e alcoolismo), à prostituição e ao

crime, sendo comum encontrarmos notícias sobre brigas, confusões e reclamações. Após a década de 1930 e o período em que a cidade de Natal se convertera em base militar norte-americana, no início da década de 1940, percebemos que Rocas era constantemente associada às tradições populares, às festas religiosas, folclóricas e ao pitoresco. A cultura popular e a tradição passaram a ser valorizadas numa espécie de movimento que levou uma parte da intelectualidade natalense a prestar mais atenção sobre determinados territórios, os espaços esquecidos, periféricos, nos quais a dinâmica moderna, ao que parece, não produziu efeitos de maneira mais concreta como havia acontecido nos bairros centrais da cidade. Rocas era o local de moradia dos operários, dos pescadores, das peixadas da “Comadre”, afirmou um jornalista, que estava localizado perto do centro urbano e que também tinha a sua história: “Rocas, o bairro caracteristicamente praieiro, lugar aonde a gente vai e recorda a figura esguia de Ferreira Itajuba, cantando a vida atormentada dos pescadores [...] que não deve ser esquecida, agora que ele aumenta de população” (O DIÁRIO, 1945).

Adelino Menezes, numa matéria especial para *O Diário*, afirmou que Rocas se comparava ao bairro da Saúde no Rio de Janeiro, próximo da zona portuária e por isso constituído por gente simples: operários, trabalhadores portuários e pescadores. Usando palavras de Djalma Maranhão, publicadas na revista “Milho Verde”, em junho de 1944, Menezes afirmava que “as Rocas é um bairro de gente valente, homens dispostos, pescadores heroicos, estivadores hercúleos e de operários grevistas. Os seus filhos têm formado a vanguarda de todas as lutas sociais que se desencadearam em Natal”. Sobre a fisionomia do lugar, o autor destacou que o bairro possuía uma forma diferente se comparada a outros bairros: apresentava “vivendas confortáveis”. Nas palavras de Menezes, os descendentes de pescadores, de mestres de barcas, de trabalhadores das docas, fizeram fortunas e que seus filhos estudavam no Ateneu e as filhas no colégio das freiras, mas que as Rocas continuava sendo sempre as Rocas “das casas de palha, com

suas ruas da frente alagadas pelas marés de enchente e com o restante do seu casario trepado nos morros, com a maioria das ruas sem alinhamento”, o que sugere que, naquele período, era possível identificar naquele espaço dois tipos de habitação e, conseqüentemente, diferentes condições de habitabilidade (O DIÁRIO, 1945).

No mesmo período, o cronista e memorialista Luís da Câmara Cascudo tecia a trama da sua *História da cidade do Natal*. A obra, encomendada pelo então prefeito Silvio Piza Pedroza, foi escrita a partir da reunião de suas crônicas, as “Actas Diurnas”, publicadas nas colunas de jornais como o *A República*, de 1939 a 1946, e depois no *Diário de Natal*, em meados de 1947. Rocas, na perspectiva de Câmara Cascudo, havia sido formada por e para os trabalhadores, principalmente por pescadores e operários das Obras do Porto. Nas palavras do autor, eles transformaram Rocas quando criaram um pequeno comércio local, estaleiros para construção e reparo, que atraía “a população pobre da cidade”. Na época da construção das oficinas da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, na Esplanada Silva Jardim, muitos operários e maquinistas também se fixaram em residências vizinhas ao seu local de trabalho (CASCUDO, 2010, p. 301). Seguindo a lógica de Cascudo, Rocas foi um espaço produzido a partir das demandas criadas pelas obras de reequipamento do porto e da Estação de Ferro, que precisavam que seus operários morassem perto do local de trabalho.

A descrição das Rocas por Cascudo sugeria que, até aquele momento, o lugar permanecia isolado do resto da cidade, um isolamento físico devido à falta de estradas e conexões concretas com os outros bairros da cidade; pelos fenômenos naturais, o alagamento de certas áreas; isolamento social e político, sem a presença da autoridade política oficial. Em 1946, conforme as palavras do autor, Rocas atravessava “a fase inicial do Alecrim, embora sem as possibilidades de uma ascensão como as do bairro dos Sul” (CASCUDO, 2010, p. 302).

A noção de Rocas enquanto bairro já circulava entre os moradores da cidade desde a década de 1930. O próprio Cascudo chamou atenção para esse fato: “o avanço da população, vinda das Rocas, vencendo areia e morro, espalhou uma onda de casinhas paralela a Petrópolis. Esse mundo miúdo é um bairro em formação, indiscutido” (CASCUDO, 2010, p. 320). A observação de Cascudo aponta para aquilo que entendemos sobre essa categoria espacial cidade, um espaço que é unidade e fragmentação ao mesmo tempo. O “avanço” da população das Rocas sugere como o espaço é multifacetado e que seus limites são tênues, nos quais diferentes forças atuam, criando tensão, se chocando, provocando alterações na sua forma. Para impedir mais ainda o avanço das Rocas, *bulldozers* foram trazidos de Parnamirim, máquinas usadas na construção da base militar norte-americana, para serem utilizadas na construção dos primeiros contornos da avenida Circular, assim como das bases para a construção do bairro Santos Reis, que seria, nas palavras de Cascudo, “o imenso, tentacular, atualíssimo Bairro dos Santos Reis, atração turística, sedução elegante, banho de mar numa paisagem surpreendente da Copacabana potiguar” (PEDROZA, 1984, p. 7). O bairro dos Santos Reis chegava a tempo de estancar àquele avanço da população das Rocas e de outras localidades.

A obra de Cascudo nos permite identificar, de certa maneira, as bases norteadoras da gestão e das ações do prefeito Silvio Pedroza: transformar Natal em uma cidade com potencial turístico, voltada para o mar, um modelo de mobilidade urbana, totalmente conectada por vias e transportes. O discurso de Silvio Pedroza e de seus apoiadores era de que a modernização estava chegando ao bairro das Rocas por meio de ruas calçadas, saneamento, abastecimento de água e linhas de ônibus, assim como pela valorização da cultura popular. Em um discurso proferido em homenagem ao 1º aniversário de falecimento de Câmara Cascudo, na sessão promovida pelo Centro Norte-Riograndense localizado no Rio de Janeiro, em 1987,

Pedroza afirmou que havia aprendido com Cascudo a importância do folclore como elemento de exaltação da história do povo, assim como as artes que deveriam acompanhar o desenvolvimento coletivo, que “era possível e lógico ser-se tradicionalista dentro do nosso tempo, sem abjurar o conforto e sem esquecer o progresso diário e as conquistas tecnológicas do século” (PEDROZA, 1987, p. 4).

Palavras como moderno e progresso aparecem constantemente nos discursos de homens de poder como Silvio Pedroza. Elas expressam um ideal de civilização a ser alcançado pela sociedade e condicionam, por sua vez, os projetos que almejam a transformação e adequação da cidade. Nesse sentido, a cidade deveria materializar um novo ideal de urbanidade, um ideal de cidade com princípios pedagógicos, que educassem seus cidadãos nas mais variadas formas, por meio das obras de estrutura física da cidade, valorizando sua estética, assim como por meio da cultura. Nessa conformidade, Silvio Pedroza transformou a paisagem da cidade como forma de combater aquilo que simbolizava a República Velha e antigas práticas, com uma política voltada para classes populares. A ideia era formar um cidadão novo para um Estado Novo, para um país novo (CAPELATO, 2007, p. 123).

As transformações pelas quais a cidade passou durante à gestão municipal de Silvio Pedroza, fundamentavam-se nos princípios da circulação e da mobilidade urbana. Os projetos desenvolvidos e levados a cabo pelo prefeito tinham a finalidade de integrar os espaços da cidade, principalmente àqueles mais afastados e periféricos, o que ele chamou de bairros humildes ou tradicionais, como Rocas e Quintas, ao restante da cidade (LIMA FILHO *apud* TORQUATO, 2011, p. 61). Não à toa, a grande obra de sua gestão foi o projeto da avenida Circular, de maneira que o bairro das Rocas estava localizado bem meio do projeto, das ações que seriam desenvolvidas. Há alguns indícios de que o bairro era entendido como ponto que ligaria o novo bairro do Santos Reis e o centro da cidade. Uma nota publicada pelo jornal *A Ordem*, no dia 13 de novembro de 1946, reforça essa ideia

quando destaca que os bairros de Petrópolis e Ribeira estariam ligados pelas Rocas pela linha de ônibus que passaria a fazer a rota Santos Reis — Ribeira (A ORDEM, 1946, p. 4). Alguns dias depois, outra nota jornalística sugeria que as transformações nas Rocas foram possíveis por causa da avenida Circular: “Também foi grande benefício que a Avenida fez ao bairro das Rocas, quer valorizando os terrenos ali existentes, quer contando-o com uma linha de ônibus” (A ORDEM, 1946, p. 12).

Os jornais são meios de comunicações que pretendem informar, noticiar, anunciar a verdade, entretanto, há grupos por trás dos periódicos que compartilham interesses políticos, econômicos e sociais (CAPELATO, 1988). A crítica pode ser encontrada no silêncio, ou nos sujeitos que foram silenciados. Ela pode ser lida numa pequena nota jornalística referente a uma reclamação ou uma notícia gerada a partir do transtorno provocado por causa das obras de “melhoramentos” urbanos, basta que o ângulo de visão seja alterado. As críticas à gestão do prefeito Silvio Pedroza foram, de certa maneira, silenciadas. O artigo de Boanegue Soares, publicado no jornal *O Diário*, sobre a abertura da Avenida Circular, em dezembro de 1946, é uma evidência disso. Nesse artigo, Boanegue Soares enaltecia a figura do prefeito Sylvio Pedroza “pela grande obra de engrandecimento da terra comum” e minimizava o fato de os operários das Rocas enxergarem a nova avenida como um mal para os habitantes do bairro (O DIÁRIO, 1947).

A construção da avenida circular poderia ser “um mal” para os moradores daquele bairro se pensarmos que com o estabelecimento de regras, no que dizia respeito à construção de novas edificações, os moradores deveriam obedecer a um padrão de construção. Essas regras proibiam as construções de casas de Taipa, permitido somente as construções de alvenaria (uma medida já preconizada nas gestões passadas, mas que foi intensificada na gestão Pedroza). As intervenções do poder público também modificavam o modo como os moradores usavam os espaços do bairro. Os moradores da

rua das Dunas, por exemplo, tinham a prática de abrirem valas para que as águas das chuvas escoassem, mas com o loteamento de alguns terrenos naquela área pela prefeitura, os moradores foram impedidos de abrirem esses valões, tendo como resultado a inundação de suas casas (A ORDEM, 1947, p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, podemos perceber como o processo de urbanização da cidade de Natal se deu de maneira desigual durante a primeira metade do século XX, privilegiando os espaços centrais da cidade (Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova). Isso resultou na criação de espaços suburbanizados, carentes de equipamentos urbanos de uso coletivo, periféricos. O desenvolvimento desigual da cidade nos permite reforçar a ideia de que a cidade é uma e ao mesmo tempo várias, de maneira que sendo uma unidade, ela é detentora de um nome, de uma delimitação espacial (fronteiras), de um poder dirigente, de um sentimento de coletividade que é capaz de reunir seus moradores; e são várias a partir do momento em que a percebemos como uma fragmentação, onde outros processos acontecem, em escala reduzida, que se chocam constantemente com a ideia de unidade, revelando suas diferenças, evidenciando as partes e o todo, como os bairros ou as áreas dentro dos bairros, como a Ribeira e as Rocas, por exemplo.

Quando estudamos a cidade, geralmente tratamos de suas representações, ou seja, partimos de determinadas perspectivas que, com frequência, tendem a enfatizar a unidade e a ordem, “colocando na sombra as forças de fragmentação, da dispersão, da desordem” (ARRAIS, 2012, p. 31-33). Isso parte do pressuposto de que a produção discursiva sobre a cidade estava nas mãos de um determinado grupo que, tendo as condições e os recursos necessários, construíram e difundiram uma ideia particular de cidade que atendessem aos seus interesses, prática que contribuía para uma eterna disputa entre a cidade real e a cidade idealizada.

Nossas pesquisas revelaram que pouca coisa foi escrita com relação aos bairros do Alecrim, do Passo da Pátria e das Rocas. A história dos espaços suburbanizados e periféricos é, quase sempre, construída a partir dos silêncios, o que não quer dizer, necessariamente, ausência. O direito à fala está reservado, com frequência, àqueles que possuem o poder da enunciação e o controle dos meios de comunicação, dominando, assim, a produção de registros, de documentos, da própria história. Nesse sentido, esses espaços distantes do poder, os subúrbios e as áreas periféricas, dificilmente são entendidos enquanto lugares de produção da História, mas sim de sua reprodução (MARTINS, 2002, p. 15). Buscamos evidenciar, mesmo que de modo breve e incipiente, a existência desses espaços suburbanizados, periféricos, fragmentários e sua relação com os outros espaços da cidade, espaços estes que, no discurso dos grupos dominantes representariam a cidade ideal, moderna e civilizada.

REFERÊNCIAS

- A AVENIDA Circular, uma realização. **O Diário**. 23 de dezembro de 1946.
- AS AGUAS da ameaçam as casas da rua das Dunas, nas Rocas. **A Ordem**, Natal, 12 de março de 1947, p. 4.
- BAIRRO DAS ROCAS, recanto pitoresco de Natal. **O Diário**, Natal, 09 de fevereiro de 1945.
- DANTAS, Manoel. **Natal d'aqui a cinquenta annos**. Natal, RN. Typographia d' "A República". 1909.
- GRANDE MELHORAMENTO público para nossa capital. **A Ordem**, Natal, 24 de dezembro de 1946, p. 12.
- MENEZES, Adelino. Bairros de Natal. **O Diário**, Natal, 23 de janeiro de 1945.
- NATAL. **Câmara Municipal**. Projeto de Lei 251, de 20 de julho de 1947. Natal: 1947.
- NO SUBÚRBIO das Rocas. **A Republica**, Natal, 24 de novembro de 1925

PEDROZA, Sylvio Piza. **Discurso proferido por ocasião do transcurso do 1º aniversário de falecimento do escritor Luis da Câmara Cascudo na sessão promovida pelo Centro Norte-Riograndense no Rio de Janeiro**. Natal: Arquivo Sílvio Pedroza (FJA). 1987.

QUEIXAS do povo. **A Ordem**, Natal, 6 de março de 1941, p. 1.

UMA LINHA de ônibus, pela avenida Atlântica. **A Ordem**, Natal, 13 de novembro de 1946, p. 4.

VARIAS. **A Republica**, Natal, 07 de agosto de 1911.

VARIAS. **A Republica**, Natal, 08 de fevereiro de 1911.

ARRAIS, Raimundo. As identidades das cidades. *In*: VIANA, Hélder do Nascimento *et al.* (Org.). **Cidade e diversidade**: itinerários para a produção de materiais didáticos em história. Natal: EDUFRN, 2012.

ARRAIS, Raimundo *et al.* **A Intendência e a cidade**: fontes para o estudo da gestão da cidade de Natal 1892 a 1919. Natal: EDUFRN, 2012.

ARRAIS, Raimundo. Posfácio. *In*: CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 4. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

ARRAIS, Raimundo. ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAPELALTO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, Jorge *et al.* (Org.). 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

CAPELALTO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto EDUSP, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 4. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

DANTAS, Ana Carolina *et al.* Uma cidade sem plano?: gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). *In*: FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George. **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna, 1890-1940. EDUFRN. 2006.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Igreja e desenvolvimento**: o movimento de Natal. Renato Amado Peixoto (org.) — Natal(RN): Jovens Escribas, 2019.

FERREIRA, Ângela Lúcia de A.; CLEMENTINO, Maria do Livramento. **Estudo e movimentos sociais urbanos: o caso de Natal.** Relatório II. Natal: UFRN, CCHLA/CT, 1991.

GÓES, Moacyr de. **Entre o rio e o mar.** Rio de Janeiro: Revan. 1996.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário.** São Paulo: Ed. 34, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo, São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha.** 2. ed. São Paulo; ed. Hucitec, editora UNESP, 2002.

PEDROZA, Sylvio. **Pensamento e Ação: marcos de uma trajetória de governo.** Natal, Gráfica Manimbu, 1984.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras.** Tradução Emir Sader. — 1. Ed. — São Paulo: Boitempo, 2015.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes. Entre a Cidade Nova e a Cidade das Lágrimas. *In:* ARRAIS, Raimundo org. **A terra, os homens e os sonhos: a cidade de natal no início do século XX.** 1. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

TORQUATO, Arthur Luís de O. **O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração de Sylvio Pedroza (1946-1950).** Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: PPGH-UFRN, 2011.

Da tração animal ao sistema elétrico

Os bondes na cidade de Fortaleza entre 1913-1914

*José Maria Almeida Neto*¹

Para não mentir, direi o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu *bond*, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o *bond* elétrico, mas a própria eletricidade.

Machado de Assis, 1994.

A transição do transporte urbano da cidade de Fortaleza no processo de substituição do bonde de tração animal pelo bonde de sistema elétrico é o principal objeto de estudo desse trabalho, que busca recuperar a discussão e os elementos dessa mudança, que se fez entre os anos de 1913 e 1914 na capital cearense.

A aceleração no transporte é apenas um dos fatores que levaram a depreciação do burro em detrimento de outras tecnologias, não se pode esquecer que desde o século XIX a percepção do mundo foi marcada pela utilização de dispositivos técnicos para a produção de artefatos que serviriam para o deslocamento. Ao longo do século

¹ Mestre em História (UFC), doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

XX essa demanda se ampliaria aumentando o tráfego e o congestionamento nas grandes cidades.

A compra da Companhia Ferro Carril do Ceará, permissionário do transporte por burros desde 1880, foi efetivada por uma nova empresa: a Ceará Tramways, Light and Power. Responsável a partir de então por efetivar o transporte elétrico na cidade, voltarei com mais vagar a esse assunto logo adiante; detalhe fundamental é notar que essa negociação não envolveu uma imediata substituição da tração animal, e sim uma paulatina substituição no tipo de energia empregada. Em vigor desde o século XIX, a energia muscular dos animais deu lugar ao sistema elétrico a partir de 1913, na área central da cidade de Fortaleza, e foi completamente desativada desse tipo de transporte no ano seguinte.

A convivência dos dois tipos de energia está diretamente vinculada à existência das múltiplas temporalidades no ambiente urbano que fazia com que os cidadãos convivessem diariamente com bondes de tração animal e elétrico, carroças e automóveis. Apresento, portanto, o processo de construção substancial de desvalorização do emprego dos burros em detrimento da eletricidade.

A depreciação do emprego dos burros para a mobilidade dos habitantes da cidade de Fortaleza repercutiu diretamente na legitimação tecnológica e cultural para a introdução do sistema elétrico. Estão associadas a esse contexto as relações entre o uso de recursos energéticos e o crescimento do espaço urbano, bem como a introdução do capital estrangeiro na eletrificação dos serviços de transporte, cujo interesse abria caminho para outros investimentos em diversos setores da economia, estratégia essa utilizada por várias empresas inglesas, alemãs e norte-americanas para investir seu capital em inúmeras cidades brasileiras.

A decisiva associação dos burros ao desenvolvimento dos transportes na segunda metade do século XIX em diante foi imprescindível aos espaços urbanos no Brasil. O crescimento do nú-

mero de animais e o emprego deles pelas inúmeras companhias de bondes pelo país demonstra que houve um aproveitamento amplo no projeto de expansão das áreas das cidades e sem os quais, provavelmente, esse projeto de alargar as áreas urbanas tivesse sido muito mais penoso e demorado.

O uso dos burros tornou-se então um marco do envolvimento dos animais na economia urbana do período. Sem dúvida foi com a chegada dos bondes que os burros ganharam prestígio como principal força motriz para o funcionamento do artefato que naquele momento respondia as necessidades de deslocamento da população de Fortaleza. Estes animais contribuíram para uma fase importante do progresso da cidade servindo em diferentes atividades: a montaria e o transporte de carga são algumas delas, mas a principal, sem dúvida, para uma expansão dos núcleos urbanos, foi o emprego da sua energia muscular na tração de veículos. Utilizada, principalmente, em associação com as transformações advindas pela modernização sociocultural das cidades. Esta, por sua vez, estabeleceu uma dinâmica entre seres humanos, máquinas e animais, principalmente aqueles empregados no transporte; no caso da capital cearense tal simbiose (bondes e burros) duraria até o início do século XX, quando os burros passaram a ser alvo de críticas, protestos e vistos como causadores de problemas ao ambiente urbano.

Essa crítica à dinâmica de transporte que utilizava os burros como força motriz estava apoiada em pelo menos três pilares: primeiro; aquele que situava os animais como agentes nocivos à limpeza e à salubridade dos espaços urbanos; a segunda indicava esses animais como causadores de uma perturbação moral nas ruas da cidade: os açoites e maus tratos, que passaram gradativamente a ser condenados quando ocorridos no espaço público; por fim, aos burros foi-lhes imputados a culpa de ser o obstáculo à plena circulação. A utilização da eletricidade não se deu, portanto, sem a promoção de um discurso

que depreciaria a antiga fonte de energia, se colocando como superior e mais próxima do ideal de progresso.

Desde as leis municipais, como os códigos de postura e suas proibições de açoites, até nos jornais percebemos que as notícias, sem ter essa intenção, denunciavam a distância que havia entre o escrito e a prática. Em 1911, quando as discussões e expectativa pelo bonde elétrico estavam cada vez mais frequentes nos jornais, os burros continuavam sendo protagonistas pelas ruas. Naquele ano, o *Jornal do Ceará* noticiava o incômodo chicote que continuava a violentar os burros da Companhia Ferro Carril.

Hoje assistimos a um espetáculo triste e que nos causou revolta. Tomamos o bonde do Benfica [...] A parelha, por motivos que não conhecemos, mal arrastava o veículo que vinha a passo lento e atrasado. Pois bem, o bolieiro, com indizível perversidade, açoitava os pobres animais que indiferente ao relho não apressavam os passos, mas aquele estalar continuo e incessante do chicote incomodava visivelmente a todo mundo (Jornal do Ceará, 1911, ed. 1415, p. 1).

O incômodo causado pelo chicote do condutor denunciava a, cada vez mais, insuportável violência contra os animais. Este aspecto se tornou fundamental na crítica à continuidade do emprego da tração animal no serviço de transporte público. Os maus-tratos fizeram a lei se tornar mais dura. Por mais que na prática não acontecesse o cumprimento de igual forma, regulamentar o uso dos animais em espaço público, suprimir o uso de objetos pontiagudos ou aqueles de clara crueldade, a denúncia de animais fatigados ou magros, tracionando pesados bondes que passam a causar incômodos a uma sensibilidade potencializou o discurso da eletricidade como redenção contra o atraso.

Sobre essa sensível mudança na experiência urbana entre transporte por tração animal e transporte elétrico é imprescindível denotar a variação sensível que há entre os consumidores do ambiente urbano, daquilo que o olhar passa ou que as emoções passam a classificar de formas repugnantes/inaceitáveis ou adequadas/permitidas.

Conforme Guilherme Giucci a sensibilidade moderna foi fatalmente construída pela progressiva assimilação dos objetos mecânicos na vida cotidiana. Ao eliminar o odor, o açoite visível e as marcas daquilo que passou a ser considerado incivilizado, como a presença de animais para o transporte, as máquinas alteraram padrões estéticos e o modo de vida urbana (GIUCCI, 2001, p. 1072).

Esta crítica ao uso e presença dos animais os espaços públicos se tornou cada vez mais crescente no limiar do século XIX para o século XX², os burros tornaram-se exemplos do atraso da cidade, lentos em seu modo de transportar e agentes de malefícios, portadores de sujeiras e doenças trazidas pela quantidade de animais espelhados pela cidade e por consequência dos seus muitos excrementos, odores e imundícies. A separação entre animais e humanos nesse novo “ecossistema urbano”, que apresentamos aqui como exemplo a substituição dos bondes de tração animal pelos bondes de sistema elétrico, permite, por sua vez, perceber a incidência do discurso sanitarista nesse período e do imaginário civilizatório na percepção social de separação natureza/cultura, bem como das interligações entre as transformações do meio ambiente e a busca pelo progresso.

Lembremo-nos do uso habilidoso das palavras por Machado de Assis, impressionado com o olhar do cocheiro que passava no bonde elétrico, mais do que a própria eletricidade; na mesma crônica, Machado seguia em um bonde puxado por burros quando cruzou pela primeira vez com o elétrico. Com sua admirável desenvoltura literária o autor imagina uma conversa entre os burros e sua liberdade.

Tens e não tens razão, respondia o da direita ao da esquerda.
O da esquerda:

2 A fim de exemplificar essa questão dos animais em contexto urbano, novamente voltemos as normatizações de postura na cidade, o Código de Postura de 1893, menciona em diversos artigos as proibições ou regulamentações de como os diversos animais devem ser utilizados na cidade. As proibições são variadas e problematizam a tentativa civilizatória do período. Encontramos destes “proibido conduzir uma só pessoas, pelas ruas, mais de três cavalos, burros ou bois” (Art.º 107, § 13º); “Proibido ter cães soltos pela rua da cidade (Art.º 109, § 1º); “Proibido: soltar nas ruas ou praças da cidade animal vacuum, cavalhar, muar, ovino, caprino” (Art.º 109, § 3º), entre outros.

- Desde que a tração elétrica se estenda a todos os bonds, estamos livres, parece claro.
- Claro parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces a história da nossa espécie, colega. [...]
- Que tem isso com a liberdade?
- Vejo, redarguiu melancolicamente o burro da direita, que há muito de homem nessa cabeça.
- Como assim? Bradou o burro da esquerda estacando o passo.
- O cocheiro, entre dois cochilos, juntou as rédeas e golpeou a parelha.
- Sentiste o golpe? Perguntou o animal da direita. Fica sabendo que, quando os bonds entraram nesta cidade, vieram com a regra de se não empregar chicote. Espanto universal dos cocheiros: onde já se viu burro andar sem chicote? [...]
- Sim, o homem imaginou um chicote, juntando as duas pontas das rédeas. Sei também que, em certos casos, usa um galho de árvore ou uma vara de marmeleiro.
- [...]
- O bond elétrico apenas nos fará mudar de senhor.
- De que modo?
- Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças (ASSIS, 1994, p. 63-67).

O espírito de uma época. É assim que a crônica de Machado de Assis nos revela as discussões que envolviam animais, açoites, eletricidade e principalmente a questão do bonde. O contexto dessa explanação situa-se na conjuntura que precedeu a legitimação do uso da eletricidade como energia adequada para o transporte urbano e, portanto, melhor opção para modernização da mobilidade na capital cearense. Esse é um período que o imaginário social foi centrado na velocidade e na aceleração permanente da vida, principalmente nas periferias do capitalismo. Será justamente esse imaginário o responsável por corroborar o uso da eletricidade em detrimento do animal transformando o desejo da burguesia urbana em realidade material.

Até aqui, percebemos que foi senso comum afirmar que os burros eram inadequados como ferramenta para locomoção urbana por te-

rem ritmo lento (recordar a ilustração em *O Malho*), por ser perigoso para o trânsito, insalubre, desagradável e bárbaro pelo trato a que eram expostos pelos condutores (como exposto nos códigos de postura), traduziu-o como figura do atraso material e cultural de uma cidade que procurava modernizar-se.

A substituição dos burros na capital se ligava às outras áreas urbanas do Estado, nas quais as expectativas de progresso passam a ser vistas como o próximo horizonte das cidades que utilizava também os burros como modo de tracionar seus bondes, mas não apenas, pois a montaria e o uso do burro de carga são apresentados como parte dos costumes, principalmente nas zonas urbanas localizadas no interior do Estado.

Em uma publicação que reunia os principais temas do início do século XX (feminismo, darwinismo, abolicionismo, socialismo e eletricidade) o *Jornal Nortista*, em Sobral (cidade que fica no interior do Ceará, distante 200 km, aproximadamente), anunciava em 1913 o fim dos trabalhos dos burros da capital.

Até que enfim os burros da capital vão ter um descanso: eis as conquistas do século do rádio. A humanidade caminha de emancipação, em emancipação. O racionalismo emancipa a consciência, o feminismo emancipa a mulher, o socialismo emancipa o operário. No Ceará, o 24 de janeiro emancipou os escravos brancos, hoje, na capital a eletricidade emancipa os burros: são inaugurados os bondes elétricos. Ora, os burros são gente [...] Queremos dizer, têm seus direitos adquiridos. Não são tão burros como caluniamos. Darwin diz que descendemos do macaco. Quem era que pensava em tal. Por isto que nem sabe se outro pensador não vem afinal descobrir que descendemos do burro? Olhem que, as vezes, nos assemelhamos muito [...] Seja como for o burro hoje está muito menos burro que outrora, no tempo da imigração em que lhe púnhamos em cima toda nossa bagagem e mais a mulher no pescoço, em seguida a sogra, o marido e a filhada até a ponta do rabo do infeliz, e nestas condições atravessamos os sertões abrasadores. Não podemos calcular com precisão é quando terão descanso os burros

de Sobral. Por muitos anos eles ainda hão de suar e gemer debaixo do chiqueirador do Chorão, puxando os carros desmantelados da Ferro Carril, entupido de passageiros que por falta de cômodos vão se dependurando pelos estribos e trepando para cima da coberta. Irra! (Jornal Norista 1913, ed. 54, p. 2).

Em 1913 a empresa Ceará Tramway, Light and Power, com sede em Londres (Inglaterra) passa a administrar o sistema de transporte público na cidade de Fortaleza: uma iniciativa que envolvia diretamente os interesses econômicos, as influências políticas e maneiras de execução dos desejos burgueses por modernização. Bem menor e em segundo plano ficava a necessidade de transformação do serviço de transporte urbano.

O projeto não era recente, antes de o capital da empresa inglesa ser empregado na compra dos direitos e na eletrificação dos serviços de transporte em Fortaleza existia a intenção de substituir o tipo de energia empregada nos bondes. No século XIX é possível encontrar notícias que informam sobre o desenvolvimento de projetos estrangeiros para bondes elétricos. É o caso da notícia de 1888, publicada originalmente na Revista Comercial Americana e divulgada no *Jornal Gazeta do Norte*.

É da Revista Comercial Americana esta notícia: 'A companhia de bondes de Cambridge acaba de experimentar com êxito satisfatório um bonde movido por meio de eletricidade. A força motora é subministrada por uma bateria Julien de 104 pilhas galvânicas. Uma parte da corrente passa ao motor de Weston, cuja capacidade normal é de cinco cavalos de força, a qual pode aumentar-se quando a necessidade o requeira. O bonde é iluminado por cinco lâmpadas incandescentes, cuja eletricidade lhe é comunicada pela bateria. Em cada janela do bonde há um botão que, tocado pelos passageiros, faz vibrar um tímpano, dando sinal ao cocheiro para fazer parar o bonde. A velocidade maior com que anda este bonde elétrico é de 10 milhas por horas' (Jornal Gazeta do Norte, 1888, ed. 10. p. 2).

Os bondes elétricos remetem a segunda metade do século XIX na Europa; em Berlim o primeiro bonde movido por eletricidade havia funcionado pela primeira vez em 1879. Quase uma década depois de inaugurado o serviço de transporte por burros em Fortaleza, foi dado início o funcionamento do primeiro sistema de bondes elétricos nos Estados Unidos, no Estado da Virgínia, em 1888 (MORISSON, 1989, p. 25-60). No final do século oitocentista, o sistema elétrico como força motriz dos bondes funciona plenamente em quase todas as cidades de importância dos Estados Unidos e nas principais cidades europeias, em 1896 o bonde elétrico tinha substituído a tração animal em Liverpool, Hamburgo, Milão, Lyon, Le Havre, Genebra, Estrasburgo, Bourdeaux, Florença, Munique, Leipzig, Liége etc. Pautadamente, esse foi o sistema que foi sendo legitimado como aquele capaz de favorecer o progresso técnico da nação. O bonde puxado a burro ficou fadado a desaparecer das ruas isso também ocorreria no Brasil nas décadas seguintes. As ruas do Rio de Janeiro, distrito federal da recém-proclamada República, foram ocupadas pelo tráfego do bonde elétrico em outubro de 1892; em Salvador, o bonde elétrico substituiu o antigo sistema em 1897; e os habitantes da capital do Estado de São Paulo viram o primeiro bonde por força motriz elétrica na virada do século em 5 de maio de 1900 em pleno funcionamento (STIL, 1984, p. 319, 455).

Fortaleza e Recife, quase que simultaneamente, em 1913 e 1914, respectivamente, tiveram início outra forma de deslocamento, mediada então pela eletricidade.

Em notícia publicada em Recife, no ano de 1907, ficam evidentes as intenções do proprietário da Companhia Ferro Carril do Ceará e também da Companhia Ferro Carril do Outeiro, Thomé A. da Motta, de estabelecer uma usina geradora de energia elétrica para utilização dos carris de sua companhia de transporte. “A assembleia estadual votou numa lei pela qual a câmara municipal de Fortaleza fica autorizada a conceder ao cidadão Thomé A. da Motta privilégio para uso e gozo de

uma usina de energia” (Jornal do Recife, 1907, ed. 208, p. 1). Tendo por extensão o direito de fornecimento e distribuição de força motriz e luz às casas particulares, porém restrito na parte referente ao serviço de iluminação pública, pois o mesmo já era concedido à empresa Ceará Gaz Company, Limited. Foi justamente utilizando-se das instalações para o serviço do bonde que se projetou a iluminação para fins particulares (SILVA FILHO, 2008, p. 70). A tentativa naquele momento não logrou êxito e na década seguinte a eletrificação do transporte aconteceria de fato, porém mediante as investidas do capital estrangeiro.

Em 1912, foi concedida “autorização para funcionar na República... [entre outras empresas estrangeiras] a The Ceará Tramway and Power Company Limited”, notícia do jornal *O Paiz*, no Rio de Janeiro (Jornal *O Paiz*, 1913, ed. 1021, p. 1). A mesma notícia é impressa com destino a Inglaterra, em um periódico que reunia informações, principalmente econômicas, dos capitalistas ingleses no Brasil; fazendo-nos mais uma vez atentar para uma história conectada, na qual se pode perceber que os interesses e investimentos estrangeiros não se faziam descolados dos interesses e negociações locais. Muito menos deixar de perceber que os riscos de investimentos, incertezas econômicas e instabilidade do mercado tornava sempre necessário acompanhar as notícias de um lado a outro do Atlântico. Temos, portanto, uma notícia semelhante à publicada no Rio de Janeiro, porém agora em inglês com objetivos de informar o público estrangeiro residente ou não no Brasil, sobre os investimentos e valores de capital das companhias londrinas.

The Ceará Tramway and Power Company Limited. By Decree, n. 9440 of March 13th, 1912, this company is authorised to operate in the Republic. The domicile is in England and the capital is 200,000 divided into 200,000 shares of 1 each. The name of the concern indicates its object.³

3 Tradução própria: A Ceará Tramway and Power Company Limiter. Por Decreto nº 9.440 de 13 de março de 1912, esta empresa está autorizada a operar na República. O domicílio é na

De acordo com os estudos de Elisabeth Soto, analisando o caso da cidade de Santiago, no Chile, “a depreciação da força animal como motor primário e o interesse pelo desenvolvimento da eletricidade [...] foram fatores catalisadores na chegada de novos empresários ao negocio dos bondes” (SOTO, 2018, p. 54). Existem aproximações nesse caso entre o que pôde ser observada no Chile e aqui no Brasil.

A mobilidade urbana passou a integrar um centro produtivo e rentável no mercado financeiro e na economia mundial. O que aconteceu na maioria das cidades capitais no Brasil foi uma invasão de capital norte-americano, inglês e alemão. Esses investimentos impulsionaram o processo de transformação dos espaços urbanos brasileiros, sem antes aprofundar as hierarquizações dentro da cidade. A esta massiva forma de investir capital e conhecimento técnico no setor seguiu-se um aproveitamento da mão de obra de baixa qualificação no trabalho diário e uma interdependência no setor de transporte franqueada pela presença dessas empresas.

Para entendermos melhor essa apropriação do capital estrangeiro no setor de transporte na virada do século, observemos as principais cidades do Brasil em números populacionais e suas respectivas empresas que compraram o direito de transportar passageiros por meio dos bondes elétricos. No Rio de Janeiro, por exemplo, várias companhias ocupavam esse setor da economia na capital, a mais importante delas — Companhia do Jardim Botânico, primeira empresa que circulou com bondes elétricos no Brasil, 1892, parte da empresa passou a pertencer a Light em 1909. No Recife, desde 1899 havia interesses estrangeiros, a Estrada de Ferro Great Western, empresa ferroviária inglesa tentou negociar a concessão de direitos para transportar por sistema elétrico, mas foi a companhia “Pernambuco Tramway & Power Co. Ltd”, com escritório em Londres, que passou a gerenciar o transporte na capital pernambucana. Em Salvador, em

Inglaterra e seu capital é de 200.000 divididos em 200.000 ações de 1 cada. O nome da empresa indica seu objetivo. *The Brazilian Review*, ed. 13, ano 1912, p. 17.

1897 foi inaugurado o serviço por sistema elétrico e em 1906 a concessão foi feita à companhia norte-americana “Bahia Tramway, Light and Power Company”, registrada na cidade de Portland, Maine, nos Estados Unidos. Em São Paulo, 1899 é criada “The São Paulo Tramway Light and Power Co”, com capital anglo-canadense.⁴

O novo sistema de bondes no Brasil teve um papel estratégico e fundamental, assim como observado por Elisabeth Soto no Chile, por aqui, as empresas estrangeiras utilizaram a porta de entrada, ao assumir o controle do serviço de transportes, e a partir daí mediar outros investimentos em escala regional (SOTO, 2018, p. 56). Conforme desenvolveu em seus estudos Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho, historiador, “a energia elétrica parecia vocacionada à transformação da vida cotidiana, mesmo que a princípio se limitasse à movimentação dos bondes e à luz domiciliar” (SILVA FILHO, 2008, p. 72).

Dessa forma, a partir de 1912⁵ e no ano seguinte, acompanhamos a fixação da empresa de bondes elétricos no Ceará. O pedido de isenção de direitos aduaneiros se valia da Lei 271/1912 que tornava isento de pagamento de impostos a compra de materiais para funcionamento de estradas de ferro e trilhos urbanos (trilhos e bitolas) (Jornal O Paiz, 1913, ed. 10456, p. 7).

A Ceará Tramway, Light and Power Co. Ltd. possuía sede em Londres, com endereço na New Broad Street nº 42, na cidade de Fortaleza seu escritório foi provisoriamente estabelecido na Rua Barão do Rio Branco, nº 60. Sua administração foi composta inicialmente por E. M. O. Scott (gerente), José de Castro Jucá (chefe do tráfego), N. W. Simpson (engenheiro) e W. E. Palmer (chefe da estação). No escritório também havia a presença de estrangeiros nos cargos de maior

4 Semelhantes empreendimentos podem ser observados em outras inúmeras cidades nesse período. As referências aqui citadas foram retiradas da obra “História do transporte urbano no Brasil” de Waldemar Corrêa Stiel (STIEL, 1984).

5 Nesse ano a The Ceará Tramway arquiva seus documentos na Junta Comercial do Estado do Ceará. Informando um capital inicial de 400.000 (Quatrocentos mil réis). 11. Relatório do Ministro da Agricultura, 1913, ed. 1, p. 486-488.

complexidade: Thos. Hitchon (contador), A. B. Lima (caixa), C. Hams (escriturário) e José Martins de Sequeira (cobrador) e A. Euterpino Borges (encarregado da luz elétrica). Segundo o Almanaque no Rio de Janeiro, a empresa possuía um capital duas vezes maior que aquele informado à Junta Comercial do Ceará (800.000\$ oitocentos mil réis).

A companhia britânica adquiriu por compra integral as duas empresas de bondes de tração por burros que funcionava dentro do perímetro da capital: a Companhia Ferro Carril do Ceará e a Companhia do Outeiro, que pertenciam até então a Thomé A. da Motta. Havia dez linhas que se destinavam a Estação, Praia, Via-Férrea, Praça Fernandes Vieira, Mororó, Benfica, Matadouro, Alagadiço, Praça dos Coelhos e Outeiro. Passando a partir de 1912 a explorar por sua conta o serviço em rede de *tramways* elétricos de transporte dentro do limite da cidade de Fortaleza, tinha essa concessão prazo de validade até 1987, quando em 04 de julho se encerraria os direitos adquiridos juntos a municipalidade. Como anteriormente existia um “acordo estabelecido entra a edilidade e a Companhia de Gás do Ceará de fornecimento de energia para a iluminação pública, a Ceará Tramway somente atua no transporte e para particulares” (Almanaque Laemmert, 1914, ed. 70, p. 368).

Após a compra das empresas e obtida a concessão para funcionar nas linhas existentes, começaram os trabalhos de troca dos trilhos, que passaram a ser de 8 libras, assentes sobre dormentes de madeira e materiais adequados como os cabos aéreos com trole. Serviço esse que não foi feito sem prejuízo para vida de pelo menos um trabalhador envolvido em um acidente durante esse período. “Na ocasião em que os operários da Ceará Tramway Company guindavam uma grande caldeira, a certa altura as correntes partiram-se, precipitando a caldeira, que apanhou na queda vários operários, matando um e ferindo diversos” (Jornal O Paiz, 1913, ed. 10420, p. 1).

A companhia dispunha para o tráfego cerca de 320 burros, 28 carros de passageiros, 4 vagões abertos e 2 carros para transporte de carne. A extensão, em 1912, dos trilhos eram 20 km e surgiu a espec-

tativa que o bonde elétrico alcançaria uma rede de 22.500 metros de trilhos (Impressões do Brasil, 1913, p. 1044).

Naquele ano, a população de Fortaleza foi calculada em aproximadamente 70 mil habitantes. Os bondes por sistema elétrico tornaram o tráfego da cidade mais veloz, expandiram a área urbana e foram o principal meio de transporte coletivo de Fortaleza durante os seus 34 anos de funcionamento, até o ano de 1947, quando foi desativado por não mais comportar as necessidades cotidianas dos habitantes e tornar-se um transporte deficitário que não atendia aos moradores dos arrabaldes que surgiram na primeira metade do século XX na capital.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE LAEMMERT, 1914, p. 368, ed. 70 (Rio de Janeiro) BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 out. 2020.

ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas de Machado de Assis** — Coleção Folha. São Paulo: Ática, 1994, p. 63-67.

GIUCCI, Guilherme. A viagem dos objetos. **História, Ciência e Saúde**. Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 1071-88, 2001.

IMPRESSÕES DO BRASIL NO SÉCULO XX, 1913, p. 1044. BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 out. 2020.

JORNAL DO CEARÁ, 30/10/1911, ed. 1415, p. 1 BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 out. 2020.

JORNAL NORTISTA, 26/10/1913, ed. 54, p. 2. BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 out. 2020.

JORNAL GAZETA DO NORTE, 13/01/1888, ed. 10, p. 2. BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 out. 2020.

JORNAL DO RECIFE, 26/09/1907, ed. 218, p. 1. BIBLIOTECA NA-

CIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 out. 2020.

JORNAL O PAIZ, 24/05/1913, ed. 10456, p. 7 (Rio de Janeiro). BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 out. 2020.

MORRISON, Allen. **The Tramways of Brazil: a 130-year Survey**. New York: Bonde Press, 1989.

O PAIZ, 18/04/1913, ed. 10420, p. 1 BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 out. 2020.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo. **Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)**, 2008.

SOTO, Elisabet Prudent. **Modernização urbana e mobilidade: itinerários do bonde em Santiago do Chile, 1857 — 1934**. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

STIL, Waldemar Corrêa. **História do transporte urbano no Brasil: história dos bondes e trólebus e das cidades onde eles-trafegaram**. São Paulo: Pini; Brasília : EBTU, 1984.

As origens do urbano Da missão jesuítica da Ibiapaba a Vila Viçosa Real (1691-1759)

Daniel de Sá Aguiar¹

ATUAÇÃO DA IGREJA E ESTADO PORTUGUÊS NO ESPAÇO COLONIAL

A presença da igreja no Brasil se encontra diretamente relacionada ao projeto do estado português tendo em vista o sistema de padroado no qual o estado luso tinha poderes sobre a igreja católica no Brasil que só vieram a ter a presença efetiva com a vinda do Pe. Anchieta e Nobrega da Companhia de Jesus junto ao Governo Geral (1548) para garantir a colonização.

O poder eclesiásticos aqui foi se estabelecendo também como instrumentos de dominação colonial portuguesa tendo a sua ação de catequese dos índios com a intenção de “traze-los” para o lado dos portugueses, sendo um exemplo clássico a intervenção dos Pe. Anchieta e Nobrega em 1563 para mediar a “paz” entre índios Tamoios e portugueses.

Na Ibiapaba tivemos esta relação íntima entre Estado e Igreja quando na primeira atuação da igreja com a presença de Francisco Pinto e Luiz Figueiras em 1607 que foram “sem suspeita de engano pareceo bem ao p.^e pr.^{al} q’ na levassemos conosco portugueses e assim nos partimos sós

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPI e Professor de História da educação básica na rede estadual -SEDUC-CE.

cõ aquelles sessenta Indios” (FIGUEIRA, 1903, p. 97). O uso da afirmação “sem suspeita” e indo apenas com índios os padres mostram a tentativa de buscar a “amizade” com os índios e portugueses tendo em vista que em 1604 os portugueses com a ação de Pero Coelho para expulsar os franceses e conseqüentemente ataca os índios da Ibiapaba.

Seja pela ação dos jesuítas e outras ordens a igreja se fazia como uma das principais instituições atuante na modelação dos espaços culturais do Brasil colonial, pois as missões como aglomerados humanos se fizeram ao longo do tempo como espaços urbanos e,

Além das cidades da zona missioneira, por todo o Brasil, a catequese semeou aldeias que, com o andar do tempo, se transfiguraram em cidades, algumas delas muito prósperas. São Paulo foi até certo ponto de sua evolução, uma dessas cidades. Niterói, com os aldeamentos de São Lourenço, Itanhaém, Barueri, Vitória, oferecem ilustração de mais essa modalidade de cidades criadas pela religião (OMEGNA, 1971, p. 76).

Nelson Omegna em seu livro *A Cidade Colonial* traz um tópico que estuda as cidades missioneiras onde faz referência a atuação das missões no sul do Brasil onde a partir da ação dos jesuítas através da catequese para os índios sendo que a visão de modificação espacial pensada pelos jesuítas se delineava para melhor converter os índios ao catolicismo e para isso os índios deveriam deixar sua vida nômade e se adaptar a uma realidade de estrutura organizada que se direcionava para um caráter urbano.

As cidades coloniais na América portuguesa são parte de um processo de ocupação que estão ligados diretamente aos interesses da metrópole portuguesa e de seus agentes aqui situados e que é nas câmaras municipais onde esta presença do poder da coroa portuguesa se fazia presente em quase todo território brasileiro, ora de forma autônoma e ora obedecendo as orientações da coroa e assim a construção dos principais centros urbanos são fruto de vários grupos

sociais que atuaram nele, pois em Vasconcelos (1997) veremos que agentes como o governo, senhores de terra e a igreja tiveram suas intervenções na origem ocupação do espaço urbano do país.

A atuação urbanística e arquitetônica da igreja no Brasil é presente nas origens das cidades, povoados que pela nossa tradição católica fazem das catedrais, capelas, cemitérios, espaços que marcam os primórdios de urbanos da maioria das cidade brasileiras e Freyre afirma que,

A arquitetura jesuítica e de igreja foi, não há dúvida, e nisto me encontro de inteiro acordo com José Mariano Filho, a expressão mais alta e erudita de arquitetura no Brasil colonial. Influenciou certamente a da casa-grande. Esta, porém, seguindo seu próprio ritmo, seu sentido patriarcal, e experimentando maior necessidade que a puramente eclesiástica de adaptar-se ao meio, individualizou-se e criou tamanha importância que acabou dominando a arquitetura de convento e de igreja (FREYRE, 1997, p. 15).

A missão jesuítica na citação possui um papel importantíssimo na nossa formação, convivendo com as práticas ditas heréticas e com a grande mistura racial, sendo ela um dos pontos de composição da casa grande e senzala, pois da capela aos altares dentro da casa grande e as práticas de reza eram uma constante no mundo colonial português.

Mesmo reconhecendo o poder da ação jesuítica e sua influência sobre o que ele considera o núcleo central da vida colonial que foi a casa grande e senzala, nos mostra mais uma vez que a igreja e em particular os jesuítas se mostram como agentes com ações privilegiadas em relação também a vida urbana e rural no período colonial.

DA AÇÃO DOS JESUÍTAS NA IBIAPABA A VILA VIÇOSA REAL

Atuação dos jesuítas no Ceará e na serra da Ibiapaba se deu a partir de 1607 com os padres Francisco Pinto e Luiz Figueiras e

devido à morte de Pe. Francisco Pinto em um ataque dos índios Tocarijus que inviabilizou a missão encerrada e só em 1656 que tivemos a primeira ação jesuíta mais consistente e o início oficial da missão jesuítica da Ibiapaba com os Padres Pedro de Pedrosa, Antonio Ribeiro e Gonçalo Veras que sob a supervisão do Pe. Antônio Vieira que defendia a missão por questões estratégicas tendo em vista a presença holandesa na região e sua localização estratégica na divisão entre Maranhão e Pernambuco.

A região teve mais outras três missões com os padres Jacobo e Clócleo (1662-1671) e depois de décadas tivemos a fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Assunção pelos Padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso (1691-1759) e ainda a presença do Pe. João Guedes (1723-1759) (LEITE, 1943, p. 03). Estas iniciativas mostram a busca da igreja e do governo português de interferir na vida dos índios para garantir a ocupação territorial e sua conversão para o cristianismo e menos resistência às orientações lusitanas.

Ao analisarmos as fontes sobre o Ceará colonial percebemos uma grande importância da missão jesuítica na época, tendo em vista as disputas entre os próprios europeus (portugueses e holandeses, franceses), onde as cartas e outros documentos nos levam a um emaranhado de estratégias e disputas dos jesuítas em relação aos índios que se movimentavam entre resistência e “aceitação”.

Diante desta preocupação da conversão pedagógica e estratégica política dominadora foi quando uma das maiores autoridades da missão jesuíta no país que era o Pe. Antônio Vieira e defensor da missão na Ibiapaba por questões estratégicas, tendo em vista a ameaça holandesa na região e sua localização entre Maranhão e Pernambuco que eram os centros administrativos e econômicos de maior pujança no nordeste do período, o que “fez da Ibiapaba assunto sempre imprescindível nas correspondências de autoridades laicas, mas também inacianas” (MAIA, 2005, p. 15).

As relações entre índios e jesuítas não era somente de imposição, pois “é muito dificultoso o tirar-lhes esta bebedices, e neste princípios convém permitir-lhes, porém ao menos temos acabado com êles não haja brigas nem feridas e não o bebem sem pedir licença e até o presente o têm observado exactamente” (PINHEIRO, 2011, p. 47) no tocante a bebida, é evidente que tanto jesuítas como os índios buscavam estratégias e negociações de comportamentos e enxergamos que os jesuítas queriam a permanência da missão para educá-los.

Neste cenário que paulatinamente os jesuítas vão se firmando com os aldeamentos e este são iniciados pelas negociações e interferências culturais da vida dos índios que a cada dia iam se estabelecendo dentro de um espaço determinado pelo avanço da colonização portuguesa e pela conversão dos jesuítas sendo esta delimitação era constantemente rompida por todos os agentes, que iam construindo o espaço dentro dos seus interesses e relações de poder que se firmava agora com a presença europeia seja do colono, do jesuíta ou do estado português onde o índio estava sendo suprimido onde,

A constituição das aldeias, que foi uma imposição dos europeus, implicou redução brutal dos territórios tribais, que era a divisão territorial estabelecida entre os povos nativos, muitas delas por meio das guerras intertribais, antes da invasão europeia. Mas além de ser possível perceber a imposição de uma nova territorialidade; também se constata a percepção que os europeus tinham do modo de vida dos povos nativos, e da necessidade da perspectiva do invasor de impor o seu modo de vida a esses povos (PINHEIRO, 2011, p. 28).

As aldeias se mostram como embrião de muitas cidades brasileiras onde as missões jesuíticas tiveram atuação e que esta busca de uma lógica europeia de dominação impondo outra lógica de divisão espacial para os índios que não era tão rígida quanto a europeias e também se tomarmos as construções, que também não eram feitas com o caráter de monumentalidade e para uma duração permanente. A atuação dos

jesuítas com ordenação da coroa portuguesa que muitos índios começaram a se fixar e se incorporar na lógica europeia, e

Ouvida a carta, se alegou muito fêz dela grande estimação, dizendo que se acabava de enganar, que por ordem da Sua Majestade tínhamos vindo a esta Serra a tratar de seu bem, e que o mesmo senhor, pelo amor que lhe tinha, o honrava com a carta sua, advertindo-lhe e ordenando-lhe o que convinha ao bem seu e de seus vassallos; pelo que pediu logo ao Principal D. Jacobo de Sousa, que já estava aldeado conosco em a Tabainha, lhe mandasse fazer uma cara junto à dos Padres para ir logo lá assistir, e de lá ordenaria a seus vassallos fossem roçar e plantar, para neste verão seguinte de 98 se mudarem todos, e se aldearem em cumprimento a S. Majestade lhe ordenava. Para o verão seguinte, se Seus dar mantimentos, se fará a Aldeia e Igreja em forma para a qual se vai já tirando a madeira necessária (PINHEIRO, 2011, p. 52).

A demarcação do que viria a ser a aldeia da Ibiapaba e futura Vila Viçosa Real e cidade de Viçosa do Ceará não pode ser determinada unicamente pelos padres, mas pela aceitação da coroa portuguesa que no período estudado aqui se fez presente em ordenar delimitações de terras, mas até o momento não temos conhecimento de ordenação de criação de espaço urbano ou legislação específica para a arquitetura da aldeia, mas simplesmente os limites e a finalidade de catequese dos índios para evitar conflitos com os portugueses.

O processo de aldeamento mudava a lógica de territorialidade dos índios, onde havia a mudança de uma vida nômade e seminômade pela busca do sedentarismo por parte dos padres e de algumas tribos, sendo esta mudança vivenciada ao longo dos séculos mesmo depois da expulsão dos jesuítas.

Na história das relações entre governo português, jesuítas e índios podemos enxergar até a negociação de mudança da jurisdição da missão da Ibiapaba que era administrada por Pernambuco para o Maranhão e sobre o “domínio” do capitão de campos

Bernardo de Carvalho Aguiar do Piauí sendo objeto de vários documentos de negociações oficiais entre jesuítas e agentes portugueses interessados nos serviços dos indígenas, mostrando a importância da região na lógica de utilização da força dos índios para seus propósitos dada posição estratégica e de fronteira da Ibiapaba entre as capitanias mais importantes do Brasil colonial, pois,

A Serra da Ibiapaba, em que residem, começa pela parte do norte do Rio Pará ou por outro nome Paranaíba pelo qual se distingue do grande Rio Amazonas que também se chama Pará. E corre esta Serra para Sudeste setenta ou oitenta léguas pouco ou mais ou menos, porém com esta diferença que no princípio é moderadamente alta no meio altíssima, e para o fim quanto pode divulgar a vista, baixa e pouco mais ou menos como qualquer outra serra ordinária. Terá de 12 ou 14 léguas; pela face que fica para o sertão é menos alta, porém pelas que fica para a parte do mar terá em a parte patê íngreme, e fragosa (PINHEIRO, 2011, p. 30).

Sendo que negociação entre as autoridades jesuíticas e o estado português eram constantes tendo em vista a manutenção e sustendo da missão para a permanência dos índios na aldeia que por volta do final do século XVII já estava quase que consolidada tendo em vista a atuação dos padres de pacificar e fixar as tribos, de forma que

Formou-se de três Aldeias diferentes. Não foi fácil aos padres reuni-las, porque os índios delas tinham alguma emulação entre si e os chefes de cada uma queriam continuar a ser chefes sem subordinação de uns a outros. Resolveu-se a pendência, ficando cada qual em seu bairro, com a sua gente, e com as mesmas preeminências de antes, quando viviam separados. [...] A Aldeia constituirá-se em forma de quadra. [...] Os Índios dispuseram-se assim: “O principal D. Jacobo de Sousa para a parte do nascente, com todos os seus vassallos; o principal Salvador Saraiva, com seus, para a parte do poente; e para a parte do sul, fechando a quadra da Aldeia, o principal D. Simão Taminhobá, com seus vassallos (PINHEIRO, 2011, p. 52).

A unificação de um espaço se faz em detrimento de outros espaços e poderes, pois os índios que ali residiam não aceitam de forma simples e harmônica a imposição de uma nova territorialidade e o termo bairro nos leva a uma interpretação de “montagem” de uma estrutura semiurbana, sendo que não podemos tomar o termo no sentido atual, mas como divisão espacial de comunidades, delimitação de domínio de poder onde o chefe de cada tribo exerce um poder sobre seus pares, mas em obediência aos jesuítas que mostram a implementação de uma perspectiva europeia de ordenação territorial e que assim como se deu a imposição dos jesuítas para o aldeamento, também se deu a resistência dos chefes das tribos de perda de poder em relação a suas tribos e territórios, sendo uma das conquistas dos padres a de minimizar a disputas entre eles.

Temos uma certa racionalidade de ocupação do espaço do ponto de vista de dominação no caso da Ibiapaba onde os jesuítas se preocupavam com o espaço do ponto de vista militar e de defesa do aldeamento, e

Ordinariamente nas Aldeias dos Índios bastava uma quadra. Nesta não. Fizeram várias carreiras de casas com suas ruas e becos para melhor e mais fácil serventia dos aldeados. [...] Assente a Aldeia, procedeu o Padre à organização civil e militar “Dividindo os índios todos em companhias, nomeando-lhes por capitães e cabos e alguns mais beneméritos e de mais autoridade e séquito entre eles; os quais fizemos fazer caixas de guerra, mandando-os os seus principais passa mostra em algumas ocasiões para o ter exercitados e prontos não só para a defesa contra os Tapuias (PINHEIRO, 2011, p. 58).

Os termos não bastavam uma quadra, carreiras de casas, ruas, becos nos leva a uma reflexão da preocupação com a montagem do espaço em detrimento a antiga formação dos índios e privilegiando as divisões nos padrões europeus, mas sem fazer referência ordenação métrica do espaço que não deixa de conter neste relato as origens do urbano na Ibiapaba.

A relação de proximidade e particularidade na construção das cidades no Brasil são pontos interessantes de análises pois se tornaram processo de formação de cidade como São Paulo descrito que possui sua origem a partir de um aldeamento indígena e hoje a maior cidade do país e uma das maiores do mundo

Para atender as necessidades do religioso, foi construída, com auxílio dos índios, uma modesta tapera feita de barro, com 14 passos de comprimento, por 10 de largura, coberta de palha, a qual servia de dormitório, refeitório, escola e cozinha. Após ser consolidada esta estrutura é que o padre Manuel da Nóbrega enviou os meninos do Colégio de São Vicente para a aldeia de Piratininga, acompanhados de jesuítas, os quais chegaram ao local em 25 de janeiro de 1554, dia da conversão de São Paulo Apóstolo, celebrando a missa que marcaria o nascimento da futura cidade de São Paulo (ASSUNÇÃO, 2015, p. 207).

Enquanto no relato do Pe. Ascenso Gago no livro do Professor Pinheiro (2011, p. 56)

Concluiu-se igreja, que já estava principiada antes, “formosa e grande”. Pequena, ainda assim, para tanta gente como ia ter a Aldeia. As madeiras da serra, menos compridas do que se requeriam, não permitiam mais grandeza. Ergueu-se a Residência dos Padres de “madeira e barro, coberta de folhas de palmeira, que é o mais que permite a pobreza destes sertões”. [...] E veio a inauguração da Igreja. Colocou-se nela a imagem da “soberana Virgem Senhora Nossa da Assunção”. Procissão, missa, práticas aos Índios e, para maior pompa, o batismo solene de 25 entecúmenos. [...] Não é temerário que se dispusessem as coisas para a festa coincidir com a da própria Padroeira. O dia 15 de Agosto de 1700 deve pois ser considerado como o dia oficial da fundação da Aldeia de Ibiapaba e da futura cidade de Viçosa.

Vemos nas citações acima que o nascimento das cidades possui proximidades no tocante a atuação dos padres da companhia de Jesus sendo suas construções e aglomerações populacionais o início

núcleos urbanos e a descrição de ambos os processos são parecidos tendo em vista a preocupação de mostrar o sucesso do projeto de catequese jesuítas e adesão dos índios a sua lógica político espacial onde o ensino como forma de moldar comportamentos e ambientes é prática comum dos jesuítas na busca de dominação dos nativos.

Na continuação do relato acima temos o momento citado foi palco de danças, carreiras, e lutas dos índios, prêmios em uma festa de três dias, mostrando as negociações entre índios e padres e que a construção dos espaços culturais são feitos por vários agentes que neste caso mostra as concessões por parte da igreja para que os nativos não abandonassem o aldeamento e estes manifestavam seus costumes nos limites estabelecidos por esta nova realidade de índios aldeados em que viviam entre o conformismo e a resistência constante e,

encontravam formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam. Colaboraram com os europeus, integraram-se à colonização, aprenderam novas práticas culturais e políticas e souberam utilizá-las para a obtenção das possíveis vantagens que a nova condição permitia. Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de agir (ALMEIDA, 2010, p. 23).

Dada a criação das aldeias e a manutenção destas, um ponto fundamental é garantir a alimentação dos aldeados e consequente preocupação dos Padre que no caso da Ibiapaba se fez também um local de grande propriedade de gado e plantações construindo um ambiente de produção, mesmo sem intenção do grande comercio esta prática vai sustentar o núcleo populacional e a ação de transformação espacial e no modo de vida dos índios. Pois,

Entretanto, procuravam os Padres das garantias de vida à Aldeia, quanto às indispensáveis subsistências. Porque não obstante alguns subsídios, provindos de Portugal, não havia possibilidade de manter a Aldeia, sem fazendas, por ser a carne a base e garantia da alimentação.

Aquele inconveniente das distâncias das fazendas foi-se desvanecendo com o aumento delas. Por volta de 1695, o P. Ascenso Gago situou alguns gados no Rio Camuci. Diz o mesmo Padre, na sua carta de 10 de outubro de 1695, que tencionava comprar 20 ou 30 novilhas para a sua Missão (PINHEIRO, 2011, p. 60).

Está posto aí o avanço da ocupação da pecuária no Ceará que junto com as populações das missões jesuíticas vai ser uma das atividades motivadora dos centros urbanos no Ceará, e que possuem cidade fruto dos aldeamentos e outras fruto dos currais de gado. Na continuidade do documento citado segue uma discriminação de onde se localiza este gado, seu sexo e condições, sendo que ainda podemos somar a existência de escravos que foram doados para a missão fazendo com que o espaço de catequeses também se tornasse um ambiente de negócios dentro da lógica europeia e também como um dos elementos para a formação dos núcleos urbanos que são também caracterizados pela concentração populacional e econômica que vai ser expressiva como constata Martins,

os Padres da Companhia os bens administrados pelos jesuítas na missão da Ibiapaba compunha-se de quatro fazendas de gado a saber: a da Imbueira, a da Missão, a da Tiaya e da Pitinga, com um total de 4.709 cabeças de gado vacum, 470 de gado cavalari e 200 de gado meudo conforme registro seguinte (MARTINS, 1928, p. 118).

Devemos somar a quantidade de índios na missão que em uma tabela de estimativa demográfica citada por Maia (2005, p. 364) consta uma população crescente de 4.000 em 1702 para 6.106 em 1756 onde eram Tabajaras 5.474 e Tapuia 632 (Agoanacés, Guaconguaçu, Ireriius) sendo uma população significativa para missão jesuítica onde muitos índios estavam se deslocando para regiões mais afastadas da ocupação dos europeus e devemos ainda pensar na força de mão de obra e de guerra que estes índios propiciavam para a igreja e coroa portuguesa, onde ambas

buscavam disciplinar os corpos dos nativos através da modificação do espaço geográfico, produtivo e de crença dos índios. Pois,

Eis a Ordem Regia de D. João mandando erigir o hospício de Ibiapaba:

“Dom João, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves d’aquem e d’alem mar em Africa, Senhor da Guiné, etc.

Faço saber a vós governador e capitão general da Capitania de Pernambuco, que sendo-me presente a representação que me faz o Padre João Guedes da Companhia de Jesus, missionário da missão do Ceará, em que me expoz o bem espiritual que pode resultar aos moradores da Serra da Ibiapaba, em se fundando, naquela aldeia, um hospício de religiosos da mesma companhia para sahirem em missões às capitanias do Ceará e Piauhy (MARTINS, 1928, p. 97).

O interesse dos padres e do estado português em dominar os índios é demonstrado na construção de hospício para a missão da Ibiapaba onde este termo não pode ser associado ao conceito atual, mas hospício era uma residência, hospedagem, lugar de apoio aos jesuítas e assim estes se mantivessem frequentemente na Ibiapaba para assegurar o domínio da aldeia e consequentemente dos serviços dos índios.

No governo de D. José I, Pombal buscando diminuir o poder dos Jesuítas estabeleceu o diretório dos índios ou diretório pombalino onde este estabeleceu leis para as relações entre índios e brancos, proibindo a escravidão do nativo, incentivando os casamentos entre índios e brancos, concedendo o direito de comercio, entre outras determinações que procurava afastar o índios dos padres e aproximá-los, integra-los e do estado português.

Portanto, de início feito para regulamentar a situação dos índios no Maranhão e Pará, o diretório acabou servindo para nortear a questão indígena em todos os domínios coloniais lusitanos, sendo que as Aldeias foram elevadas

a categoria de vilas, implicando, por conseguinte uma administração laica (XAVIER, 2010, p. 50).

No caso da Ibiapaba os padres tiveram que entregar a administração das terras, gado, índios e plantações para uma nova administração que se coloca como moderna para promover um lugar mais civilizado, como também melhor povoar e demarcar o território, sendo que passando as missões a categoria de Vila e construindo neste ambiente um câmara se buscava vincular estes espaços mais ainda a geopolítica lusitana de ocupação e geração de mais lucros para a coroa a partir da busca de uma administração mais eficiente nos negócios e esta mudança vai contribuir para que o espaço da aldeia da Ibiapaba vá se construindo mais efetivamente como espaço urbano, pois,

Sequestrados para a Fazenda Real e recebidos todos os bens administrados pelos Padres da Missão, mesmo os que faziam parte do patrimônio de N. Senhora da Assunção, restava por em execução outras instruções de que vinha munido [...] Em cumprimento das ordens e instruções reaes, o Desembargador Gama Casco erigiu e creou a aldeia em Villa, com o titulo de Villa Viçosa Real aos 7 de Junho de 1759 (MARTINS, 1928, p. 108).

Neste relato se encontra a visão de interesse econômico e político do estado português de demarcação do território a partir dos seus princípios de controle e o ato de nomeação é pretender apagar as origens indígenas e estabelecer um marco de poder da coroa portuguesa através do título de Vila para onde antes era uma a aldeia da Ibiapaba que merece mais estudos tendo em vista a documentação produzida pela missão jesuítica e Conselho Ultramarino. No entanto,

Por ser a vila improdutiva e secundária na economia colonial, os estudiosos relegaram a um segundo plano outras vocações dos primeiros núcleos urbanos, esquecendo as contribuições da cidade para o avanço das fronteiras da cristandade. A cidade colonial era guarnecida de edificações re-

ligiosas, prédios públicos e fortalezas. Esta arquitetura representava a coerção da cruz e da espada, do poder colonizador da Igreja e do Estado (RAMINELLI, 1997, p. 294).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se tomarmos o urbano como lugar da civilidade, do cortês, vista pela lógica ocidental europeia a Ibiapaba com a missão Jesuítica e o diretório pombalino vai paulatinamente tomando esta configuração e assim se constituindo em espaço urbano e se o critério for tomar o urbano como espaço de um centro religioso, temos a igreja e o hospício dos padres, como marco de civilidade e de estabelecimento de um avanço da cristandade sobre a “selvageria” no Brasil colonial.

Já tomando o urbano como organização territorial em forma de casas, ruas e becos, bairros para domínio de populações vemos um “esboço” da cidade na formação da aldeia da Ibiapaba que também pode ser levada a concepção de núcleo urbano a partir da produção agropecuária que nela existia considerável criação de animais em uma época de um Ceará da economia da carne de charque.

E por fim, tomando a fundação do urbano como contingente populacional temos na Ibiapaba milhares de índios chegado a ser uma das maiores concentrações populacionais nativas do nordeste e todos estes pontos juntos caracterizam a aldeia da Ibiapaba em um processo de urbanização ao longo da sua história com a participação de vários agentes modificadores desde índios, jesuítas, agentes do estado e colonos que durante séculos promoveram transformações notórias para a construção de um ambiente mais e mais cultural e modificado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ASSUNÇÃO, Paulo. **A cidade de São Paulo no período colonial: as**

cartas jesuíticas. Disponível em: ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/205_50.pdf. Acessado em: 04 jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. 1696, dezembro, 20, Lisboa. *In:* Arquivo Histórico Ultramarino — AHU, Documentos Avulsos da Capitania do Ceará (em CD-ROM, Projeto Resgate Barão do Rio Branco)

FIGUEIRA, Luiz, S.I. **Relação do Maranhão [1608].** *In:* Revista do Instituto do Ceará — RIC, p. 97, 1903.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 32. ed. Editora Record, Rio de Janeiro, 1997

LEITE, Serafim, **História da companhia de Jesus no Brasil. Tomo III.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

MAIA, Lúcio José de Oliveira. **Cultuadores da Vinha Sagrada:** Missão e tradução nas Serras de Ibiapaba (século XVII). Dissertação de Mestrado ao programa de Pós —graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2005

MARTINS Vicente. **O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba.** *In:* Revista do Instituto Histórico do Ceará Fortaleza ANNO XLII — 1928

NOVA CARTA DO PE ASCENSO GAGO, que de acordo com o historiador Serafim Leite “tinha vindo a pé, por terra, quasi 300 léguas, de Ibiapaba a Pernambuco, onde chegou andrajoso, voltou a nesse mesmo ano 1695. Dois anos depois, a 25 de julho de 1697, retoma o fio da história. *In:* PINHEIRO, Francisco José. Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825). Fortaleza: Ana Lima, 2011 p. 52.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial.** Brasília, EBRASA. 1971.

PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825).** Fortaleza: Ana Lima, 2011.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial. *In:* CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas:** percursos no fim do Século. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 294.

REQUERIMENTO dos índios da serra da Ibiapaba ao rei [D. João V], a pedir o alargamento das suas terras, da ladeira da Uruoca até ao lugar chamado Itapiúna; ordem para os missionários não ocuparem nos serviços mais que a metade dos índios capazes para que possam tratar de suas lavouras e evitar a fome geral; e que nenhum passageiro tome agasalho em casa particular dos índios. 1720, outubro, 12. *In*: Arquivo Histórico Ultramarino — AHU, Documentos Avulsos da Capitania do Ceará (em CD-ROM, Projeto Resgate Barão do Rio Branco)

XAVIER, Maico Oliveira “**Cabôcullos são os brancos**”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real — Século XIX . Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

“O bairro do Pari - rio e ferrovia na Urbanização de São Paulo entre fins do século XIX”

Diógenes Sousa¹

INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo tem, em sua historiografia, mudanças urbanísticas advindas da administração do intendente João Teodoro, iniciadas no último quartel do século XIX². Esse período de alterações é estudado devido ao seu valor para a compreensão da História Urbana e Socioeconômica de São Paulo.

Foi em seu governo que a Luz ficou ligada ao Brás com uma rua que traz o seu nome; o Brás também se ligou ao centro, melhorando as ruas do Pari e do Gasômetro; retificou-se o Tamanduateí, ligou-se o Arouche, a Consolação, e o Largo dos Curros (Praça da República), instalou-se a Caixa Econômica em 1875. Durante o seu governo gastou-se no aformoseamento da cidade a quantia de

1 Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista CAPES. <http://lattes.cnpq.br/0806882249236381>. Endereço eletrônico: diogenesudi@gmail.com

2 Eurípedes Simões de Paula (1939) apresenta o cenário de transformação da cidade de São Paulo concluindo que tal transformação ocorre por volta da década de 1870 e que se caracteriza com uma linha de urbanização e melhoramentos, conforme segue “A Segunda Fundação de São Paulo - da pequena cidade à grande metrópole”. *In: Revista de História*, v. 8 n. 17. 1954.

646:418\$000, quantia enorme para a época, quase a metade do orçamento anual da Província³.

Antônio Egydio Martins descreveu as benesses advindas do governo de João Teodoro da seguinte forma:

Substituição dos terrenos paludosos e miasmáticos, em frente ao antigo mercado da rua Vinte e Cinco de Março, por um dos passeios mais aprazíveis e saudáveis, a *Ilha dos Amores*, no lugar onde hoje existem o Mercado do Peixe e o Almoxarifado Municipal; beleza e segurança do morro do Carmo, medonho outr'ora por suas altas e ruínas murallas de pedra; abertura da rua do Hospício até a ponte da Mooca, tendo sido um dos trabalhos mais dispendiosos pelas grandes e importantes obras d'arte construídas á margem do rio; as grandes escavações operadas sobre o alto morro, que até então não distava mais de 6 a 7 metros do Hospício de Alienados, contribuindo para torná-lo muito insalubre, húmido e sombrio, e que produziram uma notável transformação, abrindo, diante daquele antigo edifício, um vasto e espaçoso largo; a construção da rua Conde d'Eu, hoje General Glycerio, de 982 metros de extensão e 13 de largura e os melhoramentos notáveis das ruas do Pary e do Gazometro e do extenso aterrado deste nome, com 2.000 metros de comprimento e 12 ditos de largura, pondo-o em comunicação com o centro da cidade (MARTINS, 2003, p. 96-97).

De acordo com Janice Theodoro da Silva, no início do século XIX, os lotes eram ocupados de uma maneira desordenada, de modo que o

futuro morador podia construir a casa onde achasse conveniente. A circulação geral definia as ruas, que eram tortas, com as casas em desalinho, sendo frequentes as polêmicas em torno da existência ou não de uma rua ou beco. A Câmara, na medida em que se propôs a definir uma área urbana, tentará alterar a sua conduta inicial, mandando murar com taipa os alinhamentos das ruas, demarcando e retificando seus traçados iniciais.

3 *Idem*, 1954.

Estas alterações denotam uma relação entre estética e movimento da cidade, que podem ser pensadas a partir das memórias de Alfredo Moreira Pinto, estudante de Direito em 1900 que, após três décadas afastado da cidade, viu uma São Paulo bastante modificada: “o Braz, a Mooca e Pary eram então insignificantes povoados com algumas casas de sapê, que a medo erguiam-se no meio de espessos mattagaes” (SILVA, 1984, p. 130).

Fazendo parte desta modificação, muitos imigrantes que chegaram na cidade no início do século XX eram levados para as fazendas de café do interior do Estado. No entanto, nem todos se adaptavam àquela realidade, fazendo com que muitos deixassem o campo e se dirigissem para a cidade, no intuito de procurar emprego e moradia nas vizinhanças das linhas das estradas de ferro. Entretanto, é importante salientar que também houve levas de imigrantes que já vieram trabalhar em funções comerciais urbanas sem passar pelo campo (GERAISSATI, 2016), em bairros como o Brás, Pari, Bom Retiro, Mooca e Belenzinho, por exemplo. O complexo fabril ferroviário, embora trouxesse valorização à região, também trazia problemas de circulação, abastecimento e adequação da população, moldando a utilização do espaço urbano entre aqueles que moravam em regiões privilegiadas e os que suportavam as difíceis condições oferecidas pela vida urbana moderna⁴.

A cidade de São Paulo tinha seu perímetro principal concentrado nas proximidades da região do Triângulo⁵. Novas políticas públicas previram a retificação dos rios, dado o processo de ocu-

4 A base dos estudos sobre este período vem das pesquisas de graduação - “Parque Antarctica: um patrimônio de lazer na cidade de São Paulo no início do século XX” (Graduação em História, UNIFESP, 2014) - seguido do Mestrado - “Cidade e cerveja: a Companhia Antarctica Paulista e urbanização em São Paulo” (Mestrado em Urbanismo, PUC Campinas, 2017), circunscrevendo, assim, um recorte historiográfico de interesse e investigação, sobre a cidade de São Paulo na passagem do século XIX para o XX.

5 O Triângulo do Centro de São Paulo é conformado pelas ruas de XV de novembro, São Bento e Rua Direita, desde o período colonial, e é definido na historiografia por autores como Benedito Lima de Toledo, 2004.

pação das várzeas, entre os anos de 1880-90, conforme percebemos nas palavras de Maria Cristina da Silva Leme,

os primeiros planos de retificação do Tietê são de fins do século 19, motivados pelo agravamento das condições de saneamento de suas várzeas, bem como pela situação crítica provocada por suas enchentes periódicas. Em 1887, estudos realizados quatro anos antes pelo barão de Guarajá propondo a retificação conjunta dos rios Tietê e Tamanduateí são refeitos sob orientação do engenheiro Bianchi Bertoldi. Resulta o primeiro projeto de retificação do Tietê, o do Visconde de Parnaíba, então presidente da província (LEME, 1999, p. 267).

O TREM QUE TRAZ MUDANÇAS E O RIO QUE PERMANECE

O desenvolvimento do bairro do Pari, no último quartel do século XIX, colocado entre as várzeas dos rios Tamanduateí e Tietê, se deu pela forte presença de olarias (SALLA, 2014) que ocupavam as margens para extrair o barro necessário para a produção de tijolos e outros produtos. O bairro também chegou a ocupar a posição de zona de abastecimento de secos e molhados, sendo entrecortado por linhas de bonde, incluindo aquelas que atravessariam o rio, como o trem que ia em direção ao Jaçanã, zona norte da capital (GERODETTI, 2005). Esse entrecruzamento das linhas tornava o bairro de fácil alcance para seus habitantes e para a produção de moradias de baixo valor monetário. Sobre a questão habitacional, cabe aqui uma leitura acerca dos trabalhos produzidos pela Escola de Sociologia e Política, além da Escola de Chicago, entre outros.

Voltando aos primórdios da industrialização em São Paulo, já no final do século XIX um relatório da Câmara Municipal apontava seis tipos de cortiço. Não obstante a predominância de cortiços em áreas de concentração de trabalhadores — Brás, Mooca, Bom Retiro, Bexiga, Pari,

Liberdade —, eles também eram encontrados nas proximidades dos bairros e ruas de grupos endinheirados, como Higienópolis ou avenida Paulista. Um exemplo dessa proximidade é o bairro de Santa Efigênia, onde no final do século XIX existiam sessenta cortiços situados a cerca de trezentos metros dos então nobres Campos Elíseos: “mesmo nos arrabaldes mais ricos e luxuosos, encontram-se casas com quatro ou mais famílias” (Folha do Braz, 12/11/1899) (KOWARICK, 2013, p. 50).

Em 1887, após uma suntuosa enchente do rio Tamanduateí, essa região sofreu contratempos que levariam às discussões de saneamento das várzeas e retificação do rio. Embora há tempos as águas que sempre entrecortaram a cidade chegassem a esses bairros, essa foi uma das vezes que de fato a população padeceu com a inundação dos rios e, estando o Pari localizado entre duas várzeas, foi uma das zonas mais atingidas e prejudicadas, o que viria a se repetir na ocasião da enchente de 1929, quando os jornais informavam sobre a remoção intensa da população do bairro com botes por conta da cheia e das interrupções nas linhas de trem e bonde que cortavam o local. Neste período de intensa urbanização e especulação imobiliária, vemos uma mudança de nomenclatura e de postura. Passa-se da ideia de cheia, como algo “natural” e intermitente, para “inundação”, ou seja, a água invadiu a terra que outrora era dela, mas que recebeu nova propriedade após a ocupação das várzeas (SANTOS, 2011).

Passado o acontecido com a enchente de 1887, o engenheiro politécnico Luiz Bianchi Bertoldi⁶ escreveu um relatório enumerando a grandiosidade deste evento, com destaque para a antiga Ponte Pequena, que ligava o centro e o bairro, que ficava “do outro lado do rio”. Este relatório é anterior àquele redigido por Theodoro Sampaio sob coordenação de Paula Souza, intitulado “Comissão do Saneamento das Varseas São Paulo” (1890-1891) e que dá início à retifica-

6 Relatório sobre as observações efetuadas com o movimento das águas no vale dos rios Tamanduateí e Tietê durante a inundação de 1887, de Luiz Bianchi Bertoldi, Engenheiro das Obras Públicas. Manuscrito (Museu do Instituto Geológico). São Paulo, 1887, p. 15.

ção do rio Tamanduateí, com a implantação parcial do projeto Carlos Bresser, em 1894 (MOUSSA, 2006). De acordo com o relatório de Bertoldi:

Apesar porém de ter reconhecido de ser economicamente impossível de systemar o alivio [?] do rio Tieté de maneira a impedir as innundações no seu percurso geral, essa dificuldade pode ser suprimida no trecho da varzea correspondente com a Capital, uma vez que adopte o mesmo systema que foi atrás indicado para o saneamento da varzea do Tamanduatehy. Com o andar dos annos se assim permittirem as condições financeiras da provincia e for reclamado pela necessidade da aquisição de maior area para o desenvolvimento urbano, será facil salvar das enchentes a zona ribeirinha mais importante, canalizando o rio Tieté e levantando o terreno marginal até o nivel da ponte grande no aterrado de Sant'Anna. E isso será sufficiente effectuar na varzea do Pary e n'aquella do Bom Retiro.

A água do rio não cedia, o que acarretou na interrupção das linhas de bondes, mantendo o local isolado e obrigando a cruz vermelha e outras entidades a remover os moradores com canoas e batelões. Uma reportagem do Jornal *Correio Paulistano*, em 06 de janeiro de 1887, mostra como as constantes chuvas já eram deveras periclitantes naquele tempo:

Desde o meio-dia de ante-hontem até as 6 da tarde de hontem deixou de cahir sobre a cidade a pezada e constante chuva de que demos circumstanciada noticia, consignando, ao mesmo tempo, as alterações causadas no trafego das ferrovias, na comunicações postaes e, bem assim, os avultados prejuízos resultantes as habitações circunvizinhas da cidade e incommodos soffridos pelos moradores.

Ao escrevermos a ultima noticia sobre o trasbordamento dos rios Tamanduatehy e Tieté, dissemos que, no caso de continuarem as chuvas, sobretudo nas cabeceiras desses rios, era muito de receiar-se maior somma de damnos.

Ainda que tais localidades sofressem a ação direta das chuvas na época das cheias, Bruno afirmaria que

foram as estradas de ferro que valorizaram certas várzeas então desprezadas, fazendo com que suas terras se edificassem bairros operários que se integraram no corpo urbano. Para facilitar aliás ao comércio e à indústria da cidade os seus serviços de importação e exportação chegou a haver em São Paulo, em 1895, uma “alfândega sêca”, entre os bairros do Brás e do Pari. Uma espécie de prolongamento da de Santos. De que resta o nome, dado a uma rua (BRUNO, 1984, p. 1062).

É nesta região, cujo recorte temporal pretende se ater entre fins do Império e início da República, que aqui mantemos nosso olhar, contribuindo para uma melhor compreensão das ações de transformação na história da cidade, por meio da participação do complexo de armazéns e pátio dentro deste processo.

A justificativa desta pesquisa de doutorado tem como base fundamental a forma com a qual a idealização do espaço urbano e de seu planejamento se deu em função da participação de sujeitos ligados à São Paulo *Railway*, como James Brunlees, Daniel Makinson Fox e Adolfo Augusto Pinto e seu envolvimento em questões diretas às políticas públicas referentes aos processos de ocupação das várzeas da cidade, região em que se localiza o complexo de armazéns.

A toponímia do bairro revela sua característica mais pujante, outrora perdida em função das alterações urbanísticas ocorridas antes mesmo da retificação do rio Tamanduateí. Seu significado fora exemplificado pelo *Almanaque Folha*, nas linhas abaixo

Pode-se dizer que o bairro do Pari foi estabelecido como um pequeno povoado de índios, portugueses e mamelucos entre os rios Tamanduateí e Tietê no final do século XVI, segundo fonte História dos Bairros Paulistanos. Devido à presença do rio, o povoado era composto por pescadores. O Pari representou uma localidade importante por conta da alimentação dos moradores, resultado da pesca. O que caracterizou seu nome foi a armadilha chamada “pari”, que consistia em uma cerca de taquara ou de cipó estendida entre as margens do rio, como uma res-

posta alternativa ao envenenamento costumeiro dos colonizadores europeus para a pesca predatória. O veneno causava danos ao rio e, em 1591, o governo local proibiu a técnica, com pena de quinhentos réis, no Tamandateí, segundo a mesma fonte. O fato deu nome ao bairro e, em registro oficial feito em 1765, um recenseamento mostrava que em Pari havia 14 casas onde moravam 72 pessoas. Ali, vestidas com saias curtas, descalças, com xale pequeno ou baeta azul, as vendedoras eram quase sempre do Pari. As vendas no local duraram até a inauguração do Mercado Municipal, em 1867, na rua da 25 de Março.

Na região do Pari, a partir de 1870, com a chegada da ferrovia inglesa à São Paulo, as mudanças urbanísticas foram surgindo à reboque, sendo que,

os engenheiros ferroviários procuraram assentar os trilhos sobre os terrenos mais enxutos, pertencentes aos terraços fluviais, evitando os terrenos aluviais alagadiços e inconsistentes do Tamandateí. Através dessas medidas, favoreceram de pronto a criação de um novo bairro para a florescente cidade dos fins de século. Pouco depois, em áreas contíguas da Estação do Norte (Roosevelt), expandiram-se os bairros da Mooca, Belenzinho e Pari, recobrimdo todos os tratos de terraços mais enxutos e tendendo a englobar as baixas colinas pliocênicas do Belém. Entre os fins do século passado e a primeira metade do século atual, a industrialização e sua expansão, ao longo das ferrovias e dos terrenos vagos desses bairros mais modestos, facilitou a extensão da urbanização por enormes áreas, redundando na “conurbação” extensiva de todos os antigos núcleos que pontilhavam o caminho do Rio de Janeiro, desde o Brás até a Penha e circunvizinhanças (AZEVEDO, 1958, p. 208).

Para fins comerciais e industriais, do comércio e da indústria local, uma alfândega foi estabelecida entre o Brás e Pari como extensão do entreposto de Santos, instalação feita entre 1885 e 1890. O Pátio do Pari, datado de 1891, servia como estacionamento de vagões, depósito de mercadorias e ponto de carga e descarga, ligado à São Paulo

Railway. Mas já devido aos alagamentos, em 1908, a várzea do rio começou a ser amplamente modificada. Este pátio era um dos maiores pátios ferroviários existentes na época e atendia à enorme necessidade de locais de armazenamento e carga e descarga, contribuindo para o desenvolvimento comercial do seu entorno. Desativado nos anos 1990 com a privatização do transporte ferroviário de carga, tornou-se um espaço ocioso e subutilizado. Contudo, no início do século passado, o poder municipal já expressava uma preocupação acerca da regulamentação urbana e “questões relativas aos mercados, ao abastecimento de gêneros e a salubridade também estavam com frequência na pauta das discussões da edilidade, na listagem das obras contratadas, nos regulamentos de atividades profissionais e na discussão da imprensa paulistana” (CERASOLI, 2004, p. 51-52).

Pensando em termos de ocupação urbana daquela região, a retificação fluvial gerou uma nova tipologia urbana daquela localidade. Embora área alagadiça, foi decisiva para o transporte da zona cerealista por conta da existência da ferrovia São Paulo Railway, que fazia o trajeto desde 1867 de Santos a Jundiaí, tendo como eixo condutor as margens do rio Tamanduateí, conforme aponta Amer Nagib Moussa, em seu artigo “O rio Tamanduateí e o desenho urbano”.

Há de se pensar neste processo de retificação do rio e suas posteriores intercorrências. Se por um lado havia o discurso por parte do poder público que via na retificação uma solução para as mazelas da cidade, nas palavras de Ernani Bruno é possível perceber uma outra faceta deste processo, quando ele nos diz que

no primeiro quartel do século dezenove instituiu-se a vacinação dos habitantes e pareceram dominados — pelo menos temporariamente — os surtos de bexigas, mas um fator novo de insalubridade surgiu desafiando o poder municipal: aquele representado pelos pântanos e pelas águas estagnadas da várzea do Tamanduateí que se for-

maram em consequência do desvio do leito primitivo do rio por pessoas gananciosas (BRUNO, 1991, p. 330).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro do Pari, tendo o foco de análise em seu Pátio ferroviário, invoca um estudo de sua biografia para então compreender a organização da própria cidade. Partindo de características como sua instalação em um bairro alagadiço, mas habitável, de comércio, de circulação, entre outros aspectos, o presente artigo pretendeu pensar como sua localização geográfica, as transações comerciais e os agentes envolvidos, acabaram por transformar e ressignificar aquela região do bairro.

A presente pesquisa decorrente deste estudo propõe, portanto, prevalecer-se da reflexão sobre as práticas discursivas e iconográficas presentes no pensamento das políticas públicas e dos projetos urbanísticos, constituindo a história das intervenções e suas consequências nesta região urbana da cidade de São Paulo.

Conforme visto nestas linhas gerais, uma particularidade fundamental que marcou definitivamente a região central da capital foi a retificação dos rios Tamanduateí e Tietê. Neste contexto, o Pátio do Pari, localizado nas proximidades da área central, obra do engenheiro Adolpho Augusto Pinto enquanto funcionário da Estrada de Ferro Santos Jundiá, a São Paulo *Railway*, é tema desta pesquisa, pois, baseando-se em sua criação em meados do século XIX, pretendemos demonstrar, ao longo da tese de doutoramento em andamento, como o complexo ferroviário se inseriu neste contexto, além da circulação de bens alimentícios e outras mercadorias, na dimensão de uma cidade em constantes alterações urbanas como a São Paulo do período em questão.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE FOLHA. Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/bairros_pari.htm. Acesso em: 14 out. 2020.

AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo — Estudos de Geografia Urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, volume I.

BERTOLDI, Luiz Bianchi. **Relatório sobre as observações efetuadas com o movimento das águas no vale dos rios Tamanduateí e Tietê durante a inundação de 1887**. Engenheiro das Obras Públicas. Manuscrito (Museu do Instituto Geológico). São Paulo, 1887, p. 15.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo, v. III. Metrôpole do café (1872-1918)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984, 3..ed.

CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no Plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. Tese de Doutorado. IFCH Unicamp, Campinas, 2004.

CÓDIGO ARTHUR SABOYA, 1929 - Capítulo I Art. 7º. Disponível em https://leismunicipais.com.br/SP/SÃO_PAULO/LEI-3427-1929-SAO-PAULO-SP.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

GERAISSATI, Renata. **Um artifice na urbanização paulistana: Rizkallah Jorge Tahan (1895- 1949)**. Dissertação de Mestrado. UNIFESP, 2016.

GERODETTI, João Emilio. CORNEJO, Carlos. **As ferrovias do Brasil nos Cartões Postais e Álbuns de Lembranças**. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2005.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.) **Urbanismo no Brasil — 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

KOWARICK, Lúcio. **Cortiços — A humilhação e a subalternidade**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2, novembro 2013, p. 50.

MARTINS, Antonio Egydio. **S. Paulo antigo (1554 a 1910)**. Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves & C.; São Paulo: Typ. do Diario Official, 1911-12. 2 v.: 161, ii p. ; iv, 215, [3], iv p. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrossp&pagfis=25686>. Acesso em: 14 out. 2020.

MOUSSA, Ager Nagib. **O Rio Tamanduateí e o desenho urbano**. Disponível em http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0272/6t-alun/2005/m4-moussa/index.html. Acesso em: 11 jul. 2006.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Edição de 07 de dezembro de 1893**. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PINTO, Alfredo Moreira. **A cidade de São Paulo em 1900**. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrossp&pagfis=8261>. Acesso em: 14 out. 2020.

SALLA, Natália Maria. **Produzir para construir: a indústria cerâmica paulistana no período da primeira república (1889-1930)**. Dissertação de Mestrado, FFLCH USP, São Paulo, 2014.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas — salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo (1875-1930)**. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

SILVA, Janice Theodoro da. **São Paulo 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial**. São Paulo: Moderna, 1984.

Técnica e percepção no sistema de iluminação a gás (Fortaleza, século XIX)

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho¹

No início do período republicano veio a lume um estudo sistemático sobre traços da formação histórica e da situação contemporânea da capital do Ceará. Para a composição deste trabalho o historiador e jornalista Antonio Bezerra de Menezes documentou e coligiu informações relacionadas a diferentes dimensões da vida urbana — ruas e praças, templos religiosos, instituições oficiais, estabelecimentos de ensino, prédios públicos, meios de comunicação e transporte, órgãos de imprensa, sociedades profissionais, agremiações intelectuais, fábricas e oficinas, locais de entretenimento. Publicada em 1895 na *Revista do Instituto do Ceará*, a “Descrição da cidade da Fortaleza”, por sua precisão e abrangência, chegou a ser considerada o mais importante texto até então dedicado à expressão da fisionomia daquele núcleo urbano, alçando-se como referência primacial para os interessados em sua crônica histórica (GIRÃO, 1992, p. 32; GIRÃO, 2000, p. 32). Ao tratar da iluminação da capital, o autor registrou:

Conta 1607 combustores, e é sem duvida a iluminação nesse gênero a mais elegante no país, já pelos combus-

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História — Universidade Federal do Ceará (UFC).

tores, todos fincados no solo à beira dos passeios, com mangas de vidro pequenas, simples, em forma de campânula, já pela proximidade entre os mesmos, correspondendo a intensidade de luz de cada um a foco de 10 velas estearinas (MENEZES, 1895, p. 149-150).

Realmente Fortaleza pertenceu a um grupo restrito de cidades brasileiras dotadas da luz de gás no fim do século XIX, o qual incluía Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís, Belém, São Paulo, Porto Alegre, Santos, Campinas, Petrópolis, Campos e Rio Grande (TELLES, 1994, p. 370). Todavia, a retratação feita por Antonio Bezerra sugere uma condição mais lisonjeira do que se poderia apreender na leitura de certos jornais e documentos oficiais que, desde o Império, fizeram referência àquele sistema. Afinal, o próprio encaminhamento dado em 1864 à contratação do serviço de iluminação a gás para a cidade não foi isento de controvérsia. O jornal *O Cearense* (19 jan. 1864, p. 1) — órgão do Partido Liberal na província, à época opositor ao governo — acusou de fraudulento o trâmite de votação do referido projeto na Assembleia, por haver na sessão número insuficiente de deputados. E no mesmo ano o presidente subsequente ao que sancionou essa lei, em fala ao Legislativo, após sumariar os tópicos mais relevantes do futuro fornecimento de luz, aduzia: “Há quem se ofereça para tomar a si a empresa da iluminação da capital, com condições mais vantajosas, aos cofres públicos, do que as estipuladas no contrato de que acabo de dar-vos notícia”. E então ponderava: “Mas infelizmente aquele contrato está de todo feito e acabado, só resta agora ao governo vigiar a sua execução” (*Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província*, 1864, p. 37). Uma proposta concorrente, e a mais baixo preço, fora recusada, o que deu ensejo a esse comentário.

Mesmo antes da assinatura do contrato de iluminação, algumas vozes punham em causa, se não o relevo, ao menos a viabilidade orçamentária daquele serviço. No relatório com que abria os trabalhos

da Assembleia provincial em 1862, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior afirmou a importância de se iluminar a capital, em vista de sua projeção demográfica e econômica, sem contudo deixar de expor aos parlamentares o que lhe parecia pertinente: “A questão, cuja solução deixo ao vosso critério, é saber se as nossas circunstâncias financeiras comportam a despesa com tal melhoramento, e se não há outros que devam ser por ora preferidos” (Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província, 1863, p. 30). A semelhante questionamento outros não hesitaram em pronunciar sua divergência, insistindo no primado do investimento público em obras (estradas e pontes) que favorecessem a articulação da capital com as principais zonas agrícolas e pastoris da província e na construção de reservatórios (açudes) para resguardo em períodos de seca. Diante de tantas demandas a atender, frisava-se: “antes de tudo convém prover o necessário, para depois cuidar-se do útil e do agradável” (Jornal O Cearense, 22 nov. 1864, p. 3). Conforme essa gradação austera, às iniciativas que redundassem em maior geração ou circulação de riqueza deveria ser dada precedência; o deleite oferecido por belas edificações, praças e jardins bem cuidados, teatro e luz de gás teria de esperar. Recusas a esse ponto de vista eram identificadas a escolhas equívocas: ou a pretensão injusta de concentrar na capital um benefício à custa dos tributos pagos pela população de toda a província, ou o apego a uma lógica invertida — “Seria muito belo que o Ceará pudesse gozar de todas as comodidades das grandes cidades, de todos os recreios e confortos, que tem introduzido a civilização; mas ninguém dirá que devemos começar por onde os outros acabam” (Jornal O Cearense, 19 jan. 1864, p. 1).

Não demorou para que a perspectiva de um moderno sistema de iluminação sobrepujasse a resistência de seus adversários. Assinado o respectivo contrato em janeiro de 1864 e tendo as obras início em dezembro de 1866, no mês de setembro do ano seguinte se deu a inauguração oficial daquele serviço (Studart, 2001, p. 195-196). Os contratantes haviam transferido o privilégio a

uma companhia inglesa, incorporada em 1865 para essa finalidade. Assim, quando Antonio Bezerra redigiu seu trabalho, a Ceará Gas Company atuava em Fortaleza há quase três décadas e, ao que parece, só lentamente foi provocando menor descontentamento da população. Em 1868 estavam implantados 700 combustores (*Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província*, 1868, p. 31). Improvável qualquer aumento significativo desses focos na década seguinte, especialmente por conta do forte impacto da seca de 1877-1879 na economia provincial. Nessa medida, é plausível que a maioria dos bicos de gás em funcionamento no princípio da quadra republicana houvesse sido instalada a partir de 1880, dada a existência, aludida pelo historiador Geraldo Nobre (1981, p. 82), de dificuldades técnicas no assentamento dos canos por conta do traçado e do nivelamento de algumas ruas.

Em que pese a morosidade na expansão da rede de iluminação, era comum, sobretudo entre os grupos letrados da época, a identificação da luz de gás com um poderoso sinal de avanço material e prestígio urbano, pois esse recurso tecnológico já integrava o cotidiano de grandes centros da Europa e das principais cidades do Império (Rio de Janeiro, Recife e Salvador). Também não faltou referência direta a certos incrementos — a nova iluminação, o encanamento de água e o emprego da máquina a vapor — cuja presença salientava a imagem de “uma cidade que pelos seus esforços vai conquistando os foros de civilizada” (*Jornal do Ceará*, 14 jun. 1868, p. 2). No entanto, alguns habitantes com acesso à palavra impressa também deixaram registros de sua precoce insatisfação com a qualidade do serviço prestado pela Ceará Gas Company Ltd. Na imprensa é possível encontrar diferentes reclamos, ou até denúncias, que tinham por objeto a concessionária britânica. Embora o contrato assinado com o governo provincial exigisse o cumprimento de um determinado nível de intensidade luminosa nos combustores, logo apareceram críticas a respeito: “Desde que se principiou a iluminar a cidade a gás que se clama contra

o desleixo da companhia. A iluminação é péssima, e não há esperança de que melhore. A luz que dão os bicos de gás pouca diferença tem da do azeite ou da carnaúba!” (Jornal *O Cearense*, 10 maio 1868, p. 1). Noutra âmbito, um edital da Câmara municipal, divulgado “para que não continuem os abusos”, inteirava aos gerentes das empresas de gás e de água que não poderiam abrir o calçamento em qualquer trecho da cidade, salvo após obtenção de uma licença cuja concessão dependia do pagamento do tributo respectivo (Jornal *A Constituição*, 31 mar. 1870, p. 3). Aqui se manifesta uma zona de atrito entre a concessionária e as autoridades, sugerindo a dificuldade em manter sob estrita observância da lei os agentes privados modeladores do espaço urbano. Também não faltavam queixas contra a baixa luminosidade, a qual denotava redução nas despesas da companhia britânica em prejuízo dos cofres da província. Uma folha fez eco à exigência de melhoria do serviço contratado: “É péssima a iluminação, e em um dos dias passados era ela de sorte, que se poderia dizer sem errar: *O gás virou lamparina*” (Jornal *da Fortaleza*, 29 mar. 1870, p. 2). Pouco mais de um ano após o início regular de seu funcionamento, o novo sistema apresentava problemas recorrentes que levaram o engenheiro fiscal a aplicar à empresa multas em vista da qualidade ruim de 142 combustores e do apagamento de quatro deles (Jornal *O Cearense*, 11 dez. 1868, p. 2). Esta constituiu apenas uma de repetidas sanções a um serviço executado de maneira deficiente.

No caso do Brasil e de outros países sul-americanos, a história da iluminação a gás é parte de um processo mais amplo e diversificado: o da expansão e penetração do capital, das empresas e dos produtos sobretudo britânicos nos mercados nacionais. Com vistas ao atendimento da necessidade capitalista de reinversão dos lucros no financiamento de setores potencialmente atrativos, recursos privados foram crescentemente aplicados, desde meados dos oitocentos, na abertura de estabelecimentos especializados (bancos, firmas de seguros, casas comerciais), na criação ou aprimoramento

da infraestrutura das principais cidades (abastecimento de água, canalização de esgotos, pavimentação de ruas, aparelhamento de portos, implantação de bondes, produção e fornecimento de gás e, posteriormente, eletricidade) e na composição de uma rede ferroviária e de comunicações para mais rápido escoamento de gêneros primários exportáveis destinados ao mercado mundial (DECCA, 2000; HOBBSAWM, 1992; SAES, 2002). Em compasso com essa dilatação de raio da economia capitalista, verificou-se uma notável ampliação dos investimentos britânicos na América Latina durante a segunda metade do século XIX e alvares do seguinte, saltando de 179 milhões de libras em 1880 para 999,3 milhões de libras em 1913. Desse montante, a fração destinada ao Brasil conheceu elevação relativa ainda maior, multiplicada por mais de cinco vezes, passando de 38,8 para 223,9 milhões de libras. No bojo da exportação de capitais, equipamentos e bens de consumo britânicos se inseriu o aparecimento de empresas dedicadas à prestação de serviços públicos que gradativamente concorreriam para alterar a paisagem das maiores cidades do país, como também certos hábitos de sua população. Assim, em 1876 companhias de gás pertencentes a ingleses estavam em operação no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belém, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre. No fim dos oitocentos havia, no setor de utilidades públicas em diferentes partes do Brasil, doze firmas com expressiva participação britânica e capital nominal de 3,3 milhões de libras; em 1927 elas eram 33 e totalizavam 94,7 milhões de libras (GRAHAM, 1973). Diante desse quadro não surpreendia que a Ceará Gas Company — à qual o governo provincial autorizou a transferência do contrato de iluminação inicialmente firmado com dois homens de negócios — houvesse sido organizada em 1865 em Londres, a partir da reunião de investidores ingleses. O melhoramento que em poucos anos incidiria sobre a capital cearense dificilmente pode ser compreendido fora da teia difusa e articulada de crescentes fluxos britânicos de maquinaria, matérias-primas, serviços bancários, transporte marítimo e

aplicações financeiras, dirigidos ao exterior e submetidos ao imperativo de reprodução do capital.

Em referência aos investimentos britânicos em serviços urbanos, o historiador Richard Graham (1973, p. 129) comentou: “parece mais razoável dizer-se que a significação real destas empresas era simplesmente a maneira que permitia às cidades brasileiras uma aparência aproximada dos modelos europeus”. Trata-se de uma observação pertinente, dado que, nas primeiras décadas do século XX, um dos sentidos predominantes da palavra “moderno” consistia na associação simbólica às metrópoles cosmopolitas dos países setentrionais (SEVCENKO, 1998). Todavia, vale considerar outras implicações da criação de sistemas técnicos no espaço urbano. Tal processo não significava uma estrita transferência de conhecimentos e aparatos destinados à solução de problemas práticos, nem se resumia a uma aspiração de espelhamento das capitais materialmente avançadas. Afinal, a implantação e o funcionamento de uma nova estrutura eram acompanhados da coexistência e, não raro, rivalidade com processos e artefatos até então largamente utilizados. Nessa perspectiva, a presença de outros recursos para obtenção de luz permite ao pesquisador uma visada mais sutil em torno das formulações narrativas do passado. Por exemplo: tão relevantes quanto os motivos de reclamo contra a Ceará Gas eram os termos nos quais eles vinham expressos; não são poucas as notas na imprensa, a exemplo das aqui citadas, em que se compara o novo sistema ao azeite, à carnaúba, à lamparina. Em vez de alusões ou paralelos genéricos, tratava-se de estabelecer o cotejo concreto com modos de iluminação já conhecidos, fornecendo aos leitores subsídios para uma experiência sensorial partilhada. Dessas fontes outras de luz não se sabia apenas por ouvir falar; ao contrário, elas integravam o cotidiano da população, embora não fossem igualmente acessíveis. Ao se valer da remissão a objetos e materiais tradicionais, as colunas e queixas dos jornais apontavam para uma expectativa (muitas vezes

não cumprida) do maior brilho prometido pelo gás. Dessa maneira, a fama generalizada de que gozava tal iluminação se via confrontada com uma performance inferior a seu potencial técnico. Eis por que, ao lidar com aspectos de uma história do gás na cidade, interessa trabalhar sua relação com outros combustíveis.

Com a iluminação a gás, algumas características do mundo industrial se estenderam mais nitidamente sobre o cotidiano de Fortaleza. A mais saliente delas implicou o recuo ou a substituição tendencial de materiais e fontes naturais de energia (como a madeira, a água, o vento, a tração animal) por congêneres de procedência mineral ou sintética (SCHIVELBUSCH, 1986). Uma vez que o combustível para iluminar ruas e praças era extraído do carvão de pedra, foi necessário construir uma usina destinada a esse processamento (dotada de fornos, retortas e purificadores), erguer um grande reservatório para armazenagem do produto e montar uma rede de distribuição que fizesse fluir o gás até os combustores (TELLES, 1994). Esse conjunto de operações dependia da organização de uma empresa capaz de reunir pessoal especializado e de captar investidores para o financiamento da custosa infraestrutura. Dado o vulto, centralização e complexidade desse tipo de empreendimento, sua concessão envolvia o monopólio do serviço pela contratante, cuja atuação passava a afetar o cotidiano de milhares de pessoas. Por conseguinte, esse novo fornecimento de luz guardava afinidade com outras tecnologias urbanas (como o abastecimento de água canalizada e o transporte coletivo por bondes a tração animal) que, ao longo da segunda metade do século XIX, alteraram as condições de vida dos habitantes da capital cearense e inscreveram o impacto abrangente de determinadas companhias na paisagem da cidade.

O historiador Lewis Mumford propôs uma interpretação de longa duração na qual dividia o conjunto das técnicas em duas modalidades coexistentes: a democrática, marcada pelo processo

de produção em pequena escala, sob direção ativa dos homens (mesmo quando fazia emprego de máquinas), com larga difusão e demandas de pouca monta, sem utilização acentuada das potencialidades da natureza; e a autoritária, apoiada em uma organização massiva dos fatores produtivos que, sob domínio político centralizado, mobilizava invenções e aparatos materiais para a realização de estruturas de padrão monumental. Se a vertente democrática da técnica prima pela afirmação da autonomia humana e certa capacidade de adaptação às circunstâncias do meio onde se implanta, o modelo técnico autoritário dirige seus esforços para a expansão do sistema que lhe sustenta a configuração hierarquizada, independentemente do custo social e ambiental envolvido. Mumford salienta que, em paralelo aos movimentos de desarticulação dos regimes aristocráticos desde o final do século XVIII no Ocidente, emergiu uma série de transformações na organização do trabalho que redundaram na restauração mais efetiva daquele sistema autoritário, como se os avanços no âmbito político sofressem uma contramarcha na seara tecnológica. Assim, as coerções impingidas à força de trabalho no período inicial da industrialização aproximavam, sob um viés de caráter militar, o operariado das fábricas e o contingente dos exércitos modernos (MUMFORD, 1964, p. 4). Nessas condições, a iluminação a gás, com suas exigências de concentração das atribuições operacionais, centralização do poder decisório e expansão do serviço, parece claramente pertencer ao espectro das técnicas autoritárias.

Embora o sistema a gás estivesse em operação na metrópole inglesa desde os anos 1810, foi a partir da década de 1830 que se espargiu por outras capitais europeias. No meado do século XIX um guia de Paris divulgava determinada classificação das cidades tendo por base o consumo de gás, tornado à época um sinal de modernidade (RONCAYOLO, 1999). Em vista disso, cifras do recenseamento de Londres na década de 1860, quando dadas à publicidade em jornais do período, não deixavam de registrar seu gigantismo

inaudito também em matéria de iluminação: numa impressionante concentração de 2.803.034 pessoas, distribuídas em 378 mil casas, as 12 mil ruas e becos eram servidos por 400 mil bicos de gás, resultando num consumo diário de 122 m³ (Jornal *A Constituição*, 17 abr. 1866, p. 2). A escala dos números parece sugerir a importância da luz artificial para as expectativas de segurança dos contemporâneos, notadamente em aglomerados de forte crescimento populacional e marcados pela intensificação do contato diário e fortuito entre indivíduos estranhos uns aos outros. Na medida em que foram se tornando experimentos cosmopolitas, atraindo para sua órbita contínuas levas de migrantes das mais variadas proveniências, as grandes cidades favoreceram, a um só tempo, a abertura de suas vias para o exterior e uma elevação difusa dos receios quanto à conduta de parte dos recém-chegados e dos desvalidos. Nesses termos, a visibilidade noturna franqueada pela nova luz se mostrava solidária aos anseios de ordenamento social e a tentativas de controle de insurgências urbanas (BRESCIANI, 1994).

A modernidade do gás está relacionada a fatores diversos. Um deles reside na qualidade da luz obtida, a qual, até o advento da lâmpada elétrica, era considerada superior à de todas as fontes conhecidas, no que concerne ao brilho, à uniformidade e à regulação da chama. Sua maior eficácia serviu ao estabelecimento de condições economicamente viáveis para estender, no interior das fábricas, o tempo de trabalho, emancipando-o dos limites naturais de incidência da luz solar (SCHIVELBUSCH, 1995). Correlatamente à dilatação do registro temporal para a produção, a iluminação a gás valorizou o espaço público, ao projetar seu brilho sobre praças, jardins, ruas e fachadas de edificações, desde então relativamente disponíveis à fruição noturna dos transeuntes (CASTRO, 1982). Além disso, o novo equipamento contribuiu para o gradual abrandamento da longa separação entre o ambiente de dentro, fechado sobre si mesmo, e o de fora, que era tão característica da

noite em lugares onde não se podia contar com focos luminosos (AKRICH; MÉADEL, 1999, p. 8).

Em que pese o papel central do carvão mineral para a iluminação a gás, em um país como o Brasil, dotado de abundante potencial florestal, foi a lenha durante longo período o combustível predominante nas atividades de produção e de serviços, como também no desempenho dos afazeres domésticos, a ponto de, em 1940, ainda responder por cerca de três quartos da energia empregada no território nacional (LEITE, 2007, p. 36). Antes da luz fornecida em bases industriais, o azeite de peixe alimentava lampiões que, em logradouros de alguns centros urbanos, dava sofrível combate à escuridão da noite. Outras fontes, de restrito alcance luminoso e maior portabilidade, abrangiam lamparinas abastecidas com óleo de mamona e velas de sebo, de cera de abelha, de espermacete, de cera de carnaúba, estearinas. Em todos esses artefatos era notório um elemento que rapidamente identificava sua serventia: o pavio ou a torcida de algodão, graduando a combustão da matéria iluminante ao longo de algumas horas. Essa convergência tradicional entre o fio torcido e a chama trouxe certo embaraço à implantação inicial do sistema de gás, pois, entre as reações despertadas pela divulgação daquela novidade, aflorou a incredulidade diante de uma luz que, conforme se dizia, dispensava o uso do pavio (*Licht an!*, [s.d.], p. 5). Com demonstrações sucessivas da viabilidade do novo princípio de iluminação, foi gradualmente arrefecendo parte da rejeição ao gás, cuja posterior disseminação contribuiu para prescindir da milenar presença do pavio como requisito à obtenção de um foco duradouro de luz. Todavia, a descrença que o gás chegou a provocar em homens e mulheres habituados a métodos cediços de iluminação permite refletir sobre a importância de saberes e rotinas consolidadas em face de tecnologias novas que, por sua dinâmica própria, tendem a desestabilizar, fragilizar, suspender ou mesmo abolir alguns traços persistentes do quadro perceptivo em dada época e lugar. Com a

chama sem pavio a inovação do gás desafiava os referenciais em voga, eventualmente dilatava as bordas da imaginação e requeria um aprendizado das vantagens e perigos desse sistema técnico.

O emprego do gás para devassar a escuridão gerou igualmente novos temores. Acima de tudo, sobressaíam o medo da explosão e o do envenenamento pela inalação do fluido combustível. Daí a inclinação precavida das autoridades que, diante desse e outros riscos envolvidos nas instalações de gás, faziam exigências claras aos detentores da concessão, uma delas referida em esboço de regulamento para tal serviço na capital cearense nos idos da década de 1860: “Art. 13º — Os empresários [da companhia do gás] darão aos particulares instruções formuladas pelos seus engenheiros e aprovadas pelo fiscal da iluminação relativamente às cautelas a tomar para a prevenção de qualquer acidente que possa provir da ignorância”.

Em especial, o teor inflamável do gás era uma ameaça constante pairando sobre o espírito dos usuários. Afinal, embora o gasômetro, pela própria grandeza de suas dimensões, se tornasse o alvo evidente das apreensões do público, o perigo abrangia toda a extensão da rede de distribuição, sempre sujeita ao escape do fluido. A tecnologia envolvida na produção e transmissão do gás configurou o início da iluminação em moldes industriais, o que desencadearia outrossim preocupações numa nova escala cujos focos, não por acaso, residiam nos dois esteios fundamentais da transformação sociotécnica subjacente à assim chamada Primeira Revolução Industrial: o vapor e o gás. Nesse processo, avanços e receios caminhavam juntos. “O vapor e o gás provocavam o mesmo medo no coração do século XIX. Esperava-se que caldeiras e gasômetros explodissem a qualquer momento” (SCHIVELBUSCH, 1995, p. 34 [tradução minha]).

A iluminação para fins particulares também envolveu um novo repertório de ações cotidianas. Um vestígio delas se encontra em cena de um texto ficcional do escritor Antonio Sales, intitulado “Álbum de estudos” e dado a lume no periódico da agremiação literária Padaria Espiritual:

Chegando a sua porta, abriu-a, riscou um fósforo, abriu o registro do gás e subiu a escada que dava para o sótão onde dormia.

Acendeu um bico de gás e despiu-se, recostando-se em seguida à janelinha quadrada onde não caberiam duas pessoas (Jornal *O Pão*, 1 dez. 1895, p. 2).

Nessa sequência de movimentos ordinários aparece a familiaridade gradativamente conquistada no trato com o gás. Entre as cautelas requeridas estava o fechamento do registro, ao se deixar um imóvel, para prevenir vazamentos ou acúmulos do fluido em recintos fechados. Daí porque, chegando a casa, o personagem acende um fósforo depois de aberta a porta e, fazendo recuar com essa pequena chama a escuridão circundante, aciona o registro para em seguida pôr a funcionar uma lâmpada de gás em seu dormitório.

Na sua “Descrição” Antonio Bezerra anotava que, por contrato de 1893 entre uma firma e a Câmara municipal, em breve a capital cearense disporia de iluminação elétrica para estabelecimentos particulares e residências (MENEZES, 1895, p. 150). Contudo, esse serviço só teria início vinte anos depois, quando em 1913 outra companhia britânica passou a fornecer eletricidade para consumo privado e a movimentação do novo sistema de bondes, que substituiu o congênera a tração animal (LEITE, 1996, p. 65). Entre as últimas décadas do século XIX e o começo do XX foram descobertas, aperfeiçoadas e produzidas em escala comercialmente rentável formas de iluminação que, também elas caudatárias do processo industrial, vieram impor crescente concorrência ao gás. Por um lado, o querosene — refinado do petróleo cuja presença em lojas da cidade remonta aos anos 1860 — propiciava uma luz de boa qualidade e a preços que conseguiriam disputar consumidores no mercado da Ceará Gas (NOBRE, 1981). Por outro, a eletricidade ganhou uma base de aplicação ampliada nos grandes centros urbanos desde 1882, quando começou a funcionar em Nova York a primeira usina geradora, a que se seguiram outras para suprimento da demanda em diversas capitais europeias. Além da luminosidade superior da lâmpada elétrica, os usuários não precisavam dedicar grande atenção a seu funcionamento nem sofriam

dos incômodos associados a outras fontes de luz, como a fuligem e o calor. Parte dessas vantagens se traduziu na rápida expansão do sistema elétrico: se em 1885 estavam em uso no mundo 250 mil lâmpadas, dezessete anos mais tarde esse número alcançava 18 milhões (YERGIN, 2010, p. 87). Assim, na virada para o século XX a diversificação dos recursos de iluminação significou, para o serviço do gás em Fortaleza, um convívio mais acirrado com potenciais energéticos que rivalizavam tanto pelo acesso aos consumidores quanto pela vinculação prestigiosa ao progresso tecnológico.

REFERÊNCIAS

AKRICH, Madeleine; MÉADEL, Cécile. Histoire des usages modernes. *In: Energie, l'heure des choix*. Paris: Les Editions du Cercle d'Art, 1999. [Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00082059>. Acesso em: 11 fev. 2011.]

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. *In: PECHMAN, Robert Moses (org.). Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia urbana fortalezense na Colônia e no Império e outros comentários. *In: FORTALEZA*. Prefeitura Municipal. **Fortaleza: a administração Lúcio Alcântara, março 1979 / maio 1982**. Fortaleza, 1982.

DECCA, Edgar de. O colonialismo como a glória do império. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). O século XX*. v. 1: O tempo das certezas: Da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. [1983]. Apresentação de Antônio Martins Filho. Ed. especial. Fortaleza: Casa de José de Alencar — UFC, 2000.

GIRÃO, Raimundo. Introdução. *In: MENEZES, Antonio Bezerra de. Descrição da cidade de Fortaleza*. [1895]. Fortaleza: Casa de José de Alencar — UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)**. Tradução de Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica de Maria Celia Paoli. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEITE, Antonio Dias. **A energia do Brasil**. [1997]. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LEITE, Ary Bezerra. **História da energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

Licht an! Wie das Licht elektrisch wurde. **Edição de Gabriela Kilian**. **Hannover**: Museum für Energiegeschichte(n), [s.d.]. Disponível em: <https://www.energiegeschichte.de/content/dam/revu-global/energiegeschichte/images/BilderNeu/UnserePublikationen/Sammelblaetter/Sammelblatt%20Licht%20an.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.

MENEZES, Antonio Bezerra de. Descrição da cidade da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 9, 1895. [1 CD-ROM].

MENEZES, Antonio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. [1895]. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Casa de José de Alencar — UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

MUMFORD, Lewis. Authoritarian and democratic technics. **Technology and Culture**, Baltimore, v. 5, n. 1, inverno 1964.

NOBRE, Geraldo. **Ceará: energia e progresso**. Apresentação de Eduardo Campos. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província — 1862: José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Fortaleza: Tipografia de B. de Mattos, 1863. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3117?from=000001&to=000069>. Acesso em: 9 mar. 2020.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província — 1864: Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva & Cia, 1864. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3119?from=000001&to=000127>. Acesso em: 9 mar. 2020.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província — 1868: Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Fortaleza: Tipografia Brasileira de J. Evangelista, 1868. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3125?from=000001&to=000046>. Acesso em: 9 mar. 2020.

RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. Tradução de Eveline Boutellier Kavakama. **Projeto História**, São Paulo, n. 18, 1999.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História econômica da Independência e do Império**. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Ed. USP; Imprensa Oficial, 2002.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Disenchanted night*: the industrialization of light in the nineteenth century. Tradução de Angela Davies. Berkeley; Los Angeles: The University of California Press, 1995.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. **The railway journey**: the industrialization of time and space in the 19th century. Berkeley: The University of California Press, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. *In*: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil** 3. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STUDART, Guilherme (barão). **Datas e fatos para a história do Ceará**. T. 2. [1896]. Apresentação de Frederico de Castro Neves. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil**. v. 1: séculos XVI a XIX. [1985]. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

YERGIN, Daniel. **O petróleo**: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. Tradução de Leila Marina U. Di Natale, Maria Cristina Guimarães e Maria Christina L. de Góes. Edição de Max Altman. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Centro Galaico del Pará Associativismo e imigração na cidade de Belém no início do século XX

Aline de Kassia Malcher Lima

INTRODUÇÃO

Dentre as dimensões que compõem o quadro geral da presença de imigrantes espanhóis no Pará a partir da última década do século XIX, uma das mais latentes e pouco estudadas é a formação de associações de imigrantes. O presente estudo trabalha o associativismo galego na cidade de Belém por meio da análise de documentos administrativos como os estatutos do Centro Galaico do Pará, livros de registros, periódicos entre outras fontes que compõem o acervo particular dos imigrantes e descendentes de imigrantes que contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa.

A partir da segunda metade da década de 1900, com o fim das colônias agrícolas e desventuras dos imigrantes espanhóis no Pará (MARTINEZ, 2003), desencadearam a diminuição do contingente dos mesmos na província paraense. Em 1900 o jornal paraense *A Republica* noticiava sob a epígrafe “Desastre Administrativo” a condição da colônia agrícola de Monte Alegre alegando que a mesma estava em péssimas condições (*A República*, 21/03/1900, p. 1).

O Inspetor de Imigração enviado pelo Conselho Superior de Emigração da Espanha a Belém em 1912, indicava que o fim das colônias

agrícolas esteve relacionado à falta de planejamento dos Governos locais e mesmo a falta de união entre os espanhóis. Segundo D. Leopoldo:

El gobierno tampoco tuvo acierto para conducir á feliz término uma empresa que debió acometer sintener la seguridad de disponer de antemano de todos los recursos necesarios, y muy particularmente de los económicos. Los colonos, por su parte, cometieron imperdonables torpezas que agravaron sus males; nunca unieron sus esfuerzos ni elevaron su pensamiento á la concepción de um interes común (D. LEOPOLDO..., 1916, p. 86).

Segundo o inspetor de imigração da Espanha, durante a década de 1890 foram introduzidos no Pará cerca de 15.000 imigrantes espanhóis, dos quais em 1912 não ultrapassavam o número de 3.000, sendo que a maior parte destes se encontrava na cidade de Belém (D. LEOPOLDO, 1916, p. 80-103). Nesse sentido, percebemos a experiência espanhola no Pará a partir da concentração dos imigrantes na cidade de Belém, que proporcionou na capital paraense o desenvolvimento de núcleos associativos de espanhóis.

A fundação da Sociedade Española de Socorros Mútuos,¹ que posteriormente se transformou na Union Española de Socorros Mútuos (UESM) em 1905 e no Centro Galaico del Pará (CG) em 1907, configuram a tentativa de construção de um ideal de comunidade espanhola em Belém, tais associações funcionaram até a segunda metade do século XX. Contudo, as diferentes diretrizes elaboradas nos estatutos das mesmas apontam para visões divergentes entre os próprios espanhóis.

Enquanto a UESM aceitava como sócios os descendentes de espanhóis, seus filhos e netos, estrangeiros naturalizados espanhóis, hispano-americanos, hebraicos “descendentes da raça espanhola”, filhos do arquipélago Filipino e estrangeiros casados com espanholas (Reglamento de la Sociedad Unión Española de Socorros Mutuos, 1918, p. 7).

1 O regulamento do Centro Galaico de 1925 em seu artigo 131 declara o Centro Galaico como sucessor da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, assim como nos livros de atas pode-se acompanhar tal transformação.

O CG segundo o regulamento de 1925 admitia entre suas cinco categorias de sócios apenas aqueles nascidos na região da Galícia, e posteriormente no regulamento de 1947 passou a aceitar os nascidos na Espanha, poderiam ser sócios ativos, ou seja, teriam direito efetivo ao voto nas deliberações da associação (Reglamento Del Centro Galaico en el Pará, 1946, p. 6-7). As diferenças entre tais associações perduraram durante todo o século XX, tanto que das tentativas de fusão das duas associações nenhuma logrou êxito (Recorte de Jornal sem identificação, 25/03/1971).

Leopold D'zouville descreveu o CG e a UESM como “pequenas colônias” (1916, p. 33). Aqui me deterei ao estatutos do CG, por apresentarem uma característica étnica muito forte, a de permitirem somente como sócios imigrantes oriundos da Galícia.

Os regulamentos encontrados são dos anos de 1925 e 1947. Identidade Galega é uma das muitas identidades étnicas que compõem o espaço da Espanha, sua língua própria, assim como um distanciamento cultural do resto da Espanha fortaleceram a ideia de uma associação fechada apenas para galegos. O regulamento de 1925 era composto por 133 artigos, identificando os objetivos, e ocupações da associação.

Em seu primeiro artigo eram definidos os seus objetivos:

Art. 1. O centro Galaico fundado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, em 16 de maio de 1907 se comporá de ilimitado número de sócios e tem por objeto o seguinte:

1º difundir entre os associados à instrução.

2º solenizar as festas memoráveis da Partia e da região galega e seus nobres filhos.

3º proporcionar a seus associados os socorros necessários em suas enfermidades e outros casos.

4º proteger seus associados contra toda classe de injustiças que contra eles se cometam.

5º proporcionar a seus sócios e suas famílias distrações e recreios conforme os princípios morais e bons costumes.²

Instrução, nacionalismo, socorros médicos entre outros e recreio social, foram as diretrizes básicas que permeavam o funcionamento do CG. Tal associação prestou muitos serviços aos membros da comunidade espanhola no Pará, seja em socorros médicos que envolviam consultas e acesso a medicamentos, mesmo “procurar dar ocupación a los desempleados”, assim como promover a instrução com a criação de uma escola, embora em 1926 não estivesse em funcionamento em virtude da falta de alunos.

Além da escola que naquele momento estaria desativada, também existiu a Biblioteca do CG, composta de mais de três mil títulos. Ao analisar o livro de donativos da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, que posteriormente serviu para lançar os donativos feitos ao CG, foi possível identificar a doação de 1.334 volumes de diversos títulos, entre revistas e livros, ao CG. Nesse sentido, é possível identificar as leituras efetuadas entre os membros do CG, ao menos o acesso dos membros da sociedade a circulação de informações e ideias por meio das obras espanholas.

Em relação as festas comemorativas encontram-se nos jornais de Belém anúncios de festejos promovidos pela associação. Em Belém o CG e a UESM celebraram o centenário da independência da Espanha:

Comemoraré festivamente a data de hoje, que marca o 1º centenário da independência da Espanha, a sociedade União Espanhola de Socorros Mútuos.

Realizar-se-á à noite, na sede da forte agremiação da colônia espanhola desta capital, uma reunião literária que se auspícia magnífica pelos elementos que se conjugam no programa. Será orador oficial do ato nosso confrade Dr. Elyseu Cesar, cuja palavra brilhante foi solicitada pelos promotores da festa para abrilhanta-la.

2 Reglamenteo Del Centro Galaico em El Pará”, 1946. Acervo Pessoal. O mesmo regulamento encontra-se na língua espanhola e aqui reproduzo minha tradução do mesmo.

Estão convidados para o patriótico serão os senhores cônsules da Espanha e da França, muitos cavalheiros, famílias, autoridades e imprensa (A Província do Pará, 02/05/1908, p. 2).

Em relação aos socorros médicos, nota-se uma efetiva atuação nesse sentido ao examinarmos os livros e diários do CG encontramos registros de pagamentos de consultas e gastos médicos. Atravessar o atlântico e se adaptar a um clima novo levou muitos espanhóis a terem de enfrentar as doenças e desgastes da viagem.

Em 1910 o cônsul espanhol no Pará, Rafael Seco, também falava sobre as condições de saúde dos espanhóis em função das endemias que então ocorriam na província paraense,

Mucho mayor sería su número si se realizase el saneamiento de esta ciudad (Belém) y Manaos, donde la fiebre amarilla es endémica. Ningún servicio patriótico sería más laudable y transcendental que remover las causas y combatir esa enfermedad, remora Del progreso de esta región.³

Contudo, o mesmo cônsul destacou o projeto de higienização que estava sendo desenvolvido pelo então governador da Província o Dr. Coelho que estava estabelecendo um contrato com Oswaldo Cruz: “Com ese fin ha celebrado un contrato com el eminente higienista brasileño Doctor Oswaldo Cruz, y los trabajos se llevarán á efecto en plazo breve” (Memorias diplomaticas y Consulares, 1909, p. 6-7).

O segundo artigo distinguiu os sócios do CG em seis categorias, ativos, passivos, honorários, distintos, beneméritos e redimidos. Apenas poderiam ser sócios ativos os espanhóis nascidos na Galícia, ter boa conduta e não ter doença crônica, serem maiores de 16 anos de idade e menores de 60 anos, estes teriam direito a voto nas deliberações da direção podem ser eleitos para cargos na direção. Para ser sócio passivo seriam aceitos os espanhóis não nascidos na Galícia,

3 Memorias Diplomaticas y Cosulares, e informaciones: Consulado de España em Pará — Memoria Comercial Correspondente ao ano de 1909. Ministerio de Estado/Centro de Información Comercial, nº 261, ano 1910. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha.

e outras nações que estiverem de acordo com as disposições já estabelecidas, estes teriam direito a voz e voto sendo negado apenas o direito a serem eleitos a cargos na direção.

O regulamento é dividido em “capítulos” o primeiro e o segundo artigo compõem o capítulo I. O capítulo II estabelecia a maneira como poderiam associar-se ao CG, no art. 11º está determinado que a pessoa que quiser se associar deveria solicitar de forma impressa encaminhada a direção declarando nome, idade, filiação, naturalidade, nação, província e “pueblo”, além de pagar 5\$000 da mensalidade, 5\$000 do diploma, 1\$000 pelo regulamento 1\$000 pelo distintivo social, no total seriam 12 mil reis.

O capítulo IV versa sobre os direitos dos sócios, todos os socorros determinados no regulamento, utilizar do acervo da sua biblioteca para sua instrução e recreio, os sócios que estiverem associados com no mínimo 15 anos e sem utilizar os socorros estabelecidos no regulamento poderão solicitar isenção permanente do pagamento da mensalidade.

Tratarei agora das disposições sobre as práticas associativas do Centro Galaico del Pará (CG). No capítulo X intitulado de “La Beneficiencia” estão as disposições sobre como funciona a beneficência, o CG se responsabilizaria por auxílios médicos, e farmacêuticos quando a moléstia fosse reconhecida como natural, uma passagem de 3º classe mais 100\$000 em moeda brasileira quando a moléstia for incurável ao clima local. Em caso de falecimento de um sócio a família pode solicitar ajuda para os custos do sepultamento, o artigo 105º delimita quais os limites de ajuda em relação ao tipo de doença ao mesmo tempo que busca regular as práticas sociais de seus associados: “As enfermidades adquiridas por abusos de bebidas alcoólicas, por pendências ou por abusos dos prazeres sexuais, não seriam tratadas por conta da sociedade.

O capítulo XI trata da instrução, para tal finalidade o Centro criou uma biblioteca, mais um gabinete de leitura, ao mesmo tempo o Centro

estava autorizado a criar uma escola noturna para os sócios e seus filhos menores de 16 anos. No artigo seguinte estava disposto que a escola só seria criada quando a associação tivesse um prédio próprios e 5:000\$000 a disposição. A fundação ou não de uma escola, a princípio não foi executada e somente uma análise pormenorizada da documentação de contas do CG poderá ajudar a estabelecer uma indicação mais exata.

Pode-se notar pelas disposições até aqui expostas que o CG por meio de seu regulamento estabelecia hierarquias e formas de comportamento moralizante, proibindo jogos de azar dentro de seus salões. Também firmava a identidade étnica ao permitir a associação somente de pessoas nascidas na Espanha, os filhos de imigrantes que nasceram no Brasil estavam fora do quadro social. Talvez com receio que ocorresse a perda da identidade galega e espanhola com a introdução de sócios brasileiros, como ocorrera com a sociedade da Tuna Luso em Belém que modificou-se para tuna Luso Brasileira.

Na tentativa de se organizarem em torno das identidades étnicas os emigrados criaram certa ambiguidade visto que ao mesmo tempo em que as associações visam facilitar a integração destes imigrantes na sociedade que os recebe, elas também os distanciam na medida em que buscam manter uma identidade estrangeira. Elda Gonzalez Martinez destaca que os centros e associações de imigrantes no Brasil, buscavam auxiliar de diversas formas seus sócios, com instrução, medicamentos, e até a repatriação, citando o caso do estado São Paulo, ela indica que para o período de 1890 a 1920 cerca de 10% dos espanhóis que ali entraram neste período foram repatriados pelas associações (2008, p. 369).

Uma das pioneiras associações foi a Sociedade Espanhola de Beneficência criada em 1859 no Rio de Janeiro, cidades que receberam um contingente considerável de imigrantes espanhóis também tiveram suas associações como Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Manaus. Esta última foi fundada em 1916 e, segundo Elda Gonzáles,

tinha como intuito principal a assistência médica, que se fazia fundamental em uma região onde moléstias como a malária afligiam os europeus que para lá iam, a mesma associação entrou em crise após a segunda guerra mundial e teve suas atividades encerradas em 1966 (2008, p. 384-385). Segundo Martínez, Belém possuía ao menos três associações de imigrantes espanhóis:

Belém do Pará, fue La ciudad em la desembocadura del Amazonas em la que se podia detectar poblacion espanola desde mediados del siglo XIX. A finales de es acenturia unos seis cientos individuos residian em la ciudad que para entonces contabacon tres entidades, la Union Espanola, el Centro Galaico y la Liga Espanola de Repatriacion. Todas ellas se dedicaban a fines beneficos, aunque tambien desarrollaban alguna actividad cultural y festiva. En 1932 las dos primeras poseian edificios em propiedad y al parecer unbuen patrimonio social (MARTÍNEZ, 2008, p. 386).

Das associações de emigrados espanhóis em Belém, até a década de 1980 duas ainda permaneciam em atividade, o Centro Galaico del Pará e a União espanhola de Socorros Mútuos. Nos anos de 1970 O CG vendeu a residência e o terreno que abrigava sua sede. Localizada na avenida Nazaré sob o número 568 a sede se encontrava em um local privilegiado da cidade de Belém, não só era alvo da intensa especulação imobiliária ocorrida nos anos de 1970 e 1980 como se localiza na principal rua de passagem da maior procissão religiosa da cidade o Círio de Nazaré.

Em ata de reunião extraordinária realizada em 27 de julho de 1966 a diretoria apresenta o projeto do prédio que se pretende construir pela Construtora Nassar no local da sede do CGP (Livros de Ata de reunião, 1966, p. 62), em outra reunião no dia 1 de novembro de 1966 a diretoria recebe os componentes da Norte Melhoramentos Walter de Macedo Ferreira, Augusto Giomar e Silva, Ivona de Carvalho Silva e José Furtado de Miranda que propuseram aos sócios do CG a dar em troca do terreno o décimo sétimo andar que consta de quatro apartamentos e o décimo oitavo andar somente com área coberta em toda a extensão do

prédio (Livros de Ata de reunião, 1966, p. 63). As promessas da construtora não vingaram e hoje o edifício construído no local que abrigava a sede social do CG apenas preserva o nome da antiga associação.

A União Espanhola de Socorros Mútuos deixou de existir também em meados dos anos de 1970, mas seu prédio ainda permanece na esquina da Avenida Governador José Malcher com a Rua Dr. Moraes. Em 2004 através de um projeto de restauração e reconfiguração do espaço urbano, o prédio que estava em ruínas foi integrado a um conjunto integrado de restauro que reúne ainda o Palacete Bolonha e outros dois prédios em torno do construído pelo engenheiro Francisco Bolonha no início do século XX.

Foi preservada a faixada e boa parte das paredes internas da sede social onde se encontra a pintura dos brasões das províncias da Espanha, no local foi inaugurado o espaço cultural Memorial dos Povos dedicado a memória dos imigrantes que vieram ao Pará. A memória destas associações foi apagada da história paraense embora seus vestígios materiais permanecessem presentes.

Figura 6 - Sede Social da União Espanhola de Socorros Mútuos



Fonte: Registro feito pela autora em 27 de junho de 2014.

Legenda: Hoje a sede social da UESM é conhecida como Memorial dos Povos.

Em 25 de março de 1971 em uma nota de jornal circulou a chamada dos sócios para uma assembleia geral extraordinária com o intuito de autorizar a diretoria a efetivar fusão da UESM com o CG, reformular os estatutos sociais e o que mais houver naquele dia. A fusão das sociedades mutualistas espanholas não aconteceu, segundo os relatos do imigrante Manuel Malvar, que na época era secretário do CG e guarda as notas de jornal usadas nesta pesquisa como lembrança.

Assembleia Geral Extraordinária.

Ficam os Srs. Associados, por força do presente edital, convocados para a reunião de Assembleia Geral Extraordinária, que será realizado em nossa sede social, provisoriamente instalada na Rua Manoel Barata, nº 704, no dia 5 de abril do corrente ano as 20 horas em primeira convocação, ou caso não tenha número legal, às 22 e 22:30 horas em segunda e terceira convocação, no mesmo dia, como reza em nossos Estatutos, para deliberarem e decidirem sobre a seguinte ordem do dia:

— autorização para a Diretoria resolver e efetivar a fusão da associação Centro Galaico do Pará com a congênera União Espanhola de Socorros Mutuos;

— o que ocorrer.

Belém, 25 de março de 1971,

Manuel Miguez Godoy

Presidente.⁴

A tentativa de fusão e reformulação dos estatutos pode ser tomada como uma estratégia para a sobrevivência das duas associações que em início do século XX tiveram origens comuns surgindo da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As associações mutualistas são a marca materiais mais duradouras dos imigrantes espanhóis na cidade de Belém, ao estudar a atuação das mesmas entrecruzamos as vidas de inúmeros sujeitos, galegos,

4 Anúncio retirado de recorte de jornal do acervo do senhor Manuel Malvar Gonzalez.

espanhóis, brasileiros entre muitos que constituíram as identidades regionais. Este trabalho é um exercício de reflexão inicial sobre uma dimensão pouco explorada da história destes imigrantes no Pará.

Os imigrantes tornavam a cidade de Belém multicultural difundindo seus costumes, religião e modos de vida, analiso aqui a presença dos imigrantes espanhóis no centro urbano da cidade de Belém, procurando dar visibilidade a esses sujeitos sociais no contexto de decadência econômica da era da borracha. Segundo Marília Canóvas (2009, p. 349), as associações de emigrados representavam um “marco de territorialidades simbólicas”. Demarcavam tanto os elos de identidade étnica como de partilha de experiências comuns tais como, imigração, mundo do trabalho etc. Para os espanhóis que partiram de seus lares em meados do século XIX e aportaram nas Américas, particularmente na Amazônia, haveria uma “consciência de pertencimento”, mesmo que não correspondesse à realidade, visto as disputas internas em tais grupos. Tal consciência estaria na base da fundação destas associações. (Re)tecendo seus laços culturais de acordo com o ambiente em que buscavam se adequar.

REFERÊNCIAS

A Província do Pará, 02/05/1908. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A República, 21/03/1900. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

D. LEOPOLDO D'OZOUVILLE DE BARDOU Y CRUZ ALVAREZ. **Un Viaje al Brasil: Información acerca de la situación de los emigrados españoles en los Estados de Pará y Amazonas y zona de trabajos de ferrocarril de Madeira — Mamoré.** Madri, 1916.

Livro de Registros de Atas de reunião do Centro Galaico del Pará, 1966. Acervo Pessoal de Manuel Malvar.

MARTÍNEZ, Elda González. **La inmigración esperada: la política migratoria brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas.** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.

MARTINEZ, Elda Gonzalez. Tres inmigrantes, cuatro centros, um periodico... Las asociaciones españolas em Brasil. *In: El Asociacionismo em La Emigración Espanola a América*. Org. Junta de Castilla Y León, Juan Andres Blanco Rodriguez. Editora UNED — Zamora; 2008.

Memorias Diplomaticas y Consulares, e informaciones: Consulado de España em Pará — Memoria Comercial Correspondente ao ano de 1909. Ministerio de Estado/Centro de Información Comercial, nº 261, ano 1910. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha.

MORAES, Ruth Burlamaque de. Riqueza e Demografia: Pará 1872-1920. *In: Tesouros da Memória- História e Patrimônio no Grão-Pará*. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Bacelar (Org.). Ministério da Fazenda/Museu de Arte de Belém, p. 172-173, 2009.

Reglamento de la Sociedad Unión Española de Socorros Mútuos, Editora sem identificação, Belém, 1918. Acervo Pessoal de Manuel Malvar.

Reglamento Del Centro Galaico em El Pará, Livraria Classica, Pará, 1925. Acervo Pessoal de Manuel Malvar.

Reglamento Del Centro Galaico em El Pará, Revista da Veterinária, Belém — Pará, 1948. Acervo Pessoal de Manuel Malvar.

Manoel Dantas e os caminhos do progresso Natal, 1900-1913

Gabriel Barreto da Silveira Oliveira¹

INTRODUÇÃO

A primeira edição do jornal A Republica no século XX, publicada em 03 de janeiro de 1901, continha em sua primeira página um texto sobre o que era possível se esperar do centênio que se iniciava. Começava com um anúncio e fazia algumas previsões:

Entre todos os povos do mundo civilizado, surge o século XX com a nota alviçareira da esperança e do progresso [...] O século XX verá o aparecimento de forças já presentes que mudarão a face do viver de hoje. O ar líquido, os fluidos, a própria vontade, são forças que estão em via de uma aplicação prática (DANTAS, 1901, p. 1).

Por fim, tentou criar expectativas sobre as possibilidades que esse futuro poderia trazer, como mais liberdade e igualdade de direitos políticos e melhorias nos sistemas de comunicação e transporte.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação da UFRN (PPGH-UFRN); membro do Grupo de Pesquisa Espaços na Modernidade sob orientação do professor Raimundo Arrais; bolsista CAPES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0365766150199370>

O que chama a nossa atenção nesse texto é a forma como esse autor concebeu a relação entre diferentes tempos: quando pensa sobre quais as mudanças que ocorrerão, ele olha para o próprio presente, para elementos já existentes e que passarão a ter uma aplicação prática. De forma geral, podemos afirmar que ele concebia o futuro como algo que estava contido no próprio presente: as mudanças que ele imaginava aconteceriam a partir de coisas que já eram observáveis para o olhar atento. Apesar das dificuldades encontradas, o autor escolheu manter a postura otimista que via a humanidade em constante melhora e as novas descobertas científicas proporcionariam uma vida cada vez melhor para todas as pessoas.

Essa forma de relacionar os tempos tinha uma relação com o lugar e o momento da publicação do texto. O século XX foi recebido com um grande entusiasmo da parte dos intelectuais e do grupo dirigente da cidade de Natal. Para eles, após ter sido abandonada durante o período da monarquia, a capital do Rio Grande do Norte estava prestes a se desenvolver de acordo com o signo do progresso, concebido por aquele grupo como um tipo de lei natural que determinaria o crescimento das grandes nações, baseada na ideia de melhorias constantes advindas do uso da ciência e da razão.

O progresso, compreendido em linhas gerais como uma síntese do passado e uma profecia do futuro, se configurou como a ideia mais importante da história ocidental, principalmente a partir do século XIX, tendo sido o substrato pelo qual outras ideias ganhavam sentido: liberdade, justiça, igualdade e comunidade eram desejáveis na medida em que simbolizavam o progresso (NISBET, p. 16-17). Algumas características fazem parte da ideia na maioria das vezes em que é evocada, tais como: continuidade, graduação, naturalidade e inexorabilidade dos estágios de desenvolvimento. Em suma, mesmo com alguns retrocessos, a humanidade estaria avançando continuamente de um estágio inferior para um superior - e isso seria um movimento tão certo quanto as leis da natureza (NISBET, 1985, p. 17). Essa é uma definição

bastante abrangente, feita a partir da observação de características comuns que a ideia evocou ao longo que um grande período de tempo e em diversos lugares e sociedades. É importante ter essas características básicas em mente, mas também é necessário apreender as conotações específicas que a ideia ganha no tempo e no espaço analisados nesta pesquisa e quais as práticas que ela mobilizou.

No Brasil, após a derrubada da monarquia, os republicanos puseram em prática um projeto que se materializou numa chamada “ideologia da modernização” (HOBBSAWM, 1998, p. 365), uma maneira de adequar as sociedades atrasadas aos valores do progresso, que foi tomado como um lema e colocado na bandeira nacional: “Ordem e Progresso”. Podemos observar algumas iniciativas que visavam transformar as cidades, tornando-as vitrines para capturar o interesse de investidores estrangeiros naquele momento de expansão do capital financeiro, sinalizando que o país estaria em sintonia com o restante do mundo. Na medida em que a República de firmava, crescia também o desejo por uma “modernidade”, que seria encarnada pelo novo regime em contraposição ao que era caracterizado como atraso institucional da Monarquia (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 29, 66). Esse lema ecoou no Rio Grande do Norte. “Façam o progresso que eu asseguro a ordem” (DANTAS, 1909, p. 21; CAS-CUDO, 2019, p. 239), teria exclamado o chefe político local, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, patriarca da família que, junto aos seus políticos aliados e intelectuais associados, esteve à frente do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, que governou o estado entre o final do século XIX e o início do século XX.

A matéria de jornal que utilizamos para abrir este trabalho foi assinada por um certo Mazarem Dornellas, cujas iniciais M e D nos fazem suspeitar de que se tratava de um pseudônimo do jornalista Manoel Dantas. Além das iniciais, o conteúdo do texto também reforça a nossa suposição pois, na Natal do início do século XX, Manoel Dantas foi o maior entusiasta da ideia de

progresso, sonhando com o dia em que a sua realização faria da capital norte-rio-grandense uma das maiores cidades do mundo. O texto sobre o novo século adiantou algumas ideias sobre o futuro da cidade que Dantas veio a repetir alguns anos depois numa conferência intitulada “Natal d’aqui a cinquenta annos”, na qual delineou algumas projeções do que a cidade seria 50 anos no futuro. Além dessa conferência, esse entusiasmo se manifestava em vários textos publicados no jornal “A Republica”, nos quais abordava as transformações na cidade, tanto materiais, quanto sociais, evocando um otimismo pelo futuro, a crença na razão, no poder da ciência, no constante aperfeiçoamento técnico e na melhoria da sociedade.

Neste trabalho, analisamos os textos de Manoel Dantas para compreender como eles contribuíram na construção de um sentido específico para a ideia de progresso no Rio Grande do Norte., com foco na coluna de crônicas *Coisas da terra*, publicada no jornal *A Republica* entre 1907 e 1923. Focamos a análise nas crônicas publicadas até 1913, último ano do governo de Alberto Maranhão, pois foi nesse período que ele publicou mais da metade das crônicas. Esse grupo de textos é complementado pelas falas de governadores, membros do grupo dirigente do estado, ao qual Dantas se vinculava, tendo exercido vários cargos públicos durante suas administrações, como Diretor Geral da Instrução Publica e redator-chefe do jornal oficial do partido, *A Republica*. Dessa forma, a análise dos textos de Manoel Dantas, junto às mensagens dos governadores, nos permite compreender como esse grupo dirigente construiu um sentido específico para a ideia de progresso e qual foi o papel de Dantas nesse processo.

OS CAMINHOS DO PROGRESSO NA NATAL DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Em alguns dos primeiros textos que publicou como jornalista, Manoel Dantas fazia uma associação clara entre progresso e edu-

cação, afirmando que: “Em quanto não se compreender que na instrução reside o 1º bem estar de um povo, e esses prejuízos perdurarem, o sertanejo ha de ser atrasado, refractario as innovações do progresso e indiferente às lutas que se travam em nosso paiz” (DANTAS, 1889a, p. 2). Em outra ocasião, escreveu que uma de suas tarefas como liberal era: “educar o povo ignorante para fazê-lo melhor compreender os seus direitos” (DANTAS, 1889b, p. 2). Essa ligação entre progresso e educação era compartilhada por outros membros do grupo dirigente, como o governador Antonio de Souza, que afirmou que o ensino público era o “verdadeiro padrão por onde se mede o progresso e a importancia moral de um povo”, enquanto a criação de uma biblioteca no colégio Atheneu era uma “demonstrativa de progresso” (SOUZA, 1907, p. 12, 14).

No seu primeiro relatório como Diretor da Instrução Pública, em 1897, Manoel Dantas concluiu sua mensagem considerando que se dirigia a um governo formado por pessoas que “intendem que a instrução è a base do progresso de um povo” (DANTAS, 1897, p. 13), mas descreveu o cenário de uma educação bastante precária e apontou aqueles que considerava como sendo os principais motivos para aquilo: os professores eram atrasados, ensinavam por fórmulas e contavam com condescendência das autoridades designadas para fiscalizar o ensino. No relatório de 1899, Dantas apresentou uma proposta para uma reforma que deixaria o ensino primário sob a responsabilidade dos municípios e o secundário sob responsabilidade do estado, como forma de melhor organizar o orçamento e garantir maior autonomia para os municípios fiscalizarem e desenvolverem o ensino de acordo com as necessidades locais (DANTAS, 1899, p. 1-3). Os anos se passaram, mas a tônica dos relatórios não mudou. Dantas continuou descrevendo uma educação defasada, apontando o problema das secas, dos professores e do modelo de ensino. Assim, nos deparamos com frases como: “Não me é dado apresentar-vos um quadro brilhante do desenvolvimento do ensino em nosso Esta-

do, consoante os vossos intuitos de um dos mais esforçados obreiros do progresso intellectual da nossa terra” (DANTAS, 1901, p. 1). No relatório de 1902, Dantas chegou a afirmar que, apesar das reformas, a educação ainda exigia muita atenção do governo pois caminhava “para completa desorganização” (DANTAS, 1902, p. 2).

Apesar desse quadro, Dantas não deixou de afirmar que o progresso finalmente estava se realizando no Rio Grande do Norte, mesmo que seja nítida uma discrepância entre o discurso, que coloca a educação como um dos principais índices de progresso, e a realidade, de uma educação precária. Só nos resta concluir que, se o estado progredia, isso se dava por outro índice. Qual seria ele?

Em 1905, Manoel Dantas deixou o cargo de Diretor da Instrução Publica e assumiu, entre outras atividades, o papel de redator-chefe do jornal *A Republica*. Estar à frente de um jornal de grande circulação conferia a ele uma posição privilegiada para divulgação de ideias, visto o prestígio que o uso das letras conferia dentro daquele contexto de uma cidade modernizada e que aquele jornal cumpria justamente a função de ser o principal meio de divulgação das ideias do partido que comandava o governo do estado. Em 1907, começou a publicar uma série de crônicas intituladas *Coisas da terra* sob o pseudônimo de “Braz Contente”. Essas crônicas somam um total de cem publicações, do qual mais da metade foi escrita durante o segundo governo de Alberto Maranhão, entre 1908 e 1913, o que reforça que a divulgação de ideias tinha uma relação com a atuação política do grupo dirigente. Constituem um conjunto valioso para este trabalho pois foi nelas que Dantas apresentou alguns fatos cotidianos sobre a capital norte-rio-grandense e algumas iniciativas para mudanças nos costumes e intervenções na cidade. Como forma de justificar as mudanças defendidas, Dantas apresentava-as como a materialização do progresso. Em todo o conjunto de crônicas, podemos localizar 59 ocorrências em que ele evocou o progresso como justificativa, nas

quais podemos perceber que a ideia vai se transformando e ganhando contornos cada vez mais específicos.

A primeira referência que encontramos aparece na edição de 08 de julho de 1907 do jornal, logo na segunda crônica (a qual já nos referimos na introdução deste trabalho, mas que vale a pena retomar). Nela, o autor afirmou que um visitante que chegasse à cidade, vindo de outras partes do país logo perceberia haver uma descrença no progresso de Natal, impressão que Dantas atribuía aos hábitos matutos observados no comércio da cidade, que considerou muito diferentes dos apresentados por Balzac na obra *Illustre Gaudisart* (DANTAS, 1907a). Chama atenção que, logo na sua primeira menção, o “progresso” apareceu como um processo que não estava se materializando: era uma experiência que observavam lá fora, em outras cidades, mas que ainda não se fazia presente em Natal. Dantas também fez uma referência à Paris de Balzac, o que nos indica duas coisas: primeiro que Paris constituía a maior referência sobre o progresso para Dantas e, possivelmente, seu público-alvo, sendo o primeiro exemplo ilustrativo fornecido aos leitores para que compreendessem o que Natal deveria ser; segundo, por se referir a uma obra literária, também indica que, talvez mais até do que experiências práticas, o repertório de leituras de Manoel Dantas era essencial para formar sua concepção de progresso, principalmente no que se refere ao âmbito da cidade, do urbano.

Manoel Dantas, ao evocar Balzac em sua crônica, como vemos, tomava a Paris narrada por aquele autor como uma referência de modernidade, o exemplo do que Natal deveria ser. Nesse processo, seguiu a postura observada comumente entre os intelectuais partidários da modernização no Brasil, de destacar aqueles elementos que seriam essenciais para uma cidade moderna, fazendo isso a partir de uma postura pragmática, selecionando aqueles elementos que dariam sustentação ao seu projeto de sociedade (GRAHAN, 1973, p. 241-243). Esse comércio era mencionado justamente como algo que

Natal não tinha, ou seja, faltava à cidade um dos símbolos daquela experiência da modernidade - por consequência, havia uma descrença no progresso. Em 22 de julho de 1907, Manoel Dantas publicou sua terceira crônica. Nela, Braz Contente narrou um diálogo que teria ouvido em um hotel da Ribeira entre “dois cavalheiros”, que tinham acabado de chegar à cidade, sobre “o que entendiam ser o progresso da terra”. O primeiro dizia que Natal era uma cidade melhor, enquanto o segundo defendia que uma outra (não nomeada) era superior porque tinha o dobro da população. O primeiro cavalheiro, então, retrucava: “Mas não tem banco!” (DANTAS, 1907b). Diálogo verídico ou peripécia literária, a passagem serve ao propósito de ilustrar como parecia haver um debate em torno do significado da ideia de progresso, se ele existia ou não na capital do Rio Grande do Norte, como ele se manifestava e quais eram os seus símbolos. Dantas parecia estar demonstrando seu lado em meio a essa discussão, pois encerrou o diálogo afirmando: “E parece que esta allegação do banco foi um argumento decisivo para o progresso da terra” (DANTAS, 1907b). Era quase como se dissesse que Natal, mesmo na condição de ser uma capital relativamente pequena e pouco habitada, ainda seria capaz de vivenciar a experiência do progresso. O banco foi considerado como um símbolo importante disso pois possibilitava o oferecimento de crédito e financiamento de atividades vistas como essenciais para o desenvolvimento econômico do estado. O Banco do Natal fora inaugurado em 1905 por Tavares de Lyra, outro membro da oligarquia Albuquerque Maranhão, que sucedera Alberto Maranhão em seu primeiro mandato. Foi assim que Tavares de Lyra se referiu ao banco em sua mensagem ao congresso legislativo em 1906: “Para mim, elle será um instrumento efficaz ao desenvolvimento de nosso credito, um elemento de valor para maiores e mais importantes empreendimentos” (TAVARES DE LYRA, 1907, p. 8).

Precisamos analisar o significado desses dois símbolos do progresso evocados por Manoel Dantas, o comércio local e o banco.

Ambos são elementos da economia que representavam a possibilidade de inserção da cidade nos fluxos do capitalismo financeiro que se expandia pelo mundo todo, facilitando a circulação de bens e riqueza. Os bens de consumo eram alguns dos maiores responsáveis pela ideia de “europeização das cidades”. Anúncios de artigos de luxo e roupas à moda inglesa e francesa se proliferaram nas páginas dos jornais. Essas propagandas que anunciavam as novidades vindas da França pareciam transmitir a sensação de que aquela modernidade era globalizada, uma só ao redor de todo o mundo (COSTA e SCHWARCZ, 2000, p. 72). O banco, por sua vez, fundado sob o objetivo de fornecer linhas de crédito, estava voltado sobretudo ao “pobre agricultor” (TAVARES DE LYRA, 1907, p. 6), reforçando que a inserção da cidade naquele sistema estava vinculada à produção agrícola do estado. Além disso, veremos que em outras ocasiões, a atuação do capital estrangeiro em obras no Rio Grande do Norte foi algo celebrado por Manoel Dantas e pelo grupo dirigente.

Nas crônicas seguintes, observamos que Dantas foi dando um significado cada vez mais específico ao que ele dizia ser a concretização do progresso: a ideia passou a ser acompanhada pela menção a obras materiais tangíveis que serviriam como símbolo da sua chegada. Em 18 de maio de 1908, Dantas escreveu sobre um ato do governo federal que abria a concorrência para a construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. O autor apresentava isso como uma solução para o problema das secas por facilitar o transporte dos flagelados e o escoamento da produção, além de permitir o carregamento dos materiais para construção de açudes que fariam com que o sertão se tornasse verde, fértil, coberto de lagos artificiais. Mas alerta: “tudo isto será um sonho, sem a estrada de ferro, a encurtar distancia, a levar elementos de vida e de progresso. A estrada de penetração, a abertura da barra do porto do Natal e a drenagem do vale do Ceará-mirim são os alicerces seguros da nossa prosperidade” (DANTAS, 1908a). O uso da expressão “elementos de vida e progres-

so” sinaliza essa mudança: o progresso ainda era a melhoria constante que faria com que aquela sociedade se tornasse cada vez melhor, mas a preocupação maior deixou de ser a ideia abstrata para ser com os elementos materiais que serviriam como prova concreta dessas melhorias. Três meses depois, em 10 de agosto, Dantas narrou uma visita ao cais Tavares de Lyra, que servia como local de desembarque de passageiros e ponto de contemplação do rio Potengi, graças a uma balaustrada. Na crônica, observou a presença de cinco vapores carregando passageiros e mercadorias que seriam um sinal da prosperidade do comércio da cidade. Em seguida, narrou a entrada do vapor “Pirangy” que levava os trilhos que seriam usados na construção da linha de bonde de Natal. Em seguida, afirmou categoricamente: “Si isto não é o progresso, [...] então é que mudou-se a noção de todas as idéas que concebemos sobre a grandeza dos povos” (DANTAS, 1908b). Por fim, ainda mencionou a notícia da firma do contrato de construção da estrada de ferro. Mais uma vez, o progresso é associado a elementos materiais tangíveis: a quantidade de navios que entravam no porto, o desembarque de passageiros e mercadorias, a linha de bonde e a estrada de ferro.

O trecho que destacamos da crônica de Manoel Dantas é importante no contexto deste trabalho, especialmente após demonstrarmos as mudanças de sentido que a ideia de progresso foi passando ao longo dos anos. O cronista afirma que o movimento de navios no porto, com passageiros e mercadorias, o desenvolvimento do comércio e a construção de linhas de bonde e ferrovias são símbolos da chegada do progresso, pois, se não fossem, a própria concepção de progresso teria que ter mudado. Estava implícita na afirmação a ideia de que não era possível que a forma de medir a grandeza dos povos tivesse mudado, portanto sim, o progresso chegava a Natal. A iniciativa de afirmar que a ideia de progresso tinha um único sentido era uma forma de chamar atenção para determinadas realizações políticas e legitimar determinadas administrações perante a

opinião pública como a dos promotores do progresso no Rio Grande do Norte. É essa a conclusão a qual chegamos após observar quais são as obras eleitas como símbolo do progresso e perceber que todas elas remetem à atuação do grupo dirigente do estado naquele momento, a oligarquia Albuquerque Maranhão. O cais fora inaugurado durante o governo de Tavares de Lyra (que foi homenageado com seu nome sendo atribuído tanto ao local quanto à avenida que lhe dá acesso). A primeira etapa da estrada de ferro (ligando Natal ao centro açucareiro de Ceará-Mirim) e os serviços de reequipamento do porto foram realizados durante o mandato de Tavares de Lyra como Ministro da Justiça e Negócios Interiores. O bonde e a luz elétrica seriam inaugurados em 1911 no dia do aniversário do governador Alberto Maranhão, em meio a uma festa que reforçava a ligação da obra com a figura do político.

O vínculo entre esses símbolos do progresso era intencional e era deixado explícito nos textos. Ainda na crônica sobre a visita ao porto, Dantas afirmou: “As conquistas políticas que soubemos obter vão de par com o progresso material patente que se observava desde a capital até o mais infimo logarejo” (DANTAS, 1908b). Em outro texto, datado de 15 de junho de 1908, repetiu o artifício narrativo do diálogo entre dois personagens, dessa vez um estrangeiro e um natural do estado. O primeiro, “admirado do progresso e melhoramentos”, disse:

— Não sei como vossês, com orçamento exiguo, naturalmente sempre desequilibrado em consequencia das crises climatericas que os affligem periodicamente, têm conseguido tanta coisa em tão pouco tempo.

— É que [...] os governos republicanos não têm tido aqui a menor solucção de continuidade. Inspirados no bem publico, todos os nossos chefes de Estado tem obedecido aos mesmos principios, como operarios de uma obra commum de aperfeiçoamento [...] (DANTAS, 1908c).

Mais uma vez, chama atenção o modo como Dantas reforçou a ideia de que, apesar do tamanho do estado e das dificuldades impos-

tas pelo meio natural, o Rio Grande do Norte experimentava grande nível de progresso em um curto intervalo de tempo. Essa era tanto uma forma de enaltecer a atuação do grupo dirigente pelo que alcançaram em um tempo diminuto, como de criar um alibi para eventuais entraves ao cumprimento de suas promessas, visto que os governadores republicanos trabalhavam com um orçamento pequeno e ainda precisavam enfrentar as secas recorrentes. Na resposta que o nativo norte-rio-grandense oferece, destacamos a ênfase que o autor coloca na continuidade política entre os governos republicanos - o que, novamente, reforça que o progresso se realizaria a partir de uma continuidade estabelecida sobre bases sólidas.

Qual seria a base desse progresso repentino que o Rio Grande do Norte teria vivenciado em tão pouco tempo? Podemos delimitar uma resposta para essa questão a partir das mensagens que os governadores da família Albuquerque Maranhão e seus associados. Ao final do mandato de Pedro Velho, em 1895, o governador afirmou que ainda era cedo para ver sinais de progresso no estado pois o regime republicano ainda era novo e a ordem ainda não havia se estabelecido: “Não è tempo ainda de colhermos todos os fructos do regimen vigente. A ordem ainda não se consolidou de todo e, em consequencia, o progresso, seo legitimo corollario, se retarda e esbarra em sua natural evolução” (ALBUQUERQUE MARANHÃO, 1895, p. 13). Essa é uma fala que traz à tona vários elementos que fizeram parte da construção da ideia de progresso ao longo do século XIX, como a ideia de que progresso era uma evolução constante, natural e, principalmente, de que dependia da ordem para se efetivar. Ainda na mesma mensagem, Pedro Velho também abordou a ausência de sinais do progresso na cidade de Natal: “Pena é que a capital, cujo clima é excellente; esteja desprovida dos mais comeseinhos beneficios que os modernos progressos da hygiene publica e da engenharia sanitaria proporcionam aos centros populosos [...]” (ALBUQUERQUE MARANHÃO, 1895, p. 25). Seu sucessor, Joaquim Ferreira Chaves, continuou defendendo que a República era

o regime de governo mais adequado para efetivação do progresso no estado (CHAVES FILHO, 1896, p. 3).

Nos anos seguintes localizamos as ocasiões em que o progresso começa a ser atrelado a obras específicas. Na mensagem de 1900, ano que teve início o primeiro mandato de Alberto Maranhão, esse governador anunciou que reestabeleceria os serviços de abertura da barra do rio Potengi e de melhoramento do porto de Natal, sob a justificativa de que o serviço era “de capital interesse para o nosso progresso” (MARANHÃO, 1900, p. 14). As obras do porto se baseavam num projeto apresentado na câmara federal por Pedro Velho, quando este era deputado, também argumentando que era necessária para o progresso do estado possibilitaria resolver o problema do comércio (CASCUDO, 2019, p. 57). Em 1906, o então Presidente da República, Afonso Pena, esteve no estado para inaugurar o primeiro trecho da estrada de ferro entre Natal e Ceará-Mirim. Na mensagem que apresentou a assembleia estadual no meio daquele ano, o governador Tavares de Lyra se referiu à obra como um “elemento seguro de progresso” (TAVARES DE LYRA, 1907, p. 9).

Também é a partir de uma fala de Tavares de Lyra que podemos observar a construção de uma narrativa sobre o progresso na cidade de Natal - narrativa essa que colocava os Albuquerque Maranhão no centro da efetivação do progresso no Rio Grande do Norte. Na mensagem de 1905 ele disse:

No periodo monarchico o progresso desta capital desenvolveu-se muito lentamente, sendo que, em 1890, no inicio da Republica, era ainda, sob alguns pontos de vista, mais atrasada do que certos municipios do Estado. Após a mudança do velho regimen, esta cidade tem progredido bastante [...] (TAVARES DE LYRA, 1906, Anexo 1, seção 2, p. 23).

Dez anos separam as falas de Pedro Velho (que dizia que o progresso ainda não tinha se consolidado e estava ausente em Natal) e de Tavares de Lyra (de que a cidade tinha progredido bastante a partir

da República). A ideia construída é a de que, dado o devido tempo, o regime republicano permitiu que figuras comprometidas com o estado agissem em prol da implantação da ordem e, conseqüentemente, da efetivação do progresso. Estabelecidas essas bases, era necessário mantê-los no poder para assegurar a continuidade dessa ordem no futuro.

Até aqui, esta narrativa está contida em falas de caráter oficial que os governadores apresentavam ao congresso estadual. Mas Manoel Dantas, atuando a frente do jornal *A Republica* como um intelectual vinculado ao partido, sintetizou e difundiu essa ideia nos textos que publicou. Em 05 de março de 1908, por ocasião do fim do governo de Antonio de Souza e início do segundo mandato de Alberto Maranhão, Dantas aproveitou para fazer um apurado das realizações de cada um dos governos anteriores. O sucesso alcançado não teria vindo imediatamente com a Proclamação da República, mas pela ação de Pedro Velho:

Com efeito, o grande chefe, organizador do Estado, durante sua fecunda administração, foi o architecto primoroso que se preocupou principalmente em lançar as bases solidas e indestructiveis sobre as quaes repousassem firmemente o nosso progresso e a nossa grandeza. Esse homem extraordinario, tudo previu e tudo delineou (DANTAS, 1908d).

Essas evidências demonstram que a ideia de progresso não perdeu seu componente político quando passou a ser associada às intervenções materiais. Muito pelo contrário, ela era utilizada em referência a essas obras justamente por elas remeterem a uma atuação política, como forma de legitimá-la. Podemos afirmar que o que houve foi uma tentativa de apropriação da ideia de progresso, ou seja, de fazer com que o progresso passasse a ser aquilo que os Albuquerque Maranhão afirmavam que era: a inauguração de um banco que permitisse a inserção da cidade nos fluxos do mercado financeiro; as reformas no porto que aumentariam a circulação de navios com passageiros e mercadorias de todas as partes do mundo, dinamizando a economia da cidade; a

linha de bonde que integraria todas as partes da cidade; a ferrovia que romperia o isolamento de Natal do restante do estado e facilitaria o escoamento da produção vinda do interior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de progresso teve seu momento de maior difusão a partir de meados do século XIX, mas o sentido com o qual era evocada se transformou ao longo do tempo, variando conforme cada local e agentes sociais. A partir do momento em que os Albuquerque Maranhão se estabelecem no controle do estado do Rio Grande do Norte, quando Pedro Velho assume a chefia do Partido Republicano, esse progresso passou a ser associado a intervenções urbanas, que seriam a materialização da sua chegada à cidade. Essa construção da ideia foi uma forma de legitimar a prática política daquele grupo dirigente. Os escritos de Manoel Dantas nos permitiram observar a transformação dessa ideia. Sempre evocando o progresso em seus escritos, esse intelectual acreditava que a base dele estava na educação do povo, mas provocar mudanças significativas nesse campo se mostrou uma tarefa muito difícil, mesmo ele ocupando a posição de Diretor Geral da Instrução Pública durante décadas. Passou a associar o progresso às intervenções materiais do grupo dirigente ao qual estava vinculado. Entretanto, isso teve seus custos.

Com o fim do segundo mandato de Alberto Maranhão, esse grupo não conseguiu se manter na chefia do estado. Os recursos provenientes do empréstimo que esse governador realizara se esgotaram. O sucessor, Ferreira Chaves, rompeu sua aliança com os Albuquerque Maranhão e fez um governo com contenção de gastos. O entusiasmo de Manoel Dantas pela divulgação de ideias parece ter diminuído. Continuou publicando crônicas até 1923, ano anterior à sua morte, mas seu volume diminuiu consideravelmente, até se tornarem uma

ou duas por ano. Voltou a concentrar sua prática política no exercício do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE MARANHÃO, Pedro Velho de. **Mensagem ao Congresso Legislativo em 31 de janeiro de 1895**. Natal: Typ. d'A Republica, de 1896. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181>. Acesso em: 08 out. 2020.

CASCUDO, Luís da Câmara (org.). **Antologia de Pedro Velho**. Natal: EDUFRN, 2019.

CHAVES FILHO, Joaquim Ferreira. **Mensagem ao Congresso Legislativo**. Natal: Typ. d'A Republica, 1896. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181>. Acesso em: 08 out. 2020.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DANTAS, Manoel. **A vida sertaneja II: Prejuizos**. O Povo, Caicó, 07 dez. 1889a. p. 2

DANTAS, Manoel. **Coisas da terra**. A Republica, Natal, 05 mar. 1908d.

DANTAS, Manoel. **Coisas da terra**. A Republica, Natal, 08 jul. 1907a.

DANTAS, Manoel. **Coisas da terra**. A Republica, Natal, 10 ago. 1908b.

DANTAS, Manoel. **Coisas da terra**. A Republica, Natal, 15 jun. 1908c.

DANTAS, Manoel. **Coisas da terra**. A Republica, Natal, 18 maio 1908a.

DANTAS, Manoel. **Coisas da terra**. A Republica, Natal, 22 jul. 1907b.

DANTAS, Manoel. Directoria Geral da Instrução Publica. *In*: CHAVES FILHO, Joaquim Ferreira. **Mensagem ao Congresso Legislativo**. Natal: Typ. d'A Republica, 1897. Anexo 3. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181>. Acesso em: 07 fev. 2020.

DANTAS, Manoel. Directoria Geral da Instrução Publica. *In*: MARANHÃO, Alberto. **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado**. Natal: Typ. d'A Republica, 1901. Anexo 1. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181>. Acesso em: 07 fev. 2020.

DANTAS, Manoel. Directoria Geral da Instrução Publica. *In*: MARA-

NHÃO, Alberto. **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado**. Natal: Typ. d'A Republica, 1902. Anexo 4. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181>. Acesso em: 07 fev. 2020.

DANTAS, Manoel. **Meus amigos**. O Povo, Caicó, 16 mar. 1889b. p. 2

DANTAS, Manoel. **Natal d'aqui a cincoenta annos**. Natal: Typ. d'A Republica. 1909.

DANTAS, Manoel. **Seculo XX**. A Republica. Natal. 03 jan. 1901. p. 1.

GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)**. São Paulo: Brasiliense.

HOBSBAWM, Eric J. Razão e sociedade. In: HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios (1875-1914)**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

MARANHÃO, Alberto. Mensagem ao Congresso Legislativo. Natal: Typ. d'A Republica, 1900. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181>. Acesso em: 08 out. 2020.

NISBET, Robert. **História da ideia de progresso**. Brasília: Ed. UNB, 1985.

SOUZA, Antonio de. **Mensagem ao Congresso Legislativo**. Natal: Typ. d'A Republica, 1907. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181>. Acesso em: 17 jun. 2020.

TAVARES DE LYRA, Augusto. **Mensagem ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1906**. Natal: Typ. d'A Republica, 1907. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181>. Acesso em: 03 jul. 2020.

TAVARES DE LYRA, Augusto. **Mensagem ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1905**. Natal: Typ. d'A Republica, 1906. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181>. Acesso em: 08 out. 2020.

O sexo da cidade

Espaços e corpos da prostituição em Fortaleza na primeira metade do século XX

José Humberto Carneiro Pinheiro Filho¹

O problema se fez maior por ser dia, possivelmente. E talvez considerado mais incômodo, *anormal* por isso mesmo, por não ser noite, preferencialmente bem tarde da noite, já que elas seriam suas “filhas”², ou melhor (pior), seriam sua insolência temporal e espacial, sua economia corporal e urbana para serem “retirados” como juros e dividendos de uma moralidade e de uma burocracia da cidade. Pois muito provavelmente quando Maria Pires Brandão, Rosita de Albuquerque e Raymunda Gonçalves da Silva foram interdidadas quando pretendiam seguir para um banho de mar depois de denunciadas por pessoas que também frequentavam naqueles dias a então Praia do Peixe, em Fortaleza, as horas ainda seriam de muita claridade.

Numa petição de *habeas corpus* de 5 de agosto de 1925 foi informado que elas iam “todas as tardes” a esse local, experimentando-o entre suas areias e seus mergulhos. Mas logo esse hábito não seria visto e dito apenas como um atrito entre corpos, sedimentos e água salgada. Ele *aconteceria* também em outras fricções e encontros, linguísticos e não linguísticos, orgânicos e não orgânicos, somáticos

1 Universidade Federal de Pernambuco/bolsista Capes.

2 Faço aqui alusão ao trabalho do historiador Alain Corbin *Les filles de nocte: misère sexuelle et prostitution au XIX siècle*.

e políticos, como o que se forjava com a presença e a ausência de outros corpos na praia, o falatório que se dizia moral, um edital da Chefatura de polícia, a apresentação de um regulamento, além de pedidos e decisões judiciais. A vida à beira-mar é uma vaga de leis e de administração. Aqui, o sol *não* é para todos. E não, a praia não foi o lugar onde a “nudez quase completa” não era uma “infração provocadora”, um provável “leito sexual”³, que o idílio erótico musical de Serge Gainsbourg⁴ sibilado aos nossos ouvidos (“Sea, sex and Sun... Le soleil au Zénith...”) e as sequências visuais e estivais do cineasta Eric Rohmer⁵ diante de nossos olhos podem nos fazer apostar. A Praia do Peixe e seus corpos interditados foram elementos na produção de enquadramentos articulados pelas reclamações, denúncias, medidas policiais, pedido e decisão judiciais que colocavam em tensão “molduras” que apreendiam (ou não) as vidas dessas mulheres como “suscetíveis de serem perdidas ou lesadas” (BUTLER, 2015, p. 14).

Desde dezembro de 1924, quando as três mulheres souberam dessa interdição, suspenderam seus banhos, lamentando inclusive prejuízos de saúde. Motivo este, aliás, que pode também ter sido insinuado na demanda mesma da proibição. Os queixosos prezavam pela propriedade dos seus corpos na apropriação daquele espaço litorâneo. Como se quisessem tornar seus quaisquer deslocamentos, policiando os passos e a presença, na forma, além de tudo, de posses morais. Fazia-se, portanto, o lugar nas classificações hierarquizantes dos corpos, tendo numa ida à praia não episódios de uma história do lazer na cidade, mas o funcionamento de inscrições jurídicas, municipais, medicinais, pedagógicas. O trânsito é o desses registros, que fazem subsumir os fluxos em regularidades, em sujeições, em impossibilidades, em nomes e localizações. Para muitas vidas, como

3 Sobre essas imagens de experiências marinhas, ver: PAULS, Alan. A vida descalço. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

4 A música “Sea, sex and Sun” foi lançada no álbum L’Homme à La Tête de Chou, em 1978.

5 Refiro-me aos filmes Conto de verão, Pauline na praia e O raio verde.

dessas três mulheres, ir à praia foi também ir a um “encontro com o poder”, depois do qual existindo “através das poucas palavras terríveis” (FOUCAULT, 2006) para fazê-las indignas, ou, por meio das operações desse poder, fazê-las não passíveis de luto⁶.

Ao fim do primeiro quarto do século XX, entre a Ponte Metálica e a praia do Mucuripe, se Maria Pires Brandão, Rosita de Albuquerque e Raymunda Gonçalves da Silva estivessem a caminho de um mergulho, elas não mais seriam apenas banhistas que queriam se aliviar do calor numa distração de veraneio. Seus corpos molhados seriam uma infração. Porque se estivessem a caminho dessa praia desde que foram reclamadas por “diversas famílias” à Polícia Marítima, elas seriam o circuito errado da prostituição. Produções de “desvios”, seja o da moralidade na forma da condenação do “sexo venal” como corpos em pecado, seja na sua inscrição como patologia clínica e social, com seus corpos “doentes” e “degradados”, e aqui, na primeira metade do século XX em Fortaleza, os registros de violações de normas administrativas de uma autoridade policial. Ainda que não fossem à Praia do Peixe, lá estariam desde então como prostitutas. Mesmo sem clientes e fora do bordel, praticariam a prostituição já com suas presenças, figuradas nas regras policiais para aquela praia. Pois seus corpos são as “significações sociais que o corpo assume” (BUTLER, 2015, p. 15), sua forma é uma forma social, sua imagem é um *acontecimento* perceptivo, um *quadro* que estabelece o “dentro” e o “fora” da relação de (re)conhecer. Pois, pensando a partir de Butler, essas percepções e suas materialidades (sem que uma seja redutível à outra) desdobram e são desdobradas pelos enquadramentos, que organizam, distribuem, diferenciam o reconhecimento. O próprio mecanismo judicial reclamado para garantir o “direito de liberdade de locomoção” das três mulheres na Praia do Peixe pressupõe que “ter um corpo” (*habeas corpus*) é uma (dis)puta, é um lance de forças, um *dubium corpus* (problemas do corpo).

6 Sobre a discussão das condições de vida passível e não passível de luto, ver: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

O edital baixado pela Polícia Marítima proibindo o banho de mar das três mulheres, mais especificamente impedindo que “mulheres públicas” frequentassem aquele intervalo de praia, foi publicado no jornal “Diário do Ceará” e transcrito na petição impetrada a favor delas:

De ordem do Exmo. Sr. Chefe de Polícia e de acordo com os arts. 2 e 5 § 1 do Regulamento da Inspectoria da Polícia Marítima, que baixou com Decreto nº 819 A, de 20 de Dezembro de 1924, e tendo em consideração as reiteradas reclamações recebidas de diversas famílias, torno público que fica determinada a zona compreendida entre a ponte do maregrapho e a ponte do quebra-mar para os banhos de mar das mulheres de vida alegre, no porto desta capital, sem excluir o decoro com que se devem portar (MORAES FILHO, 1925, s/p).

A prostituição é enquadrada aqui como um problema de relação de corpo e de espaço, de uma classificação como corpo, de uma forma de usá-lo e de sua espacialização, das condições de não só estar num determinado espaço, mas de se fazer na e pela espacialidade. Nessa distribuição de usos de corpos classificados moral e juridicamente como prostituição, a administração municipal se fazia gestão fazendo uma cidade como organização de lugares que deveriam (e não) ser práticas, como o seu contrário, ou seja, práticas que deveriam (e não) ser e estar em lugares.

E dessas categorizações corporais e espaciais emerge (e insurge) uma subjetividade, em sujeições pela lei, pelas normas, pelos diagnósticos, pelas notícias. Aqui, a prostituta seria essa configuração subjetiva, feita de uma gestão de corpos e espaços forjada como cotidiano de uma cidade, configurado (enquadrado) como prostituição, “sujeitos” produzidos pelo não reconhecimento da sua condição de “sujeitos”, “vidas” não “reconhecidas como vidas”. Seu desvio é a medida da racionalidade de despachos, como esse decretado pela Polícia Marítima, produzindo imagens, entre elas a da prostituta. Essas medidas de interdição e *habeas corpus* não seriam interposições

entre a “prostituição” e o “lícito”, proibindo ou liberando. Rosita, Maria Pires e Raymunda *foram prostitutas* não ao trocar sexo por dinheiro, por comida, por moradia, mas ao *acontecer* como tipificações normativas e legais. A matéria da prostituição não seria antes os corpos dessas três mulheres, mas a decisão do Chefe de Polícia e a petição do advogado, por exemplo. O endereço do meretrício era a burocracia dos legisladores e gestores municipais. No horizonte crítico de Judith Butler, uma discussão sobre os corpos coloca em questão seus deslocamentos, suas divisões, suas hierarquias nas suas produções como vida e morte, luto e indiferença, reconhecimento e não reconhecimento. Essas condições ou possibilidades constituem-se por e como limites entre o legal e o ilegal, a norma e o desvio, o nacional e o estrangeiro, o homem e a mulher, o branco e o negro, a *esposa* e a *prostituta*, entre outras construções binárias para uma distribuição seletiva e desigual da “sobrevivência” nas relações de poder.

No documento da Polícia Marítima que fez das três mulheres três corpos de três prostitutas proibidos de banho de mar numa parte da Praia do Peixe foi informado que “a polícia exercerá rigorosa vigilância, em bem da ordem e moralidade pública, punindo severamente qualquer que transgrida as disposições do presente edital”. Ou seja, a “moralidade pública” ficaria “resguardada” se houvesse uma circulação (in)específica de corpos e seus usos, como uma superposição (in)adequada entre corpos (seus gestos, movimentos, trajes) e coordenadas cartográficas e temporais. Como se para essa instituição policial, moralizar não fosse converter ideias e escolhas, e sim definir e distribuir localizações, definindo e distribuindo seus “desvios” e “violações”.

Na Mensagem que o Presidente do Estado do Ceará Desembargador José Moreira da Rocha enviou à Assembleia Legislativa em 1926, foi relacionado, a propósito da Guarda Civil, a prevenção contra “atentados à moral e aos bons costumes” com uma “ordeira circulação dos pedestres”, protegendo o que ele definia como a “vida de uma grande cidade” de perturbações ou alterações e garantindo “o livre trânsito e

o franco exercício de todas as atividades”. Na seção “Na polícia e nas ruas”, do jornal “O Ceará” de 6 de novembro de 1928, a “moral pública” surgia como o contrário do corpo de Maria Francisca da Conceição e de algumas palavras que ela falou em voz alta quando saía à rua dois dias antes da publicação desse periódico. O “pudor público”, não uma substância a ser defendida e preservada, não um dado natural da sociedade, seria o funcionamento material bem cruzado de alguns departamentos, textos e ações, como o mapa da cidade de Fortaleza, uma legislação, delegacias, convenções linguísticas. *Outra vez*, na mesma página, o fato começava com uma mulher classificada como prostituta e terminava contando que “o guarda de serviço naquela artéria pública, chegando no momento, deu ordem de prisão à horizontal, levando-a para o xadrez da 1ª delegacia, onde a mesma ficou encarcerada”. Em menos de um mês, esta foi a segunda coluna no mesmo periódico com o mesmo tipo de registro. Aqui, foi Olindina Costa, com 25 anos de idade, chamada no impresso de “mulher de vida alegre”, que, depois de “proferir interminável vocabulário de termos obscenos”, seria “recolhida às grades da 1ª delegacia”. Essas produções discursivas e não discursivas da prostituição funcionariam como condições normativas que tornariam essas mulheres “pessoas mais difíceis de reconhecer” (BUTLER, 2015, p. 20), existências que não *contam*⁷.

Rosita de Albuquerque, Maria Pires Brandão, Raymunda Gonçalves da Silva, as três mulheres proibidas de banho de mar na Praia do Peixe, perfazem as variações e ramificações do que se formava como um problema para a administração da cidade de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. Não apenas, ou não mais, reprimir a prostituição, proibindo-a. Mas fazê-la um lugar, um circuito, um horário. Em 1933, o jornal “A Rua” colocava a questão dizendo que “em Fortaleza bem avultado é o número de horizontais”. E seguia com esse ponto da localização:

7 Sobre essa reflexão do reconhecimento da importância da existência (material e narrativa) dos corpos, ver: BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993.

Prostíbulos indecentes e nauseabundos instalam-se sem o menor impedimento em partes as mais centrais da cidade, por sobre casas comerciais ou encravadas entre casas de família, com prejuízo da moralidade e da ordem de ruas inteiras. Este abuso, em tempo algum, foi impedido ou, pelo menos, atenuado. A liberdade é franca e plena e dela bom proveito souberam tirar as donas dessas casas a que a suscetibilidade pública dá o nome um tanto eufêmico de pensos (JORNAL A RUA, 1933, s/p).

O argumento vai montando sua cena urbana como uma tensão de contrastes, de materialidades e práticas que se contrapõem, contrários irredutíveis. A casa de família não é a casa da prostituição. O lar não é o cabaré. O comércio de bens e serviços, inclusive de serviços também realizados com o corpo, não é o chamado comércio do sexo, por isso que devem ser separados, pois pressupostos como separados. Ficam, ou deveriam ficar, em endereços diferentes, garantindo suas “naturais” diferenças. Mas é na produção dessas relações em contraponto, efetuadas mais de métricas urbanas, marcações temporais e formas e usos corporais, forjadas como e em códigos legais e normativos do que como um dado da existência de uma natureza, que “um” não será o “outro”, que a casa da *família* seria o espaço do sexo legítimo, correto, e que o prostíbulo seria onde sua prática se faz em *desvio*, ainda que com os mesmos (ou quase os mesmos) materiais e posições.

O edital da Polícia Marítima, as ações policiais, as páginas dos jornais, o pedido de *habeas corpus* produzem a *moldura* da prostituição e da obscenidade em especificidades de corpos, de endereços, de palavras. E seria num movimento de atribuição e de distribuição (in) correta desses elementos que Fortaleza garantiria sua (i)moralidade e seu (des)pudor. Esse “problema” também podia ser mais complicado, como escreveu um leitor do Gazeta de Notícias em 17 de abril de 1930 concordando com a medida da localização, mas trazendo, por outro lado, a dúvida de “como localizar”. Ele considera que:

O Estado tem o direito, ou antes, o dever de zelar pela saúde física e moral da sociedade. Cabe-lhe, pois, a atribuição de regulamentar a prostituição (o “mal necessário” de que falam os juriconsultos e os moralistas) submetendo-as às determinações aconselhadas pela higiene, pela moral e pelos bons costumes (JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, 1930, s/p).

Aqui, o correspondente do jornal traz a questão da regulamentação da prostituição como uma decisão que faria parte desse problema mais amplo de um lugar para o meretrício, apontando-o também como um tema de política de saúde, que deveria ser discutido do ponto de vista da salubridade da população, da higiene pública, em cujo bojo poderiam ser forjadas também definições e condições de uma experiência sexual na cidade (ou a cidade como uma “experiência sexual”), fazendo dos costumes e do pudor questões de sanitarismo.

Por meio dos chamados “serviços sanitários”, que desde 1918 passaram a ser de responsabilidade da Diretoria Geral de Higiene, as residências e os estabelecimentos comerciais na cidade de Fortaleza, além dos seus espaços públicos e ruas, seriam inspecionados sanitariamente. Essa ordem higiênica municipal funcionaria em outras frentes, como os serviços de água e esgoto, inaugurados na metade dos anos 1920, coincidindo com medidas de restrições e proibições para o definido como circunscrições urbanas de fábricas e atividades que façam exalar “mau cheiro”. A administração municipal fazia a cidade como norma e legalidade de movimentações adequadas e específicas de odores, líquidos e excrementos. Com o debate e as resoluções sobre um lugar para a prostituição em Fortaleza na primeira metade do século XX, podemos incluir, portanto, o sêmen nesse circuito de fluidos, corporais ou não. Sanear as viscosidades do “sexo ilícito”, daquele feito fora da casa de família, do lar, do quarto conjugal, da própria conjugalidade, feito com uma prostituta. Localizar os corpos da prostituição também seria uma maneira de controlar seus líquidos.

Ainda com o colaborador da Gazeta de Notícias, temos a sua opinião sobre não afastar o meretrício do centro da cidade. Ele considera que “as mulheres livres têm de viver dentro da cidade”, mas separa os bordéis que podem permanecer dos que “devem ser mudados por escandalizarem as famílias”. Pondera que aqueles que estavam próximos de estabelecimentos comerciais não teriam problemas para o seu funcionamento já que sua atividade seria noturna, quando aqueles estariam fechados. Dessa posição se fizeram contrários os moradores da praça Castro Carreira, rua da Misericórdia e rua Senador Pompeu, no centro de Fortaleza, ao assinarem uma nota para a chefia da polícia em 19 de setembro de 1936 publicada no jornal Gazeta de Notícias. Nela, reclamavam do funcionamento de uma “casa de samba” onde se localizava também uma “residência de mulheres alegres” e pediam que a autoridade policial limitasse os “sambistas” até dez horas da noite, garantindo que eles não fossem “privados do sono doce e reparador”. Aqui, a “normalidade do cotidiano” dito como uma correspondência adequada entre estados dos corpos e as horas do dia, ou sua marcação em horários de práticas e sensibilidades. Propunha-se o tempo para o sono, para a música, para a prostituição, cujos contornos também poderiam ser um problema de posicionamento temporal e sua relação com um uso do corpo, além da sua presença em um lugar, e não em outro. Não dormindo, mas pagando e recebendo dinheiro por sexo; não no quarto conjugal, mas no bordel.

Os espaços, os tempos e os corpos no centro da cidade de Fortaleza nas três primeiras décadas do século XX continuavam a receber dos textos nos jornais desse período a sua condição de objeto de urgência municipal, de “questão urbana”, de interlocução sobre a cidade, de medidas e objetivos para uma gestão da cidade, implicando sujeitos em práticas, como tipificações em documentos da oficialidade administrativa e jurídica. Em 12 de janeiro de 1931, o jornal “O Nordeste” trazia uma reclamação de um leitor sobre a “localização do meretrício”:

[...] ainda não mereceu vista dos nossos atuais dirigentes. Tanto assim é que, nas principais ruas da nossa capital, estão localizadas diversas “colmeias” cujas abelhas vivem, como é do domínio público, perturbando o sossego das famílias. Para exemplo, podemos citar o seguinte fato a que assistimos nos últimos dias da semana passada, na rua Dr. João Moreira, no trecho compreendido entre as ruas Senador Pompeu e General Sampaio (JORNAL O NORDESTE, 1931, s/p).

Na sequência do texto, conta aos leitores do jornal que as meretrizes de uma “pensão” que ficava entre as ruas citadas ignoravam uma portaria da Polícia que restringia a circulação dessas mulheres, proibindo o “seu trânsito antes das 22 horas”. E lembrou que:

Sábado último por volta das 17 horas nas proximidades do Café Ypiranga duas infelizes mulheres perderam a calma e o respeito devido às famílias que na ocasião passavam pelo local em busca da estação central, promovendo séria discussão com uma série de palavreados. É lamentável que tal aconteça numa cidade como a nossa. Estamos certos, porém, de que o esforçado dr. Delegado de Polícia tomará sobre o caso as mais enérgicas providências (JORNAL O NORDESTE, 1931, s/p).

O final da tarde do missivista do jornal O Nordeste e as suas primeiras horas da noite, com a identificação de centralidade de algumas vias urbanas, potencializavam alguns corpos e determinadas palavras nas formas de impropriedade, como inadequação, inconveniência, imoralidade. Fazer da prostituição um “fora” de uma “ordem urbana” para definir nessa relação e nessa atribuição a “(im)própria” cidade, seu “dentro”, suas hierarquias e diferenças, inclusive de corpos e dos seus usos, produzir seus *obscenus corpus*, seus corpos de mau augúrio, sinistros, *obscurus corpus*, sem brilho, sem fulgor, sem sol, sem mar, que devem *aparecer desaparecendo*, e existir apenas como infâmia, para que o “seu contrário” faça-se luz.

Localizar, e não exatamente proibir ou tentar extinguir o meretrício, encaminhava-se como perspectiva de “organização social” em páginas

de jornais que circulavam em Fortaleza na primeira metade do século XX, em comunicados, despachos e resoluções policiais, mas também em uma espécie de literatura de tratado moral, como a publicada em 1948 por Tarciso Soriano Aderaldo. Escrita como um ensaio de revisão e crítica de uma história das representações morais e legais da prostituição e da prostituta, Aderaldo aprecia a questão do lugar para o meretrício considerando antes que sua eliminação seria um “grande subsídio para a causa de saneamento moral”. Em seguida, porém, indica a ineficácia dessa frente de combate, comentando que diante de tal medida a meretriz mudaria de residência, indo para “apartamentos, hotéis e pensões rotulados de familiares, ou ainda para casas individuais, permanecendo no mesmo gênero imoral e parasitário de vida”.

Conceber, propor, articular, executar o definido e classificado de meretrício como uma questão de localização espacial e corporal para a cidade de Fortaleza nas suas primeiras décadas do século XX funcionaria como uma produção das próprias categorias forjadas como pressupostos para essas propostas e ações, (re)produzindo subjetividades nesses discursos e discussões como estigma de um posicionamento num suposto circuito (in)correto e (i)legítimo de corpos em lugares e de lugares como corpos. Ou seja, localizar o meretrício para dizer *quem é* a meretriz. E fazê-los na medida da sua classificação como gênero de um “desvio moral” e de um “problema urbano”, feitos também como matéria a partir de uma distribuição e circulação de corpos e espaços, de corporalidades e espacialidades. A prostituição, por exemplo, não deveria ser confundida com o comércio e o lazer legítimos, registrados em almanaques, estatísticas e álbuns da cidade, seja pelo endereço que deveria ter, seja pelo seu horário de atividade. E nem *seu sexo* poderia ser o *mesmo sexo* do quarto do matrimônio, da família. Não porque seus corpos seriam outros, mas por variar em outras classificações. Seu sexo seria uma sexualidade: com a fricção das carnes, um roçar de corpos hierarquizados, registrados e registráveis, um emaranhado de textos,

registros e categorizações jurídicas e administrativas. E se um seria “contextualizado” por uma celebração religiosa, o outro não seria um assunto de amantes, mas de prontuários policíacos. Se o leito não fosse as núpcias, poderia ser a delegacia.

Em 25 de janeiro de 1938, o jornal O Nordeste publicava uma portaria da Secretaria de Polícia e Segurança Pública assinada pelo seu titular, o capitão Cordeiro Neto. Encaminhada pelo delegado auxiliar Hugo Victor Guimarães, o documento referia-se ao tema da “localização do meretrício”. Nela, com subscrição do delegado, o Secretário de Polícia comunica que:

tendo em vista as constantes reclamações que lhe tem sido feita, e attendendo a conveniência de serem retiradas das ruas da Misericórdia, Castro e Silva e trecho da travessa São Paulo, entre as ruas General Sampaio e Senador Pompeu, as meretrizes ali instaladas, por se tratar de locais onde residem várias famílias e de intenso movimento, quer de pedestre, quer de veículos, e, ainda, porque referidas meretrizes não se portam convenientemente, cometendo actos attentos da moral pública, recomenda ao Sr. Delegado auxiliar que providencie no sentido de ser promovida a mudança das mesmas daquellas ruas, não permitindo a sua instalação ali ((=JORNAL O NORDESTE, 1938, s/p).

Na perspectiva da determinação de Cordeiro Neto, a “moral pública” seria restabelecida com a remoção das meretrizes daquelas ruas. Esse despacho, por outro lado, fazia essa “moralidade” na medida da sua “ameaça”, como nas formas (e usos) dos corpos classificados de prostitutas (e prostituição) e sua presença naquele espaço, ao mesmo tempo marcando os “contrários” dessas formas e usos como “polícia” e “família”, em medidas e práticas e corpos (e usos) que poderiam permanecer nas ruas e cruzamentos mencionados, além dessa própria espacialidade como diferença do lugar do meretrício.

Em 1938, no seu relatório como Capitão de Polícia, Cordeiro Neto informava a transformação da Delegacia Auxiliar em Delegacia

de Investigação e Capturas, pontuando suas atribuições. Entre elas, estava a “fiscalização do meretrício”, inclusive com o cadastramento das meretrizes, permitindo, segundo o milico, “determinar o paradeiro de qualquer delas dentro do Estado”.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993.

FOUCAULT, Michel. “A vida dos homens infames”. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MORAES FILHO, Virgílio Augusto de. **O habeas corpus das banhistas**: a prostituta estudada à luz do direito. Fortaleza: Typ. Minerva, 1925.

PAULS, Alan. **A vida descalço**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

A formação de uma comunidade africana no Recife oitocentista, 1830-1840

Deylla da Silva Barros¹

INTRODUÇÃO

No Brasil, o escravismo se tornou um sistema tão enraizado que acabou moldando pensamentos, costumes e modos de vida. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, o modelo econômico pautado na exploração humana “grassou uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 27). A escravidão estava em todos os espaços, era tanto um fenômeno urbano, quanto rural. Com o passar dos anos a propriedade escrava deixou de ser privilégio de poucos. Não apenas os grandes produtores tinham escravos. Comerciantes, funcionários públicos, militares, pequenos lavradores, padres, e até mesmo a população pobre e negra — livres e libertos — possuíam escravos. Era um sistema em que quase todos usufruíam dessa mão de obra. Além disso, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico, ela desenhou posturas, “definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência e criou uma

¹ Universidade de Pernambuco. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas — PROCADI. Núcleo de Estudos sobre África e Brasil.

sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita” (SCHWARCZ, 2019, p. 27). Os mais de trezentos anos de escravidão negra foram mais que o suficiente para moldar o pensamento brasileiro e consolidar uma sociedade violenta e desigual.

A capital pernambucana — nosso recorte espacial — assim como os demais grandes centros urbanos, exigia uma alta demanda de escravos. Antes mesmo do alvorecer do século XIX, as cidades já abrigavam um grande número de escravos e o tráfico transatlântico de gente dividia-se entre as demandas rurais e urbanas. Em caso específico, o Recife era rodeado por engenhos. O declínio na produção do açúcar das propriedades mais próximas levaria automaticamente o engrossamento da população livre e escrava na cidade, o que de fato aconteceu.

O Recife era mais que uma cidade. Juntamente com o Rio de Janeiro e Salvador, era um dos maiores portos escravistas das Américas. A produção açucareira na antiga capitania de Duarte Coelho atraía os mais diversos olhares. Os grandes proprietários de terra, como também os de pequeno porte, faziam dos planteis de cana-de-açúcar uma das principais fontes econômicas de Pernambuco, e dos escravos de origem africana, sua principal mão-de-obra. A diáspora de povos africanos facilitava essa produção.

A diáspora africana passou a ser um tema frequente dentro das análises historiográficas sobre o tráfico de escravos para as Américas a partir da década de 1970. Novos olhares sobre a temática têm sido construídos a fim de trazer abordagens ainda não exploradas. Mais do que um deslocamento forçado, a diáspora representa a transferência cultural e identitária de um território a outro, o que, nos estudos africanos e afro-americanos remete-se ao tráfico de pessoas negras para o Novo Mundo entre os séculos XVI e XIX. A rentabilidade do comércio resultou em altos números de africanos levados para fora de seu continente através do Atlântico. Cerca de 12 milhões de indivíduos foram arrancadas compulsoriamente de suas “nações”

para alimentarem uma economia escravista do outro lado do oceano. O recorte, 1830-1840, se apresenta bem sugestivo, pois uma nova legislação sobre o tráfico transatlântico de escravos entrava em vigor. O século XIX se mostrou peculiar e nesses cem anos a escravidão atingiu seu ápice, mas também seu declínio. Foi também durante este século que os primeiros impressos começaram a circular no Brasil.

Em Pernambuco, o principal periódico provincial surgiu na passagem do primeiro para o segundo quartel dos oitocentos. O *Diário de Pernambuco*, publicado em edições diárias, nos fornece relevantes dados acerca da escravidão, da população africana, assim como dos grupos étnicos presentes na capital pernambucana e regiões circunvizinhas. A seção *Escravos Fugidos* — do mesmo jornal — revela muito do que foi o Recife escravista. Notícias sobre fugas de escravos eram publicadas diariamente fornecendo informações importantes sobre quem eram os cativos. Havia um certo padrão em suas características gerais — quase sempre aparecia o nome do fugido, a idade, sua “nacionalidade” (crioulo ou africano), sua etnia, além de traços estéticos: marcas de nação, cabelo, vestimenta etc.

O Recife, terceiro maior porto escravista do Brasil, tinha um alto contingente de africanos dentro de seu espaço físico, e entre ruas e rios essa comunidade não passava despercebida. Escravos, forros, livres e libertos, os africanos transformaram a sua cultura em um novo território, território esse que passou a ser sua nova casa, seu novo espaço de sociabilidade.

ESCRavidÃO E ETNIAS AFRICANAS NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS

Uma das dificuldades de se pesquisar a escravidão no Brasil é a quase ausência de narrativas e escritos deixados pelos próprios escravizados. Suas histórias sempre são contadas a partir da interpretação de algum documento que os descreve. Desse modo, é importante

fazer uma leitura a contrapelo para poder identificar elementos que são característicos dos próprios escravos, seus desejos, aspirações e estratégias para lidar com a vida da diáspora.

Para se ter a dimensão desse olhar sobre o outro, encontrado nas fontes, um anúncio publicado em primeiro de fevereiro de 1831, nos proporciona uma boa imagem.

Joanna, rebollo, 45 ans., fula, nariz afilado, rosto bordado a moda de sua nação, delgada, peitos pequenos, com a marca de IB em um dos braços, fugida no mesmo dia (25 de janeiro segundo o anúncio anterior) com saia de bambá e baeta azul, desbotada; ambas (Joanna e Roza) na rua do Nogueira n.º 743 (Diário de Pernambuco, 01 fev. 1831, n. 25. *In* Escravos Fugidos).

O seu proprietário procura distingui-la dos demais escravizados da cidade, pontuando alguns dos seus traços como, o “rosto bordado a moda de sua nação”. Essa seria uma interpretação pessoal do proprietário sobre o desenho. Um bordado, seria um olhar ocidental, europeu, sobre um desenho africano cheio de significados para quem os possuía, algo que nem aquele contemporâneo do século XIX poderia ter entendimento, nem muito menos os historiadores que se debruçam sobre esses documentos. A experiência africana é perdida em parte, pois não sabemos os significados e nem as formas que tinha aquele bordado. Porém, ao se referir ao sinal do braço como um sinal “de sua nação” o proprietário está também complementando o traço de africanidade que o mesmo possuía.

Através desse tipo de fonte, é possível perceber que os próprios senhores ou anunciantes esboçavam uma interpretação sobre esses sinais, de acordo com a sua cultura. Eram marcas, que perante os africanos, carregavam significados, a sua identidade estava ali presente, mas que diante do aparelho repressor, os símbolos deixavam esses africanos ainda mais em evidência. São características particulares de cada povo e suas marcas que, cravadas na pele ainda em solo africano, refletiam sua etnicidade.

Segundo Bruno Câmara, “muitos historiadores fazem uso dos termos ‘grupos étnicos’ ou ‘etnia’, algo que veio de empréstimo de estudos na área da Antropologia, sobretudo nos trabalhos que estão relacionados aos povos indígenas e aos escravos africanos no Brasil” (CÂMARA, 2012, p. 112). Para o autor, em se tratando dos africanos a “etnia” é dada com base no critério nação/procedência (angola, congo, benguela, moçambique, mina, gabão etc.). O historiador tem a impressão de que, “na falta de uma nacionalidade, incorporada a algum tipo de Estado nação do tipo moderno, o termo ‘etnia’ e suas variantes se adéquam melhor” (CÂMARA, 2012, p. 112). Complementando essa definição, o antropólogo Abner Cohen nos apresenta a sua interpretação sobre essa categoria.

Um grupo étnico é uma coletividade de pessoas que compartilham alguns padrões de comportamentos normativo, ou cultura, e que representam uma parcela de um grupo populacional mais amplo, interagindo no quadro de um social comum como por exemplo o estado. [...] se refere especificadamente ao grau de conformidade existente em relação a essas normas coletivas no processo de interação social (COHEN, 1978, p. 117).

Para os habitantes da cidade, os critérios que demarcavam a população africana, podiam ser percebidos por outras nuances, que iam desde a aparência exterior, cortes de cabelo, vestuário no geral, gestual etc. A linguagem carregada de sotaques também os tornava distintos dos demais escravizados.

Os africanos não diferenciavam apenas no campo da linguagem falada. Os sons e os sotaques faziam desses estrangeiros facilmente distinguíveis na cidade do Recife, principalmente aqueles que trabalhavam diretamente com o público, como os escravos de ganho, que vendiam mercadorias no comércio volante. Gente que saía às ruas gritando, fazendo pregões de seus produtos por onde transitavam. Nesses momentos, o sotaque da terra natal levava a uma fácil identificação. Era justamente pelo jeito de falar um português ainda precário que os faziam facilmente reconhecíveis. Os sotaques os denunciavam nas fugas.

Outro aspecto que os tornavam facilmente distinguíveis era o tom excessivamente escuro da cor da pele. Numa cidade como o Recife, “africanizada” por mais de três séculos de escravidão, pardos e mulatos, ou “semi-brancos”, como consta na documentação, circulavam também como escravizados.

As vestimentas também eram elementos de distinção. As negras e escravizadas se diferenciavam das demais mulheres livres (brancas) pelo modo como se vestiam. É possível perceber que algumas africanas se apresentavam diferentes das outras negras através de características particulares. Com quatorze ou quinze anos de idade, a escrava Rita de nação Caçange, fugia no mês de março de 1833. Levava consigo um “vestido de chita verde já velho e um pano azul da costa” (Diário de Pernambuco, 25 jun. 1833), sendo esse último um tecido de origem africana. Havia um mercado, um comércio de produtos africanos, e os escravos da diáspora eram os principais consumidores, apesar de não serem os únicos.

Os produtos de origem africana poderiam ser importados nos mesmos tumbeiros, juntamente com o lote de escravos. Em sua maioria, não eram de preço elevado. A utilização desses produtos ia além da vontade do escravizado. Dependiam, a grosso modo, dos custos que os seus senhores estavam dispostos a pagar. Os africanos desembarcavam, em sua maioria, vestidos apenas por um pedaço de pano. Segundo a descrição de um viajante e comerciante francês, para os escravos expostos a venda nos mercados “nunca há mais do que uma tanga” (TOLLENARE, 1978, p. 21). Quando comprados, recebiam de seu senhor uma muda de roupa, que poderia ser a única num espaço de um ano. Os panos da costa faziam parte da vestimenta comprada tanto pelos senhores, quanto através de sua força de trabalho do cativo, já que estes também compunham um mercado consumidor. Produtos como esses foram tão presentes na comunidade escrava que eram utilizados como elementos de distinção nos anúncios de jornais, como já citado.

Em se tratando de tráfico de escravos, o historiador John Thornton (2004) aponta que este empreendimento em África poderia ter seu ponto de partida nas regiões interioranas. Portanto, era muito comum que africanos de diferentes comunidades fossem embarcados no mesmo navio, o que causava uma certa ruptura identitária, marcada profundamente pelo processo de escravização no Novo Mundo. O que pode ser feito, é especular se estes africanos passavam a adotar a etnia pelo porto de embarque, ou se continuavam a utilizar a sua autoidentificação africana. O mesmo autor lembra muito bem que não houve uma transposição direta da cultura africana para o outro lado do atlântico. Desse modo, é importante apreender as diversas estratégias de ressignificação empreendidas por estes grupos.

Um caso que mostra bem esta dificuldade em estabelecer a identificação étnica é um anúncio do jornal *Diário de Pernambuco*, publicado no ano de 1833. O mesmo referia-se ao escravizado como “Miguel, angola de nação Congo”. O anúncio não traz muitas informações das circunstâncias de sua fuga, apresentando apenas traços estéticos e sua profissão: “ganhador da praça” (*Diário de Pernambuco*, Janeiro de 1833). É possível perceber a emergência de uma nova categoria, a do “angola de nação Congo”. Uma das argumentações acima do anúncio, é que o dito escravo de origem africana poderia ter sua origem de nascença no Reino do Congo, porém embarcado em um porto da colônia portuguesa de Angola. Também não é um exagero considerar que o escravo poderia ser angolano, mas adotou a etnia “congo” para se inserir em um grupo da comunidade africana no Recife, ou por simples denominação de seus traficantes e senhores. Havia muitos escravos com o mesmo nome, como também com a mesma designação étnica. O fato é que, para o seu senhor, descrever Miguel como “Angola de nação congo”, tornava ele mais distinguível perante os seus contemporâneos.

É preciso lembrar que as designações étnicas e de origem, geralmente chamadas de “nações” nos registros históricos, “são elementos que mais

nos aproximam de uma associação dos indivíduos com seus específicos locais de origem” (MAMIGONIAN, 2004, p. 39). Essas designações falam mais sobre o tráfico de escravos em si, do que sobre os africanos. Assim, o termo “nação” poderia ser uma categoria utilizada pelo senhor como elemento de distinção, que foi adotada pelos próprios africanos.

Em Recife, no ano de 1833, foram identificadas quase 20 nações africanas na seção *Escravos Fugidos*, num total de 277 escravos. Algumas observações devem ser feitas antes da explanação geral. Há a pretensão — no trabalho final — de estender os dados para os anos anteriores e posteriores, porém, tomemos o ano de 1833 como uma espécie de laboratório, pois as informações colhidas estão mais completas e precisas. Uma outra observação é que há a possibilidade de alguns anúncios terem entrado na contagem repetidas vezes, levando em consideração que um mesmo escravo poderia ser anunciado em diversas edições como forma de chamar a atenção do leitor do jornal, como também da necessidade do senhor em recuperar sua propriedade. Contudo, não reflete uma total disparidade entre os resultados adquiridos. Vejamos na tabela abaixo.

Tabela 1 - Nações africanas nos anúncios de jornais - 1833

NAÇÃO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Angola	73	26,4
Cassange ou Caçange	29	10,5
Da Costa	25	9,03
Benguela	25	9,03
Congo	23	8,3
Moçambique	22	7,9
Rebolo	16	5,8
Cabinda	11	3,9
Calabar	11	3,9
Gabão	8	2,9
Angico	6	2,2
Costa da Mina	3	1,08
Outras ¹¹	25	9,06
Total	277	100 %

Fonte: *Diário de Pernambuco* - Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Como pode ser observado, havia um maior interesse pelos africanos de “nação” ou “gentio” de Angola, como são comumente descritos pelas páginas dos jornais. Segundo Henry Koster - viajante inglês que esteve em Pernambuco durante a década de 1810 -, os negros de Angola eram considerados os melhores escravos para realizarem suas atividades. Para alguns, havia uma familiaridade com escravidão ainda em África, pois uma grande parcela poderia ter vivido em cativeiro antes mesmo da captura para o círculo comercial do Atlântico. Serviam a homens brancos em Luanda, onde se localizava o maior domínio português da costa africana. Koster ainda defende a ideia de que a vida como escravos no Brasil era superior à que levavam em África e a mudança para o novo continente seria de melhor agrado. Claro, porque ser separado de sua família e levado para um território hostil era de preferência do negro!

A preferência pelos angolas seria pela predisposição destes para o trabalho. Eram considerados mais dedicados, fiéis aos seus senhores e também mais honestos. Havia também entre essa nação, segundo o inglês, um maior esforço para a obtenção da alforria. Os angolanos eram aptos para todo tipo de serviço, sobretudo para os rurais. Além do mais, o traslado de Angola para o Recife era considerado rápido. Segundo Marcus Carvalho (2010), as viagens duravam em média 35 dias, mas em alguns casos específicos tiveram a duração de 28, 26 e até mesmo 20 dias, a mais curta registrada.

Os africanos cassange e benguela ocupam o segundo e quarto lugar, respectivamente, nos anúncios de escravos fugidos. É difícil afirmar, de fato, a procedência exata dos africanos para Pernambuco. A denominação cassange, por exemplo, mesclava etnias originais africanas, o porto de embarque e a faixa costeira, sendo, portanto, um termo difícil de conceituar. Segundo Regiane Augusto de Mattos (2006), “Kassange (ou Cassange) era um importante povoado situado no interior de Angola onde eram vendidos escravos em uma grande feira” (MATTOS, 2006, p. 29). Assim como os cassange, os negros benguela também

proviam de Angola, entretanto, eram encontrados próximos a costa. Apesar de serem originários de uma mesma região, recebiam designações étnicas distintas. Ao que se sabe, Luanda não era o único porto de embarque de africanos em Angola. Havia também o porto de Benguela, o que por si só já poderia justificar essa designação, levando em consideração a estratégia de nomeação por traficantes.

Os negros do congo, assim como os angolas, eram considerados predispostos ao trabalho. Por serem robustos e de aparência forte, eram direcionados, sobretudo, para os engenhos, onde se exigia força e resistência, como afirmava Koster. Contudo, a maioria dos africanos fugidos de nação congo residiam ou trabalhavam na cidade no momento da fuga. Vale lembrar que os dados expostos são referentes ao ano de 1833, os ofícios urbanos por escravos eram mais frequentes do que no período em que Koster esteve no Brasil. Porém, não descartamos a opinião dele como uma fonte complementar sobre os cativos de nação congo. Não se pode concluir, porém, que as fugas de escravos dessa etnia nos engenhos não eram noticiadas no *Diário de Pernambuco*. Para o ano de 1833, algumas fugas foram apanhadas, a exemplo do caso do escravo “Joze de nação Congo”, fugido no dia 25 de novembro de 1832. Após as descrições gerais sobre o cativo é solicitado que, caso fosse encontrado, deveria ser remetido ao “engenho Campestre na Freguesia de N. S. da Escada” (*Diário de Pernambuco*, Dezembro de 1833). Se pretende ir mais à frente para analisar os dados disponíveis.

Africanos da contracosta africana também eram encontrados com frequência no Recife. Os negros moçambique não eram originários apenas da região atual de Moçambique, mas também das atuais áreas correspondentes ao Quênia e Tanzânia. Segundo as descrições de Koster, os negros de Moçambique constituíam uma pobre e feia raça de seres preguiçosos e propensos à melancolia. O viajante conclui seu pensamento argumentando que o preço desses africanos é inferior ao de qualquer nação, e assim como os escravos gabão, não possuem nenhum vigor para a agricultura. O tráfico de escravos na região era facilitado pelos preços mais baixos e por ter uma alta taxa de jovens aprisionados para atravessar o atlântico. Além disso, quando havia

algun conflito na região, que impedia a chegada no porto de Moçambique, este poderia ser feito na cidade portuária de Quelimane, podendo então aumentar a quantidade de escravos dessa etnia.

Em sua descrição sobre os africanos de nação Angico — que também habitavam a costa leste africana — Henry Koster afirma que “todos os Angicos tem três cicatrizes de forma circular em cada face, indo da orelha ao canto da boca” (KOSTER, 1978, p. 398). Os traços de nação eram comuns identificadores de origem africana. Porém, o que nos chama a atenção na afirmação de Koster é que “todos” os africanos Angicos possuíam traços ou sinais de sua nação. Em análise dos anúncios de escravos dessa etnia, percebemos que dos seis escravos fugidos de origem angico, apenas um não apresentava riscos no rosto. Porém, o anunciante não deixou de citar a ausência desses sinais, o que nos leva a crer que a passagem de Koster não é uma mera generalização. O escravo João, que foi anunciado duas vezes na seção *Escravos Fugidos*, merece destaque. Como se apresenta no anúncio o dito escravo era de “nação Angico, porém não tem a cara riscada” (Diário de Pernambuco, 21 nov. 1833). O mesmo se repete no segundo anúncio do foragido.

Os africanos de nação rebolo, cabinda e gabão provinham da África Centro-Occidental. Juntamente com as nações de angola, casange, benguela e congo constituíam-se como os principais grupos que aparecem nos anúncios. Estes dados corroboram com os estudos sobre a escravidão em Pernambuco, que apontam as íntimas ligações dos traficantes com esta região da África. Apesar disso, o Recife também recebeu cativos oriundos da Costa Occidental: Calabar e minas. Mesmo que os escravos minas fossem amplamente conhecidos na historiografia brasileira, sobretudo baiana, não eram frequentemente encontrados no Recife. A década de 1830 foi conturbada para os cativos desta etnia, principalmente após os acontecimentos da Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835. Por ter uma forte participação deste grupo étnico, atrelada a religião mulçumana, houve um certo receio de continuar o traslado de cativos desta região, por medo de que outras revoltas deste porte pudessem acontecer.

Conforme visto na tabela acima, os anunciantes nem sempre davam uma descrição exata da origem e/ou grupo étnico ao qual o cativo pertencia. Há, em vinte e cinco anúncios, o termo “da costa”. Uma descrição tão abrangente como esta, impossibilita que façamos uma análise mais aprofundada, pelo fato de existirem inúmeros portos de embarque de cativos na costa africana. O que podemos afirmar é que a descrição dada a estes escravos era compreendida pelos seus contemporâneos da cidade do Recife — senhores, livres pobres, libertos como também outros escravos — que não tinham maiores dificuldades na hora de reconhecê-los.

O recorte temporal se apresenta de forma significativa, pois temos como pano de fundo a promulgação da Lei de proibição de tráfico do parlamentar Diogo Feijó, mais conhecida como “Lei para inglês ver”. Pretende-se observar nesse espaço de tempo as nuances em relação ao número de escravos crioulos e de origem africana na cidade do Recife. Levando em consideração que alguns anúncios se repetem, é preciso fazer uma análise mais minuciosa desse tipo de fonte. Um bom exemplo dessa repetição é o caso da “negra da costa de nome Catharina” que foi anunciada pelo menos 20 vezes em um mesmo ano. Com idade “que representa ter 50 a 60 anos, alta seca, com vestido de chita já usado, e pano da costa”, a escrava fugida foi anunciada a primeira vez no dia 05 de janeiro de 1838. Em seu último anúncio, ainda o ano de 1838, supondo que a sua escrava poderia “estar acoitada, ou vendida, o anunciante solicita que “a mande prender” e leva-la a sua residência na Boa-vista, endereçada na “rua do Aragão D. 37 que satisfará toda a despesa, e gratificação” (Diário de Pernambuco, 05 jan. 1838).

Tabela 2 - Quadro geral dos escravos fugidos no ano de 1833

Identidade	Número	Porcentagem
Africanos	277	59,6
Crioulos, Cabras, Mulatos e Pardos	125	26,9
Sem Identificação	63	13,5
Total	465	100 %

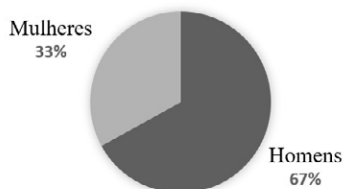
Fonte: *Diário de Pernambuco* - Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em uma breve análise do *Jornal Diário de Pernambuco*, observa-se que na primeira metade da década de 1830 a maior incidência de

anúncios na seção *Escravos Fugidos*, fica em cargo dos escravos de origem africana. No ano escolhido para essa análise, quase 60% dos anúncios faziam referência a africanos, já o número de crioulos, cabras, mulatos e pardos não passou de 27%. O alto número de africanos neste período é um reflexo direto dos dados do tráfico para Pernambuco na primeira metade do século XIX. Constantemente, o porto do Recife — antes de 1831 — e suas cercanias — após declarada a ilegalidade do tráfico — recebia embarcações vindas da África. Portanto, o acesso a cativos de origem africana era rápido, fácil e relativamente barato para a época. Esta tendência só viria a mudar na segunda metade dos oitocentos, quando o tráfico atlântico finalmente é cessado e as províncias do Norte passam a vender seus cativos para o centro-sul através do tráfico interprovincial. Neste período, ocorre uma profunda inversão, passando os crioulos, cabras e mulatos a compor a maior parte da comunidade escrava na província como um todo.

Pretende-se ir mais além na análise dessa fonte. Os anúncios forneciam também informações quanto ao sexo dos cativos. Objetiva-se, então, destacar a incidência de homens e mulheres nos anúncios de jornais, como também sua faixa etária. Anúncios de idosos e crianças também estampavam as páginas do periódico, apesar de serem minoria entre os escravos fugidos. A grosso modo os anúncios ficavam a cargo de escravos entre 15 e 30 anos e de meia idade. A quase ausência de idosos pode ser explicada pela expectativa de vida da população, sobretudo escrava. Um escravo rural raramente passava dos sessenta anos e a realidade do escravo urbano não seria em muito diferente. Apenas dois escravos foram identificados com 60 anos ou mais. Um crioulo, no mês de janeiro e um africano de nação angola em fevereiro, ambos sexagenários. O corpo frágil e moribundo raramente sustentaria o peso de uma fuga.

Gráfico 1 - Escravos fugidos em 1833 - Percentual entre homens e mulheres



Fonte: *Diário de Pernambuco* - Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

À primeira vista, observamos que havia uma grande disparidade entre homens e mulheres nos anúncios de fuga. Enquanto os homens correspondiam a 67% das fugas, as mulheres não chegavam nem na metade dessa porcentagem. Podemos fazer algumas observações sobre esses dados. A primeira delas era o fato de os homens serem maioria dentro da comunidade escrava do Recife e seus arrabaldes, apesar de que nem todos os anúncios fizessem referência a própria Província de Pernambuco. Porém, a desigualdade populacional entre ambos os sexos não era tão grande assim. No bairro de Santo Antônio, por exemplo, as mulheres eram maioria de acordo com o recenseamento de 1828. Outro fator que pode ser colocado é a própria constituição de uma família, um detalhe que impedia que fugas tivessem sucesso: carregar seus familiares quase sempre resultava em captura e fugir sozinho implicava em deixar para trás seus entes queridos. O que podemos fazer, é conjecturar que as mulheres com filhos optavam menos por esse ato de resistência.

Ao que se sabe, entre formas de resistência escrava, a fuga era umas das últimas opções a serem tomadas. O medo da captura era eminente, e a certeza de uma punição alimentava esses temores. Havia também o medo do isolamento. O escravo que fugia para as matas poderia nunca encontrar um quilombo, assim, a vida em solitude o mataria socialmente (CARVALHO, 2010). Era preciso viver em sociedade para se sentir vivo, apesar das restrições do sistema. Se o ato da fuga individual já colocava o escravo em ris-

co, a fuga coletiva, entre amigos e familiares, aumentaria em muito as possibilidades de uma eventual captura. Os riscos, porém, não eram um total empecilho para as ações coletivas. No mês de abril de 1833, foi anunciado que o escravo Martinho, crioulo, e sua mulher Rosa, de nação Angola, haviam fugido levando em suas companhias os dois filhos: “um macho, e outra fêmea, o macho com 4 anos e a fêmea de 2 anos” (Diário de Pernambuco, 02 abr. 1833). A escrava era descrita como espevitada no modo de falar, que lembrava ser crioula. De igual modo, a escrava do gentio Angola de nome Gracia, de 30 anos pouco mais ou menos, “fugira com o filho pequeno de apenas nove meses” (Diário de Pernambuco, 16 abr. 1835). Um ou outro caso de fugas coletivas ou de familiares foram publicadas, mas ações individuais, eram, sem sombra de dúvida, maioria nos jornais da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado ao longo desse escrito como as fugas eram frequentes Recife e suas imediações. Os jornais da época passaram a fazer parte do aparelho repressor, imprimindo diariamente notícias sobre os escravos que haviam deixado os seus senhores em busca da liberdade. A maciça presença de africanos dentro da comunidade escrava, que pôde ser expressa a partir da análise dos anúncios de fuga, revela muito sobre as vantagens e benefícios do tráfico de escravos para o Brasil. Inseridos em um novo território, os africanos foram obrigados a criar suas redes de contato. Embora parcela significativa dos escravos da diáspora tivessem uma certa familiaridade com a escravidão, a transposição de um espaço para outro, além das condições subumanas do transporte e cativo, transformaria o modo de vida da maioria dos africanos. A liberdade custava caro e não chegava para todos, então viram nas formas de resistência, em especial nas fugas, oportunidades de negociar e agenciar suas vidas dentro

do sistema escravista. Dentro da dinâmica escravocrata, indivíduos do continente negro, buscaram se fortalecer e se afirmar enquanto africanos, dentro de suas lógicas e percepções. As autoidentificações étnicas, forçadas por terceiros ou por designação própria, são elementos essenciais para se compreender a formação de uma comunidade africana dentro de uma sociedade que reprimia e que tinha como pano de fundo e legitimação do sistema escravista.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Bruno A. D. **O “retalho” do comércio**: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Tese (doutorado em história) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. 2012.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

COHEN, Abner. **O Homem bidimensional**: a Antropologia do Poder e o Simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação, 1978.

MAMIGONIAN, Beatriz G. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **Topoi (Online): revista de história**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 35-53, 2004

MATTOS, Regiane Augusto de. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné**: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Dissertação (mestrado em pós-graduação) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico**, 1400-1800. John Thornton. Tradução de Marisa Rocha Mota — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TOLLENARE, Louis-François. **Notas Dominicais**. Recife: Secretaria de Educação, 1978.

Acervo digital Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Jornal Diário de Pernambuco. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 set. 2020.

Pelo direito à cidade:
viver e sentir a história
e a memória dos
espaços urbanos no
Brasil República

“O povo reclama” As representações da cidade de Campo Maior nas páginas do jornal *A Luta* (década de 1970)

Antonio Jeferson de Sousa¹

O presente estudo tem por objetivo analisar as transformações urbanas da cidade de Campo Maior durante a década de 1970 a partir das colunas do jornal *A Luta*. O jornal foi fundado em 1967 por Raimundo Antunes Ribeiro e circulou até o ano de 1979. As colunas destinadas a reclamações públicas possibilitaram entender como a modernização influenciava as maneiras do cidadão comportar-se no espaço urbano.

O pesquisador Roberto Lobato Corrêa entende o espaço urbano capitalista como “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social cheio de símbolos e campos de lutas - é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço” (CORRÊA, 2003, p. 11). Desta forma, podemos entender que as vivências no espaço urbano de Campo Maior estão repletas de significados.

Diante disso, podemos entender que as propostas de modernização vivenciadas nesse período, na cidade de Campo Maior, buscavam embe-

1 Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Bolsista da Capes. E-mail: antoniojefersonsousa5@gmail.com.

leza a cidade, com projetos arquitetônicos e urbanísticos. Dessa maneira, as pessoas pobres, que viviam nas áreas centrais da cidade, perto de praças e prédios, foram sendo afastadas de suas moradias, com a transferência para outros lugares. Esse fenômeno é caracterizado como segregação urbana, na descrição de Ana Fani Carlos: “homogênea e fragmentada, a cidade revela, ainda, a hierarquização dos lugares e pessoas como articulação entre morfologias espacial e social e esta estratificação revela as formas da segregação urbana” (CARLOS, 2001, p. 27).

Nas páginas do jornal *A Luta*, podemos encontrar textos² abordando o cotidiano da cidade, em que eram destacadas as propostas de urbanização e, também, o que era considerado contrário a essa proposta. As colunas foram os principais espaços ocupados por essas reivindicações, sendo que a maioria das críticas eram direcionadas à prefeitura, solicitando fiscalizações. Na coluna “Problemas que clamam solução” foi denunciada a situação de moradia e os hábitos de uma família que residia próximo da praça Gentil Alves:

Água mole em pedra dura bate até que fura”. E’ isso que estamos procurando fazer em relação à praça que se dominou de “Gentil Alves” até que um dia possa acontecer o milagre, face a providências que a autoridade competente ache por bem de tomar. Da forma como o problema está situado é que não é possível continuar. Afinal, tudo ali constitui uma aberração, contrastando com o panorama geral da cidade, em que, em toda ela, não se conhece maior descabro. Medita-se sobre aquilo e veja-se não dizemos a verdade! Em que parte do mundo vamos encontrar um teatro (e como ele antiquado) rodeado de sujeiras e ainda, para completar o horrível quadro, uma casinhola na frente do dito cujo e deste a alguns passos apenas. Já viram agora como a coisa se encontra? Na casinhola mora uma família que resolveu fazer do local um “restaurante”, colocando fora do casebre e no meio da “praça” uma mesa e em volta desta troncos de árvore para os fregueses se sentarem. Será cabível isso? De certo que deve haver nisso alguém, querendo avacalhar o ambiente, do contrário já teria feito do local um recanto dos mais apazíveis da cidade! (PROBLEMAS... A LUTA, 24 jul. 1977, s/p.).

2 Preservamos, na presente pesquisa, a grafia original dos textos do jornal *A Luta*.

A reclamação inicia chamando a atenção das autoridades para retirar os habitantes das “casinholas” e “casebres” que eram consideradas habitações inadequadas à ideia de cidade “moderna”. Podemos entender a modernização na cidade de Campo Maior como autoritária, o que é compatível com as afirmações de Denis Castilho a respeito do processo de modernização no Brasil: “como um projeto europeu, a modernização se impôs em países como o Brasil de maneira vertical e autoritária - e continua sendo reproduzida dessa maneira” (CASTILHO, 2010, p. 131). Assim, as moradias e os hábitos eram condenados, sobretudo, pelo fato de as moradias estarem localizada perto de uma praça, no centro da cidade. Roberto Corrêa afirma que, apesar de o Estado ser um agente modelador do espaço urbano, os grupos excluídos também são produtores e consumidores desse espaço. Contudo, segundo o autor, o Estado “tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder” (CORRÊA, 2003, p. 26).

Outra reportagem publicada no jornal, no dia 3 de setembro de 1978, traz, novamente, uma proposta de retirada das moradias das proximidades da Praça Gentil Alves.

Quando apenas se começou a falar em doação que o Presidente da Pesquisa Dr. Sigefredo Pacheco, faria à Prefeitura do Teatro construído naquela praça, transpiram rumores acerca de uma imediata transformação do local, tão logo as coisas ali se fixassem em termos definitivos, por parte do Prefeito. Acontece que muitos dias já se passaram de quando se realizou essa transferência e nenhuma providência foi tomado no sentido daquela reforma. Nem mesmo alguma referência com vista à retirada dos moradores da casinhola ali defronte, cujo o morador parece ser fiscal ou vigia, como queiram, daquele prédio, já hoje carente também de modernização (PRAÇA... *A LUTA*, 3 SET. 1978, p. 2).

O trecho citado considera as moradias chamadas “casinholas” como impróprias para as áreas em que se situavam prédios e praças, pois essas construções não eram compatíveis com a proposta

de modernização, defendida na denúncia publicada na coluna do jornal. O historiador Francisco Alcides do Nascimento, analisando a modernização da cidade de Teresina, ressalta que:

A cidade, ao ter o espaço urbano modernizado e com maior visibilidade, expulsa os mais pobres para áreas periféricas, sem criar meios para atender às suas demandas, o que não significa necessariamente que os pobres não resistam, até mesmo utilizando os espaços modernizados (NASCIMENTO, 2007, p. 211).

Podemos notar esse aspecto nos textos analisados, que apenas defendiam a necessidade de expulsar das áreas centrais as pessoas que viviam em moradias simples, mas que não focavam as demandas por empregos e serviços básicos desses moradores. Por isso a construção de um restaurante no meio da praça, utilizando como mobiliário troncos de árvores, numa tentativa de garantir a renda familiar, incomodava aqueles que condenavam tal prática, por considerá-la um dos “problemas que clamam solução”, título dado a coluna em que fora veiculada a denúncia.

Mesmo com as proibições do uso dos espaços urbanizados, devemos levar em consideração aquilo que Certeau chama de táticas e estratégias. Segundo o autor:

Habitar, circular, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades, nas manobras e operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos (CERTEAU, 1998, p. 103-104).

Dessa forma, podemos entender as táticas utilizadas por esses moradores e suas maneiras de usar o espaço urbano, diante das regras impostas. Uma matéria do dia 29 de junho de 1975 trata pessoas pobres que frequentavam as principais ruas e logradouros da cidade como “vagabundos”:

A Cidade está infestada de pedintes na sua maioria crianças, que durante todo o dia (e até a noite a dentro são notados) vagueiam rua acima e rua abaixo, nos bares, botequins e nos restaurantes, nas praças e avenidas, nos mercados públicos, quando não em casas comerciais e residências particulares, onde penetram sorrateiramente para pegar alguma coisa no que se iniciam na senda do furto, ou para pedirem uma esmola, apoiados pelos pais que os orientam para essa prática miserável, daí se transformando em mendigos definitivos enquanto viverem. Um bando desses vagabundos vem agindo, ultimamente, na Demerval Lobão, chegando ao extremo, na sua nefanda prática, com xingamentos e descomposturas quando não são atendidos, causando balbúrdias e expondo as pessoas ao ridículo com cenas desrespeitosas. A denúncia partiu de alguns comerciantes da Demerval Lobão, a mais movimentada artéria da cidade (BANDO...A LUTA, 29 jun. 1975, p. 1).

Podemos observar no texto citado como era tratada a questão da pobreza, ou seja, como algo que deveria ser evitado nas áreas urbanizadas, como a avenida Demerval Lobão, que, naquele momento, abrigava as principais casas comerciais da cidade.

Podemos entender como essas denúncias direcionadas às autoridades focavam nos problemas considerados empecilhos para uma cidade moderna. Isso foi muito frequente nas colunas analisadas, como por exemplo: "O povo Reclama", "Problemas que clamam soluções", que trataram temas relacionados com as questões sanitárias. Observe-se trecho da matéria publicada na edição de 03 de julho de 1977:

No bêco chamado "Pêna" vê-se, constantemente, muito lixo, espalhado por todo trajeto que vai dali a badalada "Baixa", onde já deu até acertador dos 13 pontos da Loteca. As pessoas que são obrigadas a passar no bêco, o fazem mas com muita dificuldade, por outro lado ficam expostos ao contato com aquele material deletério, além de sentirem náuseas na presença de animais mortos ali jogados. Sugerimos como medida saneadora e mais compatível com a condição humana daquela gente, a colocação de calçamento, que é pequeno, não acarretando, por isso, maiores despesas (PROBLEMAS... A LUTA, 3 jul. 1977, p. 4).

Nota-se que a questão sanitária perpassa o texto, na medida em que é denunciado o mau cheiro causado pelo depósito de lixo no beco. Entende-se que o possível calçamento da rua poderia solucionar o problema, tornando aquele local urbanizado, inibindo o descarte de lixo pelos moradores. Como ressalta Maria Stella Brescianni:

Urbanizar e conferir um aspecto moderno, regular o presente e prever as demandas futuras. Tal foi a intenção dos vários planos de intervenção nas cidades. Traçado de ruas, abertura de novos bairros, zoneamento, adoção de técnicas construtivas atualizadas, estilos adequados para expressar visualmente a “modernidade” (BRESCIANI, 1998, p. 255).

Os bairros afastados do centro da cidade também tornavam-se pauta de algumas denúncias, que mostravam que a falta de calçamento causava poeira. A preocupação com a poeira era relacionada com os problemas de saúde que isso poderia causar, como é o caso denunciado na coluna “Problemas que clamam soluções”, do dia 17 de julho de 1977:

Afinal, que é feito do calçamento que se disse estava prestes a ser colocado naquelas ruas que demandam o Estádio e o cemitério São Luiz? Por que é que em Campo Maior certas coisas são assim tão difíceis de ser realizados? Perguntamos nós! Muitas das vezes uma coisa de somenos é longo feita, enquanto outras de maior importância, delongam, permanecem esquecidas não lhes dando lugar de primazia. Ora, essas duas ruas já deviam estar calçadas porque elas representam para a vista desta cidade, ainda muito carente no setor urbanístico-sanitário. Em dias que se realizam enterros, especialmente quando uma fileira enorme de carros vai até aquele campo santo, ou quando um jogo de futebol é realizada no “Deusdedit Melo”, uma partida movimentada, ó como é grande o sacrifício do povo, inclusive, pode sacrificar até a saúde tendo em vista as sucessivas nuvens de poeiras nessas ocasiões e, ainda por cima, os solavancos por conta da buroqueira. Vamos lá, autoridades competentes, solucionar esses problemas, que já tardam? Todavia nunca é tarde demais para solucioná-los. Certo? (PROBLEMAS... A LUTA, 17 jul. 1970, p. 3).

Essas preocupações em torno do calçamento das ruas diziam respeito às expectativas vividas pelo país, durante o recorte estudado. Segundo Cláudia Cristina Fontineles, "o progresso agora era transportado pelas rodovias, daí a necessidade de se abrir, ampliar, calçar ou asfaltar as ruas e avenidas já existentes" (FONTINELES, 2015, p. 265). Diante disso, a ideia de calçar as ruas e evitar a poeira, tanto estava pautado na questão sanitária, quanto na ideia de embelezar o espaço urbano, deixando de lado uma imagem de cidade que não condizia com aspectos sanitários e urbanísticos.

A construção do cemitério em outro bairro estava também relacionada às preocupações com a saúde pública. Uma denúncia do ano de 1967, publicada na coluna "Observando", mostra a falta de espaço no cemitério localizado no centro da cidade, que não tinha mais capacidade para sepultamentos.

Problema seríssimo que está desafiando as autoridades de Campo Maior é o velho Cemitério. Além de situado no centro da cidade, completamente super lotado. Estão enterrando uns por cima dos outros, por simples teimosia, uma vez que já foi construído outro onde sobram lugares para sepultamentos. Há quem afirme que no pequeno e velho cemitério há gente sepultada em igual ou maior número do que a atual população da cidade. O problema sanitário decorrente do superpovoamento e da localização daquele campo santo está a exigir energéticas providências das autoridades. Sugerimos a imediata e completa interdição, para em etapa posterior, a exemplo de outros lugares, transformá-lo, não em praça que seria desrespeito aos mortos, mas sim em um Jardim, com sepulturas bem cuidadas, com muros com grades de ferro, aberto apenas a visitação pública (OBSERVANDO... *A LUTA*, 3 dez. 1967, p. 5).

Podemos notar que, apesar da construção de outro cemitério, ainda prevalecia a preferência pelo cemitério do centro, que, naquele momento, era considerado inadequado para sepultamentos. Isso pode indicar o que as outras denúncias informam, ou seja, a falta de urbanização dos bairros afastados do centro. Havia, também, nesses

lugares, outros problemas, como, por exemplo, mato nas ruas, conforme denúncia da coluna “Povo Reclama”, no ano de 1971:

Algumas ruas que se distanciam mais do centro da cidade, encontram-se com muito mato nascido neste inverno. Ervas, até, daninhas, margeiam as vias públicas, ponderando por que não dizer? — em risco seus moradores e os que por elas transitam. Ademais, tornam-nas feias, como vilas ou “caminhos de roça”. Os residentes em tais ruas, sobretudo eles, pedem ao sr. Prefeito mande averiguar a fim de constatar a veracidade da reclamação; e como acreditam na boa vontade do chefe da municipalidade, aguardam atendimento em breve (O POVO... *A LUTA*, 20 mar. 1971, s/p).

A partir dessas reclamações, é possível compreender que aspectos eram considerados não aceitáveis no espaço urbano, como lixo nas ruas, poeira e mato. Ou seja, cada vez mais tentava-se abandonar certos hábitos, como por exemplo, a criação de animais nas ruas da cidade. As praças, que eram consideradas espaços de sociabilidades, tornavam-se pauta de inúmeras denúncias:

A praça José Miranda, aqui no centro da cidade, continua a ser visitada por espécies irracionais, como os porcos, os bois, os cavalos, pelo menos até que os da espécie racional — o Homem — se decida enxotá-los. Eles aparecem atraídos pela grama, que é fresca e substancial. É uma pena que isso aconteça! Será que a obra do Professor vai mesmo desaparecer do mapa de nossa cidade? (PRAÇAS... *A LUTA*, 3 set. 1978, p. 5).

Dessa maneira, entendemos que as colunas do jornal *A Luta*, analisadas na presente pesquisa, buscavam mostrar os aspectos necessários para a urbanização da cidade, utilizando-se de denúncias que eram direcionadas à prefeitura. Uma das principais questões percebidas, nas fontes analisadas, referem-se à infraestrutura da cidade. Como afirma Reinaldo Lindolfo Lonh: “A heterogeneidade discursiva e a pluralidade de projetos e representações fazem o espa-

ço urbano ser muito mais do que suas ruas e prédios construídos: é lugar de disputa e conflito que envolve relações de força suscitadas por expectativas sociais” (LOHN, 2007, p. 307). As expectativas encontradas nas colunas do jornal demonstram como viver na cidade gerava conflitos. Nesse sentido, tudo o que era discordante da ideia de uma cidade moderna devia ser combatido, sempre evidenciados os problemas que as autoridades deveriam resolver.

REFERÊNCIAS

Bando de vagabundos assalta a cidade. A Luta. Campo Maior, p. 1, 29 de jun., 1975.

BRESCIANI, M. S. M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cesar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2001.

CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. **Boletim goiano de geografia.** Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, 2010.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo. Editora Ática, 2003.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e história do Piauí.** Teresina: EDUFPI, 2015.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, n. 53, p. 297-322, 2007.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007.

O POVO Reclama. A Luta, Campo Maior, s/d, 20 de mar., 1971

OBSERVANDO. A Luta, Campo Maior, p. 5, 3 de dez., 1967.

PRAÇA Gentil Alves continua na mesma. A Luta, Campo Maior, p. 2, 3 de set., 1978.

PRAÇAS Abandonadas. A Luta, Campo Maior, p. 5, 3 de setembro, 1978.

PROBLEMAS que clamam soluções. A Luta, Campo Maior, p. 3, 17 de julho, 1970.

PROBLEMAS que clamam soluções. A Luta, Campo Maior, p. 4, 3 de jul., 1977

PROBLEMAS que clamam soluções. A Luta, Campo Maior, s/p, 24 de julho de 1977.

Apoteose getulista no Piauí

Homenagens ao presidente Getúlio Vargas e as formas de controle exercidas no Estado Novo

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior¹

Pedro Pio Fontineles Filho²

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta um estudo sobre as homenagens realizadas ao Presidente Getúlio Vargas e as formas de controle exercidas no Piauí, no interstício de 1937 a 1945. Ao longo da pesquisa, analisou-se como o *Dia do Presidente* foi operacionalizado para ser um evento cívico de grandes proporções no Piauí e como os alunos, trabalhadores, intelectuais, militares, entre outros grupos, manifestavam suas adesões ao chefe nacional, bem como ao novo regime instaurado em 1937.

-
- 1 Doutorando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí — UFPI. Mestre em História do Brasil pela UFPI. Especialista em Estado, Movimentos Sociais e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí — UESPI. Graduado em Licenciatura Plena em História pela UESPI. Esta pesquisa foi financiada por bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8847899361121009>. E-mail: arimateaaguiar@hotmail.com.
 - 2 Doutor em História Social (UFC). Professor do Mestrado Profissional em História da UESPI (ProfHistória/UESPI). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Mestre em História do Brasil (UFPI). Especialista em História do Brasil (UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História (UESPI). Diretor de Departamento de Pós-Graduação, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROP/ UESPI. Atualmente, é Professor Adjunto - Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí. Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação - NUPEHED, da UESPI. Membro do Grupo de Pesquisa Temporalidades da Memória: escrita, oralidades e cultura material, da UFC. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6249573486862381>. E-mail: pio26@hotmail.com.

Abordou-se como as solenidades prestadas ao presidente Getúlio Vargas contribuíram para fortalecer o civismo em território piauiense, além de compreender esses eventos como um meio controlador do modelo de cidadão que o Estado Novo pretendia formar naquele momento de ruptura.

Neste trabalho, foram utilizados jornais que circulavam no Piauí, como o “Diário Oficial” e a “Gazeta”, e entrevistas com pessoas que vivenciaram o recorte temporal em análise. Quanto à utilização de conceitos que norteiam o artigo, destacam-se os conceitos de cidades, na perspectiva de Nascimento (2010), que relata a cidade e suas instituições como espaços de produção de conflitos, que, costumadamente, destacam-se fatores como a dominação e a cooptação. No tocante à memória, nos amparamos em Rouso (2006), que percebe a memória como uma reconstrução psíquica e intelectual que possibilita uma representação seletiva do passado, que nunca é aquela do indivíduo somente, mas de um indivíduo imerso em um cenário familiar, social, nacional. Para compreender o Estado Novo, foi relevante a obra de D’Araujo (2000), que o analisa como um Estado forte, em que o culto à personalidade de Getúlio Vargas era tido como fator indispensável na formação da coesão social e da unidade nacional.

Predominava, nesse período, o princípio de que o Estado tinha qualidades superiores às do indivíduo e da sociedade, portanto, precisava apontar os destinos da nação. *O Dia do Presidente*, nesse momento, entrou para o calendário oficial das celebrações cívicas que aconteciam no Piauí. A partir das diversas fontes analisadas, percebeu-se o quanto a data foi festejada e propagada como um momento de união e solidariedade em torno de Getúlio Vargas. Nesse sentido, o Estado buscava a aproximação com a sociedade civil, com isso ele criava aparatos culturais próprios a fim de disseminar suas concepções para os brasileiros. A imprensa, a educação e alguns grupos tiveram uma atuação significativa no processo de difusão e legitimação do novo regime em território piauiense.

CHRONOS (RE) INVENTADO: AUTORITARISMO E A MONTAGEM DO CALENDÁRIO POLÍTICO DO ESTADO NOVO

A década de 1930 representa um marco para a história do Brasil, momento assinalado pela ascensão ao poder de Getúlio Vargas como presidente do país. O regime do Estado Novo, instaurado no Brasil a partir de 10 de novembro de 1937, foi centralizador, concentrou no nível federal a tomada de decisões para os destinos do país. As formas de controlarem os cidadãos passavam pelas práticas autoritárias e pelo discurso unilateral da propaganda e da educação como estratégias de adaptação dos brasileiros ao novo regime político (OLIVEIRA, 1982).

O Estado Novo utilizava estratégias para angariar adesões e barrar conflitos. O regime não pode ser explicado simplesmente pela emergência de circunstâncias sociopolíticas favoráveis. Paralelo a isso, foi elaborado um projeto político muito bem articulado, que soube direcionar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado. Uma das maiores finalidades do regime era construir uma estratégia capaz de legitimá-lo perante os brasileiros (VELLOSO, 1982).

A concretização para o golpe foi meticulosamente construída e cuidadosamente executada. O Estado Novo³ representou a consolidação de um processo de fechamento e coerção que vinha sendo construído aos poucos, com apoio de intelectuais, políticos e militares. A partir do golpe, Getúlio Vargas e seus aliados puderam interditar aqueles que faziam oposição ao seu governo (D'ARAÚJO, 2000).

3 O “novo” representava o ideal político que se afastava tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo, duas doutrinas políticas que desde meados do século XIX e mais intensamente a partir da Revolução Russa, competiam entre si no sentido de oferecer uma alternativa econômica e política para o mundo (D'ARAÚJO, 2000, p. 8).

O Estado Novo realizou diversas campanhas “educadoras” que reuniam os brasileiros, especialmente a juventude, em torno do que os idealizadores dos eventos consideravam prioritário. Comemorou-se o Dia da Pátria, Dia do Trabalho, Dia do Reservista, Dia do Soldado, Dia do Presidente, entre outras datas cívicas. Neste artigo, analisaremos como o aniversário de Getúlio Vargas, 19 de abril, foi utilizado para ser um momento de patriotismo e como esse evento mobilizou piauienses em torno do Estado Novo. Diversas obras foram criadas pela imprensa oficial para cultuar a imagem de Vargas, nesse período que se construiu a figura de Vargas como um mito nacional (D’ARAÚJO, 2000).

Eric Hobsbawm entende as tradições inventadas como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e comportamentos através da repetição [...]” (HOBSBAWM; RANGER, 2006, p. 09). No entanto, esse historiador lembra que sempre que possível tenta-se dar continuidade ou restabelece-se um passado histórico apropriado. É interessante acrescentar que o instrumento mais utilizado para reafirmar as tradições de um povo heroico e patriótico no período do Estado Novo foi o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. Este tratava de propagar como tradicional aquilo que havia sido “inventado” a pouco, para benefício do próprio regime.

ENTRE CELEBRAÇÕES E CIVISMOS: O DIA DO PRESIDENTE E A FIGURA DE GETÚLIO VARGAS NO PIAUÍ

Foi com o Estado Novo que teve início uma avalanche de comemorações oficiais que destacavam heróis nacionais e personalidades, como Getúlio Vargas, esses momentos serviam para envolver os brasileiros em torno de um calendário festivo. No Rio de Janeiro, por ocasião do Dia do Presidente, houve “[...] missas, almoços, jantares,

bailes, paradas, concertos, inaugurações e solenidades em diversos órgãos públicos” (GOMES, 2005, p. 216-217).

O Estado se comportava como tutor perante uma sociedade “imatura”, com grande número de analfabetos, o que facilitava a atuação de Getúlio Vargas e de seus apoiadores. Inúmeras estratégias de educação coletiva foram criadas visando cultivar o nacionalismo no Brasil e promover o ensino de “bons hábitos” (OLIVEIRA, 2013). Discutiremos o aniversário de Getúlio Vargas como um desses meios para mobilizar piauienses diante das necessidades de apoio ao chefe nacional.

Com o advento do Estado Novo, as festividades cívicas ganharam mais atenção por parte de Getúlio Vargas, além de serem, numericamente, superiores ao período anterior. Essas celebrações das datas nacionais aconteciam para desenvolver nos brasileiros o espírito cívico (NASCIMENTO, 2015).

As comemorações cívicas em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas eram recorrentes no Piauí durante o Estado Novo. As autoridades políticas e os intelectuais, responsáveis em organizar as solenidades, ressaltavam que o amor à Pátria deveria ser um dos sentimentos mais urgentes em todo o estado, ambiente que na época ainda era marcado por elevados índices de analfabetismo:

[...] O que hoje se torna necessário em todas as partes é o amor: - amor ao trabalho, amor ao semelhante, amor a paz, amor a família, amor a Pátria, amor a Deus. E é justamente isto, meus patrícios, o que devemos fazer aqui no nosso Brasil [...]. Brasileiros! O Brasil precisa de nós. Unamo-nos, por que faremos a pátria de amanhã, sempre grande, sempre nobre, sempre ativa, sempre forte. Educemos o povo, lancemos um pouco de luz sobre a quantidade de analfabetos que se espalha pelo país, façamos as autoridades cada vez mais respeitadas, pois que é do respeito aos chefes que provem todo o prestígio das massas. O Brasil precisa, antes de tudo, é de paz, de trabalho, de empreendimentos. Nada de lutas, nada de distúrbios, nada de guerra. Mas se preciso for, Dr. Leônidas Melo pode afirmar ao Chefe da nação, ao grande Presidente

Getúlio Vargas, que o Piauí esta coeso e disposto a obedecer as suas ordens, sem discutir, seguindo o caminho que lhe for indicado, debaixo das dobras de nossa bandeira nacional [...] (EXCURSÃO, 1942, p. 1-2).

Em viagem do interventor à cidade de Picos, durante uma excursão interventorial, os piauienses foram retratados como dispostos a atender a todos os caminhos apontados pelo Chefe Nacional. O Presidente Getúlio Vargas era muito comemorado durante o Estado Novo, este regime se encarregou de difundir a imagem do Presidente como um bom condutor da nacionalidade brasileira.

No Jornal Diário Oficial do ano de 1942 foi publicado um telegrama do Rio de Janeiro em torno da comemoração do natalício do Presidente Getúlio Vargas:

A Cruzada Nacional de Educação já iniciou os trabalhos no sentido de comemorar o aniversário natalício do Chefe do Governo, com a inauguração do maior número possível de escolas públicas, em todo o território brasileiro, como fez no ano passado, quando foram instalados 1.259 escolas em todo o Brasil. A Cruzada Nacional de Educação já iniciou sua correspondência com todas as prefeituras do país, convidando-as a cooperar na sua iniciativa, da qual resultará a mais expressiva e condigna homenagem que os brasileiros podem prestar ao ilustre patricio, que tão dignamente dirige os destinos do Brasil. A C.N.E vem recebendo os mais francos aplausos e, diariamente, chegam afirmações dos prefeitos de que não só inaugurarão escolas, como realizarão festas cívicas em homenagem ao Presidente Vargas (EM TORNO, 1942, p. 2).

A imprensa teresinense noticiou no ano de 1942 uma reunião de altas autoridades, sob a presidência do Interventor Leônidas Melo, no Palácio do Governo, com o objetivo de cogitar as grandes comemorações cívicas que deveriam acontecer naquele ano no Piauí, já que, segundo as notícias veiculadas, todo o território nacional iria prestar homenagens ao aniversário do presidente Getúlio Vargas:

Em reunião hoje efetuada, às 10 horas, no Palácio de Governo, sob a presidência do Exmo. Sr. Interventor Federal, e da qual tomaram parte o Sr. Comandante do 25 Batalhão de Caçadores, o presidente do Departamento Administrativo, o delegado regional do Ministério do Trabalho e todos os auxiliares do governo, tratou-se do estudo final e consequentemente aprovação do programa das festas cívicas que serão levadas a efeito em honra ao aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas, a transcorrer, como se sabe, a 19 do corrente mês [...] Nessas condições, o Piauí, formando ao lado das demais unidades nacionais, comemorará, a 19 deste, a efeméride natalícia do eminente Sr. Presidente da República, sendo certo que essas comemorações, contando com o apoio e a solidariedade irrestritos de todas as camadas sociais do Estado, rebrilharão de modo excepcional (PARA COMEMORAR, 1942, p. 1).

O Interventor Leônidas Melo⁴ abriu os debates em torno da festividade a ser realizada no Piauí ao Chefe da Nação, tendo evidenciado em seu discurso que a festa seria uma homenagem justa e que os brasileiros depositavam no presidente vários anseios e as melhores esperanças no destino do país. O Interventor, ainda na ocasião, submeteu ao estudo dos presentes à programação do evento, sendo a mesma discutida e com ligeiras modificações foi aprovada. Eis o programa a que nos referimos:

As 5 horas — Alvorada pela banda da Força Policial do Estado, a Praça Pedro II.

As 7 horas- Concentração escolar no mesmo local, falando na ocasião, sobre a personalidade do eminente Chefe da Nação o Sr. Dr. Lindolfo do Rêgo Monteiro, Prefeito de Teresina, estando presentes o Sr. Interventor Federal e altas autoridades federais, estaduais e municipais.

As 9 horas — Missa em ação de graças na Igreja de São Benedito, comparecendo o Chefe do Estado, todos os auxiliares do governo e altas outras autoridades.

As 15 horas — Preleção em todos os Grupos Escolares do Estado sobre a individualidade ilustre do Presidente Getúlio Vargas, sendo feita então distribuição de livros escolares as crianças pobres.

4 Leônidas de Castro Melo foi médico, professor, governador/interventor do Piauí. Nasceu na cidade de Barras-PI no dia 15 de agosto de 1897 e faleceu em Teresina no dia 25 de maio de 1981 (GONÇALVES, 1989); (GONÇALVES, 1987).

As 16 horas — Grande festa esportiva no Campo da Fiação.
As 20 horas — Festa operária de grande amplitude, falando na ocasião vários representantes das classes trabalhistas do Estado: retretas nas praças Rio Branco e Pedro II, e cinema ao ar livre.

Nota: Em homenagem ao aniversário do Presidente Getúlio Vargas serão inauguradas 20 escolas nucleares e o Grupo Escolar “Cassiana Rocha”, na cidade de Periperi (PARA COMEMORAR, 1942, p. 1).

Podemos perceber o quanto o Dia do Presidente movimentava a cidade de Teresina, envolvendo diversos grupos da cidade⁵, como os militares, estudantes, professores, religiosos, trabalhadores, e como as solenidades em homenagem ao Presidente Vargas foram utilizadas para demonstrar o poder do Estado Novo ao inaugurar obras no Piauí.

O aniversário do Presidente Vargas era muito festejado durante todo o Estado Novo, porém, a data comemorativa alcançou uma amplitude maior na década de 1940, inclusive foi anunciada fora do Brasil. Notícias publicadas nos jornais locais dão conta de que estrangeiros residentes nas principais cidades brasileiras, tendo à frente as colônias dos Estados Unidos, tomaram parte ativa e destacada nas homenagens ao Presidente Vargas. Assim, segundo o discurso oficial, a data deixava de ser apenas de regozijo nacional para constituir um acontecimento continental.

O jornal Diário Oficial noticiou, através de um telegrama do Rio de Janeiro, que a Sociedade de Homens de Letras do Brasil, organizou um grande movimento de solidariedade de todas as instituições que lhe estão filiadas para homenagear Getúlio Vargas em sua data natalícia. A festa aconteceu no auditório da Associação Brasileira de Letras. Getúlio Vargas recebia homenagens inclusive da colônia norte-americana que ofereceu um jantar dançante no Rio de Janeiro. Esta festa foi modelada seguindo os famosos “bailes de aniversário”,

5 A cidade e suas instituições devem ser vistas como espaços de produção de conflitos, que, costumeiramente, destacam-se a dominação, cooptação ou consenso (NASCIMENTO, 2010, p. 183).

que eram realizados nos Estados Unidos, anualmente, em honra ao Presidente Roosevelt. No período Orson Welles, famoso autor cinematográfico que visitava o Brasil, tomou parte na festa e irradiou diretamente para os Estados Unidos o programa das comemorações que ganhou cuidados especiais em 1942 (HOMENAGENS, 1942, p. 2).

As atenções dos moradores do Rio de Janeiro, durante as festividades do Dia do Presidente, também estavam centralizadas nas Olimpíadas Universitárias, provas esportivas que se inauguraram no dia 19 de abril, que, segundo o discurso oficial, representava uma homenagem dos estudantes de cursos superiores ao Presidente Vargas.

Na imprensa piauiense era noticiado, através de telegramas, que as associações culturais de todo o Brasil e os Centros Esportivos estavam envolvidos nos preparativos para os festejos comemorativos do aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas. Falando sobre a iniciativa, o Sr. Melo Viana, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no período, declarou que aquela entidade estaria apoiando as festividades. E que ninguém deveria se eximir de prestigiar a figura do Chefe da Nação (OS PREPARATIVOS, 1942, p. 16).

Em outro telegrama, enviado do Rio de Janeiro, o Diário Oficial noticia as Comemorações de 19 de abril:

Generaliza-se o movimento em torno das comemorações ao Dia do Presidente, 19 de Abril, data que assinala o aniversário natalício do Chefe da Nação. Numerosos festivais e espetáculos estão sendo organizados pelos grandes e pequenos clubes desportivos e recreativos. [...] os teatros, cinemas e cassinos por sua vez realizarão espetáculos de gala dedicados ao Presidente Vargas, sendo parte da renda destinada a Cruz Vermelha (GENERALIZA-SE, 1942, p. 16).

Eram organizadas homenagens para o Presidente nas casas de espetáculos, onde o lucro gerado pela venda dos ingressos era revestido para proveito de instituições como a Cruz Vermelha. Em Sergipe,

por iniciativa do Governo do estado e com a colaboração de diversos grupos, o estado comemorou a data com inauguração de estradas de rodagem, edifícios de Escolas Reunidas, biblioteca, um hospital regional e postos de puericultura. E por fim houve uma conferência sobre a personalidade do chefe do Governo (SERGIPE, 1942).

O seu aniversário constituía no período um acontecimento de alta projeção político-social, que se distinguia ano a ano, por todo o país. E o Piauí não ficava alheio às homenagens ao Presidente Vargas:

Não há dúvida que a data aniversária do Presidente Getúlio Vargas empolga e entusiasma todas as classes, que à porfia se esforçam por demonstrar a admiração que lhes inspira a personalidade eminente do grande estadista que em boa hora assumiu e orienta a suprema direção do país. [...] Entre nós, que nos habituamos, por motivos poderosos de são patriotismo, a venerar os excepcionais predicados do grande estadista, a quem o Piauí deve relevantes serviços, a personalidade do Presidente Vargas goza de prestígio ilimitado, sendo, sempre que se oferece uma oportunidade, largamente homenageada, não só nesta capital como nas demais cidades do interior. A essas constantes manifestações de apoio e sobretudo de estima se juntam, com espontaneidade impressionante, as classes vitais da sociedade de nossa terra, como demonstra à sociedade os preparativos que se desdobram para as comemorações de 19 deste, declarado expressivamente “O Dia do Presidente” (HOMENAGEM, 1942, p. 12).

O comerciante Sr. Leopoldo Nunes, proprietário do estabelecimento Bazar Chic, localizado na rua Álvaro Mendes, em Teresina, desejando formar ao lado dos que se empenhavam em homenagear o Chefe Nacional, deixou disponível às comissões orientadoras um busto em gesso do Presidente Vargas, para figurar nas festas naquele dia. Naquela época existia um busto em bronze do Presidente Getúlio Vargas na Avenida que carregava seu nome em Teresina.⁶

6 Para mais informações sobre estátuas, monumentos e bustos em Teresina, consultar a obra: (SEABRA; TITO FILHO, 1994). O presente trabalho faz um roteiro sobre os monumentos,

Assim como a diretoria do Grêmio Literário Getúlio Vargas⁷, da Escola Normal Oficial, ressaltou a importância da comemoração, demonstrando interesse em realizar uma sessão cívica durante a qual um dos membros da agremiação falou sobre a personalidade do seu patrono (HOMENAGEM, 1942).

Um dos colaboradores dessa pesquisa, Manoel Paulo Nunes, relembrou a atuação dos grêmios literários nas solenidades cívicas, “[...] o que havia nas escolas eram manifestações cívicas através dos grêmios literários, [...] eles se verificavam dentro da escola. Havia preocupação, inclusive com os símbolos nacionais, isso tudo era valorizado [...]” (NUNES, 16 out. 2013). Pelo que podemos observar, eram manifestações que evidenciavam o grau de respeito e estima que o Chefe Nacional recebia da sociedade piauiense. Um dos sentimentos mais buscados pelo Estado Novo era o de união nacional, todos os brasileiros deveriam se portar como obedientes e gratos na direção que o líder nacional apontava nos rumos do país.

Observamos que a festividade do Dia do Presidente era emblemática na construção do civismo no país, ocasião utilizada para que todos os segmentos estivessem reunidos e prestando suas homenagens a Getúlio Vargas. De acordo com o senhor Jônathas de Barros Nunes, que no período do Estado Novo fazia o curso primário na cidade de Floriano, recorda as homenagens que o presidente recebia: “[...] Havia, inclusive, um senhor na cidade de Floriano que ele era tido como referência, por que ele era um metido a saber de tudo, e ele era compositor, eu me lembro que ele fez uma música sobre Getúlio Vargas [...]” (NUNES, 14 out. 2013).

estátuas e bustos existentes em Teresina. Indicando a sua localização, com dados históricos e perfis biográficos dos homenageados.

7 O Grêmio Literário “Getúlio Vargas”, da Escola Normal de Teresina, era composto por: Presidente - José da Mata; Vice-presidente — Ana Vitória de Sousa; 1º secretário — Djoss de Sousa Queiroz; 2º secretário - Raimunda Cordeiro; 1º tesoureiro — José Castelo Branco, e orador oficial — Gabriel Rodrigues. Ver em: (GRÊMIO, 1942, p. 12).

Através das memórias⁸ do senhor Jônathas de Barros Nunes, pode ser constatado que muito do que foi ensinado, apesar de no período parecer confuso para um garoto que realizava o curso primário, serviu construir uma memória cívica no estado, em especial, nos momentos em que o Presidente Getúlio Vargas recebia homenagens em forma de músicas ou outros preitos que eram frequentes no Estado Novo. Outro entrevistado para essa pesquisa, senhor Edison Rodrigues de Azevedo, ao ser indagado sobre quem eram os heróis nacionais no período, ele relata “[...] Nessa época era o Getúlio Vargas. [...] Depois do apoio aos trabalhadores, vixe Maria! Era comemoração muito grande, tudo que falava no Getúlio Vargas era comemorado. [...] o aniversário do Getúlio eram muitas comemorações [...]” (AZEVEDO, 2013).

Era noticiado que as festividades se revestiam de brilhantismo em todo o estado e com a presença do interventor piauiense e várias autoridades civis e militares. O Dia do Presidente constituía um acontecimento significativo no contexto do Estado Novo, já que era utilizado para reafirmar ao Chefe da Nação o quanto os brasileiros e, no caso específico, os piauienses, o estimavam e depositavam confiança na condução da nacionalidade empreendida por ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o Dia do Presidente foi uma data emblemática para a consolidação do Estado Novo e da figura de Getúlio Vargas como líder nacional. Nas diversas cidades do Piauí, os alunos, professores, trabalhadores foram conclamados a se organizarem e a prestarem suas homenagens ao presidente que permanecia no poder a partir de um golpe de Estado instaurado em 1937.

8 A memória insere os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros grupos. Estabelecendo deveres e lealdades endógenas. O seu efeito tende a traduzir-se numa mensagem ou a interiorizar-se como uma norma (CATROGA, 2015. p. 26-27). A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que possibilita uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo imerso em um contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 2006. p. 94).

Nota-se que o programa de festas cívicas em homenagem ao Presidente era previamente organizado pelas altas autoridades do estado, e que, dias antes da programação acontecer, era vastamente publicada no periódico oficial com o intuito de chamar os piauienses a participarem daqueles dias festivos que ajudavam a legitimação do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Essas comemorações ganhavam o espaço das praças, ruas e avenidas do estado, especialmente de Teresina, e os alunos de diversos estabelecimentos de ensino empunhavam bandeirolas com a fotografia de Getúlio Vargas e nas ocasiões ainda havia conferências de intelectuais e autoridades políticas.

O Dia do Presidente, nesse período, entrou para o calendário oficial das celebrações cívicas que aconteciam em território piauiense. A partir das diversas fontes analisadas percebeu-se o quanto a data foi festejada e propagada como um momento de união e solidariedade em torno de Getúlio Vargas. No entanto, deve-se levar em consideração que se tratava de um momento em que as vozes contrárias ao regime não ocupavam as páginas das fontes oficiais, por estas serem meios que davam notoriedade aos que se dedicavam apenas a aclamar o presidente Getúlio Vargas. Neste caso, infere-se que o Estado buscava a aproximação com a sociedade civil, com isso ele criava um calendário festivo a fim de difundir suas concepções para os cidadãos. O Dia do Presidente foi uma das celebrações que entraram nesse processo de difusão e legitimação do regime varguista.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Edison Rodrigues de. **Entrevista concedida a José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior**. Teresina, 05 out. 2013.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- D' ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- EM TORNO do aniversário natalício do Presidente Vargas. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 56, 12 mar. 1942, p. 2.

EXCURSÃO Interventorial: a inauguração de importantes melhoramentos em Picos. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 10, 14 jan. 1942, p. 1-2.

GENERALIZA-SE o Movimento em torno das comemorações de 19 de Abril. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 75, 06 abr. 1942, p. 16.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Os homens que governaram o Piauí: fatos administrativos e políticos**. Teresina: Gráfica Junior, 1989.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Terra dos Governadores: fatos da história de Barras**. Teresina: Editora Junior, 1987.

GRÊMIO Literário “Getúlio Vargas”. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 77, 08 abr. 1942, p. 12.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOMENAGEM ao Presidente Getúlio Vargas. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 76, 07 abr. 1942, p. 12.

HOMENAGENS que serão prestadas ao Presidente Getúlio Vargas na passagem de seu natalício. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 81, 13 abr. 1942, p. 2.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento. As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina. *In*: NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento (Org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina: EDUFPI, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina- (1937-1945)**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

NUNES, Jônathas de Barros. **Entrevista concedida a José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior**. Teresina, 14 out. 2013.

NUNES, Manoel Paulo. **Entrevista concedida a José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior**. Teresina, 16 out. 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e poder**. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1982, p. 10.

OS PREPARATIVOS para os Festejos Comemorativos do Aniversário do Presidente Getúlio Vargas. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 75, 06 abr. 1942, p. 16.

PARA COMEMORAR o Aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 75, 06 abr. 1942, p. 1.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEABRA, Francisco de Assis; TITO FILHO, A. **Teresina: monumentos, estátuas e bustos**. Editora Halley, 1994.

SERGIPE comemora solenemente o aniversário do Presidente Vargas. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 75, 06 abr. 1942, p. 16.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e poder**. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1982, p. 71.

Diocesanização dos espaços urbanos

O caso do bispado do Piauí

João Vitor Araújo Sales

Ao longo da História do Brasil, várias foram as formas de afirmação e reafirmação das áreas povoadas, sobretudo, no que diz respeito às áreas de maior potencial econômico, e de zonas de litígio territorial.

As descobertas de “novos” mundos, como no caso da América portuguesa e espanhola, foi palco de intensas disputas por territórios em diversas ocasiões, bastando lembrar para isso dos diversos tratados celebrados entre as nações, em sua maioria, arbitrados pela instituição que detinha a reconhecida autoridade diplomática, a Igreja Católica.

De fato, neste contexto, a própria Igreja criou mecanismos de assimilação de domínios, incidindo sobre esses sua gestão religiosa-civil¹, numa mutualidade que lhe era garantida por tradição, e mesmo, pelos mecanismos legais, onde se adequa o caso brasileiro, pelo regime de padroado. Assim, a existência da menor unidade administrativa organizada, a vila, estava condicionada à existência de uma igreja².

1 Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Uma herança colonial, uma vez que, a ocupação territorial eclesiástica possuía também efeito civil, na medida em que era utilizado como divisão administrativa para o governo, como ilustra o sistema eleitoral vigente no Império (VIEIRA, 2007, p. 60), tendo na figura do padre o seu primeiro representante. Cf. SILVA, 2012, p. 45.

2 VILHENA, 2016, p. 46.

A unidade político-administrativo-religiosa pela qual a Igreja melhor expressava seu poder, foi, sem dúvida, nas dioceses. Eram nestas que seus membros mais capacitados, os bispos, exerciam sua autoridade, e tentavam fazer cumprir a doutrina eclesial e as determinações tridentinas evidenciadas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. É neste sentido, que analisar as dioceses, sua história e seu desenvolvimento, configura oportunidade de verificar como as circunscrições civis se relacionavam com tais conjunturas de poder, uma vez que lá se firmam enquanto território, como nos relata Sack (*apud* ROSENDAHL, 1995, p. 57):

A Igreja Católica Romana divide seu domínio em hierarquias territoriais de paróquias, dioceses e arquidioceses. Cada um destes territórios é chefiado por um funcionário da Igreja, cujo posto na administração geral corresponde ao posto na hierarquia. Os sacerdotes têm jurisdição sobre a paróquia, os bispos sobre as dioceses, os arcebispos sobre as arquidioceses e o Papa, em Roma, sobre todos os níveis hierárquicos.

O caso do Piauí é sintomático. Inicialmente, subordinada à diocese de Pernambuco, o Piauí foi remetido à administração da Província do Maranhão por conflitos políticos seculares. Desde 1822 que esta província, por meio de seus órgãos de representação interna, almejava a criação de um bispado independente do Maranhão, o que se relacionava mais a questões políticas e sociais do que, propriamente, pastorais (SALES; SOUSA NETO, 2020).

Utilizando-se de motivos diversos, especialmente, na composição familiar e patrimonial decorrida dos casamentos endogâmicos, cujo jurisdição cabia ao bispo do Maranhão, referenciava-se na criação das prelazias de Cuiabá e Mato Grosso e a sua elevação a dioceses, que por solicitação do governo imperial, em 1827, obtiveram a Bula *Sollicita Catholicae Gregis Cura*, que também a criação e manutenção dos cabidos e seminários para aqueles territórios da fronteira oeste do Brasil.

Interessa-nos discorrer sobre tal fato, justamente, pelo posicionamento do bispo do Maranhão, que naquela ocasião indissociava-se de sua atuação política, sendo um dos maiores opositores à criação da diocese do Piauí. Na polêmica sobre o conteúdo da letra apostólica, assim afirma sobre aquelas prelações coloniais: “A criação das novas dioceses é da competência da sé apostólica em conformidade da presente disciplina geralmente recebida em toda Igreja Catholica” (SILVA, 2012, p. 98). No uso de suas altas faculdades intelectuais, convenientes ao episcopado, D. Marcos Antonio de Sousa discorreu sobre o processo de criação das dioceses desde os primeiros séculos do cristianismo até a existência dos concílios provinciais e a criação da lei que reserva a Sé Apostólica desmembrar e criar bispados. Assim, nem mesmo o Imperador teria poder de contestá-la, à despeito da própria Constituição outorgada de 1824.

A mesma perspicácia, todavia, não teve D. Marcos, quando o que estava em questão era o seu pasto, já que, durante seu bispado as campanhas em prol do bispado do Piauí separado do Maranhão foram sufocadas sob ecos de rendas insuficientes, concorrendo para o que diz Sopher (*apud* ROSENDAHL, 1995, p. 57) sobre a Igreja que, além de organizar comunidades no intuito catequético e litúrgico, também é uma instituição de política e economia, afetando, assim, suas funções religiosas dentro dos seus próprios territórios, gerando, por vezes, conflitos.

De fato, uma vez subordinada ao Estado, a Igreja experimentava a precária situação financeira do Império, considerando que a administração dos dízimos eclesiásticos pertencia ao Estado, a quem cabia a sustentação eclesiástica, geralmente, insuficiente às necessidades pastorais. Neste aspecto, a Fazenda Real, através de folhas de pagamento controladas (LUSTOSA, 1977, p. 17), mantinha seus funcionários públicos, dentre os quais, os eclesiásticos, como ordenou o Imperador D. Pedro I ao Presidente da Província do Piauí, o Barão da Parnaíba:

Ha Sua Magestade O Imperado por bem Ordenar que Vossa Excellencia faça remetter à mesma Secretaria d'Estado relações exactas extrahidas da Fazenda Publica dessa Provincia, ou de quaisquer outras Repartições, não so dos Ordenados que por ella se fragão aos diversos Magistrado e mais Officiaes empregados na administração da Justiça como das Congruas que Actualmente vencem todos os Parochos dessa Provincia, especificando- se nas mesmas relações com a maior clareza, além dos Ordenados e cõngruas toda a mais despeza que estiver a Cargo da Fazenda Pública com os sobreditos dous ramos, e as ordem em virtude das quaes fôrão estabelecidas assim estas como aquellas outras despesas, por que sem que se recebem com a maior brevidade estes indispensáveis esclarecimentos não se poderá em tempo oportuno dar ao Ministro da Fazenda o orcamento determinado no artigo cento setenta e dous da Constituição para ser presente na futura Sessão do Corpo Legislativo (APEPI, 1827, CÓD. 06).

A criação de novo territórios religiosos-civis, era um impasse generalizado, como nos adverte Matos (2010, p. 80), “saltava à vista o pequeno número de dioceses para a vastidão do Império. Algumas, além da distância, estavam muito povoadas para serem atendidas por um único pastor”.

Observamos que durante o Império diversas propostas para que se multiplicassem as circunscrições eclesiásticas, onde os prelados denunciavam suas extensas dioceses no sentido de subdividi-las³. Contudo, tais multiplicações gerariam despesas públicas, cujo retorno político (o que incluiria relações diplomáticas de litígio de fronteiras e zonas de conflito local/central), econômico (notadamente, zonas mineradoras e outras dinâmicas econômicas em expansão) e pastoral (área de abrangência e população) era diminuto, pragmaticamente.

Esta antiga demanda também foi pautada pelo Governo colonial, onde surgiram projetos para criação de dioceses e Províncias

3 Durante os 67 anos do Império, foram criadas somente três novas Dioceses: Em 1848, Porto Alegre e, em 1854, Fortaleza e Diamantina. Cf. Matos, 2010, p. 81.

Eclesiásticas. Na proposta⁴ do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, de 28 de junho de 1819, previa-se para o Brasil, com mais de 4 milhões de habitantes, nada menos que 26 bispados, sufragâneos à 7 Arcebispados e “mesmo assim, muito superior às forças dos respectivos bispos”, a saber: Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana, Olinda, S. Luís e Belém do Pará (MATOS, 2010, p. 80). Engavetado em razão da proclamação da Independência e de suas consequências políticas, foi lembrado em 1824, nas instruções levadas a Roma por Monsenhor Francisco Correia Vidigal, encarregado de negócios junto à Santa Sé. Logo depois, a proposta cairia em total esquecimento (LUSTOSA, 1977, p. 27).

Esta organização eclesiástica insuficiente foi lembrada por Oscar de Figueiredo Lustosa (1977, p. 26-27) ao afirmar que, no final do século XVIII, em toda a vastidão do território nacional, havia nove circunscrições eclesiásticas: 1 Arcebispado (Salvador), 6 bispados (Olinda, Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, São Luís do Maranhão, Pará), 2 Prelazias (Cuiabá e Goiás), e contava apenas com nove centros de decisão (as nove cabeças das circunscrições eclesiásticas) e com alguns subcentros (Porto Alegre, Fortaleza, Oeiras etc.). Nesta configuração, a coordenação pastoral era praticamente inviável.

Some-se a isso, a distribuição desproporcional entre bispados, freguesias e suas respectivas extensões territoriais, assim, “o bispado de Olinda possuía 121 freguesias em uma extensão que abrangia do Ceará a Minas Gerais (região do S. Francisco), enquanto o bispado de São Luís do Maranhão, incluindo o Piauí, não atingia senão o montante de 21 paróquias”⁵ Na verdade, tal situação contrasta com

4 O projeto se denominava: “A Igreja do Brasil ou informação para servir de base à divisão dos bispados projetada no ano de 1819, com a estatística da população do Brasil, considerada em todas suas diferentes classes, na conformidade dos mapas das respectivas províncias e número de seus habitantes”. Cf. Lustosa, 1977, p. 27.

5 (LUSTOSA, 1977, p. 26). Não sabemos exatamente de quando são estes dados, já que o próprio autor não o explicita. Contudo, tomando Pacheco (1968, p. 162) como referência, podemos inferir que os dados são anteriores ao Império, isto é: Quando D. Marcos faleceu, em 1842, a Diocese do Maranhão tinha 53 paróquias, 38 no Maranhão e 15 no Piauí, de maneira que,

a tendência da Igreja Católica pós-Revolução Francesa (1789), como relata Zagheni (1999), isto é, esta Igreja é aquela da Restauração, em que busca recompor sua identidade original, tomando medidas como: a reorganização das dioceses e das paróquias, o empenho pela vida espiritual do povo, a reconstrução dos Seminários, a restauração das Ordens religiosas e a restauração da ideologia de cristandade.

À imensidade dos territórios se acrescentava a parca densidade populacional que “para uma população avaliada em pouco mais de 4.000.000 de habitantes, contava a Igreja com o número aproximado de 650 a 700 paróquias, além de algumas centenas de capelas curadas e outras tantas não curadas” (LUSTOSA, 1977, p. 26).

No caso da diocese do Maranhão⁶, no início da jurisdição de D. Marcos, temos “uma superfície de perto de 600.000 km² (seiscentos mil quilômetros quadrados), não conta, com mais de 260 mil habitantes, na maioria escravos, divididos em 36 paróquias, estando duas em S. Luís, com 23 mil almas, e uma em Oeiras, com poucos mil habitantes” (PACHECO, 1969, p. 138).

Tomando por parâmetro tais dados, o Piauí encontrava-se vantajosamente administrado pela diocese do Maranhão. Contudo, essa aparente condição satisfatória não foi suficiente para a conformação dos piauienses e impedir a campanha em prol de sua própria diocese. De fato, a “boa distribuição” espacial do território eclesiástico, não atendia às demandas religiosas de um povo e, principalmente, de uma elite sedenta por autonomia eclesiástica, visando articulações políticas e econômicas, através das relações familiares, cuja jurisdição pertencia à Igreja, representada no Piauí pelo bispo de São Luís do Maranhão.

por D. Marcos foram criadas 21 (14 no Maranhão e 7 no Piauí). Ou seja, quando D. Marcos assumiu a Diocese do Maranhão, em 1828 (PACHECO, 1968, p. 139), já havia 28 paróquias em toda a diocese do Maranhão.

6 D. Marcos, por meio de levantamentos estatísticos buscou cumprir as determinações imperiais de reordenamento da geografia eclesiástica do Brasil, sendo erigidas mais doze paróquias no seu bispado, em 1835, além de produzir uma documentação então inédita ao bispado, um mapa das freguesias existentes no Maranhão e uma lista com o nome dos vigários que nelas atuavam, ambos de 1832, facilitando uma maior organização e controle da atividade eclesiástica (Cf. SILVA, 2012, p. 128).

Além disso, se tomarmos o bispado de Olinda como parâmetro, como o exemplo dado por Lustosa, verificamos que entre 1848 e 1854 foram criadas as dioceses de Diamantina (MG) e de Fortaleza (CE)⁷, o que, sem dúvida, redistribuiu a ação pastoral do bispado de Olinda, face a seus territórios e população.

Desta forma, em Ofício, o Visconde da Parnaíba relata à Cúria de S. Luís, novamente, as dificuldades de não haver um bispado nestas bandas:

A paróquia mais próxima, a de Parnaíba, está distante 40 e tantas léguas. São Raimundo Nonato dista 270 léguas, de caminhos difíceis. “A criação de um bispado nesta província he de suma utilidade para prover de prompto as necessidades espirituais, administrando o pasto a todos os fiéis, e afervorando o zelo pela Religião, de que pendo a Prosperidade da Igreja, e a segurança do Estado” (PACHECO, 1969, p. 169).

Analisando a dinâmica de ereção de dioceses no Brasil, observamos que, sob força do padroado lusitano, nos primeiros anos da América portuguesa, a jurisdição espiritual do “novo mundo” português, encontrava-se sob o prior de Tomar⁸. Em 1514, o Papa Leão X expede a bula *Pro excelente*, criando a diocese de Funchal, na Ilha da Madeira (território português), passando esta diocese a jurisdicionar sobre os domínios portugueses além-mar, sendo elevada à condição de arquidiocese, em 1534.

Na América portuguesa, a criação de sua primeira diocese é considerada tardia, comparada à América espanhola. Somente em 1551, pela bula *Super spécula militantes Ecclesiae*, do Papa Júlio III, é criada a

7 Sob o pontificado de Pio IX, em 06 de junho de 1854, a de Fortaleza pela bula *Pro animarum salute*, e a de Diamantina pela bula *Gravissimum sollicitudinis*.

8 D. Gualdin Pais, mestre da Ordem (Prior) dos Templários em Portugal, que em 1160, mandou construir o castelo de Tomar, onde foram residir os membros da Ordem. Uma vez extinta a Ordem dos Templários, em 1310, e a criação da Ordem de Cristo, essa passou a herdar os bens daquela e, a sede de Tomar passou a ser vicariato, e o prior do convento, vigário. Posteriormente, a Santa Sé concedeu à Ordem jurisdição eclesiástica, sob direção do prior de Tomar, sobre as terras conquistadas e que não pertenciam a nenhuma diocese estabelecida. O Papa Adriano, em 1522, conferiu a D. João II a dignidade de grão-mestre da Ordem de Cristo, dignidade que se transmitiu aos seus sucessores no trono português (Cf. AZZI *apud* HORNAERT, 2008, p. 162- 163).

Analisando os dados do quadro 01, verificamos que sob administração colonial portuguesa, as dioceses criadas foram distribuídas por regiões dispersas sob o galopar das circunstâncias políticas, em diocese de São Salvador na Bahia, por solicitação do rei Dom João III

Ord.	Cap.	Sede Diocesana	Criação	Sede Civil	Região Atual
1	BA	Salvador * Antiga Vila Rica	1551	Salvador	Nordeste
2	RJ	Rio de Janeiro (Prelazia)	1575	RJ	Sudeste
3	PE	Pernambuco (Olinda/Recife)	1676	Olinda	Nordeste
4	MA	São Luiz	1677	São Luiz	Nordeste
5	PA	Belém	1720	Belém	Norte
Fonte: O autor (a partir do site <i>Catholic hierarchy</i> e do IBGE, 1957; 2020).					
7	MG	Mariana	1745	Ouro Preto* (1711- 1897)	Sudeste
8	GO	Goiás (Prelazia)	1745	SP	Centro Oeste
9	MT	Cuiabá (Prelazia)	1745	SP	Centro Oeste

9 Lima (2001, p. 46) garante que Dom Felipe III (monarca espanhol que governava Portugal), obteve do Papa Paulo V, com a bula *In: supereminente*, em 12 de agosto de 1611 e 05 de julho de 1614, a construção de uma prelazia para o norte-nordeste brasileiro, intitulada prelazia de Paraíba-Olinda.

que os aspectos econômicos e de definições territoriais se evidenciam pelo sistema exploratório, de lógica exportadora. Logo, a região litorânea prevalece em número de circunscrições administrativas, onde a atual região Nordeste concentrará a primazia e concentração até o final do século XVII, sob forte impulso do açúcar e de atividades econômicas extrativistas.

Com a descoberta de metais preciosos na região de Minas e do Oeste, no século XVIII, houve o deslocamento. Desta forma, entre 1719-1745, com a fundação da diocese de Mariana e as prelazias de Goiás e Cuiabá, a Igreja acompanhará o crescente populacional e de poder, demarcando seu espaço consoante ao Estado, assim é possível interseccionar esta dinâmica aos domínios dos espaços, dos quais a religião é partícipe, como bem apontam os geógrafos da religião:

É por intermédio da paisagem cultural, impregnada de seus geo-símbolos, que a cultura de um determinado grupo se inscreve no espaço. A religião também possui seus símbolos. Estes constituem marcas que identificam e delimitam seu território religioso. São espaços qualitativamente fortes, constituídos por fixos e fluxos, possuindo funções e formas espaciais que constituem os meios por intermédio dos quais o território realiza efetivamente os papéis a ele atribuídos pelo agente social que o criou e o controla. Na religião católica, os templos, os cemitérios, os pequenos oratórios à beira da estrada, os caminhos percorridos pelos peregrinos, representam, entre outros, os meios visíveis pelos quais o território é vivenciado e reconhecido como tal. As normas, regras e penalidades, enquadram os limites invisíveis que efetivamente delimitam o território e, ao mesmo tempo, tornam efetivo seu conteúdo que envolve não apenas diretamente as restrições eclesiais, mas também devotos, profissionais especializados e instituições religiosas subordinadas hierarquicamente ao poder local, regional, nacional e mundial (ROSENDAHL; CORRÊA, 2006).

A situação no período Imperial pouco diverge da política do reino. Basicamente, preserva as estruturas criadas, consolida os terri-

tórios eclesiásticos e, ao mesmo tempo, seculares do centro-oeste, o que é interpretável sob a ótica da continuidade da política joanina de preservação e expansão dos territórios repartidos com a Espanha (CORBALAN, 2006). É o que direciona o quadro a seguir:

Quadro 2 - Criação de Dioceses ou Prelazias no Império

Ord.	Prov.	Sede Diocesana	Criação	Sede Civil	Região Atual
1	GO	Goiás	1826*	Cidade de Goiás	Centro-Oeste
2	MT	Cuiabá	1826*	Cuiabá	Centro-Oeste
3	RS	Porto Alegre	1848	Porto Alegre	Sul
4	MG	Diamantina	1854	Ouro Preto	Sudeste
5	CE	Fortaleza	1854	Fortaleza	Nordeste

Fonte: O autor (a partir do site Catholic hierarchy e do IBGE, 1957, 2020).

* Prelazias desde 1745, elevadas à categoria de diocese.

Como é perceptível, a região sudeste se consolida como polo eclesiástico no século XVIII, enquanto o Nordeste, no mesmo período, se estagna, em detrimento das demais regiões. Além da diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, erigida estrategicamente em território de progresso separatista, é notável que a prioridade do governo imperial voltava-se para as regiões de retorno econômico imediato, como as regiões mineradoras, como Diamantina, que legava as Minas seu segundo bispado e outras dinâmicas onde as devoções religiosos mostravam-se rentáveis, como no Ceará (REIS, 2000).

A criação de dioceses “foi a estratégia por excelência” de um projeto reformista da Igreja, dito Ultramontano. Assim, territorializar religiosamente um país, ou mesmo um continente, já era conhecida Igreja, de maneira que foi utilizado na Europa da segunda metade do século XIX para compensar a perda de territórios eclesiásticos na península itálica e em outros lugares. Além de preservar tais espaços, a Igreja ampliou seu controle religioso nestas áreas institucionalizadas e as consolidou a serviço da Igreja (AQUINO, 2012, p. 156).

Podemos dizer que, conforme Sack e Hudman (*apud* ROSENDAHL 1995, p. 59), “a territorialidade esteve lado a lado com o desenvolvimento da organização e hierarquia da Igreja. Quando a última

aumentou, a primeira também se ampliou, a teoria sendo aplicada inversamente”. Por sua territorialidade, deve ser entendida como o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos que visam controlar um território específico (IBDEM, p. 56)

A criação da diocese do Piauí encaixa-se nesta tendência da Igreja Católica de diocesanizar os seus territórios de atuação, de maneira que: no Brasil, antes de 1890, a criação dessas circunscrições eclesiais dependeu do Estado, que não as erigiu, sobretudo, por razões de ordem financeira, ainda que no final do Império tenham predominado os motivos de ordem política. Todavia, depois de 1890, a Santa Sé assumiu a responsabilidade integral pela fundação de novas dioceses e “os bispos brasileiros julgaram ter chegado o momento para expandir esses organismos de poder eclesiástico” (AQUINO, 2012, p. 156).

É nesse sentido que o quadro 03 demonstra a multiplicação exponencial de dioceses em território brasileiro, nas diversas regiões, e inaugurando o fenômeno da interiorização das dioceses, isto é, criação de dioceses em cidades que não eram capitais (sedes político-administrativas), algo anteriormente visto no território mineiro, como se destacou nos quadros 01 e 02, e agora destacamos no quadro 3:

Quadro 3 - Parte das Dioceses ou Prelazias Criadas na República até 1910

Ord.	U.F	Sede Diocesana	Criação	Sede Civil	Região Atual
1	RJ	Niterói	1892	Niterói	Sudeste
2	PR	Curitiba	1892	Curitiba	Sul
3	AM	Manaus	1892	Manaus	Norte
4	PB	João Pessoa	1892	João Pessoa	Nordeste
5	ES	Vitória	1895	Vitória	Sudeste
6	MG	Pouso Alegre	1900	Belo Horizonte	Sudeste
7	AL	Maceió	1900	Maceió	Nordeste
8	PI	Teresina	1901	Teresina	Nordeste
9	PA	Santarém	1903	Belém	Norte
10	RJ	N. S. Monserrate	1907	Niterói	Sudeste

11	GO	Uberaba	1907	Cidade de Goiás	Centro-Oeste
12	MG	Campanha	1907	Belo Horizonte	Sudeste
13	SP	Botucatu	1908	SP	Sudeste
14	SP	Campinas	1908	SP	Sudeste
15	SC	Florianópolis	1908	Florianópolis	Sul
16	SP	Ribeirão Preto	1908	SP	Sudeste
17	SP	Taubaté	1908	SP	Sudeste
18	SP	Pinhal (S. Carlos)	1908	SP	Sudeste
19	RN	Natal	1909	Natal	Nordeste
20	SE	Aracaju	1910	Aracaju	Nordeste
21	MT	Luiz de Cáceres	1910	Cuiabá	Centro Oeste
22	MG	Montes Claros	1910	Belo Horizonte	Sudeste
23	PE	Floresta	1910	Recife	Nordeste
24	RS	Santa Maria	1910	Porto Alegre	Sul
25	RS	Pelotas	1910	Porto Alegre	Sul
26	RS	Uruguaiana	1910	Porto Alegre	Sul
27	MT	Corumbá	1910	Cuiabá	Centro-Oeste

Fonte: O autor (a partir de Catholic hierarchy e do IBGE, 1957, 2020).

Foi nesse processo de laicização do Estado, e, portanto, sua separação da Igreja, que a necessidade de “fincar” a bandeira do catolicismo tornou-se urgente. Perde-se a quase exclusividade, de atuação. Templos de outras denominações cristãs são autorizados a sua construção e exteriorização (outrora proibido pela Constituição Imperial). O Estado não mais levava a Igreja como célula orgânica para estabelecimento de sua estrutura estatal. Foi preciso marcar território mais do que nunca.

Neste processo, chamamos atenção para a disputa ocorrido no Piauí para sediação da sua diocese, que à época (1898-1901) ainda era incerta e enfrentava forte oposição do seu titular, o bispo de São Luís do Maranhão. Esta disputa foi travada pela capital, Teresina, e a importante cidade de Parnaíba, que situada ao norte do Estado, litorânea, gozava de notório desenvolvimento comercial e de singular estrutura edificada para instalação da futura bispado.

Este aspecto da história do Piauí é repleto de meandros que não comportam nesta comunicação, não sendo este nosso objetivo. Entretanto, cientes do que é apresentado no quadro 03, é necessário

reconhecer que na dinâmica diocesanizadora pela qual passava o Brasil e da sua interiorização, observamos uma tendência marcante de dioceses fundadas em cidades que não sediavam o poder estatal, mesmo, porque, parte delas já detinham seu bispado, que respondia por toda Unidade Federativa. Daí a própria bula reconhecer como bispado do Piauí, e não de Teresina.

Assim, é relevante mencionar que a pretensão parnaibana se encontrava responsiva ao contexto da Igreja no Brasil, que não apenas diocesanizava, como interiorizava as circunscrições eclesiais diocesanas, ramificando estruturas físicas e simbólicas. Desta forma, o movimento nortista (de Parnaíba) não era apenas interno, local, mas, global, e síncrono ao processo histórico brasileiro.

Não foi Parnaíba sede do bispado do Piauí naquele momento. Entretanto, o esforço empreendido muito contribuiu para criação daquele bispado (SALES, 2019). Independentemente disso, Parnaíba é partícipe de uma tendência, a qual parece ser inaugural, isto é, de cidades de relevância em seus Estados que almejam ou recebem uma diocese para ali se desenvolver.

A Geografia das Religiões, atualmente, mais do que História captou a necessidade de se compreender a demarcação geo-simbólica da Igreja. É a partir daí que podemos perceber o quão complexa foi a relação entre Igreja e Estado no Brasil, não nos cabendo resumi-la na pura e simples sujeição do da Igreja perante Estado. A Igreja tinha suas necessidades pastorais, o que exigiria do Estado o dispêndio financeiro, enquanto vigorou o Padroado. Separados Estado e Igreja, num processo mais longo do que os atos dos governo republicano, temos a disseminação da diocese ou a sua expectativa nos diversos rincões do Brasil.

REFERÊNCIAS

APEPI. Ata Nº 298, de 16 de agosto de 1827. Sala do Poder Executivo.

Registro da S. Governo (1827-1831.). Códice nº 06.

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil**: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Doutorado. Universidade Estadual Paulista: Assis, 2012.

AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HORNAERT, Eduardo [et al.]. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, período colonial. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRASIL. **IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. **IBGE**. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 1957

CORBALAN, Kleber Roberto Lopes. **A Igreja Católica na Cuiabá Colonial**: da primeira Capela à chegada do primeiro Bispo (1722-1808). 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

LIMA, Maurílio César de. **Breve História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro, 2001.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **REFORMISTAS NA IGREJA DO BRASIL- IMPÉRIO**. São Paulo: Boletim Nº 17 (NOVA SÉRIE). USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História Nº 10, 1977.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo 2 (Período Imperial e Transição Republicana). 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010 (Coleção Igreja na História).

PACHÊCO, Filipe Condurú (Dom). **História Eclesiástica do Maranhão**. Maranhão: SENEC. Departamento de Cultura, 1969.

REIS, Edilberto Cavalcante. **Pro Animorum Salute**: a diocese do Ceará como “vitrine da romanização no Brasil (1853-1912). 2000. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. Difusão e territórios diocesanos no Brasil, 1551—1930. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto

de 2006, vol. X, núm. 218 (65). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-65.htm>. [ISSN: 1138-9788]

ROSENDAHL, Zeny. Geografia e Religião: Uma Proposta. **Espaço e Cultura**. Ano I. Outubro de 1995, p. 45- 74.

SALES, João Vitor Araújo. **Ecclesia una**: o processo de separação do bispado do Piauí e Maranhão (1822-1903). 223 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2019.

SALES; João Vitor Araújo; SOUSA NETO, Marcelo de. Jurisdição e subordinação: tentativas de provincialização da Igreja no Piauí (1822-1830). **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 184-205, jan.-abr. 2020. ISSN-e: 2359-0092. DOI: 10.12957/revmar.2020.40213.

SILVA, Joelma Santos da. **Por mercê de Deus**: igreja e política na trajetória de Dom Marcos Antonio de Sousa (1820 — 1842), 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O Processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844- 1926)**. São Paulo: Editora Santuário, 2007.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os fazedores de cidade**: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852), 2016. 272 f Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ZAGHENI, Guido. **A idade contemporânea**. Curso de História da Igreja IV. São Paulo: Paulus, 1999.

A participação dos piauienses no processo de construção da Constituição Federal a partir da análise de cartas (1986-1987)

Cibele da Silva Andrade¹

Claudia Cristina da Silva Fontineles²

INTRODUÇÃO

Os acontecimentos recentes da Nova República brasileira mobilizam e são movimentados pela sociedade que cria narrativas de debate e disputa acerca de temas do passado que marcam o sistema político do país. Entre os assuntos mais falados estão a Ditadura Militar e a Democracia brasileira. Temas que se entrecruzam na história recente e atravessaram profundamente a forma com que lidamos com a democracia no Brasil, que é diversa e múltipla ao longo da história. A animosidade das opiniões públicas fez historiadores brasileiros refletirem sobre a construção das narrativas históricas, sua difusão e as lacunas historiográficas existentes.

1 Mestranda e bolsista Capes no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, PPGHB- UFPI, <http://lattes.cnpq.br/0463067339475904> , e-mail: cibeleluces@gmail.com.

2 Doutora em História. Professora de pós-graduação e bolsista de produtividade da Universidade Federal do Piauí— UFPI, <http://lattes.cnpq.br/8352484392271532> , e-mail: cfontinelles@gmail.com.

A escolha do tema tem como justificativa dois pontos e a ordem disposta no texto não tem intenção de estabelecer hierarquias entre eles. Suscitaram esta pesquisa os debates sobre democracia que percorreram o país através de redes sociais, conversas em diversos espaços (casas, terminais, metrô, ônibus, fábricas, escritórios), jornais e televisão. Nos termos propostos por Agnès Chauveau e Philippe Tétart na obra *Questões para a História do Presente*¹⁴ a *demande social* e o *impacto de geração* contribuíram para o desenvolvimento da História do Tempo Presente, com temáticas suscitadas pelos debates da sociedade e a geração de historiadores de determinado período. As perguntas direcionadas a um objeto de pesquisa partem do presente e são problemas que emergem no tempo ao qual o historiador é contemporâneo. A pesquisa se justifica ainda pela possibilidade de compreender uma das formas utilizadas sociedade brasileira para se relacionar com o sistema político nacional, através do prisma da *cultura política* e da nova *História Política*. As pesquisas que tivemos acesso centram suas análises nos movimentos das regiões Sul/Sudeste do país, observamos uma lacuna de análise que tenha como recorte espacial o Nordeste, mais precisamente o Piauí.

Este artigo está dividido em três seções principais. Primordialmente questionamentos a preservação e disponibilização do arquivo analisado e de demais fontes sobre a Assembleia Nacional Constituinte, como afirma Ângela de Castro Gomes: “[...] no caso da correspondência, o encarregado dos procedimentos de manutenção e arquivamento dos documentos é o “outro” a quem se destina a carta e que passa a ser seu proprietário” (GOMES, 2004, p. 09). Em seguida apresentamos como foi organizado o projeto Diga Gente/Projeto Constituição e por último analisamos as perspectivas políticas e anseios sobre a nova Constituição presentes nas cartas.

UM PROJETO DE MEMÓRIA PARA LEGITIMAR O PRESENTE E O FUTURO

Antes de apresentar a análise do conteúdo das cartas do Projeto Diga Gente/Projeto Constituição, consideramos necessário desnaturalizar a existência desse arquivo, os porquês de sua preservação e disponibilização em plataformas digitais de livre acesso. Maria Helena Versiani (2013) apresentou considerações acerca do tema ao analisar as cartas presentes na Coleção Memória da Constituinte depositada no Museu da República.

Perceber a formação de arquivos históricos como uma ação estratégica de memória, que opera sobre o que deve ser preservado e lembrado, no presente e no futuro (embora o êxito de tais estratégias nunca esteja garantido), é uma forma de reconhecer os domínios da história e da memória como construções que se realizam no campo dinâmico das interações sociais, envolvendo interesses e disputas (VERSIANI, 2013, p. 132).

Os acervos históricos são resultados de um conjunto de interesses nem sempre convergentes, também são moldados por conflitos e fazem parte de enquadramentos de memória. Desnaturalizar a existência destes acervos é percebê-los como parte integrante de um projeto político. Fizemos nesta secção a análise dos motivos que levaram a preservação, constituição e disponibilização desses acervos e as intencionalidades que os sustentam.

Sugerimos que todos esses documentos são resultado de um projeto de memória criado em pela necessidade de consolidação do regime democrático no Brasil centrado na Constituição de 1988. Os atos que ocorreram no processo da Constituinte se tornaram registros, mas foram pensados principalmente como partes potenciais de um acervo, o que lhes confere caráter especial. O registro é um ato burocrático, inerente aos procedimentos de caráter institucional, governamentais e parlamentares. Atas de reuniões, vídeos, relatórios da

administração pública são formas de prestar esclarecimentos a sociedade sobre o que foi realizado, mas ao falarmos de acervo compreendemos que determinado conjunto de documentos ou coisas, constituem um patrimônio particular, coletivo e até nacional.

Estimamos que o projeto Diga Gente/Projeto Constituição, para além de demais interesses existentes, foi pensado como parte potencial de um acervo nacional sobre democracia, peculiar ao contexto extraordinário de sua formulação, a restauração do regime democrático após 21 anos de ditadura militar. Instituições públicas foram responsáveis por realizar trabalhos de memória sobre o tema, que pode ser observado através da fundação de centros e grupos designados a salvaguardar registros sobre a Constituinte. Um dos exemplos é o Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC), criado em 1985 por meio da Fundação Nacional Pró-Memória³. O projeto da Comissão Pró-Memória da Constituinte, ao tempo que teve como meta captar, organizar e preservar os registros sobre a Assembleia Nacional Constituinte, também ofereceu informações a respeito do que estava acontecendo no país e sobre Constituições anteriores (PEREGRINO, 2012). Acervo que por sua vez fez parte do projeto de memória necessário para o reconhecimento social da legitimidade do governo civil e dos que assumiriam à posteriori.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLACK, 1989, p. 10).

3 A Fundação Nacional Pró-Memória foi criada com a divisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN). No ano de 1979 o Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional-IPHAN foi dividido entre Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN, enquanto órgão normativo e a Fundação Nacional Pro-Memória, enquanto órgão executivo. As mudanças foram realizadas sob a direção de Aloisio Magalhães.

Nessa perspectiva, o enquadramento de memória criado com os atos referentes a Assembleia Nacional Constituinte ao tempo que indicou a preocupação de romper com a demarcação vigente feita pelos governos militares, visou reestabelecer a fronteira social democrática, não só para reinstaurar a legitimidade da democracia no processo de transição, como também para garantir que no futuro ameaças

Afirmar que este enquadramento pertence a um tipo de memória oficial nos levou a outro questionamento, a quem pertenceu este projeto de memória? Se ele é oficial fez parte de um programa político vencedor, ao menos no âmbito governamental. Acreditamos no seu vínculo com atores da ala progressista e pemedebista, que a partir da vitória da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral do ano de 1986 e da mobilização popular pela volta da democracia ampliaram seu campo de atuação política no país.

Não temos a intenção fazer os leitores questionarem a existência da participação popular no processo de transição democrática porque enquadrámos o acervo que analisamos a um tipo de memória oficial, pelo contrário, se nós realizamos uma análise da participação popular na constituinte decorre de sua pertinência. A memória oficial construída sobre o tema adotou a participação popular como um dos pontos chave porque a ideia de soberania popular é inerente as concepções de democracia, seja ela direta ou indireta. O parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Federal de 1988 se refere a essa circunstância: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Para Michel Pollack (1989) a memória oficial está em conflito permanente com outros tipos de memória, subterrâneas, clandestinas, proibidas ou silenciadas. Para o autor função da memória é um trabalho de enquadramento:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (POLLACK, 1989, p. 09).

Neste caso, a referência ao passado buscou no presente e para o futuro a manutenção das instituições democráticas, demarcou não só o seu lugar de democracia, mas sua oposição à ditadura militar. Em discurso proferido no dia da promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, a fala de Ulysses Guimarães expressa o outro do que se consolidou naquele acontecimento: “[...] temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina” (BRASIL, 1988). A existência de um projeto de memória não implica a inexistência de outras memórias, ao contrário, elas são diversas e entram em conflito. Michel Pollak apresentou alguns tipos, as memórias clandestinas, silenciadas ou subterrâneas. Os militares ao longo da transição democrática passaram a ver outros atores ampliarem espaço na disputa política. E com o retorno aos quartéis também criaram suas memórias subterrâneas, resguardadas nos túneis das instituições públicas. E o esquecimento destas memórias que eclodem atualmente através de figuras públicas decorre de duas ideias centrais inerentes ao processo de redemocratização, o de conciliação e não revanchismo.

A existência de bancos de dados e documentos históricos sobre e para a elaboração da Constituição de 1988, conservados em plataformas digitais são exemplos do esforço de enquadrar a memória de valorização da participação pública na constituinte. Categorizamos como bases de salvaguarda: o Sistema de Apoio Informático a Constituin-

te- SAIC⁴, onde tivemos acesso ao conteúdo e informações das cartas analisadas; Anteprojetos, Projetos e Emendas- APEM⁵; Sugestões Constituintes SGCO⁶, as três bases de dados estão disponíveis no site de Bases Históricas do Senado Federal⁷. Discursos, jornais, fotografias, vídeos, livros, programas de TV e Rádio sobre a Constituição de 1988, fazem parte do acervo de documentos do Portal das Constituições da Câmara dos Deputados⁸. Localizamos ainda, arquivos de divulgação dos trabalhos Constituintes, fotografias, vídeos, jornais impressos, documentos das subcomissões temáticas, dossiês e formulários no portal do Arquivo Histórico da Câmara dos deputados⁹. Os documentos apresentam conteúdos diversos, em meio a registros das atividades legislativas e burocráticas dos Constituintes, localizamos fotografias, vídeos e cartas que direta ou indiretamente abordam a participação popular na Constituinte.

A preservação de documentos sobre a participação da popular no contexto de construção da Constituição de 1988 fez parte de um projeto político que moldou suas “estratégias de memória”. Sugestões da população, registros de participação da população em plenários, interessaram a esse enquadramento menos pelo conteúdo, do que pelo fato de sua própria existência, posta como a representação da abertura do estado autoritário brasileiro à democracia, e assim pontuando suas diferenças com a ditadura militar.

4 Reúne as sugestões da população enviadas por meio dos Projetos Diga Gente — Projeto Constituição.

5 Onde estão depositados os projetos e anteprojetos construídos nas comissões e subcomissões temáticas, bem como emendas da Assembleia Nacional Constituinte.

6 Não localizamos a sigla não abreviada, acreditamos que seja Sugestões Constituintes, sendo uma base de dados que reúne as sugestões dos constituintes.

7 Ver: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/> Acesso em: 01 jan. 2020.

8 Ver: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras. Acesso em: 01 jan. 2020.

9 Ver: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/ac-1987-1988-assembleia-nacional-constituente-2>. Acesso em: 16 jan. 2020.

PROJETO DIGA GENTE

As cartas analisadas foram recolhidas do banco de documentação histórica do Sistema de Apoio Informático À Constituinte — SAIC, criado para armazenar as sugestões dos brasileiros enviadas para ANC, disponível na biblioteca virtual da Câmara dos Deputados. As sugestões analisadas foram recolhidas através do projeto “Diga Gente”, segundo Stéphane Monclaire (1991) :

[...] além da curiosidade real ou suposta de ler as sugestões da população e além da sua vontade verdadeira ou simulada de nelas se inspirar quando da redação da Constituição, ele tem um interesse objetivo a querer se apresentar a seus colegas e a sociedade civil como o homem político que terá permitido a existência deste projeto e que terá, assim, permitido ao povo de se exprimir (MONCLAIRE, 1991, p. 29).

As sugestões feitas foram escritas por pessoas comuns, de diversos lugares do Brasil e com diferentes graus de instrução escolar. Seria equivocado afirmar que houve ausência de interesse dos parlamentares e membros da Comissão de Projetos Especiais- CPE em conhecer a opinião da população brasileira de forma tão particular, tampouco podemos desconsiderar que o projeto tenha despertado nos parlamentares e organizadores, o desejo de lutar contra a erosão causada pelo esquecimento. Esta condição nos aproximou das análises feitas por Cláudia Cristina da Silva Fontineles (2015) quando trabalhou as formas com que as memórias sobre Alberto Silva foram consolidadas e como o próprio personagem buscou se consolidar na história e na memória do Piauí, na tentativa de driblar a corrosão do tempo e do esquecimento. Neste caso os construtores do “Projeto Diga Gente” podem ter buscado permanecer na memória e na história do Brasil como mediadores da participação popular na Constituinte, podendo se tornar conciliadores da relação entre eleitores e eleitos, algo essencial para a manutenção do regime democrático representativo.

As cartas analisadas foram depositadas em um banco de dados intitulado Sistema de Apoio Informático à Constituinte- SAIC. Estas cartas foram recolhidas através do projeto “Diga Gente” que também passou a ser chamado “Projeto Constituição” e foi realizado através da Comissão de Projetos Especiais- CPE, órgão do Senado Federal. Seguindo a premissa de que a construção de cada acervo é peculiar fizemos uma apresentação sobre a constituição do Projeto Diga Gente/Projeto Constituição, pois: “Únicos são os acervos, e reconhecer as suas especificidades, por meio de um exame cuidadoso dos documentos, é parte essencial e primeira de sua organização” (VERSIANI, 2013, p. 133).

Fizemos levantamento bibliográfico sobre o tema, uma vez que o objetivo desta pesquisa não é analisar a criação do banco de dados SAIC ou do projeto Diga Gente- Projeto Constituição. Mas como analisamos o conteúdo de cartas que foram viabilizadas através do projeto e arquivadas no banco de dados foi necessário abordar sua construção. Optamos utilizar como principal interlocutor desta secção o cientista político Stéphane Monclaire, pela análise realizada na obra *A Constituição Desejada (SAIC; As 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembleia Nacional Constituinte)*, na qual foi organizador e escritor. A obra é referencial para compreender a construção do projeto Diga gente- Projeto Constituição no primeiro capítulo Monclaire (1991) analisou a construção do Bancos de dados SAIC e do projeto Diga Gente- Projeto Constituição. No Portal da Constituição, presente no site da Câmara dos Deputados foi afirmado que:

Entre março de 1986 e julho de 1987, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, por meio do projeto “Diga Gente e Projeto Constituição”, lançou uma campanha para os cidadãos encaminharem suas sugestões para a nova Constituição. Cinco milhões de formulários foram distribuídos e disponibilizados nas agências dos Correios do Brasil. Para enviar a sugestão, o cidadão deveria se deslocar para a agência mais próxima e preencher o formulário e encaminhar, sem custos, a carta res-

posta para o Senado Federal. Foram coletadas 72.719 sugestões em todo o país e o resultado da compilação das sugestões foi a criação da base de dados SAIC - Sistema de Apoio Informático à Constituinte (BRASIL-CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Segundo o texto da plataforma Portal das Constituições, o banco de dados SAIC foi uma consequência da realização do Projeto Diga Gente- Projeto Constituição. Entretanto, autores referenciados pelo próprio portal afirmaram que a ideia inicial foi a criação de um banco de dados que auxiliasse os senadores nos trabalhos constituintes, nesse sentido, a criação do projeto Diga Gente- Constituição foi uma consequência de um projeto inicial, um banco de dados. Nessa perspectiva o banco de dados foi proposto e depois o seu conteúdo foi discutido, resultado dos debates sobre a possibilidade de criação do banco de dados que até então não sabiam o que alojaria. Segundo Monclaire (1991):

[...] No início de 1985, a Secretaria de Documentação e Informação do Senado, através do Serviço de Controle de Informações, sugere ao Prodasen, de maneira informal (B), de refletir no sentido da criação de bancos de dados suscetíveis de ajudar os senadores nos seus trabalhos de redação da futura Constituição” (MONCLAIRE, 1991, p. 19- 20).

Foi a partir de conversas entre William Sérgio Dupin, então presidente da Comissão de Projetos Especiais- CPE do Senado e o senador José Ignácio Ferreira, presidente da Comissão de Constituição e Justiça que o projeto adquiriu encaminhamentos efetivos, isto porque se criou um apoio entre a CPE e CCJ. Pontuamos que a CCJ é considerada uma das comissões mais importantes do congresso nacional, pois julga a constitucionalidade dos projetos e matérias, além de outros pareceres¹⁰. Seguindo a perspectiva dada por

10 Composta por 23 senadores titulares e 23 suplentes, manifesta-se a respeito da constitucionalidade e juridicidade das matérias, como sobre a adequação de sua tramitação em face do regimento da casa. Também compete à comissão emitir pareceres sobre a criação de Estados e Territórios, estado de defesa e de sítio, intervenção federal, segurança pública, perda de man-

Monclaire devemos pontuar a atuação de William Sergio Dupin no que se refere a apresentação e desenvolvimento do projeto, mas não podemos desconectar seu empenho do contexto nacional, onde eclodiram manifestações pelas Diretas Já, ocorreu a reorganização de sindicatos, do Movimento Estudantil, Comitês Pró Participação Popular na Constituinte. Além da Igreja católica, dos sindicatos e dos partidos de esquerda (MONCLAIRE, 1991).

A primeira reunião para discutir a criação de um sistema de apoio informatizado para os trabalhos constituintes ocorreu no dia: “[...] 15 de agosto de 1985, ou seja, oito dias após a leitura, na tribuna do Congresso, da proposição do Presidente José Sarney de emendar a Carta Magna e de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte” (MONCLAIRE, 1991, p. 21). Ao situar os debates, conflitos e negociações em torno da criação de um banco de dados de apoio à constituinte, Stéphane Monclaire (1991) mostra que o projeto não foi construído de forma linear, regular, mas que: “[...] o SAIC resulta do cruzamento de crenças e de interesses, ora similares ou complementares, ora conflituais ou concorrentes” (MONCLAIRE, 1991, p. 24).

O processo de consolidação da proposta foi complexo, não linear e esteve no centro de discussões e negociações políticas. O presidente da Comissão de Projetos Especiais- CPE, William Sérgio Dupin, propôs que o patrocínio fosse recolhido por meio parceiras publicitárias com empresas privadas, que colocariam sua logomarca nos formulários e demais propagandas sobre o projeto:

William Sérgio Mendonça Dupin, com a aquiescência da CCJ e do seu Presidente, contacta ou procura contactar as organizações Globo [...] Federação Brasileira das Associações de Banco (Febraban), a Editora Abril, a CEF, a Petrobrás, a Aracruz Celulose, a Embratel, a ECT [...]. Pouco a pouco, um projeto ambicioso ganha forma e este se chama Projeto Constituição (MONCLAIRE, 1991, p. 34).

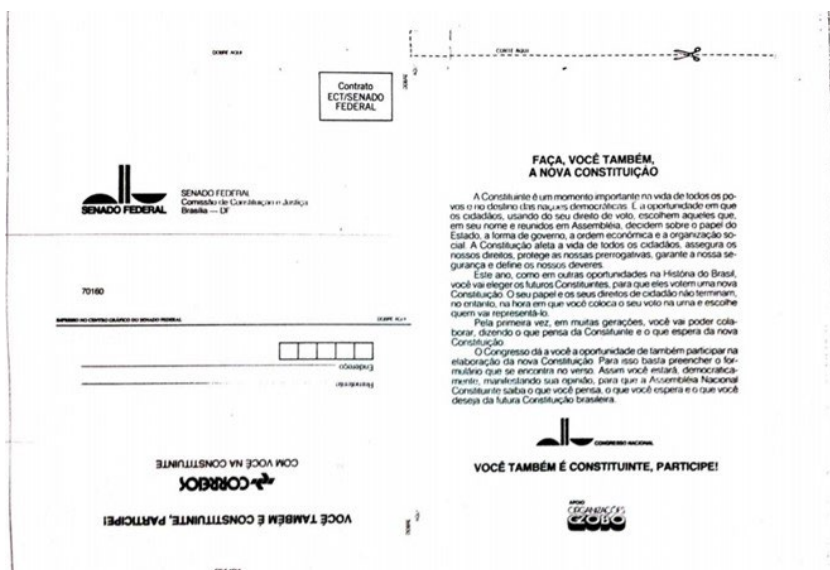
dato de Senador e escolha de Ministros do STF, dos Tribunais Superiores e de Governador de Território.

A veiculação de logomarcas junto ao projeto foi amplamente criticada, o pressuposto era de que vincular marcas de empresas particulares deslegitimaria o projeto, que passaria a funcionar segundo as leis de mercado, em benefício dessas empresas e não da população brasileira.

A Globo responde favoravelmente e um convênio de cooperação foi assinado entre o Senado Federal e a TV Globo Ltda., a Rádio Globo S/A e a Globo-Empresa Jornalística Brasileira Ltda. As organizações Globo financiarão uma parte destas despesas e, em contrapartida, seu logotipo figurará sobre os formulários e ela se beneficiará da exclusividade da cobertura jornalística do acontecimento (MONCLAIRE, 1991, p. 35).

Abaixo temos a imagem do formulário e as marcas que consequentemente participaram do financiamento e construção do projeto:

Figura 7 - Sugestão dos Cidadãos. Portal da constituição cidadã



Fonte: Câmara dos Deputados. Sugestão dos Cidadãos. Portal da constituição cidadã. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao_cidadã/o-processo-constituinte/sugestao-dos-cidadãos.

Acesso em: 02 mar. 2020.

Na imagem do formulário podemos observar as parcerias que foram firmadas para a conclusão do projeto, foram elas as Organizações Globo e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT. No formulário também consta o nome das instituições e repartições públicas responsáveis pelo projeto, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e em outra parte do formulário se localiza o nome do centro de Processamento de Dados do Senado- PRODASEN.

A proposta que resultou no Projeto Diga Gente- Constituição foi realizada desde o início de 1985 e a campanha foi lançada em março de 1986 e durou até julho de 1987. Pessoas de diversas cidades do interior e das capitais do Brasil se apropriaram do projeto e assim contribuíram para modificar a forma com que parte da população brasileira interagia com as decisões políticas do país. Se o espaço destinado a escrita do texto pode ser considerado restrito, o uso que as pessoas fizeram daquele espaço não podia ser restringido pelos órgãos, repartições públicas, funcionários e políticos responsáveis pelo projeto.

“SE NÃO FOR ASSIM, POBRE CONSTITUINTE”, A PARTICIPAÇÃO DOS PIAUIENSES NO ENVIO DE CARTAS DO PROJETO DIGA GENTE-PROJETO CONSTITUIÇÃO

Ao descrevermos a implementação da Assembleia Nacional Constituinte abordamos a política institucional, mas é necessário lembrar que ela não estava desconectada dos homens e mulheres comuns, de suas influências e manifestações individuais ou coletivas.² Nessa perspectiva fizemos a análise da participação e influência da sociedade civil no processo de transição política através do estudo das cartas enviadas por piauienses à Assembleia Nacional Constituinte durante o ano de 1986³.

Os leitores podem considerar contraditório a utilização do termo “cartas”, uma vez que a materialidade destes documentos se perdeu ao serem transformadas em um banco de dados. Entretanto, apesar de termos analisado as cartas no formato em que foram transformadas

para apreciação dos constituintes, fato que descaracterizou pontos materiais e organizacionais inerentes ao formato das cartas, analisamos as mensagens contidas no banco e a intitulamos cartas pois foram construídas enquanto tais. A população não foi convidada a construir um banco de dados, mas sim a enviar sugestões no formato de cartas. O banco de dados é o meio pelo qual temos acesso as informações e quanto a isso buscamos pontuar as consequências de fazer uma análise através desta plataforma. Entre as problemáticas da utilização de um banco de dados, Stephane Monclaire (1991) categorizou alguns efeitos que uma análise deste tipo de plataforma pode causar:

[...] há o “efeito-tela”: a) cada dado só é legível através da tela lisa e cintilante; b) todo dado está sempre enfeitado numa invariável relação altura/largura; e c) a tela tem sempre a mesma cor monótona e uniformizante [...] Em função disso cada uma das sugestões ds cidadãos brasileiros perde em originalidade e em especificidade. [...] (MONCLAIRE, p. 17, 1991).

Realizamos a análise das cartas com a noção de que a plataforma do banco de dados por meio da tela do computador transmitiu uma homogeneidade entre as mensagens que descaracterizou as particularidades estéticas da escrita dos missivistas, alterando a forma com que dispuseram o texto no formulário, os possíveis anexos que fizeram e suas caligrafias. Outra alteração causada pelo banco de dados é o “efeito-estatístico”:

[...] todo número ou palavra parece encerrar e portar o mesmo valor (por exemplo a palavra democracia não tem necessariamente, o mesmo sentido em cada uma das sugestões onde ela figura; da mesma forma o código 01, empregado para designar o setor de atividade do autor da sugestão, não evoca obrigatoriamente as mesmas posições no espaço social) [...] (MONCLAIRE, p. 18, 1991).

Nessa perspectiva, ficamos atentos as generalizações que puderam incorrer na análise de categorias chave, como exemplo, a de democracia e destacar a pluralidade das apropriações feitas pelos missivistas,

resguardando a análise de possíveis aparências. Ficou como missão, a partir das ressalvas, destacar as singularidades de cada mensagem e fazer uma conexão entre os conteúdos das mensagens e o contexto político do país, articulando posições e acontecimentos que não se restringiram ao recorte temporal de 1986 e 1987.

Este artigo é parte de dissertação de mestrado em curso, por isto selecionamos uma quantidade menor de cartas para apresentar, analisamos cinco cartas dos seguintes autores: Antônio Acelino Ribeiro Chaves Sônia Maria Alves, Silveira da Costa Pereira, José Carvalho Rufino, Joana da Costa de Sousa. Durante o ano de 1986¹⁰ foram enviadas sugestões de diversos municípios do Piauí, sendo eles: Angical do Piauí, Socorro do Piauí, Esperantina, Piripiri, Capitão de Campos, Monte Alegre do Piauí, Ipiranga do Piauí, Novo Oriente do Piauí, Jai-cós, Nazaré do Piauí, Rio Grande do Piauí, Corrente, Flores do Piauí, São João do Piauí, Floriano, São Gonçalo do Piauí, Nazaré do Piauí, Campo Maior, Fronteiras, Cristalândia do Piauí, Dirceu Arcoverde, São Francisco do Piauí, Monte Alegre, São João da Serra, Teresina, São Raimundo Nonato, Barras, Santa Cruz do Piauí, Água Branca, Barreiras, Monsenhor Gil, Agricolândia, Valença do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Campinas do Piauí, Cocal, Parnaíba, Pavussu, Palmeira do Piauí, Anísio de Abreu, Capitão de Campos e Monsenhor Hipólito¹¹.

Antônio Acelino Ribeiro Chaves enviou sua mensagem no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Piripiri, Piauí. Na carta ele solicitou ajuda financeira:

Eu, prefiro, ou seja, deveria ser ajudado com ajuda financeira, sou pobre e tenho filhos para criar, pobre e nem se que ganho um salário que sirva para comer, e vestir meus filhos pequenos e moro em casa alugada, como você sabe as coisas aqui no nosso Piauí tudo caro, hoje em dia se paga até a água que se bebe. Espero que vocês com paixão de uma pobreza me ajudem¹¹.

11 origem: l037 data: 20/02/86 formul: 910 dv: 4 tipo: 46 31/10/86

No formulário os missivistas tinham a possibilidade de colocar um parlamentar constituinte como destinatário da sua sugestão. Acelino Ribeiro tentou direcionar sua carta ao então deputado estadual do Piauí Marcelo Castro, entretanto, a Assembleia Nacional Constituinte não teve como constituinte nenhum deputado estadual, apenas deputados federais e senadores. Dos 559 parlamentares constituintes 72 eram senadores e 487 eram deputados federais. A troca feita pelo autor da sugestão. A desorientação de Acelino sobre quais políticos participariam da construção da nova Constituição reflete os limites de acesso da população de baixa renda sobre a estrutura, debates e negociações da Constituição considerada Cidadã.

A decisão do autor de solicitar ajuda financeira através dos formulários do Projeto Diga Gente- Constituição e ainda a possibilidade colocar como destinatário um político, no caso Marcelo Castro, pode ser compreendida através das relações que se estabeleceram entre missivistas e os destinatários, mais precisamente os parlamentares constituintes. Ângela de Castro Gomes considera que: “Escrevendo, é possível estar junto, próximo ao “outro” através e no objeto carta, que tem marcas que materializam a intimidade e, com a mesma força, evidenciam a existência de normas e protocolos, compartilhados e consolidados” (GOMES, 2004, p. 20). Consideramos que os outros das cartas analisadas foram políticos que ocupavam cargos de deputados federais e senadores e ocuparam e possibilidade de destinar a carta a um deles pode dar aos escritores a impressão de aproximação, representando uma oportunidade única de diálogo com pessoas consideradas importantes na política nacional. O fato tornou a escrita epistolar particular, em alguns casos ela se tornou cautelosa, apresentando expressões formais e no caso aqui analisado caracterizou ocasião ideal para o pedido de ajuda de Acelino Ribeiro.

Assim como o pedido de Acelino Ribeiro Chaves, que incluiu moradia, vestimentas e comida para ele e seus familiares, na carta enviada por Sonia Maria Alves Saraiva o ponto principal é a busca por direitos:

Sou mãe de uma criança mongolóide, ele tem 1 ano e 9 meses [...] Gostaria que os novos constituintes, criassem uma lei que beneficia as mães de crianças excepcionais, onde desse direito da gente permanecer maior tempo com os nossos filhos¹².

No trecho identificamos a reivindicação de direitos para crianças e mulheres, para além da solicitação, as pessoas que enviavam cartas demonstraram vontade de desabafar sobre os seus problemas do cotidiano, desejaram ser ouvidas pelos representantes políticos do país, pois apesar de ser um relato pessoal tinham noção de que outras pessoas passavam pelas mesmas experiências.

Baseado nos estudos de Ângela de Castro Gomes, consideramos que a incorporação de cartas como fontes na produção historiográfica não tem o intuito de encontrar a verdade através um relato:

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 15).

O registro e a expressão dos missivistas foram uma das formas fecundas de atribuir sentido ao processo de redemocratização a partir das suas percepções, e assim um dos meios de participação na vida política no país. As mensagens como as de Acelino e Sônia apresentaram reivindicações de direitos que constituem a noção predominante de cidadania na cultura ocidental. Entre os marcos regulatórios dessa perspectiva estão a declaração dos Direitos do Homem e do cidadão de 1789, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas - ONU em 1948. Os três direitos considerados básicos para formação da concepção de

12 origem: l017 data: 27/ 08/86 formul: 402 dv: 5 tipo: 10 12/05/87

cidadão são: os *direitos civis* que correspondem ao direito à privacidade, liberdade de expressão, de ir e vir, de defesa, de manifestação; os *direitos políticos* correspondem ao direito de voto, de candidatura, de organização política, práticas religiosas, de representação; os *direitos sociais* dizem respeito à saúde, educação, remuneração salarial, aposentadoria e assistência social.

Em sugestão enviada no dia 30 de fevereiro de 1986, do município de São Francisco do Piauí, Silveira da Costa Pereira, falou do seu entendimento sobre Constituinte:

É com satisfação que aproveito esta oportunidade para dizer o que entendo por Constituinte. São aqueles que constituem que fazem parte de um organismo, de um todo que tem poder de construir, afirmar, de estabelecer, organizar e democratizar. O poder Constituinte reside no povo. Não há Constituinte relativa, assim como não existe democracia relativa, a Nação exige transformação mais profunda e que os novos Constituintes apliquem a democracia que o Dr. Tancredo muito desejava, dando assim os direitos de cada um, defendendo os deveres, garantindo nossa segurança¹³.

Primordialmente a missivista disse estar contente com a possibilidade de direcionar sua opinião à Assembleia Nacional Constituinte. Uma frase simples, mas que introduz um processo amplo e complexo. O recurso da população de enviar sugestões a uma instituição pública se tornou parte significativa de uma cultura política que tomou forma nos anos 1980. Na análise de Maria Helena Versiani: “[...] em meados dos anos 1980, começa a se desenvolver, na sociedade brasileira, um tipo de cultura política que tem na participação política do cidadão um eixo fundamental” (VERSIANI, 2013, p. 129). Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, que tinha levado milhares de pessoas as ruas nas campanhas que reivindicavam a volta das eleições diretas para Presidente da República, a sociedade passou a se

13 origem: l010 data: 30/ 02/86 formul: 243 dv: 1 tipo: 10 09/12/86

organizar na luta por uma Assembleia Nacional Constituinte e pela participação popular no processo constituinte. No ano de 1985 foi fundado o Projeto Educação Popular Constituinte e no Rio de Janeiro, no mês de janeiro do mesmo ano o Plenário Pró Participação Popular na constituinte. Uma das propostas lançadas por meio do Plenário Pró Participação Popular na Constituinte foi a expansão dos plenários no país, cidades e bairros. Consta em publicação no Jornal O dia, realizada no dia 04 de junho de 1986, que as reuniões em Teresina, capital do Piauí, de um Plenarinho, como ficaram conhecidos os núcleos de plenários em prol da participação popular na Constituinte. As atividades iniciadas no dia 05 de junho de 1986 eram semanais e ocorriam no auditório do Centro Pastoral Paulo VI. A publicação que teve como título o tema da Campanha Pró Participação Popular Na Constituinte, “Constituinte sem povo não cria nada de novo” e convocou a população da cidade a montar outros Plenarinhos: “Todos são convidados a participar, bem como a expandi-lo, organizando em sua Rua ou em seu Bairro, outro Plenarinho”

Em sua sugestão, Silveira da Costa fez associações entre Constituinte, povo, democracia e nação e assim descentralizou dos políticos que compuseram a legitimidade da ordem democrática em detrimento da participação popular, o que justificava a sua alegria pela oportunidade de opinar sobre o que estava sendo feito no país. Em seguida, a autora se referiu a Tancredo Neves: “Apliquem a democracia que o Dr. Tancredo muito desejava. “ A atuação política de Tancredo Neves na legenda do PMDB durante a década de 1980 se tornou o tônico da esperança de grande parte da população brasileira que por questões políticas e econômicas não viam horizontes na manutenção do regime militar. José Ferreira, no texto *O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática* destacou a euforia da população com o resultado do Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985 vencido pela Aliança Demo-

crática, que teve como candidatos Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice¹⁴:

Cerca de 2 mil pessoas acompanhavam a votação diante do Congresso Nacional. EM várias capitais multidões foram às ruas festejar o fim da ditadura. Elio Gaspari afirma que as comemorações com a vitória de Tancredo eram semelhantes às das vitórias da seleção brasileira de futebol nas copas (FERREIRA, 2018, p. 34-35).

Com a morte, Tancredo selou no dia 21 de abril de 1985 a sua trajetória como mártir da luta pela redemocratização, enquanto José Sarney que assumiu o cargo de presidente de forma interina, era visto com desconfiança por pertencer e ter defendido diversas vezes o regime militar. No documentário *A céu aberto* cenas do cortejos e enterro de Tancredo Neves mostram nas ruas de São Paulo, no dia 22 de abril de 1985, pessoas tomadas pela angústia da perda entoando gritos: “O povo unido jamais será vencido”, partilhando a responsabilidade pela luta em favor das pautas democratizantes que com anseio tinham sido depositadas na gestão que seria liderada por Tancredo Neves.

No final da carta Silveira da Costa reclamou da remuneração do professor primário no Piauí: “[...] um vencimento de Cr\$ 562.973,00 [...]” e reivindicou: “Dar ao professor aquilo que é justo, uma remuneração suficiente e não valorizar só em debates por televisão, jornais [...] Os Constituintes passaram pelo professor primário, e o professor primário ajuda na escolha dos novos Constituintes”. Provavelmente a missivista atuava como professora ou convivia com

14 Tancredo concorreu à presidência com o vice José Sarney pela Aliança Democrática, que reuniu dissidentes do PDS, partido governista e membros PMDB no colégio eleitoral de 15 de janeiro de 1985, destinado a eleição indireta do sucessor de João Batista Figueiredo. Tancredo Neves e o políticos do PMDB participaram, realizaram comícios e caravanas durante a campanha das Diretas Já, em 1984. A Aliança Democrática venceu o Colégio Eleitoral de 1985, entretanto, em decorrência da grave doença que acometeu Tancredo, Sarney assumiu a presidência de forma interina no dia 15 de março de 1985 com a morte de Tancredo Neves.

professores, o que associa seus argumentos as dimensões da vivência e do cotidiano e a função social do salário.

Na carta encaminhada no dia 02 de março de 1986, do município de Ipiranga do Piauí, José Carvalho Rufino encaminhou a Aldo Arantes¹⁵ a seguinte mensagem:

[...] Precisamos de uma Constituição que dê ao povo brasileiro: ...Reforma Agrária ampla e anti-latifundiária [...] Fim da Lei fascista dos militares, a LSN e a criação da Lei de Defesa do Estado Democrático [...]. Que possibilite a organização partidária livre, qualquer que seja o Partido, como por exemplo o Partido Comunista do Brasil, o PC do B. [...]. Que esclareça ao povo, acontecimentos históricos como a Guerrilha do Araguaia, que os militares insistem em manter em sigilo. VIVA A LIBERDADE E A DEMOCRACIA; A CONSTITUINTE LEVARÁ AO AVANÇO DA LUTA POPULAR (ORIGEM: L036, 1986).

O descontentamento do autor com o presente teve como referência o regime militar, conseqüentemente apenas a ruptura com o autoritarismo permitiria que a Constituinte obtivesse êxito¹⁶. José solicitou que a livre organização partidária fosse garantida no futuro texto constitucional e citou como exemplo o Partido Comunista do Brasil- PCdoB. Apesar da legalização dos partidos comunistas no Brasil terem acontecido no ano de 1979 com o fim do bipartidarismo implementado pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos durante o governo João Batista Figueiredo, ou seja, antes do envio da carta acima o pedido de José Carvalho caracteriza o espectro de insegurança que

15 Aldo da Silva Arantes foi militante do movimento estudantil secundarista. cursou direito na PUC-RJ, nesse período foi presidente do DCE, e se tornou presidente da União Nacional dos Estudantes entre 1961 e 1962. Com o golpe militar de 1964 se exilou em Montevidéu. No 1965 foi coordenador da ação popular e ficou na clandestinidade até ser preso em alagoas no ano de 1968. Se filiou ao PCdoB no ano de 1972, e em 1979 se filiou ao PMDB e pela legenda foi constituinte ocupando cargo de deputado federal.

16 José Carvalho criticou a Lei de Segurança Nacional- LSN, que apesar de ter sido fundada no ano de 1935, no governo de Getúlio Vargas, foi base para a criação da doutrina de segurança nacional da ditadura, que em 1968 desencadeou através do decreto-lei nº. 314/68 a criação do Serviço Nacional de Informações-SNI

planava durante a transição democrática, principalmente entre os que tentaram participar dos processos políticos do país e foram reprimidos através de atos de violência e perseguição. Representa ainda a inexistência da cidadania concebida na sua forma contemporânea, que envolve direitos em três dimensões, civis, políticas e sociais.

Em seguida, o autor da sugestão pede esclarecimentos sobre a Guerrilha do Araguaia e abre um ponto a ser explorado, a perspectiva de que a transição democrática não deveria ser baseada no esquecimento. O esquecimento foi central nos debates e projetos de anistia no país. Carla Simone Rodeghero (2009) fez a análise de disputas sobre como a anistia deveria ocorrer e quem ela deveria contemplar. Duas perspectivas se destacaram, o projeto que associou a anistia ao esquecimento total do passado e as que associaram a anistia a necessidade de falar sobre o passado. Figuras marcantes nos debates pela anistia, Therezinha Zerbine, Mila Cauduro e general Peri Bevilacqua estavam ligados ao projeto de anistia ligado que se baseou em três aspectos: “à pacificação da família, a reconciliação nacional e ato generoso das autoridades” (RODEGHERO, p. 131, 2009). Para a autora, essas perspectivas disputaram e “conviveram- concordaram” com as dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), fundada a partir de 1978, estes defendiam a anistia ampla, geral e irrestrita. A lei da Anistia, nº 6.683, foi sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo no dia 28 de agosto de 1979 e concedeu anistia aos que tinham sido condenados por crimes políticos, eleitorais e aos afetados por Atos institucionais e complementares entre as datas de 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Além de possibilitar o retorno dos anistiados aos partidos políticos e a vida política. A lei não contemplou os opositoristas condenados por crimes considerados de sangue, mas com base no trecho de “crimes conexos” concedeu anistia a torturadores e assassinos da ditadura.

Analisamos a seguir a opinião política de Joana da Costa Oliveira de Sousa enviou sua mensagem no dia 03 de março de 1986, do município de Barreiras do Piauí:

Que o salário mínimo seja uma quantia que dê para o trabalhador se sustentar e a sua família, sem passar necessidades. Que as Leis sejam elaboradas e também respeitadas. Que as mulheres possam participar de tudo, com direitos iguais, sem discriminação. Pela legalização do aborto. Que a educação seja um direito de todos e não privilégio de uma minoria. Pelo fim das escolas privadas (ORIGEM: L101, 1986).

A missivista iniciou a carta reivindicando um salário mínimo justo, pois o valor que recebia não dava para sustentar a família. O pedido reflete a crise econômica que atingiu e desvalorizou o poder de compra dos trabalhadores durante a década de 1980. Faremos um recuo temporal para a década de 1970, saindo do recorte determinado, pois a crise consolidada anos 1980 foi a soma de vários fatores que começaram, ainda, na década anterior, os anos 1970. Entre eles a crise mundial desencadeada pelo encerramento do padrão dólar-ouro que desajustou o sistema monetário internacional. Em 1973 ocorreu uma crise no setor petrolífero em detrimento da resposta dos países árabes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo-OPEP ao apoio dos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur. A diminuição da oferta de petróleo pelos países Árabes fez com que o preço aumentasse consideravelmente no mercado.

No Brasil e na América Latina a Crise do Petróleo causou o aumento da inflação de custos, também chamada inflação de oferta. Em decorrência da alta no preço do petróleo, os custos de produção e transportes aumentaram e alteraram a média dos preços de bens e serviços que são repassados ao consumidor final. Com isso o poder de compra dos trabalhadores diminuiu e os seus salários mal cobriam a compra de alimentos básicos. Em 1979 ocorreu mais um choque no petróleo, desencadeado pela Guerra Irã-Iraque, que ocorreu entre 1980 e 1988. No Brasil os governos da ditadura militar pegaram grande quantidade de crédito no

mercado internacional entre os fins de 1960 e a década de 1970 e aplicaram os empréstimos na construção de obras e estradas, movimentando o mercado da construção civil, conferindo poder de compra a pessoas de baixa escolaridade. Durante as crises do petróleo os Estados Unidos para controlar a inflação no país aumentaram suas taxas de juros. Os países da América Latina tiveram suas dívidas aumentadas pois as taxas de juros dos empréstimos eram pós-fixadas, ou seja, a porcentagem não era determinada do momento do empréstimo, era vinculada aos índices de inflação, que por sua vez dependia da economia do país credor.

No dia que a missivista entregou sua carta, 03 de março de 1986, o governo José Sarney já tinha lançado o Plano Cruzado, que até então tinha sido bem recebido pela população. Entre as medidas contidas no plano estiveram: a implementação de uma nova moeda, o cruzado; o congelamento de preços, a desindexação e o gatilho salarial, que era o aumento automático do salário mínimo sempre que a inflação chegasse a 20%. De acordo com José Ferreira:

O Plano Cruzado foi um sucesso para o governo, repercutindo grande satisfação popular. A inflação desabou, enquanto aumentaram o crédito, o consumo e o emprego. O desemprego, que naquele momento era de 10,5%, logo caiu para 2,5%. Em janeiro, a inflação foi de 14,98% enquanto a de abril foi de 0,58%. Em todas as áreas e em todos os índices o Plano Cruzado apontava para o sucesso (FERREIRA, 2018, p. 46-47).

O temor de Joana da Costa de Sousa relacionado a desvalorização do salário e a ausência do básico para sobreviver persistiu em meio à euforia do Plano Cruzado porque o futuro para os homens e mulheres contém mais incógnitas do que certezas. O plano foi arrasado em meio ao fracasso, o congelamento dos preços fez com que os produtores tivessem prejuízo e o que era considerado essencial sumiu das prateleiras, a cobrança de ágio, o aumento da demanda em detrimento da oferta de produtos agravava a crise. Em um futuro que não demorou chegar, seis dias após as eleições gerais para governadores, senadores e deputados que ocorreu em 15 de novem-

bro de 1986 o governo anunciou o Plano Cruzado II. Com o plano o governo pretendeu equilibrar a relação entre as receitas e os gastos públicos através do aumento de tarifas. Os preços de produtos e serviços foram liberados e os salários congelados, aumentaram os impostos, a gasolina teve aumento de mais de 60%. “O povo sentiu-se enganado, traído, ludibriado. O Plano Cruzado passou a ser definido como “estelionato eleitoral”. A popularidade de Sarney desapareceu” (FERREIRA, 2018, p. 49).

A autora da carta ainda reivindicou direitos para as mulheres, a legalização do aborto e o acesso à educação. Nesse sentido, a reivindicação de direitos civis, políticos e sociais ganhava recortes estritos, a partir de sujeitos específicos, mulheres, crianças, indígenas. Apenas 26 dos 559 parlamentares que formaram a constituinte eram mulheres, as mobilizações, reuniões e debates políticos de mulheres sobre seus direitos foram intensos. Um dos maiores expoentes desta mobilização foi o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher- CNDM, fundado em 1985 e vinculado ao Ministério da Justiça, com a missão de fomentar políticas públicas para combater a discriminação contra mulheres em diversas instâncias da sociedade. Em agosto de 1986 durante o Encontro Nacional Mulher e Constituinte, com o lema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, foi elaborada a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes:

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim o direito à representação, à voz e a vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas¹⁷.

Na carta manifesto entregue em março de 1987 ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, a cidadania é o exercício de direitos e a reivindicação desses direitos significou que para este grupo que as mulheres não eram cidadãs porque não tinham essas

17 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher- CNDM. Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes DF- Brasília: 1987.

garantias. Nesse sentido, a concepção de cidadania moderna é conflitante com o modelo de um homem universal, uma vez que o exercício desses direitos também é definido por recortes de gênero, raça e classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos na primeira parte do artigo a conservação dos documentos analisados e a sua preservação em plataformas digitais e acreditamos que este enquadramento de memória e a construção do acervo nacional sobre a Constituinte teve como metas conferir legitimidade a instauração do regime democrático no presente, e a sua preservação no futuro. Assim como a criação do banco de dados SAIC e do Projeto Diga Gente Constituição, não há como descartar o suposto interesse de William Sérgio Dupin ou de outros membros das instituições em saber o que os brasileiros consideravam necessário debater na Assembleia Nacional Constituinte, tampouco podemos desconsiderar que a partir do projeto estes sujeitos ficaram na posição de mediadores da possibilidade de participação popular na Constituinte.

Consideramos que a participação dos piauienses através de cartas enviadas para a Assembleia Nacional Constituinte e seus membros fez parte da consolidação de uma cultura política característica da década de 1980 em que homens e mulheres considerados comuns faziam a seu modo intervenções políticas a partir das suas experiências cotidianas. Como afirmou Michel Winock: “[...] as ideias políticas não são apenas as dos filósofos e dos teóricos, mas também as do homem comum”⁸ (WINOCK, 2003, p. 278).

O título do artigo, “Se isso não for feito, pobre Constituinte” foi escrito pela missivista piauiense Luiz Paulo Oliveira Lopes na sua sugestão, e a escolhemos porque se relaciona em grande medida com as demais sugestões analisadas, uma vez que as opiniões políticas em formato de pedido, reivindicação, reclamação ou protesto tiveram como base o co-

tidiano dos escritores, suas condições materiais e sociais. Se direitos destinados as mulheres não fossem incorporados na Constituição de 1988 como reivindicou Joana da Costa Oliveira em sua carta, para ela o texto constitucional seria pobre, desprovido de algo essencial.

As cartas analisadas nem sempre continham sugestões sobre o que deveria ser pautado na Constituinte, existiram consideráveis pedidos de ajuda financeira, como o de Antônio Acelino Ribeiro Chaves. A apropriação que o Antônio Acelino fez do projeto Diga Gente- Projeto Constituição foi diferente da proposta dos membros da Comissão de Projetos Especiais do Senado, esse posicionamento mostrou que a partir do lançamento da campanha de recolher sugestões no país, o projeto já não dava conta de controlar os seus desdobramentos. O fato não pode ser considerado incapacidade de formular uma sugestão para as discussões nas comissões e subcomissões, mas deve ser lido pelas raras oportunidades que os missivistas tinham de falar e através da escrita estar próximo aos representantes políticos e comovê-los. As expectativas sobre a configuração política do país foram múltiplas e em casos que alguns casos as mudanças deveriam ser urgentes, os anseios não se referiam ao futuro e sim ao presente.

Nas cartas a ideia de ser cidadão é apresentada pelos missivistas de maneira frágil, fragmentada e sobretudo com receio de não compreenderem o “verdadeiro” sentido de da cidadania. Consideramos que isso reverbera a complexidade da identificação dos brasileiros com o sentimento de ser ou se tornar cidadão no Brasil. A partir disso lançamos o questionamento, a população brasileira poderia se considerar cidadã com a produção de uma nova Constituição? A indagação também pode ser interpretada como pedido de permissão para abordar assuntos corriqueiramente tratados como de controle estrito dos “homens públicos”. Mas se as cartas analisadas demonstram que as expectativas dos piauienses eram plurais e tiveram como base as experiências de cada personagem, a criação de uma nova

Constituição gerou um anseio comum entre eles, a investidura dos direitos políticos, civis e sociais a população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Brasília:** Presidência da República. 1988. . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portal da Constituição Cidadã.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestao-dos-cidadaos. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. **Presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988):** Ulysses Silveira Guimarães. Discurso proferido no lançamento da Constituição de 1988. Brasil, 9 out, 1988. 3 f. Disponível em. Acesso em: 3 jan. 2020. Link: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23>.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER- CNDM. **Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes.** DF- Brasília: 1987.

CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO. **O dia,** dia 04 de junho de 1986, p. 09

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Org.). **O Brasil Republicano:** O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica:** maneiras de durar de Alberto Silva na Memória e na História Piauiense. Teresina: FUNDAPI, 2015.

GOMES, A. C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. *In:* GOMES, A. C. (Org.). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p. 7 - 24.

MONCLAIRE, Stéphane (Org.). **A Constituição desejada:** SAIC: as 72.

719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte. Brasília: Senado Federal, centro gráfico, 1991.

ORIGEM: L010 DATA: 30/02/86 FORMUL: 243 DV: 1 TIPO: 10 09/12/86

ORIGEM: L017 DATA: 27/08/86 FORMUL: 402 DV: 5 TIPO: 10 12/05/87

ORIGEM: L036 DATA: 02/03/86 FORMUL: 888 DV: 2 TIPO: 10 26/11/86

ORIGEM: L101 DATA: 03/03/86 FORMUL: 005 DV: 7 TIPO: 10 27/11/86

ORIGEM:L037 DATA: 20/02/86 FORMUL: 910 DV: 4 TIPO: 46 31/10/86

PEREGRINO, Miriane da Costa. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. **Revista Confluências culturais**. vol. 1, nº 1 Setembro de 2012. p. 85-100

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. **Revista História Unisinos**. Vol. 13, nº 2. maio/ago. 2009. p. 131-139.

VERSIANI, Maria Helena. **Linguagens da cidadania**: os brasileiros escrevem para a constituinte de 1987/1988. Tese (Doutorado em História, política e bens culturais) — Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. *In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Geografias da repressão policial a religiosos na Freguesia de Sant'Anna no Rio de Janeiro

Valquíria Cristina Rodrigues Velasco¹

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui apresentamos se constitui como um desdobramento da pesquisa realizada entre os anos de 2017 e 2019 no Programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Professor Titular André Leonardo Chevitarese e contando com auxílio de Bolsa da Capes. Na ocasião a Dissertação pretendia construir e apresentar as Geografias da Repressão policial que religiosos, principalmente afro-brasileiros, sofreram entre os anos de 1890 e 1929 na Cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, buscamos nesse artigo, a partir das fontes trabalhadas na construção da Dissertação, apresentar o perfil da Repressão Policial no período de 1890 e 1929 para a Freguesia de Sant'Anna, localizada no centro da Cidade do Rio de Janeiro. A escolha dessa Freguesia para esse artigo dá-se pela presença significativa de africanos entre os mais reprimidos pela polícia, o que nos possi-

¹ Mestra em História Comparada. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa com bolsa de fomento da CAPES. Pesquisadora no Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7157938183307578>. E-mail: valvelhistoria@gmail.com.

bilita verificar o perfil da Repressão e compreender melhor a própria Cidade do Rio de Janeiro e seus moradores para os primeiros anos da República.

A Repressão aqui tratada se relaciona ao Código Penal de 1890, primeiro conjunto de Leis criminais publicadas na República, antes mesmo da publicação da Constituição (1891). O Código Penal de 1890 era uma quase fiel cópia do Código Penal do Império (1830) com algumas exceções, como o caso dos três artigos que são úteis no levantamento das fontes que aqui apresentaremos: os artigos 156, 157 e 158, que preveem respectivamente crimes na prática da medicina ilegal, uso de magias, cartomancias e talismãs e por último a prática de curandeirismo. Em parte, significativa dos casos por nós levantados em periódicos de circulação diária na Cidade e documentações policiais e judiciais percebemos como as acusações incluem muitas vezes os três artigos em um “combo” de crimes “Contra a saúde pública”.

Construir Geografias de um processo político e social, de poder, força e resistência está relacionado à uma teoria ampla de observação dos personagens históricos, para além daqueles que sempre foram protagonistas da História, para além das elites e homens dominantes da sociedade. Buscamos compreender e retirar do silêncio as histórias de homens, mulheres e espaços subalternizados pelas elites e pela própria História (HOBSBAWN, 2013). Dessa forma acreditamos que para falar de pessoas comuns, seus espaços e suas crenças, é fundamental o resgate de suas experiências (THOMPSON, 1981). E mesmo que resgatadas a partir de fontes produzidas pelos opressores é possível traçar as pistas e os indícios necessários para essa produção.

CRIMES DE “FEITIÇARIA”

Os artigos do Capítulo “Crimes contra a saúde pública” do Código Penal de 1890, determinam que certas experiências religiosas (Art. 157 e 158), além de criminosas, são um problema para a saúde

da população, tal como a prática ilegal da medicina (Art. 156). O que se verifica, porém, é que a repressão às experiências religiosas acaba por ser muito mais intensa do que uma campanha pública contra falsos médicos, dentistas e farmacêuticos, menos quando esses estão também envolvidos com as práticas das experiências religiosas.

No levantamento feito no Arquivo Nacional foram encontrados um total de cinquenta e seis (56) eventos de repressão, “batidas policiais” que aconteceram entre os anos de 1894 e 1929. A natureza dessa documentação é em maioria feita de Inquéritos Policiais, nesses observamos o grande cuidado dos policiais com a descrição do ocorrido no ato da batida policial, encontramos o depoimento dos policiais envolvidos nas batidas e as testemunhas, em alguns casos (não raros) os mesmos policiais responsáveis pela batida se apresentam também como as únicas testemunhas, na maioria dos Inquéritos há também a presença dos relatórios periciais, onde “especialistas” analisam as provas colhidas no ato da prisão buscando confirmar os crimes. Há ainda os pedidos de Habeas Corpus com narrativas e apelações de advogados em defesa de seus clientes, tal como a posição dos juízes e os pedidos de Revisão de Processo, e nesses temos para além das narrativas policiais, o posicionamento dos advogados de defesa que recorrem em nome de seus clientes.

Em conjunto com os Processos realizamos também um levantamento nos periódicos impressos de circulação diária na Cidade do Rio de Janeiro, visto que essas fontes estavam cotidianamente noticiando e fazendo circular pela cidade as informações sobre as “batidas”² policiais. Os jornais possuem ainda um papel interessante na lógica da repressão, muitas vezes são responsáveis pela investigação, pelo levantamento de provas e pela denúncia de espaços e pessoas envolvidas com a “feitiçaria”. Para a construção das Geografias, tais como

2 Outra terminologia utilizada para compreender a ação da polícia no contexto da repressão aos religiosos e curandeiros.

nos Processos, nos periódicos a informação do endereço da batida policial é de extrema importância.

O discurso presente, em quase todos, os jornais quando tratam das “devassas às macumbas” é de como “são perigosos e destruidores da moral” aqueles espaços e de como aquelas reuniões se “proliferavam” pela cidade como uma “doença”. E principalmente como aquelas práticas religiosas “bárbaras” são crimes morais ao projeto de civilização e branqueamento pelo qual passava a Cidade. Em sua sanha por justiça moral os jornais produzem campanhas de repressão, indo à frente da polícia ao campo, investigar e localizar o que chamam de “antros”.

Detectando o lugar, por denuncia ou investigação jornalística eles passam a produzir matérias diárias convocando a polícia para o “cumprimento da lei”, e assim se dá como desfecho o caso de prisão dos “baderneiros”. O caso de “Papae Felix”, ilustra como o Jornal do Brasil participa e lidera todas as etapas, da investigação, do levantamento de provas, anunciando quase que diariamente durante mais de um mês as informações sobre as “escabrosas práticas do feiticeiro”, até a prisão do mesmo, ainda acompanhando por um tempo os desdobramentos da justiça sobre o caso.

Nesse caso em específico, o que mais se ressalta, é que para além do empenho da equipe jornalística, que por si já caracteriza o espírito que encarnam os jornais em casos de “feitiçaria, são os detalhes das informações que trazem ao público sobre as características de Felix, sua residência e a rotina do “feiticeiro”:

O Antro em que Papae Felix faz as suas práticas é de aspecto tenebroso.

Muito úmido, muito escuro, um odor acre e nauseabundo, é quase inabitável, pela sua atmosfera abafada e quente. O teto, muito baixo, muito sujo, torna difícil a respiração e os movimentos. É um verdadeiro cubículo nojento e infecto.

As paredes são forradas com um papel azul claro já desmaiado pelo tempo.

A claridade mal penetra por uma pequena janela que dá para a área existente entre o quarto e a sala de jantar.

A mobília compõe-se de uma cama grande para casal, uma mesa sobre a qual está um pequeno oratório, dois bancos de pau, uma cadeira e uma outra mesinha, coberta com uma toalha que não prima pela limpeza.

Esta está colocada defronte da janela e perto da porta que comunica com o corredor da cozinha.

Nela está colocada as imagens de S. Francisco e Santo Antônio, um pequeno objeto que se assemelha a um fogareiro, uma lamparina, um castiçal, pedaços de giz branco, dois espelinhos redondos, um canivete e um pequeno copo com água até o meio [...]

Nosso auxiliar notou mais, que nas paredes estavam pendurados diversos quadros de imagens, rosários e diferentes raízes e ervas (JORNAL DO BRASIL, 1987, p. 1).

Ainda na primeira reportagem sobre “Papae Felix”, “O novo Jucá Rosa”, o Jornal do Brasil envia um representante para investigar o “physico” daquele homem, e o descrevem:

Papae Felix é um preto pequenino, retinto, magro e já curvado pelo peso dos anos.

A cabeça é pequena, pontiaguda, eriçada de cabelos rentes e grisalhos, a testa curta e curva, olhos pequenos, porém coriscantes, nariz achatado, faces encovadas e cheias de rugas, bigode falhado, boca rasgada e nenhuma barba. Nas gengivas notam-se alguns restos de dentes, muito alvos e limados (JORNAL DO BRASIL, 1987, p. 1).

O caso de Papae Felix nos mostra como eram feitas as denúncias quando essas partiam dos jornais, e apresenta um pouco da visão da sociedade (a imagem das elites) sobre esses “feiticeiros”. Seguiremos a diante, buscando apresentar o perfil dos religiosos reprimidos entre o período de 1890 e 1929 na Freguesia de Sant'Anna.

O PERFIL DOS “FEITICEIROS” E A FREGUESIA DE SANT’ANNA

Para a construção das Geografias da Repressão policial que nos dedicamos, nos baseamos metodologicamente naquele que foi o primeiro a trabalhar com dados da repressão dessa forma, Roger Bastide no Capítulo “**Macumba Paulista**” em sua obra **Estudos Afro-Brasileiros** ([1946] 1983). Bastide, na ocasião, investigava a repressão a religiosos afro-brasileiros de São Paulo a fim de conhecer as características da religião naquela região e para isso se valia dos processos policiais ocorridos entre os anos de 1938 a 1944 como fontes para sua pesquisa. Dessa maneira, Bastide estava fazendo um reconhecimento, não apenas das “Macumbas paulistas”, mas da repressão às “Macumbas paulistas” mesmo que não mencione isso em nenhum momento da obra.

Bastide ([1946] 1983) trabalha com o número de 559 indivíduos, desses ele reconhece 387 com homens e 172 mulheres. Das categorias de crimes o mais numeroso é o de Curandeiro com 321 pessoas processadas. Apenas os crimes que ele caracteriza como “Feiticeiro e Cartomante”, “Baixo Espiritismo e Macumba”, “Macumbeiro e feiticeiro”, “Cartomante e macumbeiro” é que reúnem uma parcela maior de mulheres que homens processados, sendo as três últimas categorias apresentadas sem a presença de homens. Sobre a Nacionalidade, Bastide reconhece também no crime de curandeirismo a presença massiva de estrangeiros, assim como entre os “Feiticeiros” a presença de estrangeiros é maior ([1946] 1983, p. 201).

No perfil racial, há um fator interessante no levantamento de Bastide ([1946] 1983), ele ressalta o “fato que impressiona imediatamente o espírito”, o fato de ser uma maioria de brancos os “detidos”. Vai aí explicar a presença dos imigrantes que para ele “introduz formas deturpadas de religião negra” ([1946] 1983, p. 202). Sua hipótese para a presença significativa de brancos em comparação aos negros é a menor incidência de negros africanos em São Paulo durante o período escravocrata. Dessa maneira, Bastide ([1946] 1983) concorda com o

que já havia afirmado Mattos (MATTOS, 1938, p. 156), ao encontrar os mesmos índices raciais.

Décadas mais tarde, Maggie (1992) observaria uma presença maior de brancos entre os processados pelos artigos 156, 157 e 158 no caso Carioca. Enquanto Mattos (1938) e Bastide ([1946] 1983) compreendem isso como uma característica da formação de São Paulo, Maggie (1992) que trabalha com uma “Cidade Negra” como o Rio de Janeiro terá outra hipótese. Roger Bastide que influenciou com sua visão boa parte das pesquisas sobre as religiões afro-brasileiras, observara a presença de brancos, entre os cultos negros, como uma “deturpação” de tais práticas. Indo além, Bastide ([1946] 1983, p. 241) apresentava os negros como seres passivos nessa deturpação, principalmente os de origem “Bantu³”, por sua cultura mais “fraca” esses negros “observavam impassíveis” a tomada de suas práticas religiosas pelos brancos. Maggie (1992) não discorda das afirmações de Bastide, porém pretende buscar “mais à fundo” as questões que considera terem ficado superficiais com Bastide.

Explicando a presença de uma maioria branca sendo reprimida Maggie (1992) afirma estar diante de uma Guerra de Orixás⁴, onde para a autora ficam evidentes as tensões nas relações sociais de negros e brancos no Rio de Janeiro, tendo os negros “aparentemente”, levado vantagem na disputa sobre a repressão, pois foram os menos envolvidos nas tramas da polícia, enquanto os brancos aparecem como grandes alvos:

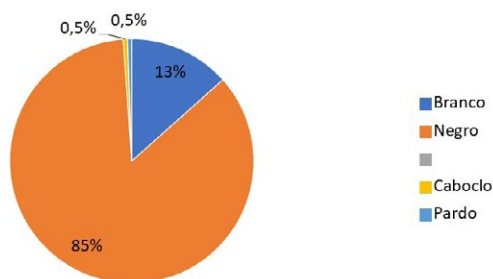
3 Era comum entre os autores no século XX o uso do termo Bantu ou Banto para designar um grupo com características linguísticas e culturais advindos da África Centro-Occidental para as Américas na condição de escravos. Mas hoje sabemos que não existe um povo Bantu, mas sim um agrupamento por parte do colonizador que os reconheciam como povos de mesmo “tronco linguístico”, povos como: Bacongo, Ambundo, Ovimbundos, Jaga, Tio, Vili, Zombo entre tantos outros da região Centro-Occidental africana. MELLO E SOUZA, Marina de. Reis Negros no Brasil Escravistas: História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

4 Guerra de Orixá é o título do Livro de Yvonne Maggie resultado de sua dissertação de mestrado onde observa os conflitos que envolvem um terreiro de Umbanda no Rio de Janeiro com sua breve existência. Yvonne Maggie Alves Velho, Guerra de Orixá: um Estudo de Ritual e Conflito, Rio de Janeiro, Zahar, 1975. Usamos o termo aqui sem uma referência direta ao conteúdo da obra, mas sim ao seu próprio significado na disputa que a autora compreende entre os religiosos em questão.

A maior porcentagem de brancos e imigrantes, em relação à população total do estado no período, pode significar que os negros foram melhores acusadores... Ou seja, não se podem tomar os dados obtidos na polícia como se representassem a população total de participantes do culto (MAGGIE, 1992, p. 69).

Para o período de 1890 a 1929 temos um total de trezentas e oitenta e seis pessoas envolvidas na repressão, e traçamos diante das informações levantadas nos Processos, inquéritos policiais e nos jornais as características de raça (gráfico 2) dessas pessoas. Diferentemente dos autores que nos precederam, encontramos índices baixos de brancos em relação aos negros\pretos e daqueles onde a informação racial não consta.

Gráfico 2 - Perfil de Raca-cor consolidado (1890-1929)



Fonte: VELASCO, 2019⁵.

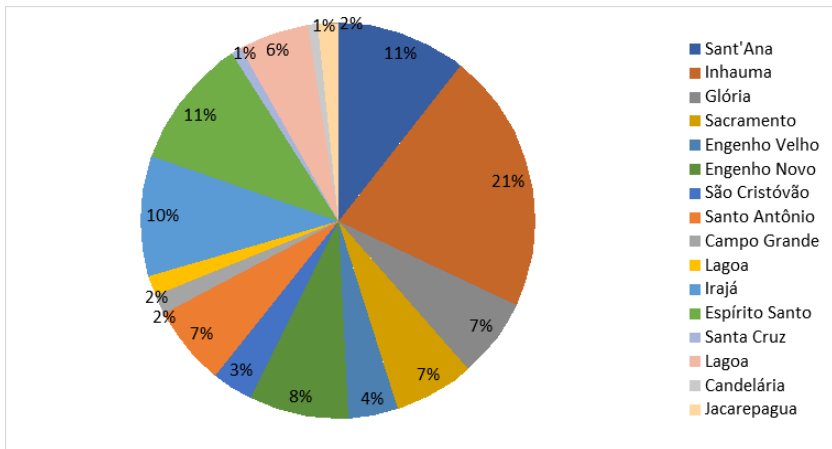
Para nós, é de importância ímpar que essa questão racial seja elucidada. O número de processos em que a questão da raça não é citada, supera os demais, no entanto, a hipótese que se confirma sobre isso, é que as autoridades policiais, tal como os responsáveis pelas publicações nos periódicos possuíam eles próprios um “perfil” de feitiço padrão, formado por suas considerações racistas e civilizadas. Dessa maneira na maioria dos casos em que não são citadas as informações de raça, lendo mais atentamente e buscando os indícios sutis nas fontes, percebe-se logo que não era necessário caracterizar a raça do envolvido, ele necessariamente era negro, ou se enegrecia por estar envolvido na crença dos negros.

5 O gráfico nesse artigo exclui os valores dos considerados como informação inexistente, na fonte todos os dados são considerados.

A FREGUESIA NEGRA DE SANT'ANNA

A repressão seguiu adentrando a Cidade do Rio de Janeiro, em direção ao subúrbio, seguindo a linha do trem e os caminhos abertos pelos bondes, essa é a conclusão geral em que chegamos, no entanto, existem espaços da cidade em que a repressão se faz presente de forma ininterrupta e que merece destaque diante de um processo generalizado como o da violência do Estado aos religiosos compreendidos como “feiticeiros”. Dessa forma apresentamos o gráfico 2 em que apresentamos os valores consolidados de casos divididos entre as vinte e sete freguesias (distritos) que contava a cidade em 1929 (esse valor se modificou ao longo dos anos, crescendo conforme a cidade se desenvolvia e se ampliava para além dos limites do “Centro”).

Gráfico 3 - Números consolidados da repressão entre as freguesias (1890 — 1929)

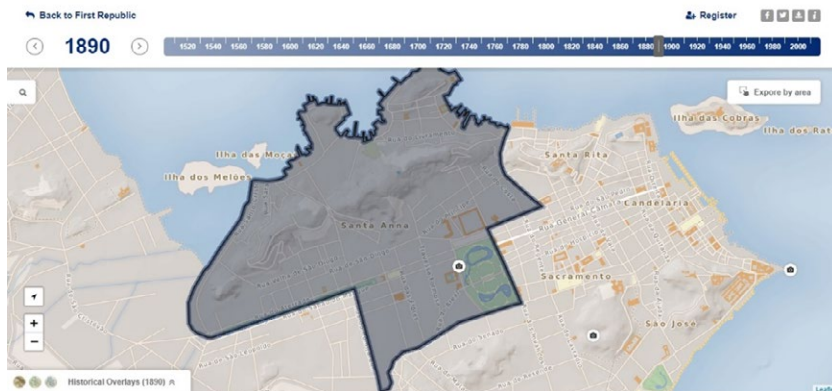


Fonte: VELASCO, 2019.

Entre 1890 e 1929, período que dedicamos análise os casos na freguesia de Sant'Anna (figura 8) fica em segundo lugar com 11% das ocorrências. No entanto, apenas a partir de 1916 é que a freguesia de Inhaúma tomou a dianteira nos casos, representando o aumento da fiscalização e consequente repressão na região suburbana. Até aí Sant'Anna encarava o primeiro lugar nos casos de repressão com

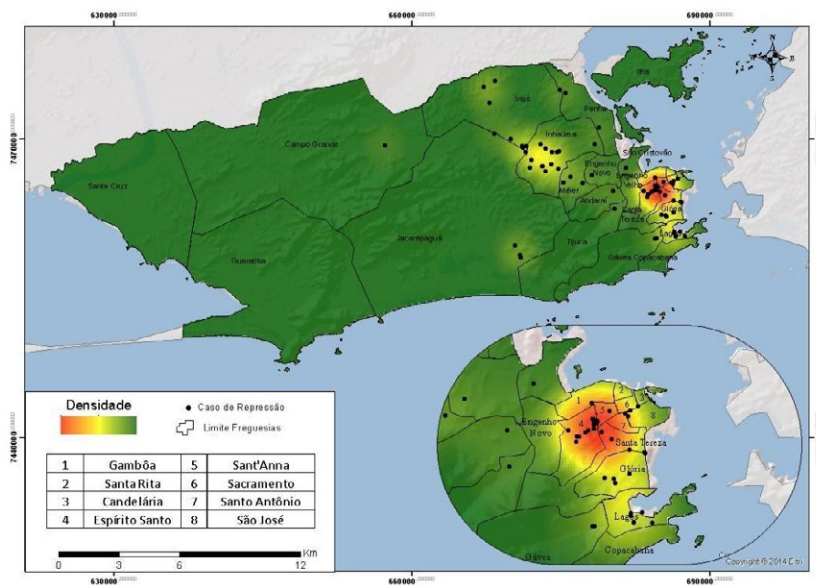
mais de 36% dos casos (VELASCO, 2019, p. 113). A mancha da repressão (mapa 1), deixa bem evidente a presença marcada dessa na região de Sant'Anna, e isso não é uma aleatoriedade.

Figura 8 - Freguesia de Sant'Anna



Fonte: ImagineRio.

Mapa 1 - Mancha da repressão (1890 — 1929)



Fonte: VELASCO, 2019. Desenvolvido no Software ArqGis 10.4.

A Freguesia de Sant'Anna compreende o espaço desde a Baía de Guanabara pelos lados do Santo Cristo, seguindo de um lado pela Rua Santo Cristo e de outro lado pela Rua da Imperatriz, essa até a Rua São Joaquim, contornando os Jardins da Praça da República (Antigo Campo de Santana), descendo a Rua do Conde até a Rua Bom Jardim, essa até a Rua do Sabão, seguindo pelo Canal do Mangue até encontrar novamente as águas da Baía. Todas as ruas nesse perímetro constituem a Freguesia de Santana (1890 - 1929). Utilizamos a tecnologia de Georreferenciamento para localizar os locais onde aconteceram eventos de repressão. A partir do Projeto *ImagineRio* (<https://imagineRIO.org/#en>), onde Mapas históricos da Cidade do Rio de Janeiro são dispostos em sobreposição georreferenciada em linha do tempo, permitindo a observação das mudanças ocorridas no Rio de Janeiro desde 1500 até os dias atuais, nos foi permitido conhecer melhor o espaço geográfico dessa freguesia.

Em 1890 a Freguesia de Santana era a Freguesia com maior população da Cidade, em torno 67.533 habitantes e segundo Carvalho (1995), 329 cortiços abrigavam média de 13.000 pessoas, era de fato onde estavam a maioria dos cortiços na época. O cortiço mais famoso da cidade, por exemplo, o “Cabeça de Porco”, estava justamente nessa região até 1893 quando foi demolido por ordem do Prefeito Barata Ribeiro (1892 -1893).

Viajantes estrangeiros descreviam as cercanias como uma região de pobres e negros, “incultos e ignorantes”, o “zé povo”:

São as ruas da Cidade Nova, da Gamboa, da Saúde, de Frei Caneca, que sempre foram a habitual residência da gente pobre [...] E, assim, reunida, aglomerada, essa gente — trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraieiros, caixeiros de bodega, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia, mulheres de vida reles, entopem as casas de cômodos [...], divididos em tapumes de madeiras. Às vezes nem as divisões de madeiras: nada mais que sacos de aniagem estendidos verticalmente em septos, permitindo quase a vida em comum, numa promiscuidade de horro-

rizar. A existência ali, como se pode imaginar, detestável” (BACKHEUSER, 1905, p. 90).

Na Freguesia de Sant’Anna, uma área que ia da dos trapiches ao Morro da Conceição na Saúde recebeu o “apelido” que marcou a história por seus importantes moradores. A região da Pequena África⁶, só nos faz ressaltar a importância dessa Freguesia para a população negra e pobre do início da República. Não obstante disso, a polícia faz seu papel em reprimir de maneira intensa as práticas consideradas “bárbaras” e “incultas”, comuns à essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo buscamos apresentar a repressão policial baseada nos artigos 157 e 158 do Código Penal de 1890. O Código Penal esteve vigente até 1942, no entanto, essa análise foi construída com informações levantadas em fontes datadas de 1890 a 1929, por considerarmos que as mudanças sofridas a partir de 1930 demandam análise mais específica aos pesquisadores que virão.

Aqui pretendemos trabalhar os perfis encontrados para os casos na freguesia de Sant’Anna e apresentar um pouco dessa freguesia, marcada pela presença de negros africanos na diáspora. O processo que envolve a repressão está seriamente interligado ao pensamento racista e civilizador que tentava “pintar” no Rio de Janeiro as cores de Paris.

6 Com o tombamento Arqueológico do Cais do Valongo como Patrimônio Arqueológico pela UNESCO a região da “Pequena África” ganhou grande destaque. No entanto, a região tem seu destaque em estudos sobre a cultura negra no Rio de Janeiro, principalmente a partir de 1983 com a obra de Roberto Moura (1983) “Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro”, onde o autor estuda a trajetória da “comunidade afro-baiana” que se constitui na localidade. Trabalhos muitas vezes voltados para a História do Samba estão sempre voltando na História da comunidade que nomeia de Pequena África uma localidade que é no entanto, muito mais ampla e diversa. Fania Fridman (2007) ao estudar o “bairro judeu” na Cidade do Rio de Janeiro vai trabalhar a mesma região na Freguesia de Santana, o que demonstra que a localidade está repleta de “indesejados”, negros, judeus, Portugueses empobrecidos, uma população pobre e lida como marginal em essência.

Dessa forma consideramos que a presença significativa da repressão durante mais de vinte anos, tendo a Freguesia de Sant'Anna como principal alvo das ações, deixando apenas próximo da década de 1920, de ser a primeira, dando esse lugar à freguesia de Inhaúma, e esse processo é parte das mudanças sensíveis que a repressão vai tendo nos anos. Mudar o foco o espacial da repressão não significa, porém que um espaço deixa de ter a repressão, isso não acontece em nenhum momento, apenas há mais ou menos casos em determinada região considerando sobretudo as campanhas levadas à cabo pelos jornais. Adentrando os subúrbios com o passar dos anos, seguem os rastros das populações menos abastadas, fazendo-as mudar constantemente seus espaços para sobreviverem, aqueles que insistem em se manter em seu lugar, por necessidade ou resistência à luta, hora ou outra é importunado em suas atividades.

Poderíamos nos estender sobre a incoerência legal que havia por detrás do Código Penal em seus artigos 157 e 158, no entanto, a proposta desse artigo era de apresentar a repressão no Espaço da Freguesia de Sant'Anna, que se destaca pela cor e origem das pessoas reprimidas. Sant'Anna era a Freguesia da Cidade mais populosa segundo o Censo de 1890, com grande percentual de pessoas negras, africanos, ex-escravos e seus descendentes. Viviam, nessa região aglomerados em casas de cômodos, antigos casarões, sobrevivendo e resistindo. As experiências religiosas que praticavam, tal como suas próprias existências eram fruto da resistência, e as mantinham dessa forma, provando os dissabores da repressão e traçando estratégias de resistência.

REFERÊNCIAS

- BACKHEUSER, E. Onde Moram os pobres. **Revista Renascença**, Rio de Janeiro, Ano II, n 13, p. 89-94, março 1905.
- BRASIL. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília: Presidência da República. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.

BASTIDE, Roger. A Macumba Paulista. *In: Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo Editora Perspectiva, [1983] 1946.

FRIDMAN, Fânia. **Paisagens Estrangeiras. Memórias de um Bairro Judeu no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

HOBSBAWM, E. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JORNAL DO BRASIL. “**Papae Felix O novo Juca Rosa**”. 17. Abr. 1897, Ed. 107, p. 1.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992.

MATTOS, Dalmo Belfort de. “As macumbas em São Paulo”. **Revista do Arquivo Municipal (São Paulo) XLIX (julho-agosto)**, 1938, Ano V. p. 151 — 160.

MELLO E SOUZA, Marina de. **Reis Negros no Brasil Escravistas: História da Festa de Coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria. Ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

VELASCO, Valquíria Cristina Rodrigues. **Geografias da Repressão: Experiências, Processos e religiosidades no Rio de Janeiro (1890-1929)**.

“A história ao ar livre” Monumentos estatuários e o Ensino de História em Praça Pública

Liesly Oliveira Barbosa^{1}*

FINALIDADES DE UM MONUMENTO ESTATUÁRIO EM PRAÇA PÚBLICA

A cultura estatuária nas praças da cidade de Fortaleza apresenta dois momentos. No primeiro momento que tem início na segunda metade do século XIX os monumentos dispostos nas praças representavam os ideais de modernidade inspirados nos padrões europeus, sendo assim, tais monumentos eram inspirados nos modelos greco-romanos. Durante esse primeiro período a cidade passava por várias mudanças urbanísticas que pretendiam a higienização da cidade, o controle e a disciplinação urbana e social e o embelezamento da cidade. A segunda fase da cultura estatuária em Fortaleza se inicia ainda na segunda metade do século XIX e foi consequência do fortalecimento do nacionalismo e da busca pela formação de uma identidade nacional. Nesta, podemos perceber o crescimento dos monumentos históricos e cívicos que celebram a memória compartilhada por alguns grupos de indivíduos da nação.

1 Liesly Oliveira Barbosa. Mestranda do PROFHISTÓRIA — UFC 2020, Bolsista CAPES. Especialista em Metodologias do Ensino de História pela Universidade Estadual do Ceará e Licenciada e Bacharel pela Universidade Federal do Ceará.

É nesse período que percebemos uma tentativa maior de elaboração de uma memória nacional e regional nos espaços urbanos da cidade, por meio da nomenclatura de suas praças, logradouros e pela ereção de monumentos dispostos em locais públicos, celebrando heróis nacionais e seus grandes feitos. Portanto, os monumentos seriam utilizados de modo a representar e eternizar as glórias pátrias e teriam uma função educativa, pois, através dos monumentos se contaria a história do país e de seus filhos mais ilustres, mártires ou heróis.

É, portanto, nesse contexto que no dia 8 de abril de 1888 é inaugurado em Fortaleza o primeiro monumento estatuário de caráter histórico denominado Monumento Tibúrcio. A estátua em homenagem ao general cearense, herói das Guerras do Uruguai e do Paraguai, foi uma iniciativa de seus amigos e admiradores. Ela foi erigida na antiga Praça de Palácio, que recebeu nova nomenclatura de Praça General Tibúrcio, após ter sido eleita pela Câmara Municipal para ser o local onde seria erguido o monumento.

Segundo a nota do jornal *Libertador* a respeito da idealização do monumento Tibúrcio,

A historia do monumento é muito breve. A 6 de Abril de 1885, poucos dias depois da morte de Tiburcio, alguns de seus camaradas em palestra saudosa sobre o amigo morto lembraram a necessidade de perpetuar o seu nome em monumento duradouro. No dia 15 houve a 1ª. Reunião de officiaes do 14 batalhão de Infantaria para tratar do assumpto e ficou resolvido realisar a idea por subscrição publica. Não se tratava de uma estatua de praça, mas de um monumento no cemiterio. O capitão Cândido Leopoldo Esteves, natural de Santa Catharina, e presentemente enfermo na côrte, foi quem propoz, e encorajou seus camaradas para empenharem seus esforços em obra mais digna da patria e da memoria do inlycto general (LIBERTADOR, 1988, s/p).

A partir deste relato podemos percebemos a mudança de atitude em relação ao local destinado para celebração da memória. A inten-

ção era perpetuar a memória do General para a posteridade e até a data mencionada o local reservado para a criação de monumentos estatuários era o cemitério. Mesmo diante da escolha do local e do tipo de monumento com o qual o general seria homenagiado foi erigido um outro monumento no cemitério São João Baptista como consta no relato de Barroso (1962, p. 325), que afirmava que “em volta do túmulo de Caio Prado se podia ver os sepulcros dos Generais Sampaio e Tibúrcio, heróis das guerras sulinas”, onde foram depositados os restos mortais do General Tibúrcio, que posteriormente foram trasladados para a cripta criada sob a sua estátua. Já o monumento no cemitério não foi preservado e atualmente não existe, apenas é encontrada uma placa na parte lateral posterior da capela que relata as informações referentes à transladação dos restos mortais do General Tibúrcio. Vale destacar que este local não confere com a descrição do memorialista, pois está longe do local mencionado. Nesse sentido, surgem tais questões em nossa pesquisa. Será que houve uma mudança posterior dos restos mortais de Tibúrcio para o local atual onde não há monumentos? Será que Barroso se enganou na descrição do túmulo ou na própria existência dele? Para responder a estes questionamentos seria necessária uma pesquisa mais aprofundada. Neste momento, podemos somente levantar tais questões e refletir sobre o monumento Tibúrcio a partir delas.

Como já foi mencionado anteriormente, a partir do século XIX surge uma nova atitude em relação à celebração da memória, que se difunde pela necessidade de formar uma identidade nacional. A partir deste novo pensamento se faz necessário exaltar a memória dos grandes heróis e seus grandes feitos e isto deve ocorrer em espaços de socialização e grande circulação, como as praças.

As finalidades de criação de um monumento podem ser as mais variadas e, dentre elas, podemos citar: adornar, educar, comemorar fatos históricos e celebrar memórias individuais ou coletivas. As primeiras

esculturas erigidas em praças de Fortaleza foram postas para embelezar a principal praça da cidade. Tendo, portanto, a função de adorno.

No tocante aos diferentes usos dos monumentos, a função educativa passa a ter grande importância para os idealizadores dos monumentos. Segundo Catroga (2005, p. 107):

Mais do que em qualquer outra cerimônia necromântica, as comemorações cívicas mobilizam, explicitamente, a memória, chamando-a a desempenhar a mesma função pedagógica que era atribuída a toda a literatura histórica. Daí que, também nelas, a morte (o passado) fosse utilizada pela vida (o presente e o futuro), pois “os homens superiores, pela nobreza dos seus sentimentos, pelo poder de seu gênio criador, pela porção de beleza que souberam espalhar prodigamente, pela sua extrema dedicação à causa da humanidade, pelo relevo das suas obras, onde a verdade esplende, pelo prestígio da sua ação, e pela autoridade da sua palavra, exercem, ainda depois de sua morte, uma extraordinária influência social. Os vivos têm de recolher vantagens da obra imorredoura dos mortos.

Assim sendo, as homenagens dedicadas aos heróis nacionais são utilizadas como um instrumento de educação e patriotismo. A função educativa dos monumentos pode ser percebida tanto no momento de sua elaboração, quando é destacada pelos idealizadores a necessidade de celebrar a memória para as pessoas de sua época, como nas utilizações e interpretações realizadas na posteridade, quando os mais variados setores da sociedade se utilizam da memória já instituída para discutir a história local.

Cabe, portanto, uma análise minuciosa dos monumentos com os quais se pretende trabalhar, pois a pesquisa dos documentos relativos à criação dos monumentos pode esclarecer muito de seus significados. Vale destacar que:

A partir da análise dos monumentos, podemos interpretar os significados destes no contexto social em que foram

erigidos e tentar entender o que estes representavam para o imaginário social da época. Como? Por quê? Para que? E por quem são escolhidos? Pois, sendo então a memória interpretada como uma construção social podemos perceber que não é um mero acaso o ato de selecionar personagens e fatos que devam ser perpetuados. Vale ressaltar que o que está em jogo no momento da escolha é o caráter exemplar do que deve ser rememorado (BARBOSA, 2006, p. 51).

Atualmente, termos como: educação patrimonial e história local parecem estar em grande evidência no campo historiográfico. Algumas iniciativas trabalham, em aulas de campo, o patrimônio da cidade na tentativa de preservar a memória local. Porém, não há trabalhos de pesquisa mais aprofundados a respeito dos monumentos que são analisados, levando a interpretações equivocadas a respeito da memória idealizada pelos criadores da mesma.

UM BREVE HISTÓRICO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS DO ENSINO DE HISTÓRIA E A VALORIZAÇÃO DAS CELEBRAÇÕES CÍVICAS

Ao destacar as particularidades da área de História, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) perfazem o percurso histórico da legislação educacional brasileira desde a criação do decreto de 1827, que é considerado a primeira lei dedicada à educação do Brasil, abordando as concepções científicas e o processo de instalação das instituições de ensino do Brasil desde o período do Império.

Segundo os Parâmetros, nesses primeiros anos da implantação do sistema educacional brasileiro “a História a ser ensinada compreendia História Civil articulada à História Sagrada; enquanto esta se utilizava do conhecimento histórico como catequese, um instrumento de aprender a moral cristã, aquela o utilizava para pretextos cívicos” (BRASIL, 1997, p. 19).

Assim, é interessante perceber como a sociedade daquela época se apropriava dos eventos cívicos e atos de celebração nacional, tais como a inauguração de monumentos e festejos cívicos, para destacar o papel da História como formadora da identidade nacional.

Ainda segundo a lei, somente a partir de 1870 é que se buscou nos currículos das escolas uma separação entre a História Sagrada e a História profana influenciada pelo modelo francês que passou a ser seguido como regulamentação para a disciplina de História. Mas, no entanto, o que se pode perceber na prática é que a História Sagrada ainda tinha forte influência. Durante esse período segundo a lei:

Os programas de História do Brasil seguiam o modelo consagrado pela história Sagrada, substituindo as narrativas morais sobre a vida dos santos por ações históricas realizadas pelos heróis considerados construtores da nação, especialmente governantes e clérigos. A ordem dos acontecimentos era articulada pela sucessão de reis e pelas lutas contra os invasores estrangeiros, de tal forma que história culminava com os grandes eventos da Independência e da Constituição do Estado Nacional, responsáveis pela condução do Brasil ao destino de ser uma grande nação (BRASIL, 1997, p. 20).

Mesmo após a proclamação da República, o currículo de História continuava tendo o caráter civilizatório e patriótico. Este fato pode ser percebido quando da participação das instituições escolares nos diversos festejos e atos cívicos nacionais ou regionais. Conforme então os PCN's:

A moral religiosa foi substituída pelo civismo, sendo que os conteúdos patrióticos não deveriam ficar restritos ao âmbito específico da sala de aula. Desenvolveram-se, nas escolas, práticas e rituais como festas e desfiles cívicos, eventos comemorativos, celebrações de culto aos símbolos da Pátria, que deveriam envolver o conjunto da escola demarcando o ritmo do cotidiano escolar (BRASIL, 1997, p. 21).

Ainda segundo os PCN's, nas primeiras décadas do século XX, não houve mudanças significativas no campo metodológico; porém, com o desenvolvimento das propostas escolanovistas, na década de trinta, outras atividades passaram a ser desenvolvidas em substituição aos processos de memorização dos conteúdos, tais como: aulas de campo, visitas a museus, realização de maquetes etc. Essa abertura a novos espaços da memória foi fundamental para os estudos voltados para o patrimônio.

O movimento escolanovista se desenvolve no Brasil a partir da influência da pedagogia norte-americana, principalmente a partir das ideias do filósofo John Dewey. Nesta proposta, a educação é uma necessidade social, nela as pessoas devem ser aperfeiçoadas para que se afirme o prosseguimento na sociedade, ou seja, para que possam ampliar seus conhecimentos e ideias. A escolanovista propunha a substituição das disciplinas de História e Geografia pelos Estudos Sociais, especialmente no ensino elementar. Ainda na década de trinta, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e da Reforma Francisco Campos, nome da primeira reforma educacional de caráter nacional, o Estado centralizou seu poder e o controle sobre o ensino. A educação teve papel importante, pois era usada como aparelho de dominação do Estado e formadora do sentimento de patriotismo e de bons cidadãos. Durante o Estado Novo, o Ministro Capanema reformou o ensino secundário: o mesmo foi dividido em três cursos: o primário, com duração de quatro anos; o ginasial, com a mesma duração; e o clássico ou científico, com duração de três anos. A formação docente também passou a ser estruturada a partir das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, criadas nos primeiros anos da década de trinta. Nesse contexto, a História tinha como tarefa enfatizar o ensino patriótico. E para tanto, esta matéria teve sua carga horária ampliada e a História Geral e a História do Brasil passaram a ser áreas distintas, sendo privilegiada a História brasileira.

No pós-guerra, a disciplina de História passou a ser fundamental na formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade

e para tanto foram dedicados novos estudos para a elaboração da organização curricular e de materiais didáticos. Propostas inovadoras e conservadoras disputavam o cenário educacional. Nas décadas de 50 e 60 se inicia o processo de substituição da disciplina de História e Geografia pelos Estudos Sociais, projeto que se concretiza posteriormente durante a ditadura militar, com a Lei n. 5.692/71. A tentativa era esvaziar o caráter político e formador de consciência da disciplina e valorizar o caráter nacionalista e ufanista defendido e controlado pelo regime civil-militar. Nesse sentido, a disciplina perde seu caráter de formador de cidadãos conscientes e passa a formar indivíduos obedientes ao Estado.

Somente durante o processo de redemocratização, na década de 80, é que a História passou a ser novamente uma disciplina curricular das escolas. Este processo foi fruto das discussões que estavam centradas nos debates historiográficos e a partir deles surgem novas abordagens e temáticas para o ensino de História. Portanto, a educação patrimonial só pode ser entendida se analisada a partir dos estudos das novas abordagens históricas que surgiram a partir desse período.

OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DOS MONUMENTOS ESTATUÁRIOS.

Os PCN's do ensino fundamental I não dedicam à educação patrimonial um capítulo em especial, porém este assunto é trabalhado dentro dos vários temas abordados para o ensino de História. Isto pode ser percebido ainda na delimitação dos objetivos gerais do ensino fundamental, nos quais, segundo os PCN's, os alunos devem ser capazes de “saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos” (BRASIL, 1997, p. 33). Assim como também nos objetivos gerais de História para o ensino médio, nos quais é destacada a necessidade

de os alunos serem capazes de “utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros” (BRASIL, 1997, p. 33).

A partir desses objetivos podemos fazer referência à necessidade da leitura dos vários tipos de documentos históricos para a aquisição do conhecimento. É fundamental que os alunos possam saber interpretar a escrita da história, assim como saber ler e interpretar imagens, músicas, filmes, monumentos, e demais fontes históricas que possam ser trabalhadas em sala de aula ou em aulas de campo.

Dentre os objetivos de história para o primeiro ciclo tratados na lei é destacado ainda a necessidade do aluno “identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções” (BRASIL, 1997, p. 40). Neste caso, podemos perceber que não cabe apenas ao aluno conhecer e conseguir ler o documento, mas também perceber qual a função do mesmo.

No primeiro ciclo, os eixos temáticos trabalhados são o da História local e o da História do cotidiano. Ambos são aspectos mais próximos do convívio dos alunos e, portanto, possibilitam a este realizar, através da observação, comparações para compreender as relações sociais, econômicas, políticas e culturais do seu tempo, percebendo nele a influência de outras épocas e outros atores sociais.

Em relação ao segundo ciclo, os PCN’s destacam que, “no primeiro ciclo, os questionamentos são realizados a partir do entorno do aluno, com o objetivo de levantar dados, coletar entrevistas, visitar locais públicos, incluindo os que mantêm acervos de informações, como bibliotecas e museus” (BRASIL, 1997, p. 45). Além disso, os PCN’s fazem referência à necessidade de o professor criar para os alunos situações que estimulem a aprendizagem, para que os mesmos se sintam motivados a comparar as diversas fontes documentais que devem ser trabalhadas com os alunos no momento da construção do conhecimento. É neste momento que os alunos

podem expressar suas opiniões a respeito do assunto e criar diferentes explicações para os acontecimentos estudados, possibilitando assim ao aluno investigar documentos diversos e lançar hipóteses a respeito de suas interpretações a partir dos dados. Em relação aos objetivos do segundo ciclo, destacamos em relação ao trabalho com os monumentos a necessidade do aluno “utilizar diferentes fontes de informação para leituras críticas” (BRASIL, 1997, p. 46).

A lei destinada ao terceiro e quarto ciclo de ensino também inicia com um breve histórico da legislação educacional no Brasil. A lei apresenta a área de História como fundamental para o aluno entender a realidade em que está inserido. Isto se realiza a partir da análise dos atos de indivíduos e grupos do passado a partir dos estudos de âmbito mais restrito como no caso do local, até chegar ao mais amplo, relativo à escala mundial. Para realizar esta análise a lei propõe o trabalho com diferentes fontes e documentos, permitindo-nos destacar a importância das diferentes linguagens para o ensino de História.

Nessa fase inicial, de caracterização da área de História, a lei não menciona especificamente os monumentos estatuários como documentos, porém ela o fará posteriormente em vários momentos quando tratar dos tipos de documentos que podem ser utilizados pelo professor.

Ademais, nos PCN's afirma-se que não se aprende história apenas na sala de aula. Atualmente, temos acesso a uma série de informações em tempo quase que instantâneo nos mais diversos setores da sociedade em que vivemos e é a partir desses diversos contatos que temos os primeiros contatos com a História. A partir da observação do meio e do cotidiano dos ciclos sociais aos quais estão inseridos e dos quais eles não participam, os alunos percebem vivências variadas, mudanças e permanências nos costumes. A esse somatório de informações se acrescentam aquelas construídas e adquiridas em sala de aula. Estes conhecimentos escolares somados aos já apreendidos pelos alunos ressignificam o senso comum pela

ampliação dos conteúdos. É, portanto, papel do professor mediar os alunos nesse processo de aquisição dos conhecimentos escolares e ressignificação dos já aprendidos.

Quanto aos objetivos gerais da História, a lei referente ao terceiro e quarto ciclo de ensino não difere em relação ao nível de primeiro e segundo, modificando apenas a escrita do texto, pois destaca a necessidade de “dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais” (BRASIL, 1998, p. 43).

Outro objetivo que não aparecia no ciclo anterior e pode auxiliar nos trabalhos com os monumentos é o que se refere ao fato da necessidade do aluno “compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas” (BRASIL, 1998, p. 43). Esse objetivo da lei é fundamental na justificativa da educação patrimonial por meio do estudo das estátuas, pois é a partir da análise das mesmas que compreendemos o contexto histórico no qual o indivíduo celebrado está inserido.

Quanto aos objetivos específicos do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental destacamos que a lei propõe que ao final de cada um deles, o aluno seja capaz de utilizar fontes históricas em suas pesquisas escolares. Vale destacar que nesse tópico não é explicitado que tipo de fontes o aluno deve utilizar, porém no decorrer da lei encontramos a menção em relação à utilização de fontes variadas e dentre elas o trabalho com os monumentos estatutários.

Outro tópico da lei que aborda a questão do trabalho com diversas fontes, e dentre elas os monumentos estatutários, é intitulado “Orientações e métodos didáticos”. Neste as situações didáticas propostas pela lei buscam representar as novas teorias da História. Segundo tais teorias, tudo que é produzido pelo homem pode ser considerado objeto de análise histórica, porém a utilização dessas fontes em sala de aula requer que o professor conheça e trabalhe com

algumas abordagens específicas para o trabalho com cada tipo de fonte selecionada. Outro ponto a ser destacado é a necessidade de confrontar fontes diversas para obter uma maior quantidade de informações, sejam elas complementares ou divergentes. Vale destacar que o documento deve ser analisado a partir do contexto em que foi criado para evitar assim os anacronismos.

Os parâmetros referentes ao último nível da educação básica são apresentados de forma mais objetiva, diferentemente, pois, dos níveis anteriores. Os PCN's do ensino médio dedicam a área da História apenas algumas páginas, enquanto os dos níveis anteriores são abordados em forma de pequenos livros. Isto deve estar relacionado ao fato de se acreditar que os professores já tenham tido contato com a lei dos níveis anteriores.

A apresentação da parte referente à História é precedida pelo debate acerca da área onde a mesma está inserida, ou seja, as Ciências Humanas e suas tecnologias. Assim como nos PCN's dos níveis anteriores à lei inicia a discussão do tema a partir de um histórico da legislação e da educação brasileira, em relação às disciplinas trabalhadas na área. Esse tópico assim como a parte referente à História é introduzido pela imagem de alunos analisando um monumento histórico, o que destaca mais uma vez, a importância dos estudos da história a partir dos monumentos, e, dentre estes, as estátuas, pois nas duas imagens os alunos observam bustos.

As imagens que ilustram a lei nesse nível de ensino são complementadas por pequenos textos e, assim, este fato o difere dos níveis anteriores, nos quais são apresentadas apenas figuras. O texto que complementa a imagem apresentada no início da área dos conhecimentos de História reforça a importância dos monumentos no ensino desta disciplina. Segundo a lei, “proporcionar aos alunos o contato ativo e crítico com as praças, edifícios públicos e monumentos é excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma

aprendizagem significativa” (BRASIL, 2002, p. 298). O contato direto com o objeto de estudo estimula os alunos e facilita a aprendizagem. Portanto, é necessária a utilização de diversos tipos de fontes e para cada uma delas, metodologias específicas.

A lei também destaca a necessidade de analisar os documentos em seus aspectos objetivos, ou seja, as informações contidas no documento, mas também em seus aspectos subjetivos, aqueles que não estão escritos no mesmo, como saber para qual fim aquele documento foi criado, a quem ele representa etc.

A História assim como as demais disciplinas é peça importante na formação da cidadania, objetivo principal da educação. E para que esta se realize, a lei destaca a importância do direito à Memória, pois este faz parte da cidadania cultural, fato que livrará “as novas gerações da amnésia social que compromete a constituição de suas identidades individuais e coletivas” (BRASIL, 2002, p. 305).

Dentre as competências e habilidades a serem desenvolvidas em História, que é o último tópico dos PCN’s da disciplina, podemos destacar algumas que se relacionam diretamente com o estudo dos monumentos estatuários, são elas:

Criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção; atuar sobre os processos de construção da memória social, partindo da crítica dos diversos “lugares de memória” socialmente instituídos e situar as diversas produções da cultura — as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências, as tecnologias e outras manifestações sociais — nos contextos históricos de sua constituição e significação (BRASIL, 2002, p. 307).

Ao comparar este tópico com os objetivos propostos nos parâmetros dos outros níveis de ensino, compreendemos que a lei dedica uma maior atenção à análise dos diferentes tipos de documentos

históricos e dentre eles, em especial os lugares de memória, portanto, é fundamental para o professor tomar conhecimento da lei e desenvolver trabalhos que envolvam os diversos tipos de fonte e dentre elas os monumentos estatuários em seus programas de ensino. Como já mencionado, as aulas de campo proporcionam aos alunos uma maior interação com o objeto de estudo, o que o estimula a construir o conhecimento.

A letra da Lei, portanto, fornece a educação um caminho a seguir, mas não assegura o cumprimento da mesma nos espaços escolares. Sendo assim, cabe aos professores proporcionar aos alunos uma educação crítica que promova a efetivação dos processos de ensino-aprendizagem, permitindo então aos alunos o seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

Pesquisar, analisar e estimular o processo de ensino-aprendizagem parte do trabalho do professor, mas só se realiza plenamente se for percebido pelo aluno como algo importante e necessário para o seu crescimento intelectual e pessoal. Propiciar aos alunos maneiras mais interessantes de construir o conhecimento são fundamentais para o sucesso do processo de desenvolvimento intelectual.

Na perspectiva da educação patrimonial, o Monumento Tibúrcio, assim como outros monumentos históricos de Fortaleza, apresentam-se como fontes históricas importantes para a construção do processo de ensino-aprendizagem. Pois, ao estabelecer as relações entre as fontes que envolvem o objeto de estudo o aluno é motivado a interpretá-los, e a partir deles, a construir o próprio conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Liesly Oliveira. **A Memória moldada no bronze. O monumento Tiburcio e a evocação do passado** / Liesly Oliveira Barbosa. — Fortaleza, 2006.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia** / Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares Nacionais: ensino médio** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnologia. — Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)** / Fernando Catroga. — Fortaleza: Edições NUDOC / Museu do Ceará, 2005.

JORNAL LIBERTADOR de 08 de Abril de 1888.

Teresina

Risonha entre dois rios que te abraçam em desenvolvimento na década de 1970

Elisnauro Araújo Barros¹

INTRODUÇÃO

Traremos os questionamentos a respeito das modificações que ocorreram no espaço urbano de Teresina durante a década de 1970, fazendo, quando necessário, retrocessos para compreendermos os aspectos que constituíram o desejo de ampliação da infraestrutura da cidade — analisando a construção dos discursos feitos no período, incluindo o aumento no fluxo de imigrantes. Segundo o historiador Francisco Alcides do Nascimento, Teresina em 1950 contaria com uma população de 90.723 habitantes, já durante 1970 aconteceu um grande salto populacional, chegando a 363.666 habitantes (NASCIMENTO, 2009). Este cenário é interessante para nossa análise da capital do Piauí, haja vista que contribuiu para gerar dificuldades, impossibilidades e disparidades de preceito econômico e social (NASCIMENTO, 2009), como as dificuldades habitacionais pelas quais passavam inúmeras famílias.

Entendemos que a cidade é o espaço físico das construções, mas também o espaço das subjetividades, do desejo coletivo e harmônico

¹ Mestre em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí-UFPI. Professor da Rede Municipal de Educação de São Luís—MA.

de convivência entre seus habitantes e é o lugar das contradições. Desta forma, é de se supor que as transformações físicas e seu crescimento populacional e de serviços, por exemplo, afetem convivências, subjetividades e modos de estar na cidade. Teresina nasceu

Originalmente estruturada sob um rígido formato xadrez, com ruas paralelas partindo do Rio Parnaíba, a oeste, em direção ao Poti, contendo um espaço urbano inicialmente delimitado por 18 quadras ao sentido norte-sul e 12 no sentido leste-oeste, começou a crescer em volta da Praça da Constituição, atual Marechal Deodoro da Fonseca, em 1852 (LIMA, 1996, p. 18).

Este perfil geográfico já não se adequaria às transformações que estavam acontecendo em Teresina nos anos de 1970, embora a urbe fosse uma capital modesta e a par de uma boa infraestrutura durante as décadas de 1950 e 1960 (NASCIMENTO, 2010a, p. 02). Isso se modificaria de forma bastante visível na década seguinte com investimentos do Governo Federal em Teresina. Tal contexto apresentado fazia parte de uma realidade nacional de crescimento urbano, processo que estava vinculado à forma do governo brasileiro naquele momento. Por isso, precisamos compreender que:

É indissociável entender o investimento em urbanização ocorrido na capital piauiense e os caminhos assumidos pelo Regime Autoritário implantado no Brasil após o Golpe Civil-Militar ocorrido em 1964, que passou a semear e a difundir o discurso de euforia na construção de um Brasil Gigante, que teria no crescimento urbano e no investimento maciço em obras arquitetônicas de grande envergadura e impacto social como símbolo maior de sua marca na história do país (FONTINELES, 2016, p. 170).

Assim, devemos perceber que mesmo com este investimento durante a ditadura militar (1964-1985) ocorreram muitos problemas, já que “tinha um plano de desenvolvimento urbanístico para o Brasil, porém, na prática, não conseguiu concretizar de maneira organi-

zada o projeto, sendo que talvez um dos maiores entraves para sua materialização tenha sido a má interação entre os diferentes órgãos” (ARAÚJO, 2009, p. 22). Isso felizmente não teve reflexo em Teresina. Este artigo é uma proposta de tentar resgatar um pouco a realidade naquele período em Teresina, onde as práticas de intervenção e modernização dos espaços estavam presentes, ou seja, “às múltiplas cidades contidas em Teresina” (NASCIMENTO, 2007, p. 196). Portanto, vamos ao cenário urbanístico da capital do Piauí.

UM INCREMENTO AO VISUAL DE TERESINA?

A cidade se modificava com latente desejo que houvesse um distanciamento dos aspectos tímidos, ou seja, era preciso deixar seu aspecto de cidade interiorana, [...] prosperar e revelar-se para o Brasil e para o mundo, como uma guria debutante sendo apresentada à sociedade, revigorada e desenvolvida (LIMA, 2015). Um cenário que vinha sendo construído principalmente pelos anos anteriores, desejando, assim, sair dos conceitos dos antigos povos gregos e italiano, que criam que o espaço apresentava limites intangíveis.

Isso motivou as principais figuras administrativas a voltar firmemente seu olhar para uma urbanização da urbe teresinense. No começo da década de 1970, o governador Alberto Silva (1971) e o prefeito Joel Ribeiro (1971-1975); o governador Dirceu Arcoverde (1975-1979) e o prefeito Wall Ferraz (1975-1979) dirigiram atos estruturais na cidade, buscando a modernidade e desenvolvimento (NASCIMENTO, 2009), que de fato vimos acontecer em Teresina.

A cidade já mostrava uma aparência de modernidade de sua estrutura física, e dentro do movimento semelhante ao ocorrido em outras de mesmo porte, sofreu várias e várias modificações arquitetônicas pelo Estado, sobretudo com a intenção de transformá-la numa cidade bela do sertão nordestino (NASCIMENTO, 2007). Aquele instante era

propício neste desejo de alavancar a estrutura urbana da cidade, pois a capital piauiense acabou tornando-se uma arena de disputa que, segundo a historiadora Cláudia Cristina da Silva Fontineles, um palanque de regalia das aspirações e anseios, mas também dos choques em analogia as trajetórias percorridos pelo Piauí, sendo concebida como a locomotiva do desenvolvimento que regeria o Estado em direção à modernidade (FONTINELES, 2016). Deste modo:

O governador do Piauí, Alberto Silva, e o prefeito de Teresina, Joel da Silva Ribeiro, no período em que ambos assumiram respectivamente seus governos, entre 1971 e 1975, a cidade de Teresina foi contemplada com uma série de construções no âmbito infraestrutural e urbanístico que possibilitaram sentir e experimentar mais ainda a presença do poder público nesse quesito em seu cotidiano. Obras essas envolvendo União, Estado e Município (FONTINELES, 2016, p. 259).

Portanto, a cidade de Teresina foi dividida e atraída por edificações, se tornando a arena principal da assimilação de um programa escolhido, por meio de uma (re) definição do ambiente físico, dando-lhe símbolos que a modificaram com espaços cheios de valores emblemáticos (FONTINELES, 2016). Tais insígnias poderiam ser observadas no dia a dia do espaço, tendo a sua volta um significado manifestado por seus realizadores. Essa idealização através dessas práticas de intervenções, não só trazem marcas para a vivência do cotidiano, como também desejos de perpetuação de imagens. Por isso Michel de Certeau menciona que,

A cidade se torna tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional — impossível de gerir (CERTEAU, 1999, p. 174).

Essa transformação que a cidade começa a sentir na sua estrutura urbana busca uma mudança na forma de vida, mais exigente no conforto, um novo consumismo e entretenimento, causando uma ampliação do espaço urbano em detrimento do centro antigo, perdendo moradores (NASCIMENTO, 2009). Essa é uma das consequências desse processo de expansão urbanística da cidade, que durante este momento se virava em novas direções. Um novo caminho para Teresina estava ligado à nova zona, no começo da década de 1970, a instalação da Universidade Federal do Piauí — UFPI, após o Jôquei Clube, no sentido nordeste da cidade, atual bairro Ininga (NASCIMENTO, 2009).

A construção da UFPI era parte integrante de um planejamento do Governo Federal, “sendo que o papel central conferido pelas agências do governo americano — com destaque na Usaid, mas também em instituições privadas, como as fundações Ford e Rockefeller — à modernização das instituições educacionais brasileiras” (MOTTA, 2014, p. 10). Os recursos tiveram impacto na expansão universitária, “antes do Golpe de 64[...], existiam 21 universidades federais e mais algumas faculdades federais isoladas. Em 1979, esse número subiu para 33 — aumento de 50% em uma década e meia” (MOTTA, 2014, p. 247-248). Vemos que essa demanda educacional ocasionou consequências imediatas pelo plano de desenvolvimento para a cidade, buscando a melhor forma de atender o que poderia acontecer na infraestrutura, pois essa necessidade era vista no cotidiano da cidade.

Data também desse período a promulgação do Plano Diretor da Prefeitura Municipal, estabelecendo, por exemplo, uma área mínima para os lotes dos bairros da zona Leste superior à dos bairros mais antigos da cidade. Esse instrumento estabelece também que o recuo para a construção de edificações seria maior, atraindo a população das camadas médio-alta da sociedade teresinense. É o estado intervindo no novo modo de morar, um morar à “burguesa” (NASCIMENTO, 2009, p. 06).

Esta nova concepção de lotes para a região atendia uma parte da sociedade teresinense que também percebia um aumento do contingente populacional, devido ao deslocamento de pessoas do meio rural e de outras cidades às zonas urbanas, mostrando que “construir cidades significa também uma forma de escrita. Na história, os dois fenômenos — escrita e cidade — ocorrem quase que simultaneamente” (ROLNIK, 2004, p. 16). Este cenário pode ser melhor observado no contexto nacional, pois “entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana em 1960” (SANTOS, 2008, p. 32). O presente quadro, com inserção de planos de desenvolvimento, em Teresina, buscava o progresso através de obras de embelezamento urbanístico e social, como a construção de conjuntos habitacionais, já que é notório que “com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos” (SANTOS, 2008, p. 33). A urbe teresinense foi idealizada neste instante pela:

A urbanização [...] elaborada segundo critérios mais rigorosos da arquitetura e engenharia moderna, é a mais expressiva demonstração da grande metrópole, em permanente progresso, olhando confiante sem receio o seu futuro. Teresina é uma cidade moderna, pela beleza que vem se modernizando intensivamente nos últimos anos, fazendo inveja a muitas capitais nordestinas (TERESINA..., O Dia, 06, 07 fev. 1972, p. 08).

Esta propaganda de exaltação traz o ideal de uma sociedade moderna que atravessou a imaginação e espírito de estadistas e intelectuais, tanto de esquerda como direita, percebendo que as dificuldades da cidade versam numa caminhada rumo ao desenvolvimento tanto almejado (NASCIMENTO, 2007). Mas, vimos que Teresina caminhava lentamente para o processo de favelização, ciente de que isso aconteceria aos poucos com a redefinição de espaço que ocorria na cidade.

Portanto, fazemos relação às questões apontadas por Antonia Jesuíta de Lima, que a capital “até meados da década de 70, não se configurou [...] com grandes e numerosas favelas, posto que ainda não estava evidenciado ‘o processo de favelização propriamente dito’, o qual somente adquiria visibilidade em fins dessa década ampliando-se nos anos subsequentes” (LIMA, 1996, p. 47). Observamos o quanto a cidade passava por modificações que trariam consequências no transcorrer da década de 1970 devido à sua expansão física e carência no atendimento aos itens básicos de sobrevivência das pessoas, uma vez que “a cidade como obra da civilização, bem como lugar de possibilidades sempre ampliadas para a realização da vida humana” (CARLOS, 2007, p. 19), sendo portadora da ânsia de modernização que levaria, por vezes, à consequências negativas, como a formação de comunidades carentes. Daí que,

Na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualista, a memória e o projeto individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória (VELHO, 2013, p. 65).

Portanto, compreendamos que, numa coletividade moderno-contemporâneo, o sujeito, segundo Gilberto Velho, fica submetido a vários saberes, conflitantes e possivelmente divididos (VELHO, 2013), tecendo, com isso, seu conhecimento ao longo de sua vida, e como forma de sobrevivência, por isso, devemos observar que a “cidade [...] é vista como mãe e nutriz; o lugar é um arquivo de lembranças afetivas e realizações esplêndidas que inspiram o presente; o lugar é permanente e por isso tranquiliza o homem, que vê fraqueza em si mesmo e chance e movimento em toda parte” (TUAN, 1983, p. 171).

Morar numa cidade como Teresina era tido como algo que traria a seus habitantes qualidade de vida social. Ressalta-se que os

serviços educacionais e de saúde pública vinham se destacando desde as primeiras décadas do século XX (NASCIMENTO, 2007), mas, por vezes, ocorriam fatos diferentes do desejado, sobretudo pelos aspectos que estavam expostos na convivência urbana, ainda que a cidade tornava-se abrigo de um novo sentimento (PESAVENTO, 2007), e, refletindo na percepção do ambiente familiar neste cenário, destaca-se o valor de ser morador de uma urbe que estava passando por transformações na sua infraestrutura, atraindo os diversos grupos, uma atração que podemos dizer que seria um imã (ROLNIK, 2004), já que neste espaço são oferecidas condições de sobrevivência que em geral o campo não oferece. Isso seria capaz de seduzir as pessoas pela simples vontade de:

Ser cidadão, portar um ethos urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, fosse pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam (PESAVENTO, 2007, p. 11).

O desejo do sujeito de ter este tipo de relação com a cidade deixara Teresina durante a década de 1970 uma urbe ansiosa para ver seu cotidiano transformado, por obras que marcaram um período considerado de extrema modernização na sua estrutura urbanística, um efeito aos olhos dos teresinenses, causando de certa forma uma “interação” entre seus habitantes. Isso teria influência durante este momento, em que a cidade começa a ganhar as cores relacionadas ao desejo do progresso, que neste instante era voltada as cores cinza do concreto de suas novas edificações.

A MODERNIZAÇÃO EM TONS DE CINZA

A figura política que mais se destacou neste período na cidade de Teresina foi o Governador Alberto Tavares Silva, pois o mesmo fez da capital seu palco de transformações urbanísticas com seu desejo de alavancar a modernização estrutural da urbe teresinense, fazendo com que lhe fosse atribuído “reivindicar o título de fundador da modernização e da autoestima piauienses” (FONTINELES, 2017, p. 430). De tal forma, é preciso mencionar que:

No início da década de 1970, Alberto Tavares Silva, considerava que a imagem divulgada do Piauí e de sua capital, fora dos seus limites, era demolidora da alta estima dos piauienses, portanto era necessário modificá-la, promovendo intervenções estruturantes, no espaço urbano de Teresina, uma vez que sua condição de capital administrativa a transformava em porta de entrada, cartão de visita para os futuros empreendedores e turistas (NASCIMENTO, 2010a, p. 06).

Por isso, o Governador Alberto Silva buscou, em Teresina, uma infraestrutura que se adequasse a uma capital, e dentre as obras realizadas, podemos destacar a sede da Companhia Elétrica do Piauí (CEPISA), construída como um balizamento do seu modo de agir e tratar a cidade. A nova sede da CEPISA destacava a inovação na concepção da obra, que foi inaugurada no início de 1974, sendo amplamente divulgado nos meios de comunicação.

A diretoria da CEPISA — Centrais Elétricas do Piauí S.A —, composta do Engenheiro João Paulo Simões Acciolly de Carvalho, Engenheiro Hildegardo Santos Araújo, Sr Said Gedeon e Sr José de Anchieta Marques e Silva, inaugura nesta terça, logo mais às 09:00 horas, a sua suntuosa SEDE PRÓPRIA (moderno edifício, concepção de um gerador de energia elétrica, com todos os requisitos de funcionalidade (INAUGURADA ...,O ESTADO, 20, 21 jan. 1974, p. 01).

Essa visão de nova e grande construção em Teresina e sua modificação estrutural começa a ser percebida logo de imediato. “Enquanto

o centro e alguns bairros da cidade melhoram seus aspectos físicos, com ampliação de ruas e avenidas, construção de prédios, passeios públicos, dentre outras realizações, várias famílias tiveram suas vidas alteradas” (MENDES, 2012, p. 30), uma vez que o desenvolvimento sempre gera implicações para aqueles que não conseguem se proteger dos efeitos negativos desse processo.

Portanto, este momento é marcante para estes grupos, pois o projeto de modernização trazia, por outro lado, o deslocamento de famílias do seu habitual espaço de convivência, deixando marcas visíveis no seu modo de vida. Percebemos, assim, que a identificação pessoal “é construída através da memória — visão retrospectiva e de projetos — visão prospectiva. ‘Olhando’ para trás e para frente, o agente individual que denominamos de sujeito reinterpreta, com maiores ou menores ‘ilusões’ o seu passado e o seu futuro” (VELHO, 2009, p. 16), mesmo que essa nova interpretação aponte direções que o mesmo não almeje seguir.

Assim, podemos constatar que várias famílias carentes que residiam no centro da capital foram retiradas e recolocadas na periferia da cidade como uma forma encontrada para embelezamento e com menor contradição social. Sendo um dos principais reflexos negativos da reestruturação de Teresina (MENDES, 2012), e aceito como algo que não teria volta durante este processo de modernização do espaço urbano. Percebe-se o quanto se colocava à frente a questão do aspecto físico e urbanístico da cidade, veiculado notícias a respeito.

O economista Avelino Neiva, Coordenador de Planejamento da Prefeitura, informou aos proprietários das casas a serem desapropriadas para abertura da segunda pista da Avenida Miguel Rosa, zona norte, não sofrerão qualquer tipo de prejuízo e que serão convocados, oportunamente, para o exame do problema. Informou também que os proprietários da Avenida Miguel Rosa-sul, cujas casas foram demolidas desnecessariamente terão as suas residências reconstruídas nas mesmas condições de modo

que nenhum deles sofrerá qualquer prejuízo (CASAS..., O Estado, 11 maio 1972, p. 01).

Esta justificativa apresentada procurava levar em conta que não haveria prejuízo a quem fosse deslocado. Buscava-se, sobretudo, reiterar a importância dada à questão do desejo de modernização e embelezamento do centro de Teresina, já que este tratamento dado aos proprietários vem legitimar as intervenções que estavam sendo realizadas na cidade, e isso ficava latente quando observamos o caso da Zona Leste da capital, pois havia muitas residências irregulares [...], afetando o desejo relacionado à valorização dos imóveis da região e colocava em suspeita o discurso próspero brasileiro, especialmente no Piauí da década de 1970 (FONTINELES; SOUSA NETO, 2017). Assim,

A cidade ganha múltiplas versões, construídas por seus usuários, inserida no turbilhão de transformações propostas pelo discurso modernizador da época, que propunha afastar a população empobrecida para fora da cidade como uma forma de negar qualquer imagem que contrariasse o discurso oficial de prosperidade propagado no período (FONTINELES; SOUSA NETO, 2017, p. 67).

Mesmo com este discurso, a cidade apresentou a primeira favela a chamar atenção e a ter um olhar direcionado do poder público de Teresina na década de 1970 — a Favela COHEBE (NASCIMENTO, 2010b). Segundo Antonia Jesuíta Lima, simultaneamente ao desenvolvimento da favela COHEBE, diversas surgiram, se constituindo um retrato cotidiano no cenário urbano da capital, uma questão que geralmente não era tratada como assunto de demanda social, e sim de polícia (NASCIMENTO, 2010b). Assim, fazendo com que estes indivíduos fossem deslocados para outras regiões, uma transferência para:

Bairros periféricos da cidade, entre os quais se pode relacionar o Buenos Aires, o Água Mineral, o Mafrense, dentre outros. Estes bairros eram desprovidos de abastecimento d'água, energia elétrica, telefone, transporte coletivo, serviço

médico. O abastecimento de gêneros de primeira necessidade era feito no centro da cidade, no mercado central, um longo percurso feito a pé, e os alimentos carregados na cabeça ou em lombos de animais (NASCIMENTO, 2010b, p. 10).

As dificuldades encontradas por estes moradores com este cenário deixava nítido que Teresina estava se tornando um palco caracterizado por uma Cidade-conceito de Michel de Certeau, ou seja, “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade” (CERTEAU, 1999, p. 174). Portanto, observamos que

A cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico (CERTEAU, 1999, p. 174).

Saber lidar com esta situação que deixa evidente um processo que marcaria profundamente a sociedade teresinense, acarretando consequências que até hoje podemos perceber, e evidenciando os anseios que as cidades trazem como se fossem “sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo” (PESAVENTO, 2007, p. 11). Ao homem fica o papel de ser a trilha pela qual a cidade sempre sofrerá modificações, já que seu caminhar procura lugares que possam oferecer as mínimas condições que o levem a evoluir. A cidade é, principalmente, “uma materialidade erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. A cidade é, nesse sentido, um outro da natureza: é algo criado pelo homem, como sua obra ou artefato” (PESAVENTO, 2007, p. 13).

Por isso que o espaço urbano promove, em algumas ocasiões, conflitos, gerados por problemas estruturais pela quantidade de pessoas procurando um meio de sobrevivência. Percebe-se, então, que “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2013, p. 31). A existência de fatores obrigatórios a serem cumpridos perante a sociedade, como a questão da profissão para o indivíduo poder se manter, pela possibilidade que as grandes cidades têm de abrigar e atender pessoas pobres e lhes prestar alguma condição de serviço, mesmo que por vezes não seja um emprego (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 286).

Assim, o espaço urbano constitui um lugar de disputa de atores que buscam se manifestar através dos meios necessários, seja através de rituais ou festas, possuindo “divisões, hierarquias e conflitos, assim como com suas solidariedades e alianças. Na hora do rito, isso vem à tona; mas no dia a dia tudo isso está presente, subjacente, nos gestos, e palavras cotidianas dos habitantes da cidade” (ROLNIK, 2004, p. 25). A cidade pode, então, ser idealizada por seus habitantes, pois “como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso, seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 2005, p. 44). Mesmo sonhando com um espaço de convivência, a cidade também carrega na contemporaneidade um processo de disputa para se construir uma moradia, e Teresina não difere neste quesito das grandes cidades brasileiras, pois ao não ter alternativa de habitação regular, as famílias excluídas buscam a edificação de moradias em lugares irregulares, insalubres, de risco ou facilmente se apossam de terras públicas e privadas (FERRAZ, 2007).

Portanto, este processo traria uma nova forma de obter um lugar para ser chamado de lar, e deste fato aparecem “[...], novas formas de enfrentamento da questão do uso do solo urbano, tanto por parte da

população que, não tendo acesso ao mercado de terras nem condições de pagar aluguel, busca a favela como a alternativa de sobrevivência, quanto aos poderes públicos” (LIMA, 2003, p. 66). Isso provocava a procura de formas de combater esta prática, devido à ação de embelezamento de Teresina, pois a cidade é elemento “da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. [...] é um fenômeno [...] de emoções e sentimentos [...] expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, [...]” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Mas, essencialmente idealizações de uma cidade que molda expectativas, sobretudo de melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes, desejos que podem fazer parte do que a cidade passava neste período de desenvolvimento urbanístico. É durante esta década de 1970 que veremos a construção de vários conjuntos habitacionais em Teresina, sendo um produto gerado da necessidade de ocupar novos espaços para uma readequação de outros, usando como principal argumento a prioridade de tornar a urbe um lugar saudável de conviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos que a cidade de Teresina passou por modificações, principalmente na sua infraestrutura, ganhando com isso bastante visibilidade durante a década de 1970, fruto que viria decorrente dos períodos anteriores. Assim, mostrando capacidade de ampliação de sua malha urbana em direção a novos espaços, que começam a ser traçados e ocupados por várias famílias e o poder público, moldando em sua essência modos de vida que serviram para que haja uma adaptação a este momento, e dessa forma se podia encarar a realidade cotidiana.

A cidade crescia de forma acelerada, querendo com isso deixar seu aspecto de timidez urbana bastante distante, ou até mesmo mudar esta fisionomia, tudo era feito para que isso viesse a acontecer. Esta nova

moldura desejada para Teresina, buscava um ajustamento as políticas de desenvolvimento propagada pelo governo federal naquele período de regime militar, e a urbe teresinense procurou aproveitar o alto investimento durante a década de 1970, basicamente sendo alocados recursos para construção de obras públicas, como a forma encontrada para demonstrar a força do Poder Executivo perante aos Estados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Cristina Cunha de. **Trilhas e estradas**: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980) (Dissertação de Mestrado) — Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Mestrado em História do Brasil, 2009.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASAS na Miguel Rosa terão indenização à altura. **O Estado**, Ano XX, s/n. Teresina, 11/05/1972, p. 01.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: 1 artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2, morar, cozinhar. Petrópolis: Artes de Fazer, 2013.
- FERRAZ, Diná da Rocha Loures. **A questão fundiária urbana**: reflexões sobre os direitos e as representações em relação à moradia. Dissertação (Mestrado) — Teresina: Universidade Federal do Piauí-UFPI, 2007.
- FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2016.
- FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. O cenário esportivo como arena de disputas **políticas**: entre a memória recitada e o apagamento de rastros. **Estudos Ibero-americanos**, v. 43, n. 2, p. 428-441, maio-ago. 2017.
- FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. **Nasce um bairro, renasce a esperança**: história e memória de moradores do Conjunto Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.

INAUGURADA ontem a nova sede da Cepisa. **O Estado**, Ano V, nº 399. Teresina, 20, 21/01/1974, p. 01.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996.

LIMA, Jesuíta Antônia. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

LIMA, Talita Kamache Rodrigues de. **Saúde e Progresso**: o discurso da imprensa teresinense sobre a saúde pública e modernização da cidade (1971-1975). Dissertação (Mestrado) — Teresina: Universidade Federal do Piauí-UFPI, 2015.

MENDES, Sergio Luiz da Silva. **Sem medir as palavras**: atuações do Jornal Inovação em Parnaíba — PI (1977-1982). Dissertação (Mestrado) — Teresina: Universidade Federal do Piauí-UFPI, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar** — cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 53, jan.-jun., p. 195-215, 2007.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Sonhos e pesadelos dos moradores da periferia de Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História — História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e Imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**. ISSN: 2525-5649, n. 28.1. Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010a.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O olhar do outro sobre os pobres urbanos de Teresina na década de 1970. **X Encontro de História Oral. Testemunhos**: História e Política. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife, 26 a 30 de abril de 2010b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- TERESINA é berço do Nordeste. **O Dia**, Ano XXII, nº 3540. Teresina, 6, 7/02/1972, p. 08.
- TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Rio de Janeiro: Difel, 1983.
- VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 59, p. 11-18, 2009.
- VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana**. [organizadores Hermano Vianna, Karina Kuschnir, Celso Castro]. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Cidade-Jardim em Teresina? A ousadia de empreender na capital piauiense na década de 1950

Víviam Cathaline de Sousa Ferreira

Cláudia Cristina da Silva Fontineles

INTRODUÇÃO

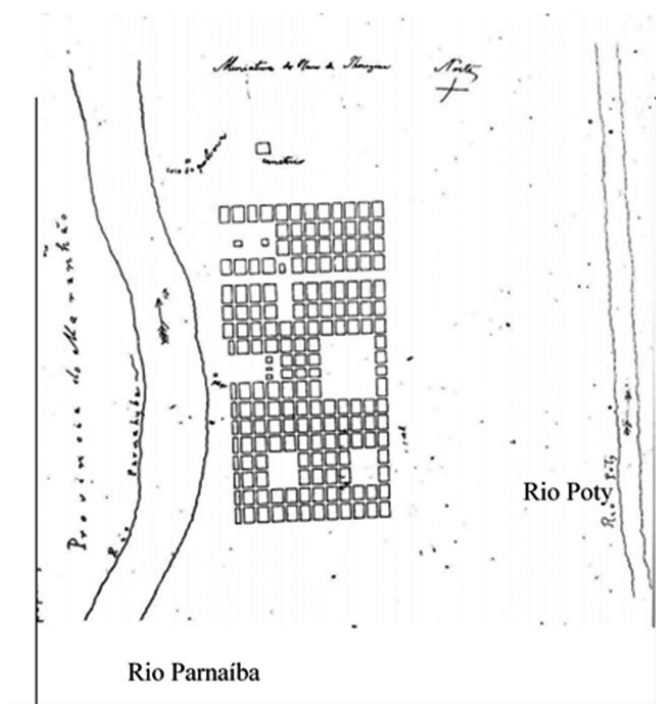
Em cada rua que se abre, muitos sonhos e histórias são iniciados com ela. A mágica de habitar os lugares e se fixar neles remonta a milênios, desde então, as experiências de fixação na terra se assemelham. Na cidade de Teresina, abrir uma rua foi desde a sua fundação, no ano de 1852, uma atitude idealizada e envolta do imaginário de se estar “criando do nada”¹ uma cidade moderna (CHAVES, 1998, p. 25), que se opusesse ao modelo colonial em que foi erguida a primeira capital da Província do Piauí: Oeiras. Cada rua alinhada e larga que fora aberta iria não apenas ser mais uma rua, mas lugar de realização. Realização comercial, sobretudo.²

1 Expressão parafraseada da obra de Monsenhor Chaves, na qual o autor explica que a construção de Teresina foi planejada na administração provincial de José Antônio Saraiva (1850-1853), e que este foi o presidente provincial responsável por construir a nova capital da Província do Piauí sobre a Chapada do Corisco, lugar que antes da construção tratava-se apenas de uma fazenda de gado, que não possuía nenhuma estrutura básica para a fundação de uma cidade ali.

2 Quando da efetivação da transferência da capital uma das principais razões defendidas por Saraiva ao escolher a Chapada do Corisco para instalar a nova sede do Governo devia-se ao fato de esta estar localizada próxima ao Rio Parnaíba e da cidade de Caxias, o que oportunizaria o “desenvolvimento da navegação e gozar(ia) a capital de grande benefício da facilidade de

Para materializar a idealização de fundar uma cidade moderna, o mestre de obras encarregado da construção da nova capital, João Isidoro da Silva França, planejou o traçado que originaria o caminho para ser trilhado pela nova sociedade, a teresinense. Este projeto estrutural, que remete ao formato de um tabuleiro de xadrez, contemplava aquele que se tornaria o núcleo urbano de Teresina. Desde então, o espaço urbano da cidade planejada não cessaria seu crescimento e novas ruas não pararam de ser abertas.

Mapa 2 - Planta baixa de Teresina construída em 1855



Fonte: Fundação Monsenhor Chaves, 1992, p. 9.

A construção de Teresina, na segunda metade do século XIX, é uma situação histórica que demonstra o apoio do Estado Imperial na investida pela urbanização da Província do Piauí. Transferir a capital da isolada Oeiras para as margens do Rio Parnaíba, numa região centro-nor-

suas relações políticas e comerciais com a Corte e todas os centros de civilização do Império” (CHAVES, 1998, p. 25).

te da província, era uma iniciativa que visava, sobremaneira, ampliar o urbano e as relações econômicas desenvolvidas pela Província.

Remontamos a história da fundação da capital piauiense porque consideramos salutar que estabeleçamos um comparativo entre os investimentos voltados para a urbanização da Província do Piauí no período imperial e os que foram realizados no recorte cronológico deste artigo, a década de 1950. Assim, analisaremos que durante sua fundação houve intervenção estatal que visava delimitar a forma e para onde a cidade se expandiria, cem anos após a sua fundação, a cidade, que comemorava seu primeiro centenário, vivenciou um contínuo desejo de modernização e de ampliação do processo de urbanização movido por interesses tanto estatais, como também privados.

Entendemos por ampliação do processo de urbanização este período em que os investimentos e intervenções realizados nos espaços físicos da capital passaram a ser arranjados tanto pela ação do Estado, como por empresários do ramo imobiliário, que, inseridos na dinâmica de mercado do capital foram os principais responsáveis pelas mudanças da paisagem urbana dessa cidade, que se alargaria para além do seu núcleo fundador.

Desse modo, interessa-nos, neste artigo, abordar o processo de urbanização e expansão espacial de Teresina. Neste estudo, o termo ‘urbanização’ será entendido tal como propõe Kingsley Davis:

Ele será considerado como a proporção da população concentrada em estabelecimentos urbanos ou como um crescimento dessa proporção. Muitas vezes pensa-se em urbanização simplesmente como o crescimento das cidades. Isso é um engano, uma vez que a população em sua totalidade é composta tanto pela população urbana como pela população rural e, portanto, a “proporção urbana” é função de ambas. Assim, as cidades podem crescer sem nenhuma urbanização, desde que a população rural cresça pelo menos na mesma proporção (DAVIS, 1972, p. 15).

Ao longo da pesquisa, verificamos que foi durante a década em que Teresina comemorava seu centenário que houve um aumento do número da população urbana da capital. O que seria explicado por diversos fatores, principalmente pela migração interna que se processava no período em todo país. Para apresentar melhor esse processo especificamente no Brasil, dialogamos com o geógrafo Milton Santos (2018, p. 33), que aponta em suas pesquisas que foi após a Segunda Guerra Mundial, que se verificou em nosso país um intenso crescimento demográfico, sobretudo nas áreas urbanas, provocado pela natalidade elevada e a mortalidade em descenso, que eram explicadas pelos progressos sanitários e pela melhoria nos padrões de vida próprios dos espaços urbanizados. Esses processos, então, contribuíram para estender as cidades brasileiras, que, desde então, foram apenas intensificando o aumento da concentração populacional nos espaços urbanos. Santos contribui também ao caracterizar que a urbanização é tanto da sociedade, como do território, em outras palavras, o processo de urbanização é perceptível no campo das mudanças das relações sociais, econômicas e políticas e adota também “um modelo geográfico de crescimento espraiado, com um tamanho desmesurado que é causa e efeito da especulação” (SANTOS, 2018, p. 9-10).

Em meio a essas circunstâncias históricas que proporcionavam que Teresina intensificasse ainda mais o seu processo de urbanização, verificamos que, consoante a isto, se articulava na capital a abertura do primeiro empreendimento imobiliário da cidade, o SOCOPO. Em propagandas encontradas nos jornais da época, o termo SOCOPO era o nome dado ao empreendimento, este, por sua vez, é a sigla do nome da empresa responsável pela venda dos lotes, Sociedade Construtora do Poty - LTDA.

A Revista A Noite Ilustrada, no dia 12 de fevereiro de 1952, dedicou duas páginas para falar do empreendimento, que informavam que tal iniciativa era administrada “graças ao esforço bem-intencionado de

dois moços, Drs. João de Deus Fonseca Filho e Elói do Egito Coelho³⁴ (COSTA, 1952, p. 32), jovens empresários que adquiriram a gleba ‘Centro’, que pertencia ao fazendeiro Juvêncio Alves de Carvalho, localizada no vale do Rio Poti, em direção ao lado leste da cidade.

Neste artigo, então, abordaremos como este empreendimento se configurou como uma pretensa área de crescimento espacial da capital piauiense, que se urbanizava cada vez mais em meados da década de 1950. Para tanto, serão narradas as ações que levaram este empreendimento a ser inserido na lista de espaço que oferecia lazer aos teresinenses de classe alta, por nele ter sido construído um balneário durante o período em destaque.

É importante dizer que o primeiro empreendimento imobiliário lançado na cidade estava pondo à venda lotes de terras numa localidade a 14km de distância do centro da capital. Portanto, mesmo que tal empreitada não tenha ampliado efetivamente o espaço urbano de Teresina no contexto em que foi lançada, pois fora construída, à época, numa área rural do município, esta iniciativa, refletia a ousadia de parte do empresariado teresinense em especular as terras que ficavam entre o centro de Teresina e a área que compreendia o empreendimento SOCOPO.

Fundamentando-se em enxertos jornalísticos retirados dos jornais O Dia (1952), Jornal do Piauí (1951, 1956), Diário de Notícias (1952) e Correio do Nordeste (195?) e das revistas O Cruzeiro (1952) e A Noite Ilustrada (1952), onde foi possível localizar o material publicitário e artigos referentes ao empreendimento em análise, bem como por fotografias de época, o presente texto aborda o fato de que o investimento privado feito por empresários teresinenses numa área rural do Município de Teresina pode ser lido como um agente

3 Elói do Egito Coelho, nasceu em 01 de Janeiro de 1923, formou-se em Engenharia Civil no Rio de Janeiro, casou-se em Teresina com sua prima afim Ana Costa de Almendra Freitas, com a qual teve seis filhos. Disponível em: Ferreira, Edgardo Pires. A mística do parentesco. <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=9106>. Acesso em: 02 dez. 2019.

responsável pelo incipiente crescimento da cidade para sua direção leste, assim como aborda também como as estratégias de venda do negócio baseavam-se numa proposta que se apropriava do projeto urbanístico desenvolvido na Europa no século XIX, por Ebenezer Howard, chamado Golden-City (Cidade-Jardim).

O CENTENÁRIO DA CIDADE-VERDE E A INAUGURAÇÃO DE UMA “CIDADE-JARDIM”

Nas páginas dos jornais teresinenses, nos dias e meses que antecederam as comemorações do centenário de Teresina, os leitores tinham acesso a uma grande profusão de anúncios publicitários que vendiam, essencialmente, produtos industrializados como máquinas de costura, refrigeradores, tratores, rádios, bicicletas, móveis e eletrodomésticos em geral, e até mesmo, geradores de energia, que prometiam iluminar “qualquer povoação, por mais distante que esteja” (JORNAL DO PIAUÍ, 1956, p. 07) do centro da cidade. Todos os bens postos nesses anúncios demonstravam que Teresina já estava inserida na dinâmica de consumo de produtos oriundos do mercado internacional.

É possível afirmar que Teresina, em meados do século XX, não se diferenciava das demais cidades do mundo e do Brasil no período quanto ao desejo de se estabelecer de acordo com os padrões de modernidade da época. Mesmo que precisem ser feitas as devidas distinções entre uma cidade encravada no sertão nordestino, e as demais cidades mais antigas e com um estágio diferenciado em relação ao processo de modernização do país e do mundo à época, a capital piauiense, por ser também a maior cidade do estado, era o espaço privilegiado onde eram estabelecidas as principais relações comerciais e realizadas as decisões administrativas. Seus jornais, então, eram vitrines dos desejos de consumo daquela sociedade, bem como espaços onde os políticos costumavam se manifestar a respeito das decisões tomadas ou a serem tomadas.

O primeiro centenário de Teresina, no ano de 1952, foi um excelente motivo para que alguns teresinenses de notório poder político e econômico se empenhassem em não somente comemorar esta data, mas em pensar o futuro da cidade aniversariante. No ano do centenário, os teresinenses já sabiam de uma iniciativa privada, dirigida por jovens empresários interessados em fazer fortuna com a apropriação do solo e a rentabilidade que esta poderia oferecer aos que se enveredassem em caminhos ainda a serem trilhados no solo teresinense, pois desde o ano anterior já havia sido anunciada tal aposta imobiliária em jornal da cidade (O DIA, 29 de julho de 1951, s/p). Porém, foi com a chegada do ano emblemático, que realizaram, vias de fato, a inauguração oficial do empreendimento com a abertura do Balneário Socopo — Cidade-Jardim, espaço de lazer com áreas arborizadas e piscina, destinado aos associados do empreendimento.

Ou seja, o ato de pôr à venda lotes de terra ainda não explorados do município de Teresina e criar um balneário restrito aos compradores do empreendimento é um exemplo notório da incorporação de capital à natureza, ou seja, de um investimento em áreas cuja paisagem natural pode ser aproveitada para fins lucrativos, característica própria do mercado capitalista que domina no nosso país. Dessa maneira, a empresa teresinense, de forma pioneira, representará uma adequação ao mercado nacional, no qual eram, sobretudo, os interesses financeiros que regiam e criavam condições de uso e apropriação de um espaço geográfico⁴ até então pouco explorado localizado no perímetro rural do município⁵ de Teresina.

4 Esta categoria será utilizada de acordo com a conceituação da geógrafa Ana Fani A. Carlos, que infere que é o homem quem está no centro da discussão sobre o espaço, e que este é sempre “humano porque o homem o produz e não, simplesmente, porque nele habita. A sociedade produz o espaço a partir da contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada. Portanto, o espaço se reproduz, reproduzindo conflitos” (CARLOS, 2018, p. 34). No caso do espaço geográfico em que se insere o empreendimento Socopo ele será produzido, ao menos a princípio, pela apropriação privada.

5 O Município corresponde a uma divisão do Estado que tem autonomia administrativa. No Brasil ele é composto pela prefeitura e pela Câmara Municipal. No município, o poder executivo é representado pelo Prefeito, pelo vice-prefeito e pelos seus secretários municipais. O poder

Era início de março de 1952, quando o Jornal O Dia, publicava em suas páginas um anúncio, no mínimo atrativo, sobre a venda de lotes de terras em uma área afastada do núcleo central da capital. É necessário que se diga, tal como argumenta Gilberto Velho, que “qualquer amador em propaganda sabe que um de seus princípios é que ela nada inventa, ela explora potencialidades” (VELHO, 2002, p. 24). Desta feita, o anúncio mencionado foi, claramente, produzido para demonstrar as potencialidades da área posta à venda, como é possível observar a seguir.

Figura 9 - Material publicitário do primeiro empreendimento imobiliário da zona Leste de Teresina



Fonte: O DIA de 02 de março de 1952, s/p.

Nessa propaganda, foram ressaltados os benefícios que aqueles que adquirissem um lote de terras do empreendimento Socopo teriam incorporados ao valor do negócio, desde espaço para prática de esportes em um clube social (balneário), até a disponibilidade de luz elétrica, esta última, sendo uma oferta muito ousada para aquele período, afinal de contas, vários bairros da malha urbana de Teresina não eram beneficiados com tal serviço. De modo que, num exercício

legislativo fica a cargo dos vereadores municipais. O município, territorialmente, compreende uma cidade sede e a uma área rural.

de comparação possível, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI), produzido mais de dez anos depois do anúncio do jornal comentado, demonstra por meio de seus dados que mesmo em meados da década de 1960, Teresina não possuía uma rede de energia elétrica que atingisse um grande número de moradores. O documento afirma ainda que “do conjunto de casas cujas famílias foram entrevistadas 44,6%, quase a metade, portanto, não possuía energia elétrica”, o que nos faz inferir que recuando para a década de 1950, então, este número, possivelmente, era ainda maior (TERESINA, PDLI. 1969, s/p).

Oferecer energia elétrica para atender uma área acerca de 14 km quilômetros de distância do centro da cidade é apenas um ponto inicial dentre os vários questionamentos que a fonte publicitária foi capaz de suscitar. É bem provável que a eletricidade propagada fosse produzida por geradores elétricos, como os anunciados no Jornal do Piauí, mencionado neste escrito, pois se nem mesmo a área urbana era abastecida regularmente pela companhia de energia da cidade, era improvável que o fosse uma área rural, exceto se apresentasse singularidades derivadas dos investimentos neste setor.

Outra análise que o anúncio do jornal nos permite fazer é a respeito do nome do empreendimento, que nos remete a uma possível apropriação do termo Cidade Jardim, garden-cities, que fora desenvolvido por Ebenezer Howard como “uma proposta urbanística de uma cidade autônoma, de dimensões controladas, e forte vínculo com a natureza, que se oporia à perda de escala e de humanidade identificada na grande metrópole industrial que Londres já era” (WOLFF, 2017, p. 221) no final do século XIX.

Esta teoria, aliada a algumas outras que também foram publicadas neste contexto, é considerada utópica⁶ porque propunha a formulação de um espaço em que houvesse relação entre o campo e a cidade. De

6 Neste caso, de acordo com o conceito de utopia criado por Thomas Morus (humanista inglês, 1477-1535), seria um sistema sociopolítico ideal, criado até então no nível da imaginação.

acordo com os escritos do seu fundador, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que estavam nas cidades europeias em condição de precariedade, era necessário que parte dessa população se deslocasse para uma nova “cidade” construída com baixo custo na zona rural (em seu livro ele desenvolve o desenho dessa cidade e como deveria haver seu funcionamento e manutenção), desde que essas novas “cidades” passassem por um projeto de urbanização planejada. Para Howard não deveria haver apenas as possibilidades “cidade” e “campo”, mas a mescla do que há de melhor nessas duas modalidades, surgindo então uma terceira opção, que é a “cidade-jardim”. De acordo com a estudiosa sobre o tema, Alessandra Rosa da Silva, ao propor esta teoria:

Howard não se deteve à ideia de remover a população do convívio urbano, mas pensou em um espaço que pudesse suprir as necessidades urbanas da sociedade daquela época, aliando a isso a possibilidade de uma vida mais saudável quando em contato com a natureza e o ar puro das longas caminhadas e contemplação da paisagem pitoresca (SILVA, 2014, p. 31).

Quando Howard elaborou o seu projeto urbanístico, assim o fez com a pretensão de “desafogar” a cidade de Londres, bem como pretendia oferecer melhores condições de habitação à população empobrecida, que naquele contexto, era constituída por trabalhadores fabris, que viviam em péssimas condições de moradia. Entretanto, a sua teoria utópica, sofreu readequações e ganhou adeptos em todo o mundo, inclusive, no Brasil. Assim, a forma como este projeto urbanístico foi, vias de fato, concretizado, apenas considerava aos pressupostos da paisagem que foram desenvolvidos na teoria. Na maioria das vezes, no mundo e no Brasil, o que se verificou foi a apropriação de um conjunto das suas ideias por parte de empresários visionários. A exemplo de alguns paulistanos, que no início do século XX ousaram construir bairros-jardins (Jardim América, Pacaembu e Alto da Lapa) na capital que mais crescia e se urbanizava no país naquele período⁷.

7 Em Teresina o termo também fora apropriado para nomear alguns dos seus bairros, a citar o Cidade-Jardim e o Jardim-Europa, sendo o primeiro, atualmente, vizinho do bairro Socopo, cujo território, nos anos 1950, fazia parte do espaço que compreendia o empreendimento em

A pronta aceitação desse tipo de urbanização foi intensa e ampliou-se em toda parte ao longo do século XX. Em momento de crescimento das cidades e de carências habitacionais muito grandes, foi modelo para loteamentos suburbanos, vilas ligadas a indústrias e novas urbanizações dedicadas ao turismo em diferentes países. Em São Paulo esse modelo inovador de paisagem urbana foi atraente para a nova empresa, Cia. City, que alterou o projeto de urbanização da área, já iniciado, e o adequou ao padrão *garden city*. O padrão sofreu adaptações à realidade local pelas mãos de Barry Parker. Sediado em São Paulo por dois anos, entre 1917 e 1919, o britânico trabalhou para concretizar jardins semipúblicos, modelos de casas e segmentos de ruas arborizadas a fim de atrair os compradores para os terrenos de seus contratantes (WOLFF, 2017, p. 223).

Entretanto, é fácil entender, o modelo urbanístico que criou as bases para a construção desses bairros-jardins teve que sofrer algumas remodelações de acordo com os interesses dos compradores e mesmo da empresa que estava disposta a construí-los. E o urbanista contratado diretamente da Inglaterra para gerir o empreendimento, teve que se adequar à realidade local e aos interesses dos compradores do empreendimento, que eram parte da elite paulistana que desejava morar em áreas mais tranquilas e com aspectos que negassem o cenário urbanizado que já se inseria na capital paulistana. Naquele período, efetivou-se, então, o chamado urbanismo *Garden-City*, “exclusivista, segregador, dos bairros ricos” (RISÉRIO, 2013, p. 209) e tal feito realizado na cidade que mais crescia no país desde o início do século XX teria ressonância no restante do Brasil, imaginamos.

Assim, acreditamos que os propósitos dos empresários da Socopo ao disponibilizarem e divulgarem nos jornais a venda de lotes de terra afastados do centro da cidade, remetem aos bairros-jardins construídos em São Paulo no início do século XX, e não à teoria original proposta pelo urbanista europeu Howard, ou seja, a seu modo, e com suas ressalvas,

destaque no texto, tendo ele sido fundado após a implantação do Programa Estrutural de Teresina II, projeto oficial criado e instalado na cidade em 1989 para regular o crescimento da malha urbana teresinense.

era uma apropriação de ideia, quando ainda no título do anúncio, eles adotam além do nome da empresa a expressão “Cidade Jardim”.

Como já dito, essa influência exercida pelo modelo de Howard é encontrada no mundo inteiro e não foi diferente no Brasil, “muito se fez sob a égide de cidade-jardim, mas algumas das novas propostas afastam-se bastante da ideia original, carregando apenas poucos traços da cidade jardim. Por vezes esse título é meramente um status a ser agregado ao empreendimento” (SILVA, 2014, p. 31), tanto que se tomarmos os exemplos dos espaços construídos no Brasil sob essa referência veremos que, em sua maioria, dizem respeito a espaços privados, a exemplo dos condomínios de luxo que são construídos bem afastados do conturbado e movimentado centro das cidades e que são consumidos, sobretudo, por famílias pertencentes às classes sociais mais abastadas.

Não apenas o nome do empreendimento, mas também as duas outras características, fazem o Socopo aproximar-se dos bairros-jardins paulistanos e da própria teoria original de Howard, primeiro, pela localização afastada dos aglomerados populacionais; segundo, pela composição de uma paisagem que se constituísse mais com elementos naturais. A arquiteta Silvia Wolff apresenta as condições em que estes empreendimentos são comumente construídos:

Uma paisagem que entremeava construções soltas e distanciadas dos alinhamentos dos lotes, com amplas áreas ajardinadas; que negava o adensamento edificado das metrópoles; que recusava a monotonia previsível de ruas de traçado retilíneo em tabuleiro de xadrez; que previa extensas áreas ajardinadas. Um desenho que se referenciava nas formas orgânicas da natureza e assim buscava aproximar as características do ambiente produzido pelo homem do meio físico natural (WOLFF, 2017, p. 223).

Os registros publicitários sobre o empreendimento Socopo nos levam a considerá-lo como um exemplo de empreendimento semelhan-

te ao definido por Wolff, a negação do traçado retilíneo em tabuleiro de xadrez e a aproximação do homem às características dos ambientes naturais. Isso fora evidenciado em propagandas como a que segue:

Figura 10 - Material publicitário do primei-



Fonte: O DIA de 02 de março de 1952 (Croquis do Loteamento). s/p.

Nesta imagem, é possível observar que o investimento no empreendimento pelos compradores fosse impulsionado pelas potencialidades que o local tinha a oferecer. Ao garantir que o empreendimento teria “luz noite e dia”, “água mineral”, “vacaria”, “lagoa” e “balneário” o anunciante pretendia atrair compradores para os lotes pela estrutura de serviços oferecidos à região.

Mas que sujeitos eram esses que se interessariam e poderiam adquirir terrenos no empreendimento Socopo- Cidade Jardim? Duas fontes foram essenciais para resolvermos esse questionamento de pesquisa. A primeira é localizada na revista O Cruzeiro⁸, de gran-

8 “Lançada no Rio de Janeiro (RJ) em 10 de novembro de 1928 por Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, O Cruzeiro foi uma das mais proeminentes revistas ilustradas da história da imprensa brasileira. Circulando semanalmente em todo o território nacional, foi um dos primeiros órgãos a integrar os Diários Associados, a primeira rede de comunicação brasileira, que, em seu auge, contabilizaria 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão, dentre as quais, a TV Tupi. Fundada num período de franca expansão da rede, quando Chateaubriand

de circulação nacional no período, onde foram dedicadas algumas páginas da publicação de 20 de setembro de 1952 às informações a respeito de como se procedeu a agenda oficial de comemoração, ressaltando a relação desta com o empreendimento Socopo.

Reuniram-se na Jovem capital, para o Festival do Centenário da cidade, figuras ilustres do país, especialmente convidados pelo governo e pelo povo do Piauí. O ministro Simões Filho, da pasta da educação e saúde, representante do presidente da República, o senador Assis Chateaubriand, Diretor dos Diários e rádios Associados e Patrono das Comemorações do Centenário de Teresina, por escolha da comissão dos festejos, presidida pelo prefeito da cidade; o professor Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil; os senadores Galloti e Mader, representantes da Câmara Alta do país; os governadores Raul Barbosa, do Ceará, e o Eugênio de Barros, do Maranhão; os senadores Arêa Leão e Matias Olímpio, do Piauí, o Dr. Hugo Napoleão, consultor jurídico do Banco do Brasil; o professor Deolindo Couto; os prefeitos de Fortaleza e São Luís; o general Edgardino de Azevedo Pinto, comandante da Décima região militar; o escritor Luís da Câmara Cascudo; jornalistas de vários Estados do Norte, do Nordeste e do Sul, e muitas outras pessoas de destaque - uma multidão de convidados ilustres que se acotovelavam nas ruas com os barraqueiros do alto Parnaíba, vindos no lombo do cavalo para vestir perto do Alvorecer do Centenário. [...] Todos se misturaram e se deixam conquistar de assalto pela simpatia avassaladora da “Cidade Verde” e de seus amáveis habitantes. Teresina tem uma semana de festas comemorativas e fica transbordante de gente. [...] Nos

já mantinha O Jornal, a revista foi um dos bastiões dos Associados, tendo revolucionado o mercado editorial brasileiro ao criar e ditar padrões, além de ter influenciado fortemente a opinião pública nacional de acordo com as predileções políticas de seu proprietário. Com a decadência da cadeia após a morte de Chateaubriand, em 1968, o semanário perdeu muito de seu brilho na década de 1970, até fechar definitivamente em 1985” (BRASIL, 2015). Para informações sobre a circulação e alcance desta revista sugerimos também a leitura de: VELASQUES. Musa Clara Chaves. O Cruzeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/cruzeiro-o>.

intervalos das solenidades religiosas, militares e cívicas, esse povaréu todo se diverte à larga, nos bailes de gala quando estará os populares, nas representações típicas do folclore piauiense ou no ambiente requintado da Socopo, com a sua elegante piscina e as suas torneiras de água sulfurosa com 32 graus de temperatura normal (O CENTENÁRIO de Teresina, O CRUZEIRO, 1952, p. 60).

A publicação destacava os sujeitos públicos nacional e localmente influentes que participaram dos eventos de comemoração do aniversário da cidade ou estiveram diretamente envolvidos nos preparativos das comemorações, ressaltando como a elite política da cidade esteve por uma semana recebendo estes “convidados ilustres”. Durante as várias solenidades realizadas. É interessante perceber, que o artigo evidencia, dentre as festas de cunho religioso, militar e civil, aquela ocorrida no balneário Socopo, o que nos permite, novamente, inferir sobre a boa relação estabelecida entre os políticos locais e os proprietários do balneário.

Através do jornal maranhense Correio do Nordeste, pudemos confirmar a ideia de proximidade de interesses entre a administração pública e os empresários do Socopo, por meio de uma crônica registrada na coluna de Zuzu C. Nahuz⁹, que ao descrever seu itinerário de uma viagem que fez de São Luiz a Teresina, relata que fez visitas a alguns espaços da capital, no qual teve a oportunidade de ser acompanhado por Elói Coelho do Egito, “genro do governador Pedro Freitas e um dos sócios da SOCOPO” (CORREIO DO NORDESTE, 1954. s/p). Comprovando então, que havia proximidade de caráter familiar entre o governador do Estado e um dos sócios do empreendimento.

9 O apelido era Zuzu, mas seu verdadeiro nome era Raimundo Nonato Coelho Nahuz, o próprio era o dono do Jornal Correio do Nordeste e nele era o responsável pela coluna Rosa dos Ventos. Nascido em Itapecuru (MA), sua história como jornalista chama atenção, pelo fato dele ser cego desde criança e ainda assim, ter conseguido construir uma carreira bem-sucedida no jornalismo maranhense (BUZAR, 2013).

Ressaltarmos também que o destaque ao empreendimento Socopo dentre os demais locais mais expressivos da cidade não tenha sido uma escolha aleatória, pois, associar o centenário da capital ao mais novo local de lazer teresinense era uma maneira de divulgar que a cidade já contava com um “requintado” balneário e uma maneira de divulgar o empreendimento. Isso era também uma forma de explicitar o grupo privilegiado a quem se voltava e sua relação com os homens e mulheres que gozavam de prestígio político, econômico e social da cidade. Ganhavam assim os dois grupos: os administradores piauienses, desejosos de salientar para o restante do país como a cidade centenária estava em vias de crescimento e modernização dos seus serviços, e os proprietários da Socopo, que tinham nesses artigos a oportunidade de associarem o seu empreendimento ao poderio local político e econômico de Teresina.

O segundo documento trata-se de uma fotografia¹⁰, registrada no dia do baile realizado no balneário Socopo para comemorar o centenário e oficializar a inauguração do local, a fotografia nos permite deduzir que, por motivo do distanciamento do local em relação ao núcleo urbano da cidade e as próprias vestimentas evidenciadas na imagem, só poderiam mesmo ter acesso a esta festa as pessoas que integravam a elite política e financeira da cidade, afinal de contas, para se frequentar lugares privados era imprescindível receber o convite, além de ter condições materiais de frequentá-lo.

10 Recorremos às fotografias como um recurso visual que torna “mais palatável o entendimento do que está(va) posto nas fontes textuais” (BORGES, 2011, p. 23). Entretanto, esta não se configura como a sua primeira e única função neste texto, porque precisamos dizer que nos colocamos longe das armadilhas metódicas que levam à crença nas fontes como retratos fiéis do passado, desse modo, aqui as fotografias serão usadas não somente como recurso visual, mas como fontes históricas que funcionam “como mediadoras e não como reflexos de um dado universo sociocultural” (BORGES, 2011, p. 18). Ou seja, as fotos analisadas não serão apenas bengalas que servem para sustentar um argumento já levantado por outra fonte documental, ela será uma fonte primária que nos permitirá ir em busca de entendimentos que tragam respostas para os nossos questionamentos de pesquisa.

Figura 11 - Comemoração do centenário de Teresina no Balneário Socopo



Fonte: Acervo pessoal de João de Deus Fonseca Filho, 2016.

Como é possível analisar na foto, a presença maciça do linho branco nas vestimentas dos políticos e empresário que rodeavam e pareciam estar bebendo junto a uma das figuras mais importantes e reconhecidas na cultura popular nordestina, que fora o convidado de honra daquela noite, o cantor considerado o rei do baião, Luiz Gonzaga, nos indica, novamente, a proximidade de interesses e da partilha ao menos de poder econômico e social entre os administradores da cidade e os empresários da Sociedade Construtora do Poty Ltda.

Entretanto, é necessário que se diga, que em contraposição à adequação da elite ao mundo do capital e as conveniências políticas realizadas numa data cívica como esta, Teresina, em meados da década de 1950, convivia com as agruras das cidades reais. Abarrotada de migrantes pobres fugidos da pobreza e da seca, a cidade passava por um crescente aumento populacional, que em nada combinava com a imagem que propagava da cidade os jornais e revistas nacionais que foram contratados para divulgarem

as comemorações do centenário da capital e, porque não, para divulgar o empreendimento Socopo: Cidade-jardim¹¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das fontes encontradas é possível afirmar que os debates levantados no texto acerca do espaço denominado SOCOPO; fora inicialmente um investimento privado, de uma empresa de mesmo nome, e que, portanto, aquelas eram terras que tinham um proprietário¹², senhor de terras, que começou a promover especulações.

Foi possível também averiguar que o proprietário não poupou esforços para que as páginas de jornais da cidade anunciassem os vários benefícios, próprios da vida rural, que pudessem servir para convencer os teresinenses a comprarem lotes na região, o que nos levou a cogitar que a empresa teria intencionalmente feito uso e referência da proposta urbanística idealizado por Ebenezer Howard a respeito do conceito Cidade-Jardim que é abordado nas propagandas que anunciavam os lotes da SOCOPO.

Destarte, o intento do proprietário da Sociedade Construtora do Poti (SOCOPO) era empreender numa região afastada da cidade, mais especificamente na gleba denominada Centro, de maneira que os usos daquele espaço rural fossem ressignificados. Ao “olharmos” para esse empreendimento proposto em meados do século passado,

11 Para aprofundar os conhecimentos a respeito dos contrastes sociais presentes na capital nessa década sugerimos a leitura de: MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. A Produção Escriturística do Centenário de Teresina (PI). In: XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. **Anais eletrônicos**. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427772349_ARQUIVO_simposionacional2015.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2019, NASCIMENTO. Francisco Alcides do. **Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e Teresina através de jornais diários na década de 1970**. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 281, p. 1-26, 2010 e SANTOS, Maurício Feitosa dos. Seca, migrações e pobreza no centenário de Teresina: narrativas e crítica social sob o olhar da imprensa. Revista Tempos Históricos. Paraná, v. 21, n. 1, 2017.

12 A Sociedade fora montada inicialmente entre João de Deus Fonseca Filho e Elói do Egito Coelho, entretanto, esta fora desmontada. Ficando mesmo o primeiro citado, como o detentor das posses do local em análise.

é válido ressaltarmos o quão arrojado e inovador ele se configurava, tendo em vista que não era apenas uma venda de lotes de terras, mas junto a esses existiria um verdadeiro complexo de benfeitorias que viriam junto da compra das terras.

Dessa maneira, observamos que o primeiro empreendimento de lotes de terra anunciado nos jornais da cidade foi um marco inicial de ocupação do solo em direção ao lado leste da capital, atualmente a zona mais valorizada no campo econômico e cultural da cidade, e que ele, pode ter sido o responsável por “abrir caminho” para o espraiamento da cidade que se efetivaria nas décadas seguintes, bem como, propomos a partir dessa pesquisas, que é importante que a comunidade acadêmica se dedique cada vez mais a realizar pesquisas voltadas para a ocupação das terras em Teresina, para que assim, sejam realizadas análises que expliquem melhor a atual distribuição e ocupação do espaço urbano da capital.

REFERÊNCIAS

BUZAR. Benedito. **O ITAPECURUENSE ZUZU NAHUZ**. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/o-itapecuruense-zuzu-nahuz>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CHAVES. Monsenhor. **Obras Completas**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, José Luiz da. SOCOPO — Cidade Jardim. **A Noite Ilustrada**. 12 de fevereiro de 1952. p. 32-33. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120588&pesq=Socopo&pasta=a-no%20195>. Acesso em: 2 jun. 2019.

NAHUZ. Zuzu C. Notas de Viagem. **Jornal CORREIO DO NORDESTE**, 1954. s.p.

O Centenário de Teresina. Revista **O Cruzeiro**. 20 de Setembro de 1952. p. 60.

O DIA. Teresina, 29 de julho de 1951, s/p.

Qualquer povoação pode ter sua própria fôrça elétrica. **Jornal do Piauí**.

17 de Maio de 1956. p. 7.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SILVA, Alessandra Rosa da. **A cidade jardim de Ebenezer Howard**: um estudo de sua influência para a circulação de ideias e modelos no urbanismo do século XX. Dissertação defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014.

VELASQUES, Musa Clara Chaves. **O Cruzeiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>.

VELHO, Gilberto. O Bairro. *In: A utopia urbana*: um estudo de antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 17-28.

WOLFF, Silvia. Jardim América: da casa de alguns a território preservado da metrópole? Preservação dos bairros (desde o modelo e concepção). *In: Rev. CPC*, São Paulo, n. 22 especial, p. 217-232, abr. 2017.

Índice remissivo

Acadêmicos de Direito, 201, 208, 209, 210, 211, 212.

Adesão do Pará, 66, 68, 72.

África, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 337, 343, 345, 347, 349, 352, 435, 440.

Amazônia, 61, 64, 65, 72, 73, 74, 75, 303.

Amputação, 190, 191, 194, 195.

Anúncios de jornais, 339, 342, 344.

Bairro das Rocas, 215, 218, 219, 220, 226, 227.

Belém, 63, 64, 73, 74, 75, 272, 278, 282, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 302, 303, 304, 387, 394.

Biografia [s], 20, 29, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 136, 137, 274.

Bonde, 149, 150, 151, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 215, 233, 236, 237, 238, 240, 241, 245, 247, 268, 269, 314, 315, 318.

Brasil, 23, 27, 31, 33, 36, 37, 39, 40, 44, 45, 61, 63, 64, 67, 69, 72, 73, 74, 75, 91, 95, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 131, 137, 164, 178, 179, 184, 213, 215, 230, 234, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 262, 263, 275, 281, 282, 287, 291, 292, 299, 303, 307, 311, 321, 337, 339, 341, 345, 346, 351, 352, 355, 357, 359, 365, 367, 369, 371, 372, 374, 375, 383, 384, 387, 388, 389, 390, 393, 395, 396, 397, 399, 401, 406, 407, 411, 419, 421, 425, 426, 427, 432, 433, 435, 442, 447, 448, 449, 452, 459, 460, 461, 473, 474, 480, 482, 483, 486, 487, 488, 490, 506.

Burleta [s], 142, 146, 147, 153.

Carta, 34, 45, 252, 262, 400, 401, 405, 406, 407, 409, 411, 412, 414, 415, 423, 424, 425, 426.

Cidade [s], 18, 19, 28, 31, 35, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 89, 101, 102, 111, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 168, 174, 175, 176, 180, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 251, 254, 257, 259, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 280, 281, 284, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 300, 302, 303, 306, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 323, 324, 326, 327, 328, 330, 331, 332, 333, 338, 340, 341, 342, 346, 347, 348, 352, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 368, 372, 373, 374, 377, 380, 394, 397, 417, 425, 431, 432, 437, 439, 443, 445, 447, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 474, 475, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496.

Civismo, 70, 368, 377, 448.

Código Penal, 430, 440, 441.

Comunidade africana no Recife, 343.

Constituinte, 401, 402, 404, 405, 406, 407, 408, 411, 413, 416, 417, 419, 423, 424, 426.

Cultura material, 367.

Diáspora, 338, 340, 342, 351, 440.

Dinarte Mariz, 17, 18, 19, 20, 21, 22.

Diplomacia, 107, 109, 114, 116, 117, 118.

Discurso [s], 22, 24, 25, 26, 28, 36, 43, 66, 71, 72, 75, 83, 102, 107, 108, 109, 110, 112, 116, 117, 119, 124, 127, 128, 129, 130, 132, 136, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 216, 218, 219, 220, 221, 225, 226, 229, 236, 237, 273, 276, 310, 333, 369, 373, 374, 375, 404, 426, 432, 459, 460, 462, 469, 471, 474.

Eletricidade, 150, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 282, 289, 290, 485.

Ensino de História, 91, 92, 103, 450, 452.

Espaço [s], 18, 41, 47, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 66, 75, 83, 100, 101, 102, 103, 127, 128, 130, 133, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 177, 183, 198, 204, 206, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 243, 249, 250, 251, 253, 254, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 267, 271, 273, 276, 281, 286, 301, 307, 324, 326, 329, 330, 331, 333, 334, 337, 339, 342, 348, 351, 355, 357, 358, 359, 360, 363, 364, 365, 368, 374, 379, 391, 392, 404, 411, 412, 430, 431, 432, 437, 438, 439, 441, 443, 445, 449, 456, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 466, 467, 468, 470, 471, 472, 478, 480, 481, 482, 483, 484, 486, 487, 488, 491, 494, 495, 506.

Espaço urbano, 127, 146, 217, 234, 251, 254, 261, 262, 267, 271, 281, 301, 357, 359, 360, 363, 364, 365, 459, 460, 463, 467, 468, 470, 471, 478, 481, 495.

Estado Novo, 22, 41, 226, 230, 368, 369, 370, 371, 372, 374, 377, 378, 379, 380, 381, 449.

Estética [s], 91, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 226, 266, 412.

Etnia, 159, 339, 341, 343, 346, 347.

Ferrovia [s], 126, 265, 270, 272, 273, 275, 314, 318.

Fortaleza, 33, 60, 126, 130, 131, 136, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 171, 172, 180, 185, 190, 201, 202, 204, 205, 207, 213, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 245, 247, 263, 264, 277, 278, 280, 281, 282, 284, 290, 291, 292, 323, 325, 328, 329, 331, 333, 335, 386, 387, 389, 392, 443, 444, 445, 456, 457, 474, 490

Fotografia, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 379, 405, 481, 492.

Galego, 293, 295, 302.

Geografias da Repressão, 429, 433, 442.

Geopolítica, 105, 117.

Governo [s], 19, 21, 22, 33, 36, 39, 43, 44, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 143, 155, 156, 160, 162, 177, 204,

205, 208, 212, 213, 219, 231, 251, 252, 254, 260, 265, 266, 271, 278, 280, 282, 308, 309, 310, 313, 315, 316, 318, 319, 369, 373, 379, 383, 384, 390, 392, 395, 402, 419, 421, 422, 460, 462, 463, 472, 490.

História, 17, 22, 23, 24, 27, 28, 31, 45, 46, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 117, 124, 125, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 153, 154, 157, 166, 178, 184, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 201, 218, 219, 223, 226, 229, 230, 231, 237, 242, 247, 254, 262, 263, 271, 274, 281, 284, 292, 301, 302, 306, 324, 333, 352, 355, 365, 369, 379, 381, 384, 390, 395, 396, 397, 399, 401, 402, 406, 426, 427, 439, 443, 444, 446, 447, 448, 450, 451, 452, 454, 456, 460, 464, 473, 479, 489, 491, 506.

História Cultural, 48, 88, 168.

Igreja Católica, 123, 125, 131, 133, 212, 383, 384, 388, 393, 396.

Imigração, 239, 293, 294, 303.

Imprensa, 27, 53, 63, 70, 88, 114, 118, 156, 158, 159, 161, 173, 174, 175, 179, 181, 203, 205, 215, 218, 219, 273, 277, 280, 283, 296, 368, 370, 372, 375, 474, 494.

Intelectual [is], 36, 37, 40, 41, 43, 44, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 79, 81, 107, 111, 114, 130, 216, 219, 277, 306, 307, 311, 318, 319, 367, 368, 369, 371, 378, 379, 381, 385, 456.

Leprosos, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213.

Manoel Dantas, 216, 217, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 318, 319.

Memória, 24, 27, 28, 31, 32, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 62, 68, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 132, 134, 141, 153, 154, 157, 169, 175, 184, 266, 301, 355, 365, 368, 378, 381, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 423, 427, 443, 444, 445, 446, 447, 449, 455, 465, 468, 473, 506.

Mercado fonográfico, 174, 177, 179, 181.

Modernidade, 58, 73, 158, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 174, 286, 307, 311, 362, 380, 443, 461, 462, 470, 482.

Natal, 18, 21, 22, 126, 130, 173, 178, 231, 308, 341.

Nova São Rafael, 156, 157, 160, 161, 164.

Paisagem sonora, 48, 60.

Pari, 265, 267, 268, 269, 271, 272, 274.

Percepção [ões], 40, 52, 57, 82, 84, 99, 117, 142, 146, 163, 179, 187, 233, 237, 253, 325, 352, 415, 466.

Piauí, 249, 255, 357, 365, 367, 368, 371, 372, 373, 374, 376, 378, 380, 383, 384, 385, 387, 388, 393, 394, 395, 397, 399, 400, 406, 413, 416, 417, 418, 420, 459, 461, 462, 463, 467, 469, 473, 474, 477, 478, 479, 481, 485, 490, 494, 496.

Política [s], 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 28, 33, 37, 40, 41, 45, 63, 64, 65, 67, 69, 74, 88, 92, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 130, 143, 146, 152, 155, 156, 159, 163, 167, 215, 218, 219, 220, 224, 226, 240, 252, 267, 274, 303, 310, 314, 315, 316, 318, 319, 330, 352, 369, 371, 379, 384, 385, 387, 388, 390, 391, 392, 393, 397, 400, 403, 404, 409, 411, 414, 415, 416, 417, 419, 420, 423, 424, 425, 427, 451, 466, 470, 472, 473, 474, 478, 480, 490, 491, 492, 506.

Progresso, 35, 47, 50, 51, 54, 55, 56, 100, 109, 130, 147, 150, 152, 156, 157, 163, 164, 165, 217, 218, 221, 226, 235, 237, 238, 241, 290, 291, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 363, 464, 466.

Prostituição, 222, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334.

Rachel de Queiroz, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46.

Redemocratização, 404, 415, 418, 450.

Representação [ões], 25, 31, 32, 39, 40, 41, 43, 44, 83, 110, 153, 158, 161, 162, 165, 167, 168, 179, 184, 187, 188, 189, 192, 195, 198, 199, 260, 333, 364, 368, 378, 384, 405, 415, 423, 473, 474, 491.

Repressão Policial, 429.

Rio de Janeiro, 22, 28, 29, 36, 45, 49, 62, 63, 73, 88, 91, 101, 103, 104, 111, 121, 129, 136, 137, 141, 144, 153, 168, 169, 171, 172, 175, 177, 179, 182, 184, 185, 199, 213, 216, 223, 225, 230, 231, 241, 242, 243, 244, 246, 262, 263, 272, 275, 278, 280, 282, 290, 291, 292, 299, 321, 325, 335, 352, 370, 372, 374, 375, 379, 380, 381, 387, 390, 396, 397, 426, 427, 429, 431, 435, 436, 439, 440, 441, 442, 474, 475, 481, 489, 496.

Rio Grande do Norte, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 155, 157, 160, 161, 168, 169, 215, 216, 224, 231, 306, 307, 308, 310, 312, 313, 315, 316, 317, 319, 496.

Rios, 21, 58, 116, 222, 228, 247, 262, 267, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 311, 339, 409, 415, 459, 465.

São Paulo, 19, 28, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 59, 60, 73, 75, 87, 88, 89, 103, 104, 111, 120, 121, 126, 129, 136, 137, 153, 154, 168, 169, 177, 184, 185, 199, 230, 231, 241, 243, 246, 247, 250, 257, 262, 265, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 282, 291, 292, 320, 321, 324, 334, 335, 352, 365, 380, 387, 396, 397, 418, 434, 435, 441, 442, 473, 474, 487, 496.

Sensibilidade [s], 17, 23, 32, 33, 47, 49, 77, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 125, 194, 195, 236, 331, 506.

Sentidos, 32, 50, 57, 67, 72, 103, 130, 145, 174, 195, 283, 365.

Seridó, 17, 18, 28, 155.

Sexualidade, 26, 333.

Sobral, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 59, 60, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 239.

Técnicas, 97, 146, 147, 149, 171, 194, 199, 280, 285, 362.

Tempo, 17, 21, 22, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 42, 44, 47, 50, 56, 59, 64, 65, 67, 80, 83, 92, 94, 95, 96, 99, 106, 126, 133, 141, 146, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 169, 173, 183, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 203, 206, 211, 215, 216, 219, 225, 226, 228, 230, 239, 250, 270, 286, 290, 298, 299, 306, 307, 315, 316, 317, 319, 320, 329, 331, 334, 348, 357, 380, 386, 391, 392, 400, 402, 406, 414, 423, 426, 432, 439, 451, 452, 466, 470, 506.

Tráfico, 108, 338, 339, 343, 344, 346, 348, 349, 351.

Urbanização, 174, 218, 228, 262, 265, 267, 269, 272, 275, 358, 363, 364, 460, 461, 464, 474, 478, 479, 480, 486, 487.

Realização



Apoio



Este livro foi composto em fonte Minion Pro,
em e-book formato pdf, com 502 páginas
Dezembro de 2020



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Livro com artigos apresentados no VI Seminário Internacional História e Historiografia. Os trabalhos aqui reunidos fizeram parte dos Simpósios Temáticos “História e sensibilidade: políticas, escritas e afetos”, “História, cidades e práticas no/do espaço” e “Pelo direito à cidade: viver e sentir a história e a memória dos espaços urbanos no Brasil República”. Temas e dimensões com os quais a historiografia contemporânea vem trabalhando assiduamente – as camadas de tempo, o papel da memória na construção de identidades, o espaço como expressão das relações sociais, o cotidiano e suas criações culturais não autorizadas, os efeitos de sentido produzidos pela escrita – atravessam os estudos deste livro, sugerindo que, como outras iniciativas de relevo, ele poderá vir a tornar-se um documento para futuras investigações historiográficas.

